**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO NOROESTE DO
PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DAS NOVAS TERRITORIALIDADES
CAMPONESAS**

ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA HARACENKO

**SÃO PAULO
2007**

ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA HARACENKO

**O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO NOROESTE DO
PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DAS NOVAS TERRITORIALIDADES
CAMPONESAS**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São
Paulo – USP, como requisito parcial para obtenção do
título de Doutora em Geografia.**

**Orientadora: Profª. Drª. Iraci Gomes de Vasconcelos
Palheta.**

**SÃO PAULO
2007**

ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA HARACENKO

**O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO NOROESTE DO
PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DAS NOVAS TERRITORIALIDADES
CAMPONESAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, da Universidade de São Paulo – USP, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Presidente da Banca: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira - USP

Prof^ª. Dr^ª. Marli Terezinha Szumilo Schlosser - UNIOESTE

Prof. Dr. Elpídio Serra - UEM

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Ester Rossini - USP

Prof. Dr. José William Vesentini - USP

São Paulo, 18 de setembro de 2007.

Para Stephane, que enquanto cresce, me ensina a cada dia:
ao despertar, lembra-me que a vida pode ser, e é
maravilhosa ao seu lado; ao repousar me faz sentir o
sossego da alma; e ao estar no palco me mostra a beleza e
a sensibilidade da vida, e nela, sua existência.

Para o Hara. Obrigada por existir, principalmente em
minha vida.

Para vocês dois: apoio sempre seguro, amor,
compreensão, amizade, cuidado, carinho..., minha família.

AGRADECER É PRECISO

Este volume é resultado de uma pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos quatro anos, junto ao programa de pós-graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Como todo trabalho de pesquisa, este, não fugindo à regra, navegou em “noites escuras” por “mares revoltos” até localizar e encontrar a “calmaria”. Dito de outra forma, este trabalho passou pelos mesmos obstáculos impostos a quantos se proponham trilhar o caminho da pesquisa científica, já tão conhecidos daqueles pesquisadores que se têm aventurado por esses caminhos.

Assim sendo, o resultado a que consegui chegar apresenta em suas entrelinhas a marca do caminho trilhado. Para que a trilha fosse “batida”, afora as dificuldades, que foram muitas, durante a trajetória de sua construção tive a felicidade de encontrar estímulos e auxílios especialmente preciosos, que tiveram um peso muito maior. Por falar em dificuldades,... quais foram mesmo?...

Os estímulos, estes sim, merecem ser lembrados. Muitas vezes a conversa de desabafo ao telefone com um amigo, ou mesmo uma “dica” de um referencial bibliográfico; o apoio incondicional dos meus queridos, principalmente da minha Stephane, que nos momentos difíceis parecia inverter os papéis, ao me “dar” seu pequeno colinho; amigos que, mesmo a distância, procuraram nos impulsionar, tudo isto refletiu-se em mim como auxílio considerável e inesquecível, ajudando-me a trilhar o caminho. É por isso, que agradecer é preciso, sempre.

Em primeiríssimo lugar gostaria de agradecer, com todo o carinho, à Stephane e ao Hara, não somente por terem sido o meu esteio nessa empreitada, mas por o serem na minha vida. Permitam-me abrir um parêntese e me dirigir diretamente ao meu marido: agradeço-lhe, Hara, pelo capricho de sempre ao cuidar da parte gráfica e iconográfica deste trabalho, também por assumir junto comigo a empreitada dos trabalhos de campo pelo Noroeste do Paraná. Por isso, lhe serei sempre grata.

Também agradeço à Professora Iraci Palheta, por em primeira mão ter aceitado meu projeto de pesquisa na USP.

Sou muito grata às assistentes sociais do COSEAS/USP, Ieda e Carla, que quando precisei deram sempre “um jeitinho” em suas folhas lotadas, e minha estadia sempre foi possível no CRUSP.

Não posso esquecer as amizades que constituímos na convivência no CRUSP quanto na USP: portanto, Cátia, desfrutar de sua amizade foi um privilégio.

Agradeço aos funcionários do Incra em Cascavel, Ademiro Mingore e Júlio Schindler, que quando das minhas necessidades nesse órgão, na medida do possível, prontamente me atenderam.

Meu reconhecimento também a todos os camponeses pioneiros dos 29 municípios do Noroeste do Paraná, aqueles que participaram indiretamente e principalmente aqueles que tiveram participação direta nesse trabalho de pesquisa. Suas portas foram abertas, sorrisos foram dados, histórias foram contadas e amizades foram construídas. Suas histórias, verdadeiros arquivos vivos, foram fontes de inspiração para este trabalho.

Não posso deixar de lembrar a Tânia Maria e o Claudemir, que contribuíram para meu contato com a Dona Maria, uma dessas figuras fascinantes do Noroeste do Paraná, que não mais sairá da memória. E a senhora, Dona Maria meu agradecimento especial por me contar sua história fascinante de uma mulher guerreira que nos tempos difíceis, para sobreviver, disfarçou-se de homem “abriu as picadas” e teve oportunidade de conviver com os índios no Noroeste do Paraná.

Aos camponeses assentados nos 28 assentamentos do Noroeste do Paraná, bem como aos acampados, um especial agradecimento, por, ao prestarem seus depoimentos de sofrimento na luta pela terra, não me deixarem esquecer jamais que após uma noite de tempestade, pode não ser no amanhecer, mas o sol sempre... sempre irá brilhar. Com carinho estendo esse agradecimento aos coordenadores desses assentamentos.

Não posso aqui esquecer a Sandra Soares, que sempre tão bem me recebe. Já faz tempo, mas lembro-me como se fosse ontem, de quando me recebeu em sua casa e levou-me para ter os primeiros contatos com os assentamentos em Querência do Norte. Sou-lhe muito grata.

Ao Paulo de Marck, da Brigada de Terra Rica, que sempre está disposto a me ajudar, muito obrigada! Obrigada igualmente ao Chicão da Copavi, pela paciência em me explicar o cotidiano da vida naquele assentamento.

Agradeço à Ana Lúcia pelo depoimento e por compartilhar comigo seu material sobre os índios Xetá. Da mesma forma sou grata aos funcionários do Centro Cultural de Umuarama, Luiz Varine e Josuel Júlio, por me terem colocado em contato com o acervo histórico do povo Xetá e por tão prontamente me fornecerem parte desse material.

Também agradeço a Tiguá, história viva do seu povo. Lhe sou grata pela emoção de conhecê-la, e por me permitir que através de você e de sua história, conhecesse um pouco do seu povo.

Sincera gratidão ao Camilo da Silva, da Secretaria Estadual do MST, pelo envio de materiais e pela entrevista concedida.

Aos amigos, meu agradecimento especial.

À Leida, sofrimento compartilhado, amizade constituída e solidificada.

Sou muito grata à Ray, porque quando a vida estava tumultuada, com suas visitas semanais, ou mesmo anuais, mostrou-me e mostra-me que a paciência é uma grande virtude e que a vida pode ser menos acelerada, afinal, Senhora, “nosso caminho será sempre para o alto, para cima e para Deus”

Não posso esquecer a Marli Schlosser, sempre aguerrida, amiga de todas as horas. Mesmo naquele momento difícil para ela, abriu-me as portas de sua casa, e as horas ininterruptas de diálogo foram momentos inesquecíveis. A essa querida amiga, obrigada!

Sou muitíssimo grata ao Professor Julio Suzuki, da USP, pelas preciosas contribuições oferecidas em meu exame de qualificação e pelo apoio dado no momento em que “as coisas estavam difíceis”.

Igualmente agradeço àqueles que outrora foram meus professores de graduação e hoje são meus colegas, por terem me mostrado “os caminhos” da Geografia. Minha gratidão, a todos os amigos, cujos nomes aqui deixei de mencionar para não alongar esta lista de agradecimento.

Gostaria de salientar que este trabalho teria tido dificuldades maiores, quiçá não tivesse chegado ao seu fim, sem o auxílio que recebemos, durante três anos, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. A este órgão de fomento, meus agradecimentos.

Igualmente, é preciso registrar meu reconhecimento às secretárias do curso de pós-graduação na USP, que quando precisei prontamente me atenderam.

A todos que de uma forma ou de outra colaboraram para o resultado final desta pesquisa, a expressão de meus agradecimentos.

Por fim, agradeço a alguém muito especial neste trabalho de pesquisa, quero me dirigir diretamente a você, professor Ariovaldo.

Primeiramente porque quando me senti “na escuridão”, do caminho da minha pesquisa, literalmente, naquela noite de terça-feira fria de junho de 2005, você foi a “luz no fim do túnel”; depois, porque me estendeu a mão ao assumir o desafio da minha orientação. Um dia, Ari, lá no passado, você disse ao seu mestre:

“Mestre dos mestres, amigo, companheiro, enfim GENTE antes de tudo.

Não há como ser-lhe grato.

Não há como escrever estes agradecimentos.

Nem há como falar-lhe.

Só há uma forma de expressar-lhe minha gratidão eterna:

É pelo profundo respeito ao seu trabalho

Porque assim...

Vejo-me diante do mestre

Que tem sempre uma palavra ao discípulo.

Que estende a mão quando solicitada

Que nos acolhe quando sem teto

E que sempre tem forças para nos incentivar,

Para abrir horizontes, apontando para o futuro.

Por isso, meu mestre, só posso dizer-lhe que sou grato,

Eternamente grato, por tudo que fizeste e pelo que

certamente continuará a fazer à todos que tiverem a felicidade de participar de seu convívio”

(OLIVEIRA, 1978).

Agora, no presente, após tudo o que você fez por mim, o que teria eu para lhe dizer?

Quais seriam as melhores palavras para lhe agradecer? Para isso faço minhas as suas palavras,

mas desta vez, para dizer tudo isto a você, MESTRE:

A você Ari, minha eterna gratidão.

[...] talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito [...]. Não somos o que deveríamos ser, mas somos o que iremos ser. Mas graças à Deus, não somos o que éramos.

(Martim Luther King).

RESUMO

O objetivo do nosso esforço analítico neste trabalho de pesquisa incide na compreensão do processo de transformação de uma fração do território, iniciando pela análise do território original indígena até chegar ao desvendamento das novas territorialidades camponesas resultantes da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. É esta questão que norteia a presente pesquisa, cujo recorte geográfico é o Noroeste do Paraná, uma fração desse Estado que teve um rápido processo de transformação territorial num curto espaço de tempo. Para compreendermos esta metamorfose partimos do pressuposto de que a lógica da construção do território é uma unidade dialética em que simultaneamente ocorrem a construção, a destruição, a manutenção e, evidentemente, a transformação. Nesse contexto, procuramos desvendar tal processo através da identificação de três momentos históricos: o do território original indígena, o do advento da formação da propriedade privada, com o desenvolvimento da colonização, e por fim, o da construção das novas territorialidades camponesas, objeto da tese. Sendo assim, a análise das evidências para compreendermos o processo de transformação do território está desenvolvida da maneira a seguir descrita. Após a introdução, no primeiro capítulo, expomos os caminhos de construção da investigação, identificando o recorte geográfico em que ela ocorre e apresentando a reflexão teórico-metodológica e os conceitos que sustentam esta pesquisa. No segundo capítulo, somando-nos às pesquisas dos estudiosos que tratam da questão indígena no Norte do Paraná, procuramos, da mesma maneira contribuir para a desmistificação do discurso hegemônico do “vazio demográfico” implantado nesta região no período em que estava sendo colonizada e mostrar que a região estudada, até um passado recente que coincide com o período da colonização, tinha como seus primeiros habitantes a população autóctone, sendo, portanto, território original dos povos indígenas. No terceiro capítulo, procuramos compreender, utilizando entrevistas com fontes orais, o desenvolvimento do processo de colonização que se inicia nos primórdios da década de 1950. Paralelamente à colonização, destacamos, igualmente os acontecimentos que envolvem os conflitos pela posse da terra na região. Por fim, no quarto capítulo o trabalho demonstra que após a fase de ocupação efetuada através da colonização, a partir de meados da década de 1980, ocorre uma nova forma de ocupação do território, desenvolvida pelo MST, a qual vai influenciar diretamente a construção das novas territorialidades camponesas, através das desapropriações dos grandes latifúndios improdutivos e imissão de posse aos camponeses.

PALAVRAS-CHAVE: Noroeste do Paraná. Transformação do território. Território indígena. Colonização. Novas territorialidades camponesas.

ABSTRACT

The aim of the analytical effort, in this study, focus on the understanding of the transformation process happening in a determined territory fraction. It started with the investigation of the original indian territory up to revealing the new peasants' territorialities, which resulted from the acting of the Landless Workers Movement (LWM), known in Brazil as *MST Movement*. That issue directs the present study, whose geographical focus is a fraction of the state - Northeast of Paraná, which in a short period of time has undergone a fast transformation process. In order to understand such a metamorphosis, it was presumed that, the logic of territory construction is a dialectic unit, in which the construction, as well as the destruction, maintenance and transformation occur simultaneously. In such a context, the transformation process was submitted to an investigation, by identifying three historical movements: the original indian territory, the advent of forming private properties, happening with the colonization development, and finally, the construction of new peasants' territorialities in fact the main aim of the present study. Thus, further, the development of the evidence analysis is described, in order to promote the comprehension concerning the process of territory transformation. After introducing the theme, the first chapter focus on the ways used to construct the investigation, thus identifying the geographical area in which it occurs, and presenting the theoretical-methodological reflection, as well as the concepts on which the present study is based. In the second chapter, joining our study to other studies dealing with Indian issues focusing the North of Parana State, there was an attempt to contribute to demystify the hegemonic discourse of 'demographic emptiness' implanted in that region during the colonization period. The aim was to show that till a recent past, which coincides with the colonization period, the region under investigation had the autochthon population as its first inhabitants, therefore, being a territory originally from indian people. In the third chapter, oral interviews used to understand the development of the colonization process, which started in the 50's are explored. Simultaneously to the colonization, happenings involving conflicts for possessing the land are pointed out. Finally, in the fourth chapter it is demonstrated that, after the occupation phase through the colonization, a new form of territory occupation happened in the 80's. Such occupation was developed by the movement of landless people, which has been influencing directly the construction of new peasants' territorialities, through the dispossession or expropriation of some large land areas, considered as non- productive latifundiuns, thus resulting in emitting legal documents of property favoring the peasants.

KEY WORDS: Northeast of Parana State. Territory transformation. Indian territory. Colonization. New peasants' territorialities.

RÉSUMÉ

Le but de notre effort analytique dans ce travail de recherche tombe sur la compréhension du processus de transformation d'une fraction du territoire, en commençant par l'analyse du territoire originel indien jusqu'à l'arrivée du décèlement des nouvelles territorialités champêtres résultants de l'action du Mouvement des travailleurs ruraux sans-terre (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST). C'est cette question qui oriente cette recherche, dont la découpe géographique est le Nord-ouest du Paraná, une fraction de cet Etat qui a eu un processus de transformation territoriale rapide dans un court espace de temps. Pour comprendre cette métamorphose on part du présupposé de que la logique de la construction du territoire est une unité dialectique dans laquelle surviennent en même temps la construction, la destruction, le maintient et, évidemment, la transformation. Dans ce contexte, on a cherché déceler un tel processus à travers l'identification de trois moments historiques: celui du territoire originel indien, celui de l'avènement de la formation de la propriété privée, avec le développement de la colonisation, et finalement, celui de la construction des nouvelles territorialités champêtres, objet de la thèse. De cette façon, l'analyse des évidences pour comprendre le processus de la transformation du territoire est développée de la manière décrite ci-dessous. Après l'introduction, dans le premier chapitre, on expose les chemins de construction de l'enquête, en identifiant la recoupe géographique dans laquelle celle-ci a occurrence et en présentant la réflexion théorico-méthodologique et les concepts qui soutiennent cette recherche. Dans le deuxième chapitre, en ajoutant notre recherche à celles des chercheurs qui traitent la question indienne dans le Nord du Paraná, on a cherché, de la même manière contribuer pour la démystification du discours hégémonique du "vide démographique" implanté dans cette région dans la période lorsqu'on la colonisait et montrer que la région étudiée, jusqu'à un passé récent qui coïncide avec la période de la colonisation, avait comme premiers habitants la population autochtone, étant, donc, territoire originel des peuples indiens. Dans le troisième chapitre, on cherche comprendre, en utilisant des interviews avec source orale, le développement du processus de la colonisation qui commence dans les débuts des années 1950. Parallèlement à la colonisation, on détache, également les événements qui mêlent les conflits pour la possession de la terre dans la région. Finalement, dans le quatrième chapitre le travail montre qu'après la phase d'occupation effectuée à travers la colonisation, à partir de la moitié des années 1980, il y a l'occurrence d'une nouvelle façon d'occupation du territoire, développée par le MST, laquelle va influencer directement la construction des nouvelles territorialités champêtres, à travers les désappropriations des terres des grands latifundiums improductifs et l'émission de possession aux paysans.

MOTS-CLE: Nord-ouest du Paraná; transformation du territoire; territoire indien; colonisation; nouvelles territorialités champêtres.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Norte do Paraná Microrregiões Homogêneas	41
Figura 2 – Frentes de Ocupação No Território Paranaense	43
Figura 3 – Origem de Fluxos Migratórios No Norte do Paraná	44
Figura 4 – Localização da Microrregião Geográfica de Paranavaí	47
Figura 5 – Distribuição das Reduções Jesuíticas na Província do Guairá	100
Figura 6 – Aldeamentos Indígenas na Província do Paraná	104
Figura 7 – Localização da Jazida Arqueológica de 3 Morrinhos	108
Figura 8 – Croqui de Jazimento Arqueológico Encontrado em Querência do Norte	109
Figura 9 – Levantamento de Sítios Arqueológicos no Noroeste do Paraná	112
Figura 10 – Localização da Serra dos Dourados	123
Figura 11 – Localização da Área Habitada pelos Índios Xetá no Noroeste do Paraná	141
Figura 12 – Índios Remanescentes Xetá que Habitaram o Noroeste do Paraná	154
Figura 13 – Terras Indígenas do Estado do Paraná	158
Figura 14 – Noroeste do Estado do Paraná – Gleba Pirapó 1925	190
Figura 15 – Conjunto das Colônias de Faixa de Fronteira	206
Figura 16 – Croqui do Noroeste do Paraná de 1948 a 1955	212
Figura 17 – Genealogia dos Municípios do Noroeste Paranaense: Microrregião Geográfica de Paranavaí.	217
Figura 18 – Localização da Microrregião Geográfica de Paranavaí no Contexto da Divisão Administrativa em 1947 no Município de Mandaguari	218
Figura 19 – Primeira Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavaí	218
Figura 20 – Segunda Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavaí	219
Figura 21 – Terceira Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavaí	219
Figura 22 – Quarta Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavaí	220
Figura 23 – Grandes Grilos de Terra no Paraná	272
Figura 24 – Identificação das Brigadas do MST no Noroeste Paranaense	338
Figura 25 – Mapa do Município de Querência do Norte com Localização dos Assentamentos	355
Figura 26 – Número de Famílias Assentadas no Noroeste do Paraná	378
Figura 27 – Número de Famílias Acampadas no Noroeste do Paraná no Ano de 2006	379
Figura 28 – Número de Famílias Inscritas pelo Correio e Cadastradas pelo Incra para o Programa Acesso Direto à Terra	382
Figura 29 – Croqui do Assentamento Antônio Conselheiro Localizado no Município de Amaporã	599
Figura 30 – Croqui do Assentamento Mãe de Deus Localizado no Município de Jardim Olinda	600
Figura 31 – Croqui do Assentamento Sebastião Camargo Filho Localizado no Município de Marilena	601
Figura 32 – Croqui do Assentamento Santo Ângelo Localizado no Município de Marilena	602
Figura 33 – Croqui do Assentamento Quatro Irmãos Localizado no Município de Marilena	603
Figura 34 – Croqui do Assentamento Monte Azul Localizado no Município de Mirador	604
Figura 35 – Croqui do Assentamento Brizanta Localizado no Município de Nova Londrina	605
Figura 36 – Croqui do Assentamento Santa Maria (COPAVI) Localizado no Município de Paranacity	606

Figura 37 – Croqui do Assentamento Sumatra Localizado no Município Planaltina do Paraná/Amaporã .	607
Figura 38 – Croqui do Assentamento Pontal do Tigre Localizado no Município de Querência do Norte ..	608
Figura 39 – Croqui do Assentamento Chico Mendes Localizado no Município de Querência do Norte	609
Figura 40 – Croqui do Assentamento Che Guevara Localizado no Município de Querência do Norte	610
Figura 41 – Croqui do Assentamento 17 de Maio (Margarida Alves) Localizado no Município de Querência do Norte	611
Figura 42 – Croqui do Assentamento Zumbi dos Palmares Localizado no Município de Querência do Norte	612
Figura 43 – Croqui do Assentamento Luiz Carlos Prestes Localizado no Município de Querência do Norte	613
Figura 44 – Croqui do Assentamento Santana (Unidos pela Terra) Localizado no Município de Querência do Norte	614
Figura 45 – Croqui do Assentamento Antônio Tavares Pereira Localizado no Município de Querência do Norte	615
Figura 46 – Croqui do Assentamento Oziel Alves Pereira Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo	616
Figura 47 – Croqui do Assentamento 17 de Abril Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo	617
Figura 48 – Croqui do Assentamento Paraná Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo.....	618
Figura 49 – Croqui do Assentamento Teixeira Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo	619
Figura 50 – Croqui do Assentamento Ilgo Luiz Perruzo Localizado no Município de Santa Mônica	620
Figura 51 – Croqui do Assentamento Taperivá Localizado no Município de São João do Caiuá	621
Figura 52 – Croqui do Assentamento Nossa Senhora da Penha Localizado no Município de Terra Rica ..	622
Figura 53 – Croqui do Assentamento Santo Antônio das Águas do Corvo Localizado no Município de Terra Rica	623
Figura 54 – Croqui do Assentamento São Paulo Localizado no Município de Terra Rica	624
Figura 55 – Croqui do Assentamento Vida Nova Localizado no Município de Terra Rica	625
Figura 56 – Croqui do Assentamento Sétimo Garibaldi Localizado no Município de Terra Rica	626

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grandes Grilos de Terra no Paraná	271
Quadro 2 – Assentamentos e Número de Famílias Assentadas no Noroeste do Paraná	377
Quadro 3 – Acampamentos e Número de Famílias Acampadas no Noroeste do Paraná no ano de 2006 ...	379
Quadro 4 – Número de Famílias Inscritas pelo Correio e Cadastradas pelo Incra para o Programa Acesso Direto à Terra	381

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Rodovia Paranavaí à Maringá	31
Foto 2 – Nhengo e seu Grupo Familiar Localizado em 1956	80
Foto 3 – Senhora Maria Rodrigues da Silva	119
Foto 4 – Panorama da Serra dos Dourados entre Ivaté e o Córrego 215	122
Foto 5 – Tikuein Ueió (Kaiuá) e ã (Moko) sua Irmã	126
Foto 6 – Panorama da Fazenda Santa Rosa	128
Foto 7 – Jovem Kuein Adornado	130
Foto 8 – Ranchos do SPI Construídos na Serra dos Dourados	133
Foto 9 – Expedição na Serra dos Dourados	134
Foto 10 – Vladimir Kozák e Tuca	135
Foto 11 – Criança Xetá em Processo de Aculturação	137
Foto 12 – Criança Xetá em Processo de Aculturação	137
Foto 13 – Crianças Xetá em Companhia de Religioso e Colono	138
Foto 14 – Tikuein e sua Irmã Adornados	139
Foto 15 – Mulher Xetá Corregando Filho e Utensílios Domésticos	142
Foto 16 – Mosaico de Fotos da Construção de Tapuy	143
Foto 17 – Tikuein na Terra Indígena São Jerônimo	147
Foto 18 – Saída de ã da Serra dos Dourados	150
Foto 19 – Mulheres Remanescentes do Povo Xetá	152
Foto 20 – Casa de Tiguá em Xambrê	168
Foto 21 – Tiguá e Netos	170
Foto 22 – Tiguá e Sua Família	171
Foto 23 – Tiguá na Serra dos Dourados	174
Foto 24 – Indianara Tiguá Próxima ao Córrego 215	175
Foto 25 – Casal Entrevistado Residente no Município de Querência do Norte	177
Foto 26 – Ônibus que Fazia a Linha Londrina – Paranavaí	200
Foto 27 – Estrada Maringá – Paranavaí. Imediações de Paranavaí em 1948	202
Foto 28 – Estrada Principal Paranavaí à Maringá com Processo Erosivo em [1955?]	202
Foto 29 – Primeiras Famílias Moradoras da Colônia Paranavaí	203
Foto 30 – Primeira Família que Requereu Título de Propriedade em Paranavaí em 1943	205
Foto 31 – Imediações de Paranavaí em 1948	211
Foto 32 – Vista Parcial de Paranavaí em 1948	215
Foto 33 – Vista Parcial da Cidade de Paranavaí na Década de 1950	215
Foto 34 – Vista Parcial do Movimento da Cidade de Paranavaí na Década de 1950	216
Foto 35 – Processo Erosivo no Município de Itaúna do Sul	258
Foto 36 – Erosão em Estradas Rurais	259
Foto 37 – Processo Erosivo no Núcleo Urbano de Itaúna do Sul	260
Foto 38 – Processo Erosivo em Pastagem	262

Foto 39 – Sede do Assentamento Santa Maria – COPAVI, no Município de Paranacity	285
Foto 40 – Reunião no assentamento Luis Carlos Prestes no Município de Querência do Norte	324
Foto 41 – Vista Parcial da Paisagem do Assentamento Pontal do Tigre	350
Foto 42 – Vista Parcial de um Lote no Assentamento Chico Mendes	353
Foto 43 – Vista Parcial do Assentamento Chico Mendes	354
Foto 44 – Vista Parcial dos Lotes do Assentamento Sétimo Garibaldi	362
Foto 45 – Vista Parcial do Assentamento Sétimo Garibaldi	362
Foto 46 – Vista Parcial do Assentamento Mãe de Deus	365
Foto 47 – Agrovila do Assentamento Santa Maria – COPAVI	369
Foto 48 – Vista Parcial da Sede da COPAVI	370
Foto 49 – Horta Orgânica	371
Foto 50 – Horta Orgânica – Canteiros	371
Foto 51 – Estufa de Produção de Mudas	371
Foto 52 – Estufa – Outro Momento	371
Foto 53 – Pastagem da COPAVI	371
Foto 54 – Pastagem – Outro Ângulo	371
Foto 55 – Espaço de Criação de Suínos	372
Foto 56 – Vista Parcial do Curral	372
Foto 57 – Secador de Frutas	372
Foto 58 – Secador – Outro Ângulo	372
Foto 59 – Cozinha de Panificação	373
Foto 60 – Cozinha do Restaurante Coletivo	373
Foto 61 – Produção da Cachaça	373
Foto 62 – Estágio Final de Produção de Cachaça	373
Foto 63 – Paisagem Típica do Noroeste do Paraná	391
Foto 64 – Trabalho nos Canteiros da Horta – Assentamento Santa Maria	392
Foto 65 – Prédio da Coletoria Estadual de Loanda	424
Foto 66 – Prédio da Prefeitura de Loanda	425
Foto 67 – Cinema de Loanda	425
Foto 68 – Vista Parcial da Cidade de Loanda	425
Foto 69 – Vista Parcial da Cidade de Loanda	426
Foto 70 – Vista Parcial da Cidade de Loanda	426
Foto 71 – Vista Parcial da Cidade de Loanda	426
Foto 72 – Vista Parcial da Cidade de Loanda	427
Foto 73 – Vista Parcial da Cidade de Loanda	427
Foto 74 – Lancha Sobre o Rio Paraná	435
Foto 75 – Vista Aérea da Cidade de Nova Londrina	448
Foto 76 – Primeira Missa e Instalação do Primeiro Cruzeiro em Diamante do Norte	455
Fotos 77 e 78 – Alguns Moradores do Município de Diamante do Norte	456
Foto 79 – Caminhões e Moradores de Diamante do Norte	456

Foto 80 – Aspectos da Vegetação de Diamante do Norte	457
Foto 81 – Lavoura de Café em Diamante do Norte	457
Foto 82 – Aspecto dos Cafezais em Diamante do Norte	457
Foto 83 – Moradores da Cidade de Diamante do Norte	458
Foto 84 – A Mata e a Madeira que Existiam no Município de Itaúna do Sul na Década de 1950	462
Foto 85 – Transporte de Madeira para Serraria	463
Foto 86 – Vista Parcial do Centro da Cidade de Itaúna do Sul	463
Foto 87 – Chegada da Primeira Boiada ao Município de Itaúna do Sul	463
Foto 88 – Secagem do Café nos Terreirões	464
Foto 89 – A Erosão é um Fantasma para Prefeituras do Noroeste Paranaense	464
Foto 90 – Início de Erosão nas Ruas da Cidade de Itaúna do Sul	464
Foto 91 – Aspectos do Processo Erosivo na Zona Urbana	465
Foto 92 – Erosão Urbana Ameaçando Residências	465
Foto 93 – Princípio do Processo Erosivo pelo Pisoteio do Gado na Pastagem da Zona Rural de Itaúna do Sul	465
Foto 94 – Erosão Leva Areia para os Rios Causando Assoreamento nos Rios e Destruição de Pontes na Zona Rural	466
Foto 95 – Saída de Moradores de Passo Fundo – RS, com Destino à Querência do Norte	476
Foto 96 – Estrada do Queixada, porta de entrada para a cidade de Querência do Norte	476
Foto 97 – Vista Aérea da Cidade de Querência do Norte, Destacando o Corte das Ruas e Avenidas	477
Foto 98 – Primeiro Hotel da Cidade de Querência do Norte	477
Foto 99 – Primeira Rodoviária de Querência do Norte	477
Foto 100 – Primeiras Construções na Cidade de Querência do Norte	478
Foto 101 – Aspectos da Área de Saúde da Cidade de Querência do Norte	478
Foto 102 – Habitantes da Zona Rural do Município de Querência do Norte	478
Foto 103 – Trabalhadores na Colheita do Arroz em Querência do Norte	479
Foto 104 – Trabalhadores na Derrubada da Mata	479
Foto 105 – Transporte de Corte de Árvore Centenária para Serraria	479
Foto 106 – Moradores Capturam Sucuri no Município de Querência do Norte	480
Foto 107 – Moradores Capturam uma Onça	480
Foto 108 – O Então Governador do Paraná Paulo Pimentel e o Prefeito do Município de Querência do Norte Paulo Konrath	481
Foto 109 – Prédio da Prefeitura da cidade de Santa Cruz do Monte Castelo	484
Foto 110 – Primeiro Hotel da Cidade Santa Cruz de Monte Castelo	484
Foto 111 – Primeira Igreja da Cidade de Tamboara	497
Foto 112 – Prédio da Prefeitura da Cidade de Tamboara	497
Foto 113 – Vista Parcial da Cidade de Terra Rica	508
Foto 114 – Prédio da Prefeitura da Cidade de Terra Rica	508
Foto 115 – Vista Aérea da Cidade de Paraíso do Norte	512
Foto 116 – Caravaneiros que Vieram do Rio Grande do Sul, Nesse Dia Ocorreu a Fundação da Cidade de Planaltina do Paraná	536

Foto 117 – Festejo na Fundação da Cidade de Planaltina do Paraná	537
Foto 118 – Igreja e Casa Paroquial, Construídas pela População no Período da Formação do Município de Alto Paraná	540
Foto 119 – Fazenda de Café em Alto Paraná	541
Foto 120 – Primeiras Casas no Município de Alto Paraná	541
Foto 121 – Início da Formação da Cidade de Alto Paraná	542
Foto 122 – Primórdios do Núcleo Urbano de Alto Paraná	542
Foto 123 – Aspecto das Ruas de São João do Caiuá no Período de Sua Formação	546
Foto 124 – Casa Paroquial Construída na Época da Formação da Cidade de Paranacity	552
Foto 125 – Primeira Igreja no Povoado de Cruzeiro do Sul	568
Foto 126 – Aspecto da Cidade de Cruzeiro do Sul	569
Foto 127 – Senhor Benedito Gomes e sua Esposa Marinalva	571
Foto 128 – Edilsom Aparecido Peixoto	581
Foto 129 – Senhor Olmiro de Conte	590
Foto 130 – Assentados da Copavi	594

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECON – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte

APA – Área de Proteção Ambiental Federal do Noroeste do Paraná

BRAPA – Colonizadora Brasil Paraná

BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio

CEFSPRG – Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande

CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COANA – Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante

COPACO – Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista

COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda

COSEAS – Coordenadoria de Assistência Social da USP

CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

DGTC – Departamento de Geografia Terras e Cartografia

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FFLCH – Faculdade de Filosofia letras e Ciências Humanas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IR – Inspetoria Regional

LAEE – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História

MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MJT – Movimento Justiça e Terra

MRG – Microrregião Geográfica

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAS – Ocorrência Arqueológica de Superfície

ONU – Organização das Nações Unidas

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR – União Democrática Ruralista

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	23
1	O CAMINHO	31
1.1	OS PRIMEIROS PASSOS DO CAMINHO E A EXPERIÊNCIA VIVIDA	33
1.2	NOROESTE DO PARANÁ: LOCALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO RECORTE GEOGRÁFICO DA PESQUISA	39
1.3	QUESTÕES DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: O TRABALHO DE CAMPO	48
1.3.1	Ouvindo os camponeses: o trabalho com fontes orais	54
1.4	QUESTÕES DO MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO E REFLEXÃO CONCEITUAL	69
2	INDIOS: OS PRIMEIROS HABITANTES DO NOROESTE DO PARANÁ	80
2.1	ANiquilação DO TERRITÓRIO INDÍGENA E O DISCURSO DO VAZIO DEMOGRÁFICO	82
2.2	ASPECTOS DO PROCESSO DA OCUPAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ ENQUANTO TERRITÓRIO INDÍGENA	95
2.3	A ARQUEOLOGIA NA REGIÃO NOROESTE	107
2.4	A EXPERIÊNCIA DE CONVIVÊNCIA DE COLONA COM OS POVOS AUTÓCTONES DO NOROESTE DO PARANÁ	113
2.5	OS ÍNDIOS XETÁ	119
2.6	ASPECTOS DO MODO DE VIDA XETÁ	140
2.7	OS ÚLTIMOS DOS XETÁ	145
2.8	TIGUÁ A ÚLTIMA REMANESCENTE XETÁ NO NOROESTE PARANAENSE	160
2.8.1	Prólogo	160
2.8.2	A busca e os fatos	161
2.8.3	O contato	167
3	A GEOGRAFIA ATRAVÉS DA MEMÓRIA: A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ ATRAVÉS DAS FONTES ORAIS	177
3.1	COLONIZAÇÃO: REFLEXÃO CONCEITUAL	179
3.2	NOROESTE DO PARANÁ: MICRORREGIÃO DE PARANAVAÍ ANTES DE 1950	187
3.2.1	A criação de Paranavaí e seu papel no contexto regional	212
3.3	O PAPEL DAS COMPANHIAS COLONIZADORAS	220

3.4	OS MOTIVOS E AS TRAJETÓRIAS DA MIGRAÇÃO PARA A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ	235
3.5	A COMPRA DA TERRA E A MUDANÇA	245
3.6	A PLANTAÇÃO DOS CAFEZAIS E AS CONSEQUÊNCIAS DAS GEADAS: SONHO E REALIDADE	247
3.7	AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADAS PELO RÁPIDO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO	254
3.8	PARALELAMENTE À COLONIZAÇÃO, OS CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA	269
3.8.1	Os despejos e a violência no campo no Noroeste do Paraná	280
4	O PAPEL DAS LIDERANÇAS E A ORGANIZAÇÃO DO MST NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA	285
4.1	A GÊNESE DAS OCUPAÇÕES DO MST NO NOROESTE DO PARANÁ	287
4.2	O PAPEL DAS LIDERANÇAS DO MST	294
4.3	O PAPEL DAS LIDERANÇAS E A ORGANIZAÇÃO DO MST NO NOROESTE DO PARANÁ	309
4.4	AS LIDERANÇAS E A VIOLÊNCIA	327
4.5	A ORGANIZAÇÃO EM BRIGADAS DOS ASSENTAMENTOS CONCRETIZADOS REPRESENTAM A NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA	335
4.5.1	As Brigadas Sebastião da Maia e Sétimo Garibaldi	339
4.5.2	A Brigada Salvador Allende	356
4.5.3	A Brigada Iraci Salete Strozack	363
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	383
	REFERÊNCIAS	394
	ANEXOS	413

INTRODUÇÃO

O saber só se aprende com os mestres;
mas a sabedoria,
só com o corriqueiro da vida.

Cora Coralina

O resultado do trabalho de pesquisa apresentado neste volume, que por ora introduzimos, é sinônimo de uma longa caminhada, realizada com aflições e satisfações, encontros e desencontros, e também muita alegria. Esta pesquisa teve como motivação a necessidade que sentíamos de apresentar e trazer para o debate acadêmico a questão da transformação do território compreendido numa fração do Estado do Paraná. Portanto, o que agora trazemos à luz do entendimento desse processo, é a conclusão de uma pesquisa que teve quatro anos de duração.

Nesse sentido, temos a plena convicção de que um trabalho escrito é sempre um testemunho de um momento passado, como já afirmou Moraes (1983). Fazemos coro com suas suas palavras quando afirma: “Se o conhecimento são aproximações sucessivas que o próprio real ultrapassa, constantemente, em seu movimento incessante, o resultado de toda pesquisa deve ser a dúvida, uma complexização mais profunda da realidade que já a ultrapassa, datando-a num passado absoluto. O conhecimento é, assim, um itinerário da pretensão à modéstia” (MORAES, 1983, p. 1).

Entrementes, antes de tratarmos especificamente do tema e do objeto da tese que envolveu a proposta de construção desta pesquisa, faz-se necessário um breve relato histórico, com o objetivo de explicarmos a razão pela qual quisemos estudar o espaço geográfico que compreende o Noroeste do Estado do Paraná. Para compreendermos essa razão, é necessário um retorno ao ano de 2000, quando iniciamos a nossa pesquisa para a conclusão da dissertação de mestrado.

Especificamente no ano de 2001 iniciamos nossos primeiros contatos no município de Querência do Norte, município que faz parte da microrregião de Paranavaí, esta, por sua vez, a área de abrangência da presente pesquisa. Contatamos então tanto os colonizadores do município quanto lideranças e coordenadores dos assentamentos rurais de reforma agrária realizados mediante a luta dos trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Querência do Norte é considerado o *locus* do processo de reforma agrária no

Noroeste do Paraná, e no momento da pesquisa do mestrado contava com 7 assentamentos, com os quais trabalhamos.

Tendo em vista que a Região Noroeste do Paraná, no que se refere aos estudos do processo de colonização, encontrava-se precariamente desenvolvida, e que Querência do Norte faz parte de um contexto histórico de colonização que fecha o círculo das frentes pioneiras, sendo considerado um município onde a propriedade da terra ao longo da história foi bastante conflituosa, estudar o passado para compreender o presente daquele município, num contexto regional, foi a premissa que norteou nossa pesquisa de mestrado.

Dentro dessa lógica, contemplando variáveis norteadoras como questão fundiária, origem da propriedade da terra envolvendo grilagem e posse, colonização, luta pela reforma agrária e assentamentos rurais, desenvolvemos uma pesquisa naquele município, fazendo o levantamento histórico através das fontes orais como fontes primárias de informação, tanto da colonização como do processo de luta pela reforma agrária.

Além de a pesquisa por si só nos encher de satisfação, o que mais nos deixou fascinada foi conseguir unir lados diametralmente opostos no município - os pioneiros da colonização e os assentados pelo MST - numa sala, em torno de um objetivo comum, que seria a discussão para publicação de parte da pesquisa no livro intitulado: “Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense”. Motivo de igual alegria foi perceber que todo o esforço da nossa pesquisa não foi em vão, e poder deixar para aquele município e para a região¹ o resultado do nosso trabalho. Como estudamos no mestrado somente um município e os assentamentos de reforma agrária ali estabelecidos, a curiosidade em conhecer o processo de desenvolvimento e transformação territorial desencadeado na região foi aguçada. Destarte, o interesse em compreender a transformação do território pelos liames que permeiam os acontecimentos históricos ali sucedidos estava colocado como o objetivo principal que animou a execução do presente estudo. Sendo assim, esta tese, nos seus primórdios, surgiu com a intenção de ampliar o trabalho de pesquisa que havíamos desenvolvido no decorrer do mestrado.

¹ O leitor tomará conhecimento de que ao longo deste trabalho algumas vezes utilizamos o termo “região”. Esclarecemos, que o termo nesta pesquisa é empregado em sua acepção pelo senso comum, como sendo sinônimo de uma área, de um espaço, etc. Entretanto, lembramos ao leitor que, no contexto do debate geográfico, a palavra tem um conteúdo conceitual diferente, sendo utilizada com um novo poder explicativo.

A explicitação dos objetivos que animaram a execução desta pesquisa resume sobremaneira o que aqui expomos, haja vista que, primeiramente, o que aqui pretendemos, na óptica que podemos considerar como de um objetivo que exprime generalidade, é tratar do desenvolvimento do processo de transformação e construção do território que compreende o Noroeste do Paraná, abordando as suas múltiplas faces no percurso da história até chegar às novas territorialidades.

Dessa maneira, os objetivos específicos deste trabalho de pesquisa são representados pela necessidade de descrever as evidências do processo de transformação do território apresentadas na conclusão da pesquisa, a partir das análises conjunturais do território, que seguem o seguinte encadeamento: o território original indígena, o processo de colonização e, por derradeiro, a espacialização dos assentamentos estabelecida pelas ações de luta do MST no território conquistado, constituindo as novas territorialidades. Ao dizermos “novas territorialidades” nos referirmos ao papel crucial do MST na organização do que veio a constituir o novo no Noroeste, que é a transformação de poucas e grandes propriedades improdutivas em muitas e pequenas propriedades produtivas.

Alguns objetivos específicos que o trabalho contemplou foram, por exemplo, a análise da aniquilação do território original indígena e um levantamento histórico sobre a colonização e o processo de reforma agrária no Noroeste. Em síntese, a análise do processo de transformação do território é o objetivo que permeia a investigação. Entretanto, com o desenvolvimento desta pesquisa, esperamos contemplar teoria e prática num amálgama de compreensão do território do Noroeste do Paraná, procurando captar o movimento do movimento em movimento. Tomara que o consigamos.

Não obstante, foi contemplando essa questão da configuração do território como produto das relações sociais de produção travadas na simultaneidade da construção, destruição, manutenção e transformação, como observa Oliveira (1999), que nos propusemos a desenvolver o tema da pesquisa, ou seja, o processo de transformação da fração do território. Assim, o objeto da tese são as novas territorialidades camponesas como resultado dessa construção territorial, mediante a atuação do MST. É dessa questão que trata este trabalho de pesquisa, cujo recorte geográfico corresponde aos 29 municípios que compreendem a microrregião geográfica de Paranavaí, no Noroeste do Paraná.

Ao propormos tal tema, torna-se relevante caracterizar o movimento de transformação desse território, a princípio, como território original indígena, sendo o índio o sujeito social atuante naquele espaço. Em seguida, após o esfacelamento desse território original, o que se tem é a formação da propriedade privada através do processo de colonização, tendo em sua

base o auge da cultura cafeeira. Nesse período da colonização, o colono, hoje denominado regionalmente como pioneiro, o qual se sente orgulhoso de ter sido o responsável pelo “desbravamento das matas” e plantio dos cafezais, e ainda os grandes fazendeiros, os posseiros e os trabalhadores volantes, são os personagens sociais que atuaram e/ou atuam no Noroeste.

Em períodos mais recentes, a partir de meados da década de 1980, o que se tem naquele território é a atuação do MST, enquanto movimento social de trabalhadores rurais sem terra, logo, atores sociais que atuaram historicamente, transformando a paisagem dos grandes latifúndios improdutivos de pastagens em assentamentos produtivos contribuindo para a transformação do território. É nesse sentido que o objeto da tese - “novas territorialidades” - se justifica e já caminha para além do MST como sujeito social atuante de nova territorialidade, percebendo, então, a nova territorialidade camponesa daquele espaço geográfico. Em síntese, o objeto científico da tese é o estudo do processo que permeia a transformação do território e a construção das novas territorialidades camponesas.

Destarte, o que a pesquisa propõe não é o estudo de um único momento histórico e de um único sujeito social atuante na transformação do território, mas sim, o estudo do processo de transformação do território para se chegar a essa nova territorialidade. O que acontece no Noroeste do Paraná, exatamente como aclara Oliveira (1999), é uma unidade dialética, logo, contraditória, da espacialidade, que a sociedade possui e acaba por desenvolver de forma desigual, simultânea e combinada.

Dessa maneira, a hipótese que centraliza esta pesquisa, como o próprio título indica, é exatamente se havia a construção de uma nova territorialidade camponesa desenvolvida pelo MST nessa fração do território, o qual em um curto espaço de tempo passou por várias fases de transformação. Outrossim, como não trabalhamos com um único momento histórico, definimos o nosso recorte temporal a partir de um recorte cronológico que não se inicia com a colonização - de maneira geral datada do limiar da década de 1950 - mas antes dessa época, quando esta região era território indígena.

Para tanto precisaríamos compreender os três momentos de configuração do território, sendo eles: o território original indígena, o desenvolvimento do processo de colonização e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, esta concretizada na luta pela conquista da terra e materializada nos assentamentos e acampamentos, que por sua vez construíram as novas territorialidades.

Por fim, a sistematização analítica da investigação do trabalho que constitui esta pesquisa está organizada nas sinopses dos quatro capítulos inseridos nesse comenos, os quais contemplam as questões acima elaboradas. Portanto:

No primeiro capítulo, o qual intitulamos “Caminhos”, num primeiro momento expomos nossas experiências vivenciadas na construção dos caminhos que levaram à conclusão deste trabalho. Igualmente, localizamos e definimos o recorte geográfico da pesquisa, e além disso procuramos explicar o fato da área em estudo, apesar de já estar definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde 1990 como sendo Noroeste do Paraná, para seus moradores, como pudemos notar, ainda é muito forte o uso da expressão Norte Novíssimo do Paraná. Outrossim, conforme assevera Paulino (2003), a formação territorial evidencia a combinação de variáveis que estão unidas em uma complexa e indivisível amálgama, manifestando-se em “imagens territoriais”, como propõe Raffestin (1993), porém não se resume a elas. “Por essa razão, o esforço em desvendá-las requer a utilização de referenciais teórico-metodológico que contemplem a análise dos processos que lhe são subjacentes, ainda que nossos instrumentos analíticos sejam limitados ante fenômenos em constante movimento” (PAULINO, 2003, p. 77).

No capítulo primeiro também procuramos explicitar as bases teóricas e metodológicas para a realização da pesquisa, frisando a importância da diferenciação entre o método de investigação e o método de interpretação que sustenta esta pesquisa. No tocante ao método de investigação, procuramos mostrar a importância do trabalho de campo, descrevendo e explicitando a maneira como procedemos para a coleta dos dados, ao buscar nas fontes orais, através das entrevistas com os sujeitos sociais e suas histórias de vida, os elementos essenciais para a compreensão da transformação do território.

Considerando que as histórias de vida são variáveis importantes no moldar da construção do entendimento da configuração territorial, buscamos compreender os liames que permeiam a discussão da história oral.

Nesse capítulo estão também incluídas as questões relevantes do método de interpretação, alinhadas aos conceitos nucleantes que permeiam esta pesquisa..

O segundo capítulo é apresentado como ponto de partida para a compreensão da transformação do território. Ele contém uma análise do território original dos povos indígenas, na qual procuramos, de comum acordo com outras pesquisas referentes aos povos autóctones no Norte do Paraná, desmascarar o mito do discurso hegemônico do “vazio demográfico” empregado e utilizado no período da colonização pelas companhias colonizadoras, discurso que ainda perdura nos trabalhos acadêmicos que servem de mera

repetição da idéia predominante e não utilizam de um “olhar” minucioso para enxergar uma outra história que correu paralela ao processo de colonização, que é a história dos povos indígenas. Dessa feita, procuramos desenvolver uma análise da aniquilação do território original, bem como, tratamos do processo de ocupação do Noroeste enquanto território indígena, explicitando a arqueologia desses povos. Evidenciando essa assertiva, damos ênfase ao fato de encontrarmos uma colona do município de Mirador que teve a oportunidade de conviver com os índios naquele município no período de sua colonização. Trabalhamos também com a história do povo Xetá, que habitou num passado recente o Noroeste do Paraná, enfatizando os remanescentes desse povo, cujo vestígio, no Noroeste, encontra-se numa única remanescente Xetá, que tivemos oportunidade e a honra de conhecer e entrevistar cujo depoimento contribuiu imensamente para o reforço da idéia do território original indígena.

Destarte, nesse capítulo partimos da concepção de que a área em estudo era território dos povos indígenas, e foi mediante a aniquilação desse território, e o extermínio de seus primeiros ocupantes, que são instaurados os projetos de colonização.

No capítulo terceiro, procuramos descrever e dar continuidade ao processo de entendimento da transformação do território. Nele trabalhamos com o desenvolvimento da colonização, num primeiro momento tratando da sua reflexão conceitual e posteriormente explicitando aspectos do contexto histórico da microrregião de Paranavaí, antes de 1950. Para compreender como ocorreu a colonização, apoiamo-nos nas entrevistas com as fontes orais - dito de outra maneira - utilizamos a história de vida dos colonos camponeses para tratar da análise desse processo.

Fica claro que, ao nos reportarmos a esses sujeitos sociais enquanto colonos camponeses, estamos tratando de um conceito, que atualmente enfrenta debates e embates no interior da geografia agrária brasileira². Para tanto, o camponês, é aquele que, segundo Moura (1986, p. 9), “vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza”. Incluindo mais algumas prerrogativas para conhecermos quem é o camponês, a autora continua: “A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira

² Para um conhecimento a despeito da reflexão conceitual que abrange os camponeses, e sobre o estudo dessa classe no Norte do Paraná, aconselhamos ao leitor verificar a tese de doutoramento de Paulino (2003).

chuva, que inseto pode ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência*” (MOURA, 1986, p. 9).

Evidentemente, este trabalho não é um estudo do campesinato, mas o camponês é um ator social que construiu e transformou o território em estudo no período da colonização, e na atualidade atua construindo as novas territorialidades camponesas. De nossa parte, diante do que a realidade nos mostrou, assumimos a postura de entendimento do camponês em consonância com Oliveira (1986, p. 11), que afirma: “O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra”. Todavia, o camponês “deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações” (OLIVEIRA, 1986, p. 11).

Observamos em nosso estudo que os camponeses estão lutando para continuar a ser camponeses. Neste sentido:

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo)” (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

Feitas essas ponderações a despeito do conceito de camponês, num segundo momento, através de suas narrativas trazemos à baila a atuação das companhias colonizadoras, bem como os motivos que levaram os camponeses a migrar para o Noroeste do Paraná. Analisamos também como se dava a compra da terra e conseqüentemente a mudança desse colono aliada ao plantio da cultura cafeeira, com o resultado das marcas e conseqüências socioambientais deixado no rápido processo de colonização.

Outrossim, é incontestável, no capítulo terceiro, o fato de que paralelamente à colonização ocorriam os conflitos pela posse da terra, e com o acirramento desses conflitos a violência foi um marco no Noroeste Paranaense.

No quarto capítulo nos debruçamos sobre a constatação e compreensão de que o Noroeste do Paraná possui uma experiência riquíssima de atuação de um movimento social, o MST, o qual, através das várias lutas travadas no interior dos conflitos que ali ocorrem, tem conseguido, mediante a atuação de sua práxis, mudanças na ordem socioeconômica, política e territorial da região. Por isso nesse capítulo, no qual evidenciamos a construção das novas territorialidades camponesas, em primeiro plano, resgatamos a gênese das ocupações do MST na região, iniciada a partir de meados da década de 1980. Abordamos também a idéia de liderança que permeia o interior do Movimento, destacando o que é a liderança, o seu papel na organização do MST e conseqüentemente na transformação do território, não nos esquecendo de evidenciar a violência cometida contra essas lideranças no contexto regional. Evidenciamos ainda, através da história das brigadas, que a organização em brigadas dos assentamentos concretizados representa a nova territorialidade camponesa.

Por fim, ao assinalarmos que tratamos da transformação de um território e da construção de uma nova territorialidade camponesa, fazemos coro com Paulino (2003), destacando que para constata-la, certamente não bastariam os estudos realizados em gabinete. É por essa razão que os elementos da pesquisa de campo permeiam toda esta pesquisa, incluindo as visitas aos órgãos institucionais e aos 29 municípios que compreendem a área de estudo, bem como os assentamentos e acampamentos. Entrevistamos tanto os colonos camponeses quanto os camponeses assentados e acampados, estas entrevistas nos rendeu um valioso acervo histórico sobre a região. O componente histórico, como afirma Montenegro Gómez (2002), encontra-se entre esses elementos que penetram nosso estudo de forma determinante, e é por isso que os anexos inclusos nesta pesquisa têm para nós uma preciosidade inigualável: além de serem fruto da relação nossa com os camponeses do Noroeste, eles são fontes estimáveis para futuras pesquisas.

Finalizando, a análise de uma pesquisa não pode prescindir da história concreta, e a história de vida desse trabalho de pesquisa tem como argumento a história clara dos camponeses que lutaram e continuam lutando para permanecer na terra; ela tem no imo a observação das transformações reais processadas ao longo do tempo no espaço geográfico que compreende o Noroeste Paranaense.

CAPITULO I

O CAMINHO

Foto 1 – Rodovia Paranavaí à Maringá
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4 -2007.

Aula de vôo

O Conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se como cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs

Depois pensa que sabe
e de fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certezas na forma de muros,
orgulhando-se do seu casulo.

Até que maduro
explode em vôos
rindo do tempo que imaginava saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.

Mesmo o vôo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seu ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
e de suas certezas.
É meta da forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa

a nos mostrar que para o vôo
é preciso tanto o casulo
como a asa

1 O CAMINHO

Caminhante, não há caminho, o caminho é feito ao andar.
Ao andar se faz o caminho, e ao olhar para trás
se vê a senda que nunca se vai voltar a trilhar.
Caminhante, não há caminho, somente rastros no mar.

Antônio Machado

1.1 OS PRIMEIROS PASSOS DO CAMINHO E A EXPERIÊNCIA VIVIDA

Não há como descrevermos este item e discorrermos sobre nossa experiência vivida na Pós-Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo, sem nos resvalarmos numa escrita lírica, emitindo nossas experiências pessoais, haja vista que o curso de doutoramento na USP não só sedimenta uma experiência no trilhar os caminhos da ciência geográfica, mas também representa a realização de um sonho de vida. Estar na USP, para nós, é um sonho que merece ser explicado. Não sei se os sonhos, assim como as poesias, devem ser explicados, mas neste caso, se não o explicarmos, corremos o risco de cair no sentimentalismo tolo. Sendo assim, um pouco da experiência de estudante em geografia merece ser comentado e, isto, talvez justifique o nosso sonho.

Pedagoga formada no ano de 1997 e geógrafa graduada no ano de 1998 pela Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, na cidade de Campo Mourão, interior do Paraná, descobrimos desde o primeiro trabalho de campo a paixão pelo conhecimento geográfico. Enquanto cursávamos a graduação, percebíamos que a geografia abria horizontes e nos permitia “conhecer o mundo” numa outra óptica, ao mesmo tempo que as excursões a campo, realizadas com tantas dificuldades, permitiam-nos conhecer a realidade concreta do espaço geográfico. Isto tudo, independentemente das análises teóricas das categorias e dos conceitos geográficos, como espaço, território, paisagem, lugar etc. Tudo corria ao sabor de uma visão empírica da realidade, das boas amizades do curso de graduação em geografia e das boas e inesquecíveis Geofestas³. Lembranças boas que estarão sempre em nossa memória.

³ A Geofesta era uma atividade dada pela professora das disciplinas Geografia do Brasil e Geografia do Paraná do curso de graduação em Geografia. Esta atividade iniciou-se no final do ano de 1996 com a nossa turma do 2º ano de curso e se estendeu por todos os anos até o término da graduação, não envolvendo somente a nossa turma, e sim, todo o curso de geografia. A proposta da festa era trabalhar na prática o conteúdo que se estava estudando. Por exemplo: na disciplina Geografia do Brasil, dividimos a classe conforme as regiões brasileiras, e cada grupo

A especialização em Planejamento Geoambiental, concluída em 1999, ainda naquele “nosso pequeno mundo” nos proporcionou um singelo contato com a pesquisa científica, quando concluímos a monografia de especialização estudando os impactos ambientais na Ilha Grande, uma ilha localizada no Rio Paraná.

Em prosseguimento no ano de 2000 entramos no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá para cursar o mestrado, e dali em diante o “vício da pesquisa” nos contaminou.

Nesse período, em nossa pesquisa trabalhamos com o processo de colonização em Querência do Norte, um município do Noroeste do Paraná, considerado lócus do desencadeamento da reforma agrária na região, assunto também abordado na pesquisa aludida.

Após a conclusão do mestrado, no ano de 2002, providenciamos a inscrição para tentar a seleção do curso de doutoramento na Universidade Estadual Paulista – UNESP, câmpus de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Com vista a isso viajamos para São Paulo, e em 13 de setembro de 2002, nas dependências do Anfiteatro da FFLCH/USP, realizamos a prova de proficiência em língua francesa, exigida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, a qual é realizada todos os anos pelo Departamento de Geografia. Após o término da prova retornamos a Maringá e nos dirigimos à cidade de Presidente Prudente para passar pela bateria de provas da seleção do curso de doutoramento da UNESP. Felizmente, alguns dias depois o resultado da seleção da UNESP nos foi positivo.

Passados alguns dias, o telefonema de um amigo nos deu a notícia da aprovação na proficiência em língua estrangeira na Universidade de São Paulo. O que faltava era somente a entrevista com a futura orientadora, a qual se deu alguns dias depois. No dia marcado nos dirigimos a São Paulo e fomos entrevistada pela Prof^{ra}. Dr^a. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta, e para a nossa felicidade, ela aceitou orientar nosso projeto de pesquisa.

era responsável por uma região. Como havia uma competitividade natural entre os grupos, cada grupo queria fazer um trabalho melhor que o do outro, e no final o resultado de todos os grupos era maravilhoso. Assim, cada grupo trazia a público a arte, a cultura, envolvendo danças e tradições e a culinária da região. Tudo isso era apresentado pelo grupo, que se desdobrava desde a construção das barracas até a apresentação das danças; e à noite, quando a festa começava, num instante estávamos atendendo as mesas, num outro estávamos no palco dançando, numa festa que mais ao final do nosso curso durava três dias e parava a cidade de Campo Mourão. Essa festa consagrou a união da nossa turma de graduação em geografia, haja vista que num instante discutíamos entre o grupo por algo que não havia dado certo, no outro nos abraçávamos em comemoração ao resultado de uma dança bem-feita, de uma comida que tinha ficado excelente. Tudo isso deixou marcas, lembranças e saudades para a vida.

Naquele instante sentimo-nos recompensada e agraciada pela vida por poder, após passar por tantas dificuldades durante a vida de estudante, escolher entre duas universidades de peso em nível de Brasil para cursar um doutoramento, enquanto outras pessoas, inclusive amigos, estão há longos anos tentando cursar uma pós-graduação e são privados disso pelas circunstâncias.

Optamos por cursar o doutoramento na USP, e em 10 de março de 2003 ingressamos nesse programa, sob a orientação da Professora Doutora Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta. Nessa mesma data iniciamos a disciplina Geografia Política e Meio Ambiente, com o Prof^o. Wagner Costa Ribeiro; em seguida, iniciamos a disciplina Agricultura e Capitalismo no Brasil, com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Recordamo-nos de que no segundo ano do curso de graduação em geografia, na disciplina Geografia Agrária, estudamos o livro *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*, do Professor Ariovaldo, o qual naquela época nos chamou a atenção, porque tratava de abordagens teóricas sobre a questão agrária, e na USP, ao cursar a disciplina Agricultura e Capitalismo no Brasil, costumávamos sentar-nos para discutir as tais abordagens teóricas, que não nos haviam ficado claras na graduação.

É exatamente aqui, que o sonho de vida de estar na USP se justifica, agora já normal, porém à época da graduação e de nossas “ingenuidades” intelectuais era inconcebível, estar frente a frente e poder discutir nossas dúvidas com grandes intelectuais do pensamento geográfico. Na Universidade de São Paulo, nas dependências dos anfiteatros da FFLCH, poder estar na presença desses grandes intelectuais que pensam a geografia e absorver suas falas, sair das palestras e consultar suas obras nas bibliotecas, para nós, que tivemos oportunidade de entrar nesse “mundo das discussões das idéias”, foi inebriante. Este relato ainda demonstra ingenuidade? Talvez. Porém, sei que vivi e que senti, e aqui Roberto Carlos vem a calhar “o importante é que emoções eu vivi”.

Não obstante, como em todo sonho há o momento do despertar, e nem sempre a realidade encontrada é condizente com a realidade dos sonhos, vieram as dificuldades.

Primeiramente, a dificuldade do caminhar para chegar à USP, batalha travada na realidade cotidiana de estudante sem recursos e sem fomento, que coloca as dificuldades em último lugar e a pesquisa acima de tudo.

O fato é que, ao cursar as disciplinas, as dificuldades aumentaram. Pelo fato de morar em outro Estado era necessário viajar toda semana a São Paulo, e nessas alturas do caminho era impossível trabalhar; Vimo-nos então numa encruzilhada e tínhamos que optar: ou o trabalho ou o doutorado. Optamos pelo último.

Desta maneira, todo o ano de 2003 viajamos a São Paulo quase a cada semana, sem ajuda financeira de um órgão de fomento. A falta de recursos pecuniários pesou muito naquele ano. Atrelada a esse fator, a carga maior que nesses anos tivemos que carregar, por mais que tentamos conciliar as coisas, foi o choro da filha pequena cada vez que saíamos para estudar e a privávamos de nosso cuidado de mãe.

Talvez numa visão bem feminina, percebemos ao longo das leituras das dissertações e teses de outras geógrafas que as dificuldades vivenciadas na estrada de uma pós-graduação, com raras exceções, são comuns a todas nós que batalhamos por nossos ideais. Somos profissionais, estudantes, mães, donas de casa, geógrafas, guerreiras.

No limiar do ano de 2004 fomos contemplada com a bolsa de fomento, e mesmo sem estar recebendo o auxílio, realizamos o relatório solicitado pelo órgão fomentador, seguindo todas as instruções da secretaria de pós-graduação. Entregamos na data correta o relatório e a documentação que nos foram solicitados.

Daquele momento em diante, mais especificamente no mês de janeiro de 2004, conseguimos tocar o barco ao ritmo das ondas. A pesquisa não seria mais prejudicada por falta de auxílio financeiro. Não obstante, no mês de abril do mesmo ano recebemos um telefonema da secretaria da pós-graduação nos explicando o seguinte: pelo fato de nós termos sido contemplada com a bolsa numa mudança de ano de 2003 para 2004, a secretaria achou que não deveria enviar o nosso relatório ao órgão de fomento, e o resultado foi o cancelamento da bolsa, e que daquele momento em diante nós não receberíamos mais o auxílio.

Na nossa concepção era impossível aquele fato estar ocorrendo, pois havíamos feito tudo, preparado a documentação, entregado o relatório na data correta para que aquele fato não ocorresse; mas era verídico, ele estava ocorrendo. A partir daí foi uma batalha de ligações tanto para a secretaria da pós quanto para o órgão de fomento, na tentativa de reverter o quadro. Até que a situação fosse resolvida ficamos quase três meses sem o auxílio da bolsa, e todos os contatos que havíamos agendado para o desenvolvimento da pesquisa, tanto nos órgãos institucionais quanto nos assentamentos, caíram por terra, e por esse motivo nossa pesquisa teve um atraso de no mínimo 6 meses. Porém, felizmente, a situação foi contornada e aí sim pudemos tocar a pesquisa como havíamos planejado.

Apesar das dificuldades encontradas na pós-graduação, ao entrar na USP percebemos que tínhamos dado um grande passo; contudo, uma questão nos preocupava: a falta de um aprofundamento teórico de questões relevantes para geografia. Porém em conversa com outros pós-graduandos nos identificamos nessa dificuldade de não ter as várias posições

teóricas acerca do conhecimento geográfico incorporadas “mecanicamente”. Para nossa felicidade, uma fala do professor Ariovaldo nos acalmou neste sentido quando ele disse: “Adélia, isso acontece porque você é uma vítima da geografia”. Daí concluímos que a condição de vítima não era só nossa, mas de uma grande parte dos estudantes de pós-graduação, que se desdobram para inverter a situação de vítima para algoz e passar a ter o domínio das correntes teóricas que permeiam o discurso geográfico.

É por isso que cursar as disciplinas concomitantemente com a constante interlocução com os professores e colegas pós-graduandos nos possibilita encontrar caminhos analíticos de compreensão das teorias que fundamentam uma pesquisa científica na área geográfica. Sendo assim, depreendemos a necessidade do aprofundamento teórico para dar conta da complexidade das questões que cercam o conhecimento geográfico. Como já dizia o poeta: “o conhecimento caminha lento feito lagarta”; mas aos poucos, por entre a escuridão das dúvidas, o conhecimento adquirido cotidianamente sempre vai dando lugar à luz do entendimento.

Outro item importante que colocamos na lista de dificuldades ao cursar o doutoramento na USP é o fato de morarmos em outro Estado. Isto dificultou o convívio constante com os prazeres do conhecimento que essa universidade oferece, como, por exemplo: palestras com grandes intelectuais de várias áreas do conhecimento humano, boas bibliotecas, grupos de estudos sistematizados de fundamentação teórico-metodológica e uma série de outras atividades às quais não temos acesso direto.

Até aqui elencamos alguns itens de nossa experiência vivida na pós-graduação direcionados aos nossos sonhos e às dificuldades, mas por outro lado, todas as coisas maravilhosas que nos aconteceram na USP compensam qualquer dificuldade. A primeira é a convivência acadêmica em si, com seus encantos e – por que não ? - com seus desencantos. A segunda foi o fato de encontrar “abrigo” na orientação profícua do professor Ariovaldo, que mesmo antes da qualificação já havia assumido a orientação desta pesquisa. Por isso devemos a ele o resultado deste trabalho, sendo ele, nosso orientador por direito. Se seu nome não consta como orientador, isso se deve à burocracia, que tanto emperra a nossa vida.

Igualmente, o fato de um grupo conviver num mesmo barco, passando pelas mesmas dificuldades, é a semente de grandes amizades, que crescem, viram árvores, frutificam em amizades verdadeiras que carregamos ao longo da vida. Isto a Geografia tem nos proporcionado.

Nos encontros de geógrafos que acontecem pelo Brasil afora, o abraço caloroso do amigo sempre está presente. De uma forma tipicamente geográfica, o bom de se estudar

geografia também acontece “nas formas afetivas com que nos relacionamos e que recolocam em outro patamar as relações dos homens em sociedade e, concomitantemente, dos homens no território” (HAESBAERT, 2002, p. 171).

Ao concluirmos esta avaliação da experiência vivida na pós-graduação da USP, consideramos que há muito o que aprender, no aprofundamento do conhecimento da ciência geográfica, entretanto, acreditamos estar no caminho, e evidentemente, a estrada só se completa ao caminhar.

Esta poesia resume nossa experiência vivida na Universidade de São Paulo.

Caminhos do Conhecimento

O mestre disse:

“Tu és vítima de tua formação”.

Que formação? Aquela que não me formou.

Não compreendo o que dizem os letrados,
para compreender e interpretar o que ainda não sei da realidade.

Neste momento as borboletas ainda têm cor e movimento.

Sob o véu da ignorância as metáforas se traduzem lentamente,
e para apreender o que ainda não sei o caminho é longo, o caminho é longo.

E quiçá, eu aprenda com Fernando Pessoa,

Que as borboletas não têm cor nem movimento

É a cor que tem cor nas asas da borboleta

É no movimento da borboleta que o movimento se move.

E assim, percebo, que sou ainda, apenas o carteiro, e não poeta.

Sou o carteiro.

Que bom que sou o carteiro.

1.2 NOROESTE DO PARANÁ: LOCALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO RECORTE GEOGRÁFICO DA PESQUISA

Antes de delimitar especificamente o recorte geográfico do Noroeste do Paraná, região de estudo desta pesquisa, faz-se necessário esclarecer o porquê de o fazermos, pois quando se trata dessa região do Estado do Paraná, já definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na divisão territorial brasileira de 1990 como Noroeste do Paraná, para seus moradores, como pudemos perceber ao longo da jornada dos trabalhos de campo, ainda é muito forte o uso da expressão “Norte Novíssimo” do Paraná.

É evidente que esta expressão de regionalização está intimamente ligada à delimitação consagrada do Norte do Paraná num contexto mais amplo de regionalização do Estado. De fato, desde o século XIX o Norte do Paraná foi sendo delimitado e designado de várias maneiras conforme ia sendo ocupado pela população não indígena, ou, dito de outra maneira, a partir do momento em que esse território foi sendo ocupado incorporando a ótica do capital. Destarte, como salienta Tomazi (1997), inúmeras expressões, como “Sertão do Tibagi”, “Sertão do Cinzas”, e “Extremo-Norte do Laranjinha”, foram utilizadas para designar o Norte do Paraná. Todavia a subdivisão que se tornou mais divulgada e conhecida é aquela em que a região do Norte do Paraná é subdividida em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo.

Assim sendo, não custa lembrar que a delimitação dessas subdivisões estabelecidas, é utilizada por grande parte dos estudiosos do Norte do Paraná, e foi descrita da maneira seguinte, apregoadas nas palavras de Tomazi (1997, p. 126), o qual salienta que o *Norte Velho*, também denominado de *Norte Pioneiro*, é aquela região localizada a Nordeste do Paraná, em que a ocupação iniciou-se em meados do século XIX e desenvolveu-se nas primeiras décadas do século XX. Desta forma a região de Tomazina, Ibaiti, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Uraí, etc. compreende o denominado Norte Velho do Paraná, cujos colonizadores, em grande parte, provieram dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Por sua vez, o *Norte Novo* abrangeria as terras que foram colonizadas principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná entre 1930 e 1947, indo do rio Tibagi até as adjacências de Maringá. É nessa área que estão localizadas as famosas “terras roxas” do Norte do Paraná, que igualmente possui uma considerável rede urbana, com destaque para cidades como Londrina, Apucarana, Arapongas, Mandaguari e outras de menor porte. Por fim, o *Norte Novíssimo* compreende o território que se estende das adjacências de Maringá até as margens do rio Paraná. Nessa região tiveram predominância as colônias organizadas pelo Estado e por imobiliárias particulares, tendo a cidade de Paranavaí como centro regional. Todavia, outros centros urbanos menores também têm relevância no contexto regional, como Loanda, Nova Londrina, Nova Esperança, etc.

Não obstante, esta divisão, adotada pela maioria dos autores que escrevem sobre o Paraná, para Tomazi, (1997, p. 126), “pressupõe uma idéia de que a (re)ocupação⁴ foi linear em etapas bem definidas quando, na realidade, várias foram as formas e as origens deste processo. Pressupõe, também, uma ordenação histórica, a partir de um fenômeno considerado primordial e inovador”. Escrevendo sobre essa divisão regional, o autor questiona esta cronologia, “que traz, no seu bojo, uma determinada construção e visão do processo da (re)ocupação da região, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná, aparece como o novo, sendo o que existia antes da sua presença é o velho e depois dela o novíssimo” (TOMAZI, 1997, p. 126). Lopes (1982), igualmente, estudando autores paranaenses que tratam dessa divisão do Norte do Paraná, em seu trabalho de pesquisa assim se expressa:

O que aqui se entende por *Norte do Paraná* corresponde às delimitações propostas por Padis⁵ e Balhana⁶ e outros, que ao lado de fatores geoclimáticos, consideram outros de ordem social, econômica e política (1981 e 1969, respectivamente). Padis combina os limites físicos do café com as características da estrutura ocupacional da população ativa da região. Balhana aceita quase totalmente essa delimitação, ao utilizar o critério de onda de colonização, caracterizada pela agricultura tropical do café, com origens e interesses históricos mais ligados ao Estado de São Paulo. O *Norte do Paraná* compreende as seguintes microrregiões: Norte Velho de Venceslau Braz, Norte Velho de Jacarezinho, Algodoeira de Assaí, que por sua vez formam o *Norte Velho*; Norte Novo de Londrina, Norte Novo de Maringá, Norte Novíssimo de Paranavaí e parte do Norte Novo de Apucarana, que constituem o *Norte Novo*. (...) a “outra parte” do Norte Novo de Apucarana, Norte Novíssimo de Umuarama e Campo Mourão, que compõem o *Norte Novíssimo* (LOPES, 1982, p. II).

Essa regionalização interna do Norte do Paraná descrita na citação acima pode ser visualizada na figura seguinte.

⁴ No capítulo seguinte, em um momento mais oportuno, há uma nota explicativa do porquê de o autor utilizar o termo (re)ocupação.

⁵ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná, 1981.

⁶ BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, BADEP, n. 12, mai/jun. 1969.

Figura 1 – Norte do Paraná Microrregiões Homogêneas
Fonte: Lopes (1982, p. 3).

A fração do território paranaense que compreende o Noroeste igualmente é denominada de Norte Novíssimo do Paraná por alguns autores, por ser a última que passou pelo processo de ocupação regional ocorrido a partir de 1930. Destarte, as três fases que compreendem o processo de regionalização interna “vão ser marcadas pelos diferentes períodos em que as terras foram sendo incorporadas com maior ou menor dinamismo à cultura cafeeira. As próprias designações ‘Norte Velho’, ‘Norte Novo’ e ‘Norte Novíssimo’ levam em conta os diferentes períodos de ocupação do Norte do Paraná como um todo, via de regra na cadência do café” (SERRA, 1992, p. 72). Outrossim elas dizem respeito ao limite máximo de expansão das frentes da segunda ocupação paranaense, oriundas do Paraná Tradicional, do Norte e Sudoeste do Paraná, porque

na década de 1960, todo o Estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação de gado, a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; a dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados à São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que pela origem e pelos interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 7).

A figura que se segue mostra o fechamento dessas frentes de ocupação no então denominado Norte Novíssimo.

Figura 2 – Frentes de Ocupação No Território Paranaense

Fonte: Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 7).

Tratando ainda da ocupação do Estado e dos fluxos migratórios em seu interior, os quais posteriormente contribuíram para a forma de subdivisão e definição do Norte do Paraná, Tomazi expõe a sua opinião sobre este assunto:

Como se pode notar, a (re)ocupação até então se deu por diferentes caminhos e em vários pontos do território situado ao norte do estado do Paraná. O primeiro caminho foi o dos tropeiros, que sempre deixavam grupos no caminho, a segunda foi a passagem de mineiros e paulistas, pelo rio Itararé, mais tarde pelo rio Paranapanema, na altura de Ourinhos, criando-se Cambará e outros núcleos urbanos, e depois na altura de Presidente Prudente, que permitiram a fundação de dois pólos depois designados de Sertãoópolis e Primeiro de Maio, e também a área da “Fazenda Brasileira”, não esquecendo-se da região nucleada por Campo Mourão. Assim, creio que fica clara a diversidade dos caminhos e das formas de (re)ocupação da região em estudo (TOMAZI, 1997, p. 174).

Esse fluxo migratório de que trata o autor na citação acima é mostrado na figura subsequente.

“Norte: os paranaenses de “pés vermelhos”

Abrange toda a parte norte do estado, situada entre os rios Itararé, Paranapanema e Paraná. É a região da terra roxa – solo avermelhado e muito fértil, que estimulou a cafeicultura e deu origem à expressão “pés vermelhos”.

Entre o fim do século passado e meados do atual, houve a expansão da cafeicultura paulista no Paraná, com a participação de migrantes vindo de São Paulo e do Nordeste e também de imigrantes estrangeiros. Atualmente, é uma região de policultura, pecuária, usinas de açúcar e de álcool, agroindústrias (óleos comestíveis, fiação de algodão), etc. O Norte paranaense pode ser dividido em Norte Pioneiro, Norte Novo e Noroeste.

O Norte Pioneiro abrange, entre outros os municípios de Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro e Quatiguá. Foi a primeira porção a ser ocupada pelos grupos de colonização.

O Norte Novo é muito extenso e vai de Londrina a Paranavaí. A ocupação dessa área se deu a partir de 1930, com a expansão da cultura cafeeira. Muitas de suas cidades foram planejadas pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.

O Noroeste é a porção que abrange os municípios de Umuarama, Loanda, Cruzeiro do Oeste, entre outros. Sua ocupação, iniciada a partir de 1950, é mais recente do Norte do estado!” (BETTES Jr⁷, 1995, p. 63-64 apud TOMAZI, 1997, p. 128).

Tomazi chama a atenção pelo fato deste autor não seguir a subdivisão Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, pois “aqui já aparece uma nova denominação para aquilo que era chamado ‘Norte Novíssimo’. Agora é o Noroeste. Isso se fez, tendo em vista dissociar uma parcela do território do ‘Norte’ procurando dar-lhe especificidade, ou para que não seja confundido com o ‘Norte como um todo’” (TOMAZI, 1997, p. 128). Ainda segundo o autor,

Além destas, há uma série de outras tentativas de subdividir a região, seja por órgãos oficiais, estaduais e federais, seja por geógrafos, historiadores, etc. Uma das mais difundidas é aquela que a definia pela existência da cafeicultura entretanto, com o declínio desta, perdeu sua funcionalidade. Até hoje, ainda não há um consenso sobre quais são os limites da região situada ao norte do estado do Paraná e inúmeras são as suas subdivisões. Mesmo com toda a diversidade existente e sem um consenso sobre a definição de sua territorialidade, continua-se a falar na região norte-paranaense como se houvesse uma unidade indissolúvel, elemento essencial do discurso “Norte do Paraná” (TOMAZI, 1997, p. 128).

⁷ BETTES JR., Hamilton et al. **Paraná: estudos sociais**: livro do professor. São Paulo: Scipione, 1995.

Portanto, é devido aos vários fatores expostos que a expressão “Norte Novíssimo” de Paranavaí ainda tem a sua relevância para os moradores da região.

Feitas estas ponderações sobre a origem da subdivisão regional do Norte do Paraná em algumas das suas diferentes maneiras de pensar essa subdivisão pelo processo de ocupação, procuramos dar uma especificidade ao Noroeste, não incluindo esta região num contexto geral do discurso “Norte do Paraná”. Por isso utilizaremos, para fins deste trabalho, a divisão territorial do Paraná em meso e microrregiões geográficas, estabelecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1990.

Essa especificidade do Noroeste, envolvendo principalmente os fatores físicos, igualmente é tratada por Olga Soares, quando a autora salienta que:

A área enquadrada na última fase de ocupação da região Norte do Paraná, a década de cinquenta, se definiu especialmente um pouco a E do rio Pirapó, até a barranca do rio Paraná, no divisor Paranapanema – Ivaí. **Os solos arenosos, e um clima com características especiais com regime mais tropical que a leste no divisor Paranapanema – Ivaí, e havendo temperaturas médias de Inverno mais baixas que no restante da região no divisor Ivaí-Piquiri – comandariam a caracterização de uma outra região geográfica.** Entretanto, o sucesso obtido pela cafeicultura trazendo desenvolvimento rápido ao Norte suscitou o avanço daquela agricultura comercial além da sua paisagem natural favorável (SOARES, 1973, p. 14, grifo nosso).

Isto posto, salientamos que a mesorregião Noroeste Paranaense, na divisão territorial do Estado instituída pelo IBGE (1990), é composta por três microrregiões geográficas: as de Paranavaí (MRG 01), Umuarama (MRG 02) e Cianorte (MRG 03). Entretanto, este trabalho de pesquisa tem como recorte espacial do Noroeste Paranaense a microrregião geográfica de Paranavaí⁸, ou microrregião 01. Esta microrregião, por sua vez, é composta por 29 municípios: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica. Nesta divisão territorial do Estado do Paraná, estes 29 municípios compõem a maior das microrregiões paranaenses.

A localização específica de cada município da área pesquisada pode ser visualizada na figura seguinte.

⁸ Embora o Noroeste do Paraná seja maior e abranja municípios que compõem mais duas microrregiões, para que não se torne repetitivo o termo microrregião geográfica de Paranavaí, para fins deste trabalho utilizaremos o termo Noroeste do Paraná para designar os 29 municípios da área estudada.

Figura 4 – Localização da Microrregião Geográfica de Paranavaí
 Fonte da Base Cartográfica do Primeiro Mapa: Paraná (2000).
 Fonte da Base Cartográfica do Segundo Mapa: IBGE (2005).
 Organização: HARACENKO, Adélia.

1.3 QUESTÕES DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: O TRABALHO DE CAMPO

Ao nos reportarmos a este excerto, consideramos importante fazer um resgate do processo de desenvolvimento das atividades de pesquisa de campo que foram realizadas, para que as informações aqui contidas fossem sistematizadas nesta pesquisa. Evidentemente, este esforço está embasado numa tentativa de demonstrar a importância do trabalho de campo na pesquisa geográfica, como também de expressar o que de melhor aprendemos a fazer durante o trilhar do nosso conhecimento geográfico, procurando elevar sobremaneira a importância das técnicas e do método de investigação que orientaram previamente esta pesquisa, uma vez que para sua análise recorreremos às fontes orais, ou seja, ao trabalho com histórias de vida, procedimento este que utilizamos para compreender a transformação do território.

Bernard Kayser (1985), em seu artigo intitulado “O geógrafo e a pesquisa de campo”, elenca e estabelece uma tipologia esquemática das pesquisas de campo, e esta pesquisa está enquadrada na tipologia número 7, porque se insere em suas características, ou seja: “O levantamento social, necessariamente global e globalizante, ainda que aplicado a uma fração, espacializada, ou de forma determinada, da formação social. É deste tipo de trabalho que tratamos aqui” (KAYSER, 1985, p. 28).

Por isto, nesse item propomo-nos a descrever os métodos de investigação, levando em conta o que diz Haesbaert (1995) - que “muitos estudiosos não se preocupam em explicitar, considerando muitas vezes de relevância menor ou como algo ‘dado’ ” (HAESBAERT, 1995, p. 29). Igualmente, procuramos evidenciar, como salienta Haesbaert (1995, p. 29), “a saudável revalorização do trabalho de campo em geografia que vem se dando nos últimos tempos”. Muito nos chamou também a atenção a frase de Mao-Tse-Tung: “Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”, em que ele diz: “Para aqueles que só compreendem a teoria sem nada conhecerem da situação real, a realização de tais pesquisas de campo é ainda mais necessária sob pena de não poderem ligar a teoria à prática” (MAO-TSE-TUNG, 1985, p. 42). Destarte, continua Mão-Tse-Tung (1985, p. 42), “ ‘Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar’ – Esta afirmativa que foi distorcida e taxada de ‘empirismo estreito’ eu jamais me arrependo de tê-la impulsionado; ao contrário, eu persisto em sustentar que a menos que se tenha realizado pesquisa de campo, não se pode pretender ter o direito à palavra”.

Por isso pareceu-nos importante destacar a importância da observação e da coleta direta de dados , “não só para o desdobramento deste estudo como para qualquer pesquisa, hoje, que queira dar conta da riqueza de transformações em curso num país de espaços tão dinâmicos e dados tão pouco confiáveis como é o nosso” (HAESBAERT, 1995, p. 29).

Apreendemos também que “ O trabalho de campo para uma ciência social – que se dedica ao aprendizado em primeira mão com pessoas vivas, sobre si mesmas e sua sociedade – é em si mesmo uma aplicação dessa ciência” (JUNKER, 1971, p. 1). Da mesma forma, através desse método de pesquisa entendemos que o pesquisador estudante, a partir do momento em que realiza sua primeira entrevista objetivando servir a uma determinada ciência social, conforme evidencia Junker (1971, p. 1) “à medida que escreve um relato completo e livre do que ocorreu (não apenas o que foi dito, ao pé da letra, e realizado, no contexto, por ambos os participante, mas também o que pareceu ser sentido e implicado), perceberá que para ele em certo sentido, e mesmo para os outros, talvez, essa única entrevista ilustra o que é a sociedade, num microcosmo”.

Sendo assim, estas pesquisas de campo, aliadas às técnicas, tiveram por finalidade o estudo do processo de formação territorial do Noroeste do Paraná, envolvendo as suas múltiplas fases históricas, em consonância com os sujeitos sociais que ali desenvolveram e desenvolvem suas ações de transformação dessa região, cuja síntese resultou nesta tese que ora apresentamos. Com efeito, para descrevermos o aprendizado dos métodos de pesquisa de campo para a coleta de dados com os quais estamos trabalhando já há algum tempo, propomos um retorno a alguns anos atrás, especificamente ao ano de 2001, quando começamos a pesquisar o Noroeste do Paraná.

Quando nos propusemos desenvolver nosso trabalho de campo para concluir a dissertação de mestrado com uma pesquisa no município de Querência do Norte, antes de conhecer este município fomos à cidade de Curitiba em busca de informações sobre ele. Não obstante, procurando nos arquivos públicos da biblioteca municipal daquela cidade, como também em outros órgãos, não conseguimos encontrar material suficiente para subsidiar um trabalho de pesquisa. A visão *a priori* da busca do conhecimento ensinou-nos a lição de pesquisar primeiramente *in loco*.

A partir daquele momento, com a lição apreendida, em uma segunda visita ao município, ainda com a finalidade de reconhecimento do local, tentando encontrar o “fio condutor” do objeto de pesquisa, por acaso tivemos a oportunidade de conversar com um colono, camponês, um dos primeiros a chegar ao município à época da colonização. Este começou a detalhar histórias que envolviam tanto a colonização quanto a luta pela posse da terra dos antigos moradores do município.

Quando a conversa com o colono tomou um nível de detalhamento que só quem tinha vivido o processo histórico poderia oferecer, percebemos que tínhamos achado o fio condutor do trabalho de pesquisa. Todo o material que esperávamos encontrar em Curitiba, ou em

qualquer outra fonte em algum outro lugar, estava no próprio município, nas mentes e nas histórias de vida dos colonos camponeses que ali chegaram nos primórdios de 1950. E, “por sorte”, encontramos vários deles com lucidez suficiente para relatarem suas memórias. Logo, tomamos conhecimento de que a história do município ainda não havia sido escrita. A curiosidade então foi aguçada.

Em contato com outros colonos, igualmente, camponeses, verificamos que estes tinham um grande acervo de fotografias, que, embora estivessem dentro de caixas e amarelados pelo tempo, não poderiam continuar ali “escondidos” e conseqüentemente escondendo a história do município.

Decidimos, então, trabalhar com o desenvolvimento do processo de colonização resgatando, através de fontes orais, juntamente com o acervo fotográfico, um rico material. A cada entrevista descobríamos fatos novos, o que nos fez perceber a importância das histórias de vida para a pesquisa que nos tínhamos proposto a desenvolver.

Como os fatos não acontecem de forma estanque, mas estão atrelados entre si, ao longo das entrevistas descobrimos que muitos colonos, camponeses que no passado haviam sido expulsos de suas residências, eram posseiros que haviam sido expulsos por fazendeiros. Todavia, suas histórias até aquele momento, naquele município, não tinham sido interessante para ninguém do ponto de vista da investigação acadêmica dos fatos ocorridos, pois geralmente as pessoas idosas, não têm quem as escute ou atribua importância às suas falas. Por isso, ao nos relatarem os acontecimentos concernentes às suas histórias, sentiam-se orgulhosos, uma vez que havia alguém interessado em ouvi-los contar “as histórias de velhos”, vividas e sofridas, das quais eles mesmos eram os protagonistas. A isto corrobora Marotti e Santos (2001, p. 197), quando afirmam:

O pesquisador que trabalha com depoimentos e resgate da história oral, ao fazer com que as pessoas relatem suas próprias lembranças e interpretações do passado, possibilita que os entrevistados, em particular aqueles freqüentemente ignorados e fragilizados economicamente, adquiram dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida, fornecendo informações valiosas à um processo de investigação.

Essa citação resume o que percebíamos quando os colonos falavam de seu passado, pois ao entregarem-se às suas reminiscências, recuperavam o sentimento de uma identidade, a de pertencer a um determinado local numa determinada época: “aquela época em que os tempo era difícil, mais era uma época boa, porque nós era tudo moço” (informação verbal). Esses

atores, naquele momento da entrevista, já estavam vivendo em um mundo caracterizado por um rápido processo de aceleração, e o vigor da juventude, e com ele a força despendida para trabalhar e conseguir melhoras para a vida no futuro já tinha ficado lá no passado.

Foi assim que naquela conjuntura, definido o eixo temático, com a preocupação de estudar as transformações ocorridas no município de Querência do Norte envolvendo o processo de colonização e a luta pela terra, procuramos reunir estudos empíricos, valorizando a partir de então as fontes orais. As reflexões acerca do objeto de pesquisa foram desenvolvidas a partir de estudos baseados na fala dos colonos camponeses e dos coordenadores dos assentamentos, e para isso utilizamos a entrevista. A análise que fizemos é que aqueles depoimentos, embora empíricos, possuíam uma riqueza de detalhamento extraordinária e nos possibilitaram resgatar a história da transformação e organização do espaço geográfico ocorridas em Querência do Norte.

Descobrir toda a história de colonização de Querência do Norte, um município do Noroeste do Paraná considerado o berço da reforma agrária naquela região, através das inúmeras conversas com os camponeses, bem como entrar em contato com os assentados e ganhar a confiança das lideranças do MST para que nos permitissem entrar em seu cotidiano e estudá-lo e confiassem no resultado do nosso trabalho de pesquisa diríamos que se tornou uma questão imperiosa ao longo do nosso caminhar no aprendizado da geografia.

Podemos afirmar que o resultado da metodologia de coleta de informações na pesquisa realizada no município de Querência do Norte foi extremamente positivo para nossa dissertação de mestrado; por isso, adotamos o mesmo critério metodológico para a coleta dos dados, para uma pesquisa de maior relevância, envolvendo os 29 municípios da microrregião geográfica de Paranaíba, a qual constituiria o material da tese de doutoramento. Para que ela se concretizasse encetamos os passos seguintes.

Evidentemente, como trabalhamos com a transformação de uma fração do território paranaense, o primeiro momento foi a busca de leituras a respeito do território original indígena e desses povos que ali habitaram. Concomitantemente a essas leituras começamos nossa pesquisa de campo, num primeiro momento levantando material. Todavia, o contato direto com os colonos camponeses juntamente com os camponeses assentados veio no momento seguinte.

Assim sendo, nos primórdios do mês de outubro do ano de 2003 entramos em contato com os dirigentes dos assentamentos do município de Querência do Norte, os quais fazem parte das brigadas Sebastião da Maia e Sétimo Garibaldi. Este primeiro contato teve como objetivo esclarecer a essas lideranças qual era a nossa proposta de trabalho para os próximos

três anos. A opção pelas lideranças do município de Querência do Norte deveu-se à representatividade (em termos de serem conhecidas regionalmente) que estes possuem perante os assentamentos de todos os municípios que compõem o Noroeste do Paraná. Marcamos a primeira reunião com as lideranças para o mês de novembro. Nessa reunião discutimos os planos de trabalho da nossa pesquisa, e então vieram à tona, “na roda da prosa”, os problemas mais graves enfrentados pelos assentados nos assentamentos. Para nós não foi surpresa quando os dirigentes chegaram à conclusão de que esses problemas eram: falta de matas ciliares nos rios que cortam os assentamentos; solos enfraquecidos, uso de agrotóxicos nas lavouras, corte indevido de árvores e caça predatória nas poucas áreas de reserva legal dos assentamentos, etc., sendo que a maior parte desses impactos ao ambiente foram resquícios que ficaram das fazendas anteriores. Os dirigentes explicaram que não havia um trabalho de recuperação ambiental dessas áreas por parte dos órgãos competentes; o que havia era resultado do trabalho dos próprios assentados no sentido de preservar ou recuperar aquilo que havia sido devastado pelos primeiros fazendeiros ocupantes da área.

Ainda nos meses de outubro e dezembro de 2003 fizemos contato com a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, na cidade de Cascavel, no Paraná. A finalidade desse contato foi o levantamento de fontes documentais que tratam da colonização da região deste estudo, como também o contato com técnicos do Incra que trabalham nos assentamentos rurais do Noroeste do Paraná.

Durante o primeiro semestre de 2004 restabelecemos e fortalecemos os contatos que tínhamos feito no semestre anterior com as lideranças dos assentamentos rurais. Naquele primeiro semestre de 2004, fizemos várias reuniões, tratando das condições para a realização da pesquisa. Nesse ínterim dedicamo-nos à busca de fontes documentais que tratassem da colonização dos municípios que abrangem a área de pesquisa, tanto nos órgãos competentes estaduais que possuem essa documentação como nas prefeituras dos municípios que compõem o Noroeste.

Para isso, no dia 11 de junho de 2004 retomamos o nosso contato com a Superintendência do Incra em Cascavel, onde levantamos com sucesso uma série de fontes documentais.

Ainda naquele mês fizemos um trabalho de campo, e conversamos com lideranças dos assentamentos que compõem a brigada Salvador Allende na secretaria da brigada, estabelecida no município de Terra Rica. Naquela ocasião pudemos conhecer a realidade do Assentamento Sétimo Garibaldi, localizado naquele município e entrevistamos assentados

desse mesmo assentamento. A partir desse momento já tínhamos a certeza de que as fontes orais seriam de fato o "carro-chefe" desta pesquisa.

Como um dos nossos objetivos era fazer o levantamento de como ocorreu a ocupação regional do Noroeste do Paraná através do processo de colonização, no segundo semestre de 2004, continuamos o trabalho de pesquisa para coletar dados concernentes à colonização dessa região, cujo início ocorreu a partir de 1950. Esses primeiros dados foram coletados através das entrevistas com os moradores que haviam chegado à região no início da colonização. A microrregião geográfica de Paranavaí, que é composta por 29 municípios e é o foco da nossa análise, dispõe de poucos dados históricos registrados, logo, as fontes orais foram verdadeiras preciosidades no registro dos fatos.

O contato com os colonos e as entrevistas coletadas começaram a ser naquele momento da pesquisa o nosso foco de atenção, pois foi através desta metodologia de pesquisa que o nosso trabalho passou de um projeto para um concreto pensado. Desta maneira, ainda no segundo semestre de 2004, paralelamente às entrevistas com os colonizadores, demos continuidade ao trabalho de contato e de entrevista que tínhamos iniciado no primeiro semestre com os coordenadores dos assentamentos. Nesse contato, os coordenadores nos relataram toda a história do assentamento através de entrevista gravada.

Não obstante, foi no mês de julho de 2004 que fizemos o primeiro trabalho de campo, viajando aos assentamentos que compõem a Brigada Salvador Allende. O objetivo desse trabalho era conhecer a realidade dos assentamentos dessa brigada, como também entrevistar os assentados e saber de suas histórias de luta pela reforma agrária.

No início do mês de janeiro de 2005 entramos em contato com algumas lideranças dos assentamentos da brigada Iraci Salete Strozak, cuja secretaria está localizada no assentamento Santa Maria, onde está a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. - COPAVI, no município de Paranacity, para dar continuidade ao trabalho de entrevista que tínhamos iniciado no segundo semestre de 2004 com os coordenadores dos assentamentos das outras brigadas dessa região, porém, nos primeiros seis meses desse ano percorremos somente os assentamentos dessa brigada. O objetivo deste trabalho de campo era o mesmo citado para a brigada anterior. Nesse contato, os coordenadores nos relataram toda a história dos assentamentos. Igualmente, nesta ocasião tivemos a oportunidade de conhecer detalhadamente o cotidiano do funcionamento da Copavi.

Paralelamente ao trabalho de campo nos assentamentos da brigada Iraci Salete Strozak, concluímos o trabalho de coleta de dados através das entrevistas com os moradores colonos da região em estudo. Cabe ressaltar que este trabalho de entrevistas com os colonos foi

desenvolvido durante praticamente todo o mês de janeiro de 2005 em cada um dos 29 municípios que compõem a área em estudo.

Sendo assim, com essa pesquisa percorremos toda a área em estudo, ouvindo e gravando a história dos camponeses colonos e dos camponeses assentados, vivenciando experiências marcantes, que ao serem narradas, transformaram-se em importantes fontes de informações, permitindo-nos compreender o processo de transformação territorial pelo qual passou essa fração do território paranaense.

1.3.1 Ouvindo os camponeses: o trabalho com fontes orais

Reconhecendo que há distinção, mas não dissociação, entre o método de interpretação, vinculado a uma construção teórica, e o método de investigação, cuja premissa está diretamente ligada ao conjunto das técnicas e à operacionalização da pesquisa, conforme asseguram Moraes e Costa (1987), salientamos que nesta pesquisa as histórias orais, consideradas como fontes, enquanto método de investigação tiveram seu papel de peculiaridade. Foi a partir delas que marcamos nosso encontro com aquilo que nos era desconhecido e que nos isolava do nosso objetivo. Com a utilização dessas fontes foram diminuindo as distâncias daquilo que nos propúnhamos a conhecer. Com isso, corroborando Junker (1971), vimos que os métodos de observação no sentido do grau de inserção do pesquisador no universo de sua pesquisa vão desde a participação total até a observação total, passando pela participação como observador e pela observação participante.

Por outro lado, é importante evidenciar, conforme destacam Moraes e Costa (1987, p. 29), que “as técnicas de análise são um patrimônio comum da ciência e estão em constante aprimoramento. O uso de uma determinada técnica não define as diretrizes interpretativas de uma pesquisa e muito menos o perfil ideológico do pesquisador”; por isso advertem esses autores que é primordial frisar bem a diferença entre método de interpretação e método de pesquisa. Destarte, neste item, estamos detalhando o método de pesquisa.

Neste quesito, urge então a necessidade de adentrarmos o mundo do conhecimento mínimo do que é a história oral, mesmo sabendo da crítica inevitável. O ato de aprender significa trilhar o caminho do desconhecido, e as falhas, evidentemente, são inevitáveis, uma vez que utilizamos um método de pesquisa (a história oral) não muito explorado no campo da geografia; todavia, nossa pretensão esgota-se no entendimento de que somos aprendizes a respeito da história oral, embora a prática, necessariamente vá mostrando o caminho. Neste sentido, esclarecemos que em hipótese alguma tivemos a intenção de nos considerarmos

oralista, uma vez que este é um especialista em história oral; o que fizemos neste comenos foi buscar elementos essenciais que nos permitissem esclarecimentos quanto à metodologia de coleta de dados, os quais foram utilizados nesta pesquisa.

Destarte, como salienta Alberti (1990), sendo a história oral um método de pesquisa, ela não é um fim em si mesma, mas um meio de conhecimento. A história oral “não encerra um estatuto fechado, que permite justificar ‘a história oral pela história oral’. Ao contrário, seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um *projeto de pesquisa* previamente definido” (ALBERTI, 1990, p. 12). Assevera a autora que fazer história oral não é simplesmente tomar posse de um gravador, ter algumas perguntas em mente e sair entrevistando aqueles que cruzam nosso caminho. Isso, sem dúvida, seria de pouca utilidade. A história oral, para Alberti (1990), tem que estar ancorada em uma atividade de pesquisa, ou seja, é necessário que haja questões, perguntas, que venham a justificar o desenvolvimento de uma investigação; portanto, “a história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado” (ALBERTI, 1990, p. 12).

Partimos então do pressuposto de busca para encontrar a resposta a uma questão “O que é a história oral?” - cuja resposta quem nos fornece é Meihy (1996 a, p. 13), ao afirmar que “História oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento de estudos referentes à vida social das pessoas. Ela é sempre uma *história do tempo presente* e também conhecida por *história viva*”. Continua o autor, esclarecendo que “como história dos contemporâneos, a história oral tem de responder a um sentido de utilidade prática e imediata. Isto não quer dizer que ela se esgote no momento da apreensão e da eventual análise das entrevistas. Mantém um compromisso do registro permanente que se projeta para o futuro sugerindo que outros possam vir a usá-la” (MEIHY, 1996a, p. 13).

Isto nos leva a refletir a respeito da importância do acervo de fontes orais que possuímos, uma vez que esse acervo pode ser utilizado em futuras análises por outros pesquisadores, os quais, utilizando essas mesmas fontes, poderão enfocar outra perspectiva de pesquisa, diferente da nossa. De nossa parte, valemo-nos dessas fontes para a análise da transformação de uma fração do território paranaense.

Tomando como base os esclarecimentos de Meihy (1996a) e incluindo neste momento a experiência da nossa prática, podemos dizer que existem três elementos básicos constituintes das condições mínimas para a realização da história oral: o entrevistador, o entrevistado e uma aparelhagem que permita a gravação. No entretanto, é importante destacar, conforme assevera Meihy (1996a), que a base da história oral é o depoimento gravado. Outrossim, ainda de

acordo com o mesmo autor, a história oral possui três tempos principais e nítidos, que são o da gravação, o da confecção do documento escrito e o de sua eventual análise.

Por outro lado, é fundamental relevar que a história oral possui três modalidades: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Trabalhamos com a primeira, que de acordo com Meihy (1996a, p. 35), como o próprio nome indica, vai tratar da narrativa do conjunto de experiências de vida de uma pessoa. Não obstante, história oral de vida é muito mais subjetiva que objetiva, porque o depoente é o sujeito primordial de sua história, e como é dada a ele a liberdade para relatar abertamente sua história, “a história oral de vida é o *retrato oficial* do depoente. Nesta direção, a *verdade* está na versão oferecida pelo narrador que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas” (MEIHY, 1996a, p. 35).

Vejamos, então, que dentro do amplo quadro da história oral, a história de vida, de acordo com Queiroz (1988, p. 19) “constitui uma espécie ao lado de outras formas de informação também captadas oralmente; porém dada sua especificidade, pode igualmente encontrar um símile em documentação escrita. Trata-se de tipos de documentos próximos uns dos outros, mas que é necessário distinguir pois cada qual tem sua peculiaridade de coleta e de finalidade”. Para a mesma autora, “A história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, 1988, p. 20).

Igualmente, é importante evidenciar que a história oral, em função de sua utilidade para o pesquisador é dividida em dois ramos principais, conforme destaca Meihy (1994, p. 60): “A História Oral Híbrida e a História Oral Pura. No primeiro caso trata-se da conjugação da coleta de depoimentos combinada com outras fontes. Nesta situação, a História Oral cumpre um papel, digamos complementar (...) A História Oral pura, cuida apenas de testemunhos e obedece a valorização única do que foi dito”.

Como trabalhamos com as narrativas como fontes, dando relevância a esses depoimentos, é mister esclarecer que a forma como procedemos nesta pesquisa se aproxima da história oral pura, pois “A história oral pura trabalha apenas com os depoimentos. Seja apenas uma ou várias narrativas, a história oral pode tanto revelar a entrevista ou a análise, desde que apenas sejam considerados os depoimentos como fontes” (MEIHY, 1996 a, p. 20). Entretanto adverte Meihy (1994, p. 60).

Em termos historiográficos o ramo da História Oral mais aceito e prestigiado é o “temático”. Ainda é a obsessão pelo “tema” que tem arrebatado muitos pesquisadores. Neste sentido, a História Oral Temática Híbrida goza de uma

respeitabilidade maior porque equipara a voz do narrador aos documentos escritos. A objeção que faço a esse tipo de “mescla” é que desta forma se produz uma neutralização das fontes, nivelando-se a experiência relatada com a série de fontes escritas, então, pergunta-se: por que ir até o narrador? Apenas para complementar, comprovar, engrossar as informações que podemos colher de outras fontes?

Destarte, a reflexão acerca da história de vida, de fazer com que o entrevistado rememore seu o passado, não se faz senão pelo mínimo de esforço de nossa parte, por compreender o que venha a ser a discussão de história oral e memória; entretanto salientamos que por ora assumimos o posto de “aprendiz de feiticeiro” no tocante à discussão da temática “História Oral e Memória”; deste modo, procuraremos passar um pouco da nossa experiência em relação ao sentido da memória dos nossos interlocutores. Isto, para Bosi (1987), pode ser explicado da seguinte maneira:

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 1987, p. 22).

Em relação ao que venha ser a memória, para Chauí (1995, p. 125) “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais”.

Depreendemos de nossas entrevistas que a memória dos nossos interlocutores foi um dispositivo indispensável, que lhes permitiu relatar suas vidas com lucidez. Eles precisaram buscar essa atividade da mente humana para reconstruir o seu passado vivido, haja vista que muitos colonos migrantes, no momento da narrativa, buscaram em suas lembranças de infância até mesmo o cheiro de um alimento que não mais haviam saboreado, pois aquele alimento só existia lá no seu local, antes de destinarem-se para o Noroeste do Paraná. Com isso, “Através das recordações de coisas vistas e ouvidas a memória reconstitui, reinterpreta e preserva – com as idéias, a aprendizagem, afeto e identidades – os sucessos, as experiências e

as relações com as individualidades e coletividades do passado” (MAROTTI; SANTOS, 2001, p. 197).

Por sua vez, Almeida (2003), tratando do trabalho com fontes orais com os camponeses assentados, diz:

Entendemos, por nossa vez, que este ato criativo da memória, expresso pela narrativa, é o cerne explicativo de sua importância e especificidade. Desta maneira, é na fala, isto é, no processo de revisitar a memória que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos, nos espaços de luta constituídos pelo desejo da terra (ALMEIDA, 2003, p. 38).

Por seu turno, Meihy (1994) assim expõe o seu ponto de vista:

História Oral, a nosso ver, em essência, pouco tem a ver com memória. Há aqueles que se valem do que erroneamente supõe ser História Oral para vê-la identificada com o registro mnemônico. Neste caso, e na melhor das hipóteses, a entrevista seria o meio para analisar a memória. História Oral, no entanto, é mais do que entrevista e Memória não se esgota na gravação, transcrição. Seria simplista alegar que a memória é um “lugar”, o depósito onde ficam arquivadas as lembranças, até porque memória é mais do que isto e a relação entre memória e visão de mundo leva os indivíduos a projetarem mais que lembranças quando narram (MEIHY, 1994, p. 57).

Continua o autor supracitado, afirmando que há acentuada tendência a fazer distinção entre história oral e memória, embora lembre que muitos pesquisadores consideram as duas coisas como uma única.:

Há três raízes fundamentais que remetem à questão da memória como ela tem sido assumida hoje, e, sem uma clara opção por um dos caminhos fatalmente pode-se fiar um tecido estranho e se promover equívocos. A primeira via identificada por Maurice Halbwachs, com o pressuposto de *Memória Coletiva*; outra, de Le Goff, que parte do conceito de *Memória Histórica*, e, finalmente a *Memória Psicológica*, derivada dos ensinamentos de Bérghson (MEIHY, 1994, p. 57).

Em seu Manual de História Oral, de 1996, o autor acima citado destaca ainda a importância de se diferenciar história oral de memória, reafirmando que “há autores que fundem os trabalhos de história oral com os de memória” (MEIHY, 1996a, p. 65); porém o

que deve ficar claro, na visão do autor, é que existem distinções relevantes, pois “História oral e memória se valem de depoimentos, mas não se confundem. Memórias são lembranças e, como tais, dependem das condições físicas e clínicas dos depoentes, bem como das circunstâncias em que são dadas” (MEIHY, 1996a, p. 65). Além do mais, há outro fator fundamental que, de acordo com o autor, diferencia história oral e memória: a forma da condução das entrevistas, que varia de um caso para outro. Neste sentido Meihy (1996a, p. 65) salienta: “Na história oral busca-se ou o registro da experiência vivencial ou informações. Com elas prepara-se um documento objetivo que, ou vale por si e neste caso dispensa análise, ou é equiparado com outros discursos ou documentos”. Não obstante, “A memória, por ser variável e desfocar o centro da reflexão sobre o discurso da entrevista, difere da história oral, que está atenta à inserção do indivíduo na sociedade e não na relação do depoente com suas lembranças”(MEIHY, 1996a, p. 66).

Feitas essas ponderações, convém salientar que depois de aderirmos ao gravador e iniciarmos as entrevistas pelo Noroeste, verificamos que nossa forma de proceder encaixava-se em um das três formas propostas por Paul Thompson em sua obra “A voz do passado” (1998), através das quais a história oral pode ser construída:

A primeira é a narrativa da história de uma única vida. (...) A segunda forma é uma coletânea de narrativas. Uma vez que pode ser que nenhuma delas seja, isoladamente, tão rica ou completa como narrativa única, esse é um modo melhor de apresentar um material de história de vida mais típico. Permite, também, que as narrativas sejam utilizadas muito mais facilmente na construção de uma interpretação histórica mais ampla, agrupando-as – como um todo ou fragmentadas – em torno de temas comuns. (...) A terceira forma é a análise cruzada: a evidência oral é tratada como fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo (THOMPSON, 1998, p. 303-304).

Conhecidos esses modos, percebemos que a maneira como procedemos encaixava-se na segunda forma proposta pelo autor, haja vista que as nossas narrativas estavam voltadas para uma análise histórica mais ampla, mas tratavam de temas comuns, os quais foram o processo de colonização e a luta pela reforma agrária. Entretanto, salientamos que nossas entrevistas, conquanto sejam isoladas, são ricas no sentido de detalhamento das informações.

⁹ Como sugestão, para uma discussão profícua a respeito da memória consultar as obras: *A Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs; *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi e *História e Memória*, de Jacques Le Goff.

Destarte, detalhando a metodologia, asseveramos que ao trabalhar com as fontes orais, entrevistando-as, não houve de nossa parte rigidez em obter certa quantidade de entrevistas que nos garantisse a representatividade de uma amostra. O que queríamos era obter informações qualitativas que nos permitissem apreender em profundidade o processo de transformação/organização da fração do território estudado, tanto no período de colonização quanto no de luta pela terra a partir da chegada do MST.

Para isso, estabelecemos uma única exigência: para entendermos o período de colonização teríamos que entrevistar pessoas que tivessem acima de 65 anos. Quanto mais avançadas em idade, melhor, contanto que estivessem lúcidas, para nos fornecer as informações necessárias. Para contar a experiência de luta pela terra, a idade não importava, bastava estar assentado e ter passado pelo processo de luta. A veracidade dos depoimentos colhidos sempre foi, de nossa parte, um motivo de preocupação. A tranquilidade veio das palavras de Bosi (1987), quando a autora, em sua pesquisa, afirmou:

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de História que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da História oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (BOSI, 1987, p. 1).

Afora Querência do Norte, município sobre o qual já dispúnhamos de um bom conhecimento, pela experiência de pesquisa desenvolvida durante o mestrado, para todos os outros municípios utilizamos o mesmo procedimento. Para a coleta de dados sobre o período da colonização, como não tínhamos nenhum conhecimento pessoal nos municípios, ligávamos para a prefeitura e perguntávamos se havia alguém ali que conhecia um pioneiro da cidade, e quando o funcionário da prefeitura nos passava o nome e o telefone do morador, entrávamos em contato e explicávamos o nosso trabalho. Após a pessoa aceitar ser entrevistada, nos deslocávamos até sua residência para a entrevista. Todavia, houve muitos casos em que o morador a ser entrevistado não tinha telefone, e nessa circunstância, tivemos que contar com a boa vontade do funcionário da prefeitura com o qual havíamos falado antes, para fazer a mediação entre nós e a pessoa a ser entrevistada. Assim procedemos nos 29

municípios da área delimitada para a pesquisa, e entrevistamos: antigos prefeitos, colonos, colonas e posseiros nordestinos.

Todas as entrevistas foram gravadas em fitas cassete, e nelas os colonos relataram suas histórias de vida desde a chegada ao município. Ao entrevistarmos, procedíamos da seguinte maneira: lançávamos a primeira questão e deixávamos o entrevistado falar abertamente, pois desta forma não tornávamos a entrevista direcionada e o entrevistado relatava os fatos minuciosamente. Com isso não houve a imposição de uma ordem rígida de questões e nosso interlocutor, sentindo-se à vontade, discorria livremente sobre o que lhe era perguntado com base nas informações que marcaram sua experiência de vida. Evidentemente participávamos da conversa, dirigindo-a, entretanto nossas interferências foram mínimas, procurando nos manter sempre na posição de ouvinte. Procedendo desta maneira, verificamos que o detalhamento das narrativas “em muito, superam os questionários rigidamente estruturados, os quais, comumente, partem de uma interpretação prévia da realidade e, na maioria das vezes, deixam de contemplar a imprevisibilidade do concreto, do real, e das significações que os eventos têm, de acordo com o narrador” (ALMEIDA, 2003, p. 38).

Recebemos por parte dos colonos camponeses: fotografias, documentos importantes do período colonização, jornais, revistas, etc., que trazíamos para casa, copiávamos e lhes devolvíamos rapidamente e sem nenhum dano. Igualmente, recebemos muita confiança e hospitalidade. Nesse sentido, Paul Thompson (1998, p. 25) salienta que, “a entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados.” Por sua vez, as entrevistas serviram de fonte primária, e aliadas às fotografias da época da colonização, ajudavam-nos a entender as transformações territoriais havidas no Noroeste.

Para a análise da luta pela terra utilizamos a mesma metodologia de pesquisa: a entrevista com os coordenadores dos assentamentos e com pessoas que atualmente estão assentadas, mas no passado foram personagens do processo de luta.

Para coletar informações com os assentados, nos dirigíamos até a secretaria da brigada, nos seus respectivos municípios, explicávamos às lideranças qual era o nosso trabalho, e então uma pessoa da secretaria ficava responsável por percorrer os assentamentos conosco. Ao chegar no assentamento procurávamos o coordenador e lhe explicávamos o motivo da entrevista. Como já estávamos com alguém conhecido da brigada, não havia nenhuma restrição às entrevistas. Dessa forma, percorremos os assentamentos rurais de reforma agrária do Noroeste do Paraná sem que houvesse uma entrevista ou qualquer outra informação que

nos fossem negadas. Todos que foram procurados, prontificaram-se a nos informar como se deu a luta pela terra naquela região.

Antes de começar a entrevista, explicávamos ao nosso depoente que se tratava de uma pesquisa acadêmica e pedíamos autorização para que a entrevista fosse utilizada como fonte de informação da pesquisa e transcrita na tese. Cientes desse pormenor, todos os entrevistados, tanto os colonos camponeses quanto os camponeses assentados, assinaram um termo¹⁰, dando-nos permissão para utilizarmos os seus depoimentos como fonte de informação, cujo modelo encontra-se no anexo 1. A finalidade de utilizar esta metodologia foi garantir para ambos os lados a seriedade da pesquisa científica, afinal, os depoimentos que utilizamos são as verdades com as quais trabalhamos. Desta forma nosso interlocutor teria a garantia de que seria utilizado no trabalho o que ele realmente dissesse, e, por outro lado, estaríamos segura ao utilizarmos um depoimento autorizado pelo depoente. Portanto, uma vez que autorizaram a utilização de seus depoimentos e não havia motivo de ocultação de identidade, fizemos uso dos seus verdadeiros nomes, os quais estão citados e referenciados neste trabalho.

Cabe ressaltar um fato interessante, ocorrido somente com um colono de aproximadamente 80 anos de idade, que nos disse: “Olha, minha filha, eu não vou assinar esse papel aí, porque tenho medo de assinatura. Como seu trabalho é sério, eu lhe dou minha palavra de honra, pela minha idade, que você pode utilizar minha fala no seu trabalho” (informação verbal). É um fato raro na atualidade, baseado no costume daquele camponês do uso da confiança e da honra, vindo de tempos imemoriais de seus pais e avós em que a palavra dada era uma lei e não podia ser desonrada, como ele próprio salientou: “naquele tempo em que o fio do bigode era documento para honrar o compromisso assumido” (informação verbal). Confiando um na honra do outro, pudemos utilizar a fala dele em nossa pesquisa.

Com isso percebemos que, embora as ocorrências da modernidade estejam por toda a parte, os antigos costumes ainda subsistem em determinados locais e são levados muito a sério pelas pessoas, que fazem uso deles e procuraram passá-los às gerações vindouras. Este

¹⁰ Este termo não é especificamente uma carta de cessão, que, segundo Meihy (1996, p.79), é um documento que autoriza o autor a ter direitos de uso sobre a entrevista, tanto da gravação como do resultado escrito. Utilizamos o termo de autorização porque tomamos conhecimento da carta de cessão após a realização da maior parte das entrevistas, portanto seguimos até o final da pesquisa utilizando o termo de autorização, que foi por nós redigido.

fato nos remete ao estudo de Edward Palmer Thompson (1998) a propósito dos costumes em comum, em que o autor evidencia a importância e expõe os usos e costumes do século XVIII, na Inglaterra. Salienta Edward Thompson (1998, p. 86) que “Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis”. Todavia, continua o autor: “Num tratado sobre aforamento do final do século XVII, ficamos sabendo que os costumes devem ser interpretados de acordo com a percepção vulgar, porque os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns, sendo por isso chamados *Vulgares consuetudines*” (THOMPSON, 1998, p.86).

Edward Thompson (1998, p. 86) ainda esclarece que, segundo Sir Edward Coke¹¹ (1641), os costumes repousam sobre dois pilares, que são o uso em comum e o tempo imemorial. Por outro lado, citando Carter¹² (1696), salienta que este fundamenta o costume em quatro pilares: a antiguidade, a constância, a certeza e a razão. Desta forma, Carter citado por Edward Thompson (1998, p. 86) assevera:

Pois um costume tem início e se desenvolve até atingir sua plenitude da seguinte maneira. Quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e a índole das pessoas, elas o usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela freqüente iteração e multiplicação do ato, ele se torna costume; e se praticado sem interrupção desde tempos imemoriais, adquire força de lei.

Após as entrevistas gravadas, as quais levaram, em média, de 40 a 60 minutos, realizamos a audição das narrativas, e todas foram por nós transcritas integralmente, tarefa, que como já advertira Paul Thompson (1998), consumiu-nos muito tempo, mas, em contrapartida, deu-nos o retorno do aprendizado de trabalhar com transcrições de fontes orais e destarte nos proporcionou um rico acervo histórico sobre a região em estudo. Por sua vez, Meihy (1996a, p. 22) afirma que “A história oral, porém, além de seu valor documental enquanto gravação (que guarda em arquivos a modulação da voz e a situação da entrevista), precisa ser vertida para a linguagem escrita, a fim de facilitar o trânsito, reflexão e estudos”.

¹¹ Sir Eduard Coke, *The complete copy-holder* (1641).

¹² S.C.[S.Carter], *Lex custumaria: or, a treatise of copy holde estates* (2ª ed., 1701).

Entrementes, essa versão dos textos gravados para a linguagem escrita colocou-nos frente a frente com mais um debate estabelecido na historiografia no trato da história oral, questão que se remete à transcrição, que se refere à passagem da gravação oral para a escrita. Assim, temos a transcrição absoluta, a textualização e a transcrição.

Conforme as explicações de Meihy (1996 a, p. 67), a transcrição absoluta é a passagem literal da entrevista gravada para a escrita, incluindo todos os seus detalhes. Por sua vez, a textualização seria a transcrição trabalhada pelo autor da pesquisa, ou seja seria o momento da “limpeza” do texto; e por fim a transcrição é a entrevista trabalhada, para ser apresentada ao público.

Conforme o autor acima citado, a este propósito, há autores que defendem a posição da transcrição absoluta. Entretanto, para ele, essa forma de proceder tem sido contestada por aqueles autores que prezam na história oral o seu compromisso com o público. Para Meihy (1996 a, p. 58).

Editar uma entrevista equivale a tirar os andaimes de uma construção quando esta fica pronta. Com isto, a primeira tradição quebrada é a do mito de que a transcrição de palavra por palavra corresponderia à realidade da narrativa (...) é impossível pensar que a mera *transcrição* traduza tudo o que se passou na situação do encontro. (...) Por esse conjunto de detalhes, assume-se que a entrevista deve ser corrigida e que o ideal é a manutenção do sentido intencional dado pelo narrador que articula seu raciocínio com as palavras. Por lógico, não são as palavras que interessam e sim o que elas contêm. (...) **Vícios de linguagem, erros de gramática, palavras repetidas devem ser corrigidos**, (...) Conspiram contra a transcrição pura e simples dois aspectos: 1) o isolamento do público leitor em geral; 2) o risco da má recepção da mensagem (O grifo em negrito é nosso).

Por sua vez, Paul Thompsom (1998), vem nos esclarecer que:

(...) não existe nada que substitua uma transcrição completa. Até mesmo a melhor versão resumida mais parece as anotações de um historiador inteligente extraídas de um arquivo do que os documentos originais. E, ainda mais, o historiador não pode saber hoje que perguntas serão feitas pelos historiadores futuros, **de modo que qualquer seleção que faça resultará na perda de detalhes que posteriormente podem se mostrar significativos**. A transcrição integral deve, pois, incluir tudo o que está gravado, com a possível exceção de digressões para verificar se o gravador está funcionando, para tomar uma xícara de chá, ou para bater um papo sobre como está o tempo, sobre doenças, e coisas assim. Todas as perguntas devem constar dela.

O gaguejar em procura de uma palavra pode ser eliminado, mas outro tipo de hesitações e de “muletas”, como “você sabe” ou “veja bem” devem ser incluídos. **A gramática e a ordem das palavras devem ser deixadas como foram faladas.** Se não se conseguir compreender uma palavra ou frase, deve deixar-se um espaço na transcrição para indicar isso. Todas essas são orientações bastante fáceis de compreender. Mas a verdadeira arte do transcritor está no uso da pontuação e numa ou noutra grafia fonética que transmita a natureza da fala (THOMPSON, 1998, p. 293, grifo nosso).

Ao grifarmos a citação acima, queremos evidenciar que optamos, no desenvolvimento de nossa pesquisa, por não “lapidar a fala bruta”, como propõe Gattaz (1996) em seu artigo intitulado “Lapidando a Fala Bruta”. Decidimo-nos, portanto, pela alternativa de transcrever as nossas entrevistas sem “limpar” ou mesmo “enxugar” o texto, termos estes utilizados pelos adeptos da textualização e da transcrição. Assim procuramos utilizar os depoimentos no texto mantendo a fidelidade da exposição dos nossos depoentes. Procuramos desta maneira não fugir da característica do modo de falar original dos nossos interlocutores, não corrigindo, muito menos “lapidando” a fala considerada bruta. Para Paul Thompson (1998, p. 297), “Ao passar a fala para a forma impressa, o historiador precisa, pois, desenvolver uma nova espécie de habilidade literária que permita que seu texto escrito se mantenha tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto ao significado original”..

Esta decisão já havia sido tomada, visto que primeiramente, quando copiamos uma citação copiamo-la tal como ela é, não fazemos mudanças na fala do autor que a escreveu. Nossas entrevistas foram todas citadas, logo partimos do pressuposto de que deveríamos agir como na citação bibliográfica. Posteriormente, ao conversar com um colono a propósito dessa questão, ouvimos: “..se ocê corrigí meus erro de portugueis, não sô eu que tô falano, é ocê, porque eu não tenho leitura” (informação verbal). Diante desse fato crucial que a realidade nos impunha, não tínhamos mais nenhuma sombra de dúvida, as entrevistas seriam citadas na linguagem original.

Aprendemos a teoria a propósito da transcrição, mas ela não serviu para a realidade que encontramos, uma realidade de convívio com pessoas que em muitos casos orgulhavam-se de ter trabalhado uma vida inteira, fato que não lhes permitiu ir à escola, e não indo à escola, conseqüentemente eles não aprenderam falar o português-padrão; entretanto não se envergonhavam do seu modo de falar, muito menos sentiam-se inferiores em relação àqueles que “falam corretamente”.

Meihsy (1996a) salienta que com a transcrição pura das narrativas corre-se o risco da má recepção da mensagem; entretanto, como este trabalho é endereçado também aos camponeses do Noroeste do Paraná, se eles não se identificarem na mensagem que eles mesmos passaram em seus depoimentos, aí sim correremos o risco da má recepção.

Se essas pessoas não sentiam vergonha do seu modo de falar, por que nesta pesquisa teríamos nós que corrigi-las ao transcrever sua fala oral para a escrita? Estaria seu modo de falar errado? Essa questão por muito nos inquietou. Não obstante, aclara Bagno (2004, p. 124) que “do ponto de vista científico, simplesmente *não existe erro de português*. Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a *gramaticalidade* ou *agramaticalidade* de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua”. Outrossim, é importante destacar que:

Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar. Só se erra aquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização: erra-se ao tocar piano, erra-se ao dar um comando ao computador, erra-se ao falar/escrever uma língua estrangeira. A língua *materna* não é um saber desse tipo: ela é *adquirida* pela criança desde o útero, é absorvida junto com o leite *materno*. Por isso qualquer criança entre 3 e 4 anos de idade (se não menos) já domina plenamente a gramática de sua língua (BAGNO, 2004, p. 124).

Para complementar essa afirmação Bagno (2004) cita Perini (1997),¹³ o qual assevera:

Qualquer falante português possui um conhecimento *implícito* altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E [...] esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas (PERINI, apud BAGNO, 2004, p. 124).

¹³ PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

Bagno (2004), em sua obra *Preconceito Lingüístico*, observa que atualmente a sociedade tem lutado para desmascarar as mais diversas formas de preconceito, procurando mostrar que estes não têm nenhum fundamento racional; porém essa intenção não tem atingido ainda um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira, que é o preconceito lingüístico. Ao contrário, argumenta o autor que o que se vê é esse preconceito ser alimentado pelos meios de comunicação, os quais procuram ensinar o que é “certo” ou “errado”. Por isso elenca uma série de oito mitos que compõem a mitologia do preconceito lingüístico e procura explicar como estes mitos estão incorporados em nosso cotidiano.

No mito número 1, procurando desmascarar o mito de que a língua portuguesa falada no Brasil não apresenta uma unidade, o autor salienta:

Como a educação ainda é um privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não tem acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os *sem-língua* (BAGNO, 2004, p. 16).

É bem verdade, conforme o autor, que essas pessoas falam português, porém é uma variedade de português não-padrão, possuindo uma gramática particular, que não é reconhecida como válida e por isso é desprestigiada, ridicularizada, alvo de zombaria e menosprezo por parte daqueles que falam o português-padrão. Mas em nossa pesquisa, embora nossos depoentes não falassem esse português-padrão, encontramos a peculiaridade de reconhecerem-se na sua língua falada, como vimos em página anterior, quando um colono fazia questão que não fosse corrigida nem passada para norma culta a sua fala.

No mito número 4, intitulado “As pessoas sem instrução falam tudo errado”, o autor analisado evidencia o fato de que: “ O preconceito lingüístico se baseia na crença de que só existe, (...) *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários (BAGNO, 2004, p. 40). Neste sentido, continua esclarecendo que “Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico,

‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir que ‘isso não é português’ (BAGNO, 2004, p. 40). A citação subsequente explica essa assertiva.

Se dizer *Cráudia, praca, pranta* é considerado ‘errado’, e’, por outro lado, dizer *frouxo, escravo, branco, praga* é considerado ‘certo’, isso se deve simplesmente a uma questão que não é lingüística, mas social e política – as pessoas que dizem *Cráudia, praca pranta* pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada ‘feia’, ‘pobre’, ‘carente, quando na verdade é apenas *diferente* da língua ensinada na escola (BAGNO, 2004, p. 42).

Em decorrência do que acima expusemos, optamos por transcrever essa maneira diferente de falar na forma como ela é realmente falada, pois depreendemos que o preconceito lingüístico é decorrente do preconceito social. Igualmente, os vícios de linguagem, que perpetuam o mundo rural, o mundo camponês - ou, aos olhos da elite, o mundo do “caipira” - são motivos de preconceito por parte dessa mesma elite, que vê naquele homem do campo um sujeito ignorante que “não sabe falar corretamente”. Diante disso Bagno (2004, p. 57) diz “ A gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral, e quer impor a ferro e fogo a língua literária como única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação lingüística que merece ser estudada”.

Isto posto, após análise da obra de Bagno (2004), cujas palavras vieram a contribuir para que não cometêssemos o preconceito lingüístico de tentar corrigir na escrita a fala dos nossos interlocutores, optamos por utilizar aquilo que o autor denominou de adequabilidade, pois “Usar a língua, tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o adequabilidade e o da aceitabilidade. Quando falamos (ou escrevemos), tendemos a nos adequar à situação de uso da língua em que nos encontramos (BAGNO, 2004, p. 130).

Por isso estamos transcrevendo a língua falada de camponeses que não falam a norma culta, que tiveram poucos anos de escolaridade ou quase nenhuma escolaridade, e assim nos adequamos à situação de uso da língua. E salientamos mais: embora não tenhamos feito a “limpeza” do texto, ou lapidado a “fala bruta”, que para nós não tem absolutamente nada de brutalidade, o público compreenderá perfeitamente tudo o que foi dito por nossos entrevistados tanto nas citações que preenchem o corpo do trabalho quanto nos depoimentos

deixados na íntegra que contam a história dos municípios do Noroeste do Paraná que se encontram no anexo 2 deste trabalho.

Por fim, convém igualmente destacar que ao longo do texto, do mesmo modo que as fontes orais, a fotografia teve papel importante, pois ilustrou muitos momentos da pesquisa relatados por nossos entrevistados. Fazemos nossas as palavras de Maccari (1999, p. 27): “O objetivo, ao recorrer a esta fonte, foi proporcionar imagens do período da colonização para que o leitor possa visualizar algumas imagens iconográficas do cenário que os migrantes abordam em seus relatos”.

Destarte, essas técnicas metodológicas de coleta de dados baseadas nas fontes orais, juntamente com documentos obtidos em órgãos públicos e documentação iconográfica, constituem as fontes primárias, portanto a práxis de investigação desta pesquisa.

Como o trabalho de pesquisa, em sua maior parte, foi desenvolvido sustentado pelo alicerce das fontes primárias, ficamos diante de um impasse: será um trabalho que se completa pelo mérito dessas fontes, ou terá certa deficiência na escrita? Isso nos fez refletir sobre o que afirmou Mao Tsé Tung (1999, p. 15): “A teoria materialista-dialética do conhecimento põe a prática em primeiro lugar, sustentando que o conhecimento humano não pode estar, em nenhum grau, desligado da prática. Lenin dizia: ‘A prática é superior ao conhecimento (teórico), pois ela tem não somente a dignidade do geral, mas também a do real imediato’ ”.

Por fim, trabalhar com a história de vida das pessoas e através delas ir descobrindo a transformação que se deu no território estudado exerceu sobre nós enorme fascínio, pois conforme destaca Almeida (2003, p. 39) “Uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais é a de que estas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, logo que as entrevistas permitem ‘as pessoas comuns’ contarem sobre fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história das classes não hegemônicas, verdadeiras ‘áreas inexploradas’ ”, igualmente porque a história de vida nesse trabalho tem como argumento a história vivida, concreta, que nos permitiu observar as transformações reais que foram ocorrendo ao longo do tempo no espaço geográfico estudado.

1.4 QUESTÕES DO MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO E REFLEXÃO CONCEITUAL

Com base nas ponderações anteriormente descritas, justificamos a metodologia de coleta de dados. Contudo, com o caminhar da pesquisa de campo, e posteriormente, com a posse de um relevante acervo de documentos, sobreveio-nos a preocupação de que essa

pesquisa pudesse resultar num simples amontoado de dados somente, e o esforço na tentativa de desvendamento da realidade objetiva nos trouxe inquietações. Parafraseando Almeida (2003, p.30), igualmente, estávamos diante de um questionamento: “Existe uma tese?”. Parte da resposta a essa pergunta, que perdurava enquanto desenvolvíamos as pesquisas de campo, também foi dada pela autora, a qual salienta que a resposta positiva, ou seja, a existência da tese, por sua vez, “nos colocou duas urgências básicas: primeira, saber se as formulações apresentadas pela produção teórica acerca dos problemas que levantávamos eram suficientes para explicá-los; Segunda, em caso contrário, questionar se tínhamos os meios reais para a realização da pesquisa, tanto materiais quanto intelectuais (formação teórica, acesso a fontes, etc.)” (ALMEIDA, 2003, p. 30).

Destarte, tínhamos uma única certeza: possuíamos em grande quantidade os meios materiais para o desenvolvimento da pesquisa, entretanto a inquietude e a preocupação aludidas nos levaram a novas indagações, as quais também encontramos em Almeida (2003, p. 30, grifo nosso), quando a autora assevera: “Assim de porte dessas problematizações, **enfrentamos a questão básica na construção da tese e do seu objeto, a reflexão sobre os instrumentos teóricos.** Estariam os conceitos “afinados” com o objeto? O rebate a essa indagação foi a adoção do desafio de colocá-los em ação, na constante tarefa de construir e des-construir as certezas da pesquisa” . Dito de outra maneira, nossas inquietações eram pertinentes porque se respaldavam numa única certeza: tínhamos a prática, e, como já advertira Oliveira (1985, p. 5), “a prática é o ponto de vista primeiro e fundamental da teoria materialista dialética do conhecimento”.

Desse modo, como salientamos anteriormente a importância da diferenciação entre o método de interpretação e o método de pesquisa, cabe aqui apresentar os fundamentos do método de interpretação que substantivaram esta pesquisa. Cumpre salientar que, excetuada essa condição peculiar, ao trilhar o caminho teórico-metodológico deste trabalho nos apoiaremos em Sposito (2004, p. 23), para evidenciar “que o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação”. Ao apresentar o método científico, Sposito (2004) parte da definição do termo, procurando o significado etimológico da palavra método, e diz: “Desse modo, para Japiassu & Marcondes (1990), em seu *Dicionário básico de Filosofia*, a palavra método deriva do grego e é formada por *meta* (por, através de) e *hodos* (caminho)” (SPOSITO, 2004, p. 25). De forma análoga, Spirkine e Yakhot (1975 a, p. 18) afirmam: “... a palavra método, que na sua etimologia grega, significa

‘via que conduz a qualquer coisa’, o indica. A noção de método não significa mais do que uma maneira de abordar o conhecimento, o estudo e a transformação do mundo”.

Descartes (2005), por sua vez, em sua obra Regras para a Direção do Espírito, na regra IV, em que diz que o método é necessário para a procura da verdade, evidencia: “É portanto muito mais satisfatório não pensar nunca em buscar a verdade de alguma coisa, do que buscá-la sem método, pois é certíssimo que estes estudos desordenados e essas meditações confusas obscurecem a luz natural e cegam os espíritos” (DESCARTES, 2005, p. 80). Em relação ao método, Descartes (2005, p. 81) diz: “Entendo por método regras certas e fáceis, graças às quais o que as observa exatamente não tomará nunca o falso por verdadeiro e chegará, sem gastar esforço inutilmente, ao conhecimento verdadeiro de tudo aquilo que seja capaz”.

Do exposto depreendemos, portanto, que o método de interpretação, conforme salientam Moraes e Costa (1987, p. 27), “refere-se assim a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto as questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista. O método é, nesse sentido, o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a Filosofia. Pode-se dizer que ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico”. Nesse sentido, concluem os autores Moraes e Costa (1987) que o método de interpretação é, na verdade, uma concepção de mundo normatizada e orientada para que a pesquisa científica seja conduzida; a bem da verdade é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho de desenvolvimento da ciência.

Para Moraes e Costa (1987), é fundamental distinguir o método de pesquisa do método de interpretação, uma vez que a confusão que pode surgir entre as definições desses métodos pode gerar graves equívocos, sendo que o primeiro e o principal deles seria a dissimulação da existência de uma diversidade de métodos interpretativos. Outro problema relacionado à não-distinção referida seria o trabalho de pesquisa estar embasado apenas na metodologia de pesquisa que foi empregada, haja vista que o uso de determinada técnica, como apregoam os autores, não define as diretrizes de interpretação, como também não define o perfil da ideologia do pesquisador. É por isso que, de acordo com Moraes e Costa (1987, p. 29), “Urge, então, frisar bem a diferença entre método de interpretação e método de pesquisa”. No contexto dessa explanação a propósito do método, observam os autores acima mencionados que manter:

Uma opção clara quanto ao método é fundamental para qualquer um que deseje avançar no processo de construção de uma Geografia nova. É essa opção que define

os caminhos que tal empresa deverá trilhar, seus pressupostos, suas metas e seus limites. A explicitação da posição assumida representa a garantia de coerência no percurso, pois revela o controle lógico e a consciência que o pesquisador tem dos instrumentos de seu trabalho. Não optar significa deixar vagos os pressupostos fundamentais e as posturas basilares da proposta a ser construída (MORAES; COSTA, 1987, p. 29).

É bem verdade que o método não deve ser visto como algo parado ou de forma cristalizada. Afirmam igualmente os autores analisados que ele, o método, não deve ser uma camisa-de-força ao ser utilizado pelo pesquisador, haja vista que possui um dinamismo interno que se faz necessário ser aprimorado e renovado na utilização do trato dos mais diferentes fenômenos, pois “O método que dirige o trabalho das ciências, se retroalimenta desses, num processo de aprimoramento constante. O compromisso do cientista só pode ser com o real. Quando a realidade observada não encontra correspondência nos pressupostos metodológicos, são esses que devem ser revistos” (MORAES; COSTA, 1987, p. 30).

Sendo assim, neste momento da pesquisa, em que procuramos delinear nossa concepção metodológica, uma vez que, como já frisamos anteriormente, trabalhamos com o processo de transformação de uma fração de território, depreendemos que, conforme assevera Gomes (1991, p. 11) “A dialética como concepção e método confirma o contínuo movimento da matéria – apresentada em todas as suas formas, inferiores e superiores – em sua infinitude e unidade e define o mundo como um processo ininterrupto do vir-a-ser, isto é, a transformação da própria matéria”.

Desta forma, de posse do conhecimento de que vivemos em uma sociedade na qual o processo movente da história não se dá senão pela luta de classes, não podemos compreender a realidade objetiva se postularmos uma neutralidade científica. Logo, por nossa vez, entendemos que a tentativa de apreensão dessa realidade circundante só se faz através de um caminho teórico-metodológico que seja coerente com os pressupostos filosóficos de quem os procura pôr em execução.

Destarte, no que se refere ao método de interpretação da realidade, a postura que assumimos no desenvolvimento dessa pesquisa, como mostra o encadeamento dos capítulos, não seria outra que não os postulados do materialismo histórico e dialético. Como salientam Moraes e Costa, (1987, p. 35), “Esse método de interpretação da realidade desenvolveu-se, a partir das formulações de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo também denominado – à revelia do desejo de Marx – de ‘marxismo’ ”, constituindo, portanto, numa das principais vertentes do conhecimento universal ao longo dos dois últimos séculos.

Segundo Moraes e Costa (1987), esse método interpretativo pode ser descrito como a elaboração de uma teoria geral da história das sociedades, e “Nessa elaboração, expressou-se uma nova abordagem de apreensão do real, cuja explicitação deu origem à metodologia marxista. Esta, ancora-se, como não poderia deixar de ser, num sistema filosófico próprio que tem na relação entre teoria e prática sua pedra angular” (MORAES; COSTA, 1987, p. 35). Contudo, parafraseando os autores analisados, frisamos que o marxismo trabalha com a lógica dialética, a qual concebe a realidade enquanto movimento e a contradição como sendo a forma de ser dos fenômenos. Por sua vez, Gomes (1991) afirma que temos que ter conhecimento de que o movimento e mudança são características do mundo objetivo; que se encontra subordinado a um processo dialético infinito, cuja trajetória segue implacavelmente do presente para o futuro. Esse processo rápido de movimento e de mudança é bastante nítido na área de abrangência desta pesquisa. O movimento dos processos pelos quais tem passado o Noroeste do Paraná é fato, todavia, o que é mais notório nesse movimento, e que deve ser frisado, é a rapidez com que os processos de mudança têm-se ali constituído num curto espaço de tempo.

Por sua vez, Oliveira (1978, p. 20) pondera:

(...) que o “todo social” no materialismo histórico é uma totalidade contraditória, que é fruto de uma unidade na diversidade. E que se compõe de uma infra-estrutura (condição econômica de produção – produção imediata/distribuição/circulação e consumo) e de uma supra estrutura (formas jurídico-políticas, religiosas, artísticas, ou filosóficas, em resumo: as formas ideológicas), que são articuladas em um modo de produção determinado, que por sua vez se realiza numa formação social dada.

Ao tratar do desenvolvimento do processo histórico - que relacionamos com o processo ocorrido na área em estudo - Oliveira (1978, p. 23) continua: “devemos dizer que concebemos o processo histórico, como um processo de conhecimento em plena transformação, o que requer do sujeito do conhecimento um posicionamento e uma compreensão dialética do mesmo”, uma vez que “o investigador é parte integrante deste processo e como tal, deve compreender criticamente a realidade objeto de estudo na sua totalidade, em processo de transformação social (OLIVEIRA, 1978, p. 23).

Dessa forma acreditamos que as colocações apresentadas direcionam a posição assumida quanto ao método de interpretação da realidade objetiva. Convém esclarecer que esta posição igualmente é colocada como sendo um processo intelectual em movimento, que

leva ao amadurecimento e aperfeiçoamento das interpretações estabelecidas; entretanto a explanação serviu como amostra de uma consciência dos fundamentos que assumimos.

Sendo assim, nessa incessante tarefa de construção e desconstrução, ao longo de sua trajetória histórica o ser humano, através do seu trabalho, procura entender e através do entendimento construir, para melhor, o espaço onde vive. A propósito, salienta Gomes (1991, p. 11): “Na medida em que a realidade circundante, objetiva do mundo da natureza, da sociedade e do próprio homem vai sendo revelada pelo contínuo avanço das ciências e transformada pelo saber filosófico em lei maior, o ser humano passa a atuar, cada vez mais racionalmente, em interação mútua com o seu ‘universum’ ”. Não obstante,

Toda a estrutura do seu ser – material e espiritual – encontra-se submetida às leis da evolução dialética, portanto, inserida num contínuo processo de evolução. O seu próprio pensamento torna-se sempre mais lógico e o reflexo subjetivo da realidade objetiva evidencia, mais e mais, o seu caráter de ser consciente. Na prática, há um constante avançar do seu conhecer e de sua ação sobre o espaço geográfico existente (GOMES, 1991, p. 11).

Cumprе salientar que, excetuada essa condição peculiar, para trilhar o caminho teórico-metodológico da tese, procuraremos doravante alinhar os conceitos que norteiam esta pesquisa, uma vez que compreendemos o conceito como uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais, como adverte Silva (1984). Contudo, para compreender o processo móvel de transformação desse espaço geográfico do Noroeste do Paraná, procuramos identificar as modificações nele ocorridas, e para isso é preciso saber que os conceitos devem estar afinados e em consonância com a orquestra do caminho teórico que percorremos. Destarte, se nosso intuito é defender a tese de que há uma nova territorialidade através da espacialização dos assentamentos rurais de reforma agrária, no processo de transformação do território que estudamos, alguns conceitos e noções sobressaem. Assim precisamos aclarar de que forma os compreendemos, porquanto a práxis nos mostrou a realidade objetiva. São eles: território, espacialidade e territorialidade.

Por outro lado, para compreendermos o território também precisamos, nessa perspectiva, entender o espaço. De acordo com Raffestin (1993, p. 143-144),

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático(ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de

um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (...) Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Procurando explicitar a noção de território com que estamos lidando, evidenciamos que a respeito do território fazemos coro com Oliveira (1999, p.12), quando afirma: “Por isso, insistimos, temos de aprofundar a diferença que nos move perante essa luta de cunho teórico, e por isso reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõe muitos geógrafos”.

Diante desse pressuposto, torna-se relevante entender que:

Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso é anterior ao território. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, é portanto uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo pois o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir (OLIVEIRA, 1999, p. 12).

A propósito do conceito de território, Oliveira (1999, p. 74) parte, portanto, “da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação”. Nesse sentido o autor afirma que o território é produto concreto da luta de classes que evidentemente é travada pela sociedade no processo de produção da sua existência, uma sociedade que está assentada nas três classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista, a saber: proletariado, burguesia e os proprietários de terra. Não obstante, Oliveira (1999, p. 74) assevera: “Dessa forma são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das

forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza”.

Em nossa pesquisa sobre a fração do território por nós estudada, cuja realidade passou por um processo de transformação numa lógica que envolve três momentos: o território original indígena, a colonização e em tempos atuais a atuação do MST, compreendemos que no Noroeste do Paraná

O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/ manutenção/ transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (...) É esta lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Isto nos permite afirmar como propõe Calabi e Indovina (1973, p. 2), que “Estas considerações nos permitem afirmar que existe um ‘uso’ do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondências com as diversas fases de desenvolvimento do processo capitalista”.

Outrossim, esta análise conceitual a respeito do território, indubitavelmente, não pode prescindir dos demais conceitos que permeiam esta pesquisa: o da espacialidade e o da territorialidade. Concordamos com Fernandes (1999) a propósito de espacialidade e territorialidade, pois autor afirma que o MST, um sujeito coletivo, espacializa-se através das ações de sua práxis, do seu trabalho e das experiências de luta. Fernandes (1999, p. 136) conclui: “Espacializar, portanto, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro. Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política”. Assim, mediante os fatos ocorridos na fração do território que compreende nossa área de estudo depreendemos que espacializar, conforme Fernandes (1999, p. 136), é um “escrever” “no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras etc. É na

espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, desta forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST”.

Para exemplificar espacialização e espacialidade, Fernandes (2000b) traz à baila o exemplo dos trabalhos de base desenvolvidos no interior do MST, uma vez que estes podem ter resultado da espacialização e/ou da espacialidade da luta pela terra. Neste sentido, para o autor, “A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de outro lugar, onde construíram suas experiências” (FERNANDES, 2000b, p. 62).

Como exemplo, Fernandes (2000b) evidencia ainda o fato de que um ou mais sem-terra de um determinado Estado que se deslocam para outras regiões do país, organizando famílias de sem-terra, vão criando o Movimento na sua territorialização. Esta forma de organização foi por nós presenciada nos vários depoimentos colhidos pelo Noroeste do Paraná. Não obstante, continua Fernandes (2000b, p. 63), “A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado escrito, televisivo etc.”.

Dessa maneira essas pessoas iniciam a “prosa” da luta pela terra através da construção de suas experiências. É nessa perspectiva que Fernandes (2000b) vai observar que os movimentos socioterritoriais, no nosso caso o MST, ao realizarem as ocupações, concomitantemente realizam o desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, de modo que, “Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria territorialização e é reproduzida por esta” (FERNANDES, 2000b, p. 73).

No que concerne à territorialidade, Raffestin (1993), por sua vez, vem esclarecer que a territorialidade tem um valor particular, porque “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). É bem verdade que a vida é tecida por relações, como esclarece o autor, e neste sentido, segundo Raffestin (1993, p.160), “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se origina num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Destarte, após a explanação dos conceitos básicos que permeiam o trabalho de pesquisa e a explicitação de que o que se passa na região em estudo é um processo de construção/destruição/manutenção de um território, pressupõe-se que a realidade se constitui como um processo de permanente movimento, mudanças e transformações resultantes do choque e de superações de elementos contraditórios. Assim, parece estar delineada a configuração do método que nos permite ordenar o pensamento visualizando uma lógica contraditória de transformação de um território, haja vista que a escolha do método, do ponto de vista filosófico, é um aspecto da maior significação para qualquer pesquisa. Dessa escolha, indubitavelmente, dependerá o resultado das considerações que serão obtidas do objeto de pesquisa inserido numa realidade objetiva.

Portanto, corroboramos com Gomes (1991) a propósito do entendimento da realidade objetiva. Para o autor,

Como realidade objetiva, o espaço deve ser entendido no sentido do geral, isto é, da natureza que existe objetivamente desde que o mundo é mundo e da sociedade como realidade também objetiva, que independe da consciência do homem, e fruto do processo histórico que a confirma como real e evolutiva. Ao mesmo tempo, são interdependentes, isto é, possuem autonomia e dependência recíproca (interação mútua) (GOMES, 1991, p. 99).

Não obstante, a busca do resultado da pesquisa da melhor maneira possível é a meta de qualquer trabalho de pesquisa que procure unir teoria e prática. Teoria, que de uma maneira mais abrangente e mais atual, como propõe Sposito (2004, p.58) “pode se concebê-la como ‘modelo explicativo de um fenômeno ou conjunto de fenômenos que pretende estabelecer a verdade sobre esses fenômenos, determinar sua natureza’, apresentado como um ‘conjunto de hipóteses sistematicamente organizadas que pretende, através de sua verificação, confirmação ou correção, explicar uma realidade determinada’ ”. Outrossim,

Ela refere-se ao conhecimento puro, distinto da prática, daquilo que é chamado de empírico. (...) Em ciências humanas, a teoria pode ser concebida como um conjunto de conhecimentos, leis e princípios que permitem uma leitura e uma interpretação da realidade. A teoria, conjunto de elementos racionais, organiza o conhecimento a partir de uma lógica interna e através da utilização de um determinado método. Deve haver coerência, portanto entre a teoria (e toda a sua constituição racional) e o método (e todos os seus elementos e características constitutivos). Essa coerência vai a leitura adequada das categorias e dos conceitos explicitados na teoria, diferenciando-a de outras teorias que tratem do mesmo assunto (SPOSITO, 2004, p. 58).

Destarte, para o desenvolvimento desta pesquisa procuramos captar a dinâmica do processo de transformação de um território para compreender a tese proposta. Para isso estamos ciente, como bem assevera Gomes (1991, p. 99), que “O ponto de partida deve ser sempre o de ter em vista que a captação do conhecimento objetivo da natureza e da sociedade parte da consciência do homem mas não é produto desta consciência”, e que portanto,

O produzido resulta do mundo exterior (objetivo) que é captado pela nossa consciência por meio dos seus canais da ligação com este mundo exterior (os órgãos sensoriais) e transformado pela nossa estrutura cerebral numa imagem reflexa do conhecimento. Desse modo o conhecimento objetivo e concreto, passa a ser a imagem reflexa subjetiva (sujeito) do mundo objetivo (natureza e sociedade como sujeito histórico) (GOMES, 1991, p. 99).

Conclui Oliveira (1985, p. 2): “Pois, é no trato direto do trabalho de campo que os estudantes farão o aprendizado do método materialista dialético de investigação”. Dessa forma, cremos ter esboçado os pressupostos do delineamento do materialismo histórico-dialético, base metodológica e teórica que deu sustentação a esta pesquisa.

CAPITULO II

ÍNDIOS: OS PRIMEIROS HABITANTES DO NOROESTE DO PARANÁ

Foto 2 – Nhengo e seu Grupo Familiar Localizado em 1956
Acervo: Foto da Coleção de Vladimír Kozák.
Fonte: QUEM...(2000).

Carta do Chefe Seattle ao Presidente dos Estados Unidos da América em 1854

Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?

Cada pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia, são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro, e o homem - todos pertencem à mesma família.

Portanto, quando o Grande Chefe em Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, pede muito de nós. O Grande Chefe diz que nos reservará um lugar onde possamos viver satisfeitos. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, nós vamos considerar sua oferta de comprar nossa terra. Mas isso não será fácil. Esta terra é sagrada para nós.

Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembrar-se de que ela é sagrada, e devem ensinar as suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais. Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto.

Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é um selvagem e não compreenda.

Não há um lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera ou o bater das asas de um inseto. Mas talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreendo. O ruído parece somente insultar os ouvidos. E o que resta da vida se um homem não pode ouvir o choro solitário de uma ave ou o debate dos sapos ao redor de uma lagoa, à noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumado pelos pinheiros.

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro - o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao mau cheiro. Mas se vendermos nossa terra ao homem branco, ele deve lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar compartilha seu espírito com toda a vida que mantém. O vento que deu a nosso avô seu primeiro inspirar também recebe seu último suspiro. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem mantê-la intacta e sagrada, como um lugar onde até mesmo o homem branco possa ir saborear o vento açucarado pelas flores dos prados.

Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos.

Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir. Vi um milhar de búfalos apodrecendo na planície, abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo de ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecer vivos.

O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo.

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem as suas crianças o que ensinamos as nossas que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala com ele de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo. Veremos. De uma coisa estamos certos - e o homem branco poderá vir a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Vocês podem pensar que O possuem, como desejam possuir nossa terra; mas não é possível. Ele é o Deus do homem, e Sua compaixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco. A terra lhe é preciosa, e feri-la é desprezar seu criador. Os brancos também passarão; talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminem suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos.

Mas quando de sua desaparecimento, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força do Deus que os trouxe a esta terra e por alguma razão especial lhes deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho. Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa impregnados do cheiro de muitos homens, e a visão dos morros obstruída por fios que falam.

Onde está o arvoredor?

Desapareceu.

Onde está a águia?

Desapareceu

É o final da vida e o início da sobrevivência.

2 ÍNDIOS: OS PRIMEIROS HABITANTES DO NOROESTE DO PARANÁ

Quero falar de uma coisa
adivinha onde ela anda?
já podaram seus momentos
desviaram seu destino.

Milton Nascimento

2.1 ANIQUILAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA E O DISCURSO DO VAZIO DEMOGRÁFICO

Quando optamos pelo recorte espacial do Noroeste do Paraná, enquanto região de estudo, uma questão nos preocupava: tratava-se da história dos povos autóctones desse território, muitas vezes ocultada sob o discurso hegemônico de uma considerável parte de autores que escreveram sobre o Norte do Paraná e insistiram em não enxergar tal história; por isso consideramos relevante conduzir nossa análise de transformação do território pelo valor previamente determinado da história indígena, eis por que neste trabalho ela deveria ser relatada.

Esclarecido este pormenor, partimos do pressuposto de que ao longo dos últimos anos outros estudiosos, pesquisadores e escritores, preocupados com a difusão e, conseqüentemente, com a repercussão dessa história mal-contada, já a reescreveram com mestria, através dos resultados de suas pesquisas, procurando mostrar à sociedade que sob a saga da colonização do Norte do Paraná há uma outra história que corre paralela, a qual não é lembrada. Estes pesquisadores, no entanto, são, com certeza, bem menos numerosos do que aqueles que, ao longo da construção do processo histórico nesse espaço geográfico, enalteciam apoteoticamente a entrada do capital privado das colonizadoras em todo o Norte do Paraná e procuraram omitir que ali existiu por períodos longos - e infelizmente, num curto espaço de tempo deixou de existir - uma população indígena, cujos vestígios restam somente em sete remanescentes dos índios Xetá, que habitaram o Noroeste e que estão espalhados pelas terras indígenas do Paraná e Santa Catarina, nos sítios arqueológicos e, quando menos, em simples monumentos dedicados ao índio em algumas poucas cidades da região. Por isso, este capítulo do presente trabalho soma-se aos trabalhos do grupo menor de pesquisadores.

Escrever a propósito da aniquilação desse território é tratar literalmente do genocídio das nações indígenas que habitaram o Noroeste do Paraná, pois eles foram vítimas da expansão da última fronteira de colonização do Estado no período pós-1930. Portanto, o que

se tem nessa região é o esfacelamento do território original dos povos autóctones juntamente com o aniquilamento dos recursos naturais, para a apropriação da propriedade privada.

Isto nos faz refletir sobre uma frase de um indigenista não citado, pronunciada no início de um discurso religioso, a qual diz o seguinte: “quando o homem tiver cortado todas as árvores, poluído todas as águas e exterminado as nações indígenas, perceberá que dinheiro não se come”. No Noroeste do Paraná essa realidade é contundente: a floresta já não existe e, aliada ao seu desaparecimento, também não mais existe a população indígena que habitava esse território tão poucos anos atrás. Os estudiosos envolvidos com as questões indígenas lutam, junto com essas nações, para a preservação ou até mesmo a reconstituição de seus territórios, em razão de estarem preocupados com o futuro delas. Diferentemente, não podemos discutir o futuro dos povos autóctones do Noroeste do Paraná, haja vista que o futuro já foi interrompido num passado não muito distante e o seu legado é o que nos resta para contar, dando possibilidade de voz às vozes que foram caladas e interrompidas no percurso da história.

A explicação para expor aqui a história indígena poderia ser entendida como um acerto de contas com a consciência de novos pesquisadores que buscam enxergar os fatos históricos omissos e revelá-los, à luz do entendimento de como esses fatos ocorreram, quando não, porque há também a reciprocidade da ciência geográfica com o tema, haja vista que as mudanças que ocorrem na sociedade vão refletir-se diretamente na reordenação do território.

Posicionamo-nos contra a idéia da historiografia hegemônica sobre o Norte do Paraná voltada aos interesses burgueses, a qual faz questão de mostrar que essa região era um “vazio demográfico” no período de sua ocupação regional com o advento da chegada das empresas colonizadoras. Segundo essa historiografia tendenciosa, tais empresas desenvolveram o papel de lotear e vender as terras dessa região para preencher esse “vazio demográfico”. Nadando contra a corrente e trilhando caminhos que vão contra a iniquidade do discurso social existente, afirmamos que o Noroeste do Paraná tem como premissa histórica de ocupação e povoamento a população autóctone.

Nesse sentido, faz-se necessário resgatar a primeira fase desse processo e mostrar como o discurso do “vazio demográfico” foi se construindo ao longo do tempo. Com esse intuito, faremos um resgate histórico pontuando os estudos dos pesquisadores que se dedicaram a mostrar a primeira época da história da ocupação do Norte do Paraná, analisando-os e criticando-os construtivamente para mostrar que antes da “saga dos pioneiros colonizadores e desbravadores” do Norte do Paraná, neste trabalho enfatizando especificamente o Noroeste Paranaense, uma outra sociedade lutou bravamente para resistir à extinção e permanecer em

suas terras. Por isso julgamos importante o estudo desses pesquisadores, que colocam em evidência a questão indígena, não só no Noroeste do Paraná, mas em nível de Estado, pois só assim reconheceremos a presença, deveras eficaz, de uma nova realidade desse espaço geográfico: a presença indígena.

Lúcio Mota, em seu trabalho sobre a história épica dos índios Kaingangs no Paraná no período de 1769 a 1924, analisa esse discurso da construção do “vazio demográfico” nas terras paranaenses, principalmente na região do Norte do Estado. A idéia hegemônica do vazio demográfico, em seu estudo, tem como ponto de partida a análise dos discursos oficiais, pesquisas acadêmicas, livros e materiais didáticos que tratam da história da ocupação regional. Sobre o assunto o autor diz:

A evidente presença do indígena no Paraná não é, entretanto, registrada pela história da região. (...) Pois, na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir da década de trinta deste século, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravio”. (...) Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas. A ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam (MOTA, 1994, p. 4).

Essa idéia hegemônica trazida à baila pelo autor é a idéia das classes dominantes, que apagam a história indígena e materializam sua idéia através de discursos que, de tanto que se repetem na sua forma materializada em dissertações, teses e livros, viram verdades acadêmicas contribuindo para a repetição da idéia predominante.

Quando incorporou o Terceiro Planalto Paranaense ao seu sistema produtivo, integrando a região através da expansão das frentes pioneiras de colonização, a expansão capitalista procurou impingir também o ideário de que o processo colonialista aconteceu de forma harmoniosa e pacífica, e esse espaço passou a ser projetado como um “espaço vazio improdutivo pronto a ser ocupado por colonos destemidos que iriam fazer o progresso”, incorporando a região ao processo produtivo. Mota (1994, p. 9) afirma que os agentes dessa projeção foram vários, tais como: a história oficial registrada pelas companhias colonizadoras; as falas governamentais que foram incorporadas nos escritos que fazem apologia dessa colonização, onde o pioneirismo é exaltado; o papel dos geógrafos que escreveram sobre a

ocupação regional nas décadas de 1930 a 1950, e também a historiografia sobre o Estado do Paraná produzida nas universidades. Por fim, como uma síntese dessas três fontes, estão os livros didáticos, repetindo para milhares de estudantes do Estado a idéia da região como um imenso vazio demográfico, até o início da década de 30 do século XX, quando teria começado a ser colonizada. Dito isto, o que fica evidente é que a colonização de territórios dos povos indígenas teve efeitos os mais diversos sobre esses povos, passando por uma escala de ordem crescente que vai desde maus-tratos até a completa exterminação de grupos, fatos estes que contribuem de forma massiva para diminuição da demografia indígena.

Por sua vez, Oliveira (1991), discorrendo sobre a história do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo brasileiro, vai salientar que essa história, desde sua origem, é marcada por conflitos sociais, uma realidade que permeia todo o continente americano, tendo, outrossim, marcado profundamente, desde antes da formação dos Estados nacionais, a história que envolve o contato entre os colonizadores e as nações indígenas. O autor pondera que:

Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram. Este genocídio histórico a que vem sendo submetidos, há quase quinhentos anos, os povos indígenas brasileiros não pode ficar fora das muitas histórias de massacres no campo. O território brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. (...) Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos ‘filhos do sol’ em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido. A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/construídos. Esta luta das nações indígenas e a sociedade capitalista européia primeiro, e nacional/internacional hoje não cessou nunca na história do Brasil. Os indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram (OLIVEIRA, 1991, p. 15).

Como os fatos históricos não acontecem de forma estanque e seccionada, tudo é processo, os conflitos regionais não podem ser compreendidos sem considerarmos os conflitos atuantes em escala nacional. De forma análoga, referindo-se à ocupação da Amazônia, Faria (1997, p. 68), em seu estudo, salienta que a ideologia do “espaço vazio” traz em si a visão de que os habitantes daquela região, principalmente de faixas de fronteiras, que são povos autóctones em sua grande maioria, não teriam capacidade nem competência para defender o território, por serem donos de uma cultura diferente daquela da sociedade que os

circunda. Esse caráter que lhes é atribuído, “falta de capacidade e competência” e “cultura diferente”, faz com que os povos autóctones, enquanto sujeitos objetivos que produzem história e cultura, sejam ignorados e passem a não existir, e o espaço, diante dessa lógica, está simplesmente “vazio”.

Cabe aqui a ressalva de que essa ideologia calcada no discurso do Norte do Paraná como um vazio demográfico é baseada numa externalidade da natureza em relação à sociedade, como se a natureza estivesse ali esperando para ser desbravada, e também num discurso comum no período da colonização, em que o progresso da sociedade se fazia com a derrubada da mata e: “Assim, o norte e oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, rochas, terras roxas, climas amenos, aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna” (MOTA, 1994, p. 10). Essa externalidade faz parte da visão dualista que domina a concepção da natureza. Neil Smith (1988, p. 28) explica essa dualidade asseverando que, por um lado, a natureza é externa, é uma coisa; é também o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. Essa natureza exterior é primitiva, autônoma e criada por Deus; é a matéria-prima da qual faz parte a sociedade, sendo também a fronteira que o capitalismo industrial de modo freqüente faz recuar. Composta de objetos físicos, - como árvores, rochas, rios, solos e até mesmo as tempestades -, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social. Por outro lado, a natureza é também concebida como universal. Junto com a natureza exterior, tem-se a natureza humana, e nesta está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos “externos” da natureza.

Foi com base nesta visão de uma natureza externa à sociedade, que precisava ser desbravada para que houvesse um desenvolvimento regional, que o Noroeste do Paraná inseriu-se no contexto do “progresso” através da cafeicultura. O depoimento que se segue confirma como a natureza era vista e tratada pelo colono camponês que passou a habitar o Noroeste do Paraná a partir da década de 50 do século XX.

Quanto ao mato na beira de rio, foi derrubado tudo no começo, nada por lei de deixá 20% ou 10%, principalmente beira de corgo. Mais num tinha nada, nós morava lá encostado do rio, derrubô tudo, tá o pasto até em cima do rio, e onde que hoje fais falta, aquelas reservas se tivesse.... Hoje eu acho que seria importante, ou tivesse uma lei tem que prantá tanto de árvore, né? E depois naquela época era aquela ilusão só prá café, num queria nem sabê. Agora se fosse pa prantá roça, derrubava ali um alqueire ou dois pa prantá milho, feijão, essas coisas, mais num ia derrubá muito. Mais como era só café, tinha 10, 20 alqueire, mandava derrubá tudo (PARISE; PARISE, 2001).

Nota-se que a natureza era sentenciada e subjugada à plantação dos cafezais, a derrubada das árvores era fato. Entrementes, somavam-se a isto vários fatores: a necessidade do colono de cultivar o solo através da cultura do café, logrando com isso sua subsistência; falta de órgãos oficiais com políticas públicas direcionadas à proteção da fauna e da flora, e um conjunto de precárias leis de proteção ambiental, aliadas ao total desconhecimento, por parte do camponês, da existência dessas leis. Por outro lado, ao mesmo tempo em que revela a necessidade do lavrador de derrubar a mata para o plantio, no período em que se iniciava a colonização, o depoimento ressalta também a falta que a natureza intacta lhe faz na atualidade. Inferimos que houve, por parte do colono camponês, com o passar dos anos, certo arrependimento de ter contribuído para o desmatamento e não ter utilizado de forma correta os recursos naturais em sua propriedade. Isto nos leva a refletir sobre a percepção do camponês - embora tardia - da importância da natureza exterior, e de quão triste e danosa é sua falta, já que, como assevera Santos (1991, p. 62), a percepção “é sempre um processo seletivo de apreensão”.

Neste sentido, o dualismo entre as concepções de natureza exterior e universal tratadas por Smith (1988) se transforma em uma universalidade, pois assim o homem percebe, através da sua dependência para com coisas naturais físicas, que também é natureza, e, com a falta da natureza exterior a sua própria existência é impossível. Logo, a relação de reciprocidade da natureza universal humana com a natureza externa não pode deixar de ser – e é – absolutamente necessária.

O depoimento seguinte reforça a afirmativa dos fatores que contribuíram para a derrubada das florestas na porção Noroeste do território paranaense. “Infelizmente nessa época não existia nada de preocupação com os problema ambiental, não existia IBAMA, não existia IAP, e se existia era muito longe, em Curitiba. Não tinha exigência nenhuma, a pessoa derrubava o mato até na bera d’água, não tinha assim controle nenhum, era um absurdo” (CERQUEIRA, 2005).

Esta foi, portanto, a relação homem/natureza no período em que o Noroeste estava novamente sendo ocupado pelas frentes colonizadoras: uma relação baseada culturalmente na idéia de futuro promissor e progresso, alavancada e sustentada pelo antagonismo com o meio natural, muito diferente da relação homem/natureza em sua primeira ocupação. Esta relação que a sociedade capitalista “civilizada” estabelece com a natureza constitui um total paradoxo no que concerne à relação mantida pelos povos autóctones, na sua maneira de pensar e de agir em se tratando da natureza que os circunda. Para estes é da relação que se tem com a natureza que eles constroem a sua identidade e se afirmam enquanto povo, constituindo-se em uma

antítese da sociedade capitalista. Esta concepção pode ser aclarada na observação de Barbosa (2000, p. 53), quando a propósito dessa idéia argumenta: “Assim o pensamento dos povos autóctones sobre sua relação com a terra, territórios e recursos naturais rompe com a idéia de progresso, como uma idéia que deve ser buscada no futuro, como descoberta a ser feita”. Não obstante, “A relação dos povos indígenas com suas terras, territórios e recursos, mostra que, pelo contrário, para eles, ciência é um valor apenas na medida em que é capaz de manter a relação com a natureza de forma a preservar-lhes a identidade” (BARBOSA, 2000, p. 53).

Para Barbosa (2000, p. 61), a aparente oposição entre natureza e cultura desenvolvida no Mundo Ocidental não ocorre entre as populações autóctones, como asseveramos em nossa área pesquisada. Entre essas populações não se admite a marginalização de uma e a supervalorização da outra; o que se tem é uma convivência familiar entre as duas realidades, baseada na consideração entre ambas, de forma que a estrutura dessa situação seja mantida, preservada e transmitida às futuras gerações. É na inter-relação harmoniosa e estrutural entre natureza e cultura, dos povos que resistem a serem excluídos, que suas identidades e alianças fortes e definitivas são constituídas com suas terras, territórios e recursos. O mesmo ocorre com os conceitos de terra e território, os quais são absolutamente diferentes na comparação entre os da população autóctone e os do Estado e da sociedade envolvente não indígena. Para elucidar essa diferenciação conceitual de terra e território tanto para a cultura autóctone quanto para o Estado, remetemo-nos ao estudo de Faria (1997) sobre a luta das populações autóctones do Alto Rio Negro, na Amazônia, para demarcação de seus territórios. Nele a autora salienta: “Para o Estado, território é um suporte material onde se encontra a nação, forjada a partir dos ideais burgueses da revolução francesa. Terra é considerada como mercadoria, contendo valor de troca” (FARIA, 1997, p. 285). Entretanto, para os povos autóctones: “ ‘Território’ é uma evolução do conceito de terra que adquiriu os sentidos de limite e de planejamento, porém com as representações cosmológicas inerentes à cultura indígena, que não contém a concepção ocidental de território. O conceito de ‘terra’ apresenta-se como um bem material, espiritual e ilimitável, sem a preocupação com o devir” (FARIA, 1997, p. 285). Nesse sentido, ainda segundo a autora, “Os conceitos de terra, território e nação estão interligados e são fruto do processo histórico dos povos indígenas” (FARIA, 1997, p. 285).

Barbosa (2000) assevera que a luta dos povos autóctones, em nível mundial, está centrada em torno da terra, do território e dos recursos naturais, bem como na relação espacial e espiritual que com ela esses povos mantêm. Esta relação é que tem movido os povos indígenas, ao longo dos últimos tempos, na luta em prol dos seus direitos. Então esses povos,

conforme torna saliente Barbosa (2000, p. 89), “manifestam-se no contexto da necessidade urgente de que as sociedades não indígenas entendam a importância espiritual, social, cultural, econômica e política que revestem para as sociedades indígenas suas terras, territórios e recursos para assegurar sua sobrevivência e vitalidade”.

A terra é mãe, é a divindade sagrada que lhes fornece os recursos para que a vida se manifeste em todas as suas formas. A relação de respeito mútuo entre os povos autóctones e a natureza é o que os diferencia das populações não indígenas. De uma forma clara, a autora acima mencionada assim se refere à questão:

Nessa relação com o espaço vivido, não existe o pressuposto da superioridade de um com relação ao outro, o homem não é mais do que a natureza e a natureza pode ser confortável ao homem, porque ele a conhece e procura aprofundar essa relação, pois existe a responsabilidade de deixar para as futuras gerações o que foi deixado pela Terra aos homens do presente. Essa responsabilidade é a direção, origem, orientação e identidade das ações das populações autóctones (BARBOSA, 2000, p. 98).

Considerando-se que desde tempos imemoriais os povos indígenas preservam uma profunda relação (espiritual) material com a mãe-terra, que é acatada como a fonte de vida e fator de equilíbrio entre o homem e a natureza, não se poderá pensar senão numa unidade holística. Assim, a frase seguinte de Barbosa (2000) fecha o pensamento. “A Terra e o índio formam uma só identidade”. E mais: salienta a autora que a questão indígena, na sua essência, “é inseparável da terra, dos territórios e seus recursos naturais, trilogia que constitui o elemento vital para a sobrevivência dos povos aborígenes do mundo. O índio desapossado de suas terras e privado de seus recursos naturais é um ser sem alma e sem razão de existir” (BARBOSA, 2000, p. 136).

Com base nesses apontamentos conceituais, Ladeira (2001), em seu estudo sobre o espaço geográfico *Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*, igualmente tece considerações sobre o conceito de território e terras indígenas. Para a autora, de maneira geral a antropologia trabalha o conceito de território indígena “enquanto espaço físico onde uma determinada sociedade desenvolve relações sociais, políticas e econômicas segundo suas bases culturais. Isto é, o espaço suficiente para o desenvolvimento de todas as relações de vivências definidas pelas tradições e cosmologia” (LADEIRA, 2001, p. 93). Quanto às terras indígenas, continua a autora:

A categoria de Terra Indígena, abrangendo as “terras ocupadas pelos índios” de acordo com a Constituição Federal, “as áreas reservadas” (destinadas à posse e ocupação dos índios, sem confundirem-se com as de “posse imemorial”) e as “terras de domínio indígena” (de propriedade plena do índio ou da comunidade indígena), não inclui a noção de territorialidade. Todavia, uma vez que área revela o seu valor fragmentário e reserva o conteúdo de confinamento, foi produzida a categoria de Terra Indígena cuja semântica associa-se ao significado mais amplo de território com as suas suposições e implicações (Lei 6001 – dezembro de 1973, Título III “Das Terras dos Índios”) (LADEIRA, 2001, p. 93).

Sobre a noção de território e terra, especificamente para os Guarani, salienta a autora supracitada:

Penso que, para os Guarani, a noção de território está associada à noção de mundo e, portanto, vinculada a um espaço geográfico onde desenvolvem relações que definem um modo de ser, um modo de vida. Assim, se o conceito de território implica limites físicos (permanentes ou temporários), o espaço, como categoria, pressupõe outros limites definidos por princípios éticos e valores que condizem com a visão de mundo dos homens e de suas sociedades. Para os Guarani, a questão do território contém a perspectiva da manutenção de seu mundo, ou nela está contida. A noção de terra está pois inserida no conceito mais amplo de território que sabidamente pelos Mbya se insere num contexto histórico (mítico) cíclico, e portanto infinito, pois ele é o próprio mundo Mbya. Talvez por isso, a imposição de limites territoriais é uma necessidade da sociedade nacional que não é assimilada pelos Guarani, haja visto sua peculiar forma de ocupação (LADEIRA, 2001, p. 109).

Desse modo, após as explanações, apreendemos que o conceito de território para as sociedades indígenas está muito além das delimitações do território que são fixadas ao longo do processo histórico por meio das estratégias de poder e controle político do Estado. É uma outra visão que os povos autóctones apresentam para a relação homem/natureza, uma visão cosmológica, embora, como lembra Ladeira (2001), os territórios e as terras indígenas sejam espaços controlados e dominados, onde os índios são forçados a firmar um pacto de dependência para com o Estado.

Analisando a literatura que ressalta a relação homem/natureza ocorrida no período da colonização do Paraná, Mota (1994) enuncia que essa literatura, que faz apologia da colonização do Paraná, trata a natureza de forma agressiva, como um perigo que precisava ser

vencido pelas jornadas de lutas e sacrifícios, e nesta missão de domar as matas virgens era necessário, principalmente, estoicismo. Desta forma:

A natureza hostil, construída pelo pioneirismo colonizador, tinha uma função que, conforme Smith era: *a de legitimar o ataque à natureza*. Mas tão logo é conquistada, posta ao chão a golpes de machado, reduzida a cinzas, a natureza sofre uma transformação tanto física como no discurso. A floresta cheia de perigos se transforma nas *terras roxas, prontas para fornecerem colheitas dadas de frutos destinados à alimentação e preservação da espécie humana*. Misto de *hostilidade e idolatria*, a natureza como algo exterior ao social, ao homem que a subjuga (MOTA, 1994, p. 11).

Ao comentar a literatura que trata da conquista do território norte-americano, Smith (1988) destaca qual era a visão que predominava na relação homem/natureza. O autor refere que, embora a linguagem fosse completamente refinada, a imaginação era menos ativa, uma vez que conferia ênfase maior à conquista do que àquilo que era conquistado, essa literatura que trata das conquistas do século XIX revela a mesma antipatia em relação à natureza selvagem, pois: “O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu *habitat* ‘natural’. O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização” (SMITH, 1988, p. 37).

É exatamente com essa visão e discurso de natureza selvagem, de sertão como antítese da civilização, que os pronunciamentos ostentosos do “vazio demográfico” foram instaurados no Paraná, e nesse ínterim, discutidos especificamente na região em estudo. A população indígena ficou à margem da história e o discurso hegemônico encarregou-se de afirmar que o então “vazio” tornou-se preenchido pelo pioneirismo da colonização no Noroeste do Paraná.

Os geógrafos ofereceram uma grande contribuição para a expansão do discurso do vazio demográfico no Paraná. A partir da década de 1930 o Paraná foi alvo de excursões científicas, principalmente a região do Norte, com o *boom* da colonização. Os resultados dessas excursões, os relatórios, os ensaios e toda a forma de trabalho científico escrito pelos geógrafos foram, em sua maioria, publicados pela Revista Brasileira de Geografia. Em seu minucioso estudo do trabalho dos geógrafos nas décadas de 30, 40 e 50, Mota (1994) mostra que quase todos, se não todos, abordam o Paraná e, principalmente o Norte do Estado, como sendo um vazio demográfico, pois nos seus escritos os termos “terras virgens”, “sertão desconhecido e desabitado” “zonas desabitadas” “boca de sertão” vão dar a conotação de uma

região vazia, onde a presença indígena simplesmente foi ignorada. Algumas das citações colhidas pelo autor nos trabalhos dos geógrafos ilustram esses termos: Ei-las:

- “A maior parte da população do Paraná situa-se no planalto, concentrando-se a sudeste e reduzindo-se consideravelmente para oeste onde ainda se encontram, atualmente, reservas de **terras virgens**, muitas das quais devolutas”.
- “Eis que essa região, que era em 1929 um **sertão desconhecido**, teve suas florestas quase inteiramente devastadas, e em seu lugar sucedem-se, a perder de vista, os cafezais; ela está atualmente em grande parte colonizada”.
- “Assim, em 1929, apesar de alguns povoados que apontavam mais além, na **mata virgem**, Cambará ainda era considerada ‘**boca de sertão**’ ” (MOTA, 1994, p. 18-19-21, grifos nossos).

O autor afirma que esses trabalhos de pesquisa dos geógrafos foram e são bastante utilizados como fontes de referência para os novos textos acadêmicos sobre a região no que tange à demografia e ao pioneirismo; logo, a repetição do discurso vazio demográfico é constante.

A historiografia e a sociologia paranaenses também vão dar a sua contribuição para a repetição do vazio demográfico. A década de 1950 é uma decisiva para o Estado do Paraná, porque a cafeicultura de exportação, cultivada principalmente no Norte do Paraná, é a alavanca do desenvolvimento do Estado. Neste período, em que o Paraná passa por um rápido povoamento, as classes intelectuais desse Estado “(...) pensam o Paraná, refletem sobre o homem paranaense na busca de uma identidade para a sociedade local” (MOTA, 1994, p. 30). Mas essa classe de intelectuais vai também, em seus trabalhos, repetir o discurso do vazio demográfico, e agora acrescentar, um segundo item de exclusão, que é retirar o indígena da formação da sociedade paranaense.

As obras de autores regionais que louvam a colonização dos municípios do Norte do Paraná e os livros didáticos são igualmente fontes de repetição do vazio demográfico. Nas primeiras, segundo Mota (1994, p.51) “essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopéia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade”. Em relação ao vazio demográfico, “O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização” (MOTA, 1994, p. 51).

Segundo o autor supracitado, os livros didáticos transmitem o processo de ocupação regional do Norte do Paraná, dando ênfase ao plantio dos cafezais nas famosas terras roxas dessa região, enfatizando o papel da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na ocupação regional e na fundação das cidades. Aqui, inferimos que o problema da repetição do vazio demográfico no Norte do Paraná está colocado de maneira absoluta, haja vista que através do livro didático a criança irá incorporar a idéia da ocupação do Norte do Paraná a partir da colonização e passará a repetir esse processo, mais uma vez ignorando a história indígena.

Diante de todos esses fatores o autor analisado pondera que essas manifestações reproduzidas nas escolas, nos livros didáticos e também nos trabalhos acadêmicos, passam “a ser aceitas como um pressuposto que acaba por retirar da história social paranaense a presença indígena, presença que resistiu e continua resistindo, das mais diversas formas, à ocupação de suas terras e à sua destruição enquanto comunidade diferenciada da sociedade nacional” (MOTA, 1994, p. 43).

Outro autor que trabalha no processo de desconstrução do discurso hegemônico da ocupação do Norte do Paraná é Nelson Dacio Tomazi, em sua tese de doutoramento de 1997. Como o próprio salienta, em seu trabalho não tem a intenção de escrever fatos novos sobre a região, e sim, de analisar o que já foi escrito. Para tanto, Tomazi distingue o que entende por ocupação e (re) ocupação regional.

(...) faço a distinção entre OCUPAÇÃO – o longo caminho percorrido por povos indígenas que ocuparam a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo esse território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades – e (RE) OCUPAÇÃO – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar essas terras, consideradas “vazias”, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (TOMAZI, 1997, p. 10)¹⁴.

O autor referenciado, em seu trabalho, igualmente diferencia a região física do Norte do Paraná do discurso Norte do Paraná, em suas palavras: “ diferencio **a região situada ao**

¹⁴ É importante diferenciar esses dois conceitos, na visão de quem já fez uma análise pormenorizada do discurso Norte do Paraná, porque ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho, sempre que o autor for citado expressando o termo *ocupação*, ele estará tratando da ocupação indígena, ao passo que *(re)ocupação* é entendida como aquela realizada pelas companhias loteadoras e pelos colonos que vieram habitar essa região a partir de meados da década de 1940, com o intuito de plantar café e constituir cafezais.

norte do estado do Paraná, que pode ser cartografável e delimitada através de vários critérios sejam eles geográficos, políticos, econômicos, sociais, históricos, administrativos, pedológicos ou climáticos” (TOMAZI, 1997, p. 10). Por sua vez, o “discurso Norte do Paraná” seria uma “construção ideológica e fantasmagórica, feita por ideólogos vinculados aos dominantes, na região em estudo, e que traz embutida uma visão histórica vinculada à manutenção daquele poder e do *status quo*” (TOMAZI, 1997, p. 10).

Feitas essas diferenciações entre a região física e o discurso do “Norte do Paraná”, o autor prossegue enunciando que “O discurso ‘Norte do Paraná’ explicita a idéia de que há uma comunidade imaginária de interesses econômicos e políticos; e assim procura-se constituir uma solidariedade que tem vínculos com a própria terra roxa, que é tida como a base física para o sustento de uma visão triunfalista da (re)ocupação”. (TOMAZI, 1997, p. 11). Não obstante, esta visão teve e tem como intuito encobrir, através de subterfúgios, uma realidade que ao longo do tempo histórico foi contraditória e igualmente conflituosa, haja vista que teve sua estruturação num sistema de classes. “Entretanto, é necessário aos olhos de quem domina, que esta realidade pareça una, sem conflitos, procurando assim silenciar outros discursos que demonstram e falam sobre as contradições e os conflitos entre os diversos grupos, frações de classe e classes que viveram e vivem na região situada ao norte do estado do Paraná” (TOMAZI, 1997, p. 11). Continuando sua análise sobre o discurso Norte do Paraná, o autor escreve:

(...) o discurso “Norte do Paraná” traz consigo um conjunto de idéias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas idéias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de idéias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região (TOMAZI, 1997, p. 12).

Convém aqui ressaltar que, em suma, esse mesmo discurso fixado nas idéias basilares supracomentadas criou também a idéia do “vazio demográfico”.

A despeito das demonstrações do uso corrente do discurso imperativo do vazio demográfico na região estudada, após a exposição de alguns dos pensamentos contidos nos trabalhos de estudiosos que se embrenharam na difícil tarefa de desfazer os contos

hegemônicos considerados verídicos, relatar os aspectos da ocupação dos primeiros habitantes nesta região torna-se deveras eficaz como contributo à comprovação da veracidade da ocupação indígena no Noroeste do Paraná.

2.2 ASPECTOS DO PROCESSO DA OCUPAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ ENQUANTO TERRITÓRIO INDÍGENA

Até aqui, discutimos como o discurso preponderante foi incorporado no processo de ocupação do Norte do Paraná, excluindo a história da população indígena. Delinear os aspectos dos liames da primeira forma de ocupação do que foi uma vez território indígena é o que pretendemos neste item.

Ao estudar a região do Noroeste do Paraná, compartilhamos da mesma forma de pensar de Tomazi (1997), que, ao estudar as histórias e fantasmagorias do Norte do Paraná, da mesma forma iniciou o seu estudo pelo processo de ocupação indígena, e num segundo plano passou a analisar a ocupação regional através da colonização. Fazemo-lo, primeiramente, porque pensamos que o fator cronológico da história é algo essencial; dessa maneira, a primeira história é dos povos autóctones; em segundo lugar, por crermos que a história indígena, nos registros que retratam a colonização e ocupação do Norte do Paraná, é omissa em uma grande parte desses estudos. Não escrevê-la é negar sua importância e fazer “vistas grossas” a um passado recente de genocídio de um povo. Percebemos a compatibilidade das idéias em nossos estudos, quando o autor salienta:

Pode parecer estranho que ao procurar analisar o discurso “Norte do Paraná” e o processo de ocupação e (re)ocupação da região em estudo, início com o estudo de como viviam os povos indígenas. Optei por fazer isso, em primeiro lugar, porque acredito que é o maior de todos os silêncios presentes no discurso “Norte do Paraná” e, em segundo lugar, por uma questão cronológica, isto é, os povos indígenas viviam na região em estudo há pelo menos 7000 anos. Portanto, pelo menos por isso, eles devem ter primazia na análise. Além disso, creio ser necessário também pensar os indígenas não somente como povos que fizeram parte de nosso passado, mas que fazem parte de nosso presente, como também de nosso futuro. Afinal, quando se pensa em analisar uma parte da história que se desenvolveu no território que é hoje o estado do Paraná, é necessário colocar em pauta a presença destas sociedades e de como elas foram destruídas/submetidas no processo de (re)ocupação de novas terras para o capital (TOMAZI, 1997, p. 64).

Sobre esse ponto de vista ideológico, o autor supracitado procura analisar o processo de ocupação dessa região milhares de anos atrás, como também a organização das populações indígenas que ali viviam. Partindo da compreensão da história dos homens que viveram nesse território e da maneira como eles se organizavam em sociedade, quando se vai estudar o processo de ocupação desta região a história dos povos indígenas deve ser integrada na análise, para que se tenha uma visão da ocupação antes e depois de ela ser incorporada sob a ótica do capital. Dessas diferentes formas de ocupação - uma dos povos autóctones, que sobrevive, tão-só e simplesmente da e na natureza, e a outra que modifica o território através da atuação cumulativa capitalista de repartição e vendas de terras, tendo em vista o progresso “civilizatório” - depreendemos o encontro de civilizações diferentes, em que as formas divergentes de relações de convivência com o meio circundante desencadeiam outrossim processos diferentes de relações de convivência entre ambas. Evidentemente, na ocupação que envolve a sociedade não indígena, no processo de convivência com o meio que a circunda está embutida a idéia de realização de progresso. Corroborando essa idéia, Barbosa (2000) salienta que, a partir do encontro de civilizações diferentes, vários foram os processos de convivência que passaram a ser realidade; no entanto, todos esses processos foram marcados “pela idéia de realização de progresso, a partir de uma única perspectiva, a ocidental, tecnológica, de produção cumulativa material e principalmente pela idéia de que as terras, territórios e recursos naturais das regiões ‘descobertas’ eram terras virgens, sem donos, ou que não precisavam ter respeitadas as ocupações já existentes” (BARBOSA, 2000, p. 5). Isto, “porque os habitantes eram indígenas, logo considerados inferiores, pela qualidade de sua diferença não ser caracterizada, prioritariamente, por essa idéia de progresso ocidental” (BARBOSA, 2000, p. 5).

É impossível resgatar o processo de ocupação do território original indígena na Porção Noroeste do Paraná sem incorporar o território indígena do Norte do Paraná como um todo. Este não é um estudo pormenorizado da questão dos povos autóctones; contudo, não menosprezando as análises aqui desenvolvidas, nosso intento, neste comenos, é patentear que a Região Noroeste do Paraná, muito antes da ocupação iniciada nas décadas de 1930 e 1950, foi ocupada pela população autóctone, portanto era território indígena. Para isso será feito um breve resgate histórico dessa forma de ocupação no Paraná, igualmente remetendo-se à porção do território que atualmente compreende a Região Noroeste, pois segundo Mota (1994, p. 66), “A região compreendida no quadrilátero formado pelos rios Tibagi a leste, Paraná a oeste, Iguaçu ao sul e Paranapanema ao norte é uma grande área de terras férteis cortada por centenas de rios e riachos, rica em animais e árvores frutíferas. Ela já se encontrava habitada

por milhares de índios antes da chegada do branco europeu ao continente”. Dessa forma “A presença indígena é marcada tanto pelos vestígios de sua cultura religiosa através dos restos mortais encontrados em urnas funerárias. Marcada ainda pela língua que domina grande quantidade de acidentes geográficos, a fauna e a flora, além dos seus costumes, mitos, leis, conhecimentos, etc, que chegam até os dias de hoje” (MOTA, 1994, p. 66).

Tratando de um período de ocupação do Norte do Paraná denominado por Noelli e Mota (1999) de pré-história da região, os autores afirmam que os resultados dos últimos quarenta anos de pesquisas descontínuas são escassos, baseados na descrição dos achados arqueológicos. Essas pesquisas demonstram que nos últimos oito mil anos a região onde se encontram a cidade de Maringá e o Noroeste do Paraná foi habitada por diferentes populações. Sobre a pré-história da ocupação do Noroeste os autores asseveram:

A ocupação mais antiga do noroeste do Paraná está relacionada ao povoamento original da América do Sul, quando todas as áreas do continente foram pela primeira vez ocupadas por populações humanas. Contudo, ainda não há evidências que permitam definir a qual etapa da ocupação original está relacionada à chegada dos primeiros humanos ao noroeste paranaense. Isto é, ainda não foi possível definir qual o período e se eles vieram de regiões setentrionais (Brasil central ou Pantanal ou Andes via Bolívia/Paraguai), meridionais (principalmente das planícies pampeanas), ou de ambas as regiões. A maior dificuldade deriva da falta de comparações sistemáticas com os vestígios das regiões mencionadas, devido à tendência de se considerar que parte da cultura material da Tradição Humaitá¹⁵ foi criada no sul do Brasil. Por outro lado, embora a definição da região de origem ainda esteja aberta à pesquisa, alguns arqueólogos advogam, apesar da falta de dados, a possibilidade de haver vínculos com as populações meridionais. A ausência de informações sobre as origens e a época das primeiras ocupações, todavia não invalida as datações mais antigas de cada uma das populações pré-históricas que ocuparam o atual território do Paraná (NOELLI; MOTA, 1999, p. 9).

¹⁵ Segundo os autores citados, as populações que os arqueólogos denominam de Tradição Humaitá não deixaram descendentes historicamente conhecidos. Os pesquisadores ainda não encontraram evidências que indiquem a região de origem dessas populações, ou se elas resultaram do contato entre dois ou mais povos. O que por ora se sabe é que ocuparam todos os estados sul-brasileiros, como também as regiões vizinhas do Paraguai e Argentina, entre 7.000 e 2.000 anos atrás. Esta tradição arqueológica está relacionada às populações caçadoras/coletoras que se expandiram pelo Sul do Brasil antes da prática da agricultura. Estudando os seus vestígios, os arqueólogos verificaram que essas populações possuíam características das culturas do tipo bando, compostas de grupos de 40 a 60 pessoas. Sua subsistência era baseada em diversas fontes animais e vegetais e suas habitações poderiam ser desde uma simples meia-água até casas mais elaboradas, de madeira, cobertas com palhas ou folhas de palmáceas. Seus vestígios mais estudados restringem-se aos instrumentos de pedras, e eles não eram ceramistas.

A história do Noroeste do Estado do Paraná, do ponto de vista da ocupação do território, tem início por volta do preâmbulo do século XVI, através da disputa pela posse do território brasileiro ocorrida entre os portugueses, castelhanos e bandeirantes paulistas. Datam desse período as primeiras investidas européias na região, através dos caminhos fluviais e das clareiras abertas na floresta, termo este que muitos autores utilizam como picada, ou seja, um caminho estreito aberto na mata a golpes de facão para acesso a um determinado local. Com a chegada dos povos europeus ao continente, no princípio do século XVI, “o território começa a ser cruzado, vasculhado por inúmeras expedições de reconhecimento, viajantes, aventureiros à caça de ouro e pedras preciosas, bandeirantes paulistas caçadores de índios, padres jesuítas catequisadores de ‘selvagens’ ” (MOTA, 1994, p. 67).

Trilhas pré-colombianas que cruzavam a região de Leste a Oeste já eram, porém, utilizadas pelos primeiros habitantes (índios), como o Caminho do Peabiru ou de São Tomé; e o primeiro europeu a percorrer tal caminho do Atlântico até o rio Paraná, atravessando-o até atingir o Paraguai, foi Aleixo Garcia; português que chegou à América do Sul com a frota de João Dias de Solis, descobridor do Rio da Prata, em 1512. Vítima de um naufrágio na costa brasileira, Aleixo Garcia chegou ao litoral catarinense em 1516, tornando-se, a partir de então, amigo dos índios e conhecedor de seus costumes. Em 1522 partiu em expedição pelo interior do Sul do Brasil, a qual durou aproximadamente três anos. Porém de sua aventura na direção oeste, a qual tinha a finalidade de encontrar o “el-dorado” do Potosi, não voltou, porque sua expedição foi dizimada por índios de regiões paraguaias.

Outro aventureiro que veio para a América do Sul, em 1540, encarregado pelo rei da Espanha de governar as colônias espanholas do Rio da Prata, foi Alvar Núñez Cabeza de Vaca, que chegou à Ilha de Santa Catarina em 1541. Logo fez amizade com os índios da região e, guiado por seu espírito aventureiro praticado em outras terras, procurou seguir o rumo do mesmo caminho percorrido por Aleixo Garcia, e em setembro de 1541 partiu de Santa Catarina, chegando, 19 dias depois, à região dos campos, no Paraná. Nesse território, seguiu em direção à região hoje centralizada por Ponta Grossa, passou pelas cabeceiras do rio Tibagi, numa difícil tarefa, entrando pelas matas até as cabeceiras dos rios Ivaí e Corumbataí. Tomando a direção norte-sudoeste, atravessou os rios Cantu e Piquiri até atingir o Iguaçu (DORFMUND, [1972?], p. 95; MOTA; NOELLI, 1999, p. 24).

Outros aventureiros trilharam os caminhos paranaenses, como: Hans Staden (1550), Cristobal Saavedra (1551), Hernando Salazar (1552), Ulrich Schmidel (1553) etc. Registros indicam que os dois primeiros europeus - Aleixo Garcia e Alvar Núñez Cabeza de Vaca - se destacaram pela travessia do oceano Atlântico ao rio da Prata.

Nesse período, baseados no Tratado de Tordesilhas, os espanhóis procuravam estender suas posses no hoje Oeste Paranaense, e fundaram as primeiras povoações, que foram Ontiveiros, em 1555, pouco acima da foz do rio Iguaçu; em 1557, devido à precariedade, a vila foi mudada para a foz do rio Piquiri, com a denominação de Ciudad Real del Guairá; e em 1576 foi fundada, na confluência do rio Corumbataí com o Ivaí, outro povoado, que seria Villa Rica del Espiritu Santu (DORFMUND, [1972?], p. 99).

Esses povoamentos não eram feitos aleatoriamente. O então governador do Paraguai Martinez de Irala tinha como objetivos: “Subordinar o grande número de indígenas ali encontrados; assegurar o Caminho do Peabiru e deter as contínuas penetrações para oeste da linha de Tordesilhas; conseguir um porto marítimo para Assuncion, no Atlântico, aparecendo a baía de Paranaguá como o local mais indicado para tanto” (WACHOWICZ, 1968, p. 12).

Os índios não se adaptaram ao sistema implantado. Segundo a coroa espanhola, “a população indígena deveria ser catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício, em troca disto os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços” (WACHOWICZ, 1968, p. 13). Esse sistema, denominado “encomiendas”, não prosperou como devia, porque reduzia os indígenas à condição de escravos, provocando a não-aceitação de suas condições de dominados.

Diante dessa dificuldade de não conseguir a submissão indígena, o governador do Paraguai, Hernando Arias de Saavedra, propôs ao rei espanhol Filipe III que a pacificação indígena fosse feita pelos padres jesuítas. O rei aceitou a sugestão, e em 1608 foi criada a Província del Guairá, abrangendo exatamente as terras do Ocidente paranaense. “Ali seriam estabelecidas as Reduções Jesuíticas do Guairá, chegando, a leste, até o rio Tibagi, ao norte, ao rio Paranapanema, ao sul, ao rio Iguaçu e, a oeste, ao rio Paraná” (PARANÁ, 1987, p. 30).

Complementando a devida localização das reduções, Mota torna saliente que:

A região a oeste do Tibagi, demarcada ao norte pelo Paranapanema, ao sul pelo Iguaçu e a oeste pelo rio Paraná, foi o local onde se desenvolveram as várias reduções jesuíticas espanholas do século XVI e da primeira metade do século XVII. Em seu apogeu, de 1620-1640, o Guayrá chegou a contar com 17 reduções, abrigando mais de 200 mil índios Guarani. Destacaram-se duas cidades: Ciudad Real del Guayrá nas margens do rio Paraná na confluência do Piquiri, e Villa Rica del Espiritu Sancto, na junção dos rios Ivaí e Corumbataí, esta última mais ou menos a 100 Km ao sul de onde é hoje Maringá (MOTA, 1994, p. 69).

Os jesuítas contrariando os interesses da Espanha, e contra a escravidão do índio, fundam as reduções. As duas primeiras foram Santo Inácio e Loreto, ambas na margem esquerda do rio Paranapanema. A localização aproximada e a distribuição das reduções jesuíticas no espaço geográfico que compreendia a província do Guairá podem ser visualizadas na figura subsequente.

Figura 5 – Distribuição das Reduções Jesuíticas na Província do Guairá
 Fonte: Wachowicz (1968, p.18).

Estas reduções tinham vários objetivos: proteger os índios contra os espanhóis que tentavam escravizá-los, protegê-los das investidas dos bandeirantes, torná-los cristãos e com isso “humanizá-los”. A propósito, salienta Monteiro¹⁶ citado por Barbosa (2000, p. 250) que os jesuítas, por meio da catequização, modificaram a base da cultura indígena, e desta

¹⁶ MONTEIRO, John, Manuel. Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial. In: **Índios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Yankatu, 1984.

maneira, tiveram influência na organização do espaço habitado, na divisão do trabalho, na composição da família e no tempo dos ritos; não obstante, a aglomeração e a fixação em aldeias permanentes foram importantes e possibilitaram a concentração de doenças locais, o que aumentou os riscos de contaminação dos índios pelas doenças dos povos europeus, contra as quais não tinham nenhuma proteção imunológica.

A partir de 1600, os portugueses, juntamente com os bandeirantes paulistas, temerosos da expansão do domínio espanhol, investiram contra as reduções numa guerra sem tréguas, considerada justa. Os bandeirantes passaram então a escravizar os índios; todavia, como precisavam de mão-de-obra e encontraram grandes grupos de índios reunidos, incorporados à “civilização”, as reduções supririam suas necessidades.

As bandeiras, que dizimaram o trabalho de “civilização” dos jesuítas com os índios e, conseqüentemente, os próprios índios, foram chefiadas por Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto. A partir da segunda metade do século XVII estava completamente destruída a obra jesuítica no território do Guairá, e as duas últimas, Loreto e Santo Inácio, não foram destruídas porque os padres receberam ordens superiores para abandoná-las, juntamente com os 12.000 índios que sobraram dos 100.000 que haviam conseguido aldear. Os bandeirantes, quando lá chegaram, encontraram-nas vazias; os jesuítas haviam conduzido os índios para o Rio Grande do Sul, destacando-se nessa aventura o nome do padre Antônio Ruiz Montoya. Os bandeirantes, porém, atacaram também as reduções no Rio Grande do Sul, onde eram chamadas de Tapes (DORFMUND, [1972?], p. 100).

Desta forma os bandeirantes contiveram a expansão espanhola rumo ao Atlântico e ao mesmo tempo dizimaram algumas das etnias indígenas brasileiras. Na alusão ao assunto das reduções jesuíticas, Müller (1956) assevera que já em fins do século XVII “estavam as missões inteiramente aniquiladas pelas incursões dos Bandeirantes paulistas, que expulsaram para a margem direita do Paraná índios e Jesuítas. Dessa primeira tentativa de colonização restam, hoje, apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria, e no vale do Paranapanema as de Loreto e de Santo Inácio” (MÜLLER, 1956, p. 69).

Sobre o território do Guairá, Mota e Noelli, (1999, p. 27) referem que:

O território do Guairá, que compreendia parte da região norte todo o noroeste do Paraná, foi local de trânsito de portugueses e espanhóis que iam e vinham de Assunção em direção às vilas do litoral brasileiro, e palco de guerras variadas e constantes. A conquista desses territórios indígenas foi feita palmo a palmo, com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos. Alianças foram estabelecidas e rompidas, de ambas as partes, fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas.

Sendo assim, para fechar esta página da história do Paraná e “encerrando o capítulo trágico da história dos Guarani no que fora o território Guairá, tem início uma outra fase da história indígena na região. A partir da primeira metade do século XVIII, outras tribos começam a ocupar a região” (MOTA, 1994, p. 70).

Em outro trabalho sobre a criação das colônias indígenas no Paraná provincial, o autor acima citado analisa todo o processo de implantação dessas colônias. Esse processo inicia-se no século XIX com os debates das autoridades provinciais sobre a “melhor maneira” de “civilizar” os índios. Esses debates nas províncias resultariam na legislação imperial para a implantação das colônias indígenas nas províncias do império.

Sobre este assunto comenta Lúcio Mota:

Em meio ao debate, várias medidas foram sendo tomadas isoladamente nas províncias, as quais de certa forma apontavam para a criação dos aldeamentos indígenas com a participação de ordens religiosas. Essas medidas resultaram na política imperial para os índios. A primeira medida foi o aviso imperial de 18 de janeiro de 1840, que autorizava a chancelaria brasileira em Roma a estabelecer os contatos para a vinda dos capuchinhos para o Brasil; nesse mesmo ano chegou ao Rio de Janeiro um grupo de seis missionários. Em 1843, o Decreto n.º 285, de 21/06/1843, autorizou a vinda de missionários capuchinhos italianos para trabalharem nas missões de catequese e civilização dos índios. No ano seguinte, o Decreto n.º 373, de 30/07/1844, fixou as regras para a distribuição dos capuchinhos italianos nas províncias. E um ano depois o governo imperial, com o decreto n.º 426, de 24/07/1845, regulamentou o serviço das Missões de Catequese e civilização dos índios (MOTA, 2000, p. 3).

Passados 12 anos após o Decreto n.º 426, a catequese indígena no vale do Tibagi, no Norte da província paranaense, já estava em andamento, e então, de acordo com Mota (2000, p. 4), “o governo imperial emitiu o *Regulamento das colônias indígenas do ano de 1857 – Províncias do Paraná e Mato Grosso em 25/04/1857*”. Não obstante, “Esse regulamento estabeleceu que se deviam criar oito colônias indígenas na rota Paraná - Mato Grosso, via rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia e Ivinhema. Na província do Mato Grosso deveriam ser criadas quatro colônias e no Paraná mais quatro” (MOTA, 2000, p. 4).

Segundo o autor, esse regulamento foi emitido pelo Governo Imperial a pedido do Barão de Antonina¹⁷, que tinha como interesse proteger as rotas comerciais para o Mato Grosso, criadas por ele, como também a liberação dos imensos territórios indígenas nos vales dos rios. De acordo com o Regulamento, citado no Boletim do Arquivo do Paraná (1978, p. 66) deveriam ser criadas no Paraná as seguintes colônias indígenas:

§ 1º A 1ª sob a invocação e com o nome de São Pedro de Alcântara defronte da colônia militar do Jataí a margem do rio Tibagi.

§ 2º A 2ª sob a invocação e denominação de Santa Izabel, dez léguas abaixo da primeira, na confluência dos rios Tibagi e Paranapanema.

§ 3º A 3ª sob a invocação e nome de Nossa Senhora do Loreto, doze léguas abaixo da segunda, à margem esquerda do rio Paranapanema e direita do rio Pirapó, no lugar da antiga Missão Jesuítica daquela invocação e que foi abandonada em 1631.

§ 4º A 4ª sob a invocação e com a denominação de Santa Teresa, doze léguas abaixo da terceira, à margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, onde confluem ou em outro ponto da dita margem se aquele lugar não oferecer suficiente quantidade de terreno enxuto.

A figura subsequente mostra a localização dos aldeamentos indígenas na província do Paraná que foram estabelecidos a partir da segunda metade do século XIX.

¹⁷ João da Silva Machado é o nome do Barão de Antonina. Nasceu em 17/06/1782, na vila de Taquari, no Rio Grande do Sul. Este personagem da história do Paraná teve sua vida ligada à Comarca de Paranaguá e Curitiba e à nascente província do Paraná. Vindo muito jovem do Rio Grande do Sul, trabalhou como feitor em uma fazenda. Antes havia se dedicado ao mister de alfaiate. Nos campos gerais, tornou-se tropeiro e comerciante de tropas. Aos 18 anos fez sua primeira viagem a Sorocaba, tangendo sua tropa para comercializar. Estabeleceu-se nas margens da estrada para o Sul, nos campos da Faxina, nas proximidades de Itararé, em São Paulo. A partir do ano de 1820 passou a atuar na política paulista, e ao mesmo tempo continuava suas atividades comerciais, vendendo animais em Sorocaba. Empreitou a construção de estradas na província, assim como a conservação da estrada do Viamão, por onde transitavam as tropas de mulas para a feira de Sorocaba. A partir dos anos de 1840 iniciou explorações e apropriação de imensos territórios indígenas da província paranaense. Também foi o patrocinador de explorações sertanistas. Foi o responsável pela introdução dos alemães no Paraná, iniciando a colonização estrangeira. Segundo os historiadores, o Barão de Antonina é uma figura interessante e contraditória, haja vista que, de simples tropeiro, tornou-se um dos elementos principais da Província de São Paulo. Recebeu seu título de barão a 11 de setembro de 1843. A partir do ano de 1853, com a independência da província paranaense, ele se tornou senador pela mesma, passando então a viver na capital paulista. A 13 de agosto de 1860 foi elevado a barão com grandeza. Foi um dos homens poderosos e influentes do império. Faleceu em São Paulo em 19/03/1875 e foi sepultado no cemitério da Consolação. (Informações extraídas do **Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná** 1991 e de ABIRGAUS, Leonardo. **Barão de Antonina**, 1983).

Os aldeamentos indígenas planejados e não planejados instalados na província do Paraná pelo governo imperial inseridos, apenas para efeito de localização, nesse Mapa do Estado do Paraná de 1896.

1. Santa Teresa, rio Paranapanema e Paraná - 1857 (planejada e não instalada).
2. Nossa Senhora do Loreto, rio Pirapó e Paranapanema - 1855-1862.
3. Santo Inácio, rio Santo Inácio e Paranapanema - 1862-1878.
4. Santa Isabel, rio Tibagi e Paranapanema - 1857 (planejada e não instalada).
5. São Pedro de Alcântara, rio Tibagi - 1855 - 1895.
6. São Jerônimo, campos do cacique Kaingang Inhoó - 1859 - 1920.
7. Catanduvás, na picada de Guarapuava a Foz o Iguaçu - 1891.
8. Chagu, nos Minkriniarê ou Xongu - 1859 - 1861.
9. Guarapuava, nos Koran-bang-rê - 1810.
10. Palmas, nos Kreie-bang-rê - 1857.
11. São Thomas de Papanduva, território Xokleng - 1875 - 1878.

Figura 6 – Aldeamentos Indígenas na Província do Paraná
Fonte: Mota (2000, p. 42).

Como o nosso intento é demonstrar que a Região Noroeste do Estado do Paraná, antes da ocupação desenvolvida pela colonização oficial e privada, foi habitada pela população indígena, notamos que a figura mostra duas colônias localizadas nessa região: Nossa Senhora do Loreto do Pirapó e Santa Tereza. Esta última, embora tenha sido planejada, não chegou a ser instalada. Sobre a primeira colônia Mota diz: “A colônia indígena de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó, conforme previa o Regulamento de 1857, foi instalada na foz do rio Pirapó no Paranapanema, no mesmo local em que em 1630 existira a redução jesuítica de Nossa Senhora do Loreto, hoje município de Itaguajé – PR”¹⁸ (MOTA, 2000, p. 43). Sobre a segunda colônia, o autor mencionado esclarece que “a colônia indígena de Santa Tereza estava prevista para ser a última na província paranaense – da rota fluvial Paraná – Mato Grosso, na confluência do rio Paranapanema com o rio Paraná. Ela não chegou a ser instalada” (MOTA, 2000, p. 41).

Por conseguinte, diante dessas constatações, esta região era habitada pela população indígena a partir de 1630, com a redução jesuítica de Nossa senhora do Loreto, como também em 1857, com a colônia Nossa Senhora do Loreto do Pirapó, confirmando então que os primeiros habitantes do território que compreende o Norte/Noroeste paranaense foram os índios.

Assim, a presença indígena no Norte do Paraná foi constituída dos povos Guarani, Xetá e Kaingáng. Tomazi (1997), remetendo-se a esses povos, torna saliente que: “Em todos os relatos que se encontram antes da década de 1840, quando se iniciaram os primeiros movimentos da (re) ocupação na ótica do capital, da região em estudo, (...) sempre apareceram afirmações da existência indígena em todos os seus quadrantes. Sabe-se que existiram os povos, hoje nominados Xetá, Guarani e Kaingáng” (TOMAZI, 1997, p. 76).

Ainda segundo o autor, a nação guarani que habitou o Norte do Paraná foi subjugada e “pacificada” pela ação jesuítica, e pouco a pouco perdeu sua identidade.

¹⁸ Esta nota, a princípio pode ter uma conotação de que há da nossa parte uma “escravidão geográfica” da área em estudo. Embora trabalhem com um recorte geográfico que compreende o Noroeste do Paraná, ela tem mera função explicativa. Isso posto, salientamos que o município de Itaguajé, onde foi instalado a colônia indígena de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó, atualmente não faz parte da microrregião geográfica de Paranavaí estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1990; entretanto, este mesmo município faz divisa com outros dois municípios - Jardim Olinda e Paranapoema - que estão inclusos na área em estudo. O que deve ser esclarecido é que o fato de a colônia ter sido estabelecida em um município que atualmente não faz parte da região estudada não significa que os índios não estavam presentes nessa região, pois a distância entre os municípios de Itaguajé, Jardim Olinda e Paranapoema está apenas no limite da divisão intermunicipal criada em tempos modernos. À época das colônias indígenas não havia essa divisão, logo, estes índios que foram aldeados na colônia Nossa Senhora do Loreto do Pirapó, no atual município de Itaguajé, circulavam por toda a área que compreende o Noroeste.

Os indígenas sofreram uma completa dizimação no Paraná, através do ataque das bandeiras às reduções jesuíticas, destas restando apenas escombros nos sítios arqueológicos cobertos pelas florestas. Os Kaingang foram os últimos a serem “pacificados”, e os Xetá , por sua vez, segundo Tomazi (1997, p. 76), representam “a presença mais antiga ainda viva, de povos que ocupavam a região em estudo, e que são a expressão máxima de resistência por ocultação, isto é, resistiram, pelo menos, durante 100 anos ou mais (levando-se em conta as primeiras notícias de sua existência) ao contato com o ‘civilizado’, sendo ‘descobertos’ somente quando já estavam à beira do extermínio” .

No trabalho de Tomazi (1997), no capítulo intitulado “A terra não está vazia e a mata não é virgem”, o autor descreve como era a organização social desses povos indígenas. Essa organização era um tanto complexa, pois envolvia a economia, a política e religião e os conflitos. Os conflitos, na sua maior parte, davam-se com aqueles que tentavam impor à população indígena uma ordem que, para o seu modo de vida, era estranha, cheia de costumes que não eram os seus. Sobre o Norte do Paraná o autor esclarece que “(...) esta terra já estava ocupada. Ocupada por sociedades históricas com uma organização social, econômica, política e religiosa complexa, onde os diversos povos se relacionavam entre si de modo amistoso e conflituoso, enfim desenvolvia-se na região em estudo, uma rede de relações societárias bastante complexa” (TOMAZI, 1997, p. 74).

Outrossim, destacando a complexidade das relações existentes nessa sociedade que habitou o Paraná provincial, Mota (2000, p. 39) emite na citação subsequente sua opinião sobre o propósito dos aldeamentos indígenas. O autor entende que os aldeamentos indígenas implantados na província do Paraná, evidentemente, na visão dos conquistadores, “eram fundamentais para o projeto de ‘catequização e civilização’, ou conquista, das populações indígenas que ali viviam. Implementados pelos padres capuchinhos italianos a partir da segunda metade do século XIX, eles tinham como objetivo a integração dos índios à população paranaense e nacional, de acordo com a política do governo imperial para índios”.

A relação entre os conquistadores era repleta de desentendimentos, contribuindo para que o trabalho nos aldeamentos não fosse tranquilo, muito menos harmonioso, havendo embates e dificuldades “nas relações entre os conquistadores, desentendimentos entre os religiosos e as burocracias dos governos provincial e imperial, choques dos religiosos com a elite agrária que tinha o poder político, desavenças cotidianas e continuadas entre os religiosos e os administradores civis dos aldeamentos e atritos entre administradores civis e a burocracia provincial” (MOTA, 2000, p. 39).

Por fim, há que se destacar a atitude indígena perante todas essas ações, haja vista que, segundo Mota (2000, p.39), “o importante foi que os índios que se deixaram aldear traçaram uma política própria para se utilizarem das facilidades e benefícios que os aldeamentos poderiam propiciar”. Não obstante, “Eles reelaboraram, a seu modo, a política de ‘catequese e civilização’ dos conquistadores e procuraram imprimir seu ritmo no funcionamento desses aldeamentos, nem que para isso tivessem que fingir que tinham aceitado as leis dos brancos e a religião dos padres” (MOTA, 2000, p. 39).

Isso tudo põe abaixo o discurso da “conquista pacífica” e revela outro lado da história e a complexidade do que foi o passado da população indígena que habitou o Paraná, especificamente o Norte desse Estado.

2.3 A ARQUEOLOGIA NA REGIÃO NOROESTE

Patenteando finalmente a primeira fase de ocupação e povoamento do território original, os estudos arqueológicos desenvolvidos no Noroeste do Paraná confirmam de maneira absoluta que esta região era território dos povos indígenas.

No início do ano de 1959, um pesquisador denominado Oldemar Blasi, do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná, realizou uma pesquisa de reconhecimento a uma jazida arqueológica próximo ao Porto Três Morrinhos¹⁹ à margem esquerda do rio Paraná, no município de Querência do Norte; porém o trabalho de preparação das terras desenvolvido pela companhia loteadora para a colonização do referido município já havia causado danos à jazida. Segundo o autor, a área onde as evidências arqueológicas haviam aparecido “já se encontrava em avançado estado de destruição, motivada pelos intensos trabalhos de nivelamento do terreno, executados por operários de uma companhia²⁰ de colonização que ali havia se instalado” (BLASI, 1961, p. 49).

Este sítio arqueológico de Três Morrinhos era situado a cerca de 20km da sede do município de Querência do Norte, junto à margem esquerda do rio Paraná, conforme demonstra a figura seguinte.

¹⁹ No período das escavações da jazida, era essa a denominação do porto, mas a companhia colonizadora do município substituiu a denominação de Porto Três Morrinhos para Porto Brasília, denominação que permanece até hoje no município.

²⁰ A companhia à qual o autor se refere é a Companhia Brasil Paraná (BRAPA), de propriedade do Srº Carlos Antônio Franchello, que colonizou o município de Querência do Norte.

Figura 7 – Localização da Jazida Arqueológica de 3 Morrinhos

Fonte: Blasi (1961, p. 49).

Retratando a história da descoberta do jazimento Blasi (1961, p. 51) comenta:

Algumas áreas próximo ao jazimento ainda estão revestidas com a primitiva mata pluvial-tropical, que em outros tempos dominou a região, outras contudo, foram violentamente abertas pela frente pioneira, em busca de novas terras para o desenvolvimento da agricultura. Foi na ocasião do desmatamento de uma dessas áreas que surgiram as primeiras evidências arqueológicas, constituídas de fragmentos cerâmicos. Estes foram coletados por um agrimensor que dirigia os trabalhos e doados ao Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. As inúmeras famílias que mais tarde vieram a se instalar na região, atraídas pelas possibilidades várias que o novo núcleo oferecia, mais intensamente modificaram as características primitivas do sítio, com a construção de habitações, depósitos, serrarias, olarias, etc., tudo isto precedido pelo trabalho de um trator que realizou o serviço de terraplanagem, justamente sobre a grande mancha de terra preta que assinalava o jazimento. Os fatos descritos acima deixaram o depósito arqueológico praticamente inutilizado para qualquer pesquisa sistemática, perdendo-se assim, para um estudo organizado, um dos mais promissores jazimentos do interior paranaense.

Segundo o autor acima mencionado, como o jazimento já estava bastante danificado, para fins de registro, foram feitas uma coleta de evidências que apareciam em grande número na superfície, um levantamento topográfico da área, como também uma sondagem das camadas de base da jazida. Sobre as características do jazimento o pesquisador destaca: “Notou-se então, que o local onde as evidências apareciam em maior quantidade, estava situado a uma distância de aproximadamente 120 metros da barranca do rio, em local não atingido pelas inundações que ali costumam ocorrer, com certa regularidade”. (BLASI, 1961, p. 52). Continuando, destaca que “Estavam, essas evidências, espalhadas por sobre uma larga mancha de terra preta, de forma quase retangular, a qual media, por aproximação 160x140 metros, e que, por sua vez, repousava diretamente sobre uma camada de terra vermelha, arenosa” (BLASI, 1961, p. 52). A figura seguinte mostra o croqui, desenhado pelo autor, do jazimento encontrado em Querência do Norte em 1959.

Figura 8 – Croqui de Jazimento Arqueológico Encontrado em Querência do Norte
Fonte: Blasi (1961, p. 53).

Durante os trabalhos de prospecção a equipe notou que estavam aflorando, perto de uma habitação, duas peças cerâmicas. Essas peças já haviam sido descobertas por moradores da região e estavam bastante danificadas; no entanto, constatou-se, quando as peças ficaram devidamente expostas, que se tratava de duas grandes urnas funerárias, conforme salienta Blasi (1961, p. 54) “pois no seu interior, em mistura com impurezas, estavam ainda alguns fragmentos de ossos humanos, já em avançado estado de decomposição, os quais não resistiram ao toque manual, vindo a se esfarelar. Nas proximidades estavam também restos de carvão e cinza, além de lascas de quartzo e uma pequena vasilha de forma semi-esférica, parcialmente quebrada”.

Sendo impossível fazer um estudo mais completo no sítio arqueológico, as peças que foram encontradas na ocasião foram enviadas a Curitiba; e como o jazimento não oferecia condições para que fosse desenvolvido um trabalho sistemático, foi realizada uma coleta de superfície, constituída de evidências cerâmicas e líticas. Posteriormente, essas mesmas evidências, representadas por centenas de cacos e peças líticas, foram analisadas em laboratório, e a análise permitiu que através das características externas das amostras fosse estabelecida uma tipologia. A nomenclatura para as amostras de peças indígenas encontradas no jazimento em Querência do Norte “está tanto quanto possível, de acordo com aquela que tem sido empregada por autores que vem se preocupando com o estudo da cerâmica indígena sul-americana” (BLASI, 1961, p. 56).

O autor conclui enfatizando as principais observações obtidas no Sítio de Três Morrinhos, atual Porto Brasília, em Querência do Norte:

1. A camada de terra preta, que assinalava a existência da jazida, era idêntica às encontradas em outros sítios registrados no interior do Estado do Paraná.
2. As duas urnas funerárias, possivelmente, haviam sido enterradas no sítio quando este já se encontrava formado.
3. O material cerâmico, na sua grande maioria, apresenta características que nos permitem reconhecê-lo como pertencente à tradição cultural Guarani.
4. O pequeno grupo de cacos, apresentando uma tipologia diferente daquela tradição, não dá ensejo para que se possa determinar qual a sua possível filiação cultural; e
5. O mesmo critério deve ser adotado em relação ao material lítico, o qual também não oferece elementos para que se possa determinar sua origem cultural (BLASI, 1961, p. 78).

Em pesquisas recentes, iniciadas no início da década de 1990 por professores do departamento de história da Universidade Estadual de Maringá, a ocupação indígena no Noroeste paranaense vem sendo estudada e melhor detalhada ao longo dos anos. Os pesquisadores dizem que:

Ao redor de 2.500 anos atrás (A. P.), agrupamentos maiores de 300 pessoas passaram a ocupar a área dos atuais municípios de Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, São Pedro do Paraná, Querência do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo, noroeste do Paraná. Tratava-se de uma das frentes da ampla expansão dos povos falantes da língua Guaraní, que vinha ocupando sistematicamente o território do atual Mato Grosso do Sul e dos canais dos rios Paraguai e Paraná, a partir da bacia dos rios Madeira e Guaporé, em Rondônia (NOELLI; MOTA; NANNI et al, 2003, p. 63).

Com a criação do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) a partir de 1997, esses pesquisadores desenvolvem pesquisas arqueológicas no Noroeste do Paraná. Os autores afirmam que o mapeamento dos sítios arqueológicos nessa região é o sustentáculo para iniciar o estudo sobre o modo de vida cotidiano das populações indígenas, como também constatar os padrões de continuidade ou de mudança cultural. As escavações arqueológicas devem ser desenvolvidas por um projeto duradouro tanto em nível local quanto regional.

Quando se deram os primeiros estudos para a implantação de uma área de proteção ambiental federal do Noroeste do Paraná (APA) e através do LAEE, os pesquisadores desse laboratório elaboraram um programa de pesquisa arqueológica regional nos municípios do Noroeste. Essa pesquisa contou com resultados de outras pesquisas desenvolvidas na mesma região por pesquisadores de outras áreas, como a biologia e a geografia.

Sobre os resultados da pesquisa, Noelli, Mota, Nanni *et al.* (2003, p. 66), comentam: “Os primeiros resultados são promissores, considerando que a pesquisa iniciou em abril de 2000”. A propósito da parte prática da pesquisa, envolvendo o campo, salientam: “Já percorremos a pé, para mapear ocorrências arqueológicas de superfície (OAS), à beira do rio Paraná, uma extensão de 120 Km de comprimento por 3 Km de largura, desde a represa de Rosana, em Diamante do Norte, até a foz do rio Ivaí, em Querência do Norte, bem como a maior parte do litoral do município de Santa Cruz do Monte Castelo”.

A descrição das ocorrências arqueológicas mapeadas, pode ser visualizada na figura subsequente.

Reiterando os fatos, o resultado dessas pesquisas, por conseguinte, é de extrema importância para a história dessa região, haja vista que apresenta fortes argumentos, comprovados cientificamente, os quais contribuem de maneira sólida e eficaz para a derrubada do discurso hegemônico implantado no Norte do Paraná que criou o “vazio demográfico”. O outro viés da história passa a ser mostrado, e os jovens estudantes e pesquisadores, doravante, a partir desses estudos passarão a ter um olhar minucioso quando estiverem, em suas pesquisas, tratando da ocupação do Norte do Paraná.

2.4 A EXPERIÊNCIA DE CONVIVÊNCIA DE COLONA COM OS POVOS AUTÓCTONES DO NOROESTE DO PARANÁ

Os trabalhos de pesquisa no que concerne à arqueologia dos povos autóctones, indubitavelmente, asseveram a história dessa população em seu território; contudo não bastaria somente apontá-los, é necessário o nosso esforço na busca própria de algo que demonstre a presença indígena na região estudada.

Em nossa pesquisa de campo, durante a investigação dos fatos que marcaram o processo de ocupação do município de Mirador, chamou-nos a atenção a história de vida da senhora Maria Rodrigues da Silva²¹. Em entrevista, remetendo-se aos primórdios do infiltramento dos colonizadores no Noroeste do Paraná, ela descreve a história das primeiras clareiras abertas na floresta e relata que no ano de 1929 já havia passado pelo atual perímetro urbano de Mirador e feito contato com a população indígena que ali habitava. Nesse ano, ainda adolescente, já casada e usando disfarce de garoto, acompanhava um grupo de pessoas por ela denominadas de jagunços, sendo a única mulher a compor desse grupo. Ele era dirigido por um agrimensor, que tinha como objetivo abrir um picadão na floresta. Este caminho iria encontrar-se com outro que estava sendo aberto por outro agrimensor no atual Estado do Mato Grosso do Sul, e o ponto de encontro seria o rio Paraná. Essa obra de empreita da construção desse caminho durou dois anos.

Nesta conjuntura esses agrimensores, juntamente com seus ajudantes, entrecortavam a

²¹ No dia 18 de janeiro de 2005, procuramos a Senhora Maria Rodrigues da Silva em sua residência na cidade de Mirador, mas não a encontramos lá, pois ela estava na cidade recolhendo assinaturas para que não fosse retirado o pároco da localidade. Logo depois ela foi encontrada e nos concedeu a entrevista na residência de Claudemir e Tânia Basílio. Nascida em 1916, na ocasião da entrevista ela estava com 89 anos de idade. Morava sozinha na cidade e sozinha tomava conta da sua pequena propriedade e dos seus animais de criação: galinhas, porcos e algumas vaquinhas que ela mesma faz a ordenha.

região, antecipando o período de colonização da região do atual município de Mirador, o qual iria ocorrer somente no início da década de 1950.

A Senhora Maria narra sua história dando ênfase ao seu encontro e à sua convivência com a população autóctone habitante daquele território. Naquela ocasião, remetendo-se ao seu trajeto pelo Noroeste e pelo local onde atualmente se encontra o perímetro urbano da cidade de Mirador, em seu depoimento ela narra o momento de encontro com os indígenas:

Quando nós veio de lá de Santo Inácio, então veio eu, meu marido. Como diz a história, eu vim como um muleque, porque tinha os ôto tudo home sabe? Tudo jagunço, então eu não podia dizê qui eu era muié. Aí nós passemos lá na Serra do Diabo, né, e na colonha dos ingreís e viemos cortano de lá pra cá. Quando nós chegemos na antiga Brasileira, ali nós parô, fiquemos ali um meis e pouco, dali nós Desceu, né, fazemos barraco prá qui prá li. Tinha vestígio de índio, coisa assim e tudo, mais num tinha. Agora quando nós chegemos aqui “Deus o livre guarde”. Mais é que graças a Deus eu tinha um irmão e uma irmã índios mesmo, então eles me insinava eu. Eles falavam índio mesmo né, e eu entendia. A língua era guarani. Aí nós chegemos aqui, abrimos picadão, viemos embora. Quando nós chegemos mesmo ali por perto da igreja, por ali, nós armamos o barraco. Aí pareceu um indinho pequenininho assim com um bodoquinho, uma flecha. Aí eu falei com ele, né?. Falei com ele, ele vortô e foi lá. Quando vem de lá pra cá “ô meu Deus” lá vêm mais dois índio, uma índia e um índio, e chegô falô né, e eu respondi porque eu entendia. Aí eles ficaram por ali, e tudo bem. Aí eu falei pra eles que nós não queríamos terra não, nós não queríamos terra deles, nós queríamos só encotrá com o ôto grimsensor de lá né, o ôto engenheiro que vinha vino. Aí ficaram por ali e ficaram amigos. Aí passô um dia, ou foi dois, eles por ali. Aí sempre nós tinhamos pinga, fumo, porque nesse tempo todo mundo fumava, né?. Então peguei meio litro de pinga, num copim, num caneco né, e falei pra eles que era pra eles repartir, “ô bicho danado”. Então eles ponham e medem aquele tantinho, e se passá já viu, né?. Aí eu fui lá dentro, sempre tinha aqueles rolos de fumo, mediu dois dedos, cortei, fui ponham e fui medindo, contei eles, né, e fui medindo. Pois eles pegavam e mediam assim (faz gesto com os dedos indicador e polegar simulando medidas iguais em centímetro), pa vê se num tinha um maió que o ôto (SILVA, 2005).

Frente a este depoimento, primeiramente nota-se que é um depoimento minuciosamente contado, rico, portanto, nos detalhes que vêm à memória de nossa depoente, com o qual podemos retirar uma série de informações a respeito dos primeiros homens, evidentemente, não-índios, que começaram a “pisar” o Noroeste do Paraná nas primeiras décadas (1930) que antecedem o período propriamente dito de colonização, isto é, a partir de 1950. Muito da

forma de vida desses homens nos é revelado se “lermos” minuciosamente aquilo que não é dito no que está dito.

Sendo assim, num primeiro momento, podemos afirmar que se trata de um grupo de pessoas num processo de mobilidade, pois ficaram registrados na memória da entrevistada os vários lugares pelos quais passaram até chegarem às proximidades da área que compreende o atual município de Mirador.

Poderíamos deduzir, caso não o tivéssemos confirmado com nossa entrevistada, que eram pessoas que migravam em busca de trabalho. Neste caso específico, além, evidentemente, da senhora Maria, eram todos homens, os quais ela denomina de “jagunços”. Entretanto, especificamente nessa narrativa, em um exercício hipotético, inferimos que esses homens não eram jagunços na acepção da palavra que conhecemos, isto é, aquele capanga contratado para desempenhar tarefas, mediante pagamento e uso de violência. Eram homens que, muitas vezes longe de suas famílias, por motivos os mais variados, acompanhavam o primeiro que pudesse lhe oferecer trabalho. Depreendemos isso da afirmação de nossa entrevistada de que ficaram mais de um mês na Fazenda Brasileira. Uma vez que estava nessa fazenda, cuja história será relatada no capítulo seguinte, esse grupo não poderia estar lá se não fosse para desempenhar uma tarefa, ou seja, trabalhar.

Igualmente, em meio às construções dos barracos em vários lugares e encontro com os índios, há a figura do agrimensor, contudo, esses homens eram os ajudantes desse agrimensor. Embora, diante da situação vivida pela entrevistada - uma situação de fragilidade, por ser a única mulher talvez aliada às histórias dos jagunços que por essas épocas já corriam o Noroeste, esses do seu grupo, igualmente, para ela, eram “tudo jagunço”.

Fato que também nos chama a atenção ocorre quando a senhora Maria se encontra com os índios e lhes dá o recado de que não estavam ali para tomar-lhes as terras, estavam apenas medindo, pois nesse período essa área, nas palavras de nossa entrevistada, “era reserva do Estado”. A partir desse aviso os índios começaram a aproximar-se mais e a seguir o grupo, e nesses momentos acontecia a partilha, por parte da senhora Maria, do fumo para o cigarro e da pinga, como uma forma de agrado e de conquista da amizade e confiança dos novos amigos que acabara de fazer, os quais faziam questão de que tudo fosse milimetricamente dividido, para que ninguém fosse prejudicado na partilha das oferendas.

Atualmente, essas drogas são consideradas dois grandes males dos homens; no entanto, à época, como diz a senhora Maria, “tempo em que todo mundo fumava”, para quem vivia “no meio do mato”, o fumo e a pinga eram os simples prazeres dos quais podiam dispor, sem

contar que, para os rapazes, conferia-lhes *status* de maturidade perante os outros o momento em que passavam a fazer uso dessas drogas.

Com o decorrer dos dias, o relacionamento e a amizade da senhora Maria com os índios que o grupo havia encontrado se solidificavam. O fato de ela saber falar e compreender o idioma, e assim poder comunicar-se com eles, tornava a convivência mais fácil, contribuindo para que os índios confiassem nela. Essa relação, envolvendo a troca de experiências, e alguns dos atributos indígenas, como, por exemplo, serem exímios nadadores, como também um pouco dos seus costumes alimentares, são percebidos nessa parte do depoimento em que nossa entrevistada ressalta:

Esses guaraní me ensinô eu fazê jangada, qui eu sei até dia de hoje, se fô preciso eu fazê, eu faço. Aí eu fui com eles po meio do mato ali berano o rio, cortemo os pau, tiremo as imbirá, lavemo, discasquemo ela, ageitemo tudo né, ponhemo lá pá mode secá um poco e fomo fazê. Eu encontrei os índio aqui, porque aqui era reserva do governo, aqui era reserva né. Num tinha Paraíso, Maringá num tinha, só tinha Guaretá (refere-se a Guaritá, antigo nome da cidade de Nova Aliança) que é Nova Aliança agora, só tinha uma vendinha. Aí eu fiz a jangada, nós travessô pro lado de lá (refere-se à outra margem do rio Ivaí). Pro lado de lá tinha os Mussum, que era os índio brabo. Aí esses um daqui pegô tanta amizade comigo, porque com os ôto, eles falava com os ôto e eles não intendia nada, tinha medo né, aí eles juntô comigo. Aí eu travessei com o gremensor prá lá, o gremensor morreno de medo de caí dento d'água, aí eu peguei e travessei os mantimento, travessei tudo pra lá, né, aí os índio desceu assim dento d'água e desapareceu. Quando eu oiei, óia eles apontano lá na frente. Eles anda por dento d'água. Aí foro lá, chegô lá e ficaro esperano lá. Aí acabei de travessá, marrei a jangada lá, po lado de lá, desse lado aqui assim, eles armaro barraca de novo, aí nós foi pra lá. Foi ino, foi ino. Quando foi ali a base assim de um mês e poco, aí chegemo lá em cima aonde é a Guaporema agora. Aí lá nós fizemo barraco novamente. Esses índio daqui foi pra lá com nós, então eles ia na frente, ispantano os oto né, ispantano os oto que era brabo. Então uma hora eles tocaro uma frecha num índio daqueles dos otos, né, e perdero uma frecha, e eles têm uma frecha que eles deita no chão e sorta ela pra cima, ela vai cantando e cai aonde a ota tá. Aí eles sortô aquela frecha e ela saiu cantando e eles pegaro aquele rumo e foi. Chegô lá vei ca ota, né? Aí nós fiquemo por alí, quando eu penso que não, que o índio têm muito medo de tiro, eles têm medo, aí eu vejo vem vino uma parda lá assim, uma onça. Eu só tirei aqui e mandei fogo; no quela bateu lá, eles já correrô, fomo tirá o coro. Mais eles são porco, vai cortano os pedaço assim ó (faz gesto de corte), eles tira o coro assim (gesticula novamente) um pedaço assim e corta aquela carne e vai comendo, come tudo, aquilo o sangue escorreno, eles come tudo (SILVA, 2005).

Em sua história de vida, nossa depoente conta-nos como aprendeu a falar a língua guarani.

Eu aprendi falá o guaraní com dois irmão índio. Eles era irmão por parte de pai, porque o meu pai legítimo mesmo, ele era raça ruim. Aí quando acaba tinha uns cara lá que sortava porco, ele mandava fechá, os cara num fechava, aí ele foi com uma espingarda lá e falô po home que não mudasse o passo que ele matava, né? O home teimô e veio pa batê nele, e ele tinha na base de 18 ano, assim ele contava né. Aí o cabra ponhô o pé pra cá, ele feis ele revirá por riba da caiera. Aí ele sumiu, que o meu avô pegô e tinha índio lá onde eles morava, aí ele foi pa ardeia dos índio, e pra lá ele ficô até passá a fase, né? E vinha um índio lá do mato conversá com meu avô e levava ropa e alguma coisa pra ele, né, comida. Aí ele casô lá com uma índia e teve uma menina e um menino, mais puxô tudo pros índio. Aí quando ela tinha ganhado oto minino, ele pegô e veio embora pa casa do pai dele, do meu avô. Aí ela chegô na bera do rio falano com ele, ele tocô o peito na água e virô, ela pegô o pobrezinho e rasgô assim e jogô lá dento da água, só ficô os otos dois grande. Aí quando ele casô com a minha mãe, aí passado uns ano ele foi e buscô os dois, né, já tavam grande. A índia rasgô um dos meus irmãos, o novim. O bicho é ruim... (SILVA,2005).

Quando terminou a construção do picadão a senhora Maria e seu esposo, que, segundo ela, já estavam “cansado de andá cortano pau”, resolveram estabelecer-se no local onde seria a futura cidade de Mirador. Remetendo-se à convivência com os índios e a seus costumes alimentares, ela salienta:

Quando nós vortô da feita do picadão, eu e meu marido fiquemo aqui, mais não era Mirador ainda. Meu marido saía pa fazê compra a cavalo no picadão, era 3 dia pá í e vortá, os índio que ficava comigo. Parecia caça, assim: eu pregava fogo, matava, eu tirava um quarto pra mim e o resto eu falava pra eles: “pode ficá com tudo”; eles carregava e ia comê aquilo lá cru, são muito porco demais, né? Eles revira assim esses pau podre que têm aqueles coró assim sabe? Eles tira só a cabecinha, “crem Deus Padre” e ponha na boca aquilo assim e come. Formiga, dessa saúva, “ai pelo amor de Cristo!,,,” (SILVA, 2005).

Referindo-se à convivência com os irmãos índios, ela relembrou alguns costumes alimentares das crianças indígenas:

Esse irmão meu mesmo, pegava assim quando saía aqueles inxame de formiga saúva, que tem aquelas bundona, ele saía catano, trazia aquelas gamela que meu pai

fazia né, aquelas gamela grande assim, cheia de bunda de formiga. Chegava, fazia assim ca cinza do fogão (faz gesto de afastar a cinza) , ponhava lá e cubria. Quando aquilo fazia “toc” pra cima, ele catava, ia ponhano cá, ia ponhano. Depois ele inda falava pa nós: “Hum!...qué?” Hum...” Quero essa porcaria nada. Ele sentava lá e a minha mãe saía dano ânsia lá pra fora, e ele sentava ali e ia comeno que nem mindoim torrado. “Deus o livre guarde!”, “crem Deus Padre!”, “cruz, credo!” (SILVA, 2005).

Quanto ao desaparecimento dos índios que conviveram com a nossa testemunha no município de Mirador, e ao motivo desse desaparecimento, ela comenta:

Os índio daqui foro embora, eles foro pra lá pro lado de Mato Grosso. Quando comecô a derrubá, eles foro indo embora. Contanto que esses índio, a gente colocô nome brasileiro neles, né? Um nós ponhemo o nome de Miguel, a muié era Luiza, nós conversava assim, né: A Luiza aprendeu falá português, que nem a gente, né, mais assim memo era difícil. Se a gente falasse alguma coisa assim que ela não entendisse bem, ela ficava oiano na gente assim, parece que queria voá na gente, né? Aí foi dano, foi dano, foi dano, até que sumiro, foro embora. Eles foro embora em 39, em 39 que eles foro embora. E eu, tô aqui até hoje. (SILVA, 2005).

A foto seguinte mostra nossa depoente.

Foto 3 – Senhora Maria Rodrigues da Silva
Fonte: HARACENKO, Adélia. 18-1-2005.

Mal sabe nossa entrevistada que o sumiço dos seus amigos foi igual ao de todos os outros índios. Encurralados num local em que a floresta aos poucos ia sendo derrubada, sua chance de sobrevivência ia tornando-se a cada dia mais difícil. Os “olhos” das autoridades que podiam enxergar sua situação estavam “cegos” perante sua causa. O que lhes restou foi o fim trágico do desaparecimento, como veremos a seguir através da história do povo Xetá.

2.5 OS ÍNDIOS XETÁ

Antes da entrada das empresas colonizadoras no Noroeste do Paraná e do fechamento completo das frentes de povoamento iniciadas no começo da década de 1950, remanescentes

de povos indígenas ainda eram encontrados nessa região. Trabalhos de pesquisadores que naquela conjuntura fizeram contato com os grupos dos índios Xetá evidenciam os fatos. Destarte, esses trabalhos serviram de base para as pesquisas recentes a respeito dos povos autóctones do Noroeste Paranaense.

Sendo assim, evidenciamos que não é possível nos reportarmos aos povos indígenas que habitaram o Noroeste - neste caso, especificamente, o povo Xetá - sem percorrer as obras desses pesquisadores, principalmente daqueles que se dedicaram, muitas vezes com recursos pecuniários próprios, a registrar o cotidiano da vida desse povo num período em que praticamente já se encontravam em extinção, cujo legado ficou gravado para que atualmente possamos conhecer sua história. Dentre esses trabalhos há um destaque especial para o de Vladimir Kozák²², do qual foi retirada grande parte das informações a respeito dos Xetá, contidas neste trabalho.

Não obstante, convém ressaltar que antes desse contato, ocorrido na década de 1950, outros relatos,²³ que compreendem a história de viajantes, engenheiros, exploradores e coronéis no século XIX e começo do século XX, registraram contatos com povos autóctones que possuíam características culturais assemelhantes às do povo Xetá, pois usavam as mesmas vestimentas e os mesmos adornos. Assim, “As primeiras notícias durante o século passado e início deste a respeito de um povo com características semelhantes aos Xetá nos foram apresentadas por Elliot 1868; Keller 1866; Bigg-Wither, 1974; Borba, 1904, 1908; Fric, 1907; Nimuendaju, 1987; Ihering, 1907 e Mercer, 1978” (SILVA, 1998, p. 232). Vimos, portanto, que um número considerável de pessoas relataram encontros com índios Xetá, todavia

²² Vladimir Kozák nasceu em 19 de abril de 1897, em Bystrice pod Hostynem (Moravia, Império Austro-Húngaro), quando se mudou para Viena. Veio ao Brasil em 1923, como engenheiro mecânico a serviço de uma empresa multinacional. Decidiu estabelecer-se no país, seguindo carreira na engenharia. A partir de 1926 começou a filmar aspectos rurais e urbanos da paisagem brasileira. Em 1938 passou a residir em Curitiba. Em 1950, Kozák integrou o Departamento de Pesquisas e Documentação da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, do qual foi membro até 1967. Na condição de fotógrafo e cinegrafista dessa universidade, acompanhou as expedições científicas da equipe do Departamento de Antropologia no contato com o povo Xetá no Noroeste do Paraná. Sobre esses povos autóctones, filmou e fotografou produzindo um grande acervo histórico. Além dos índios Xetá, Kozák realizou trabalhos de pesquisas junto a vários povos indígenas brasileiros, registrando os diferentes grupos. Durante sua vida acumulou um extenso acervo fotocinematográfico e iconográfico. Faleceu em 3 de janeiro de 1979 e, por não possuir herdeiros, sua obra foi destinada ao Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura. Estas informações foram extraídas de Kozák *et al.* (1981) e do CD, QUEM... (2000).

²³ A propósito de informações detalhadas sobre os relatos envolvendo o povo Xetá no século XIX, consultar os trabalhos de Kozák *et al.* (1981), Tomazi (1997) e Silva (1998) e (2003).

“O relato de Bigg-Wither é provavelmente o único publicado sobre um encontro com um grupo de índios estreitamente assemelhados aos posteriores Hetá, antes dos contatos com os atuais, em seus acampamentos da floresta, por volta de 1950” (KOZÁK, *et al.* 1981, p. 20). Continuando, os mesmos autores (1981, p. 21) asseveram que “Os relatos sobre índios daquela região que se conhecem, posteriores à notícia de Bigg-Wither, descrevem alguns poucos indivíduos capturados, vivendo com os Kaingáng, no centro sul do Paraná”.

Igualmente, é importante destacar que ao longo de algumas citações aparecem outros etnônimos para identificar o povo Xetá, todavia Kozák *et al.* (1981, p. 19) salientam que “Os índios da Serra dos Dourados têm sido chamados por vários nomes: Botocudo, Aré, Yvaporé, Seta, Xetá e Hetá. Preferimos a designação Hetá, significando “nós todos”, porque é o nome que eles próprios usavam”.

Não obstante, o nome Xetá, considerado por Kozák *et al.* (1981) incorreto, “apareceu ultimamente em diversas publicações, talvez pela errônea crença de que tais índios eram do mesmo povo outrora localizado no Paraná e que A.V. Fric chamou de Xetá” (KOZÁK, 1981. 19).

Silva (1998) confirma tal explicação a respeito dos vários etnônimos, e assevera que, no entendimento dos remanescentes do grupo, os vários etnônimos utilizados para a identificação do seu povo, para eles, não possuem nenhum significado, “apesar de reconhecerem que a designação Hetá (muito, muitos, bastante) tenha significado no contexto da língua do seu povo. Eles advertem ainda que a variação de termos para nomear sua gente é coisa de branco, pois os Xetá, quando se referem a si e aos outros de sua sociedade, empregam o termo Nhanderetá (nós, gente, nossa gente)” (SILVA, 1998, p. 117).

Em nota, a autora salienta que durante sua pesquisa os remanescentes Tuca, Kuein e Tikuein “insistiram que o nome do grupo não era Xetá, chegaram a propor a mudança para Héta, justificando que o termo tinha significado na língua de seu povo” (SILVA, 1998, p. 117). No entanto, em conjunto, a autora e os remanescentes optaram por manter o nome Xetá, que vem sendo utilizado correntemente desde 1958, quando foi citado pelo antropólogo e professor José Loureiro Fernandes durante comunicação na 3ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em Recife. Para fins desse trabalho, igualmente, utilizamos uso corrente do etnônimo Xetá.

Isso posto, salientamos que, entre os primeiros trabalhos já tratando especificamente do contato com os Xetá a partir da década de 1950, uma palestra de José Loureiro Fernandes realizada na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, durante a realização do XVII Congresso Geográfico Internacional do Rio de Janeiro, resultou num artigo escrito na década

de 1950 e publicado no Boletim de Geografia de 1961. Este artigo discorre sobre o resultado das primeiras observações da pesquisa realizada por uma equipe do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná com a população indígena que habitou na Serra dos Dourados. Segundo o artigo, essa serra localiza-se “A une trentaine de Kilomètres au sud du fleuve Ivay et à une cinquantaine de Kilomètres de son confluent avec le Paraná, au couer de la forêt tropicale du Brésil Méridional, se trouve la Serra dos Dourados, l’habitat des indiens qui sont le principal objet de nos études”²⁴ (FERNANDES, 1961, p. 82).

A foto subsequente mostra-nos uma perspectiva da área que compreendia a Serra dos Dourados.

Foto 4 – Panorama da Serra dos Dourados entre Ivaté e o Córrego 215
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kozák. [1955?].
Fonte: QUEM...(2000).

Cumprе salientar que, embora essa área seja denominada Serra dos Dourados, não se trata especificamente de uma montanha, e sim, de uma área no Noroeste do Paraná cujo

²⁴ A trinta quilômetros ao sul do rio Ivaí e a cinquenta quilômetros de sua confluência com o Paraná, no coração da floresta tropical do Brasil Meridional, se encontra a Serra dos Dourados, o hábitat dos índios que são o principal objeto de nossos estudos.

relevo é um pouco mais acentuado, de acordo com Kozák *et al* (1981, p. 34), com altitudes variando de 500 a 700 metros. A localização dessa área, naquele período inserida no coração de uma floresta tropical, destacada nos textos que se citam, a qual na atualidade não mais existe, pode ser visualizada na figura seguinte.

Nessa mesma figura do mapa do Noroeste do Paraná de 1896 podemos visualizar, a leste da foz do rio Pirapó, as ruínas do aldeamento de Santo Inácio, mais ao centro, colônias dos índios Cayuyas, e próximo da foz do rio Ivai está a Serra dos Dourados, onde foram encontradas pelos pesquisadores as aldeias indígenas.

Figura 10 – Localização da Serra dos Dourados
Fonte: Fernandes (1961, p. 88).

Vejamos então que a partir de 1950 o trabalho intensificado das companhias colonizadoras, impulsionando de forma frenética a abertura de novas propriedades para o plantio dos cafezais, estende-se por todo o Noroeste, desta maneira invadindo o território indígena e deixando o povo Xetá cada vez mais exposto à vulnerabilidade que o contato com os novos ocupantes poderia lhes proporcionar.

Nessa época, as colonizadoras que estavam penetrando na região tinham uma explicação para expulsar as populações indígenas que ali habitavam. Cabe ressaltar que, de acordo com as informações obtidas em nossas pesquisas de campo, através de conversas informais com colonos da região, as empresas colonizadoras baseavam-se no discurso de que os índios que habitavam o Noroeste do Paraná não eram autóctones. Insistiam elas em afirmar que aquela região não era território indígena e destacavam que “os possíveis” índios que por ali perambulavam eram originários de regiões matogrossenses, tinham atravessado o rio Paraná e encontravam-se no Noroeste somente de passagem, à procura de alimentos. Encontramos a veracidade das falas dos colonos registrada em Fernandes (1961). O autor pondera:

A cet moment lá, les gens qui s'occupaient de l'exploration des lotissements de “Terra Devolutas”, firent croire qu'il s'agissait des indiens qui avaient traversé le fleuve Paraná, étant venu du Paraguay ou de l'Etat de Mato Grosso. La colonisation de certaines parties de la Serra dos Dourados, faite sur les plans établis par des “Compagnies Colonisadoras” a ainsi progressivement envahi les terres des indigènes sur la fausse assurance qu'il existait dans cette région des terres fertiles pour la plantation du café²⁵ (FERNANDES, 1961, p. 83).

Dessa forma, as “fronteiras da civilização” foram reduzindo o espaço da população indígena e contribuindo para tornar difíceis suas condições de subsistência. Tendo seu território cada vez mais limitado, a exposição do povo Xetá aos olhos dos intrusos se torna inevitável, e começam então as primeiras aparições.

Os primeiros vestígios da presença indígena na região são verificados pelos agrimensores das empresas colonizadoras no final da década de 1940.

Em 1948, conforme destacam Kozák *et al.* (1981), Silva (1998), juntamente com informações extraídas do CD referenciado como QUEM...(2000), o auxiliar de inspetoria Wismar da Costa Filho, funcionário da 7ª Inspeção Regional (IR) do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), visita o Noroeste do Paraná na região da Serra dos Dourados, tendo como objetivo confirmar a veracidade das notícias de existência de índios naquela região; porém a

²⁵ Naquele momento, as pessoas que se ocupavam da exploração dos loteamentos de “terras devolutas” faziam crer que se tratava de índios que tinham atravessado o rio Paraná, vindos do Paraguai ou do Estado do Mato Grosso. A colonização de algumas partes da Serra dos Dourados, feita sobre os planos estabelecidos pelas companhias colonizadoras, invadiu assim progressivamente as terras dos indígenas, sob a falsa segurança de que existiam nessa região terras férteis para a plantação do café.

presença indígena não foi encontrada. Entretanto, outra viagem ao mesmo local foi realizada em 1951, desta vez com o inspetor da 7ª IR/SPI, Deocleciano de Souza Nenê, tendo esta viagem o mesmo objetivo da realizada anteriormente. O resultado desta viagem foi a confirmação, pelo Inspetor, da presença indígena no Noroeste do Paraná, na região da Serra dos Dourados, através de vestígios indígenas deixados na floresta; contudo, novamente os índios não foram encontrados.

Não obstante, Fernandes (1961), descrevendo o território indígena, afirma que em 1952 um engenheiro de uma companhia colonizadora, em um dos seus trabalhos topográficos surpreendeu dois jovens índios que no interior da floresta procuravam por frutos silvestres. Ambos foram apreendidos, porém um dos jovens escapou e o outro, posteriormente, serviu de intérprete para os estudos da equipe.

Silva (1998), em sua pesquisa sobre os Xetá, é mais específica a respeito desse assunto que envolve a captura das crianças indígenas. Salienta a autora que: “Em 03 de junho de 1952, quando um agrimensor e seus trabalhadores aproximaram-se de três membros do grupo, dois meninos e um adulto, acabaram capturando dois deles. Um dos meninos consegue fugir” (SILVA, 1998, p. 168).

Em nota, a autora afirma: “Esse menino que conseguiu escapar é Tuca²⁶. O menino capturado foi Kaiuá, conhecido entre os seus como Tikuein Ueió, irmão de ã e primo de Tuca. O adulto capturado, conforme Tuca, não era o pai do Kaiuá, e sim um amigo – adulto – de seu pai que os acompanhava” (SILVA, 1998, p.168). Segundo as pesquisas da autora, o índio adulto conseguiu fugir do acampamento após ingerir alimentos que lhe fizeram mal.

A foto que se segue identifica a primeira criança indígena Xetá capturada no Noroeste do Paraná de que se tem registro, o indiozinho Kaiuá. Nessa foto estão Kaiuá e sua irmãzinha ã²⁷, denominada entre os seus de Moko.

²⁶ Tuca é um remanescente dos Xetá.

²⁷ ã, é também remanescente do povo Xetá.

Foto 5 – Tikuein Ueió (Kaiuá) e ã (Moko) sua Irmã
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kozák. [1955?].
Fonte: QUEM...(2000).

Em entrevista a Silva (1998), Tuca relata o episódio dessa captura pelos não-índios. Ele diz:

Eu me lembro que naquele dia, eu estava com o Kaiuá e outra molecada por ali, naquelas bandas. Eu consegui correr e fugir daqueles homens e avisei pra turma na aldeia. Mas o Kaiuá, coitado! Não conseguiu fugir, ficou preso lá, sozinho. O outro índio de nome Pixapa, que foi pego com ele, depois de chegar no acampamento dos brancos junto com o Kaiuá, também fugiu, e agente nunca mais o viu. Acho que morreu no mato (Tuca, 1996 apud SILVA, 1998, p. 43).

Contudo, a fuga, num primeiro momento, não poupou o índio Xetá Tuca do que estava por vir num futuro próximo. Salienta Silva (1998) que, embora fosse Tuca conhecedor dos perigos da mata e estarem os índios sempre avisados por seu povo da possibilidade do encontro com os “comedores de índios”, julgou ele, juntamente com outras crianças, estarem protegidos daquele perigo que rondava constantemente seu território, quando foram pegos de surpresa na mesma espécie de armadilha em que alguns meses antes havia caído seu primo Kaiuá, qual seja, o encontro com os homens não-índios que capturavam crianças. Tuca relata como se deu o episódio de sua captura:

Eu estava com minha turma ali, lá em riba da árvore, tirando fruta prá mim e para os outros. Um dos meus companheiros tinha um defeito na perna e não conseguia subir na árvore, eu subi. Lá no alto, eu chacoalhava assim os galhos [demonstra com gestos] e os outros, embaixo, juntavam as frutas e comiam. Foi quando os homens chegaram Meus companheiros, apontaram para cima em minha direção no alto da fruteira [árvore frutífera], e puseram-se a correr mata adentro, me deixando só. Fiquei sozinho, lá no alto da árvore. Os homens me olhavam, diziam algo, decerto acho que era prá eu descer. Eu descí. Sabia que não ia conseguir fugir deles, não adiantava resistir como fez o Kaiuá. Ele resistiu em acompanhar os homens, lutou e foi dominado por eles. Eu sabia disto e não resisti. Eu os acompanhei, sem oferecer resistência alguma. Não sabia falar nada na língua deles, não os entendia, por isso apenas os seguia, morrendo de medo. Fui para o alojamento deles, e lá permaneci uns tempos. Não sei quanto. (...) Na época eles estavam dividindo a terra. Eu ficava no acampamento com o cozinheiro, enquanto todos iam para o mato. Ele não me entendia e nem eu a ele. Eu não queria comer a comida deles, nem beber nada, só pensava na minha gente, onde será que eles estão? (...) Fiquei lá, até que eles decerto mandaram avisar em Curitiba, para o Deocleciano de Souza Nenê, que trabalhava na Inspetoria do SPI, em Curitiba, que tinham pego outro menino. Ele, então, mandou que me levassem para lá (Tuca apud SILVA, 1998, p. 44).

Dessa maneira, fica clara a vulnerabilidade a que os índios do Noroeste estavam expostos. Estavam frente a frente com “seres humanos” que retiravam crianças indefesas da convivência com os seus e as carregavam para longe da convivência com o seu meio, com os seus pais, longe do seu modo de vida, e as expunham a um modo de vida completamente estranho, obrigando-as a conviver com pessoas que elas não conheciam, que se alimentavam de forma diferente e falavam outro idioma.

Nesse cenário que envolvia vestígios e indícios dos colonizadores o cerco contra os índios Xetá estava se fechando. Enquanto as terras eram medidas e loteadas pelas companhias colonizadoras, o território Xetá ficava cada vez mais diminuto. A isso se aliava o fato de que suas crianças estavam sendo capturadas com frequência. Desta forma, a fuga do povo Xetá tornou-se uma constante, contribuindo para que cada vez mais os grupos fossem dissipados.

Evidentemente, o povo Xetá acompanhava a invasão do seu território de maneira que não fossem percebidos, procurando conhecer a situação que se configurava e as atitudes daqueles homens estranhos que se apoderavam cada dia mais das áreas que eram destinadas à caça em suas terras.

O caso mais conhecido no Noroeste do Paraná que evidencia esse fato de acompanhamento por parte dos Xetá das atitudes dos colonizadores é o da abertura da

Fazenda Santa Rosa, localizada na região da Serra dos Dourados, instalada próxima à cidade de Douradina, pertencente ao deputado estadual Antônio Lustosa de Oliveira, a qual naquela conjuntura estava sendo administrada por um primo do deputado, denominado Antônio Lustosa de Freitas. Isto fica evidente no depoimento que Kuein²⁸ relata no trabalho de Silva (1998). Ele diz:

Ele media tudo [Sr. Antônio L. de Freitas] tudo, até o mato, e tomou conta da nossa terra (...). Todos os brancos faziam isso, e meu pai tinha me contado tudo isso também. Naquele tempo, quando Antônio entrou na nossa terra (...), ele chegou de carro, tinha cavalo e depois gado. Nós nunca tínhamos visto caminhão, nem farol grande, que iluminava tudo e fazia tanto barulho, que ouvíamos de longe. (...) Depois que fizeram a picada, os brancos mediam a estrada e a dividiam, fincando tronco, cortando corda e escrevendo nos tocos. Eram muitas picadas no nosso mato. Num canto e noutro, tinha aqueles paus escritos. Tudo isso chegava onde tínhamos nossos laços e armadilhas armadas para caçar (Kuein 1996 apud SILVA, 1998, p. 172).

Esta foto mostra-nos um panorama da Fazenda Santa Rosa, bem como as pessoas que nela estavam vivendo.

Foto 6 – Panorama da Fazenda Santa Rosa
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kozák. 1958.
Fonte: QUEM...(2000).

²⁸ Assim como Tuca e Ñ, Kuein é, igualmente um remanescente do povo Xetá.

Não obstante, houve um momento em que a situação do povo Xetá estava ficando insustentável, com a floresta sendo derrubada num ritmo acelerado. As constantes fugas tinham se tornado inviáveis e, na busca pela sobrevivência, eles sabiam que a aproximação, daquele momento em diante, com os não-índios era inevitável. Sendo assim, deram o primeiro passo para evitar confrontos, na tentativa de contato com o estranho. A esse respeito Kuein afirma: “Nessa época, meu primo disse que não levaria muito tempo aqueles homens tomariam nossas terras, falou. Eles a estavam revirando toda. Aí ele disse: ‘nós não vamos mais morar aqui, isso aqui já não presta. Um dia aquele branco que for bom para nós, temos que nos misturar com eles, prá não tomarem nossa terra’ ” (Kuein, 1996, apud SILVA, 1998, p. 172).

Diante desse relato, podemos perceber na fala de Kuein o peso do argumento para o contato com o homem desconhecido. Na visão daquele grupo, esse contato seria uma estratégia de sobrevivência, uma vez que eles acreditavam que a integração com aquele homem não-índio que fosse bom salvaria seu território, ou seja, o homem bom não tomaria sua terra, daí a importância de se fazer o contato. Após observarem de longe, por algum tempo, a rotina do cotidiano do colonizador, decidiram procurar a aproximação.

Sendo assim, o primeiro encontro dos índios Xetá com os colonizadores do Noroeste do Paraná foi uma iniciativa dos Xetá. Segundo Kozák *et al.* (1981), esse encontro ocorreu em 8 de dezembro de 1954. Naquela época procuraram a administração da Fazenda Santa Rosa; posteriormente, essa mesma fazenda tornou-se ponto de referência para o estudo da etnia.

Kuein foi, juntamente com outros cinco, um Xetá que procurou contato com o administrador da fazenda. Em seu depoimento a SILVA (1998), relatando como foi o primeiro contato, ele afirma:

(...) A gente sabia que, se corresse do branco, era perigoso. Vimos que tinha criança e mulher. Assuntamos tudo. Decidimos um dia ir. Ficaram todos por perto, mas de longe espiando. Não dava mais prá fugir, não podíamos continuar correndo, o nosso lugar de caçar ali já estava todo tomado. Descemos quase pertinho e fomos todos juntos, sem flecha sem nada, na casa do homem. Escondemos flecha no mato. Lá na casa do homem, tinha mulher no rancho deles, era um mato que tinha família dele, mulher e criança. A gente precisava chegar. O homem estava lá, era bem cedinho (...). A mulher colocava a toalha na mesa, nós fomos nos aproximando da casa, ficamos parados lá, eles estavam fazendo rancho novo de madeira. Fomos em seis pessoas, só homens, eu [Kuein], Ajatukã, Iratxamëwai, [irmão mais velho do Ajatukã], Eirakã e Ñagüa, meus irmãos, o mais velho e o do meio, e outro rapazinho como eu de nome Eirakã. Os outros estavam longe daquele lugar, lá pra outras

bandas. Mã, pai de Tikuein, estava com a turma dele, e os outros estavam todos no mato em diferentes pontos. As mulheres de nosso grupo ficaram junto com as crianças. Nossas armas ficaram todas escondidas no mato, onde alguns dos nossos espiavam de longe. Fomos chegando. Naquele tempo, nós não conhecíamos roupa, estávamos todos pelados, só com hamiá [tanga] na frente, colar, brinco de pena, tembetá, corda de embira na cintura, nos pulsos e perna, era nossa roupa (...). apavorada a mulher gritou, a gente não sabia o que falavam, nem eles nos entendiam. Ele, o homem veio com facão, as crianças deles correram, mas a gente via pelo buraco da parede de madeira, uma delas em baixo da cama. Já estávamos próximo da porta, mas Antônio falava, falava muito. Nós não entendemos nada. Ele veio e nós paramos sem entender nada (...). ele estava bravo, bateu o facão, mas a mulher dele falou alguma coisa. Aí, ela foi dentro de casa, trouxe açúcar, forrou o chão com papel e colocou, fazendo sinal pra nós comermos, a gente não entendia. Ele se abaixou e provou, em seguida nós nos abaixamos em volta e comemos. Achamos gostoso. O homem deu comida pra nós, mas a gente não gostou, a gente nunca tinha visto aquilo. Deram-nos café e nós gostamos, era doce. Ficamos até a madrugada (...) ocasião em que voltamos para o mato, levando o açúcar que eles nos deram, cabelos cortados e vestidos, mas nós deixamos a roupa pendurada no mato quando fomos de volta pra nossas casas. Lá contamos tudo o que aqueles estranhos tinham e faziam. Daí, não nos escondemos mais deles (Kuein 1996, apud SILVA, 1998, p. 173).

A foto seguinte mostra o jovem Kuein, no período do contato na Serra dos Dourados.

Foto 7 – Jovem Kuein Adornado
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kozák. [1955?].
Fonte: QUEM...(2000)

Entretanto, o depoimento da Sr^a Carolina Alves de Freitas, esposa do Sr. Antônio Lustosa de Freitas, dá a sua versão do episódio narrado por Kuein a respeito do encontro entre os índios Xetá e os colonizadores. Ela afirma:

Nós entramos aqui, na região da Serra dos Dourados em 52, em 54 nós fomos atacados pelos índios. Sete hora da manhã, meu marido estava na mangueira tirando leite, quando ele entrou dentro de casa, a gente ouviu aquele resmungo. A gente não sabia o que era, vozes, mais não entendia, que eu olhei pro lado da mina, uma mina que tinha uns 20 metro longe do acampamento, eu vi aqueles homem tudo pelado, correndo pro lado da casa. Aí eu falei pro meu marido: ‘Óia, é os índio’. No que ele olhê, ele se assustô e falô: “vão embora”. Aí eu falei: “eles vão entendê o que cê tá falando? Eles não vão embora”. Aí eles vieram, chegaram na porta, eles iam entrá, meu marido tocava a mão assim, tocava a mão e tocava (gesticula a mão no sentido de ir embora). Eu falei pra ele: “Deixe eles aí” Ele disse: “Mais eu não vô deixá eles entrá dentro de casa” Eu falei: “não, deixa eles aí”. Minha avó falava que a gente tinha que fazê amizade com os índios, minha avó era índia, né, então ela sempre ensinava a gente. Aí eu falei: “Vamo agradá eles”, e eles ponhava a mão assim, né, e fazia assim (gesticula passando a mão no estômago e levando a mão à boca em sinal de pedido de alimento). Aí eu falei: “Eles tão com fome”²⁹ e ele falô: “Será?”; eu falei: “O que tem aí eu vô dá”. Eu tinha feito bolinho, aqueles bolinho de chuva, né, aí eu fui lá e peguei a bacia de bolinho e entreguei pra eles, eles ficava olhando assustado. Aí meu marido pegou um e comeu, comeu pra eles vê. Aí sentaro tudo em volta daquela bacia, enquanto não comeram tudo não sossegaram. E aí ficaram, tudo pra eles era novidade. Passava uma galinha, eles corria atrás; passava um leitãozinho, eles corria atrás. Um índio se tacô no arame, desse arame farpado, se cortô tudo; ele pensô que era cipó, que ele podia se tacá e arreventá no peito, se cortô tudo, foi preciso fazer curativo. E aí eles ficaro das sete horas da manhã até as duas horas da tarde, e meu marido lidando pra fazê eles irem embora. Chamô tudo os peão que tava na roça, trouxe todo mundo, dexô todo mundo de plantão, né, se eles fizerem qualquer coisa, a gente tem que se defendê né: Mas não, eles foram humilde, ficaram ali, ficaram, eles riam, eles pegavam no cabelo deles, passavam a mão na cabeça do meu marido, ponhavam a mão assim, né (faz gestos em direção a cabeça mostrando o cabelo), porque era curtinho, e depois eles queriam cortá, ameaçavam

²⁹ A respeito desse gesto dos Xetá de passar a mão na barriga, Silva (1998, p. 192) aclara afirmando que “A literatura produzida a respeito dos Xetá associa a busca do contato à escassez de alimento, e por muito tempo aceitou-se esta hipótese. Porém, Kuein é muito contundente em suas observações a respeito da aproximação com o branco, observando que precisaram proteger a si, à sua terra, e o seu principal meio de subsistência. Ele explica que ao passarem a mão na barriga num gesto compreendido pela nossa sociedade como fome, ou dor de barriga, para eles [os Xetá], naquele tempo, era um sinal de que não queriam brigar, estavam em paz”.

que queriam cortá, aí meu marido trouxe a tesoura e mostrô pra eles como é que cortava, mas aquele dia ele não cortô. Eles vieram em seis, quatro homem grande e dois menino; dali uma semana eles voltaram, eles voltaram e já trouxeram mulher com criança, umas quatro cinco criança, duas mulher; aí eles ficaram lá em casa com nós uma semana, a gente deu roupa, a gente deu lá um ranchinho que tinha de guardá mantimento, mas era ranchinho feito de folha e de madeira de pau-a-pique. A gente deu o ranchinho pra eles ficá, arrumou lugar pra eles dormi, mas no chão; a gente ponhava eles na cama eles amanhecia no chão, e a gente vestia a roupa eles amanhecia pelado, tirava tudo a roupa e ponhava lá num cantinho. Quando ia pro mato eles iam de roupa, voltava pelado, e largava a roupa no mato (RIBAS, 2004).

Evidentemente, ao comparar os depoimentos, verificamos algumas semelhanças, como também diferenças nos fatos narrados. De qualquer maneira, o que fica evidente, à primeira vista, é o estranhamento de ambas as partes perante os hábitos do desconhecido.

Após esse contato dos Xetá com o Sr. Antônio Lustosa, este comunica ao Serviço de Proteção ao Índio, em Curitiba, o fato ocorrido na fazenda. De acordo com a Sr^a Carolina:

(...) a gente ficô acho que bem uns cinco seis meis com eles, depois meu marido comunicô, aquele tempo não era FUNAI, era SPI, Serviço de Proteção aos Índio, né? Comunicô, aí veio o Dival, o Doutor José Loureiro Fernandes, que hoje ele é falecido, veio uma porção deles que eu até tenho na fotografia ali, e ficaram ali umas duas semanas, iam pro mato filmá, voltavam, ficavam ali na fazenda e assim a gente viveu com os índios muito tempo (RIBAS, 2004).

A partir desse comunicado o SPI organizou as excursões ao Noroeste. Segundo Kozák (1981), uma excursão partiu de Curitiba em agosto de 1955. Esta excursão falhou no contato com os índios; não obstante, dois meses após, em 15 de outubro, uma segunda expedição do SPI partiu de Curitiba, desta vez levando consigo os meninos que haviam sido capturados antes, Kaiuá e Tuca. Fernandes (1961) salienta que nesta última expedição, ocorrida em 1955, o grupo de pesquisadores não obteve muito sucesso. Apesar de ficarem vários dias andando pela floresta e percorrerem aproximadamente 80km, encontraram somente 8 acampamentos abandonados; mas a participação pessoal nesta expedição do chefe da Sétima Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios permitiu a instalação de um posto de aproximação do SPI, na fazenda Santa Rosa, e logo “Deux mois après nous apprenions qu’une vingtaine d’indiens fréquentait ce poste périodiquement”³⁰ (FERNANDES, 1961, p. 85). A foto seguinte mostra este posto do SPI.

³⁰ Dois meses após nós tomamos conhecimento de que em torno de vinte índios freqüentavam este posto periodicamente.

Foto 8 – Ranchos do SPI Construídos na Serra dos Dourados
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kozák. [1957 ou 1958 ?].
Fonte: QUEM... (2000).

Uma terceira expedição foi organizada. A caravana partiu de Curitiba em 18 de novembro, e dela fazia parte Vladimir Kozák. Ao chegarem à fazenda, três dias após deixarem Curitiba, lá encontraram um grupo com dezesseis Xetá. Conduzido por esses índios, o grupo parte para a floresta, visitando então os acampamentos indígenas. Logo depois a expedição retornou a Curitiba.

Em fevereiro de 1956 foi organizada outra expedição à fazenda Santa Rosa, em que Kozák também estava presente. A expedição já estava pronta para retornar a Curitiba, contudo Kozák insistiu em que ficassem um pouco mais e seguissem as pistas deixadas na floresta pelos índios. A partir daí têm-se os registros documentados do modo de vida do povo Xetá, pois:

Nos dois dias seguintes, a expedição localizou três acampamentos semipermanentes, com o total de cerca de 30 índios Hetá. Todos esses locais situavam-se no âmbito da floresta, nas vizinhanças gerais de Laureano, uma fazenda de colonos, 21-24 km (13-15 milhas) ao sul de Santa Rosa. O contato que essa expedição de busca estabeleceu com os Hetá da Serra dos Dourados durante esses três dias consiste no primeiro e único encontro documentado com eles, em seu próprio habitat da floresta (Kozák *et al*, 1981, p. 27).

A foto seguinte ilustra uma dessas expedições, juntamente com alguns índios, embrenhando-se na mata à procura de acampamentos Xetá. A criança que aparece em detalhe é Tuca, que servia de intérprete entre o seu povo e os homens da expedição.

Foto 9 – Expedição na Serra dos Dourados

Fonte: Acervo do Centro Cultural de Umuarama, sem identificação do fotógrafo³¹. [1955?].

Ainda segundo Kózak *et al.* (1981), entre os dias 20 e 22 de fevereiro de 1956 foi contatado pela última vez este numeroso grupo do povo Xetá. Segundo afirmam os autores, mesmo diante da insistência de Kózák em permanecer e estudar um pouco mais a cultura Xetá, pois sabia que era uma oportunidade rara de estudar um povo autóctone, a caravana expedicionária retornou a Curitiba. Evidentemente, o que se percebe na leitura do texto de Kózák *et al.* (1981) é que havia certo desinteresse por parte do SPI, uma vez que para entrar em contato com índios era necessário fazer uso da paciência e isso demandaria dias, e

³¹ Algumas fotos, que nos foram cedidas, pertencentes ao acervo do Centro Cultural de Umuarama, não contêm a identificação do fotógrafo; entretanto, sabendo que a maior parte do acervo fotográfico sobre o povo Xetá pertence a Vladimir Kózák, inferimos que essas fotos possuem grande chance de ser de sua autoria.

as expedições sempre retornavam rapidamente a Curitiba, muitas das vezes sem conseguir o contato. Mesmo assim, foi nesses três dias que grande parte do acervo, incluindo fotos e filmes que demonstram o modo de vida do povo Xetá foi constituído por Vladimir Kozák. Evidentemente, o trabalho etnográfico prosseguiu, com um grupo de 18 Xetá que estavam acampados na fazenda Santa Rosa entre 1955 e 1956. Kozák *et al.* (1981) salientam a importância do Xetá Ñango para a realização do trabalho etnográfico sobre o povo Xetá, uma vez que ele foi o único sobrevivente do grupo que havia sido encontrado na floresta, dizimado por uma epidemia de gripe. Também destacam a importância dos dois meninos capturados alguns anos antes, Kaiuá e Tuca, uma vez que nas expedições que prosseguiram eles serviram de intérpretes entre índios e pesquisadores, repórteres e representantes do SPI.

Isso posto, cabe salientar que Vladimir Kozák continuou a estudar e filmar o povo Xetá, por sua própria conta, realizando cerca de 20 viagens a seu acampamento, a partir de 1961, e assim constituindo um grande acervo sobre os povos autóctones do Noroeste do Paraná. A foto subsequente mostra Kozák e Tuca, já rapaz, e em trajes do seu povo.

Foto 10 – Vladimir Kozák e Tuca
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kozák. [1960?].
Fonte: QUEM...(2000).

Ainda nesse contexto, é importante destacar que a partir do momento desse contato com os colonizadores do Noroeste o povo Xetá começou a ficar cada vez mais exposto. Com isso, principalmente suas crianças foram alvo fácil dos colonos, que as encontravam na floresta e as

carregavam para si, muitas vezes baseando-se na crença de que estavam abandonadas ou perdidas; outras vezes as crianças eram “doadas” pelos índios aos colonos. A propósito, A Sr^a Carolina salienta:

Aí quando é um dia, meu marido foi com os índios, que eles queria levá ele pro mato, eu tinha medo, né, levá pro mato e depois não traz mais. Ele confiou em Deus, né, foi quando ele achô a Tiguá, essa Tiguá nossa, Maria Rosa. Ela era pequenininha e os outro não dava atenção pra ela. Ela não tinha pai nem mãe, só tinha o tio. Aí ele carregô ela nas costa, trouxe pra fazenda. Ele pediu pro índio, pro cacique, que era o Diatucã³², se ele dava aquela pra ele; ele pegou a menina pro braço e entregô. Aí nós começamos a cuidá dela. Depois o outro, o Mã, deu o Geraldo (Tikuein Gamei), que eu tenho na fotografia ali, e aí o Mã se arrependeu. Ele chorava, precisava vê, prô indinho i embora. Aí quando é um dia o Mã quis robá o indinho; o indinho gritô, meu marido foi e tomô de volta. Aí eles se conformaram, que o índio que falava que ele não queria í, aquele índio, ele aprendeu falá com meu filho a nossa língua e a dele, que a gente entendia só por aceno, né, por sinal. Aí ele falava com os índio e falava com nós, falava com os índio e falava com nós. Aí ele falava pro pai dele que ele não queria í embora, aí ele mandô ele pedi pra nós se ele podia vim pra morá ali perto dele; nós falemo que podia, mas eles não parava, acho que eles não acostumava, eles ficava uma semana ali, de repente ia pro mato, ficava um mês no mato, por causa das caça, né, que era diferente a vida da gente. Depois acabô que os índio são sadio, eles não pegam doença, quando eles se misturam com nós eles pegam o vírus que a gente tem, né? Eles pegaram gripe, pegaram sarampo, aí de sarampo morreu uma menininha, até que ela era irmã daquela que tá em São Paulo. Esses índio choravam, choravam, só que a gente não via pra onde eles levavam. Nós quisemo levá pro cemitério, não deixaram, levavam pro mato, enterravam e ninguém via. Depois de muito tempo morreu uma das índia, uma mulher do Mã; depois faleceu a mulher do Diatucã, uma do Arigã, depois o Diatucã tinha duas, deu uma pro outro, pro amigo, né: Depois ela teve uma menina, que é essa que tá lá em São Paulo. Aí depois eles começaram a saí, carregarem as crianças, né, carregarem os meninos, que primeiramente os agrimensores pegaram o indinho Kaiuá, eu tenho a fotografia dele ali, e ficaram com esse indinho. Na Serra dos Dourados eles pegaram, depois eles pegaram o Tuca, o Tuca lembra de tudo, que é o que pode contá pra vocês tudo a verdade, né: Depois os padres lá pegaram um que

³² O nome dos índios citados nessa entrevista, e em outras doravante, está de acordo com a oralidade da entrevistada; no entanto, alguns nomes com a pronúncia próxima à Xetá encontram-se grafados nos trabalhos de Silva (1998) e (2003). Por exemplo: Diatucã encontra-se escrito na dissertação de Silva como Ajatukã.

chama Natal, (ver foto12) que nem sei onde é que tá esse índio, nem os padres. Um deles já morreu. Sabe, onde é que o índio tá, chamava Natal; os padres levaram ele, criaram ele, educaram ele muito bem. Depois, por último, tinha dois índio que eu também não sei onde é que tá, que foi o homem da fazenda São Francisco que pegô os índio. Eles tavam com nós, depois um dia foram pro mato aí o fazendero achô eles, né, e levô pra fazenda e se criaram com ele. Me disseram que eles estão numa fazenda do Bradesco lá em Mato Grosso, mas nunca ninguém foi atraís; outras veis disseram que eles tão em Maringá, mais ninguém saiu pra i atraís pra vê onde é que ta, né? (RIBAS, 2004).

As fotos seguintes mostram crianças Xetá que foram retiradas do convívio dos seus, passando por um processo de aculturação àqueles que as pegaram. Uma delas mostra a criança Xetá denominada de Natal junto ao frei citado no depoimento da senhora Carolina.

Fotos 11 e 12 – Crianças Xetá em Processo de Aculturação

Fonte: Acervo do Centro Cultural de Umuarama, sem identificação do fotógrafo. [1960?].

Foto 13 – Crianças Xetá em Companhia de Religioso e Colono

Fonte: Acervo do Centro Cultural de Umuarama, sem identificação do fotógrafo. [1960?].

Nota-se na fala da Senhora Carolina seu amplo conhecimento sobre crianças Xetá que foram retiradas do convívio com seus pais. Em seu trabalho, Silva (1998, p.196) assevera que “Os informantes observam que até mesmo aqueles brancos que ‘eram seus amigos’ tiraram-lhe suas crianças, como é o caso das duas Tiguá e do Geraldo, ‘criados’ pela família do administrador da Fazenda Santa Rosa. Ambos, sob diferentes pretextos, foram retirados de seus pais, que tentaram recuperá-los mas foram intimidados em suas tentativas”. Igualmente a autora salienta que os Xetá sobreviventes, em seus depoimentos, destacam que os pais de Tiguá, a indiazinha citada pela senhora Carolina, retornaram ao local onde a haviam deixado para apanhá-la, porém não a encontraram. Avisados pelos membros do grupo de que ela estaria na Fazenda, seus pais foram até lá para buscá-la. Não conseguiram reaver a menina na primeira tentativa. Sua mãe não desistiu e tentou por mais duas vezes reaver a criança, entretanto o administrador da fazenda não permitiu que a levassem. A partir daquele momento seus pais não apareceram mais na propriedade nem foram vistos. Chamamos a atenção para o fato de que a própria senhora Carolina relata um episódio em que o marido igualmente não entrega o indiozinho Geraldo (Tikuein Gamei) ao seu pai. Um dos remanescentes entrevistados por Silva (1998), Tikuein Mã, atualmente já falecido, era irmão de Geraldo, e relata à autora o mesmo fato da luta de seus pais para reaver seu irmão. Ele diz que:

O pai e a mãe tentaram tirá-lo do Antônio mas não deu certo, era em vão. Certa vez, quando tentaram pegar o Geraldo, o Antônio correu com vara de bater na vaca atrás

deles, porque o pai e a mãe tentaram pegar meu irmão de volta. A gente sabia que não tinha como lutar com eles e assim a gente ia diminuindo (...). Minha mãe, coitada, não se conformava do meu irmão ter ficado lá com os brancos, mas ela morreu doente. Minha irmãzinha também saiu com uma índia mais velha, que tinha um dos olhos vazados, e nunca mais voltaram, nem uma nem outra. Decerto, foram pegadas pelos bichos, ‘homens brancos’, ou pelas onças. Os mais velhos diziam que eram os brancos (TIKUEIN, 1996, apud SILVA, 1998, p. 196).

Na foto que se segue podemos visualizar Tikuein, quando era criança, e sua irmãzinha à qual se refere em seu depoimento.

Foto 14 – Tikuein e sua Irmã Adornados
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kosák. [1955?]
Fonte: QUEM...(2000).

Como se viu, o alto índice de furtos de crianças Xetá foi um fato marcante também no Noroeste. Os pretextos utilizados, via de regra, não fogem à regra geral da história nacional de aprisionamento de índios. Para Silva (1998), os pretextos e as justificativas para arrancar um indiozinho Xetá de seus pais estavam “ ancorados no etnocentrismo dos colonizadores,

que nutriam em relação ao grupo uma ‘admiração’ pelo exótico, uma repulsa ao selvagem e um imaginário da sua não humanidade” (SILVA, 1998, p.195). O que acontecia, portanto, era que “O importante era ter uma criança índia, não importavam os meios. Era o fim ao qual se propunham, ou seja, torná-los menos selvagens, cristãos, protegê-los do próprio grupo, branqueá-los culturalmente, através da aquisição de novos hábitos” (SILVA, 1998, p.196).

Em resumo, a justificativa, embora disfarçada de várias maneiras, era sempre a mesma: o modo de vida precisava ser duramente metamorfoseado, mesmo que à custa do sofrimento de crianças indefesas, para que se transformassem, numa ridícula visão do que os homens não-índios chamam de “civilizado”, como eles próprios.

2.6 ASPECTOS DO MODO DE VIDA XETÁ

Quanto à demografia Xetá, a bibliografia que trata desse povo salienta que não há estimativas confiáveis do número de índios dessa etnia que habitaram o Noroeste; todavia, salientam Vladimir Kozák *et al.* (1981) que Kózák viu aproximadamente 150 índios adultos, e, por essa base, estimaram que talvez somassem umas 300 pessoas à época do contato com os não-índios. Evidentemente, o povo Xetá era mais numeroso, uma vez que no período em que foram contatados já estavam praticamente sendo extintos. Silva (1998) destaca que, em entrevistas com os remanescentes, estes salientaram e reforçaram a idéia de que seu povo era numeroso, e atribuíram a baixa na população a uma série de fatores, evidentemente invasões do seu território, conflitos com outros grupos indígenas e internos, entre os vários grupos familiares. Também as doenças transmitidas pelos não-índios foram fatores preponderantes para estarem os Xetá num número reduzido de indivíduos no período em que foram descobertos.

Como estamos tratando de um povo indígena, que tinha na caça o meio principal de subsistência, evidentemente, podemos considerar que o Noroeste do Paraná era o seu território; entretanto há uma delimitação oficialmente estabelecida da área do povo Xetá, baseada nos acampamentos indígenas encontrados à época das expedições de contato na região da Serra dos Dourados.

Esta delimitação da localização do que foi o território Xetá no Noroeste do Paraná pode ser visualizada na figura seguinte:

Figura 11 – Localização da Área Habitada pelos Índios Xetá no Noroeste do Paraná

Fonte: Busnardo; Voitch (6 mar. 2005, p.19).

Organização: HARACENKO, Adélia.

Os Xetá são um povo que, do ponto de vista lingüístico, pertence à família Tupi-Guarani (SILVA, 1998). Os resultados das pesquisas sobre esse povo demonstram que eram caçadores e coletores, não fazendo parte da sua cultura o hábito de cultivar. Desse modo estavam sempre mudando de local, conforme acontecia a escassez de alimentos nas

proximidades do seu acampamento. A mudança se tornava fácil, uma vez que não possuíam muitos utensílios. A foto mostra uma índia Xetá carregando o filho e seus utensílios domésticos.

Foto 15 – Mulher Xetá Corregando Filho e Utensílios Domésticos
Acervo: Foto da coleção de Vladimir Kozák. [1955?].
Fonte: QUEM...(2000).

A cerâmica, igualmente, não fazia parte do seu cotidiano. Busnardo e Voitch (2005, p.19) referem que os Xetá “dividiam-se em subgrupos familiares, distantes um dos outros, mas visitavam-se com freqüência. Acreditavam em espíritos do bem e do mal que habitavam as matas próximas às aldeias”.

O pequeno grupo étnico que habitava a Serra dos Dourados não conhecia nenhum meio de navegação e, para construir seu acampamento, escolhiam um local em que a distância permitisse ir rapidamente a um curso d'água, proporcionando facilidade para beber e banhar-se. Conforme salientam Kozák *et al.* (1981, p. 36), “O acampamento era levantado numa

clareira, em meio à alta e densa floresta. As árvores elevadas proporcionavam proteção contra o vento e o frio. A própria clareira e os abrigos voltavam-se para o oriente, de modo a captar o primeiro sol matinal. Os acampamentos consistiam de 3 a 5 abrigos (*tapuy*) em formato de domo e colmados”. O mosaico de fotos subsequente dá-nos uma idéia da construção dos *tapuy* que compunham o conjunto de suas aldeias.

Foto 16 – Mosaico de Fotos da Construção de Tapuy

Acervo: Fotos da coleção de Vladimir Kozák. [1955?].

Fonte: QUEM...(2000).

Embora construíssem os *tapuy*, não os utilizavam para dormir, exceto quando o tempo estava chuvoso. Preferiam dormir ao relento, ao redor de uma fogueira.

A organização social era composta de pequenos grupos, que compreendiam núcleos familiares, e para alimentar-se, aproveitavam grande parte dos produtos que a floresta podia oferecer. Quanto às vestimentas, mulheres e crianças andavam completamente nuas, enfeitadas por alguns adornos; os homens andavam com uma pequena tanga denominada *hamiá*, tecida por eles mesmos com as fibras de caraguatá, uma espécie de bromélia.

Sobre os índios que foram encontrados na expedição pela Serra dos Dourados e seu modo de vida, Fernandes (1961, p. 85) escreve:

C'est un petit groupe d'indiens sans contact avec les civilisés leurs voisins, et qui jusqu'à il y a quatre ans vivaient disséminés dans une région peu accessible et recouvert de grandes forêts ou ils s'enfuyaient facilement à l'approche des civilisés. Les conditions de vie rigoureuses offertes par la forêt subtropicale à ces indiens sont peu favorables au développement de leur culture matérielle et comme il arrive aux autres populations forestières sous toutes les latitudes, elle compte parmi les plus pauvres³³.

O autor do artigo afirma que os índios encontrados na Serra dos Dourados eram puramente silvestres e se encontravam em um dos estádios de cultura mais primitivos da humanidade, o que lhe permitiu, estando no século XX, fazer uma comparação com o homem primitivo da idade da pedra, antes da descoberta dos elementos fundamentais para o cultivo do solo e a domesticação dos animais.

Falando com base no que se tem escrito a respeito dos Xetá, alguns desses estudos evidenciam que não se pode atribuir o fim desse povo, diretamente, ao contato com os povos não-índios; todavia, a cronologia histórica evidencia que essa relação foi, pelo menos, desagregadora, e teve um peso relativo no extermínio dessa sociedade.

Não obstante, o contato com a população das frentes de povoamento que fechavam o Noroeste paranaense, evidentemente aliado à falta de proteção do SPI e à negligência do Estado em relação ao seu dever de demarcar o território indígena, acabou por dizimar esse grupo étnico que habitava a Serra dos Dourados, encontrados na década de 1950. Isso

³³ É um pequeno grupo de índios sem contato com os civilizados seus vizinhos, que até quatro anos atrás viviam disseminados em uma região pouco acessível e recoberta de grandes florestas, onde eles fugiam facilmente à aproximação dos civilizados. As condições de vida rigorosas ofertadas pela floresta subtropical a estes índios são pouco favoráveis ao desenvolvimento de sua cultura material, e como acontece com outras populações florestais em todas as latitudes, ela está entre as mais pobres.

posto, Fernandes (1961, p.84) pondera: “Et sous l’influence de cette civilisation les indiens de la Serra dos Dourados, à cause de leur caractère de race primitive, sont appelés à disparaître. C’est l’histoire de divers groupes d’Amerindiens. Si nos indiens, à ce moment, ne sont pas menacés d’une extermination violente, c’est cependant un peuple qui meurt sous l’influence de la colonisation”³⁴. Contudo, as palavras de Kozák, que por sinal formaram o título do seu trabalho, “Os índios Hetá: peixe em lagoa seca”, resumem o que aconteceu a esse povo. O autor evidencia que: “Durante gerações, estes índios viveram dos produtos da floresta primitiva, que também os protegia contra os forasteiros. Liquidada, porém a floresta, restaram os índios como peixe em lagoa seca. Não mais dispunham de meios de sobrevivência e morreram porque o mundo civilizado não foi generoso para com eles” (KOSÁK *et al.*, 1981, p. 31).

Destarte, o que resta desse povo está na memória dos poucos remanescentes, parte de cujo legado veremos nas descrições subseqüentes.

2.7 OS ÚLTIMOS DOS XETÁ

Só restaram poucos dos meus homens. Fizeram algumas coisas más, porém todos estão mortos agora e não falemos mais deles. Sobraram pouquíssimos de nós.

Gerônimo - último grande chefe dos índios Apaches norte americanos.

O resultado de uma série de matérias produzidas em março de 2005 pelo Núcleo de Reportagens Especiais do jornal Gazeta do Povo do Estado do Paraná intitulada “O fim de um povo paranaense: os últimos dos Xetás” nos chamou a atenção. Essa matéria foi deveras importante³⁵ para o assunto que estamos abordando, uma vez que veiculou entre um público massivo um pouco da história dos Xetá, muitas vezes restrita ao público acadêmico e até

³⁴ E sob a influência dessa civilização, os índios da Serra dos Dourados, por causa de seu caráter de raça primitiva, estão destinados a desaparecer. Esta é a história de diversos grupos de Ameríndios. Se nossos índios, neste momento, não estão ameaçados de uma extinção violenta, entretanto constituem um povo que morre sob a influência da colonização.

³⁵ Demos importância à série de reportagens do Jornal Gazeta do Povo intitulada “O Fim de um Povo Paranaense: os últimos dos Xetás”, datada de 6, 7 e 8 de março de 2005 pelo fato de que a informação circula muito rapidamente, e por isso um número maior de pessoas toma conhecimento da história Xetá. Não obstante, salientamos que para um conhecimento profícuo a despeito dos sobreviventes Xetá, o leitor deverá consultar os trabalhos de pesquisa de Silva (1998 e 2003), dissertação e tese, respectivamente.

mesmo desconhecida de muitos paranaenses que habitam o Noroeste do Paraná, como constatamos em nossas pesquisas de campo. A matéria traz à baila a história de remanescentes do povo Xetá, que no período em que foram contatados, na década de 1950, eram crianças e, atualmente, são a história viva dos povos autóctones do Noroeste Paranaense. Pesquisas têm constatado que, após cinquenta anos do primeiro contato dos Xetá com os não-índios, este último grupo indígena a ser contatado no Paraná está reduzido a sete pessoas³⁶, atualmente esparsas entre os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Estes sete sobreviventes habitam em cidades ou estão em terras indígenas de outras etnias; porém, pesquisas desenvolvidas por antropólogos da Universidade Federal do Paraná revelam que estes tomaram conhecimento de que os remanescentes ainda são um povo e alimentam a esperança de retornar ao seu antigo território. A reportagem refere que cinco homens e apenas três mulheres carregam a sina de serem os últimos sobreviventes de um povo. Trata-se de:

Kuein, Tuca, Tikuein, Tiquên, Rondon, Aân, Ana Maria e Maria Rosa Tiguá que são os sobreviventes de um grupo que, segundo estimativas de antropólogos, era formado por 450 indivíduos na época em que tiveram os primeiros contatos documentados com os brancos, em 6 de dezembro de 1954. Da cultura e dos hábitos que tornaram os Xetás diferentes de qualquer outro grupo indígena do Sul do país, restaram só algumas lembranças. A língua é falada por apenas três pessoas. Os xetás podem ser considerados um povo genuinamente paranaense. Habitavam o Noroeste do estado, entre os rios Ivaí e Paraná. Na época do contato, já eram poucos. Estavam debilitados pela redução de sua área de domínio, ocupada pela agricultura cafeeira (BUSNARDO; VOITCH, 2005a, p. 19).

Conforme as informações extraídas do noticiário jornalístico (2005a) desses oito índios que sobreviveram ao longo do tempo, Tikuein³⁷ Xetá tinha 53 anos, era casado e conhecido pelo nome de José Luciano da Silva. Era um homem respeitado na terra indígena de São Jerônimo da Serra, onde vivia entre Caingangues e Guaranis. A foto seguinte mostra Tikuein, no ano de 2005.

³⁶ Tanto o trabalho de Silva (1998) quanto à reportagem jornalística (2005) fala de oito remanescentes. No entanto, durante o período de desenvolvimento da pesquisa, soubemos do falecimento de Tikuein, ocorrido em dezembro de 2005, restando apenas 7 remanescentes dos Xetá.

³⁷ Tikuein, conforme Silva (1998), é um termo utilizado pelos Xetá para designar uma criança do sexo masculino, ligada ao interlocutor pelos laços de parentesco, assim como Tiguá tem a mesma função para crianças do sexo feminino.

Foto 17 – Tikuein na Terra Indígena São Jerônimo
 Fonte: Busnardo; Voitch (6 mar., 2005, p.17).

Rondon Xetá, recebeu esse nome de um indigenista atualmente aposentado, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon³⁸. Foi registrado como nascido a 3 de abril de 1965, portanto tinha cerca de 40 anos de idade. Este Xetá é casado com uma caingangue e vive atualmente no posto indígena de Xapocozinho, em Bom Jesus, no Estado de Santa Catarina. Sendo auxiliar de enfermagem, presta assistência aos índios que moram na aldeia. Todos da aldeia sabem da história de Rondon. Como relatam os jornalistas Busnardo e Voitch (2005, p. 20), em suas entrevistas os outros índios disseram sobre Rondon Xetá: “Foi uma tristeza o que fizeram com o povo dele.” outro depoimento diz: “sobreviveram por teimosia”.

Tiquem Xetá tem 44 anos, é irmão de Rondon Xetá. Seu nome na aldeia era Da'hay (que significa uma espécie de palmeira). Atualmente é policial militar em Curitiba, e entre os soldados tem a fama de ser um bom cozinheiro. É casado, mas sua família mora no município de Nova Tebas. Tiquem teve oportunidade de vivenciar a cultura Xetá até os seis anos de idade. Após participar, juntamente com outros índios e a antropóloga Carmem Silva, da identificação do território Xetá na região de Umuarama, foi de Tiquem a responsabilidade de

³⁸ Sobre a vida e a obra do sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon, o “Marechal Rondon”, conferir as obras: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **A grande aventura de Rondon**. Rio de Janeiro, 1971 e COUTINHO, Edilberto. **Rondon, o civilizador da última fronteira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

redigir uma carta demandando do Conselho Indígena do Estado apoio para que os Xetá fossem reagrupados. Neste documento Tiquem salienta: “Confesso que ainda é meu sonho e interesse de ver o nosso povo vivendo junto ainda em vida,” Aos jornalistas este Xetá disse: “A terra pode dar aos Xetás a chance de viver com dignidade” (BUSNARDO; VOITCH, 2005a, p. 20).

Tucanambá José Paraná tem 58 anos, habita na aldeia Rio das Cobras, no município de Nova Laranjeiras. Para os pesquisadores, por possuir uma memória excelente, Tucanambá é uma pessoa de extrema importância para a reconstituição da história recente do povo Xetá. Convém lembrar que páginas atrás citamos o depoimento de Tuca a Silva (1998), no qual o índio relata em detalhes como foi encontrado pelos homens que o apanharam. Os pormenores da vida desse Xetá, durante o processo de sua aculturação, é relatado por Busnardo e Voitch (2005b, p. 15).

Começou então, um tempo em que Tuca, como é chamado, deixou de ser um índio como os outros, e transformou-se numa espécie de mediador entre as duas culturas – um papel que dura até hoje. Se, no passado, ele guiava expedições pela Serra dos Dourados atrás de seu povo, hoje ele conduz os xetás remanescentes na reivindicação de seus direitos. (...) Não à toa as histórias de seus contemporâneos se ligam entre si por meio dele, o que o torna personagem central da reconstituição da história recente dos Xetás. Ele se recorda a vida logo após o contato com os brancos. Por um bom tempo Tuca se sentiu acuado num mundo que não era o dele, sem entender a língua falada pelos que o cercavam e sem poder comer o alimento que eles comiam. Assim que chegou em Curitiba, ele foi despido de seus símbolos, colares e brincos que adornavam o pescoço e orelhas. Naquele momento o único alento foi reencontrar o primo Kaiuá, que tinha sido capturado um tempo antes que ele. “Fiquei feliz da vida quando vi o Kaiuá porque daí eu não era mais sozinho”. Com o tempo, Tuca foi aprendendo o português, se acostumando a dormir em camas e já não estranhava mais o sabor salgado da comida. Só retornaria ao local de onde foi tirado dez anos depois, na década de 60, na condição de intérprete de uma expedição que tentaria contato com os xetás. Já usava roupas e não trazia consigo seus adornos corporais. Foi nessa oportunidade que também viu o pai pela última vez. Enquanto tentava convencê-lo a seguir com o grupo de expedição, o pai implorava-lhe que voltasse para o mato. “Não podia mais ficar. Se ficasse, teria morrido com eles também”, diz. Foram três expedições. A cada uma ele contava a diminuição da população de sua etnia. “Acompanhei todas as expedições, mas não consegui poupar minha gente do fim”.

Kuein Nhanguakã Xetá, tendo provavelmente 66 anos de idade, é o mais velho dos Xetá sobreviventes, porém ainda é solteiro. Segundo os jornalistas, de todos esses Xetás que sobreviveram, Kuein foi quem mais sofreu. Enquanto os outros deixaram a aldeia ainda quando crianças, tendo uma aculturação mais rápida, ele deixou a aldeia aos 16 anos de idade e não se adaptou à cultura dos não-índios. Desde então perambulou de aldeia em aldeia, até estabelecer-se com o primo Tuca na terra indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras.

No período da colonização, Kuein foi um do grupo de seis Xetás que procuraram contato com os moradores da Fazenda Santa Rosa em 1954, como salientamos anteriormente. A partir desse momento muitas experiências junto aos homens não índios foram por ele vividas. Uma que o incomodou muito foi uma viagem de caminhão. Ele foi obrigado a ir e acabou parando em São Paulo, segundo Silva, (1998), em um local que ele não soube identificar. Daí em diante: “Eu me lembro direitinho de tudo. Naquele tempo, eu estava vestido com meus brincos de pena na orelha, tanga de fibra de caraguatá [fibra de palmeira], meu tembetá e levava meu arco e flecha. Me tomaram tudo, fiquei limpinho, nu, sem nada da minha gente. Só com roupa de branco que nós ainda não usávamos” (KUEIN, 1996 apud SILVA, 1998, p. 56).

De acordo com a matéria jornalística (2005), esse Xetá ainda alimenta dois sonhos em sua vida: o primeiro é retornar a conviver com seu povo no seu antigo território, na Serra dos Dourados; o segundo é encontrar uma companheira, casar e ter seus próprios filhos. Salientam os jornalistas que, se houver o reagrupamento dos Xetá em seu antigo território no Noroeste do Paraná, o primeiro sonho de Kuein poderá tornar-se realidade; contudo, casar e ter filhos, para esse Xetá, parece ser uma procura infinita. “Casar e ter filhos, como os outros xetás fizeram, é para ele voltar no tempo e reencontrar a moça que lhe foi prometida ainda na adolescência, ao contrário dele, a moça, cujo rosto ele ainda guarda na memória, não sobreviveu ao destino sombrio dos xetás” (BUSNARDO; VOITCH, 2005b, p.15).

Maria Rosa ã Xetá deixou a floresta quando tinha cinco anos de idade. Lá era chamada de Moko. Quando criança foi levada de aldeia a aldeia até se estabelecer numa aldeia de caingangue na Região Central do Paraná, denominada aldeia indígena de Mangueirinha, no município de Turvo. Essa Xetá é a única mulher que consegue entender a língua Xetá, porém como não tem com quem comunicar-se, fica em silêncio. Casou-se 4 vezes, teve 9 filhos: 7 do seu primeiro casamento, sendo que seis morreram sem ela saber o motivo, e 2 do segundo. ã não tem intenção de voltar ao Noroeste do Paraná, ao seu antigo território, porque segundo ela não há mais mato, só cafezal. O que ela irá fazer num cafezal? Mal sabe ã que não mais existe cafezal no Noroeste como cultura predominante.

De acordo com Silva (1998), o pai de ã foi morto por outros índios na aldeia, num conflito que envolvia vingança e roubo de sua mãe. Após esse episódio sua mãe faleceu junto com outros índios após ingerirem carne em charque deixada pelos homens não-índios junto à sua aldeia. Sendo, assim, órfã desde criança, ã ficou em companhia de um índio denominado Mã. A foto que se segue mostra a saída de ã da floresta na Serra dos Dourados, junto com uma das expedições em que também estavam Kaiuá seu irmão e Tuca, aparecendo em primeiro plano Dival José de Souza do SPI.

Foto 18 – Saída de ã da Serra dos Dourados
Acervo: Foto da coleção de Vladimír Kozák. [1955?]
Fonte: QUEM...(2000).

Em entrevista a Silva (1998), ã fala de sua saída da floresta, comentando: “Eles só trouxeram eu (...) Meu irmão e Tuca perguntaram ao Dival se podiam me trazer. O Dival pediu eu para o Mã, que não queria deixar eu vir (...) Kaiuá junto com o Tuca insistiram com Mã, e ele acabou deixando, pensando que depois eles me levariam de volta, pois eles viram os dois voltarem” (ã, 1996, *apud* SILVA, 1998, p. 67). Entretanto, continua ã: “Só que nunca mais eu voltei (...). Era longe o lugar onde estávamos, para chegar até o carro. Fomos a pé até uma altura, Dival e Tuca me carregavam na cacunda [costa]. Até que me colocaram no lombo de um burro, onde acabei dormindo (ã 1996, *apud* SILVA, 1998, p. 67). O desespero de ã, ao ser retirada do seu mundo que a foto mostra é contado nesse depoimento:

Enquanto andávamos pela mata, via nosso mato ficar para trás, as árvores com jaracatiá, guavirova, jerivá, macaúba, (...). Tudo aquilo e a minha gente ficavam para trás. Eu não sabia o que viria depois, e quando me dei conta já era tarde. Eu queria comer, Tuca acaba tendo que parar e pegar para mim, porque eu não comia outra coisa, a não ser aquilo que tinha no mato. Dei trabalho pra eles. Ao chegarmos numa altura, tinha o carro que eles haviam deixado lá, para poderem andar no mato, naquela época não havia estrada. Próximo ao carro, eu não queria entrar naquilo de jeito nenhum, eu achava que carro comia gente. Era isso que nossa gente pensava. Eles enganaram-me, deram-me um monte de bala, eu fui pegar, eles fecharam a porta e trancaram-me lá dentro. Não tinha mais jeito, e não havia como escapar daquele lugar. Embora eu gritasse e batesse no vidro, o carro saiu, era só homens. Tuca, coitado! Tentava me acalmar, foi difícil me fazer acalantar, mas Tuca tinha paciência. Aos poucos fui ficando calada junto dele e do meu irmão, para quem eu ia perguntando sobre o carro (Ã, 1996, *apud* SILVA, 1998, p. 68).

Chegando a Curitiba, Ã foi viver numa pensão junto com o homem que cuidava de Kaiuá e Tuca, e como os outros, passou pelo sofrido processo de aculturação.

Ana Maria Tigua tem 49 anos, é casada e vive com o marido e o filho em São Bernardo do Campo - SP. Na vida dessa Xetá a cultura do seu povo não existiu, pois ela foi separada de sua família quando era menina e criada pela filha do proprietário da fazenda Santa Rosa, que foi quem abrigou os índios no período do contato com os não-índios. Conforme relatam os jornalistas, ela é reservada ao falar da família que a criou. Diz que a tratavam como filha, mas só a colocaram na escola quando já estava grande, motivo pelo qual não teve condições de aprender muito do ensino oferecido na escola dos não-índios. Quando soube que ainda existiam remanescentes de seu povo ficou contente, e afirmou que, se houver um reagrupamento dos Xetá em seu antigo território, ela, o marido - que trabalha em serviço de jardinagem nas chácaras próximas à represa Billings, em São Bernardo do Campo - e o filho de 26 anos, que está desempregado, retornam ao Noroeste do Paraná.

A última é Maria Rosa Brasil Tigua, de 54 anos, que à época da reportagem feita por Busnardo e Voitch (2005c) ainda habitava muito perto do seu antigo território, na cidade de Umuarama. Tigua também vive uma vida difícil. No período da reportagem, março de 2005, ela contou aos jornalistas que sobrevivía com 200 reais que recebia da prefeitura para cuidar do auditório do Parque dos Xetá em Umuarama, porém pelo fato de a prefeitura não ter condições de manutenção, o parque está abandonado e seu salário sempre vem atrasado; então ela sobrevive graças à ajuda da filha Indianara, que trabalha numa loja da cidade.

Desde pequena sua vida foi ao lado da família do proprietário da fazenda Santa Rosa, Antônio Lustosa. Como vimos anteriormente, seus pais índios tentaram resgatá-la junto a esse senhor, porém sem sucesso. Aos jornalistas Busnardo e Voitch (2005c, p.16) ela diz: “Eu me lembro que não sabia falar o português, e aquela gente também não me entendia. Eu não queria ficar ali, mas não sabia como dizer...deixei de falar. Dona Carolina (esposa de Antônio Lustosa de Freitas) disse que eu passei um ano sem falar com ninguém, como se fosse muda”. Entretanto a necessidade fez Tiguá aprender a língua e um dia a menina índia voltou a falar, não mais em sua língua, e sim, em português, e desde então, “sem mágoas, Tiguá foi fiel a seu Antônio, até o final da vida. ‘Lembro dela vestindo meu pai, doente, nos seus últimos dias’ ” (BUSNARDO; VOITCH, 2005c, p.16). A próxima foto mostra as duas remanescentes.

Foto 19 – Mulheres Remanescentes do Povo Xetá
Fonte: Acervo particular de Tiguá. [1985?].

Silva (1998) salienta que Tiguá viveu na fazenda até por volta do ano de 1965, tendo-se mudado para a cidade de Douradina com a família do Senhor Antônio. Lá trabalhou no hotel-restaurante dessa família até aproximadamente 1982, quando fugiu na companhia de um rapaz, com quem viveu durante um ano e cinco meses. Quando estava grávida de Indianara ele a abandonou e ela retornou à casa de seus pais adotivos. Quando a menina estava com nove meses Tiguá foi para a cidade de Amambai, no Mato Grosso do Sul. Lá trabalhava como empregada doméstica para uma família quando teve outra filha, cujo pai era filho adotivo dos patrões. Como já tinha uma filha, com quem mora atualmente, a patroa e avó da menina que nasceu obrigou Tiguá a doá-la. Ela só sabe que a menina foi chamada de Tânia e doada a uma família de amigos dos seus patrões. Tiguá nunca mais viu sua outra filha. Para Silva (1998) relata:

Eu não tinha condições de criar as duas meninas, porque a mulher com o qual eu trabalhava, que seria avó da minha filha, disse-me que não podia ficar conosco. Assim, diante da impossibilidade de criá-la, dei-a para um casal de fazendeiros, que não tinha filhos e a adotou. A princípio, quando eu estava lá, me deixavam vê-la. Hoje, nem uma foto dela me dão, sumiram de lá só para não me deixarem vê-la. Eu queria pelo menos ter uma foto dela, ela é minha filha (TIGUÁ, 1996, apud SILVA, 1998, p. 90).

Desta maneira, Tiguá viveu e aprendeu forçosamente, na prática, como funciona a “cultura” do “homem civilizado” de retirar crianças do colo de seus pais. A figura seguinte ilustra os Xetá sobreviventes.

Figura 12 – Índios Remanescentes Xetá que Habitaram o Noroeste do Paraná

Fonte: Busnardo; Voittch (8 mar., 2005, p. 16).

Além de mostrar a existência desses oito sobreviventes do povo Xetá, a matéria traz à baila o trabalho dos estudiosos e pesquisadores do povo Xetá. Trata-se de um projeto de reagrupamento dos remanescentes desse povo, que vai implicar numa longa batalha jurídica para estabelecer uma terra indígena para o grupo em seu território original.

Para reagrupar os sobreviventes e seus filhos e netos na região onde viviam os xetás há cerca de cinquenta anos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) terá de travar uma longa negociação com os atuais proprietários. O projeto de reagrupamento, de autoria da Antropóloga Carmen Lúcia já chegou a Funai, mas o caminho percorrido promete ser espinhoso. ‘Se a FUNAI aceitar a proposta, abre-se o período para o contraditório, onde todos que se sentirem prejudicados pelo projeto podem reclamar’, explica Edívio Batistelli, acessor especial para assuntos indígenas do estado do Paraná (BUSNARDO;VOITCH, 2005c, p. 16).

Os jornalistas acima mencionados continuam afirmando que à época da reportagem os técnicos da FUNAI ainda não haviam dado o seu parecer sobre o relatório da antropóloga, todavia esse trabalho já era motivo de tensão, haja vista que:

Entre os atuais donos da terra estão bancos, usinas de cana, juízes, grandes e pequenos fazendeiros, diz Carmen, que faz questão de não tratar os proprietários como vilões da história. ‘eles só têm de entender que os xetás não são um inimigo. Os índios, assim como boa parte deles, foram vítimas. A solução para eles é procurar o estado, que tem de repará-los’. Para a batalha jurídica que pode ser criada, os xetás e aqueles que assumem sua causa contam com dois argumentos: a Constituição Federal, que garante e regulamenta a posse de terra para os povos indígenas, e a memória do grupo (BUSNARDO; VOITCH, 2005c, p. 16).

Não obstante, como podemos perceber através das matérias jornalísticas que abordam o assunto, essa é uma batalha que já dura alguns anos. Uma delas, de janeiro de 2001, intitulada “Os últimos dos Xetás” já abordava o assunto: “No final do ano passado, o Governo do Paraná e a Fundação Nacional do Índio (Funai) assinaram o convênio para demarcar terras para os Xetás, talvez na própria região onde viveram” (MOREIRA, 2001, p. 15). Continuando, a reportagem evidencia que uma professora da Universidade Federal do Paraná, Carmem Lúcia da Silva, coordenaria uma comissão que iria pesquisar áreas para a demarcação da terra indígena. Dessa forma, “Segundo Carmem, toda a região registrada inicialmente como Núcleo Serra dos Dourados (onde hoje estão o distrito de Serra dos Dourados e os municípios de Umuarama, Douradina e Ivaté) pertenciam aos xetás. ‘Eles é que decidirão se querem a reserva nas terras de origem’, adiantou Carmem” (MOREIRA, 2001, p. 15).

Levados pelos pesquisadores que lutavam em prol de sua causa, para reconhecimento de seu antigo território, alguns dos Xetá lembraram com riqueza de detalhes a sua vida quando habitavam a Serra dos Dourados, o que mostra que a presença do seu povo no que foi o seu território ainda continua viva na memória dos poucos que sobreviveram. A antropóloga Carmen Lucia, autora do projeto de reagrupamento dos Xetá, em entrevista aos jornalistas Busnardo e Voitch (2005c, p. 16), refere:

‘Em uma das caminhadas que tivemos na região, não estávamos conseguindo encontrar um pequeno riacho, indicado por um mapa cartográfico. O Kuein colocou a mão na cintura, olhou bem e foi nos levando, direto até o riacho’, conta Carmen. A memória viva dos sobreviventes já foi motivo de sofrimento para os mesmos. Em

um dos primeiros retornos à região, Carmen lembra da tristeza de Kuein, Tuca e de Tikuein. ‘Eles choravam, reclamavam na língua dizendo que o branco tinham comido tudo: índio, bicho, mato’.

Evidentemente, a tristeza desses índios tem razão de ser, pois em tão pouco tempo, ainda em 1950, seu território era a floresta repleta de animais silvestres, de beleza e fonte da vida indígena, o que não mais existe hoje. Estudando genocídios de povos indígenas na Amazônia, Picoli (2004, p. 22) salienta que “o processo de colonização deixa para trás um rastro de sangue, violência e mortes dos povos originários”.

Outra pesquisa indicada pela matéria de Busnardo e Voitch (2005c) que tem resultado positivo para a preservação da cultura Xetá e incide diretamente na continuidade desse povo é um trabalho que está sendo desenvolvido por um lingüista e pesquisador da Universidade de Brasília que teve contato com esse povo na década de 1960. Tal pesquisa é uma investigação da língua falada pelos Xetá, e como resultado será um dicionário Xetá. A intenção dos pesquisadores após tratar da criação do dicionário, é formar professores bilíngües que atuariam diretamente com as crianças. Sobre o assunto, a antropóloga Carmen Silva salienta: “Reagrupados e com alguém que ensine, as crianças aprenderiam a língua, manter a língua é o primeiro passo para que eles continuem sendo um povo” (BUSNARDO, VOITCH, 2005c, p. 16).

Não obstante, uma reportagem mais recente, datada de 19 de abril de 2006 e intitulada “Avança a extinção da tribo Xetá”, traz à tona a questão da demarcação da terra indígena no Noroeste do Paraná, afirmando: “O assessor de Assuntos Indígenas da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Estadual, Edívio Batisteli, disse ontem ao *Ilustrado*, que ainda sonha com o reagrupamento da tribo” (NUNES, 2006, p.11). Continua a reportagem afirmando que:

Para amenizar os impactos, uma proposta tramita na Assembléia Legislativa do Paraná e sugere que o governo, ao demarcar uma área para os índios pague pelas benfeitorias e pela terra. Pela legislação federal atual, o governo não precisaria pagar pela terra, apenas pelas benfeitorias. Foi justamente esse item que deixou apavorados os donos de propriedades rurais na região de Serra dos Dourados, quando o Governo Federal a renunciou a disposição de criar uma gigantesca reserva indígena naquela localidade. Hoje os defensores dos índios trabalham com hipóteses mais modestas. Eles defendem que os governos estadual ou federal destine uma ou duas fazendas para reunir os Xetá e pague pela terra e benfeitoria. Com isso a proposta pode ganhar simpatia regional e acabar com a resistência que foi criada com a notícia anterior. O problema é que, segundo Batisteli, de 1989 pra cá, nenhuma área foi demarcada no Paraná para ser entregue aos índios. ‘A terra é uma dívida que a região de

Umuarama tem com os Xetá e um ponto de honra para quem está diretamente ligado com a causa indígena', comentou o assessor (NUNES, 2006, p. 11).

Para os pesquisadores engajados nesse projeto de criar uma terra indígena no que foi o território indígena do povo Xetá, na Serra dos Dourados, o reagrupamento é um desafio, porém não é uma quimera; por outro lado, é a único meio de ainda procurar agrupar os pouquíssimos sobreviventes de um povo.

Num desabafo aos jornalistas Busnardo e Voitch (2005, p.16), Tikuein fala dos seus sentimentos: "O branco nos tirou da terra e nunca nos ajudou. Agora precisamos dessa ajuda. Queremos estar junto no nosso lugar. Os xetás querem voltar a ser um povo". Entretanto este sonho não será mais possível para Tikuein, uma vez que "partiu" antes de ver seu desejo realizado. Diante deste desabafo de Tikuein, salienta a senhora Carolina de Freitas:

É por isso eu acho que os índio têm o direito de tê o pedacinho de terra deles, porque eles são os donos das terras. Aqui, quando a gente entrô aqui no sertão em 52, a gente só encontrava índio, não encontrava mais ninguém; então eu acho que eles têm o direito e o governo deve de dá esse direito deles e dá as terras pra eles vivê, pelo menos isso, senão vai acabá a raça. E acho que agora, o final deles é esse né? Resta esses aí, se não cuidá, vai acabá (RIBAS, 2004).

A figura do mapa subsequente, do ano de 2006 – portanto, recente, - mostra as terras indígenas no Estado do Paraná. Nesta figura, ao sul do rio Ivaí, podemos visualizar a legenda que mostra a localização e a situação em que se encontra a terra indígena Xetá no Noroeste do Paraná.

Figura 13 – Terras Indígenas do Estado do Paraná
Fonte: Brasil (2006).

Isso posto, salientamos que a declaração de um representante indígena da América do Sul, em uma das reuniões ocorridas no ano de 1995 do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da Organização das Nações Unidas, presente no documento da ONU E/CN.4/Sub.2/1995/24³⁹, citada por Barbosa (2000, p. 316), é um grito que delata de forma generalizada a barbárie cometida mundialmente contra as populações autóctones, a qual, neste comenos, é constatada somente numa ínfima parte do território brasileiro, o Noroeste paranaense. Ei-la:

“No passado, os povos indígenas viviam em paz na sua terra natal, em harmonia com a natureza, então veio a “civilização” que quis conquistar, com fome de riqueza para somente alguns, a ambição do capital e do poder.

Eles conquistaram a terra, nós perdemos nossas, nossos lugares sagrados, nossas áreas de agricultura, nossos campos de caça, nossas águas pesqueiras.

Eles chamaram isso desenvolvimento, nós chamamos isso destruição.

Eles falaram que isso iria elevar o padrão de vida, nós falamos que isso trazia humilhação.

Eles ganharam dinheiro, nós ficamos pobres.

Eles fundaram grandes empresas, nós nos tornamos mão de obra barata.

Eles destruíram a biodiversidade, nós perdemos nossas fontes de medicina tradicional.

Eles falaram de igualdade, nós vimos discriminação.

Eles falaram infra-estrutura, nós vimos invasão.

Eles pensaram civilização, nós perdemos nossas culturas, nossa língua, nossa religião.

Eles nos submeteram às suas leis, nós os vimos exigindo nossa terra.

Eles trouxeram doença, armas, drogas e álcool, mas não saúde e educação iguais.

Isso tem acontecido há mais de 500 anos.

E ainda continua”.

Ao destacarmos esta declaração, fica evidente que tudo isto ocorreu igualmente no Noroeste do Paraná, e só vem reforçar que o povo indígena Xetá, assim como muitos outros povos indígenas espalhados pelo país, é um símbolo do descaso, da omissão, da ignorância e do desrespeito por parte das autoridades competentes no que concerne aos direitos dos povos autóctones, um descaso que se iniciou desde o período da colonização, com extermínio,

³⁹ E/CN.4/Sub.2/1995/24 (10 august 1995), “Discrimination against indigenous peoples – Report of Working Group on Indigenous Populations on its thirteenth session”, par Erica-Irene Daes.

e continua até os tempos atuais, materializado principalmente nessas batalhas judiciais que levam anos, negando-lhes aquilo que é deles, dos remanescentes, por direito.

2.8 TIGUÁ, A ÚLTIMA REMANESCENTE XETÁ NO NOROESTE PARANAENSE

2.8.1 Prólogo

Uma vez que dedicamos este capítulo à discussão da questão indígena, o que nele procuramos destacar foi a importância de fugir dos discursos hegemônicos que abordaram o vazio demográfico no Noroeste do Paraná no período da colonização e enfatizar que esta área foi, num passado remoto, território indígena. Evidentemente, este capítulo se tornaria somente teórico - uma vez que escrevemos parte de nossa análise com base em estudos de historiadores e antropólogos que dedicaram suas pesquisas a este propósito - caso não nos tivéssemos embrenhado na pesquisa de campo a despeito das informações sobre os Xetá e somado o resultado dessa pesquisa às informações que tínhamos na literatura.

Outrossim, convém salientar que, embora procuramos destacar neste capítulo depoimentos de pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com índios na área em estudo, igualmente, abordamos pessoalmente a história dos índios Xetá; contudo, todas as informações contidas nele não eram suficientes para que o achássemos satisfatório. Algo estava faltando. Resolvemos então, pesquisar um pouco mais sobre o povo Xetá.

Sendo assim, decidimos eliminar a “barreira geográfica” imposta pela delimitação do recorte geográfico da área de estudo, que é a microrregião geográfica de Paranavaí, e ir à busca de algo concreto, ou seja, à procura de Maria Rosa Brasil Tiguá, última índia remanescente da etnia Xetá que habita no Noroeste do Paraná. Entretanto, ela não habitava naquela área, que havíamos delimitado como área de estudo.

Dessa forma, compreendemos que, por mais que façamos recortes espaciais para abranger um objeto de pesquisa, a realidade jamais pode ser delimitada, pois quando a demarcamos, principalmente na pesquisa geográfica, corremos o risco de nos tornar reféns da nossa própria armadilha de delimitação. Como salientamos anteriormente, o território indígena no passado não era delimitado, ou não o era da maneira como é atualmente, conquanto, como é sabido, houvesse as delimitações de território entre os próprios povos autóctones.

2.8.2 A busca e os fatos

Considerando a necessidade da presença da própria Tiguá no trabalho, após realização de algumas leituras, incluindo manchetes de jornais que destacavam a questão dos Xetá, começamos nossa busca pela cidade de Umuarama. Qual não foi nossa surpresa quando ficamos sabendo, através de ligação telefônica feita à redação de um jornal local, que a última remanescente da etnia Xetá que habitava em Umuarama não se encontrava mais naquela cidade, havia se mudado para a cidade de Xambrê. Nossa informante na redação do jornal salientou que o jornal havia lançado, para o dia 19 de abril de 2006, dia do índio, uma matéria intitulada “Umuarama não possui mais remanescentes Xetá”.

A partir desse momento, fizemos vários contatos com inúmeras pessoas na cidade de Umuarama. Através desses contatos, encontramos na cidade de Cruzeiro do Oeste Ana Lúcia Ribas⁴⁰, amiga da índia Tiguá.

Fizemos uma primeira viagem a Cruzeiro do Oeste e a Umuarama em 10 de maio de 2006, com o intuito de coletar material sobre os Xetá e, se possível, conseguir uma entrevista com a senhora Carolina de Freitas, mãe adotiva da índia Tiguá. Esta primeira viagem foi produtiva em termos de materiais, entretanto não conseguimos falar nem com a senhora Carolina nem com a Tiguá.

Na cidade de Cruzeiro do Oeste, falando sobre o trabalho que desenvolveu em Umuarama no “Projeto Xetá”, Ana Lucia, em entrevista, salienta. “Bom, o meu trabalho com os Xetá aqui começou quando eu fazia curso de publicidade, que eu fui estudar a respeito de um parque municipal em Umuarama, o Parque Municipal dos Xetá. Nunca ninguém tinha falado na escola a respeito dos Xetá, então a gente começou a pesquisar” (RIBAS, 2006).

Nesse mesmo depoimento de Ribas (2006), depreendemos através de sua fala que, embora houvesse na cidade um parque com referência aos Xetá e um bom acervo de documentos a respeito desses índios, a sociedade umuaramense não tinha noção nem conhecimento da importância da questão indígena, pois faltava um projeto de divulgação da história do povo Xetá. Uma grande parte da população não sabia que na sua cidade habitava a última remanescente do povo Xetá. Esse desconhecimento da população, não era o único

⁴⁰ Trata-se da coordenadora de cultura do município de Cruzeiro do Oeste, que quando habitava na cidade de Umuarama, desenvolveu projetos com o intuito de resgatar a história da etnia Xetá no Noroeste do Paraná. Entretanto já fazia alguns anos que não via Tiguá e desconhecia o endereço dela na cidade onde estava morando. Concedeu-nos entrevista no dia 10 de maio de 2006, na Secretaria da Educação de Cruzeiro do Oeste.

nem o principal problema; a ele estava aliado o descaso das autoridades locais com uma pessoa que representava a história viva de um povo. Então continua Ribas (2006): “Aí fomos atrás, fomos pesquisando, localizamos finalmente a Tiguá ali em Umuarama. A Tiguá tava passando fome em Umuarama, tava vivendo assim num estado deplorável, assim muito triste”.

De acordo com Ribas (2006), o poder público somente se interessava em saber da índia Tiguá em épocas de datas comemorativas, quando havia desfiles na cidade, onde ela era enfeitada e colocada num carro alegórico para desfilar pela cidade, desta forma. “A Tiguá era uma pessoa que era utilizada todo dia 19 de abril. Então passava-se o ano inteiro ninguém lembrando que Tiguá existia; chegava dia 19 de abril, não interessa qual era o prefeito ou a escola, alguém achava ela e levava ela pra falar alguma coisa” (RIBAS, 2006). A falta de conhecimento da cultura Xetá, por parte da comunidade local fazia com que cometessem barbaridades quando a equipe de pesquisa saía com a Tiguá, de acordo com nossa depoente: “O que acontecia muito quando a gente saía com a Tiguá era pedirem pra colocar ela em trajes típicos. Era uma coisa engraçada, porque os homens ainda tinham um traje típico, a saqueira, mas as mulheres não tinham, não usavam, eram nuas, não tinham roupas, então assim, aquela visão muito de branco: botar traje típico”. Isso demonstra uma visão estereotipada, em que todo índio, ao apresentar-se junto aos não-índios, tem que estar em um traje típico. Em relação à Tiguá e a comunidade que a circunda, nossa depoente Ribas (2006) faz uma indagação que tem por finalidade questionar a própria sociedade do Noroeste quanto à situação atual em que se encontra a última remanescente Xetá. Ela diz: “Enquanto não mudar essa visão, enquanto não vê isso daí como um registro histórico, como uma necessidade que a gente têm, como a forma que o branco destruiu a cultura de um povo, destruiu um povo, acabou com um povo, matou e tá bom, e vamos ficar quieto?” (RIBAS, 2006). A propósito das condições em que vivia Tiguá na cidade de Umuarama, continua nossa entrevistada:

A Tiguá vivia numa casa que o aluguel era pago pela prefeitura; uma casa paupérrima, sem as mínimas condições. Inclusive, assim, a gente teve que se preocupar e correr atrás de pagamento de conta de água, conta de luz, porque fazia muito tempo, quando a gente teve esse contato com ela, que ela não tinha nada disso, que ela tava sem água, sem luz em casa, tendo que pedir ajuda pros vizinhos, muitas vezes sem ter o que comer em casa. Então assim essa era a realidade, (...) e a Tiguá, ela tem um problema na mão, que tudo que ela mexe, se usa demais as mãos, se mexe demais com produtos químicos ou com o que quer que seja, destrói as mãos

delas, fica toda cheia de feridas, vai cortando tudo, é um problema na pele dela. E o que que acontece: pessoas hoje em dia que não tem educação, não tem estudo, vai trabalhar no quê? Vai trabalhar servindo, em serviços domésticos. Ela trabalhou como ajudante de cozinha, só que nenhuma patroa quer uma pessoa mexendo com alimentos com a mão toda cortada, ou em serviço da casa; então ela ficou impossibilitada de trabalhar. Fazia crochezinho pra vender, coisinhas pra vender; a filha dela que trabalha ajudava em casa, mas a filha dela acabou casando, a Indianara casou, tem o seu filho e foi ter a vida dela, e assim ficou a Tiguá, naquela casinha, tentando sobreviver (RIBAS, 2006).

Procurando resolver essa situação de extrema necessidade em que se encontrava Tiguá, o grupo de pesquisa fez um movimento, em conjunto com a Igreja Católica, para tentar ajudá-la; entretanto:

A gente nunca sentiu assim das lideranças uma política séria, uma atitude séria quanto à situação, tanto da Tiguá, quanto dos outros remanescentes Xetá. A gente vê assim, vão empurrando, doa um aluguel, doa uma cesta de vez em quando, Ah! Saiu nos jornais que faz três meses que ela tá sem água e luz, Ah! vamo pagar água e luz porque fica chato saí no jornal que ela tá sem água e luz. Mas uma política voltada pra isso, uma política voltada a resgatar essa história, uma política voltada a ajudar a tratar a Tiguá, como a história viva de um povo, ali dentro da cidade, não tem. Tanto não houve auxílio que a Tiguá saiu de Umuarama e foi pra Xambrê. Tomara que em Xambrê ela encontre de alguém uma verdadeira ajuda. Por que é isso, é nossa obrigação. Porque nós entramos, nós somos o povo que entrou no território deles, a gente tomou o território deles. Não eram terras devolutas, eram terras habitadas por índios, e foi tomada essa terra, não se deu nada pra eles (RIBAS, 2006).

Dessa forma, viveu Tiguá na cidade que antes era seu território da mesma forma que no passado as autoridades responsáveis pelos direitos indígenas não “enxergaram” o povo Xetá, ficaram alheias à sua situação, não salvaguardando sua integridade cultural e física. Na atualidade a situação não é diferente em relação à proteção e aos direitos de Tiguá, que no mínimo deveria receber auxílio dos representantes do poder público regional para que tivesse moradia e alimentação adequadas, cuidado com sua saúde, uma vez que já não se encontra em condições físicas de enfrentar o trabalho pesado, por causa da idade avançada. Contudo, Ribas (2006) igualmente emite sua opinião em relação à família que criou a Tiguá, dizendo:

Por mais que a Dona Carolina tenha cuidado da Tiguá, por mais que a Dona Carolina tenha facilitado a vida da Tiguá, contribuído pra Tiguá estar viva até hoje, porque se

não a Tiguá poderia ter sido mais um dos índios que morreram, a filha real da Dona Carolina hoje tá formada, fez a sua graduação, tá trabalhando, ganhando dinheiro, pagando faculdade pra filho médico; e a Tiguá não, a Tiguá foi a empregada da casa, aí acabou ficando velha, foi sair pra ter sua filha, é mãe solteira, quer dizer viveu uma realidade diferente dos filhos verdadeiros da Dona Carolina. Então é claro, não quero aí entrar nos méritos, porque graças a Deus que a Dona Carolina teve essa visão de cuidar, esse carinho de pegar pra ela, de tomar pra ela, de cuidar; mas não adianta eu falar que teve as mesmas chances, porque não teve, não teve chance; então a situação da Tiguá foi essa.

Continua Ribas (2006) que Tiguá mudou-se para outra cidade porque em Umuarama não encontrou apoio por parte dos representantes do poder público local para que pudesse viver dignamente naquela cidade. Sendo assim, “se ela foi embora pra Xambrê, se ela saiu dali é porque ali dentro ela não teve apoio nenhum. Quando ela conseguiu a casa pra ela morar, o prefeito deu a casa num local onde é o maior índice de violência em Umuarama, quer dizer, colocou ela num lugar mais perigoso, afastou, colocou à margem, literalmente à margem, entendeu?”. Dessa forma “contribuindo com essa marginalização, porque, acho assim, o principal pra mudar a questão do indígena aqui, é mudar a mentalidade dos governantes, porque enquanto os governantes não derem importância pra isso, não vai ter, e você vê, é uma história que daqui mais 10 anos, 15 anos, máximo 20, 30 anos morre, Xetá estão extintos, não há chance” (RIBAS, 2006).

Fato curioso narrado por nossa entrevistada que a deixava espantada é que durante suas pesquisas, sabendo as pessoas dos poucos remanescentes do povo Xetá, encontravam elas as mais absurdas “soluções ” para recuperação do povo Xetá. Salienta Ribas (2006): “E já houve pessoas que falaram até, ‘Ah! mas não dá para eles cruzarem entre si pra continuar a espécie’. Então a gente vê assim que parece que a gente está falando de mico-leão-dourado, né, não de pessoas, seres humanos. Então assim, a gente sempre acaba caindo nisso daí”.

Quanto à questão do reagrupamento dos remanescentes e da devolução a eles de parte do que foi o território Xetá, no Noroeste do Paraná, percebemos através do depoimento de Ribas (2006) que se trata de uma questão delicada. Embora alguns deles alimentem o sonho de ainda terem sua terra de volta, como vimos anteriormente, há outros fatores que limitam a junção desses remanescentes no que foi o seu antigo território. Primeiramente eles estão em terras indígenas espalhadas pelos estados da Região Sul do Brasil. Cada um possui família e muitos dos filhos não querem retornar ao antigo território de seus pais, até porque já têm suas profissões e seu meio de “ganhar a vida”, e esse local, o antigo território, não lhes ofereceria

as condições de vida que já possuem. “Quer dizer, tem floresta, não. Tem como sobreviver levando a vida que eles levava, não. Eles saíram dessa vida há 50 anos, eles não estão mais vivendo entre eles, eles não estão mais vivendo sob a cultura deles, eles estão vivendo sob a nossa há 50 anos, então não dá pra gente querer agora, “Ah! Então vamos dividir um pedaço de terra e botar vocês lá dentro” (RIBAS, 2006).

Não obstante, isto não significa que nossa interlocutora seja contra a devolução da terra indígena aos Xetá. O que ela salienta é que se essa terra indígena chegar mesmo a ser devolvida aos Xetá, ela deverá, igualmente, estar munida de infra-estrutura, para que aqueles que estiverem interessados em retornar, possam dela retirar seu sustento:

Penso eu ser uma luta muito dura a ser travada. Eu penso assim, eu acho que o governo, as cidades, alguém deveria de alguma forma tentar retribuir, sei lá, com algum...pagar alguns direitos, ressarcir de alguma forma. O território podia até ter, de repente vim trabalhar, deixar 3, 4 pessoas lá que estão interessados, os mais antigos trabalhando. Agora, tem tanto agricultor aí lutando por verba pra poder trabalhar a terra, aí a gente colocar o índio lá, que é o que acontece na maioria das reservas, colocam lá, não tem mata, não tem equipamentos, não tem trator, não tem dinheiro pra semente, não tem dinheiro pra nada, eles não têm conhecimento; porque o agricultor que já é descolado, já sabe entrar nos financiamentos, entra no financiamento, planta, colhe, paga o financiamento e fica com o lucro; agora eles não são agricultores, eles nunca foram agricultores, eles não têm tradição na agricultura, aliás os Xetá não têm tradição nenhuma na agricultura, (...) então assim, essa questão da terra é uma questão a ser discutida, mas até onde eu penso, o que deveria, era ser pago indenizações que dessem condições de vida mais digna a esses índios, até porque essa terra era deles (RIBAS, 2006).

Outro fator que dificulta aos remanescente Xetá terem a sua terra indígena legalizada é a batalha judicial. Essa é deveras importante, mas tramita sem solução nas instâncias judiciais. “Então assim, eu não vejo, não vejo mesmo, possibilidade. E até quando eu estava em contato com o Projeto Xetá, da Universidade Paranaense, eu tive a oportunidade de conversar com o então assessor para assuntos especiais indígenas do governo, que era o Batisteli” (RIBAS, 2006). Não obstante, afirma a entrevistada que este mesmo assessor, “falava que ele já havia travado tantas lutas, e havia tantas lutas mais para travar que ele tava se sentindo um inerte diante delas. Porque na verdade a questão das terras pros Xetá já chegou na última instância, mas como tantas outras coisas acaba arquivado ou parado em cima de uma mesa, ficou parado em alguma mesa durante alguns anos e daí foi pro arquivo”.

Referindo-se em sua entrevista aos remanescentes Xetá, Ribas (2006) comenta a respeito de Tikuein, e diz:

O Tikuein faleceu, faleceu há pouco tempo. Então, a sorte é que já foi...graças ao trabalho da Carmen houve o registro. Quando a Carmen fez esse trabalho que ela juntou todos os 8 remanescentes, eles sentaram e entre eles conversando, aquilo que era fragmento da lembrança de cada um acabou se construindo, se montando e se tornando uma história. Então graças a Deus houve alguém preocupado em fazer esse registro, então, com o Tikuein não vai a parte da história que ele conhecia, porque houve um registro disso. Só que não adianta também haver um registro e o registro não ser conhecido de ninguém, aí a história a morre do mesmo jeito.

Foi com base na última frase do depoimento de Ribas (2006) que reconhecemos a importância deste capítulo para este trabalho de pesquisa. Esperamos que ele contribua, mesmo que com uma ínfima parte, para que essa história não morra.

Em retorno dessa viagem realizada a Cruzeiro d'Oeste e Umuarama, por vários dias empreendemos, sem sucesso, nossa busca por dona Carolina Alves de Freitas e por Tiguá. Por fim contatamos o filho da senhora Carolina, na cidade de Umuarama. Ao conversarmos, ele afirmou que sua mãe não morava mais em Umuarama, e sim, na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina; porém deu-nos o endereço de uma pessoa da cidade de Xambrê que nos levaria até a casa da Tiguá.

Então conversamos por telefone com a Senhora Dercília, de Xambrê, e ela nos disse: “Eu sei onde a Tiguá mora, a casa dela fica perto da rodoviária”⁴¹ (informação verbal). Pedi-lhe então que, fazendo-me um grande favor, avisasse à Tiguá que iríamos até Xambrê para conhecê-la. Assim ficamos combinadas.

⁴¹ Informação fornecida por telefone pela senhora Dercília Geraldina Farinha em maio de 2006.

2.8.3 O contato...

Embora possa parecer desnecessário este item que doravante descreveremos, salientamos que ele foi extraído do nosso diário de campo de 27 de maio de 2006. Este item retrata detalhadamente nosso encontro com a índia Tiguá, por isso resolvemos deixá-lo praticamente na íntegra. É deveras importante ressaltar que essa parte da pesquisa poderia ser realmente considerada um simples texto de trabalho de campo movido a detalhamento ao extremo, caso não estivéssemos tratando do encontro com uma das últimas remanescentes de um povo.

O dia era 27 de maio de 2006, um sábado. Despertamos bem cedo, e apesar de estarmos no outono, o clima estava agradável. Durante toda a semana os dias tinham sido “fechados”, mas naquele sábado o sol estava presente, com certeza seria um dia perfeito.

Era essa a sensação que nos envolvia, misturada a uma dose de ansiedade. Afinal, não é todo dia que temos a oportunidade de encontrar uma remanescente de um povo indígena que foi exterminado, e naquele dia iríamos encontrar a índia Tiguá, uma das remanescentes dos índios Xetá. Tendo conhecimento de que esses índios habitaram o Noroeste do Paraná até a década de 1960 e foram completamente dizimados enquanto povo e que atualmente estes remanescentes Xetá estão reduzidos a 7 pessoas - 4 homens e três mulheres -, sendo Tiguá uma delas, evidentemente, esse fato justifica a nossa emoção ao descrever esse contato, uma vez que só tinha entrado em contato com a história dos Xetá através da literatura que fala da história desse povo.

Dirigimo-nos então à cidade de Xambrê, localizada a poucos quilômetros da cidade de Umuarama, ambas no Noroeste do Paraná. Sempre passamos por aquela região, sempre observamos a paisagem, mas dessa vez, com exclusividade, o nosso olhar estava diferente. Durante o percurso, já naquela região, a vista da paisagem não nos permitia pensar em outra coisa a não ser nas leituras das histórias, nos vídeos, nas reportagens jornalísticas a propósito dos Xetá. Como em um filme, nossa mente reproduzia a todo o instante a imagem da floresta fechada e das primeiras expedições de contato com os Xetá; a imagem das crianças indígenas que foram raptadas de seus pais e a imagem do povo que por ali havia caminhado tão poucos anos antes e que não mais existia.

Em muitas das tantas vezes em que fizemos trabalhos de campo pelo Noroeste ficamos emocionada ao encontrar uma pessoa de idade avançada que nos contava com detalhes histórias sobre o passado de algum município, ou dividimos emoções com os camponeses, ao retratarem suas histórias de vida; entretanto, essa foi a primeira vez em que a emoção

realmente tomava conta de nós antes mesmo de entrarmos em contato com nossa interlocutora. Diante desses fatos é que nos questionamos: é possível uma neutralidade científica?

Finalmente chegamos à pequena cidade e paramos em frente à rodoviária. Como nas cidades pequenas todos conhecem a todos, perguntei por Tiguá a uma senhora que varria a calçada em frente a uma pequena loja, dando detalhes de quem eu procurava, mas infelizmente ela não a conhecia. O motivo de não saber era que não fazia muito tempo que Tiguá estava morando na cidade. Resolvi então ligar para a senhora Dercília, que prontamente se ofereceu para levar-nos até a casa de quem eu tanto almejava conhecer. Esperamos cerca de 15 minutos, então chegou a senhora Dercília.

Demos a volta com o automóvel e entramos em uma pequena rua; paramos em frente da quarta casa, uma casa de aparência modesta, conforme mostra a foto seguinte. Descemos do veículo, a senhora Dercília a chamou: “Tiguá...Tiguá” (informação verbal). Eis que aparece em nossa frente a figura da Tiguá com uma criança pequena, uma menininha. Ela era mesmo uma remanescente do povo Xetá.

Foto 20 – Casa de Tiguá em Xambrê
Fonte: HARACENKO, Adélia. 27-5-2006.

Simpaticamente, Tiguá nos convidou a entrar. Havia outra criança, um garotinho, deitado no sofá assistindo a desenhos infantis na TV. As duas crianças eram seus netos, Larissa, de 1 ano e 6 meses, e Willian de 6 anos, filhos de sua filha Indianara Tiguá. Naquele momento Tiguá nos informou que Indianara estava em Umuarama, tinha saído para trabalhar, mas que logo retornaria, uma vez que ela trabalhava como vendedora ambulante, vendendo CDs e DVDs.

Fisicamente, Tiguá é hoje uma senhora que aparenta ter aproximadamente 55 anos de idade; é de estatura baixa, e ao primeiro olhar, qualquer desavisado diria que ela é uma senhora de origem japonesa.

Tiguá ouviu pacientemente o que nós tínhamos ido fazer lá, ao mesmo tempo em que dava atenção às duas crianças pequenas. Após ouvir toda a nossa explicação, prontamente foi nos oferecendo fotografias e jornais que falavam a seu respeito.

Atribuímos aquele gesto ao fato de Tiguá já estar acostumada com pesquisadores e jornalistas que a procuram. Com certeza, não causamos à Tiguá a mesma emoção que o encontro com ela havia nos proporcionado. Tivemos vontade de passar um bom tempo com ela, mas infelizmente só dispúnhamos de uma tarde.

Apesar de todo o sofrimento que aquela pequena grande mulher havia passado em toda a sua vida, aparentava ser uma figura calma e tinha voz meiga.

Já estava quase passando do horário do almoço, então convidamo-la para almoçar. Tiguá prontamente arrumou as crianças e saímos; deixamos a senhora Dercília em sua residência e fomos almoçar num pequeno restaurante no centro da cidade. Logo fizemos amizade com as crianças, que por sinal eram simpáticas e educadas.

Tiguá afirmou que estava espantada, uma vez que a criança mais nova, a Larissa, não ia no colo de ninguém, no entanto, já tínhamos feito amizade e ela estava almoçando tranqüilamente em nosso colo. Segundo Tiguá, as crianças têm a capacidade de percepção de quem é do bem e de quem é do mal. Nesse caso, um ponto positivo para nós, que recebemos uma boa receptividade por parte da criança. A foto que se segue mostra Tiguá e seus netos no pequeno restaurante em Xambrê.

Foto 21 – Tiguá e Netos

Fonte: HARACENKO, Adélia. 27-5-2006.

Durante o almoço Tiguá falou a respeito das dificuldades de sua vida e comentou sobre a morte de seu primo Tikuein, no final de 2005. Segundo Tiguá, para todos os sete remanescentes Xetá a morte de Tikuein é um mistério. De acordo com suas palavras, “Ele saiu bom para ir a Brasília resolver a questão das terras para os Xetá e conversar com um professor, e voltou morto. Ninguém sabe direito o que aconteceu” (TIGUÁ, 2006. Informação verbal). Ainda segundo ela, “a família dele não queria enterrar ele daquele jeito, porque ele estava sujo, a mulher dele resolveu dar um banho nele. O corpo dele estava cheio de manchas e parecia que estava desnucado”⁴² (TIGUÁ, 2006. Informação verbal).

Tiguá sofria ao falar desse assunto, e estava receosa, pois temia pela sua segurança: “Quando eu morava em Umuarama, o padre, que é meu amigo, sempre dizia: ‘Tiguá, procure sempre andar pelas calçadas, não ande nunca no meio da rua, pois alguém de má-fé pode querer atropelar você e afirmar que foi um acidente’” (TIGUÁ, 2006. Informação verbal).

Após aquele almoço eu pude conhecer um pouco mais da personalidade daquela mulher, que, mesmo, tendo contato conosco pela primeira vez, relatava-nos sobre sua vida.

⁴² Sobre este assunto preferimos não emitir opinião, uma vez que neste momento desconhecemos o assunto que envolve a morte de Tikuein, apenas reproduzimos o que foi dito por Tiguá. Contudo reportagem do jornal Umuarama Ilustrado datado de 19 de abril de 2006 afirma que Tikuen faleceu vítima de um aneurisma cerebral. Cabe, outrossim, destacar que o que neste momento sabemos a propósito da demarcação das terras indígenas no Noroeste do Paraná é baseado nas fontes jornalísticas.

Retornamos à casa de Tiguá. Não demorou muito e Indianara chegou. Era uma bela jovem, aparentando ter aproximadamente 24 anos de idade. Cumprimentamo-nos e Indianara nos pareceu uma jovem mulher batalhadora. Conversamos durante o horário que ela tinha para seu almoço. A foto subsequente identifica Tiguá, Indianara e seus filhos.

Foto 22 – Tiguá e Sua Família
Fonte: HARACENKO, Adélia. 27-5-2006.

Iniciamos então nossa entrevista: Tiguá, eu e por vezes Indianara, que opinava enquanto almoçava. Então, em depoimento, Tiguá relatou-nos:

Quando eu saí da aldeia, eu era muito pequena, né, minha madrinha (refere-se à Senhora Carolina de Freitas) disse que eu tinha uns 4, 5 anos, né, por aí. Eu não tinha pai nem mãe, daí me criei com tio, meu tio que cuidava de mim. O nome do meu tio é Diatucã. Então ele tava velho, muito doente já, daí minha madrinha viu que eu era muito pequenininha, os outros seguia pra frente, e eu ficava lá atrás, né; então ela ficou com dó, então ela pediu de aceno, pedindo pra mim ficá com ela, ele impurrou pra eu ficá, eu fiquei. Ela me criou desde pequena, aí ela foi me criando até eu ter a Indianara. Daí quando eu tive a Indianara, daí eu já cuidei minha vida por conta, né, mas tô sempre por perto dela, né, as veis ela pode me ajudá, ela me ajuda. Eu não alembro muita coisa de quando eu era pequena, mais eu alembro de quando a expedição vinha pra fazenda dela, que é a Fazenda Santa Rosa, né, daí meu padrinho

tava sempre por ali. A expedição vinha pra pegá os outros, iam na mata, trazia os outros, filmava, faziam o que queriam, depois eles voltava novamente pra mata, e daí eles foram ficando menos. Os outros foram ficando doente, morrendo, né? Meu tio morreu, ele é sepultado em Douradina, tem a sepultura dele lá em Douradina, ele faleceu e foi enterrado lá. Daí foi ficando menos, daí ficou o pai do Tikuein do São Jerônimo, e ele faleceu agora também no final do ano e daí já ficamos menos. Porque nós éramos em 8, né, daí agora ficamos em 7 só. Então, a gente tá sempre em contato, agora menos, menos gente, né, mais sempre tamos mais em contato. Quando eu não tenho notícia do pessoal lá de Curitiba eu ligo pra eles, né, ligo pra eles, pra mim sabê como é que eles tão. E o policial tá sempre por aqui me visitando, ele veio..., faz uns 15 dias que ele teve aqui em casa, o Tiquêin, e assim sempre a gente tá entrando em contato; porque tem o Tuca, mais o Tuca é muito doente, né, ele é funcionário da FUNAI. Esses tempo ele quase morreu também, mais ele tava muito doente, mais agora eu liguei pra filha dele, perguntei por ele, ela disse que ele tá bem, agora ficô tudo bem. Tem o Kuein, o Kuein é o mais velho, é o mais velho então ele, através do Kuein que eu vô me lembrando de quando eu era pequena, né, então ele conta muitas coisa que eu sabia, mais pra você parece um sonho, parece que você sonhou, né, com aquilo, cê não tem certeza se é aquilo. Daí nós encontramos em Curitiba; Curitiba não, em Guarapuava. Daí o meu primo que morava comigo, porque nós se criamos em dois, né, era o Geraldo, então o Geraldo contô pra mim uma história: disse que tinha um tikuenzinho que era muito esperto, ele era caçador, né, caçava, e à noite, os índios fazem muito fogo à noite, pra evitá de onça, né, e a onça tem medo de fogo. Então ele disse que um belo dia ele catô muita lenha, fez aquele monte de lenha pra queimá à noite, dexô tudo prontinho e saiu pra caçá; pegô a flechina dele e o arco e foi caçá. Depois dessa vês ele nunca mais voltô, daí os índio procuraro, os mais velho procuraro ele dois dia, não conseguio encontrá, achava que a onça tinha comido ele, né? Vai...vai...daí uns dois anos eles passaram pelo um local que eles eram costumado passá, então tava a ossada dele lá no pé da árvore, de uma árvore bem grande. Disse que tava a flechinha dele, o arco, tudo assim no pé da árvore e a ossada assim bem pertinho, como que bicho nenhum tivesse mexido, derreteu e ficô só a ossada. Então o Geraldo tinha me contado isso, mais eu não sabia, eu não tinha certeza se era um sonho que eu tive, ou se era o Geraldo que tinha contado, e daí eu comentei com o Tuca, né, daí o Tuca contô, confirmô, falo: não... é real, e eles acham que era o irmão do Kuein, o irmãozinho do Kuein que sumiu (TIGUÁ, 2006).

Perguntamos a Tiguá como ela estava vendo a possibilidade de reunir novamente todos os remanescente Xetá, no que foi no passado seu território. Tiguá, com pesar, responde:

Olha, eu penso assim prá mim, né, que se começá demorá muito, acho que vai perdê um pouco de Xetá também, os que chegá vê as terras acho que vai sê muito pouco, nós era em 8 agora somos em 7 só, porque o Tikuein faleceu no ano passado, finalzinho do ano passado, foi em dezembro, faltava 4 dia prô Natal né? Natal é dia 25, né? O motivo do falecimento dele eu não sei não viu, ele foi chamado pra Brasília pra resolvê o negócio da terra, e lá, disse que ele ficô doente, foi internado e veio a falecê (TIGUÁ, 2006).

Tiguá também fala a propósito do primeiro contato dos índios na propriedade do senhor Antônio Lustosa de Freitas:

Nessa história eu não tava, porque apareceu os seis homem só, só homem, então eles vieram procurar comida, porque naquela época 55, 56 por aí, deu uma geada muito grande né, matô tudo, então acabô as caças, fruta, então eles tavam com fome e vieram procurá comida pra família, pra eles e pra família; daí, como eles deram comida, então eles foram pra mata, ficaram mais 30 dias, daí veio com os outros. Minha madrinha conta que diz que eu vim junto, que daí eu tinha meu pai ainda, mais eu era muito pequenininha, daí voltamo pra mata novamente, daí quando voltô, daí meu pai tinha falecido (TIGUÁ, 2006).

Como estávamos em uma conversa informal, querendo saber sobre a esperança que a Tiguá tinha de receber parte do que foi um dia seu território, lancei a pergunta: hoje, Tiguá, como você vê o futuro do povo Xetá, você sendo uma?

Naquele instante, percebi a emoção em Tiguá. Houve um certo silêncio constrangedor. Olhei nos olhos de Tiguá e ela estava com os olhos cheios de lágrimas. Evidentemente tínhamos tocado numa ferida aberta. Então Tiguá chorou.

É claro que ela chorou porque sabe que o futuro dos seus é incerto, diante da impossibilidade de reconquistar o que era seu território, perante a morosidade com que o caso caminha nas instâncias judiciárias, haja vista que ela mesma salientou que serão poucos dos 7 que chegarão a ver essa terra, se chegarem, uma vez que estão todos envelhecendo e ficando doentes. Recompondo-se, Tiguá continuou e respondeu:

Ah! A gente se sente muito triste né, porque na época que era todos, meu padrinho disse que era calculado umas 60 família, então a gente se sentia mais apoiado né, agora cada vês ficando menos, que nem eu falei agora, se demorá muito tempo, daí é perigoso pegá as terras só nossos filhos, porque já tamo tudo velhos. Mas mesmo pegando nossos filhos tá bom demais (TIGUÁ, 2006).

Na foto subsequente Tiguá mostra onde era a fazenda Santa Rosa, local que foi num passado remoto, território dos seus ancestrais.

Foto 23 – Tiguá na Serra dos Dourados
Fonte: Acervo particular de Tiguá. 1-2001.

Perguntamos à Indianara, filha de Tiguá, se a terra indígena Xetá no Noroeste do Paraná se concretizasse num futuro próximo, ela, para lá se destinaria, ou seja, ela retornaria ao local de origem de sua mãe? Indianara argumentou:

Não sei, eu até iria, mas hoje as condições de vida minha, não tem como ir. Não tem como ir porque eu tenho meus filhos, um deles estuda, são todos pequenos, e até meu trabalho não me deixa morá assim né, e hoje em dia o que você precisa é trabalhá pra você vivê. Antigamente não, eles viviam, mais eles não precisava trabalhá, eles tinham muitos meio de vida que eles não precisavam trabalhá (TIGUÁ, 2006).

A foto seguinte mostra Indianara Tiguá no córrego 215, local de seus antepassados na Serra dos Dourados.

Foto 24 – Indianara Tiguá Próxima ao Córrego 215
Fonte: Acervo particular de Tiguá [2000?].

Nossa entrevista terminou e Indianara retornou ao seu trabalho. Tiguá tinha seus afazeres e nós retornamos a Maringá com a certeza de ter passado uma tarde de experiência única, inigualável. Prometemos a Tiguá que daquele momento em diante seríamos mais uma a contar a sua história, uma vez que ela própria era a história viva dos povos indígenas do Noroeste do Paraná.

O que aqui nos coube esclarecer, diante da análise histórica dessas pesquisas sobre a população autóctone, é que a Região Noroeste do Paraná, área de abrangência desta nossa pesquisa, foi, antes da colonização, um território ocupado por um povo cuja história não é lembrada na maior parte nos estudos acadêmicos. Neste sentido, o que se depreende de toda essa lógica é que “esconder a história da destruição das nações indígenas foi estratégia da

nossa sociedade para enaltecer o avanço e a conquista capitalista do território índio” (OLIVEIRA, 1990, p. 56).

Sento assim, antes de analisarmos a fase de colonização do Noroeste Paranaense pós 1950, cabe ressaltar que toda a Região Norte do Paraná foi habitada pelos índios muito antes do início do século XVI, tendo como marco a chegada dos portugueses ao Brasil, e antes do século XVII, tendo como marco as reduções jesuíticas; e sobre o papel da conquista dessa região Mota e Noelli (1999, p. 50) dizem:

Em todos os tempos a conquista cumpriu o objetivo de satisfazer a ambição dos conquistadores, fossem eles espanhóis, portugueses, paranaenses tradicionais ou os denominados os pioneiros modernos. Finalmente contrariando as infundadas idéias disseminadas pelas elites paranaenses, é importante repetir sempre que a história da região que envolve Maringá e das populações não-indígenas que aqui viveram e ainda vivem não se iniciou com a chegada dos pioneiros e das companhias colonizadoras, mas há 10.000, com a chegada das primeiras populações na região.

Uma retrospectiva da presença do índio no Norte Paranaense, especificamente na Região Noroeste, mesmo que sintética, tem sua importância, considerando-se que foi o indígena o primeiro habitante desse espaço geográfico. Foi a partir do extermínio dessa primeira forma de ocupação do território original que iriam surgir os projetos de colonização, estes redirecionando a concepção de paisagem do que foi território indígena.

CAPITULO III

A GEOGRAFIA ATRAVÉS DA MEMÓRIA: A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ ATRAVÉS DAS FONTES ORAIS

Foto 25 – Casal Entrevistado Residente no Município de Querência do Norte
Fonte: HARACENKO, Adélia. 19-4-2001.

Os homens vieram.

Arrancaram as matas, plantaram cafezais, fizeram cidades.

O solo arenoso, sem as matas, foi sendo carregado pelas águas das chuvas.

Erosão, terra enfraquecendo.

Os cafezais foram sendo erradicados.

As pastagens foram surgindo.

O boi foi entrando, o homem saindo.

Uma história rápida, curta, triste.

(Autor desconhecido)

3 A GEOGRAFIA ATRAVÉS DA MEMÓRIA: A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ ATRAVÉS DAS FONTES ORAIS

O Universo não é uma idéia minha.
A minha idéia de universo é que é uma idéia minha.
A noite não anoitece pelos meus olhos.
A minha idéia de noite que anoitece por meus olhos.
Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos.
A noite anoitece concretamente.
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.

Fernando Pessoa

3.1 COLONIZAÇÃO: REFLEXÃO CONCEITUAL

Nosso objetivo neste capítulo é tratar da colonização do Noroeste do Paraná. De forma particular, trataremos do processo de colonização iniciado a partir da década de 1950.

Feito este recorte temporal, julgamos pertinente destacar que há várias formas de análise para a compreensão do desenvolvimento de um processo de colonização, por exemplo, análise da estrutura fundiária, da dimensão econômica, política, ideológica, etc. Dito de outra forma, podemos utilizar várias lentes, nos seus mais variados graus, para enxergar como este processo foi ocorrendo no Noroeste. Não obstante, ao lançarmos nosso olhar para essa região, salientamos que nossa exposição analítica sobre a colonização na área de estudo tem sua peculiaridade, uma vez que demonstraremos o processo de colonização através de um conjunto de dimensões, cujo valor explicativo encontramos na fala dos próprios sujeitos sociais responsáveis por tal processo: camponeses que para ali migraram, vindos de outros estados do território nacional. Todavia, como afirma Santos (1991, p. 59) “Por isso há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas”.

Assim sendo, tomamos o cuidado de precisar a forma como analisamos a colonização, salientando que nosso pressuposto é o depoimento dos atores sociais. Trabalhamos com a história de vida dos camponeses, sendo assim, ela será a peça-chave no moldar da construção desse território no período em que foi colonizado, dando, desta maneira, oportunidade para que a história regional, entre algumas de suas muitas especificidades, fosse contada por aqueles que a vivenciaram, pois somente dessa forma compreenderemos como os camponeses expõem, do seu ponto de vista, o processo do qual foram integrantes.

O Noroeste do Paraná é uma região rica em informações históricas referentes ao período da colonização; entretanto, com a realização de nosso trabalho de campo, percorrendo os 29 municípios que compõem a microrregião geográfica de Paranavaí, constatamos que são extremamente poucos os registros concernentes à história da sua colonização. Desses 29 municípios, a maior parte possui em suas prefeituras, guardadas em uma pasta no computador, poucas laudas, no máximo quatro, destacando o nome da colonizadora, os nomes dos antigos prefeitos e vereadores e algumas poucas linhas ressaltando a história regional associada ao desenvolvimento da cafeicultura no Norte do Paraná.

Entre os municípios que consideramos exceções, evidentemente, estão os maiores. Estes possuem um tipo de documento em forma de apostilamento, ou de revista, desenvolvido pelas respectivas prefeituras, contendo todo o quadro político do município e um pequeno resumo da história regional. Esse tipo de documento, quando o município o possui, fica disponível na prefeitura, e às vezes também na biblioteca municipal, quando não, na pequena biblioteca do colégio público.

Paranavaí, por exemplo, concentra um grande acervo da história regional, contendo documentos e livros que tratam de sua colonização; outrossim, foram realizadas várias pesquisas em nível de mestrado e doutorado, envolvendo esse município.

Não obstante, se não podemos negar que existem trabalhos minuciosos desenvolvidos no Noroeste do Paraná em determinados aspectos, principalmente no que se refere à parte física, a parte histórica, especificamente quanto à colonização dos 28 municípios, a qual foi responsável pela organização territorial, posterior à ocupação indígena, resvala até hoje em falhas, com exceção do município de Paranavaí, que é o centro polarizador regional.

Desse modo, na maior parte dos municípios a história não está registrada em documentos. Felizmente, porém ela está lá, com toda a sua riqueza de detalhes, contida na memória das pessoas que ali chegaram nos primeiros anos da década de 1950. Destarte, a história da colonização do Noroeste fica dependendo dos relatos de quem a viveu, ou seja, dos moradores da região.

Sendo assim, é particularmente atraente ao geógrafo observar a espiral da organização desse território, cujos segredos históricos não se acham mergulhados nos livros, artigos e teses, como é de praxe encontrarmos sobre a região circundante do “Norte Novo” de Maringá e Londrina, e sim, encontram-se registrados diretamente na memória da população. Por isso, ao percorrer o Noroeste e ouvir as histórias de vida dos camponeses, a riqueza das informações detalhadas pelos narradores, as quais não estão presentes em nenhum documento

nos seus municípios, moveu nos a analisá-las para entender a organização territorial que ali se configurou a partir da ótica dos camponeses migrantes.

Considerando que, embora o fascínio dos detalhes da narração dos nossos interlocutores, para nós, tenha preenchido a lacuna deixada pela falta de documentos históricos oficiais, torna-se preponderante considerar que os depoimentos dos colonos são recheados de subjetividade, pois ao ser entrevistado, o camponês faz em sua memória uma seleção dos fatos que ele próprio julga importante serem destacados.

Muitos colonos falaram abertamente sobre fatos ocorridos no passado, tanto da sua vida particular quanto dos problemas envolvendo questões fundiárias e políticas pelas quais passaram os municípios. Não obstante, esses colonos não se auto-impunham nenhum tipo de restrição em seu depoimento. Percebemos que isso acontecia nas entrevistas que realizamos com aqueles colonos mais desprovidos de posses.

Nessa perspectiva, nas entrevistas com os colonos mais abastados, ao contrário, notamos que estes selecionavam com cuidado, em sua memória, os assuntos que falariam em suas narrativas. Depreendemos que este colono, com tal atitude, na sua fala buscava passar a nós, enquanto ouvinte de sua história, uma auto-imagem construída, tendo sempre a preocupação de enfatizar que sempre procurou ser correto e honesto ao longo do processo histórico no qual ele estava inserido. Compreendemos com isto que “Assim, nesta construção apresenta-se uma imagem carregada de subjetividade, onde aparecem os traços que definem como o entrevistado quer ser recebido pelos outros” (MACCARI, 1990, p. 40).

Identificadas essas duas formas díspares de percepção da história narrada, compreendemos que o ato da recordação é um mecanismo utilizado pelo entrevistado no qual ele tem a oportunidade não só de reviver suas experiências através do relato, mas também de refletir, ao olhar para o passado, a respeito da sua trajetória de vida.

Por fim há que se destacar que é sob o olhar dos migrantes camponeses embasados na sua trajetória de vida que analisaremos o desenvolvimento da colonização na área de estudo. Destarte procuramos, mediante as entrevistas realizadas com moradores dos 29 municípios, na sua maioria colonos camponeses, dar voz e vez aos que cooperaram para a organização desse território, contribuindo assim para que, através das narrativas de um passado não muito distante, contemporaneamente seja revelado, através da fala dos próprios sujeitos sociais responsáveis pelos acontecimentos históricos, como se deu a colonização do Noroeste do Paraná.

Exposta a peculiaridade com a qual trataremos o processo de colonização ocorrido no Noroeste do Paraná, faz-se necessário uma reflexão a respeito do conceito que envolve o fato

analisado. Diante do que evidenciaremos, a colonização foi um processo de ocupação de uma fração do território do Estado do Paraná; e para Laranjeira (1983, p. 3), “a colonização é um processo de ocupação de território”. O termo colonizar traz no seu bojo o sentido de ocupar um determinado local; entretanto, esse sentido de ocupação territorial salientado por Laranjeira (1983) está diretamente vinculado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade econômica; “Por isso, há que pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas certos grupos de pessoas, quando, então, duas espécies de contingentes distinguem dois tipos de ocupação: 1) ocupação do território por imigrantes, (...) 2) ocupação do território por nacionais” (LARANJEIRA, 1983, p. 3). Segundo esse autor, esta expressão pode tomar várias outras conotações, indo desde o campo penal até o lazer. Não obstante, é do ponto de vista agrário que aqui o conceito se sustenta, tendo como pano de fundo o campo agrícola.

Desse ponto de vista, tendo o agrário como foco, cumpre salientar que “as palavras colonizar, colonização e colônia, sofrem também uma redução do significado; isto é, estreitam-se nos limites de sua ordem técnica ao enfocar um fator específico: o campo” (LARANJEIRA, 1983, p. 4). Para o autor, o sentido que permeia cada uma das três expressões é definido desta forma: “Assim, colonizar é o ato de ocupar o território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo. Colônia é o resultado desse procedimento, como um conjunto de glebas, onde as pessoas possam desenvolver suas atividades” (LARANJEIRA, 1983, p. 4). Depreendemos, num primeiro instante, que as três expressões estão desvinculadas; se analisadas separadamente, cada uma possui a sua conotação específica, própria, no sentido de ser. No entanto, estão ao mesmo tempo interligadas, haja vista que no ato de colonizar estão imbricadas a colonização e a colônia, pois estas podem ser consideradas como o resultado da aplicação desta ação.

A respeito do conteúdo significativo da expressão colônia colocado por Laranjeira (1983), cumpre destacar que, ao iniciar nossas investigações na área de estudo, identificamos o termo sob diferentes pontos de vista, atribuindo-lhe, os sujeitos sociais da colonização, significados os mais variados: Primeiramente observamos o termo colônia vinculado a um contexto maior, ou seja, ao conjunto das glebas da Colônia Paranavaí que foram adquiridas pelas empresas colonizadoras, loteadas e vendidas aos colonos. Neste sentido o termo está de acordo com Laranjeira (1983).

Não obstante, no início da colonização, quando estava acontecendo o processo migratório para o Noroeste, para muitos colonos, principalmente para aqueles que vieram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o termo colônia tinha outro significado que

não este de conjunto de glebas a serem loteadas. Para eles a colônia era o lote já adquirido da empresa colonizadora. A esse respeito comenta um dos sócios-proprietários da Companhia Colonizadora Brasil Paraná – BRAPA, responsável pelos loteamentos do município de Querência do Norte, Sr. Carlos Antônio Franchello⁴³: “O gaúcho, o catarinense, eles não chamam uma área de 10 alqueires, 10 alqueires paulista, eles chamam uma colônia, e a colônia era de 10 alqueires paulista, então nós vendíamos a colônia” (FRANCHELLO, 2001).

Neste sentido, o termo colônia era a dimensão de um único lote. Colônia, para o colono gaúcho e catarinense, era a sua propriedade, o local que havia adquirido para começar seu empreendimento, a cultura do café. Contudo, podemos acrescentar a isso o aspecto da proximidade de vários lotes, e esse conjunto, pela vizinhança, igualmente pode ser considerado uma colônia. Nessa perspectiva, comentando o termo, Stedile; Fernandes (1999) evidenciam que colono é uma palavra muito utilizada no Sul do país como sinônimo de pequeno agricultor: “A origem vem dos primeiros camponeses que chegaram como imigrantes da Europa, no final do século XIX e início do século XX. Cada camponês imigrante recebeu do governo uma área de terra correspondente a 25 hectares, que foi denominada de ‘colônia’. Por isso seu ocupante passou a ser chamado de colono” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 48).

Não obstante, é perceptível outro significado para o termo nesta narrativa: “Quando nós veio de lá de Santo Inácio, Aí nós passemos lá na Serra do Diabo, né, e na colonha dos ingréis, e viemos cortando de lá pra cá ” (SILVA, 2005). Quando nossa depoente refere, no seu processo de migração rumo ao Noroeste, ter passado na *colônia dos ingleses*, está referindo ter passado num conjunto de casas de colonos estrangeiros⁴⁴ que encontrou pelo caminho.

⁴³ O proprietário da empresa que colonizou o município de Querência do Norte nos recebeu em seu escritório imobiliário, na cidade de Londrina, no dia 17-7-2001, onde nos concedeu uma entrevista, relatando sobre sua vida pessoal e empresarial no ramo de loteamentos. Deu ênfase à sua chegada ao Norte do Paraná e à colonização de Querência do Norte. Sua narrativa abrange um nível regional, caracterizando não só o município, mas como era a região Noroeste do Paraná após 1950, e como ocorreu a colonização dessa região.

⁴⁴ Colônia de estrangeiros segundo d’Assumpção (1996, p.51), era um sistema de ocupação do interior brasileiro desenvolvido na época colonial e nos primórdios do regime republicano. Constituiu-se na ocupação de áreas de terras situadas em região de além-fronteira agrícola, destinadas a abrigar famílias de imigrantes para o desenvolvimento de atividades de agricultura. Normalmente as colônias agrícolas de estrangeiros situavam-se em regiões do interior ainda não povoadas.

Sendo assim, é perceptível no Noroeste a utilização do termo colônia como: conjunto de glebas; lote único de um colono; da mesma forma, conjunto de casas intercaladas pela relação social de vizinhança por parte dos colonos.

Igualmente, Schollosser (2005), em seu trabalho de análise das construções discursivas, no Extremo-Oeste do Paraná encontrou várias definições para a expressão colônia permeando o nível das relações sociais entre os camponeses, o termo compreende desde uma cerveja denominada Colônia até o sentido a ele atribuído no discurso das personalidades entrevistadas pelo jornalista da rádio local, as quais foram fontes da autora. Todavia, a análise do referido termo teve como objetivo desmontar o discurso ideológico e caracterizar como a personalidade entrevistada definia a expressão colônia. Desta forma, no cotidiano dos camponeses, segundo Schollosser (2005, p. 79) “o termo colônia mantém vivas as relações sociais dos sujeitos que cercam os desdobramentos econômicos, sociais, políticos e culturais. A palavra colônia agrega concepções vivenciadas no cotidiano e no imaginário local”.

Na análise da amostragem da construção discursiva, salienta a autora que os emissores produzem falas que vão ao encontro dos receptores, portanto: “Estes somam um conjunto de ouvintes dispersos geograficamente. Com esta característica do público ouvinte, o emissor (jornalista) busca, em sua fala, motivar a sensibilidade, pela via da expressão. Os significados destinados ao termo colônia interagem com aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais” (SCHLOSSER, 2005, p. 80).

Sendo assim, a autora conclui que o termo colônia, no Extremo-Oeste do Paraná, circula no mundo do universo discursivo de uma forma que manifesta “o imaginário local, vinculado ao simbólico” (SCHLOSSER, 2005, p. 81), e nos discursos jornalísticos, “colônia assumiu conotações diferentes dentro das unidades de conservação das palavras” (SCHLOSSER, 2005, p. 82). Dessa maneira, o que se conclui para as diversas conotações em que o termo é empregado, outrossim está embutido nas palavras da autora, que diz: “as temáticas postas, estabelecido pelo termo colônia, permite invocar o poder de alcance do mesmo, armazém da memória local. No entanto, com a abertura dos compartimentos da memória discursiva, é possível, através de uma palavra, estabelecer contatos com a identidade local expressa nos significados até então ocultos” (SCHLOSSER, 2005, p. 82).

Cumprindo ainda notar que, se tomarmos o conceito de colonização num sentido mais amplo, como salientam Tavares; Considera e Silva (1972), este pode ser confundido com o de povoamento, ou seja, seria a ocupação e conseqüente valorização de determinada área, sendo este processo realizado por indivíduos procedentes de uma outra área. No entanto, se observarmos o desenvolvimento de um processo de colonização, analisando especificamente

frações territoriais, como é o caso realizado na área em estudo, evidentemente não deixando de vinculá-las a um contexto maior do processo em si, perceberemos, de acordo com Tavares; Considera e Silva (1972), que a colonização, num sentido mais restrito, é um povoamento que ocorre precedido de um planejamento governamental ou privado.

Se considerarmos a palavra colonização no sentido léxico, Gregory (2005), para explicá-la, salienta que colonização tem um sentido amplo, e não muito preciso. O autor faz um resgate histórico envolvendo a temática, bem como uma análise de vários autores que se remetem ao conceito, passando por aqueles que definem a colonização como um processo que ocorre através da iniciativa oficial ou privada até chegar em Laranjeira (1983), o qual reduz colonização às ações do poder público. Exemplificando o que diz Laranjeira (1983), Gregory (2005, p. 101) cita-o, salientando que: “Divergindo, em parte de outros autores mencionados, ele restringe a colonização como afeta às ações do poder público: ‘a colonização há de se efetivar, basicamente, em terrenos públicos, visando ao povoamento e à ativação produtivista. Assim, resulta evidente que a colonização é o processo de assentamento da terra que está sob pertença do poder público’ ”.

Entretanto, para Gregory (2005), podemos nos referir à colonização vinculada ao conceito de migração e estabelecimento de trabalhadores, à entrada e instalação desses trabalhadores numa determinada região, estando normalmente acompanhados de suas famílias. Evidentemente, esses trabalhadores dedicar-se-ão às atividades agrícolas. Esse processo pode ocorrer dentro da extensão territorial de um país ou de um país para outro; por isso se fazem necessárias as mediações oficiais, com a aplicação da legislação cabível, para a implementação dos planos de ocupação do território através da distribuição e apropriação da terra.

A respeito da amplitude do conceito de colonização salientada por Gregory (2005), Pasquale Petrone (1973), em artigo resultante do simpósio “Perspectivas da Colonização No Brasil”, ocorrido em Presidente Prudente, já chamava a atenção para a importância do problema conceitual que o tema abrange. Nos debates ocorridos no simpósio, salienta o autor: “ Os debates deixaram claro que a primeira dificuldade para a compreensão dos fenômenos interessando colonização está nos conceitos e na terminologia, dado que não há, necessariamente, acordo num e noutro caso” (PETRONE, 1973, p. 50). Todavia, segundo o autor, no evento, “tornou-se pacífico ser praticamente impossível dissociar a noção de colonização da noção de povoamento” (PETRONE, 1973, p. 51).

Para o autor supracitado, a idéia de colonização implica, necessariamente, em expansão, entendida esta última no seu sentido mais amplo. Sendo assim, se partimos da associação do

conceito de colonização e expansão, podemos considerar qualquer processo de colonização como decorrente de estímulos externos, haja vista que esses estímulos partem de iniciativas surgidas fora da área que irá sofrer o processo de colonização. Dessa forma, “Em qualquer caso, todas as decisões partem de fora: os contingentes demográficos, os capitais, os recursos técnicos envolvidos no processo de colonização, todos os meios empregados, ou quase todos, partem de fora” (PETRONE, 1973, p. 51). Cumpre evidenciar que, para esse autor, se partirmos do pressuposto e considerarmos a associação entre colonização e expansão, a primeira pode enredar processo expansivo tanto em áreas novas - ou seja, despovoadas - quanto em territórios de ocupação antiga. O autor explica a diferença entre essas duas possibilidades. Para o primeiro caso, o das áreas novas, “o processo de colonização implicaria na apropriação de quadros naturais por intermédio de uma determinada soma de recursos técnicos e financeiros, resultando na definição de paisagens culturais frutos da humanização mais ou menos acentuada. Na prática, tratar-se-ia de ocupar, organizar e valorizar as novas áreas incorporadas” (PETRONE, 1973, p. 51). Para o segundo caso, o das áreas já povoadas, “a colonização implicaria em processos sistemáticos de mudanças, não necessariamente orientados, levando a um rearranjo dos fatos de organização do espaço” (PETRONE, 1973, p. 73)

Nessa perspectiva de definição conceitual, d’Assumpção (1996), em sua definição do termo no Vocabulário Agrário, salienta que colonização “É toda atividade oficial ou particular, destinada a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em lotes ou parcelas de tamanho equivalente no mínimo, ao de uma propriedade familiar, para serem explorados por unidades familiares (d’ASSUMPÇÃO, 1996, p.51).

A colonização sempre foi um ato da vontade do poder estatal, e sempre acompanhou uma estratégia de expansão do capital por sobre os novos territórios, como afirma Santos (1989) em seu estudo sobre alguns casos de programas de colonização implantados em Mato Grosso e na Amazônia Legal; todavia, “entendemos que a colonização constitui uma forma de produção do social sobre um determinado meio natural” (SANTOS, 1989, p. 104). Nesse estudo o autor evidenciou que as agências de colonização implementaram seus programas, porém, “para efetivar este ‘controle do espaço’ foi necessário implementar ainda ‘o controle dos homens’, pois a colonização, seja de responsabilidade oficial, seja de responsabilidade privada, implicou sempre um deslocamento das populações rurais, freqüentemente para regiões diversas das que regularmente habitavam” (SANTOS, 1989, p. 108).

Neste sentido, igualmente no Noroeste do Paraná, tanto a colonização oficial quanto as empresas de colonização, para implementarem seus programas, buscaram colonos em outras

regiões, lotearam as glebas, traçaram a configuração das cidades, e nesse conjunto de ações redefiniram o território, efetivando o que Santos (1989) chamou de “controle do espaço” e, no seu no encaço, o “controle dos homens”, haja vista que o povoamento desta fração territorial se deu com migrantes de diversos estados do território nacional que para ali se destinaram tendo na sua trajetória de vida vários motivos que os levaram à migração.

Dessa contextualização do processo de colonização, inferimos que o conceito de colonização constitui-se num processo social complexo, no qual interatuam forças sociais que estão constantemente em conflito, produzindo assim as relações sociais que doravante serão analisadas.

3.2 NOROESTE DO PARANÁ: MICRORREGIÃO DE PARANAVAÍ ANTES DE 1950

Começamos por explicar que no processo histórico de transformação do território que compreende a Região Noroeste do Paraná, cujo resultado foi sua ocupação pela população não-indígena e a conseqüente colonização, podemos identificar duas fases no que concerne à titulação das terras dessa região.

A primeira fase de titulação de suas terras, antes de se chegar à denominada Colônia Paranavaí, envolve a concessão de terras ao engenheiro João Teixeira Soares desde 1889 até chegar à demarcação da Gleba Pirapó, em 1925. Alcântara (1987), neste item do trabalho, explica parte do inextricável processo de transferência de concessões desta área, do período de 1889 até os primórdios da década de 1920, quando entra em cena a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, Braviaco. Alcântara (1987) evidencia que esse processo histórico tem início

com o decreto nº. 10.432, de 09 de novembro de 1889, do governo Imperial (com base no Decreto nº 816 de 10 de julho de 1885) que: concedia ao engenheiro João Teixeira Soares, e à companhia que ele iria organizar, a construção de estradas de ferro...partindo de Itararé na Província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Boca do Monte, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em entroncamento com a linha de Porto Alegre a Uruguaiana, com dois ramais: o primeiro separando-se da linha provincial em Imbituva e passando por Guarapuava, descera o Piquiri até a sua confluência no rio Paraná, fornecendo dois sub-ramais, um destinado às seções navegáveis deste último rio, outro destacando-se em Guarapuava e seguindo o Iguaçu até sua foz: o segundo ramal divergindo-se da primeira linha principal nas imediações da cidade de Cruz Alta, acompanhará o Ijuí e irá terminar nas margens do Uruguai (ALCÂNTARA, 1987, p. 31).

Todavia, conforme Alcântara (1987), neste decreto estava subentendido que o senhor nele citado, o engenheiro João Teixeira Soares, poderia usufruir as estradas de ferro por 90 anos, e como forma de pagamento por sua construção receberia gratuitamente terras devolutas nacionais, e mais uma faixa de terra ao lado da linha férrea. Entretanto, as terras devolutas deveriam ser colonizadas dentro de 50 anos, caso contrário, perderia a concessão. O referido engenheiro, que por direito era detentor da concessão, transfere-a para a companhia Chemins de Fer Sud Oest Brésiliens, que “por sua vez em 20 de junho de 1891 transfere à Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil, e, finalmente, com o assentimento do Governo Brasileiro em 06 de maio de 1893, dá-se nova transferência desta vez para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG), subsidiária da Brazil Railway Company (ALCÂNTARA, 1987, p. 31)

Não obstante, segundo o autor supracitado, com a promulgação da constituição do ano de 1891, as minas e terras devolutas passaram a pertencer aos Estados, embora os direitos que haviam sido adquiridos pelo Decreto n.º 10.432 não tivessem sido afetados. Sendo assim, o Governo do Estado do Paraná passou a fazer as leis sobre a concessão para a construção de estradas de ferro. No entanto, “O Governo do Paraná visando a acelerar a construção de estradas de ferro em seu território, promulga e sanciona a lei n.º 1457, de 06 de maio de 1914, que em seu artigo 3º item 19, procura harmonizar os interesses do Estado com os interesses da CEFSPRG” (ALCÂNTARA, 1987, p.32).

A partir dessa data, inúmeros contatos foram estabelecidos entre o Estado do Paraná e a CEFSPRG, através de diversos decretos e várias leis, tendo como finalidade o interesse de ambos na construção das estradas de ferro, as quais estavam estabelecidas nos devidos contratos. Então:

Em 23 de agosto de 1920, é firmado um novo contrato com novas cláusulas, entre o governo do Estado do Paraná e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em que o governo do Paraná concede à companhia ou empresa que de acordo com ela fosse organizada o privilégio, uso e gozo, para construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto conveniente, situado entre as estações de Porto Amazonas e Lago, da linha férrea de Curitiba a Ponta Grossa, se dirija a cidade de Guarapuava e prolongando-se pelo vale do rio Jordão, vá até sua foz no rio "Iguassú", podendo substituir-se esse prolongamento por outro que se dirija pelo divisor de águas dos rios “Iguassú” e Piquiri até o rio Paraná. (...) Deste momento em diante surge a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO) como sucessora da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (ALCÂNTARA, 1987, p. 34-35)

Ainda segundo Alcântara, por escritura pública lavrada em um cartório no Rio de Janeiro na data de 05 de outubro de 1920, a CEFSPRG outorgou à Braviaco a concessão prevista no contrato entre a outorgante e o Governo do Estado Paraná no mês de agosto do mesmo ano. Então a Braviaco assumia os direitos à cessão de terras a que a CEFSPRRG tinha direito, ficando excluídas as terras que já estavam tituladas a esta última companhia. Em 22 de novembro de 1920, na Procuradoria da Fazenda do Estado do Paraná, os procuradores de ambas as companhias assinaram o termo de transferência da concessão da construção do ramal de Guarapuava com seus prolongamentos. Em virtude deste termo, ficaram transferidos à Braviaco todos os direitos e obrigações que haviam sido estabelecidos no contrato de 23 de agosto de 1920, entre o Governo do Estado e a CEFSPRG.

Com a sucessão legalizada, coube à Braviaco demarcar as terras a que tinha direito e promover sua povoação e colonização, por sua conta, caso contrário, perderia o direito.

A área foi então demarcada e titulada à Braviaco. Esta área passou a ser denominada “Gleba Pirapó”. Também foi reservada a essa companhia a área de terras que estava a oeste dessa gleba, entre os rios Paranapanema, Paraná e Ivaí, sendo que posteriormente passou a ser a “Colônia de Paranavaí”, área que atualmente corresponde à nossa região de estudo. Quando da abertura para a povoação da Gleba Pirapó, o local passou a ser denominado de Fazenda Brasileira, cujo núcleo central, segundo Alcântara (1987), corresponde atualmente ao perímetro urbano da cidade de Paranavaí. A figura que se segue mostra a demarcação da área da Gleba Pirapó.

Figura 14 – Noroeste do Estado do Paraná – Gleba Pirapó 1925
 Fonte: Alcântara (1987, p. 36).

Neste período da história do Noroeste, do começo até meados da década de 1920, em que esta área era conhecida por “a Brasileira”, estas terras pertenciam ao município de Tibagi, e junto à sede dessa fazenda foi criado, pelos diretores da Braviaco Geraldo Rocha, Landulfo Alves de Almeida e Humberto Alves de Almeida, o distrito de Montóia, pertencente à comarca desse mesmo município.

Quanto ao acesso ao local, como destaca Alcântara (1987), não havia qualquer ligação por estradas com o restante do território paranaense, O único meio de se ter acesso à Fazenda Brasileira era um picadão que partia do Porto São José, no rio Paraná, e outro que ligava a fazenda ao Porto Ceará, no rio Paranapanema, e dali à cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo. A comunicação com a cidade de Tibagi, sede da comarca, e outras cidades do Paraná, só podia ser estabelecida através de Presidente Prudente, onde os viajantes pegavam o trem até a cidade de Ourinhos, para depois adentrarem no Paraná, e então seguiam a cavalo até Tibagi.

Cumpre evidenciar que alguns autores que escreveram sobre essa fase da história do Noroeste trabalharam com narrativas de histórias de vida que conseguiram coletar de pessoas que chegaram a habitar a Fazenda Brasileira. Em seus escritos evidenciam que nessa fazenda chegaram a habitar 1.400 famílias, aproximadamente 6.000 habitantes, e há toda uma saga dos habitantes dessa fazenda, na sua maioria nordestinos, envolvendo explorações, crimes e violências contra as pessoas que ali residiam. Essas pessoas tomavam conta de 1000 alqueires de café e 300 alqueires de pastagens. Há uma epígrafe em um livro que diz: “Antes de os ingleses iniciarem a colonização de Londrina 1.200 famílias, a maioria nordestinos, cuidavam de lavouras de café na Fazenda Brasileira, de onde os jagunços não deixavam ninguém sair” (SCHWARTZ, 1988, p. 52).

Como acreditamos ser a história de vida uma maneira de deixar claras as evidências do passado e fazer com que através dela tenhamos um conhecimento profundo dos fatos ocorridos à época em que a fonte relata, segundo depoimento fornecido à prefeitura de Paranavaí em 1975 e citado por Silva (1988), um dos primeiros moradores da Gleba Pirapó, o engenheiro agrônomo Joaquim da Rocha Medeiros, esteve no local por volta de 1924. Por nossa vez, entendemos que essa narrativa tem um grande peso histórico, haja vista que nos transporta à época e nos faz conhecer como chegaram à Fazenda Brasileira os nordestinos, e igualmente evidencia como estes eram tratados; enfim mostra-nos o cotidiano aliado às suas dificuldades, da população que ali habitava no começo da década de 1920. Por ser este um depoimento raro, e de forma tão clara fazer um resumo da história da Fazenda Brasileira, pesados esses motivos especiais, optamos por não suprimir nenhuma parte e deixá-lo na íntegra. A narrativa diz:

Em 1923, há mais de meio século, portanto, iniciei, a abertura de um picadão, com dez metros de largura por sessenta quilômetros de extensão, a partir da divisa da Fazenda Laranjeira, em rumo 10 ° S.O. até o rio Paranapanema. Referido picadão passava distante da sede das terras que eram do chamado Adão Medeiros, cerca de duzentos metros à esquerda, dado que de onde eu estava ouvia o barulho da lida no terreno. Chegando ao rio Paranapanema, fez-se uma canoa para sua travessia para o Estado do Paraná, onde, em derrubada de um alqueire, construiu-se uma morada rancho, dando-se ao local o nome de Porto Itaparica, em terras devolutas do Estado do Paraná. Naquele tempo era governador o eminente Dr. Afonso Camargo, de tradicional família paranaense. O Porto Itaparica se situava em uma gleba de terras de 20.000 alqueires dada em concessão à firma Alves de Almeida & Companhia, para colonização. Em junho de 1924 deixei os serviços dessa Companhia, passando a trabalhar para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, empresa pertencente à

Brasil Railway, que possuía na região uma área de terras de 100.000 alqueires denominada Gleba Pirapó, área essa que ia do Rio Paranapanema rumo Sul até a margem direita do Rio Ivaí, numa extensão, se não me engano, de 108 quilômetros, dividindo a Leste com terra dos ingleses (Lord Lovat & Company), e a Oeste com terras devolutas reservadas à Brasil Railway, com área superior a 100.000 alqueires. Superintendia os negócios da Brasil Railway naquele tempo, o eminente Dr. Geraldo Rocha, que era Diretor de “A NOITE”, no rio de janeiro e, também, o seu Redator Chefe. Tendo ele resolvido estabelecer na área de Pirapó uma propriedade cafeeira, entregou ao ilustre Engenheiro Agrônomo Landulpho alves a direção geral dos trabalhos, a mim cabendo, por este convidado, a supervisão dos serviços de campo: Derrubada, plantio, formação do cafezal e demais serviços afetos à organização de uma propriedade rural. A esses serviços o Diretor Geral prestava assistência, em trabalho de revesamento que comigo fazia, nas idas e vindas a São Paulo e que éramos forçados.

Inicialmente, houve uma séria luta contra os grileiros, que tentavam, em grupo armado, tomar posse em diversos pontos da margem do Rio Paranapanema. A mim coube, por mais de uma vez, ir até Curitiba e, como sub-delegado que era do recém criado do distrito de Montoya, requisitar força para desalojar os grileiros invasores. Vencida a etapa da invasão, deu-se o início da construção de 110 quilômetros de estrada de rodagem, todos eles em plena mata, a partir da barra do Rio Pirapó, até o ponto que seria a sede da Fazenda Ivaí, nas vertentes desse rio. Seguiu-se então o transporte de uma serraria com todos os seus implementos, inclusive motor a vapor de 50 HP e respectiva caldeira. Uma frota de 20 siforos e ajudantes, alimentava os serviços da derrubada da área para o plantio de 1.200.000 cafeeiros, colônias, sede e ainda cerca de cem alqueires de pastagens de colônia para a manutenção das boiadas que seriam trazidas de Mato Grosso para o devido fornecimento de carne à população da fazenda. Foi também construída a estrada de rodagem ligando a Fazenda ao porto São José, com 100 quilômetros de extensão, dando por essa forma, acesso a Guaira, Porto Mendes e Argentina, para onde pretendia a Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio) transportar o seu café, com o Mato Grosso na margem direita do Rio Paranapanema e com o Porto Eptácio no Estado de São Paulo.

Alinhado e plantado o café, era chegado o tempo do transporte das nossas famílias dos Nordestinos para a sua formação. Fui até Pirapora, à margem do Rio São Francisco, para trazer, em trem especial até Presidente Prudente, as famílias selecionadas. Ocorreu que ao chegarem a Presidente Prudente estava chovendo torrencialmente, chuva essa que durou quarenta dias e quarenta noites, verdadeiro dilúvio. Por sorte, havia a 9 quilômetros da cidade, dois grandes galpões para a criação de bicho da seda abandonados e mais outras coberturas desocupadas, onde nos foi possível acomodar todo o pessoal. A estrada era de terra e atravessava o rio

Santo Anastácio, cuja ponte de madeira foi por água a baixo. As terras à sua esquerda era uma massapé preto, em densa mata. Cessadas as chuvas tivemos de reconstruir a ponte e de fazer cerca de 9 quilômetros de estiva para podermos transpô-la até a área do cerrado. Para se alcançar a Fazenda, atolando e desatolando carro, levou-se quase uma semana. Só mesmo o Nordeste poderia suportar tão grande desconforto. Acresce notar que, embora já funcionando a serraria, 300 casas e demais benfeitorias não podiam ser feitas em poucos meses e sim em um ou dois anos. Por isso, ao chegar, cada família tratou de fazer seu próprio rancho, onde, por muito tempo habitaram. À medida que se terminava a construção de uma casa era feito sorteio para ver a quem cabia, evitando-se, dessa forma, o sentimento de preferências. Essa espécie rústica de diplomacia rural se constituía em pedra de toque da administração, para manter o bem estar geral dos seis a sete mil administrados. Providência salutar foi a proibição da entrada de álcool ou de qualquer bebida alcoólica na região. Tudo corria mil maravilhas, cada família com seu contrato público de formação, graças à existência de um Cartório de Paz, criado pelo Governo, com Escrivão de paz, também de nomeação do Poder Público. Com a criação do distrito de Montoya, acima referido, o juizado de Paz procurou moralizar a vida social da população, fazendo gratuitamente o casamento dos amancebados, que constituía a maioria dos contratos. Além do juizado da Paz, havia também um contingente policial, constante de um cabo e dois soldados. Uma farmácia sortida, com farmacêutico diplomado. Um médico atendia o serviço de saúde dos residentes. Uma vez por outra obtinha-se a vinda de um sacerdote para a assistência espiritual da comunidade e os casamentos religiosos completavam a união civil (SILVA, 1988, p. 32-33).

Nota-se na primeira parte deste depoimento que o engenheiro agrônomo ainda estava no Estado de São Paulo, e faz toda uma contextualização histórica da sua chegada até o rio Paranapanema. Também relata como passou a desempenhar suas funções para a Braviaco, dando detalhes de quem eram seus proprietários e da quantidade de terras que esta empresa possuía. A este engenheiro ficou incumbida, como ele salienta, a supervisão de todo o trabalho de campo. Entre esses trabalhos de campo, o que nos chama a atenção num primeiro momento é o enfoque dado à fala “uma série de lutas contra grileiros” que tentavam, através de grupos armados, adquirir terras próximo ao rio Paranapanema. Isso evidencia que os conflitos pela posse da terra, nessa época, já estavam acontecendo de forma brutal no Noroeste do Paraná, uma vez que o narrador se reporta a “grupo armado” e busca ajuda em Curitiba, como subdelegado, para desalojar os grileiros que estavam invadindo a área. Todavia, é somente depois de vencida essa etapa da luta contra grileiros invasores que, num segundo momento, inicia-se a construção de estradas, serraria com seus implementos, a

derrubada da mata, a plantação dos cafezais e a construção da colônia, da sede da fazenda e do pasto para alimentar os bois que alimentariam os trabalhadores.

Isso posto, é notório, através do contexto histórico, o papel da grilagem no Noroeste do Paraná; no entanto fica-nos um ponto de interrogação nesse depoimento, em se tratando da questão da grilagem, pois inferimos que estes grileiros aos quais se reporta o depoente poderiam ser posseiros, trabalhadores que se apossavam de pequenos espaços de terra para do seu cultivo retirar sua sobrevivência. O que nos leva a tirar tal conclusão é a própria fala do depoente “tomar posse de algumas áreas margeando o rio Paranapanema”, uma vez que nos vários depoimentos que obtivemos no Noroeste do Paraná, quem se apossava de pequenas áreas margeando os rios eram os posseiros.

Essa afirmação fica clara neste depoimento do senhor. José Bruno da Silva⁴⁵, que diz: “Ali embaixo (aponta para a direção do rio Ivaí) tinha uns lote cortado, que o Estado cortava, lotizim de 20 alqueire, 30 alqueire, aí o camarada falô pra mim assim – ‘Você sobe aqui que tem uns lote de 20 alqueire, cê entra lá e fica lá. A muié minha começô a chorá, não queria dexá eu í, eu falei, ‘mais eu vô’, aí eu fui” (SILVA, 2001).

O que percebemos é que há um diálogo entre alguém que defendia a posse da pequena área e a pessoa que dela queria se apossar, no caso o seu José, e o choro da esposa demonstra uma situação arriscada: apossar-se de terra naquela conjuntura. Em outras partes desse mesmo depoimento o senhor José fala dessa pessoa que intermediava a posse dos posseiros, como foi o caso da figura do Bronquinha no município de Querência do Norte, sobre o qual falaremos em páginas posteriores.

Convém ressaltar que normalmente quem intermediava o processo de posse de terra era uma pessoa esclarecida, que tinha conhecimento de áreas de terras devolutas e da forma como estavam sendo distribuídas as terras no Paraná, e assim aconselhava os pequenos colonos a apossarem-se daquele local, pois “O Bronquinha, ele incentivava pô pessoal í trabaiá, porque ele sabia que esse terreno era um terreno que num tinha dono” (SILVA, 2001).

Evidentemente, este depoimento do senhor José, ao qual nos reportamos, ocorreu no início da década de 1950, algum tempo depois do relato que estamos analisando; no entanto,

⁴⁵ O senhor José Bruno da Silva, conhecido como Seu João, chegou a Querência do Norte ano de 1953, vindo do Estado de Alagoas. Ao contrário dos colonos que vieram para comprar a terra, ele veio para trabalhar como empregado nas fazendas de café. Atualmente tem um lote no assentamento Margarida Alves, onde nos concedeu a entrevista no dia 14-6-2001.

serviu para exemplificar o que poderia estar acontecendo na Fazenda Brasileira no caso do depoimento do agrônomo Joaquim da Rocha Medeiros anos anteriores e para reafirmar que talvez aqueles que por ele foram denominados de grileiros e expulsos não passassem de meros posseiros.

Reportando-nos novamente à narrativa de Joaquim da Rocha Medeiros, num terceiro momento ele refere que, após plantado o café, era tempo de buscar as famílias nordestinas para sua formação. Após descrever todo o transtorno que enfrentou para chegar com os trabalhadores rurais até a Fazenda Brasileira, chama-nos a atenção a frase “Só mesmo o Nordeste poderia suportar tão grande desconforto”. Após a chegada das famílias, pelo depoimento percebemos que a fazenda seguiu o seu ritmo.

Em parte do depoimento, Joaquim da Rocha Medeiros destaca que na fazenda tudo estava correndo “a mil maravilhas”; mas os depoimentos de moradores daquela época colhidos pelos jornais de Paranavaí em períodos mais recentes destacam o regime de trabalho a que as famílias da Fazenda Brasileira eram submetidos. Eis, nas citações que se seguem, alguns exemplos desse regime de trabalho evidenciados no artigo de Widson Schwartz (1988):

Mas na década de 30, a lavoura cafeeira ali dava trabalho a 1.200 famílias nordestinas recrutadas em suas origens a maior parte. Inexistem documentos oficiais a respeito do regime de trabalho, porém a julgar-se pelo depoimento de Natal Francisco – pioneiro e com o nome do Estádio Municipal de Paranavaí – a força de trabalho era mantida rigidamente, nenhuma família tinha permissão para sair, depois de contratada. E aquelas que tentavam eram perseguidas e abatidas a tiros por jagunços à margem do Paranapanema (SCHWARTZ, 1988, p. 55).

Neste primeiro exemplo percebemos o poder de coerção sobre as famílias. Continuando:

Em depoimento ao “Diário do Noroeste” em 14 de dezembro de 1977, Natal Francisco recorda que ele e o irmão José foram atraídos pela “Fazenda Brasileira” (ou “da Brasileira”) em 1928. E viajaram num Ford a gasogênio desde Presidente Prudente até Porto Ceará, na barranca do Paranapanema, onde deixaram o carro, aconselhados pelo barqueiro: “Vocês podem ir conhecer a Brasileira, mas não com essa condução. Se levarem, ela fica lá e talvez até vocês não voltem mais...”

Passados oito dias de visita à Fazenda, os irmãos voltaram a Porto Ceará e, nas proximidades ouviram o som de acordeão. Entrando trinta metros por uma picada, uma mulher lhes gritou: “Pelo amor de Deus, não mata nós. Tamo fugindo, mas tamo quasi morto...” Era quase noite. Valendo-se de uma lanterna, os irmãos localizaram caído o marido da mulher, ensanguentado, com roupa rasgada, sem forças para erguer-se e tendo a sanfona sobre o peito. Eles haviam conseguido atravessar o rio numa jangada improvisada, depois de enganar os jagunços que ficavam postados à margem, que matavam para tomar dinheiro, abriam as barrigas das vítimas, enchiam-nas de pedras e largavam os corpos na correnteza (SCHWARTZ, 1988, p. 55).

Neste relato ficou evidenciada a violência cometida contra as famílias que, tendo seus motivos, tentavam sair da Fazenda. O relato prossegue:

Abrangendo 317 mil alqueires no noroeste paranaense, a Fazenda Brasileira foi um enorme empreendimento delegado à iniciativa privada por um organismo federal e, em 1930, já compreendia mil alqueires de cafeeiros e 300 de pastagens, exigindo uma força de trabalho correspondente a 1.200 famílias, a maior parte trazida diretamente de Pernambuco e Ceará e que eram guardadas por jagunços, para que não fugissem aquelas menos aclimatadas (SCHWARTZ, 1988, p. 57).

Os fatos que ocorriam no local evidenciam que as coisas não eram assim “Tudo corria mil maravilhas”, como referiu em seu depoimento Joaquim da Rocha Medeiros, funcionário que tinha um cargo mais elevado na Fazenda Brasileira.

Segundo Alcântara (1987), quando a Fazenda Brasileira estava em pleno desenvolvimento, o empreendimento foi atingido pelo Decreto nº 300, de 03 de novembro de 1930, assinado pelo Interventor Federal General Mário Tourinho. Nas justificativas do decreto o general alegava uma série de motivos e que “cláusulas do contrato firmado em 23 de agosto de 1920 com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e por esta cedido à Companhia Brasileira de Viação e Comércio, não foram cumpridas e, conseqüentemente, decretada sua rescisão, bem como todos os atos conseqüentes do mesmo, sendo, “ipso facto”, declarados em caducidade” (ALCÂNTARA, 1987, p. 38).

Desta forma, em razão deste decreto, ficaram declarados nulos os títulos de domínio de terras que haviam sido expedidos à Braviaco, incluso o da Gleba Pirapó. Houve, por parte da Companhia, um manifesto contra a medida, porém sem sucesso, e assim a Fazenda Brasileira começou a ser desocupada.

A partir desse momento, as terras do Noroeste do Estado do Paraná estavam à disposição do Estado. Então, em 08 de agosto de 1931, pelo Decreto nº 800, o General-Interventor Mario Tourinho, tendo como objetivo solucionar o problema da colonização das terras paranaenses por famílias nacionais e estrangeiras, estabeleceu que, a partir de então, “as áreas consideradas devolutas só poderiam ser adquiridas a título de compra, pelos que nela se comprometessem a morar e estabelecer cultura efetiva. O decreto estipulava em 200 hectares a área máxima que poderia ser adquirida por uma só pessoa” (SERRA, 1991, p.75). A título de venda, segundo o mesmo autor, os lotes foram comercializados a 18\$000 (leia-se, dezoito mil réis) no máximo; entretanto poderia variar para menos, de acordo com sua localização.

A partir da intervenção do Estado e em consequência do Decreto nº 300, após a cassação da concessão dada à Braviaco, a Fazenda Brasileira foi sendo desocupada e abandonada pela população que ali habitava. Dessa forma, após o ano de 1932, essa população, divorciada dos seus meios de trabalho - expropriada, portanto - migra para outros lugares; as casas e os ranchos que ali existiam foram quase todos destruídos, as poucas residências que resistiram foram cobertas pelo mato e as plantações foram perdidas. Poucas famílias resistiram e permaneceram no local, e foi dessas famílias que os jornalistas colheram relatos que serviram de fonte aos pesquisadores que vieram depois, os quais contribuíram sobremaneira para o estudo da primeira fase da titulação das terras da Gleba Pirapó.

Sobre o final da Fazenda Brasileira, Silva (1988) diz que toda organização dessa fazenda durou até o ano de 1930, quando sobreveio a Revolução⁴⁶. Um dos dirigentes da Braviaco, Geraldo Rocha, através do seu jornal denominado “A NOITE”, havia combatido a revolução e defendido a candidatura de Júlio Prestes. Quando a revolução venceu, um dos primeiros atos do Governo Revolucionário do Paraná foi cassar o título de propriedade da Gleba Pirapó, o que resultou na suspensão de financiamentos para a Fazenda Brasileira e acabou acarretando a falta de combustível para a movimentação dos automóveis, não permitindo mais os transportes. Diante desse fato, os colonos tiveram que se retirar a pé e perderam tudo o que haviam possuído. Nesse período, segundo o autor, o cafezal, que já estava com 3 anos e produzindo a primeira catação, foi abandonado. Silva (1988) cita o depoimento de Joaquim da Rocha Medeiros, no qual este relata o que presenciou sobre a decadência da Fazenda Brasileira, dizendo:

⁴⁶ Como sugestão, a propósito da Revolução de 1930, consultar a obra de FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997.

Esta tragédia foi por mim vivida ao lado de minha família. Comigo também estava, com sua família, o meu saudoso colega que era Diretor Geral do empreendimento. Em toda a minha vida nunca vi tão clamorosa injustiça, porque o confisco dos bens da Braviaco foi feito pelo governo revolucionário sem o devido respeito aos interesses de terceiros, neste caso pessoas humildes que a custo de suarento trabalho tudo perderam por um ato de absolutismo que deixou na miséria uma multidão de humildes brasileiros, eis que, na oportunidade as portas da justiça foram trancadas e a ela não se podia recorrer (SILVA, 1988, p. 35).

Nice L. Müller (1956, p. 80), escrevendo sobre a Fazenda Brasileira no ano de 1956, afirma que esta “fora aberta para se tornar uma grande plantação de café, tendo no entanto fracassado”. Tomazi (1997, p.200) emite sua opinião sobre o fim da Fazenda Brasileira e sobre a expressão “fracassado” utilizada pela autora, dizendo: “O empreendimento não fracassara, como diz a autora. O que aconteceu, é que, em 1930, no bojo das ações ‘revolucionárias’ do interventor general Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório do estado do Paraná, foi baixado o Decreto nº 300 de 03/11/1930 que considerava nulas todas as disposições e contratos que a BRAVIACO tinha em seu poder.”

Serra (1991) considera que se o empreendimento Fazenda Brasileira⁴⁷ tivesse progredido, devido à sua importância econômica e social na época, (1929), teria desencadeado uma nova frente pioneira em direção ao Noroeste, concluindo então o processo de ocupação desse espaço paranaense.

Com o retorno da área de terras da Gleba Pirapó para o Estado do Paraná, este regulamenta a colonização dessas terras devolutas, e constitui-se então a segunda fase da titulação das terras do Noroeste; mas é preciso ressaltar que durante o período em que essas terras deixaram de pertencer à Gleba Pirapó, os relatos de violência na região da Colônia Paranaíba são intensos. Como a área ainda estava em desordem, pelo abandono da antiga Fazenda Brasileira, os grileiros começavam a se estabelecer e utilizar seus métodos nada legais contra os posseiros. “Após a cassação da concessão dada à BRAVIACO, no noroeste do estado do Paraná, como já vimos, houve o abandono da antiga fazenda, e toda aquela área transformou-se em uma área onde as mortes eram lugar comum” (TOMAZI, 1997, p. 223).

⁴⁷ Para um detalhamento sobre as titulações de terras no Noroeste do Paraná, envolvendo a Fazenda Brasileira, consultar os trabalhos de Alcântara (1987), Schwartz (1988), Silva (1988) e Serra (1991).

Com efeito, quem acabou colocando “ordem” na área que compreendia a Colônia Paranavaí foi o denominado “tenente” Telmo Ribeiro⁴⁸, que chegou ao local em 1938, vindo do Estado do Mato Grosso. Esse tenente era uma figura controvertida, e sobre ele Tomazi (1997) diz:

O “tenente” Telmo Ribeiro, considerado representante de Manoel Ribas, chegou à Colônia Paranavaí em torno de 1938, e teve, desde logo, a função de limpar a área da antiga concessão dada à BRAVIACO, da qual muitos posseiros e grileiros haviam posseado parte dela. Feita a limpeza de todos os posseiros e “grileiros”, ficaram muitas cruzeiros pelos caminhos como evidências dos seus métodos nada legais, mas comuns, quando a lei significava o “cumprimento do artigo 45 da constituição Winchester”, conforme se falava na época. O “tenente”, depois promovido a “capitão” pela “vontade” local, Telmo Ribeiro era o homem que mandava na região. Ligado ao PSD (Partido Social Democrático) tratou seus adversários políticos da mesma forma que havia tratado os “grileiros”, à bala (TOMAZI, 1997, p. 223).

Assim sendo, nesta segunda fase de titulações de terras na região, agora já denominada de Colônia Paranavaí, a reconstrução de uma antiga estrada pelo “tenente” Telmo Ribeiro, partindo de Maringá em direção a Porto São José, segundo a fala de Ulisses Faria Bandeira citado por Schwartz (1988, p.62), “Foi a primeira e real providência que permitiu já em 1942, a demarcação de uma gleba para a localização de famílias de nacionais na colônia batizada com o nome de Paranavaí, marco inicial do povoamento de vasta região que ia desde a divisa com as terras da Companhia Norte do Paraná até o Rio Paraná, entre os rios Parapanema e Ivaí”.

Ulisses Faria Bandeira, segundo Schwartz (1988), conhecera a Colônia Paranavaí em 1939, quando participou da viagem inaugural da linha Londrina-Paranavaí, em 16 de dezembro, juntamente com os diretores da empresa rodoviária Garcia, Garcia & Garcia Ltda. e outras autoridades. Como o tempo estava bom, saíram de Londrina às 17:30 horas e chegaram à Colônia Paranavaí às 2 horas do dia seguinte. Nessa época a empresa de transporte, por não obter lucros, era subvencionada pelo governo e fazia esse trajeto duas vezes por mês. A foto seguinte mostra o ônibus que fazia esse trabalho.

⁴⁸ Para saber mais sobre essa figura de Telmo Ribeiro na Colônia Paranavaí, ver Alcântara (1987) e Schwartz (1988). Em algumas referências à data da chegada de Telmo Ribeiro à Colônia Paranavaí consta o ano de 1936. Segundo Schwartz (1988), Telmo Ribeiro estava com problemas financeiros, devido aos gastos que fazia; diante disso, foi obrigado a vender uma parte das terras que possuía, e em 1964 foi morar em Maringá. No ano de 1967, fazendo uma cobrança na cidade de Cornélio Procopio, em meio a um desentendimento, foi morto com um tiro pelo devedor.

Foto 26 – Ônibus que Fazia a Linha Londrina – Paranavaí
Fonte: Silva (1988, p. 200). Foto de 1946.

O relato dessa viagem é de lembranças dos viajantes, e nele eles dizem que a estrada era um túnel verde. Somente no local denominado à época Capelinha, atualmente Nova Esperança, é que se tinha uma área aberta de um alqueire aproximadamente, contendo uma casa, uma cruz e uma capela.

O agrimensor Ulisses Faria Bandeira trabalhava em Londrina juntamente com seu tio Francisco de Almeida Farias, que era o engenheiro encarregado da Inspetoria de Terras do Estado, e foi em 1942 que Ulisses demarcou a primeira via pública em Paranavaí. Há uma versão interessante de Ulisses Faria Bandeira sobre a violência que imperava na região nesse período. Conforme Schwartz (1988, p. 63), “Violências, nos primórdios da Colônia, ele admite, mas não em proporções alarmantes, entendendo que houve exagero proposital na divulgação – ‘havia uma campanha, a Companhia de Terras vendia no dinheiro, aqui podia ser requerido’. Segundo Ulisses, era notório o interesse da CTNP, quanto a inviabilização da Colônia Paranavaí”. Quanto à contrariedade aos loteamentos da Colônia Paranavaí que estavam sendo realizados pelo Estado, Schwartz refere-se às opiniões que tinham os dirigentes da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Mister Thomas, que era dirigente dessa Companhia,

se manifestava ao contrário, em razão da Colônia Paranavaí permitir o requerimento de lotes a preços simbólicos, por tratar-se de terras devolutas e de domínio do Estado; preços bem aquém daqueles da CTNP, que havia adquirido as suas terras e investido em infra-estrutura. Logo, a Colônia Paranavaí poderia desviar compradores. Este presumível risco não afetava a disposição do interventor Manoel Ribas, mais interessado em amenizar a influência paulista no norte-paranaense, tanto é que mandara abrir a Estrada do Cerne (Curitiba-Jataizinho) e não admitia à Colônia Paranavaí exclusivamente via Presidente Prudente, no Estado de São Paulo (SCHWARTZ, 1988, p. 61).

Embora tenha demarcado a primeira via pública na futura cidade de Paranavaí em 1942, esse agrimensor somente fixou residência no local em 1944 e seu casamento foi o primeiro a ser registrado a partir da colonização oficial da área. Depois que se deu a criação do município, Ulisses Faria Bandeira foi eleito o segundo prefeito, em 1956.

Ainda nos primórdios da colônia, para administrá-la, o governo do Estado, através do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, nomeou Hugo Doubek, que chegou a Paranavaí em 1943.

A viagem de Doubek e de sua família de Londrina a Paranavaí nesse período não foi tão tranqüila, quanto aquela que Ulisses tinha feito em 1939. Schwartz (1988) salienta que Doubek pegou um período de chuvas, e a família mais andava do que aproveitava a condução. Segundo os relatos do administrador da colônia Paranavaí, Maringá tinha apenas um barracão, onde os viajantes descansavam da viagem, em virtude das condições da estrada em tempo de chuva. Mandaguaçu (conhecido na época por “Cala a Boca”) era apenas uma casa de negócios, e desse local em diante a estrada se complicava muito mais. Após muitos sacrifícios relatados por Doubeck nessa viagem de mudança, ele e sua família chegaram à Colônia Paranavaí e por muito tempo moraram em um barracão.

As fotos subsequêntes, do ano de 1948 e [1955?] respectivamente, mostram a condição da estrada que ligava Paranavaí a Maringá. Sua situação permite fazer uma idéia do que ela era no começo da década de 1940, quando para a Colônia Paranavaí se destinaram o agrimensor Ulisses Faria Bandeira e o primeiro administrador Hugo Doubeck.

Foto 27 – Estrada Maringá – Paranavaí. Imediações de Paranavaí em 1948
 Fonte: Acervo particular do professor João José Bigarella.

Foto 28 – Estrada Principal Paranavaí à Maringá com Processo Erosivo em [1955?].
 Fonte: Maack (1961, p. 62).

Antes de fazer essa viagem com sua família, Hugo Doubek havia feito uma sozinho à Colônia Paranaíba, quando preparou as primeiras casas, que haviam sido desmanchadas da Fazenda Brasileira, para receber os primeiros colonos. O relato de Doubek sobre o que era a cidade de Paranaíba nessa época é citado por Schwartz (1988, p. 64). “Ao se instalar definitivamente, ‘onde hoje se ergue a pomposa cidade de Paranaíba, só existia um capoeirão que mais parecia uma densa mata’ cheia de rastros de onça”. A foto de 1942 mostra a paisagem descrita nessa fala.

Foto 29 – Primeiras Famílias Moradoras da Colônia Paranaíba
Fonte: Silva, (1988, p. 199). Foto de 1942.

Quando chegou com sua família, além do seu trabalho de administrador e das dificuldades no local, Doubeck era uma espécie de médico, enfermeiro, conselheiro, etc., funções que são próprias de quem administra um local em formação.

Sobre o loteamento e desenvolvimento da Colônia Paranaíba, Alcântara (1987, p.41) salienta que os primeiros lotes foram solicitados à Inspeção Estadual em março do ano de 1943. As terras eram vendidas pelo governo, tendo as propriedades rurais dimensões variadas conforme fosse sua localização mais próxima ou mais distante em relação à sede da colônia. Entretanto, os primeiros colonos chegaram somente no mês de setembro, em virtude da

escassez de transporte até a localidade, haja vista que os caminhões cobravam de 1.200 a 1.500 cruzeiros para fazer uma viagem de Londrina até Paranavaí. Nesse período estava demarcada somente a Gleba 1-A (conferir figura 15), onde aos poucos iam chegando os requerentes; destarte, as casas que pertenciam à antiga Fazenda Brasileira eram desmanchadas e montadas novamente em outros locais para os colonos. No ano de 1944 já existiam na localidade cerca de 80 casas e aproximadamente 500 habitantes. Neste mesmo ano foi realizada a demarcação da cidade pelo engenheiro Francisco Almeida Faria e denominado o local de “Colônia Paranavaí”, nome que é formado pela junção dos nomes dos rios Paraná e Ivaí. A Colônia Paranavaí foi dividida em 30 glebas (vide figura 15) cada uma das quais possuía aproximadamente 15.000 alqueires. Sobre essas glebas as tentativas de grilagem eram fatos notórios. Essas tentativas eram impedidas por homens do Estado, comandados pelo Sargento José Marcelino de Souza, que era o delegado de polícia; porém as ações de impedimento da grilagem de terras no Noroeste não foram bem-sucedidas, tendo-se em vista que atos de violência ocorreram no período, na disputa pela posse das terras. Por sua vez, esses fatos não impediram que a população para ali se dirigisse e aumentasse rapidamente, para dedicar-se ao plantio dos cafezais e à pecuária.

Outrossim, remetendo-se à colonização do Noroeste, Westphalen; Machado e Balhana (1968) referem-se à grilagem e à intrusão das terras que ocorreram no local. Salientam que mais além das terras que estavam sendo colonizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, “o Governo do Estado, desde a década de 1930, numa acidentada ação contra os grileiros e os intrusos, dividiu seu imenso patrimônio de terras devolutas, na região chamado Norte Novíssimo, promovendo também a colonização pela venda de lotes agrícolas. A cidade de Paranavaí, a partir de 1944, polarizaria esta região” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 3).

A foto seguinte mostra a primeira família que requereu título de propriedade na Colônia Paranavaí, no ano de 1943.

Foto 30 – Primeira Família que Requereu Título de Propriedade em Paranavaí em 1943
Fonte: Silva, (1988, p. 198).

Igualmente, a demarcação das glebas da Colônia Paranavaí pode ser visualizada na figura seguinte:

Nessa mesma conjuntura de época, no limiar da década de 1940, viajando pelo Norte do Paraná em busca de conhecimento de campo sobre as regiões cafeeiras que seria utilizado para sua tese de doutoramento, Pierre Monbeig (1945) destaca a precariedade da malha viária que garantia as relações de convívio social entre os habitantes da região; todavia, refere-se ao que naquele período era possível encontrar seguindo em direção ao Noroeste do Paraná. O autor refere que:

As malhas apertadas da rede de estradas e caminhos através dos lotes do norte do Paraná garantem as relações regulares entre os colonos e as aglomerações urbanas em vias de se constituírem. Mas saindo-se das terras da Companhia, acabam-se as estradas utilizáveis para a circulação automobilística. **Para o lado do oeste, a mata permanece ainda inviolada** e para leste, apesar dos progressos do povoamento, as coisas se acham quase no mesmo estado (MONBEIG, 1945, p. 15, grifo nosso).

A propósito, em entrevista realizada no ano de 2004, publicada no Boletim Paulista de Geografia, edição histórica, Ari França retrata as viagens de trabalho de campo realizadas com Monbeig, entre as quais estava inclusa aquela feita ao Norte do Paraná, indo um pouco além de Maringá, França (2004, p. 54) diz: “Fui por toda parte com ele. A tese dele estendeu-se por todo o estado de São Paulo, pelas velhas regiões cafeeicultoras, desde o Vale do Paraíba, sul de Minas, depois pelo interior de São Paulo, Ribeirão Preto, sempre com o Monbeig. Depois no Norte do Paraná, até um pouco além de Maringá”.

Nesse contexto histórico, igualmente relatando a história da região no período da formação dos núcleos populacionais, um livro escrito por Vicente Barroso e editado em 1956, o qual resultava de suas viagens pelo Norte do Paraná desde 1942, embora seja apologético e discriminatório, contém uma parte sobre o Noroeste do Paraná que nos chama a atenção pelo detalhamento histórico que o autor faz da nossa área de estudo em meados da década de 1950.

É apologético porque louva o Norte do Paraná em sua quase-totalidade inclusive com o próprio título: “O Famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre dinheiro”. Realmente foi uma terra onde muitos andaram sobre dinheiro, mas à custa da expulsão e exploração de outros, como é o caso dos indígenas e dos nordestinos, principalmente. É também discriminatório porque logo na apresentação o autor espera que o livro seja bem acolhido por todos os paranaenses que tenham orgulho do Norte do Paraná, e também:

pelos PAULISTAS, que, de um modo ou de outro, têm alguma atividade ou interesse no Norte; pelos MINEIROS, dos quais, é raríssimo, alguma família não ter parentes no Norte; pelos CATARINENSES e pelos GAÚCHOS, que, aos milhares também, estão levando para o Norte, seu invejável espírito de iniciativa, de organização, de cooperativismo e de tenacidade. E as Imobiliárias que operam no Norte, as dezenas e as centenas? E os homens do Comércio, da Indústria, da Lavoura? De certo receberão este livrinho como um verdadeiro presente de amigo (BARROSO, 1956, p. 3)

Por fim o autor espera que a obra seja bem acolhida também “pelos milhares de NORDESTINOS, **vulgo, “BAIANOS” que, o ano inteiro, sobem e descem.** Uns, à procura de vida melhor: **outros, regressando com os louros colhidos**” (BARROSO, 1956, p.3, grifo nosso).

Em outro subtítulo, tratando sobre o maior inimigo do Norte, o autor diz que o maior inimigo desta região “Não é a falta de água, nem a erosão. Tão pouco, a poeira nem a lama. Nem mesmo **o- vai-e-vem dos nordestinos.** Também não é a correria para o extremo-oeste. **Tudo isto, sem dúvida alguma prejudica ao nosso Norte.** Mas, o grande inimigo, que vale por todos os outros, é a geada” (BARROSO, 1956, p. 122, grifo nosso).

Inferimos que para o autor os indivíduos paulistas eram aqueles que tinham alguma atividade ou interesse no Norte do Paraná, os mineiros poderiam não ter interesse, mas tinham famílias, o que era fundamental para a consolidação da região; e os catarinenses e gaúchos eram o sinônimo da iniciativa, da organização, de cooperativismo, etc., os nordestinos, porém, eram indivíduos que não tinham nenhuma visão empreendedora para o Norte do Paraná, apenas passavam o ano inteiro subindo e descendo do Nordeste para o Noroeste do Paraná e levando consigo o dinheiro que obtinham. Na citação acima, aliado a outros fatores ruins - como falta de água, erosão, poeira e lama - o vai-e-vem dos nordestinos é considerado um inimigo e prejudicava o desenvolvimento do Norte do Paraná.

Por nossa vez, tratando da colonização da área em estudo, depreendemos que o nordestino teve um papel fundamental na construção territorial do Noroeste do Paraná. Embora poucos tenham conseguido progredir economicamente, a maioria ofereceu ao processo de colonização apenas sua força de trabalho, pois eram trabalhadores volantes, por isso faziam o “vai-e-vem” de suas regiões de origem ao Norte do Paraná. Os que se fixaram nesta região e por nós foram entrevistados, atualmente vivem em condições precárias, apenas suficientes para a sua sobrevivência, as quais, salvo raras exceções, mostram um quadro geral da situação dos nordestinos no Noroeste do Paraná.

Nesse sentido, o senhor José da Silva, em depoimento, relata: “Durante toda a minha vida lutei, num consegui nada porque o que foi de fazendero que eu trabaiei, só queria me sugá, só, não achei nem um pa me ajudá com nada. Sempre tem essas coisas assim: o saco da ganância nunca enche” (SILVA, 2001).

Barroso (1956) não deixa claro por que o vai-e-vem do nordestino no Norte do Paraná prejudicava esta região; mas desse depoimento podemos inferir que, como alguém que tem apenas a sua força-de-trabalho para oferecer pode contribuir para alguma coisa na visão de quem valoriza na região: o interesse dos paulistas; o espírito invejável de vários adjetivos empregados aos catarinenses e gaúchos; as imobiliárias; os homens de comércio, da indústria e lavoura?

Não obstante, pelo escasso material histórico sobre a área em estudo na conjuntura da época tratada por Barroso (1956) em relação ao Norte do Paraná e, pelo detalhamento da narrativa, sobre a forma como estava acontecendo os fatos resultantes da colonização, igualmente, sobre os aspectos físicos regionais, mesmo que seja numa visão apologética, tornou-se importante citar na íntegra as palavras do autor, para através delas percebermos as mudanças ocorridas na transformação dessa fração do território paranaense. Seguem as informações:

O Norte “Novíssimo”

Se o Norte “Novo” já se mostra uma maravilha de progresso e de vitalidade, este progresso é tanto que se torna preciso inventar mais um termo para diferenciá-lo do que acontece desde 1947, ano da fundação de Maringá até 1953, ano do Centenário do Paraná. De fato, até 1947, o progresso do Norte foi seguindo seu caminho normal e sem agitação. Mas aberta a porteira...a boiada estourou. Uma verdadeira avalanche humana, saindo de todos os recantos do Brasil e até do estrangeiro, se precipitou sobre este Norte, na faina de adquirir terras e se enriquecer de um dia para o outro, que tal “estouro da boiada” não será mais contido por nenhuma força humana, nenhuma medida governamental. Nem mesmo a própria e desastrosa geada de 1953 e 1955 foi capaz de arrefecer os ânimos. E em poucos meses e anos, o extremo norte-oeste do Paraná se encheu de colônias, de povoados de cidades que, tanto os mapas quanto as estatísticas dêste mesmo Norte já estão atrasadas e erradas ao serem publicadas. (...) A idéia-mestra deste Norte “novíssimo” é esta:

Firmando em Maringá, o progresso tomou dois rumos: o 1º seguiu a direção do Porto São José e atualmente se reabastece em Paranavaí. O 2º ramo atravessou o rio Ivaí subdividindo em duas paralelas mais ou menos: Campo do Mourão e Cruzeiro do Oeste. Da própria Paranavaí já sai atualmente outro sub-ramo, com destino ao pontal do rio Ivaí, tendo Querência do Norte e Sta Izabel do Ivaí como mira. Zona

muito nova ainda, e apesar disso recamada de patrimônios, bem poucas serão as indicações que o autor deste livro poderá fornecer aos seus leitores:

1.^a) – A partir de Vila Guaiá, (Mandaguassú), todo o terreno vai se tornando bastante arenoso, sobretudo rente às margens do Panema, Paraná e Ivaí. Verdade é que há muitas manchas de mistos, tais como em Paraíso do Norte, Ourizona, Loanda etc. Mas tais pontinhos não destroem o geral.

2.^a) – Semelhantes terrenos, embora se prestando aos cafezais, constituem 100% zona ideal para o algodão em grande escala. E creio até que com a recente geada, muitos se atiram ao algodão para não se verem atirados nos imprevistos financeiros de uma crise como a de 1954...resultante do frio excepcional de 1953.

3.^o) – Neste Norte novíssimo, há muitas extensões ainda recobertas pelas matas. Estas não valem as das terras roxas, é certo. Mas, sempre dão que esperar alguma coisa. O preço médio destes terrenos, vai de 15 a 20 mil cruzeiros por alqueire. Mesmo assim, já parece estar tudo tomado.

4. ^o) – As aguadas em geral são boas, devido à qualidade das terras. Mas lembrem-se que me refiro às terras em geral e não às cidades e patrimônios. Pois que, estes e aquelas, no Norte, se acham sempre no espigão. Eis porque a água é difícil. Para tudo dizer basta afirmar que desde Ibiporan, no Rio Tibagi, até as margens do Rio Paraná, isto é, mais de 350 kms., a estrada de rodagem não atravessa nem uma ponte sequer, a não ser em Nova Londrina. Semelhante disposição, das cidades do Norte constituem verdadeira e incorrigível mania...

5.^o) – Quanto ao clima, neste “novíssimo” é bastante quente, devido ao terreno arenoso. Em Paranavaí, que é o ponto mais alto de toda a região, os ventos suavizam ainda um pouco. Mas, à medida que se desce para as margens do Panema e do Ivaí ou Paraná, as coisas apertam...

6.^o) – Também aqui se evita fundar cidades nas margens destes rios, tidos todos eles como maleitosos. De modo que a região, em si, é bastante sadia; e a prova mais provada desta afirmativa é o número verdadeiramente fantástico e incalculável de novas cidades que diariamente se fundam neste Norte. Ora, se as coisas não fossem de todo favoráveis, como explicar tanto progresso e tanta correria de todo o Brasil, para aquelas paragens?

Finalmente como tudo que ficou atrás já está pêgo, o único remédio é se fixar mesmo lá onde ainda é possível, quer preste, quer não. De modos que, o “estouro da boiada” parará por si mesmo, quando não houver mais onde ir. Talvez salte o rio Paraná e invada o sul do Mato Grosso, coisa que já está acontecendo, Enfim, quem viver há de ver...

Quanto ao movimento e ao comércio em geral, este Norte “novíssimo” é uma revelação. O autor deste livro viu, por exemplo, os começos de Vila Guaiá, Capelinha, Paraíso do Norte, Rondon etc. Isto questão de uns 4 a 5 anos para os dois

primeiros. Hoje, tudo isto é uma verdadeira colmeia humana, que deixa estupefato qualquer viajor que pela primeira vez der com a vista nestas paragens.

Paranavaí de hoje, um enxame irrequieto e turbulento, anos antes era a simples fazenda “Ivaí” perdida nos sertões do noroeste paranaense. Tornou-se povoado com o nome de “Brasileira”; e de um dia para outro, adquiriu importância que ninguém jamais havia esperado. Atualmente, é o centro de todo este ramo do Norte de que falamos, verdadeira capital do algodão, a “Presidente Prudente” do Paraná, no dizer de alguém. Ou ainda, como observou um viajante, o Norte do Paraná, por óra possui três cidades, dignas deste nome: Londrina, Maringá e Paranavaí. Acaso os leitores vão pensar que tudo pára ali? Puro engano.

Loanda e Santa Izabel do Ivaí, bem no pontal deste rio, estão dando mostras de evolução ultra-rápida, começando pelas cousas e pelos melhoramentos com os quais, cidades de mais de 200 anos acabaram...(BARROSO, 1956, p. 29, 30 e 32).

Vimos que a descrição da região é plenamente satisfatória, em termos de nos situar no que era a região na década de 1950, tanto no espaço físico, com a mobilidade populacional, quanto no surgimento dos pequenos núcleos urbanos que estavam se configurando, como podemos visualizar na foto que se segue.

Foto 31 – Imediações de Paranavaí em 1948

Fonte: Acervo particular do professor João José Bigarella.

Paranavaí, envolvendo superfície e limites, são fornecidos por Alcântara (1987, p. 42), que diz: “Com uma superfície de 8.000,689 quilômetros quadrados, limitando a leste com os municípios de Nova Esperança e Mandaguaçu (terras de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná); ao norte com o rio Paranapanema; ao sul com o rio Ivaí; e a oeste com o rio Paraná, área correspondente à antiga ‘Colônia Paranavaí’ ”.

Posteriormente à criação do município, a Lei Municipal Número 13, de 1953, cria os distritos administrativos de Paranavaí. O artigo primeiro trata especificamente da divisão⁴⁹ e nomeação dos distritos; por sua vez, o artigo segundo, discorre acerca das divisas de todos os distritos administrativos então criados, porém, como aqui neste íterim a ênfase é em Paranavaí, optamos por descrever as divisas somente desse município. Portanto, de acordo com os respectivos artigos da referida lei, no:

Artigo 1º) - O Município de Paranavaí, fica dividido nos seguintes Distritos Administrativos: - GRACIOSA, GUAIRAÇÁ, GUARITÁ (OU SURUQUÁ), LOANDA, MARILENA, NOVA LONDRINA, PARAIZO DO NORTE, PORTO SÃO JOSÉ, PARANAVAÍ, QUERÊNCIA DO NORTE, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SANTA IZABEL DO IVAI, TAMBOARA, TERRA RICA E PORTO RICO, com suas respectivas sedes situadas nas cidades dos mesmos nomes.

Artigo 2º) - As divisas e confrontações dos Distritos ora criados, serão as seguintes: PARANAVAÍ: - Partindo de um marco existente entre os lotes 1 e 3 da Gleba 1 e 117 da Gleba 2, de onde seguem por uma linha reta W.E. até encontrar a linha divisória da C.T.N.P.; daí prosseguem em sentido S.N. até o Rio Paranapanema; descem por este até a foz do Ribeirão Coroa do Frade; daí sobem por este até a sua cabeceira, de onde prosseguem por linha seca, em reta até encontrar um marco de divisa do lote 6 da Gleba 1-A, em frente ao lote 4 da Gleba 2, a margem da estrada Paranavaí – Porto São José; daí seguem por esta até encontrar a sua margem esquerda, o marco da linha divisória entre os lotes 1 e 2 da Gleba 3-A; prosseguem em reta e em seco, até encontrar o marco de divisa entre os lotes 8 e 9 da Gleba 3 – A e 11 da Gleba 2; prosseguem por outra reta e em seco, entre os lotes mencionados até os lotes 9 e 11; prosseguem até encontrar o marco de divisa dos lotes 14 da Gleba A-3 e 356 da Gleba 2; daí seguem até encontrar a cabeceira de um afluente do Ribeirão “22”, pelo qual descem até a sua foz na divisa dos lotes 332 e 81 da Gleba 2; sobem pelo Ribeirão “22” até encontrar a foz de um seu afluente a margem

⁴⁹ Quanto a essas divisas dos distritos de Paranavaí, que posteriormente tornaram-se municípios, é possível termos uma noção delas seguindo os números das glebas na figura 15 na página 206.

esquerda; prosseguem por este e pelas divisas dos lotes 37 e 81 da Gleba 2, até a sua cabeceira; prosseguem em linha reta e em seco, até encontrar um pequeno afluente do Ribeirão Paranaíba, entre os lotes 50 e 51 da mesma Gleba; descendo por esta água até a sua foz; sobem pelo ribeirão Paranaíba, até o marco de divisa entre os lotes 129 e 130, ainda da Gleba 2; seguem em linha reta e em seco N.S.; prosseguem até o ponto de partida no marco de divisa entre os lotes 133 da Gleba 1 e 117 da Gleba 2, ponto inicial desta descrição (PARANAÍBA, 1953).

Quando Paranaíba passou à categoria de município, as terras que estavam situadas dentro da sua jurisdição passaram a ter uma grande procura e, conseqüentemente, uma maior valorização; a região passou a receber um grande contingente populacional, vindo de várias partes do país com a intenção de “melhorar de vida” no “Norte do Paraná”- já então famoso por causa de sua propaganda pelas companhias privadas de colonização. Em 1950, conforme Alcântara (1987), Paranaíba atinge 25.520 habitantes, portanto, nesse período a região já estava tomada pela expansão cafeeira.

Fazendo uma análise dessa segunda fase de titulação das terras do Noroeste do Paraná e da iniciativa oficial de regulamentar parte da colonização dessa região, conforme Alcântara (1987), pode-se asseverar que o empreendimento governamental de colonização do Noroeste do Paraná, embora tenha havido dificuldades no seu início, foi realizado com sucesso, pois em uma década aumentou consideravelmente a população que para ali se dirigiu. Em 1950 havia 25.520 habitantes, número que “aumentou para 307.277 habitantes em 1960, correspondendo a 1.204,0% de aumento. Enquanto a Companhia de Terras Norte do Paraná vendia seus lotes à vista, na Colônia de Paranaíba, de iniciativa oficial, os lotes podiam ser requeridos e os colonos tomavam posse imediata das terras e depois pagavam o preço mínimo estipulado pelo Governo” (ALCÂNTARA, 1987, p. 42).

Nas fotografias que se seguem, podemos visualizar a cidade de Paranaíba nos primórdios da década de 1950.

Foto 32 – Vista Parcial de Paranavaí em 1948
Fonte: Acervo particular do professor João José Bigarella.

Foto 33 – Vista Parcial da Cidade de Paranavaí na Década de 1950
Fonte: Silva (1988, p. 235).

Foto 34 – Vista Parcial do Movimento da Cidade de Paranavaí na Década de 1950
Fonte: Silva (1988, p. 235).

Remetendo-se ao desenvolvimento de Paranavaí, enquanto cidade-pólo inserida num contexto regional, um trecho do depoimento do senhor Deusdete Ferreira de Cerqueira⁵⁰, enquanto político, evidentemente numa visão eminentemente política de um homem que exerce uma função pública, mostra a sua opinião carregada de positividade no que se refere ao desenvolvimento da região em estudo. Ele diz: “Paranavaí cresceu muito, tá crescendo e tem possibilidade de crescer, porque realmente ela representa o Noroeste, sendo que os outros municípios também precisa. Se cada prefeito que entrar fizer o seu trabalho sério, e o governo não esquecer também da parte dele, não há dúvida nenhuma que Paranavaí vai crescer muito. Eu tenho certeza” (CERQUEIRA, 2005). Convém aqui salientar que dos municípios que compõem atualmente a microrregião geográfica de Paranavaí, 20 desmembraram-se genealogicamente deste município e 8 desanexaram-se do município de Nova Esperança. A figura 17 mostra, entretanto, a ordem em que ocorreu esse desmembramento e suas específicas datas de elevação a município, e os mapas subsequentes, representam esse processo. Nesse sentido, no item seguinte, veremos o papel das empresas privadas de colonização em suas atuações para colonizar a área de outrora desses municípios.

⁵⁰ O Sr. Deusdete Ferreira de Cerqueira foi prefeito de Paranavaí e havia entregado o cargo no começo do ano de 2005. Recebeu-nos em sua residência, em uma chácara nas proximidades do perímetro urbano de Paranavaí, no dia 19 de janeiro de 2005.

Figura 17 – Genealogia dos Municípios do Noroeste Paranaense: Microrregião Geográfica de Paranavai

Fonte dos dados: Paraná (2000).

Organização: HARACENKO, Adélia.

Figura 18 – Localização da Microrregião Geográfica de Paranavaí no Contexto da Divisão Administrativa em 1947 no Município de Mandaguari

Fonte da Base Cartográfica: Paraná (2000).

Organização: HARACENKO, Adélia.

Figura 19 – Primeira Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavaí

Fonte da Base Cartográfica: IBGE (2005).

Organização: HARACENKO, Adélia.

Figura 20 – Segunda Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavai
 Fonte da Base Cartográfica: IBGE (2005).
 Organização: HARACENKO, Adélia.

Figura 21 – Terceira Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavai
 Fonte da Base Cartográfica: IBGE (2005).
 Organização: HARACENKO, Adélia.

Figura 22 – Quarta Etapa de Desmembramento da Microrregião Geográfica de Paranavaí
 Fonte da Base Cartográfica: IBGE (2005).
 Organização: HARACENKO, Adélia.

3.3 O PAPEL DAS COMPANHIAS COLONIZADORAS

Até o município de Nova Esperança chegou a influência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)⁵¹. colonizadora de parte do Norte do Paraná, região que nesse período de colonização era denominada de Norte Novo. Segundo Soares (1973), na atual Nova Esperança essa colonização só avançou em 1947, constituindo-se a partir dali a última etapa dessa iniciativa de colonização. Por suposto, através do povoamento que foi comandado por esta Companhia naquela fase, a partir de Nova Esperança, vão surgir pequenos núcleos urbanos ao norte e ao leste, chegando até os limites da colônia oficial de Paranavaí. Não obstante, há uma peculiaridade a ser destacada. Como salienta Soares (1973), é interessante observar que na área da Colônia Paranavaí a Companhia Melhoramentos cedeu glebas de terras a outros colonizadores particulares, e na verdade, parece ter havido, por parte dessa Companhia, certo desinteresse por planejamento em solos de formação arenosa.

⁵¹ A propósito do processo de sucessão da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, consultar a obra: SANTOS, Rubens Rodrigues (Org). **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. [s.l.: s.n.], 1975. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Assim, a oeste das terras da Companhia Melhoramentos “a colonização é dirigida pelo Estado, que ali definiu inúmeras colônias, em 1939, como é o caso de Paranavaí e, em 1948 várias delas ao sul do Ivaí. O mais importante é que, de um modo geral a sua ocupação efetiva só ocorre na década de cinquenta” (SOARES, 1973, p. 8).

Neste sentido, quanto ao desencadeamento da colonização da área que compreende os atuais municípios desmembrados de Paranavaí, iniciado a partir da década de 1950, cumpre evidenciar que essa área foi colonizada por várias empresas colonizadoras⁵². De acordo com Lopes (1982), essas imobiliárias recebiam do Estado áreas correspondentes a 10.000 alqueires, devendo ali abrir estradas e fundar patrimônios ao incumbirem-se das vendas dos lotes; e assim, “Depois dessa fase, pagavam uma cota determinada ao governo do Paraná, que expedia, então, os títulos definitivos de propriedade. Eram vendidos lotes de diferentes tamanhos: até 200 ha, de 200 a 250 ha, e de 250 a 500 ha, sendo que a maioria girava em torno de uns 250 ha” (LOPES, 1982, p.130).

Não obstante, continua a autora que estas empresas colonizadoras foram objeto de grande favoritismo político, pois “Em vários momentos o Departamento de Terras denunciou sua existência e a falta de poderes, por parte daquele Departamento, de fazer alguma coisa, chegando mesmo a denominá-las de ‘concessões novas para colonização’”. (LOPES, 1982, p. 131). A isto “o Poder Executivo do Paraná sempre respondia estarem estas empresas sob seu controle e beneplácito, pois, na verdade, na maior parte das vezes era ele que passava terras a seus protegidos” (LOPES, 1982, p.131).

Essas companhias de colonização eram constituídas às vezes por um único proprietário, entretanto, em sua maioria eram formadas por um grupo de sócios. Remetendo-se a este assunto, em entrevista, um dos sócios proprietários da BRAPA, Sr. Franchello, salienta: “Nós formamos a Brasil – Paraná, com cinco jovens, era eu, o Cândido de São Paulo, Ângelo José Bertólio que era de Passo Fundo, um dentista aqui, o Borba, que era também nosso sócio e o Valdomiro Elias que também era o nosso sócio” (FRANCHELLO, 2001).

Embora o planejamento - na definição da forma de ocupação - desenvolvido por essas companhias privadas tenha sido praticamente do mesmo modelo entre si, elas procuraram seguir o padrão implantado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), haja vista que parte do Norte do Estado do Paraná, como afirmamos, estava sendo colonizado por essa companhia. Segundo Santos (1975), a Companhia Melhoramento Norte do Paraná no

⁵² Os nomes dessas companhias de colonização encontram-se no anexo 2, no interior do histórico de cada município que abrange a área em estudo.

seu modelo de loteamentos, a zona rural foi dividida em lotes pequenos, possuindo áreas variáveis. Esses lotes foram demarcados de tal maneira que todos possuísssem uma parte baixa e um espigão, com acesso à água e à estrada de rodagem. Na parte baixa o colono construía sua residência, e os locais mais elevados do espigão, que eram menos suscetíveis ao frio, eram destinados aos cafezais. As cidades planejadas por essa companhia obedeceram a um critério de urbanização em que os núcleos urbanos principais distam entre si aproximadamente 100km, permeados por pequenos patrimônios a cada 10 a 15m, responsáveis pelo abastecimento da população rural. Sendo assim, o modelo adotado pelas companhias que lotearam o Noroeste, seguiu a mesma estratégia para atrair seus compradores, sendo que naquela conjuntura, estes compradores já estavam com o ideário das famosas terras roxas do Norte do Paraná. Todavia, esse modelo de loteamento, conforme a Colonizadora Brasil Paraná – BRAPA, uma das que atuaram no Noroeste, colonizando o município de Querência do Norte, seguia o seguinte critério, “os lotes eram vendidos a prazo, com um período estimado de 2 anos para o pagamento. Em média, os lotes continham 10 alqueires paulistas⁵³, tendo na parte superior, também chamada de cabeceira pelos compradores, uma estrada de rodagem, e ao fundo um curso d’água” (HARACENKO, 2002, p.58).

Escrevendo sobre as firmas particulares de colonização que atuaram nessa região, Soares (1973) assim se refere: “Ao Norte do Ivaí, na colônia Paranavaí, após a dinamização da vila de Paranavaí por iniciativa oficial, apenas entre 1949 e 1952 é que praticamente toda a área, até o rio Paraná, teve iniciada a sua ocupação. **As firmas particulares de colonização, na maioria de origem paulista, atuavam com vendas de sítios, chácaras e criação de núcleos urbanos**” (SOARES, 1973, p.10, grifo nosso).

Na colonização desenvolvida pelo Estado em Paranavaí, quanto ao modelo de loteamento, Alcântara diz:

O sistema de colonização praticado pelo governo do Estado foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, vendendo suas terras em pequenos lotes agrícolas, exceto nos casos da Colônia Centenário que foi loteada em fazendas e de **Paranavaí onde as propriedades rurais eram de dimensões variadas**, conforme sua localização em relação à sede da Colônia (ALCÂNTARA, 1987, p. 26, grifo nosso).

⁵³ 1 alqueire paulista corresponde a 24.200m²

É importante neste comenos destacar que, embora tenhamos afirmado que as companhias privadas que lotearam o Noroeste seguiram o modelo de loteamento utilizado pela CMNP, a qual, naquela conjuntura, tinha loteado parte do Norte do Paraná, isso não implica que acatemos a idéia de que a colonização oficial tenha seguido o modelo da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), conforme relata Alcântara (1987), nas duas primeiras linhas em destaque da citação acima. Tomazi (1997), fazendo uma análise dessa mesma citação, pondera que:

Existe um discurso que também afirma que a colonização praticada pelo governo do Paraná foi semelhante ao da CTNP. Entres outros pode-se citar José Carlos ALCÂNTARA (1987, p. 26). O autor inverte a equação, pois, desde 1916 (através de várias leis) as terras colocadas à disposição para colonização e dadas em concessão pelo governo paranaense já determinavam que estas terras deviam ser repartidas em pequenas propriedades. Outras empresas antes da CTNP já haviam feito este tipo de loteamento, no estado e fora dele. Não foi a CTNP que criou esta forma de (re)ocupação (TOMAZI, 1997, p. 317).

Soares (1973), estudando o município de Loanda em 1970, afirma que a colonização, ou - na forma de dizer da autora - o povoamento desenvolvido pelas colônias oficiais no Noroeste do Paraná abrangendo também o Sul do rio Ivaí, na sua grande parte deveu-se aos resultados positivos da colonização do Norte Novo, que teve alicerce na obra de planejamento e na infra-estrutura oferecida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, numa região dotada de solos férteis. A autora conclui que na delimitação oficial das colônias do Noroeste, o Departamento de Terras do Estado, órgão então responsável pela demarcação das colônias, teve uma atuação bastante limitada como colonizador, pois: “Uma vez demarcadas e medidas as glebas da colônia, feita a medição dos lotes, se iniciava a sua distribuição aos interessados mediante irrisórias quantias, e praticamente, aí terminava a atuação do Estado como colonizador” (SOARES, 1973, p. 9).

Nota-se com isso que a autora faz uma comparação entre os resultados positivos da infra-estrutura oferecida aos colonos pela CMNP e o resultado negativo da infra-estrutura que era oferecida aos colonos pela colonização oficial. O Estado não dotava a área que havia colonizado de um conjunto de necessidades básicas para esses colonos, uma vez que não havia, por parte deste, medidas que proporcionassem a efetiva ocupação das glebas. Entre essas medidas destacam-se os caminhos coloniais e a concentração de serviços que

possuíssem características de embriões de núcleos urbanos, estratégias que, via de regra, eram desenvolvidas pela companhia que atuava no Norte do Paraná.

Não obstante, na área em estudo, houve por parte da colonização oficial, na esfera em que atuou, a implantação de infra-estrutura básica para o processo de povoamento apenas em Paranavaí, fato que é reconhecido por Soares (1973), quando salienta:

A não ser no caso da cidade de Paranavaí, que foi criada pelo departamento de terras e colonização do Estado, não houve outras iniciativas semelhantes pelo menos no norte do Ivaí. Na época do início da venda dos lotes, por volta de 1945, o pequeno patrimônio decadente, resquício da antiga Fazenda Brasileira, foi dotado de alguns serviços como assistência médica e caminhos (SOARES, 1973, p. 9).

Sendo assim, de acordo com as informações retiradas no decurso de conversas com alguns colonos, em nosso trabalho de campo, reportando-se aos tipos de colonização implantados no Noroeste, estes salientaram que o que era mais comum nessas colônias oficiais era a abertura dos “picadões”, ou seja, caminhos estreitos abertos na floresta a golpes de machado, feitos pelos próprios interessados que adquiriam seus lotes do Estado. Rosa (1990), igualmente, fazendo uma comparação entre a atuação no processo de colonização oficial e a das empresas privadas, afirma que, diferentemente “da colonização planejada no Norte Novo, onde as companhias particulares além do loteamento das terras promoveram a instalação de núcleos urbanos e a construção de pontes, ferrovias e rodovias, criando a infraestrutura necessária ao escoamento da produção dos sítios e fazendas” (ROSA, 1990, p. 23), o que aconteceu no Noroeste do Paraná “nas áreas de colonização oficial, o mais comum era abertura de picadões, ou caminhos estreitos feitos pelos próprios interessados que adquiriram lotes do Estado, pretendendo formar fazendas” (ROSA, 1990, p. 23). Salienta a autora que eventualmente esses colonos, tendo algum prestígio nos meios políticos, conseguiam que o Estado abrisse caminho até suas terras, o que acabava por contribuir para sua valorização.

Nessa perspectiva, Soares (1973) esclarece:

De certa forma o sistema de colonização adotado pelo Estado, facilitou para os particulares a aquisição de grandes áreas nas colônias. Como provável consequência a esse fato, a colonização da colônia de Paranavaí, e das colônias ao sul do Ivaí, com a proliferação de núcleos urbanos nem sempre bem sucedidos e a presença maciça, da pequena propriedade, deve-se à iniciativa particular. Esta pode ou não estar

fundamentada na especulação imobiliária, mas contribuiu indiscutivelmente para o povoamento da área, dando-lhe uma infra-estrutura de serviços (SOARES, 1973, p. 10).

É no papel das empresas particulares de colonização que atuaram no Noroeste que centraremos o nosso foco de análise. Por nossa vez, salientamos que em nossa trajetória pela área em estudo, através de conversas com os colonos, indubitavelmente, podemos considerar que o discurso do Norte do Paraná influenciou a atuação das colonizadoras e conseqüentemente fez diferença no momento de o colono decidir migrar para o Noroeste. As empresas colonizadoras atuaram no Noroeste tendo como pano de fundo um discurso que evidenciava a fertilidade das afamadas terras do Norte do Paraná. Desta forma salienta o senhor Paulo Konrath⁵⁴:

Uma noite lá em casa, alguém falou no Norte do Paraná, principalmente a cidade de Londrina. Aí eu achei que fosse assim meio bom demais pelo que essa pessoa nos falou. Aí o meu sogro respondeu: “não Paulo, isto é verdade, porque eu tenho um primo meu no Banco do Brasil, transferido pra Londrina, e ele há poucos dias me escreveu uma carta, contou mais ou menos isso que o senhor contou, então isso tudo é verdade”. Aí nós resolvemos de verificar isso mais de perto (KONRATH; KONRATH, 2001).

Nota-se que toda a conversa da família, com a do senhor que lhes falava, girava em torno das terras em Londrina, e o que fez o senhor Paulo realmente tomar a decisão foi o conteúdo da carta que o primo do sogro havia escrito, afirmando que tudo o que se falava do Norte do Paraná era verdade. Sendo assim: “nós descobrimos um vendedor de terras em Porto Alegre, falei com ele e ele disse ‘não, é assim e assim’, eu sou vendedor de terras. Aí nós resolvemos comprar terra, mas, eu primeiro queria conhecer Querência do Norte” (KONRATH; KONRATH, 2001).

Nessa fala, num primeiro momento, notamos que o senhor Paulo foi encontrar o vendedor de terras em Porto Alegre. Sendo assim, percebemos a atuação da Companhia em outro Estado; já num segundo momento, após conversar com o corretor, ele resolve comprar a terra

⁵⁴ O Sr. Paulo Konrath saiu, na época, do distrito de São Leopoldo, RS, e chegou a Querência do Norte nos primeiros dias do mês de julho de 1952, a princípio, para conhecer o local e analisar a fertilidade da terra. Voltou ao Rio Grande e 15 dias depois retornou a Querência. Somente no ano seguinte foi buscar a esposa, a senhora Roni Konrath. Foi prefeito do município duas vezes, de 1963 a 1969 e de 1973 a 1977. O casal concedeu-nos a entrevista dia 20-4-2001 em sua residência.

num município no Noroeste do Paraná. Logo percebemos que toda a construção ideológica das terras do Norte do Paraná estava presente e contribuiu para a venda das propriedades no Noroeste deste Estado. Disso podemos inferir que o corretor, quando no depoimento disse: “Não, é assim e assim”, atuou fazendo propaganda das terras da área que compreende o Noroeste do Paraná baseada nas terras do Norte do Paraná.

Cumpre salientar que a influência de colonos paulistas, gaúchos, catarinenses e nordestinos no Noroeste do Paraná é notável, pelo que constatamos no contato com a área em estudo. Isso demonstra a atuação desempenhada pelas colonizadoras nos diversos estados do Brasil. Essas empresas enviavam corretores a vários estados do país, ou então fixavam os corretores em um determinado Estado como ponto de referência, dependendo do estereótipo do colono que haviam planejado trazer ao Noroeste do Paraná. Montavam lá um escritório de vendas das terras, interligando as atividades com um escritório instalado no local onde seria fundada a cidade, ou então num centro maior da região. A propósito, comenta o Sr. Franchello: “ Nós tínhamos uma frota de 10 jipes Land Rover, fora as caminhonetes que os corretores do Rio Grande que nós contratamos utilizavam. Montamos escritório em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, nas melhores cidades lá, cidade de lavoura lá, e conseguimos trazer os clientes graciosamente pra cá ver a terra” (FRANCHELLO, 2001). Na fala do Sr. Franchello, também identificamos a forma de atuação dos sócios da BRAPA. Ele diz: “Ficava aqui (em Londrina) eu e o Valdomiro, pra encaminhá as caravanas que eles de lá do Sul, onde eles tinham conhecimento contratavam os corretores e mandavam pra cá, e nós, de Londrina pra lá (para o Noroeste) levávamos eles (os interessados em comprar a terra). Dia de chuva era quase um mês pra ida e volta” (FRANCHELLO, 2001).

Quando nos referimos ao estereótipo do colono, afirmamos que houve por parte de algumas empresas colonizadoras o desejo de estabelecer certa homogeneidade populacional na área em que estavam colonizando. Desta forma os corretores atuavam em um único Estado do país, como, por exemplo, temos companhias que atuaram somente em São Paulo, outras que atuaram praticamente no Rio Grande do Sul, como é o caso da Brasil – Paraná.

Nesse quadro de seleção de pessoas para destinarem-se ao Noroeste, realizada pelas companhias, fica evidente o papel de controle do espaço e dos homens, já discutido anteriormente, uma vez que as empresas colonizadoras montam uma espécie de estereótipo para o colono, consolidado por uma figura simbólica que lhe é peculiar. No caso da Brasil – Paraná - fazer uma seleção dos colonos especificamente dos dois últimos estados da Região Sul do país - fazemos o seguinte questionamento: “qual é o estereótipo das populações do Sul do Brasil? Na sua maioria são descendentes de imigrantes, é um povo instruído, cheio de

valores, trabalhador e que necessariamente faz o local se desenvolver” (HARACENKO, 2002, p.57). Esse simbolismo recai na categoria de “colono-modelo”, salientada no estudo de Santos (1989), que num primeiro momento seria o agricultor melhor instruído, que, utilizando-se de sua instrução, teria maior acesso às técnicas agrícolas modernas, insumos, maquinários, possuindo também familiaridade com créditos agrícolas. Posteriormente: “a categoria ‘colono-modelo’, constituiu um tipo de referência a partir do qual se estabeleceram graus de avaliação dos colonos” (SANTOS, 1989, p. 109).

Outro componente que vai marcar o tipo desse colono-modelo “decorre da efetivação do controle dos homens: trata-se daqueles que é submisso às diretivas das agências de colonização. O ‘colono modelo’ será, portanto tecnicamente moderno e politicamente conformista, e símbolo de um grupo social que o Poder desejaria ser portador de uma ordem moderna nas novas terras” (SANTOS, 1989, p. 109).

Isso posto, evidenciamos que a venda das terras, não raro, ocorria no próprio local de origem do comprador; então, o próximo passo era mostrar a área ao novo proprietário. Às vezes acontecia o inverso: os interessados se aventuravam para conhecer a terra a ser adquirida, acabam gostando e comprando. Segundo Franchello, “Eles primeiro vinham aqui, é lógico, eles não compram no escuro, o gaúcho é desconfiado (...), mas eles, desconfiados como eram, tinham que ver os lotes, nós tínhamos que cortar os lotes e mostrar a eles” (FRANCHELLO, 2001).

Como os lotes eram vendidos a prazo, tendo um período estipulado, em média, de 2 anos para ser quitados, ao parcelar a forma de pagamento das terras que comercializavam, as empresas facilitavam sua aquisição. Sendo assim, influenciados pelos corretores e pelos próprios proprietários das companhias, inúmeras foram as famílias que se dirigiram ao Noroeste do Paraná.

A respeito da infra-estrutura oferecida por essas companhias privadas aos colonos do Noroeste, no processo de ocupação, constatamos que estas tinham um tipo de promessa nas suas propagandas, porém quando o colono chegava para instalar-se, enfrentava a dura realidade, que não constava nos anúncios de propaganda. Em conversas realizadas com os colonos do Noroeste, percebemos que o resultado dos projetos e a atuação das companhias colonizadoras deixaram marcas indeléveis nos colonos. Em grande parte eles afirmaram que uma coisa era a propaganda realizada pela companhia, outra bem diferente era a realidade encontrada. Os colonos que destacam com veemência esses fatos são os do município de

Querência do Norte. Aclarando esses acontecimentos, o senhor Santo José Borsatto⁵⁵ refere que:

Na época, a colonizadora Brasil-Paraná nas suas fotos, jornais, revistas que a cidade já estava aberta e já tendo no mapa um porto que era o rio Paraná coligando São Paulo, Mato Grosso e o Paraguai; mais nada disso tinha, que a primeira casa dentro do patrimônio de Querência do Norte era o escritório de colonização da Brasil-Paraná. (...) A água constava no contrato de compra, água encanada, e quando nós chegamos aqui fomos completamente enganados, aí que surgiu o poço artesiano, nas margens do Juriti. Aí trouxeram todos os encanamentos da Brasil-Paraná de Londrina pra colocá água encanada que hoje tá a caixa d'água na praça matriz, que só tem água lá dentro hoje que é da chuva, mais não água que foi furado poço artesiano, sendo que os canos desapareceram (BORSATTO, 2001).

Outra colona,⁵⁶ referindo-se à atuação dos proprietários da empresa colonizadora, salienta:

Eu não tenho como falar bem do Franchello, porque eu acho que ele não era sério no negócio dele. O meu pai tinha uma chácara, pagou a chácara, e ele vendeu novamente. Aí trocou por lotes, mais não deu escritura pro meu pai. Agora o meu pai faleceu, e a minha mãe levou novamente lá pra ele reconhecê a escritura e até hoje, acho que faz uns trinta anos que tá com ele, e o lote da minha mãe não tem escritura.

Igualmente a senhora Lourdes Maria de Souza⁵⁷ expõe sua opinião a respeito da infraestrutura prometida pela colonizadora, mas não cumprida. Ela diz: “Querência,

⁵⁵ O senhor. Santo José Borsatto chegou a Querência do Norte em maio de 1952, com 9 anos de idade. Membro da família Borsatto, vinda do Rio Grande do Sul, e uma das primeiras que chegaram em Querência, possui um amplo conhecimento da problemática do município, em relação à colonização e à propriedade da terra. Atualmente é comerciante, e nos concedeu a entrevista no dia 14-4-2001, em sua residência.

⁵⁶ Por ser uma opinião estritamente pessoal, a pessoa pediu-nos para não ser identificada, portanto ela não está aqui referenciada em sua fala, para preservação de sua identidade. Chegou a Querência aos 9 anos de idade, vinda da cidade de Ijuí - RS, no ano de 1952. É filha de funcionário da empresa colonizadora do município. A entrevista foi realizada no dia 19-4-2001, em sua residência.

⁵⁷ A senhora Lourdes Maria de Souza a Querência do Norte, vinda do Rio Grande do Sul, no dia 21 de abril de 1955, ano da primeira geada que devastou os cafezais na região. É filha de colono do município e a segunda professora municipal. Chegou quando o café já estava formado e sentiu o desespero do pai ao perder tudo. Realizamos a entrevista dia 20-4-2001, em sua residência.

infelizmente, foi muito abandonada pela companhia que loteou. Ela, quando vendia os terrenos, prometeu demais e não cumpriu nada do que prometia, ela não cooperou em nada” (SOUZA, 2001). O depoimento do senhor Ângelo Fortuna⁵⁸ confirma as opiniões “Óia, a companhia foi uma traidora”.

Dessas afirmações depreendemos que houve, por parte de muitos colonos, uma frustração muito grande diante das promessas que não foram cumpridas. Quando chegavam no local e não encontravam o que lhes havia sido prometido, vinha a vontade de retornar ao seu local de origem, principalmente por parte da mulheres. Sobre isso comenta o senhor Santo: “Nóis ficamo nesse barraco que nóis tava na beira do Queixada (nome de um córrego) 75 dias, até que se acomodasse o término da queimada do patrimônio; não muito acomodados, mas incomodados, que muita gente queria ir embora, principalmente as tia com criança pequena” (BORSATTO, 2001). Da mesma forma, remetendo-se ao sentimento de não pertencer àquele local, relatando o princípio da sua chegada, comenta o senhor Paulo:

No princípio, quando nós estávamos em Querência do Norte, quando eu estive em Paranaíba, alguém perguntou: “Você vai para casa?”. Eu nunca falava que eu vou pra casa, eu dizia eu vou pra Querência do Norte, porque a minha terra natal e a dela (refere-se à esposa) não estavam aqui dentro. Depois o que nos fez falar diferente foi os próprios filhos, os filhos estão erradicados aqui, os próprios filhos fizeram nós mudar. Hoje sempre falo “eu vou pra casa”, porque minha casa é aqui (KONRATH; KONRATH, 2001).

Em sua narrativa, continua o senhor Franchello, comentando a respeito da forma como lucrava com a venda dos lotes no Noroeste. Assim ele se expressa: “(...) lucro na terra nós não tínhamos, (...) então nós vendíamos a colônia. Nós aí estávamos empatando só na gleba, que era o chamariz pra trazê-los. Vendíamos muito baixo o preço do alqueire, mais pra ganhar dinheiro, eles eram obrigados cada 10 alqueires, comprar uma ou mais data na cidade, e aí é que a companhia ganhava dinheiro” (FRANCHELLO, 2001). Mais adiante, no mesmo depoimento reforça: “Nos lotes nós empatávamos o capital, e o que nós ganhávamos eram com as datas que eles eram obrigados a comprar para construir na cidade, deixar o colégio

⁵⁸ O senhor Ângelo Fortuna chegou ao município de Querência do Norte no dia 18 de fevereiro de 1952, vindo de Erechim, no Rio Grande do Sul. A princípio, sua intenção era “olhar as terras” do local; em seguida voltou ao RS, casou-se e retornou com a esposa, Terezinha Barth Fortuna, no dia 05 de maio de 1953. O casal concedeu-nos a entrevista no dia 19-4-2001, em sua residência em Querência.

pros filhos, a igreja, ficar uma cidade para que eles tivessem também onde fazer as compras pras colônias. Tudo foi bem estudado (FRANCHELLO, 2001).

Enaltecendo o município na atualidade e valorizando a capacidade empreendedora de sua empresa de colonização, continua:

Enfim nós colonizamos Querência, sendo município do Estado do Paraná, uma cidade linda, bonita. Inicialmente os nossos aeroportos era a própria avenida central em Querência do Norte; Colonizamos tudo aquilo. Veio outra geada, outra infelicidade. Nós abrimos estradas e hoje é um município espetacular do nosso Estado e lá tá o gaúcho, e catarinense, paulistas que nós levamos para que eles colonizassem e plantassem o que eles queriam de melhor. Inicialmente plantou-se o café, mais o café nós tivemos essa infelicidade de duas geadas quase que seguidas, e os colonos, pra não desanimá, nós não cobrávamos dele os vencimentos das compras, até eles plantarem, ganharem dinheiro e pagar a companhia; e foi assim que nós fomos colonizando (FRANCHELLO, 2001).

Nota-se neste depoimento que o proprietário da colonizadora só tem elogios para o município que colonizou, embora veja nas constantes geadas um fator de infelicidade para os colonos do município. Por outro lado, verificamos, através dos depoimentos dos colonos, qual é o sentimento que eles trazem consigo, ao longo dos anos, quanto à atuação da empresa no processo de colonização e povoamento do município de Querência do Norte. Cumpre evidenciar que esses depoimentos são apenas alguns exemplos de expressões de descontentamento dos colonos com a atuação das colonizadoras no Noroeste do Paraná.

Nesse contexto, em que podemos confrontar os depoimentos de camponeses com os de capitalistas, fica evidente o posicionamento das classes em lados opostos. Nesse sentido, como salienta Santos (1989), o processo de colonização agrícola define um espaço social de conflitos, em cujo interior posicionam-se grupos, classes e forças sociais que entram em antagonismo. Nesse caso, uma vez que o processo de colonização se constitui num campo de conflitos sociais, os camponeses deixaram transparecer nos seus depoimentos o engodo a que foram atraídos.

Reportando-se às outras colonizadoras que naquela conjuntura estavam atuando no Noroeste, o Sr. Franchello comenta:

Quanto às outras colonizadoras da região, tinha uma que os rapazes eram de São Paulo; eles fizeram Loanda e estavam implantando cidades; tinha outras, a de Monte Castelo. (...) O pessoal que vinha de São Paulo, loteadores, e faziam essas glebas, compravam os terrenos de outros amigos do governador Moisés Lupion, que vendiam para eles, eles requeriam as Glebas, recortavam os lotes e iam desbravando esse Norte todo (FRANCHELLO, 2001).

Também verificamos, por outro lado, elogios de alguns colonos ao enfatizarem a atuação das empresas colonizadoras em seus municípios, considerando que estas dotaram de infra-estrutura a área que estavam colonizando. A esse respeito comenta senhor Luís Flávio Franciulli⁵⁹, que evidencia o caso do município de Santa Isabel do Ivaí, quando afirma que “Santa Isabel do Ivaí nasceu com energia elétrica a motor a diesel, água encanada, rede de combate a incêndio, tinha uma estrutura compatível com centros mais adiantados, isso tudo proporcionada pela companhia colonizadora, que inclusive instalou a maior cerâmica da América Latina da época no município de Santa Isabel” (FRANCIOLLI, 2004). No entanto, por problemas políticos envolvendo a Companhia e a política municipal, o que ocorreu é que: “ Bem, então na época em 1963 quando assumiu o terceiro prefeito houve essa ruptura da companhia com o poder político do município, a companhia simplesmente se afastou, e foi quando Santa Isabel teve assim problemas estruturais” (FRANCIOLLI, 2004).

Diante disso, salientamos que esses casos eram excepcionais, uma vez que a regra geral das colonizadoras era: “As imobiliárias não se preocuparam com o problema de infra-estrutura urbana, não incentivaram a implantação de sistema de atendimento à saúde, educação, indústrias, abastecimento de água e outros que se faziam necessário para abertura, formação e desenvolvimento de uma cidade, propriamente dita” (RODRIGUES, 1983, p.144).

Nessa perspectiva, depreendemos que alguns colonos do Noroeste do Paraná que adquiriram terras da CMNP e tiveram como resultado dessa atuação a colonização dos seus municípios realizada por esta companhia, manifestam verdadeira admiração pela Companhia, pela forma como ela atuava. Um exemplo é o depoimento do senhor Elias Delfino Fernandes⁶⁰, que argumenta:

⁵⁹ Luís Flávio Franciulli nos concedeu a entrevista no dia 1 de setembro de 2004 em sua residência, na cidade de Maringá.

⁶⁰ O senhor Elias Delfino Fernandes (na cidade conhecido como Seu Dico) nos recebeu em sua residência na cidade de Inajá no dia 16 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

A imobiliária que deu toda assistência em Inajá foi a Companhia Melhoramento, aquela Companhia Melhoramento, ela só tinha vontade, muita vontade de vendê. Eu comprei 5 alqueire, naquele tempo por 25 mil, eu não pude pagá, eu entrei com 12 mil, e fui pagá o outro depois que eu já tinha produção em cima desses 5 alqueire. Eu ia lá pagava o juro, e eles dizia pra mim: “Não dexa di você mantê o alimento da tua família, por conta da Companhia Melhoramento não; só vem dá dinheiro aqui quando tivé sobrano”. Isso foi sempre assim (FERNANDES, 2005).

Veja que o colono, não podendo pagar o que devia à Companhia, honrava seu compromisso pagando o juro. A honestidade é uma virtude que acompanha o camponês ao longo da história, uma vez que é um ensinamento que permeia o núcleo da família e passa de pai para filho. Diante disso a Companhia estabelece uma perfeita “relação de confiança e credibilidade” com os colonos, uma vez que, não recebendo a parcela no tempo combinado, o juro estava garantido. Por isso a Companhia tinha condições de dizer ao colono que só levasse dinheiro para ela quando estivesse sobrando. É a partir dessa “confiança” depositada no colono pela Companhia que inferimos que ele passava a admirá-la e a elogiá-la. No caso, enfatizando o papel da CMNP, continua o senhor Elias:

Aqui em Inajá, não teve grilo, porque aonde a Companhia Melhoramento está não tem grilo não. A Companhia Melhoramento é uma Companhia que ela dá assistência dela, ela vendeu, ela acompanha, e não tem negócio de grilo, não tem capanga lá pa tá disviando uma propriedade, passando uma propriedade de um pra outro, pra podê existi aquele ganho dele não, porque a Companhia Melhoramento ela tem todo o comportamento dela, que ela compra e vende, e contribui com as garantia da própria Companhia. Ela dava esse total apoio. É isso que eu tenho pra dizê (FERNANDES, 2005).

Igualmente, falando sobre o município de Cruzeiro do Sul, o senhor Valdecir Reggiani⁶¹ comenta a atuação da CMNP: “Aqui não teve grilagem, conflito de terra, porque as pessoas compravam os sítios de 5, de 10 ou de 15 alqueires já feito o loteamento, pela Companhia Melhoramento do Norte do Paraná, e foi tudo certo, e foi rápido” (REGGIANI, 2005).

⁶¹ O senhor Valdecir Reggiani nos recebeu em sua residência na cidade de Cruzeiro do Sul, no dia 17 de outubro de 2004, onde nos concedeu a entrevista.

Cumpra referir que havia, por parte de algumas colonizadoras pequenas que atuaram no Noroeste, falta de experiência no ramo de loteamento e colonização. Como exemplo temos o caso de Parancity, cidade fundada a 3 quilômetros de Cruzeiro do Sul. O senhor José Bonifácio Moron⁶², remetendo-se a esse assunto e falando de Paranacity, refere:

A colonizadora que colonizou aqui foi a Imobiliária Progresso, com sede em Apucarana, constituída por três irmãos da Família Eid. Aproveitando aquele embalo, segundo um de seus sócios, eles viam aqueles caminhões de mudança vindo aqui pro Norte do Paraná e acharam que seria um bom negócio eles fundarem uma cidade. E foi o que aconteceu. (...) eles não tinham experiência em colonizadora, foi mais assim uma aventura (MORON, 2005).

Essa falta de experiência por parte da empresa colonizadora, comentada pelo senhor José Moron, refletiu-se na condição de planejamento e infra-estrutura da nova cidade que estava se formando:

E essa foi uma das razões para que Paranacity não tivesse um desenvolvimento que uma empresa colonizadora como a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná conseguia fazê nas cidades que ela colonizou. Nós estamos aqui ao lado de Cruzeiro do Sul, apenas 3 quilômetros, uma cidade atrapalhando o desenvolvimento da outra, concorrendo com o desenvolvimento da outra, (...) isso não foi bom nesse aspecto de desenvolvimento (MORON, 2005).

Os nomes dos núcleos populacionais urbanos do Noroeste foram escolhidos pelas companhias que os colonizaram. “Caso raro” foi o de Loanda, em que a Companhia Colonizadora Norte do Paraná resolveu escolher o nome da cidade de uma forma “democrática”. Realizou um concurso público para a escolha do nome da nova localidade que estava colonizando, dando oportunidade para que todos os colonos que ali comprassem seus lotes pudessem opinar na escolha do nome da futura cidade. Convém salientar que ao vencedor, segundo o documentário histórico municipal de Loanda (2004), seria doado um lote na cidade.

⁶² O senhor José Bonifácio Moron foi prefeito do município de Paranacity. Recebeu-nos em sua residência, naquela cidade, no dia 16 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

Desta forma, foi promovido pela colonizadora o concurso público na Rádio Clube de Dracena, cidade paulista onde funcionava a sede da empresa colonizadora. O vencedor foi um dos sócios-proprietários desta empresa, que, inspirando-se na capital de um país sul-africano, Angola, cuja capital é Luanda, propôs para a cidade do Noroeste do Paraná o nome Loanda. A esse respeito relata o Sr. Francisco de Assis Pinheiro⁶³: “Então aqui, foi uma cidade imaginada, cujo nome, Loanda, foi de um concurso, e o nome escolhido foi Loanda, pelo seu Lino Spinardi, que teve a idéia de escolhê; dos nomes apontados foi escolhido por ele (...) existiu exatamente esse concurso, e a escolha desse nome” (PINHEIRO, 2005).

O que depreendemos neste item, no qual analisamos o papel das empresas de colonização, é que houve por parte da maioria dos colonos por nós entrevistados, ao comentarem o papel desempenhado por essas empresas colonizadoras, na sua função de colonizar e povoar, insatisfação no tocante à infra-estrutura que não lhes foi oferecida no processo de colonização do Noroeste do Paraná. Ficou guardada em sua memória uma frustração e até mesmo um sentimento de revolta contra as colonizadoras, que o tempo não foi capaz de apagar.

Não obstante, também houve - se bem que em menor quantidade - aqueles colonos que ficaram satisfeitos com a forma como as empresas conduziram o processo de colonização, e como pudemos notar, só tiveram elogios ao papel das colonizadoras. Igualmente, houve críticas à falta de experiência por parte de algumas dessas empresas, que só visaram ao lucro, não fornecendo a infra-estrutura necessária à área que estavam colonizando.

Percebemos através destes depoimentos que a falta de organização da infra-estrutura no processo de colonização no Noroeste não ocorreu somente nas colonizações oficiais, como haviam destacado anteriormente alguns autores que analisamos. Por outro lado, essa falta de infra-estrutura foi negada, de forma veemente, pelas empresas privadas de colonização.

Afora a análise dos lucros obtidos por essas empresas, de tudo isto que extraímos da fala dos colonos e do proprietário de uma empresa colonizadora, inferimos que a responsabilidade maior das companhias colonizadoras, através das suas formas de atuação adotadas para comercializar a terra, incluindo as propagandas, corretores etc., foi somente terem incentivado e desencadeado os motivos e as trajetórias da migração para o Noroeste.

⁶³ O Senhor Francisco de Assis Pinheiro é advogado, foi prefeito em 4 mandatos em Loanda e nos concedeu a entrevista em 18 de janeiro de 2005, em seu escritório na cidade de Loanda.

3.4 OS MOTIVOS E AS TRAJETÓRIAS DA MIGRAÇÃO PARA A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ

Até o início da década de 1950, a história da colonização dos municípios que se desmembraram de Paranavaí era a mesma da então denominada Colônia Paranavaí, considerando-se que todos eles estavam ainda ligados a essa colônia, guardadas, é claro, algumas pequenas exceções peculiares a cada município, como, por exemplo, aqueles que foram desmembrados de Nova Esperança e colonizados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Neste caso, embora não houvesse, nesse período, delimitações municipais e os sinais de povoamento fossem mínimos, já havia as demarcações dos futuros loteamentos das empresas colonizadoras, pois os colonos, ao olharem pela primeira vez a terra que iriam comprar, guiavam-se pelas placas que encontravam no caminho. É o que relata o senhor Ângelo Fortuna, habitante do município de Querência do Norte: “Até Paranavaí viemo com aquela rural, de Paranavaí peguemo um jipinho da Companhia Brasil-Paraná, mais naquela época fazia volta por Guaraçá (Guairaçá), Terra Rica, Areia Branca, Nova Londrina, Maria Helena e vinha sair aqui. Loanda e Monte Castelo tinha só as placa: ‘Aqui se constrói Loanda’, ‘Aqui se constrói Monte Castelo’” (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Nota-se nesse depoimento que, após passar Paranavaí, o colono fez em sua memória um mapeamento detalhado do trajeto que seguiu, até chegar ao local onde seria a futura cidade de Querência do Norte, fornecendo o nome de todos os locais por onde passou. Isso mostra que, embora só houvesse mata, as placas com os nomes das futuras cidades já estavam postas, demonstrando que o traçado da reconfiguração territorial proveniente da atuação das empresas colonizadoras que estavam atuando no Noroeste estava definido. Remetendo-se ao mesmo assunto, em sua narrativa o senhor Paulo Konrath esclarece: “Para clareza, de Paranavaí só tinha mato, não existia cidade nenhuma. Nem Loanda não existia. Encontrei em Loanda, onde hoje é o centro da cidade, numa peroba, uma placa: ‘Aqui vai ser a futura cidade de Loanda’” (KONRATH; KONRATH, 2001).

Cumpre salientar que o desdobramento do nosso trabalho de campo pelo Noroeste, entrevistando os colonos, permitiu-nos confirmar o que os discursos já afirmavam: que os colonos haviam se destinado ao Noroeste em função da possibilidade de um futuro promissor que a cultura cafeeira poderia lhes proporcionar. Em praticamente todas as nossas entrevistas, as quais abordam a colonização, ouvimos a frase, “Nós viemos para cá por causa do café”; no entanto, é o senhor José Moron que confirma esse fato, afirmando: “Meu pai havia estado

aqui um ano antes pra conhecê, e decidiu fazê o que muitos pioneiros fizeram. Eles vieram em busca do novo Eldorado, como era conhecido o Noroeste do Paraná, pra tentá aqui, aquilo que não conseguiam em outras regiões, ou seja, a prosperidade” (MORON, 2005).

Sendo assim, para compreender o processo de colonização é necessário, neste momento, buscar na fala dos colonos quais foram os motivos que realmente os influenciaram na decisão de efetuar uma trajetória de migração de seu local de origem, para o Noroeste do Paraná.

Começamos, então, pela fala do senhor Santo Borsatto, o qual diz: “Saímo do Rio Grande do Sul pra Querência do Norte vendo aquelas foto, paisagem cafeeira que ia ser a maior riqueza do mundo, ia tornar todo mundo rico (...) finalmente foi acertado que nós vinha pra Querência do Norte, aqui no Paraná, plantá café” (BORSATTO, 2001).

Primeiramente, percebemos nesse depoimento que ele e a família viam fotos da paisagem cafeeira, e essas fotos eram-lhes exibidas por alguém. Nesse momento entram ação as empresas colonizadoras, na pessoa dos seus corretores, que, distribuídos por vários estados brasileiros, propagavam, através de fotos de belas culturas, a fertilidade do solo e a produtividade das culturas cafeeiras do Norte do Paraná. Em outro depoimento o Sr. Vítório Galli⁶⁴, que morava em São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, destinando-se a São Carlos do Ivaí, salienta: “Naquele tempo, eu memo, quarqué um me iludia né, porque tê o café que tinha aqui, o sacrifício que a gente fazia lá, por causa de café, o café que tava aqui, dava 700, 800 saco por mil pé, né: Dava memo, a turma quando eu chegava lá me perguntava, eu falava, eles falava que era mentira; podia acreditá que dava. Ali em Mandaguari, Marialva” (GALLI, 2005).

A exemplo do relato anterior, percebemos ainda a influência da propaganda. Desta vez poderia ser a atuação de corretores, como também de um parente ou de um amigo, uma vez que o próprio colono afirma que qualquer um poderia iludi-lo e fazê-lo migrar para o Noroeste, pois lá no seu local de origem tinha dificuldades na lida com a lavoura cafeeira. Em seguida ele próprio tornou-se um que fazia propaganda, ao chegar em seu local de origem e comentar com “a turma” a produção das sacas de café por mil pés; no entanto, chama-nos a atenção que, no final da fala, ele reporta-se às cidades de Mandaguari e Marialva, cidades localizadas no Norte do Paraná, e não no Noroeste, região para onde ele tinha se destinado.

⁶⁴ O Sr. Vítório Galli nos recebeu em sua residência em São Carlos do Ivaí, onde nos concedeu a entrevista no dia 19 de janeiro de 2005.

Em Paranacity, o senhor José Moron, ao referir-se ao Noroeste, comenta: “O Norte do Paraná, especificamente o Noroeste, naquele tempo ele era assim um tipo atração. O Noroeste, por exemplo, era uma espécie de Eldorado, o novo Eldorado” (MORON, 2005). Ao emitir sua opinião, primeiramente ele apóia-se no Norte para depois reportar-se ao Noroeste, confirmando, desta forma, o encalce com que o discurso do Norte do Paraná influenciou os colonos que se destinaram ao Noroeste.

O que fica claro com estas afirmações é o fascínio que a propaganda das terras roxas do Norte do Paraná exercia sobre os migrantes, que, ao se dirigirem ao Noroeste, vinham influenciados pelo que viam e ouviam sobre o Norte do Paraná, especificamente sobre a região de Londrina e Maringá.

Aliado as fortes propagandas realizadas pelas empresas colonizadoras, outro fator que teve influência preponderante para atrair os colonos ao Noroeste era o discurso ideológico “Norte do Paraná”, formado na década de 1930, tendo como pano de fundo a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, responsável pela colonização de parte do Norte do Paraná. Através desse discurso se espalhou que a região Norte do Paraná era um local de terra roxa, e de “pés vermelhos”, expressão utilizada para identificar os paranaenses que dessa região tiravam seu sustento. O poder de influência desse discurso foi muito grande. Nele estava subentendido que essa região era sinônimo de uma colonização organizada e de progresso, aliado ao ideário de adquirir pequenos lotes com prazo para pagá-los (HARACENKO, 2002b, p.77).

Outros motivos que podemos considerar fundamentais para a tomada de decisão do colono de migrar para o Noroeste do Paraná eram as dificuldades enfrentadas na lida de lavrar a terra para sobreviver da agricultura em seu local de origem, bem como a família numerosa. Com o casamento, os filhos mais velhos tinham que procurar sua própria colocação.

Para exemplificar o primeiro motivo, o senhor Ângelo, reportando-se ao município de Erechim, no Rio Grande do Sul, seu local de origem, afirma: “Aí apareceu um corretor lá, fazendo a cabeça da gente, e lá era terra de muito morro, muita pedra, e eu tava enjoado, lavrá com aradão de boi naquela terra, naquela pedra. Eu tinha 6 alqueires de terra que o pai me deu, mais eu num pretendia de casá prá morá naquele lugar” (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Era grande a dificuldade enfrentada pelo colono ao lavrar sua pequena propriedade em um solo pedregoso; por isso, sendo um rapaz solteiro, ele esboça a intenção de, quando casasse, procurar um local melhor para a constituição da nova família. Podemos inferir que a migração representaria “a perspectiva de ver concretizado um sonho que era simbolizado pela aquisição de terra, (...) e, ao mesmo tempo, a possibilidade de aquisição de uma área de terras

que oferecesse melhores condições de trabalho para a família, com solos férteis, ‘livres de pedras’ ” (MACCARI, 1999, p. 48).

Continuando, o Sr. Ângelo diz: “Aí apareceu esse corretor, eu falei, eu vô vê. E o pai era contra, não queria, porque lá, na época, falar no Paraná era queném hoje falar” vamo pro Equador”. Aí parti eu e meu primo” (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Nesse caso, ele iria ver as terras em Querência do Norte, porém o pai era contra, devido à distância. Essa noção de distância, de “muito longe”, está implícita na fala, na qual ele refere que naquela conjuntura, estando no Rio Grande do Sul e vir para o Paraná era como na atualidade dizer que se vai para o Equador. Essa distância, com certeza, implicaria na desunião da família, uma vez que quando casasse o filho iria para bem longe.

Remetendo-nos ao segundo motivo, aquele das famílias numerosas, num primeiro momento há aquelas famílias cujos filhos migram porque casam e essa nova família lhe exige “fazer a vida” em um novo local. Por exemplo, comenta o senhor Honório Parise⁶⁵ “Nóis morava junto com os pai lá, (Distrito de Aratiba, RS), casemo, aí depois nós tinha que se virá por conta, né, lá não dava mais pra ficá; então resolvemo vim pra cá” (PARISE; PARISE, 2001). Para nos determos nos exemplos dos filhos de camponeses que se casam e partem para a colonização de novas terras, Maccari (1999) salienta que essa situação nos revela que, para esse filho, o ato de deixar a casa dos pais e migrar cria as condições para adquirir sua parcela de terra, haja vista que a terra é o elemento fundamental para o novo casal formar sua unidade doméstica produtiva em outro local, neste caso, o Noroeste do Paraná.

Ainda como exemplo de famílias numerosas cujos filhos migraram, comenta o senhor Paulo Konrath: “Nós saímos de Dois Irmãos (Distrito de São Leopoldo, RS) para vir aqui para ver se melhorava de vida, porque a família nossa era bastante grande, nós éramos em 8 filhos, eu sou o mais novo” (KONRATH; KONRATH, 2001).

Por outro lado, num segundo momento há aquelas famílias cujos componentes migraram todos juntos para o Noroeste. Nessas famílias, normalmente os filhos ainda eram pequenos e os pais partiram vislumbrando na futura plantação de café a possibilidade de futuro promissor para eles. Esse futuro promissor, evidentemente, estava associado à busca de mecanismos que pudessem ajudar o filho a ter um lote de terra quando fosse adulto.

⁶⁵ O senhor Honório Parise e sua esposa Maria Tonel Parise vieram de Erechim, RS, para Querência do Norte, em 1953. O casal concedeu-nos a entrevista no dia 19-4-2001, em sua residência.

A propósito comenta o senhor Arnaldo Rossato⁶⁶: “ Então eu cheguei em Santo Antônio em 1952. Santo Antônio era pura mata. Nós vínhamos do Estado de São Paulo, Andradina, o meu finado pai, eu e mais sete irmãos - duas mulheres e seis homens” (ROSSATO, 2005).

Entrementes, nessa trajetória de vinda dos colonos há casos interessantes, como aquele da senhora Maria Rodrigues da Silva, comentado no capítulo anterior, em que ela teve que se deslocar, no seu processo de migração para o Noroeste, disfarçada de homem. O que nos chama a atenção no caso dessa colona, cuja residência foi a primeira do município de Mirador, era a sua condição de submissão pelo fato de ser mulher. À época ela trabalhava junto com um grupo de homens que, chefiados por um agrimensor, construíam picadas na floresta, demarcando o território. Pelo fato de possuir um corpo franzino e o cabelo curto, mesmo já sendo casada, teve que se fazer passar por um rapazinho. Ainda que seu depoimento, como pudemos notar nas páginas antecedentes, seja carregado de passagens que demonstram bravura, coragem e trabalho iguais aos dos seus companheiros de grupo, ela mantinha-se calada, preocupada com que algum mal pudesse lhe acontecer. Em seu depoimento ela salienta o sentimento de raiva de ter-se passado por um moleque, ocultando sua condição de mulher: “Eles falava que eu era muleque, ai, que raiva!” (faz gesto com as mãos, batendo uma na outra, demonstrando o sentimento) (SILVA, 2005). A preocupação com alguma forma de maldade que pudessem lhe fazer fica subentendida nessa fala: “Eles não sabia que eu era mulher, e não podia falá. Meu marido não falava que eu era mulher de jeito nenhum. Ele falava: ‘muleque, não fais assim não’, eu oiava pra ele e fechava a cara” (SILVA, 2005). Aconselhada pelo marido a tomar cuidado, ela continua: “Quando os ôto saía ele falava assim: ‘Num tá veno que eles num pode sabê qui ocê é mulher? Num tá veno que são tudo jagunço aí? ’” (SILVA, 2005).

Das várias entrevistas que realizamos pelo Noroeste do Paraná em cujas narrativas participou o casal, depreendemos o papel exercido pela mulher durante o período da colonização. Este papel consistia em não interferir na decisão do marido em migrar. Foram poucos os casos em que a opinião da esposa foi ouvida, e mesmo quando ela participava opinando, a migração ocorreu. Não havendo nenhum tipo de recusa, o papel da mulher

⁶⁶ O Sr. Arnaldo Rossato, no momento da pesquisa, era prefeito do município. Recebeu-nos em sua residência na cidade de Santo Antônio do Caiuá, onde nos concedeu a entrevista, no dia 16 de janeiro de 2005.

consistia em ajudar o esposo em todos os sentidos, tanto no trabalho doméstico quanto na lavoura. Assim comenta a senhora Terezinha Fortuna:

Tava tudo na mesma luta, mas a gente sofria muito. Tudo os filho pequeno, era um atrás do outro, cada 11 mês um. Depois foi melhorando um pouco, em 9 ano foi 8 filho, e aquilo tinha um sofrimento. A gente tinha que trabalhar em casa, tinha que ir pra roça, porque pagá pião não dava, então também tinha que ajudá também um pouco, e eu era acostumada em casa sempre trabalhar, né, junto com o pai, assim; depois pra mim era que tinha que ajudá a mesma coisa; podendo ou não podendo, ajudei. O trabalho era dobrado (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Corroborando a afirmativa, Maccari (1999, p. 44) assevera: “Os relatos revelam que estas mulheres voltam suas esperanças para as promessas feitas por seus esposos, de um futuro melhor em outro local. Cabe ao homem o papel de chefe da família, a ele cabia a decisão de migrar e a participação da mulher consistia em auxiliá-lo, pois era tida como uma colaboradora”.

Ainda procurando elencar uma série de motivos que levaram à trajetória de migração dos colonos para o Noroeste do Paraná, notamos em nossas entrevistas que não foi somente a compra de lotes de terra para o plantio do café que moveu para ali os colonos de outros estados. Compreendendo que a história da colonização não se faz senão pela relevância dos sujeitos históricos que a desenvolveram, permeada pelo sonho baseado na expectativa manifestada na luta por um futuro promissor, temos nos nordestinos atores sociais que, com sua força de trabalho, muito contribuíram para a organização territorial no Noroeste do Paraná.

Nas narrativas destes colonos, percebemos que eles migraram à procura de trabalho, uns sozinhos, outros com a família. Num primeiro momento aqueles que eram sozinhos, trabalhadores volantes denominados de peões, procuravam trabalho, empregando-se na derrubada da mata. O senhor Joaquim Rosado Neto⁶⁷ conta sua trajetória: “Eu cheguei aqui no 1953, cheguei em Nova Esperança que naquele tempo era Capelinha. Aí de Nova Esperança eu vim pra qui, pra Santa Mônica. Nós era peão, né, pra nós era peão naquela época, porque era andejo, eu era soltero e de menor. Nós viemo abri isso aqui, eu e dois primo meu” (ROSADO NETO, 2005).

⁶⁷ O senhor Joaquim Rosado Neto nos concedeu a entrevista no dia 18 de janeiro de 2005 em sua residência, no município de Santa Mônica.

Referindo-se à facilidade de conseguir trabalho e dinheiro no Noroeste naquela época, salienta o senhor Lauro Sirena⁶⁸ que ali “corria muito dinheiro na época”. Em relação ao trabalho de alguns trabalhadores volantes e à maneira como estes empregavam o dinheiro que adquiriam com o seu trabalho, comenta o Sr. Lauro Sirena: “O peão ganhava uma diária que era um absurdo que eles ganhava numa covação de café, e comprá sítio tinha condições. Prá cê tê uma idéia, nós começamos dá refeições aí, nem sei que dinheiro que era na época...mirréis, sei lá o que era né, e tinha peão ganhando até 800 contos de réis por dia, numa covação de café” (SIRENA, 2005). Continua afirmando que à época, com esse dinheiro que se ganhava em um dia de serviço era possível fazer 50 refeições diárias nos pequenos hotéis da região, como era o caso de um da família Sirena, no começo de Planaltina do Paraná, e que atualmente, com o valor de um dia de serviço, o trabalhador mal consegue fazer suas duas refeições diárias. O que se percebe com esse depoimento é que houve, ao longo dos anos, uma desvalorização da força de trabalho do trabalhador volante. No entanto, continua o Sr. Lauro:

Agora nem todos tiveram aquela mentalidade de investi certo, comprá terra. Eu tive peão que eles fizeram uma empreita pra gente mesmo, covação de café, chegá no término da empreita, depois de acertar com todos os pião, eles saíram com 45 contos de réis. Ele pegô ônibus daqui, foi pra Monte Castelo, e se dirigiu nas farras. Dez dias depois, ele voltô e nós pagamo a passage. Vê, ele jogô fora tudo em questão de dez dias. Veja bem, se ele ganhô 45 conto de réis, a terra tava a 6, 7 conto de réis, ele podia tê comprado aí uns 8 alqueire. Jogô fora em dez dia de farra (SIRENA, 2005).

Todavia, como vimos em depoimentos anteriores, parte desses trabalhadores volantes era constituída de menores de idade, e diante dos casos narrado acima, podemos inferir que esta era, à época, uma maneira encontrada pelo jovem pobre, sem estudo, trabalhador volante, que estava longe de seus familiares, de encontrar diversão - dito em termos atuais, “curtir a vida”.

Em relação a esse trabalhador volante, ou na linguagem comum, o peão, Martins, (1982, p.33) observa: “Há todo um conjunto de características sociais que envolvem o peão, que fazem dele objeto de um preconceito muito forte.” Haja visto que, “O peão do trecho não tem estabilidade, não tem raízes, não tem família, não tem compromisso com nada, um sujeito

⁶⁸ O senhor Lauro Sirena foi o segundo prefeito do município, e nos recebeu em Planaltina do Paraná no dia 18 de janeiro de 2005.

totalmente expropriado e exatamente por isso discriminado (...) no senso comum popular do sertão, ele está muito perto do marginal” (MARTINS, 1982, p.33).

Ainda neste sentido, mas já numa fase posterior ao desmatamento, aqueles nordestinos que haviam migrado juntamente com suas famílias empregavam-se junto às fazendas para formar os cafezais. Tratando do trabalho dos colonos nordestinos nas fazendas de café do Noroeste, o senhor João Bispo Gomes⁶⁹ salienta: “Eu cheguei aqui no mês de outubro, em 1953, aqui em Guaraçá (Guairaçá). Eu vim de Itaberaba, na Bahia. As pessoa que veio pra cá era tudo do Nordeste, era baiano, pernambucano, lagoano, piauiense, mais a maioria era baiano. Aí então a gente entrô, dirrubamo aquele mato e formano o café” (GOMES, 2004).

Em outro depoimento, o senhor Deusdete narra, através de sua história de vida, o perfil de um nordestino que chegou a Paranavaí exatamente no ano de implantação do município. Ele diz:

Bom, eu cheguei aqui em 52. Eu cheguei aqui em Paranavaí com a ropa do corpo e aí parti para trabaia realmente com uns irmãos dum cunhado meu que é numa fazenda perto de Itaúna, Nova Londrina. (...) Aí passei a comprá os sítios de café. Café nessa época então, rancava o café e o governo pagava o café que a gente rancava, e prantava lavora, e terra ninguém queria valorizá; mais eu sempre confiei na terra, e fui comprano sítio, formano, vendeno pro vizinho, fui levano minha vida. (...) As pessoas que vinha pra cá, na época que eu vim, tinha gente de muito Estado. Vinha gente do Rio Grande do Sul, vinha gente do estrangeiro. (...) Vinha gente de fora, a maior parte das pessoa, dos ricos que abria o Paraná, que abriu o Paraná, **o nordestino só trabaiaava**, mais tudo pessoa de fora, vinha da Itália. Eu conheci e trabaiei pra umas pessoa italiano, a maior parte tudo estrangeiro; tinha muito italiano, gaúcho, catarinense, que investia aqui no Paraná, **mas nordestino mesmo era poco que tinha condições de abri fazenda** (CERQUEIRA, 2005, grifo nosso).

Esse depoimento do Sr. Deusdete mostra como era o cotidiano da vida do migrante em Paranavaí na década de 1950; igualmente, representa as condições em que o nordestino chegava à região que passou a habitar.

Dos depoimentos que obtivemos depreendemos que, ao contrário dos sulistas - gaúchos e catarinenses -, dos paulistas e mineiros, que vinham com a intenção de adquirir propriedade

⁶⁹ O senhor João Bispo Gomes nos recebeu em sua residência no município de Guairaçá no dia 17 de outubro de 2004, onde nos concedeu a entrevista.

para a formação de cafezais, o nordestino era despretenso em suas aquisições. Muitos deles se contentavam em ser mão-de-obra, satisfeitos apenas em conseguir trabalho ou apossar-se de algum pedaço de terra para produzir o sustento de sua família até que alguém que tivesse uma fazenda maior o expulsasse, afirmando que aquele “pedaço de chão” era dele.

Não obstante, não fazemos dessa afirmação uma regra geral, pois nota-se na narrativa do senhor Deusdete que, apesar de chegar ao local apenas com a roupa do corpo, como afirma em seu depoimento, ele fazia uso das mesmas estratégias que eram utilizadas principalmente pelos sulistas, para “subir na vida”, expressão utilizada pelos próprios colonos. Esta estratégia consistia em comprar lotes e neles formar cafezais, e quando o café estava formado, o sítio era vendido para outros colonos. Segundo ele, com essa estratégia de compra e venda de terras, aliada às suas atividades no ramo da pecuária, prosperou economicamente em Paranavaí, e também politicamente, chegando a ser prefeito do município. Contudo, em sua narrativa confirma que o colono nordestino só trabalhava, e eram poucos os que tinham condições de “abrir uma fazenda”, esse “abrir” a fazenda tendo a conotação de aquisição de uma fazenda, ou mesmo de um pequeno lote de terra.

Em síntese, o depoimento do senhor José Bruno da Silva relatando a sua chegada no município de Querência do Norte, apresenta como era a forma de recepção do nordestino por parte de alguns jagunços contratados pelos empregadores fazendeiros para recepcionar os que estavam à procura de trabalho.

Eu cheguei aqui em 53, vindo do Estado da Alagoa, eu com a minha família; e o serviço que a gente ia fazê, ia trabaiaí com medo que podia num recebê, que o fazendeiro num queria pagá. Ele queria que a gente trabaiasse di graça pra ele. (...) Quando eu cheguei aqui no Icatu (distrito de Querência do Norte), já tinha alí treis jagunço. A gente discia ali, eles já ia ispiculá o que que ia fazê. Qualquer coisa ele queria vê o que que era. Foi lá na minha mala, abriu, viu que o único armamento que eu trazia era uma pechera, sabia que eu precisava trabaiaí. Aí disci pa Fazenda Regina, ali na Fazenda Regina encontrei o administrador que tava aqui, foi mais eu. No ôto dia, eles falô pra mim assim: – ‘oOsenhô qué trabaiaí?’ – eu disse ‘quero, eu vim pá trabaiaí’. - ‘então vamo no café’ - e foro no café me mostrá o modo de carpi (SILVA, 2001).

Diante dessas narrativas, chama-nos a atenção o fato de que os nordestinos eram modestos, tanto nas suas aspirações quanto nos pertences que traziam para se manter na região. Normalmente chegavam em caminhões pau-de-arara, em grupos, e se empregavam

junto aos primeiros empregadores que encontravam, oferecendo poucas resistências ou exigências na formulação de seus contratos de trabalho. Algumas vezes se contentavam em trocar trabalho por cama e comida, outras vezes eram convidados a fazer parte da chamada “quebra-de-milho”⁷⁰, em que passariam a ganhar um pouco mais em seu salário, embora dificilmente o conseguissem, porque normalmente trabalhavam e não recebiam (HARACENKO, 2002, p.84). A propósito da “ quebra-de-milho” , comenta o senhor José:

Quando nós tava roçando o café, eu iscutei um tiroteio pra lá, aí eu num fiz questão, fiquei queto, ele (o jagunço) me disse assim: “ iscuta aqui, ocê qué carpi ou qué í numa quebra de mio”. Eu na minha terra cunhecia quebra de mio, era quebrá o mio, mais o que eu vi aqui era que o mio era prantado tudo cheio de trunquera no mato, tudo entruquerado. Eu falei: “óia rapais, se num tivé muita trunquera eu vô. Ele disse: “Oh! a quebra de mio é aqui, você com uma carabina na mão e a cintura cheia de bala”. Falei “não, aí eu num vô não; mais é pá fazê o quê? Ele respondeu: “É pa matá gente”. O fazendero mandava matá mode tumá os terreno mode ficá a fazenda dele tudinho, que qui foi? Foi a Fazenda 2, foi a Fazenda Belo, por alí tudinho era só matá e jogá dento do Paranazão e os fazendero tomá. O pessoal nordestino entrou com vontade de trabaiaá, arrumá um pedaço de terra, mais eles matava (SILVA, 2001).

Em contraponto ao depoimento do senhor Deusdete citado anteriormente, este depoimento representa apenas um exemplo dos muitos nordestinos que não conseguiram prosperar economicamente. Quando não conseguiam trabalho, apossavam-se de pequenos lotes, mas sofriam violência por parte dos fazendeiros, que os expulsavam e em muitos casos os matavam. Este assunto será tratado na páginas que se seguem.

Após elencarmos, através das narrativas de nossas fontes orais, uma série de motivos que foram fatores preponderantes nas tomadas de decisão dos colonos de foram para o Noroeste do Paraná, em suma, inferimos que os principais são: as propagandas das empresas colonizadoras, aliadas ao forte discurso das famosas terras roxas do Norte do Paraná; as dificuldades encontradas pelos colonos no trato da terra em seu local de origem; famílias numerosas cujos pais migravam com filhos pequenos, procurando dar a estes um modo de

⁷⁰ A expressão “quebra-de-milho” era utilizada para denominar as emboscadas feitas pelos jagunços de fazendeiros que retiravam famílias de posseiros, na maioria nordestinas, de seu precário local de moradia, onde tinham formado sua cultura de arroz para subsistência, e quando a lavoura estava pronta, as famílias eram expulsas e obrigadas a entregá-la ao fazendeiro, sob ameaças de morte.

viver sem muitas precariedades; famílias cujos filhos mais velhos se casavam e procuravam se instalar em outros locais, procurando condições para constituir a nova família; e a busca por trabalho no sentido do emprego. Todos esses fatores, indubitavelmente, tinham em mira a cultura cafeeira.

3.5 A COMPRA DA TERRA E A MUDANÇA

Tomada a decisão de viajar para o Noroeste por parte daqueles que iriam comprar terras, o primeiro passo era “olhar a terra”, conhecer de perto aquilo que se ouvia falar pela boca do corretor. Salientamos que “A viagem do local de origem do pioneiro até a chegada a Querência, em princípio para olhar o local, muitas vezes era feita com o veículo do corretor, Rural Willys ou Jipe Land Rover, veículos que fizeram antes da entrada das ‘jardineiras’ os trajetos pela Região Noroeste do Paraná” (HARACENKO, 2002b, p.79).

Sendo assim, conforme Haracenko (2002b), a venda das terras no Noroeste do Paraná, não raro, ocorria no próprio local de procedência do comprador; mas na maioria das vezes os interessados se aventuravam para conhecer a terra a ser adquirida, acabavam gostando e comprando, influenciados pela propaganda das companhias colonizadoras. Muitos vinham primeiro sozinhos para olhar a terra; quando compravam, retornavam aos seus estados de origem à procura de trabalhadores para ajudar a desbravar a mata e começar a plantar o café. Na maioria das vezes contratavam, a um preço ínfimo, a mão-de-obra nordestina, que já se encontrava a disposição.

Exemplificando o conhecimento da localidade, salienta o senhor Paulo: “Aí nós resolvemos comprar terra, mas, eu queria primeiro conhecer Querência do Norte (...), constatamos que de fato aqui a terra era muito boa (...) gostei da terra e voltei para casa e dentro de 15 dias voltei com um caminhão com 15 homens pra derrubar mato” (KONRATH; KONRATH, 2001).

Semelhantemente, refere o senhor Ângelo sobre sua vinda do Rio Grande do Sul juntamente com o corretor para olhar a terra que pretendia adquirir no Noroeste: “Cheguemo aqui onze e meia da noite. ‘Eh! Tem que ser aqui, Querência tem que ser aqui’” (FORTUNA; FORTUNA, 2001). Como não havia alguém a quem pudessem perguntar, andaram um pouco mais e encontraram uma cabana, viram uma luz de lamparina e perguntaram à pessoa: “Escuta, é aqui que se constrói Querência? - ‘É aqui memo’, um lugarzinho que cabia duas

redes só. Batemo um papo lá, eles fizeram um café, nós trouxemo salame du bom, queijo, pão, um potinho de vinho de 50 litro. Aí fomo durmi. Durmi aonde? (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Histórias como estas ouvimos por todo o Noroeste. Muitos daqueles que chegaram sem a família, depois de comprado o lote, desmatado e plantado o café, após alguns meses, enquanto esperavam o café nascer, retornavam ao local de origem para buscar suas famílias. Outros já chegavam com a família, por não disporem de recursos pecuniários para contratar mão-de-obra. Sobre a busca da família salienta o senhor Paulo: “(...) nós ficamos aqui dois meses e meio, derrubamos 10 alqueires de mato e plantamos o café. Aí voltei pro Rio Grande do Sul, tornei a voltar e o café já tinha nascido, e daí começou a luta. No ano seguinte, em março, eu fui buscar a família” (KONRATH; KONRATH, 2001).

Já de posse de seus lotes, os colonos que tinham uma condição financeira melhor vinham de avião; outros vinham de trem até a estação ferroviária mais próxima, e desta até as suas cidades de destino no Noroeste iam de ônibus. Outros, ainda, saiam direto de seu local de origem com a mudança sobre um caminhão. Sobre a mudança relata o senhor Santo Borsatto: “Foi confirmado que nós vinha pro Noroeste do Paraná, ia sê a comitiva de umas 20 pessoa em cima de um caminhão, e que vinha junto também dois cachorro e uma vaca holandesa, fresquinha de leite (...) e lá viemos, seis dia rodando, seis dia parado” (BORSATTO, 2001). A respeito do deslocamento do seu local de origem: “Essas viagens eram em média de 6 dias. Fato típico da mudança do migrante colonizador desse País que tinha a pequena mudança, a família, o cachorro e alguns animais domésticos, como porcos, vacas, galinhas etc., os quais garantiriam o sustento nos primeiros meses de vida no novo local” (HARACENKO, 2002b, p.79).

Salienta Petrone (1973) que com o emigrante, como é natural, emigra também sua bagagem de vida material, social e espiritual, haja vista que essa bagagem não pode ser descartada e substituída, tampouco modificada de um momento para o outro, pelo simples fato de ocorrer a mudança de área. Por nossa vez, entendemos que esta bagagem, compreendida pela mudança, as coisas materiais, os animais, as tralhas que acompanham o colono, representa, para ele, o elo que une o passado ao novo presente, e parte da saudade do antigo local pode ser superada por ter próximo a si, as “coisas” que eram de lá.

Nesses relatos a respeito do processo de mudança, algo nos chamou a atenção, principalmente nos depoimentos femininos. Como as mulheres, via de regra, não vinham antes conhecer o local para onde se destinariam, criavam uma imagem fictícia desse lugar, vinculada às propagandas que lhes eram passadas, e ao chegarem ao local, espantavam-se

quando viam a mata ainda fechada. A frase “minha vontade era voltar” foi muito ouvida em nossas entrevistas. Esse espanto da chegada ao novo local é relatado pelo senhor Santo:

Chegamos uma hora da madrugada, frio. E no outro dia, quando acordamos, em volta das sete horas, aqueles pássaros cantando, olhando para baixo rumo ao corgo Caveira a estrada tinha terminado. Aí os tio chamaram as pessoas, as tias: ‘levanta que vamos pra missa’. Quando levantaram que olharam pra baixo do rio tinha terminado a estrada. Elas falou: ‘Cadê a cidade?’, nada tinha mais, tava recém-queimado o patrimônio, tava em lavaredas (BORSATTO, 2001).

O que está implícito nessa fala, primeiramente, é a forma zombeteira com que os homens acordaram as mulheres, convidando-as para irem à missa, pois praticamente estavam em meio à mata. Em seguida é o impacto que as mulheres, ao serem acordadas, levaram quando olharam para os lados e viram somente a mata e as queimadas que estavam sendo feitas para se fazer o traçado da cidade. Nota-se na pergunta “cadê a cidade?” que as mulheres tinham em mente a imagem construída de um núcleo urbano, e ao contrário, depararam-se com uma situação completamente oposta àquilo que haviam imaginado. No segundo momento percebemos a religiosidade dos colonos, que ao primeiro passo de sua chegada ao novo local, procuraram ir à missa agradecer pela viagem bem-sucedida e pedir benção e proteção divina na nova vida que estava começando.

Passado o primeiro impacto da chegada em um local de “puro mato”, paulatinamente, os colonos iam se acostumando ao novo local. Primeiro moravam em casas de pau-a-pique, posteriormente iam construindo suas casas. A senhora Terezinha salienta: “Passemos 60 dias cozinhando embaixo de um barraquinho de foia de coqueiro, depois compremo a madeirinha e fizemos uma casinha. Ali fomos indo, derrubando o mato, plantando o café. Quando acabamos de fazer a casinha, ela custou 2 mil naquela época” (FORTUNA; FORTUNA, 2001). Além da moradia, os colonos, iam erguendo aos poucos, paralelamente com o preparo da terra para plantação da cultura do café, uma infra-estrutura básica - como galpão; curral; chiqueiro, galinheiro etc. - indispensável na unidade produtiva camponesa.

3.6 A PLANTAÇÃO DOS CAFEZAIS E AS CONSEQUÊNCIAS DAS GEADAS: SONHO E REALIDADE

Após instalados em seus pequenos lotes, a rotina do colono era mais ou menos assim: “(...) de dia nós ia pra lavoura, pra roça, plantar o café, e à noite nós regressava, jantava e

depois ia pra circular pra serrar tabuinha até 11 hora da noite” (BORSATTO, 2001). Até determinada hora da noite, após o dia de trabalho na lavoura do café, o colono dedicava-se aos outros afazeres da rotina da vida no campo. Logo no princípio era a construção da sua casa, de galpões, e estábulos para os animais. Passada essa fase de instalação, dedicava-se ao cuidado e alimentação dos animais domésticos.

Passados alguns anos a cultura cafeeira já tomava conta da paisagem no Noroeste, e em virtude disso, o aumento do contingente populacional aconteceu de forma rápida e notória. De acordo com os colonos, “foi chegando gente, foi chegando gente...” (BORSATTO, 2001). Segundo dados estatísticos, “O contingente humano atraído pela colonização atingiu a 307.277 moradores, em 1960, à época somente inferior ao Norte Novo de Londrina” (SILVA, 1988, p. 69).

Com base nesse aumento populacional, também os núcleos urbanos se desenvolveram rapidamente. Temos uma noção desse crescimento dos núcleos populacionais urbanos quando nos reportamos ao trabalho de Rodrigues (1983), que esclarece: “Verificou-se no Noroeste do Paraná, no espaço de uma geração, o devastamento da densa floresta que recobria seu território, implantando-se uma rede urbana de aproximadamente 90 centros” (RODRIGUES, 1983, p.12). Entretanto, convém destacar que essa rede urbana à qual se refere o autor era constituída pelas pequenas cidades em formação, cujo traçado era feito pelas empresas colonizadoras, como também pelo conjunto de pequenos povoados, formados por algumas casas, o estabelecimento de comércio e às vezes uma capela.

O Noroeste do Paraná teve o seu auge com a cultura cafeeira. Ali colheu-se muito café, conforme afirma o senhor Paulo:

(...) nós chegamos aqui, plantamos o café, (...) formamos o nosso café. Em 55 nós tínhamos 60 mil pés de café muito bonito, aí veio uma geada muito grande, e levou o café de volta para dentro da cova; e daí nós lutando, fomos chegar em 59, quando fiz uma boa colheita. Essa colheita foi tão boa que nos obrigou a colocar um beneficiamento de café aqui na cidade de Querência do Norte (KORATH; KONRATH, 2001).

Em nossa pesquisa constatamos que muitos colonos conseguiram o que vieram buscar, encontraram “o futuro melhor”, haja vista que estão atualmente em boas condições financeiras, possuem fazendas, boas casas, terrenos na cidade, apartamentos em cidades maiores da região - como Maringá e Londrina - e os filhos ou às vezes os netos fazem curso superior nas universidades das cidades maiores. Não obstante, como salienta o senhor Sérgio

Cordeiro de Macedo Sobrinho,⁷¹ “Foi o que não aconteceu pra muitos. Uns fizeram fortuna e outros perderam o que trouxeram” (SOBRINHO, 2005).

Com o passar dos anos as adversidades provocadas pelas condições climáticas, com sucessivas geadas, aliadas ao enfraquecimento do solo por conta do devastamento da floresta, contribuíram para a diminuição da produtividade da cultura cafeeira. Então: “Passou-se alguns anos e o café ficou velho, porque a terra aqui é muito boa, mas não pra café, porque terra pra café tem que ser terra roxa, que nem em Maringá, Londrina, porque aqui, terra mista, ele vem muito rápido o café, dá boa produção, como nós colhemos bastante, mais depois o café foi produzindo cada vez menos” (KONRATH; KONRATH, 2001).

As constantes geadas, para muitos colonos, foram motivo de desespero e decadência, pois todo o sonho de prosperidade que haviam depositado na cultura do café, a cada geada que resultava na perda do cafezal, para o colono, era um recomeço: “Essa decadência, porque vieram as geadas, a produção do café foi muito grande, e os preços não foram tão suficiente, foram baixo. E com isso depois veio a geada, a geada matava os cafezais, os proprietários dos sítios das lavouras tentavam recuperar, cortavam o café, esperavam mais 2 anos ou 3, vinha nova safra, vinha nova geada” (SOBRINHO, 2005).

Pelo que pudemos perceber em nossas entrevistas, muitos foram os colonos que disseram: “Sim, a ilusão era o café, todo mundo veio para fins de café” (PIVETTA; PIVETTA, 2001)⁷², ou então: “(...) nós viemos prá cá mexê com o café, a ilusão foi o café, (...) naquela época era aquela ilusão só pra café, num queria nem sabê” (PARISE; PARISE, 2001). Podemos observar nas frases o enfoque na palavra “ilusão”. Nos tempos atuais, esses colonos, narrando e recordando os motivos que os trouxeram ao Noroeste, percebem que viveram uma ilusão, com o sonho da cafeicultura. Esta “ilusão” está associada, principalmente ao declínio do café, que o havia influenciado diretamente no sonho que ele tinha de “fazer a vida” quando deixou seu local de origem e migrou para o Noroeste do Paraná.

⁷¹ O senhor Sergio Cordeiro de Macedo Sobrinho nos recebeu em sua residência em Amaporã, onde nos concedeu a entrevista no dia 18 de janeiro de 2005.

⁷² O casal Henrique e Úrsula Pivetta são colonos no município de Querência do Norte, tendo chegado à localidade no ano de 1953. O casal nos recebeu em sua residência no dia 18 de abril de 2001.

Alguns colonos, embora atualmente estejam vivendo em uma situação financeira considerada boa, acreditam que poderiam estar melhor caso não tivessem tido tantas perdas financeiras com o café. Outros atribuem o fato de não conseguirem prosperar economicamente e viverem hoje de aposentadoria, à “ilusão” que tiveram com o café, que de certa forma, tornou-se uma desilusão.

Cumpramos evidenciar que, destacada essa peculiaridade do uso do solo no Noroeste do Paraná dando ênfase à cultura cafeeira, vieram, outrossim, produtos que em primeira instância eram destinados ao sustento da população que passou a trabalhar com o café. Evidentemente, com o aumento do contingente populacional, juntamente com o crescimento dos núcleos urbanos que nessa época estavam em sua gênese, todos esses fatores ligados àquela conjuntura de construção do território significaram um aumento expressivo na demanda do cultivo de produtos destinados à alimentação. Essa demanda deu aos pequenos colonos a oportunidade de cultivar os produtos de subsistência como: arroz, feijão, milho, amendoim, etc. Aliada à cultura de subsistência estava, da mesma forma, a criação de animais domésticos, como algumas vacas, porcos e galinhas, que complementavam a alimentação.

Considerando-se que o ideário do colono era mesmo o café, a inclusão dos produtos de subsistência não se fazia senão de forma intercalada à cultura cafeeira. Entretanto, além de serem destinados à alimentação, à medida que o cafezal “sofria” com as geadas, esses produtos alternativos, juntamente com a criação dos animais, permitiam o sustento da família tanto para o consumo como para a venda do excedente.

O senhor Ângelo relata como era o processo de intercalação de culturas de subsistência e criação de animais após terem plantado o café e perdido com as geadas. Ele diz:

Eh! Mais nós era esperto, se trabaiava muito, plantava milho, arroz, feijão. Só que feijão era difícil vendê, o milho também. Mais nós, quando no 55 deu uma geada arrasou o café, fizemo um mangueirão de $\frac{3}{4}$ de terra, eu e o meu irmão, tudo de costaneira de 1.20 metro, rachava, carregava nas costa, abria a valeta, e aqui se fazia muito de noite, amontoava um monte de lenha, de pau, eu abria a valeta e ele enterrava, aí soltemo umas porca. Aí no 56 nós tava rico, no 56 se tinha 36 porco gordo, e num se achava pra quem vendê, aí o meu pai me mandô 15 mil cruzeiro. Na época plantei 14 alqueire de café que ele mandou eu plantá pra ele, e eu emprestei prum amigo meu, aí ele abriu um açouguezinho pra matá os porco. E lá vou indo, fomo coiê o café no 59, o café geado. Nós fizemo terrerão, fizemo tulha, compremo a traia tudinho. Aí eu fui pro Rio Grande e trouxe dois irmão pra ajudá a coiê o café. Coiemo 998 saco de café e compradô tinha. Bom, veio a geada braba no 63, alí nós cuidemo dele; no 66 já tiremo uma coietinha mais ou

menos. Aí veio a erradicação; o governo pagou pra rancá, aí ranquemo. O nosso negócio era plantá milho, mandioca e porcada, e eu mais a maioria plantava algodão e amendoim, depois porco também não dava certo. Aí mudemo nós também, plantando algodão, mais era muito pouco, mais era amendoim, porque o amendoim dava um dinheiro bom (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Nota-se que, embora a cultura cafeeira, mesmo tendo derrocado pelas constantes geadas, era o ponto forte para o colono, pois ele insistia em mantê-la. No entanto a intercalação de culturas era necessária, haja vista que era uma forma de o camponês sobreviver aos tempos de crise, em que o café estava queimado com as geadas. Com igual intensidade, a criação de animais era utilizada pelo colono, uma vez que ele se considerava esperto para saber driblar os tempos difíceis pelos quais estava passando.

Nesse período, primeiro como resultado das constantes geadas, depois pelo enfraquecimento do solo, a cultura cafeeira no Noroeste do Paraná estava em crise e as safras cada vez mais decadentes. Essa degradação da cultura cafeeira, como também do solo que a sustentava, tornou-se progressiva, porquanto poucas lavouras recebiam tratos convenientes ou os cuidados tecnológicos da época. Sendo assim, a grande produtividade, na maioria das vezes, estava diretamente ligada à fertilidade do solo, que em vários locais e durante muito tempo sustentou os cafezais sem a necessidade de ações tecnológicas para uma boa produção.

Naquela conjuntura, aliado ao fator da adversidade climática e desgaste do solo, o programa de erradicação⁷³ da cafeicultura também já havia chegado ao Noroeste: “Passou-se os anos e o café foi produzindo cada vez menos. Aí o ano que o IBC mandou rançar café, é onde nós também entramos nessa, arrancamos o café, e dali para frente tinha 3 anos de fazer lavoura branca, como arroz e algodão, principalmente algodão; depois nós começamos a formar pasto” (KONRATH; KONRATH, 2001).

De acordo com o Instituto Brasileiro do Café (IBC, 1969), tratando sobre o problema da produtividade na cafeicultura brasileira, para a formação dos antigos cafezais procuraram-se as terras cobertas por florestas. Essas terras possuíam uma fertilidade natural, e nelas eram formadas as lavouras cafeeiras. Entretanto, em poucos anos de cultivo a própria cultura promovia o esgotamento do solo, que deixava de ser satisfatório para o sustento de boas colheitas. Dessa forma, trocava-se a cultura do café e as terras passavam a ser aproveitadas

⁷³ Para uma análise pormenorizada sobre a racionalização da cafeicultura, consultar o Instituto Brasileiro do Café (IBC). **Diversificação da Estrutura Agrícola nas Regiões Cafeeiras**: plano diretor, (1962) e Instituto Brasileiro do Café. **Racionalização da Cafeicultura Brasileira**: programa de renovação, (1969).

para outras atividades agrícolas. No caso do Noroeste, houve a permuta da cultura cafeeira pela pastagem.

Constatamos que com a mesma rapidez com que ocorreu a implantação da cultura cafeeira no Noroeste, a qual foi responsável pela colonização daquela região, sobreveio também o seu declínio e a substituição dessa cultura pela pastagem. Embora em alguns depoimentos notemos que por parte do colono havia certo receio em substituir o café pela criação de gado, ele resolveu arriscar: “ (...) só sei que gado num é o melhor negócio, mais é um negócio mais seguro, pode escrever isso” (KONRATH; KONRATH, 2001).

Inferimos que trabalhar com o café estava se tornando arriscado para o agricultor, na medida em que não se tinha segurança quanto a colher aquele café plantado, na expressão do colono, “trabalhava-se no escuro”. Sendo assim, voltar-se para a pecuária, embora sua rentabilidade fosse um pouco menor, com o leite e com o próprio gado, independentemente da instabilidade do clima, ela seria certa. Como eles disseram, se ocorresse a geada, “o boi não fugiria do pasto, e nem o leite da vaca”. Observa Bragueto que:

No Norte Novíssimo, a cafeicultura se expandiu tanto que os cafezais ocupavam até 64,% das terras, entremeadas por pastagens na década de 1960. No final desta década, a produção cafeeira foi decaindo e a pecuária se expandindo, visto que o solo paranavaense, logo após a derrubada das matas, se prestava excepcionalmente para o café, poucos anos depois, a produtividade decaiu rapidamente. Somando a incidência das geadas, a baixa dos preços e da campanha de erradicação levada a efeito pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC); a passagem do ciclo cafeeiro sobre o solo do Caiuá foi rápida (BRAGUETO, 1996, p. 96).

Isso posto, evidenciamos que, atualmente, seguindo-se da cidade de Nova Esperança em direção às margens do rio Paranapanema e da cidade de Paranavaí em direção ao Extremo-Noroeste, nas margens do rio Paraná, surgem vários pequenos núcleos populacionais urbanos. A paisagem atual nesses municípios, ao contrário das descrições que obtivemos das narrativas dos seus moradores à época da colonização, quando a mata fechada era povoada de animais ferozes que representavam perigo aos recém-chegados, o que encontramos é a pastagem predominando em todos eles e compondo o quadro paisagístico do Noroeste, vindo em segundo lugar a cana-de-açúcar e, de quando em vez, a produção de lavoura destinada à agricultura de subsistência. Esse tipo de exploração do solo, como bem retrataram nossos entrevistados, é resultado da decadência da cafeicultura na região, pois grande parte da produção cafeeira encontrava-se plantada em áreas de solos não aptos ao cultivo da cultura

(arenito Caiuá), derivando daí a rápida perda de produtividade. Somados, esse fato e as adversidades climáticas (geadas) foram fatores que contribuíram fortemente para a substituição do café por pastagens, como pudemos observar nas nossas narrativas.

Nesse período, de acordo com a Revista Paranaense de Desenvolvimento (1982), somente uma pequena faixa plantada em solos de origem basáltica sustentou a participação regional na produção estadual de café - em média, cerca de 9% - o que representou importante papel para alguns produtores de algumas áreas dessa microrregião.

Soares (1973), discorrendo sobre a estrutura do uso do solo no município de Loanda na década de 1970, assim descreve a paisagem do município:

Atingindo a área de Loanda pelo sudeste vindo de Paranavaí ou mesmo pelo nordeste, vamos percorrer longos trechos em que o domínio de invernadas é marcante até as cercanias da cidade. O colônio recobre toda a superfície ligeiramente ondulada daquele planalto arenítico e atinge os fundos de vale, de vez em quando notamos um cafezal isolado nas terras de espigão cortadas pela estrada. Os sinais da derrubada feita a poucos anos passados, os troncos escuros caídos e os tocos das palmáceas, difíceis de arrancar do solo, marcam com muita propriedade as extensões de pastagens. (...) Entretanto se atingimos o topo de espigão onde a visão da paisagem é mais ampla, podemos observar que já a meia encosta se dispõe o conjunto das edificações, o habitat, dos sítios e encosta abaixo as pastagens. Nesse setor da área também uma outra propriedade onde as pastagem atingem o espigão ou onde as terras estão sendo utilizadas pela lavoura da mamona ou do algodão. Tal ocupação entretanto é mais comuns nas terras localizadas em setores topográficos mais baixos (SOARES, 1973, p. 48).

Notamos nessa descrição que aquela paisagem, à época, era a paisagem comum a toda a região. Trata de um período que marca exatamente a transição da cultura cafeeira para a pastagem, pois a pecuária, a partir desse período - ou seja, final da década de 1960 e início da década de 1970 - inicia um percurso vigoroso e solidifica sua posição de destaque no cenário regional. Todavia, o rápido processo de colonização embasado no café, o declínio dessa cultura e sua substituição pelo pasto foram fatores que trouxeram consigo uma série de consequências socioambientais para o Noroeste.

3.7 AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADAS PELO RÁPIDO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

No processo de colonização do Noroeste do Paraná, torna-se interessante analisar a dimensão relevante da questão ambiental. Essa região, num curto espaço de tempo, passou por um rápido processo de transformação do território. A partir da década de 1950, quando ainda estava inteiramente coberta pela mata primitiva, a região sofreu danos ambientais irreversíveis, cujos resultados, atualmente, estão fixados na paisagem, como marcas de um breve passado que o tempo não foi suficiente para recompor.

É bem verdade que a colonização estava aliada aos interesses econômicos do café e à qualidade do solo, considerado fértil pelos colonizadores, que o comparavam com as famosas “terras roxas” do Norte do Paraná. Nesse contexto histórico de organização do território, o café era o motivo do deslocamento para a área em estudo de migrantes de outros estados, os quais, na sua grande maioria, aspiravam praticamente aos mesmos objetivos, que era o cultivo do café.

Na opinião dos colonos regionais, o café era o “ouro verde” que iria transformar os sonhos em realidade. Para isso, era necessário derrubar a densa mata e plantá-lo. Por outro lado, as imobiliárias responsáveis pela colonização não se preocupavam com as questões relacionadas à infra-estrutura urbana dos pequenos núcleos urbanos que estavam em sua gênese, como salientamos anteriormente. Reportando-se a esse problema, Rodrigues (1983) salienta que na rapidez com que ocorreu o processo de implantação destas cidades, e na medida em que seu crescimento ultrapassou a capacidade do Poder Público de dotá-las da infra-estrutura necessária, bem como na sua localização em relação às características geomorfológicas, geológicas e pedológicas da base natural, é que vamos encontrar as explicações para a ocorrência dos inúmeros problemas de erosão urbana existentes na região.

Dessa forma é que se tem o início dos impactos ambientais nessa região, tanto no âmbito rural quanto no urbano.

Somente com o declínio do café e o auxílio de estudos mais aprofundados sobre o solo, e ainda através de sua experiência ao manejá-lo, é que o colono “descobre” que está, não sobre as terras roxas do Norte do Paraná, e sim, sobre o Arenito Caiuá⁷⁴. O desmatamento,

⁷⁴ As rochas eruptivas básicas e o Arenito Caiuá formam os solos dessa região; as primeiras originam solos argilosos, as segundas originam solos com baixos a médios teores de argila. “No Paraná, a camada de arenito Caiuá se desenvolve a partir dos últimos derrames de lavas e representa a continuidade do processo de sedimentação eólica terrestre iniciada no Triássico Superior com a deposição do arenito botucatu no deserto

porém, já havia acontecido em grande escala, e sem nenhuma preocupação por parte dos proprietários com os impactos ambientais que a região sofreria num futuro próximo.

Supostamente, essa falta de preocupação por parte dos pequenos e dos grandes proprietários estava vinculada a uma série de fatores, tais como o desmatamento aliado ao discurso de “progresso regional”, a inobservância e falta de conhecimento sobre os solos da região e carência de informação sobre as consequências do desmatamento, haja vista que naquela conjuntura não havia órgãos oficiais que trabalhassem junto ao colono no sentido de auxiliá-lo com informações sobre preservação ambiental.

Conforme apontamos, a região Noroeste está sobre o arenito Caiuá, rocha que origina tipos de solos com grande suscetibilidade à erosão e merecem “atenção especial” para o seu manejo, o que não ocorreu no período da colonização. Destarte, não havendo uma ocupação planejada, principalmente quanto ao uso do solo, com o decorrer de alguns anos os colonos começaram a sentir os efeitos do enfraquecimento do solo no resultado que obtinham em suas culturas cafeeiras, aliado, evidentemente, às freqüentes geadas. É neste contexto que em depoimento o senhor Deusdete salienta:

Infelizmente nessa época não existia nada de preocupação com os problema ambiental, não existia IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e se existia era muito longe, em Curitiba. Não tinha exigência nenhuma. A pessoa derrubava o mato até na bera da água, não tinha assim controle nenhum, era um absurdo. O pessoal vinha de fora, todo mundo de fora; eles vinha prá prantá café, o café teve uma área muito forte e o mato era derrubado assim sem controle nenhum. Eu acompanhei isso aí e em 52; isso aqui era mato, era café e mato (CERQUEIRA, 2005).

Nesse período de ocupação e colonização, não só na Região Noroeste do Paraná, mas em outros lugares onde a mata ainda era fechada, o desmatamento era o “símbolo do progresso”. Desmatar estava vinculado à “filosofia” do colono, segundo a qual a mata deveria

mesozóico, que perdurou até o Eo-Cretáceo” (MAACK, 1981, p. 421). Na parte Noroeste do Paraná, ocupando uma área de aproximadamente 25.000Km², ocorre o arenito Caiuá (BRASIL, 1970, p.17). Brasil (1970, p.19) continua, salientando que: “O arenito Caiuá caracteriza por apresentar sedimentação entrecruzada (eólica) e pela sua coloração violácea com manchas e pontos claros. Neste arenito a percentagem de areia grossa é quase sempre superior à de areia fina. O arenito Caiuá ocupa a parte superior da série São Bento, tendo sido sedimentado diretamente sobre as rochas básicas, evidenciando um clima árido semelhante ao ambiente desértico ocorrido durante a sedimentação do arenito Botucatu e durante a deposição de arenitos eólicos entre os vários lençóis magmáticos. A série São Bento é constituída, portanto pelo arenito Botucatu na base, seguido pelo Trapp com arenitos intercalados, e como último componente da série o arenito Caiuá”.

ser derrubada para a plantação do café ou outra cultura. Constatamos tal fato em nossas entrevistas, porém na narrativa do Sr. Honório podemos evidenciá-lo quando ele diz: “Quanto ao mato, na beira de rio, foi derrubado tudo no começo, nada por lei, oh! deixa 20% ou 10%, principalmente beira de corgo. Nós morava lá encostado do rio, derrubô tudo, tá o pasto até em cima do rio, e aonde que hoje fais falta aquelas reserva se tivesse” (PARISE; PARISE, 2001). Assim, naquela conjuntura, alguns poucos proprietários tinham já uma “consciência ecológica” e acabavam deixando próximo aos cursos d’água alguns remanescentes de floresta, porém a maior parte dos colonos não o fazia, como podemos notar no depoimento acima. No entanto, nota-se que na atualidade o colono percebe que a falta da floresta, por algum motivo que lhe é peculiar, está lhe fazendo falta.

Em outro depoimento, o senhor Antônio Fontana,⁷⁵ demonstrando arrependimento do que cometeu no passado em relação ao desmatamento, comenta:

Eu não posso dizer que o povo destruiu, nós destruímos. Essa mata linda que tinha por aqui, foi derrubada de cima até no rio. Fazia questão de limpá bem nas cabeceiras assim, que era bem solta a areia; derrubava tudo, não tinha uma orientação, não se previa nada. Então eu posso dizer aqui que a mata aqui, nós os produtores que destruímos, nós não tivemos a idéia de ter essa preocupação, era derrubá, derrubá e pôr fogo. Que judiação! (...). Mais hoje eu penso na mata que tinha aqui, tanta riqueza, que destruição! (FONTANA, 2005).

Nessa perspectiva, os impactos ambientais causados pela ação antrópica, quando ocorrem em intensa concentração, como no caso do Noroeste, agregam transformações nas condições ecológicas na mesma proporção. O desmatamento desenfreado ao longo das décadas de 1950 e 60 e a falta de planejamento regional, naquela conjuntura, foram os maiores responsáveis pelos grandes impactos ao ambiente, tais como a extinção de uma rica flora e fauna, erosão e, em alguns locais, a baixa fertilidade do solo. Na terra que os colonos destinaram ao plantio do café havia uma grande riqueza, que era a mata natural, constituída de ricas e variadas espécies, como peroba, cedro, coração-de-negro, marfim, louro, pau-d’alho, timbaúva e outras mais. Havia também, em virtude da proximidade do rio Paraná, uma grande biodiversidade da fauna, composta por antas, porcos-do-mato, lagartos, quatis, onças-pintadas, jaguatiricas, jacutingas, mutuns, jaós, perdizes, cigarras e borboletas de várias

⁷⁵ O senhor Antônio Fontana nos recebeu em sua residência em Tamboara, onde nos concedeu a entrevista, no dia 19 de janeiro de 2005.

espécies (HARACENKO, 2002b, p. 100), porém as matas próximas aos rios Paraná e Ivaí, que passam pela região, foram derrubadas até suas margens. Fato idêntico aconteceu também nas ilhas do rio Paraná, uma riqueza de biodiversidade, perdida ao longo do tempo, que infelizmente não será mais recuperada.

Comentando a propósito dos cursos de água na região, salienta o senhor Sérgio:

Tivemos diversos problemas, eram e são graves, porque aqui a terra é arenito, é terra de areia, e depois que chegaram as máquinas, os tratores, aí piorô, porque começou a tombar as terras, as enxoradas levô essas águas tudo para os rios. Hoje, nós temos rios pequenos aqui, que há tempos tinha peixes, hoje são uma quantia minguada, porque a gente anda dois, três quilômetros dentro do rio, e a água não vai até o joelho, por causa do assoreamento (SOBRINHO, 2005).

Rodrigues (1983), sendo morador do município de Itaúna do Sul, em seu trabalho de pesquisa sobre o município expõe sua opinião, a qual inferimos ser uma forma de um forte desabafo, sobre os problemas ambientais que ocorreram no Noroeste do Paraná. O autor diz:

(...) o Estado não se preocupou na época em proteger uma reserva em cada área que se pretendesse cultivar, evitando desta feita, um desequilíbrio ecológico no futuro; concorreu para o empobrecimento do solo em um curto período de tempo. Nunca se verificou, em região alguma do Brasil, o que verificou-se em nossa região; Isto foi, que de fato, num período de três décadas, isto é, em trinta anos, o homem destruiu tudo o que existia ao seu redor e se foi para outras regiões, com o intuito de depredá-la também. Pois, aqui deixou a ruína, cidades asfixiantes, lutando pela sobrevivência e o solo desnudo, a mercê dos inimigos naturais, sujeito, ainda, ao câncer do Noroeste paranaense, que é a Erosão; que vai destruindo o solo e provocando a lixiviação do mesmo, esvaindo sua fertilidade e diminuindo sua produção (RODRIGUES, 1983, p. 143).

A foto seguinte mostra o tamanho de uma voçoroca na área rural do município de Itaúna do Sul.

Foto 35 – Processo Erosivo no Município de Itaúna do Sul
 Fonte: Acervo particular do senhor Nelson Brito Rodrigues.

Assim, nossas narrativas são contundentes ao afirmarem que os impactos ambientais desenfreados provocados no Noroeste Paranaense e aliados ao período de transição da cultura cafeeira para a pastagem e ao desenvolvimento da rede urbana sem planejamento, foram a causa dos problemas erosivos de grandes proporções verificados nos municípios da região. Com base nas entrevistas realizadas nos municípios do Noroeste, podemos ter uma dimensão do que foi o problema da erosão para esses municípios. O senhor Deusdete afirma:

A erosão era bruta, a erosão virô quase assim uma indústria prô município. O município pegô muito dinheiro do governo. Muitos pegava o dinheiro e fazia, muitos pegava e não fazia, a maioria pegava e não fazia. Cruzeiro do Oeste foi uma cidade que sofreu com erosão, no Paraná muitas cidades sofrero com erosão. Hoje quase se vê poca erosão, mais existiu muito, e os prefeito fizero miséria também. Se tivesse gastado o dinheiro pra fazê a coisa em cima como merece, com muita sinceridade, talvez tivesse acabado antes, ou a cidade tivesse em melhor situação (CERQUEIRA, 2005).

Por ser um homem que esteve à frente da política no Noroeste, sendo prefeito de Paranavaí, o senhor Deusdete fala com conhecimento de causa sobre o que houve com os recursos destinados ao combate do processo erosivo nessa região, pois além de comentar a

respeito dos danos causados pelas erosões que assolaram o Noroeste, esse depoimento relata que houve, por parte de muitos prefeitos dos municípios, descaso no controle do processo erosivo e falta de seriedade na administração da coisa pública. Nota-se na sua fala a afirmação de que muitos prefeitos fizeram o trabalho de combate à erosão, como deveria ser feito, ou seja, com seriedade; outros tiveram acesso às verbas destinadas a este fim e não deram solução ao problema. Igualmente, ele salienta que se o dinheiro tivesse sido utilizado para o fim determinado, talvez atualmente muitas das cidades dos pequenos municípios poderiam estar em melhores condições, possuindo uma boa infra-estrutura urbana. Um pouco do que foram os danos causados ao solo pelo processo erosivo pode ser visualizado na fotografia seguinte, a qual ilustra a precariedade das estradas do Noroeste do Paraná atingidas pela erosão.

Foto 36 – Erosão em Estradas Rurais

Fonte: Acervo particular do Senhor Nelson Brito Rodrigues.

Neste contexto, se consolida o trabalho dos prefeitos para recuperar o solo que estava sendo devastado pelo “câncer do Noroeste”, como foram denominadas as erosões. O senhor José Moron, que esteve à frente da prefeitura do município de Paranacity, também refere-se ao problema da erosão que assolou a região:

Aqui havia muitas riquezas, muitas riquezas mesmo, principalmente madeira de lei, e essa poderia ser considerada uma região rica. O solo era fértil quando inexplorado, e com a exploração irracional, falta de conservação, o trato indevido da terra, tudo isso contribuiu para que esse solo aqui se degradasse, principalmente por ser uma região do arenito caiua, sujeito a erosão. Nós tivemos aqui na cidade, por exemplo, um problema gravíssimo de erosão, que só pôde ser resolvido, sanado, graças ao governo federal. Na época fizeram um corpo de combate à erosão aqui pra salvá a cidade, e contou com recurso do governo federal, uma obra que durou dois anos pra saná o problema. Coisa que jamais aconteceria se o município, um município pobre, sem recurso, fizesse. Isso foi na década de 70 (MORON, 2005).

Em muitos municípios a erosão estava tomando conta dos núcleos urbanos. As voçorocas estavam em um estágio tão avançado, que eram grandes o suficiente para “engolir” a residência das pessoas. Quando em seu depoimento o senhor. José Moron cita a expressão “salvar a cidade”, ele está justamente referindo-se a este perigo a que alguns habitantes urbanos estavam sujeitos. A foto seguinte ilustra esse problema.

Foto 37 – Processo Erosivo no Núcleo Urbano de Itaúna do Sul
Fonte: Acervo particular do Senhor Nelson Brito Rodrigues.

Tendo esse contexto de degradação de solo como pano de fundo, o trabalho de combate ao processo erosivo realizado no Noroeste do Paraná se deu a partir do ano de 1970, justamente quando se intensificavam as pastagens na região. Naquela ocasião, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) começou um trabalho de manejo e conservação do solo na região. A respeito desse trabalho comenta o senhor Oscar da Silva Reis⁷⁶ “Em 1970, então a Emater com um trabalho muito intenso na área de manejo e conservação de solo. Ela fez um convênio internacional com a organização mundial do café, e com isto, né, veio muito dinheiro pra gente fazê um trabalho exatamente em cima do chamado corredor de exportação” (REIS, 2001).

Nessa conjuntura, a erosão afetou de forma fatal também as margens dos rios. Salienta o senhor Oscar que este foi um dos mais graves problemas concernentes ao processo erosivo a ser sanado naquela região. Sendo assim, enquanto chefe regional da Emater naquele período, seu trabalho para resolver este problema, que estava causando assoreamento dos cursos d'água, consistiu em montar um projeto de campo que num primeiro momento serviria de demonstração e exemplo aos pecuaristas, para depois, num segundo momento, em que estes tivessem conhecimento do projeto, passassem a aplicá-lo em suas propriedades. Nesse aspecto, a finalidade desse projeto era revelar aos pecuaristas como deveria ser feito um manejo adequado da pastagem tendo ao mesmo tempo um aumento significativo da lotação de cabeças de gado por área, e de igual maneira, mostrar que era possível fazer a renovação das pastagens, melhorando a qualidade do pasto num sistema que iria proteger a região da erosão.

A prática do desenvolvimento do projeto consistia em evitar o manejo extensivo da pecuária. Para isso, era necessário que os pecuaristas se conscientizassem de que deveria haver: a divisão de pastos, com piquetamento; o isolamento das áreas ribeirinhas; um sistema correto de abastecimento de água para os animais, evitando com isso sérios problemas - como o gado ingerir areia nos riachos; o desmatamento das matas ciliares; e a prevenção do problema mais sério, que seria a erosão provocada pelo pisoteio constante do gado. No entanto, a forma de abastecimento de água para os animais era um dos fatores primordiais no combate à erosão, pois, sendo feito de maneira correta, evitaria o processo erosivo causado pelos sulcos formados no solo pelo pisoteio constante do gado na procura pela água nos

⁷⁶ O senhor Oscar da Silva Reis foi chefe da Regional da Emater em Paranavaí de 1970 a 1976. No período em que o entrevistamos, habitava na cidade de Curitiba e ainda estava trabalhando na Emater, e lá nos concedeu a entrevista no dia 5-3-2001.

riachos. O senhor Oscar explica claramente como foi realizado esse processo de abastecimento de água para os animais, relatando: “Nós entramos com um sistema de abastecimento de água, tirando a água do ribeirão e botando mais na parte alta, onde era feito o piqueteamento, e aí evitaria todo aquele caminhamento do gado, que era o primeiro processo de erosão” (REIS, 2001). Na fotografia seguinte podemos visualizar uma pastagem em processo erosivo num estágio bem avançado.

Foto 38 – Processo Erosivo em Pastagem

Fonte: Acervo Particular do Senhor Nelson Brito Rodrigues.

Realizada essa primeira etapa do projeto, o próximo passo dos técnicos da Emater foi começar a trabalhar nas propriedades, auxiliando os proprietários no manejo do solo. Então:

(...) foi investido na época, tem que converter isto em reais agora, na época 1970, foram 35 milhões de cruzeiros investido na região, onde a gente financiava os pecuarista pra fazer as divisões de pasto e fazer o esquema de abastecimento de água. Foram furados centenas de poços artesianos na época, né, pra evitá que o gado fosse se abastecer de água nos riachos. Então esse foi um primeiro ponto, né? Só que veja bem, nesta época a devastação das matas ali era violentamente grande, era da ordem de 90% mais ou menos, e o processo continuou por mais algum tempo. Eu me lembro até que na época existia uma única reserva significativa no município de

Terra Rica. Era uma única reserva bastante grande, que pegava as margens do rio Paranapanema. Fora isso, eram pequenos capões de mato, né, que num respeitavam nem sequer as barradas de rio (REIS, 2001).

Remetendo-se às dificuldades que foram enfrentadas para a implantação do projeto que implantava medidas de controle aos processos erosivos, e através dessas medidas sanar um pouco do forte impacto ambiental que estava sofrendo a região, o senhor Oscar afirma:

A nossa maior dificuldade foi justamente tentá convencê o pessoal de que havia necessidade, primeiro de fazê o isolamento dos riachos com cerca, deixando uma margem, dependendo da largura, de 15 a 50 metros, e permitindo com que a própria natureza fosse refazendo aquela margem ali. E isso acontecia até com uma determinada rapidez. Fazendo o isolamento, em seguida o mato vinha se refazendo, não com uma rapidez tão grande, mais vinha refazendo; mais aquela consciência de repovoar aquilo ali com plantios, isto num existia, na verdade foi a nossa maior dificuldade era tentar incutir no pessoal a necessidade de fazer um manejo adequado no solo tendo em vista essa necessidade de preservar muita coisa daquela mata antiga que tinha ali, que era uma riqueza fantástica e que hoje a recuperação custa alguns milhões. Essa era realmente uma dificuldade.

Apesar de terem sido implantados alguns poucos projetos destinados à preservação ambiental, como este da Emater, eles não tiveram êxito, haja vista que estudos pedológicos têm confirmado que grandes voçorocas existentes na região foram iniciadas pelo pisoteio constante do gado, aliadas, evidentemente, à falta de planejamento do uso do solo.

Nesse contexto histórico da época, outro fator agravante que afetou o Noroeste do Paraná foi o que os colonos e alguns trabalhos regionais chamam de “evasão populacional”. Após ser ocupada de uma forma muito rápida, a microrregião de Paranaíba perdeu um número considerável de seus habitantes, a partir da década de 1970. Schwartz (1988, p.69) é categórico ao afirmar que: “ Geadas e a degradação do solo – altamente suscetível à erosão – foram causas fundamentais da derrocada cafeeira. A perda da população relaciona-se diretamente a tais fatores” .

Acrescentamos a essa afirmação a entrada da pecuária bovina, uma vez que, justamente no período do declínio da cultura cafeeira na região, muitos agricultores começaram a formar pastagens para criação extensiva de gado bovino, atividade que ganhou espaço na região. A princípio não era uma atividade lucrativa, mas os agricultores, agora já pecuaristas, não

correriam o risco de perder seus rebanhos pelas intempéries naturais, como havia acontecido com os cafezais. Assim, quando a terra de café definitivamente virou terra de pastagens, perdeu parte do seu contingente populacional. Soma-se a isto o fato de que muitos colonos venderam suas propriedades para fazendeiros, e outros, que naquele período tinham vindo para o Noroeste somente para trabalhar no café, também deixaram a região. “E assim veio a geada e fogo de 63/64. Foi uma catástrofe, foi péssimo, todo mundo começou a ficar triste. Uns abandonaram a lavoura, começaram a vendê as terras, os fazendeiro começaram a comprar um do outro, formando pecuária, pouca gente ganhô dinheiro com o café. Desanimado, o povo começou a ir embora, infelizmente” (BORSATTO, 2001).

Diante desse fato convém salientar, conforme destaca Paulino (2003, p.72) que “com efeito, os impactos socioeconômicos foram insígnies, pois as políticas públicas adotadas no sentido de substituição de culturas não foram direcionadas aos pequenos proprietários e cafeicultores não proprietários, responsáveis pelo fornecimento de nada menos que 80% da mão-de-obra ocupada no café”. Em face desses acontecimentos, continua a autora:

No Paraná, após 20 anos de atuação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), 56% da área ocupada por cafeeiros foi substituída por outros cultivos, prevalecendo a expansão das pastagens. Não obstante, a ação dos formadores foi decisiva para a acumulação dos pecuaristas, visto que os primeiros se submeteram ao trabalho gratuito de formação dos pastos em troca da permissão de cultivar as terras por um curto período, em média de 2 anos (PAULINO, 2003, p. 72).

Nesse sentido, ainda conforme a autora, “essas mudanças culminaram na eliminação de grande parte dos postos de trabalho, de tal modo que não basta analisar os processos pelo viés da ‘crise’ do café. Antes, é necessário recorrer à conjuntura em que esses acontecimentos se sucederam” (PAULINO, 2003, p.73). Continua a mesma autora:

Entretanto, os principais fatores ligados à substituição do café pelas culturas mecanizadas e pela pecuária extensiva não se descortinaram à maior parte dos trabalhadores, cuja memória conseguiu reter basicamente dois eventos para explicar a expulsão ou expropriação que os atingiu. Um deles de ordem climática, as geadas, e outro, de ordem jurídica, o Estatuto do Trabalhador Rural. Isso mostra quão hábil foi a classe dominante em capitanear tais eventos, reforçando no imaginário coletivo esses aspectos de somenos importância no processo (PAULINO, 2003, p. 74).

Desta forma, diminuídas as oportunidades de fixarem-se no campo e havendo falta de postos de trabalho, conseqüentemente, a manutenção da família estava comprometida. A população, que tinha visto no “novo Eldorado” uma chance de progredir economicamente, afetada então pelas condições adversas de clima - no caso, as constantes geadas que ao longo das décadas assolaram os cafezais, atreladas à ocupação, pela pecuária, dos espaços que outrora eram reservados ao café - foi obrigada a deslocar-se para outros estados à procura de trabalho. Reportando-se a este fato, o senhor Cláudio Soletti⁷⁷ afirma: “Aí começô vim o boi, no lugar do café” (SOLETTI, 2004). E o resultado da entrada da pecuária é que: “ (...) o boi tira o homem, né. 100 alqueires por exemplo tinha uma colônia com 10, 12 casas, onde andava se encontrava uma horta, um frango, encontrava fartura, e aí então veio o boi, e o boi o que resultou? Expulsou o homem. Aí uma das regiões mais ricas do Paraná acabou ficando uma das mais pobres” (SOLETTI, 2004).

Com efeito, desse depoimento, que literalmente trata da expulsão da população, depreendemos que o que houve com essa população do Noroeste do Paraná, denominado de evasão populacional, foi exatamente, conforme assevera Martins (1982, p.54), a instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que ele necessita para trabalhar, que é a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas. Isto constitui a primeira condição para a instauração do reino do capital e a expansão do capitalismo, pois “Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos” (MARTINS, 1982, p. 54). Esse processo de expropriação, continua Martins (1982, p. 55), é “o que se tem observado no Brasil, principalmente no meio rural, pois ele está articulado não só com a transformação das relações de trabalho na agropecuária, tal como ocorre com o trabalho do volante ou ‘boia-fria’, mas também com as migrações para as cidades”.

Nesse período os municípios que compõem esta região sofreram um decréscimo populacional. Contam os entrevistados que o desemprego assolou a região e escolas rurais que atendiam as crianças em idade escolar foram tomadas por capim. Nos pátios escolares, onde antes se ouvia o alarido das crianças, prevaleceu a quietude de bois nelores pastando. Os jovens não tinham perspectivas de dias melhores na região onde seus pais lhes haviam prometido um futuro, com o “ouro verde”, e os núcleos urbanos estagnaram-se. Não

⁷⁷ O Sr. Cláudio Domingos Soletti foi prefeito de Terra Rica. Recebeu-nos em sua residência nesse município no dia 4 de julho de 2004, local em que nos concedeu a entrevista.

restava outra solução a não ser a migração. O senhor Cláudio afirma: “Esse problema não foi solucionado, o governo não teve uma visão de pôr outra coisa, substituir essa mão-de-obra do café noutra coisa. E aí criou-se uma verdadeira miséria” (SOLETTI, 2004).

Alguns migrantes desavisados, na maioria nordestinos, que não conheciam o declínio do Noroeste, chegavam à região, atraídos pelo fascínio das histórias que lhes contavam sobre o Noroeste do Paraná; porém quando lá chegaram, exatamente naquela conjuntura de transição do café para a pecuária, viam-se obrigados a mudar seus planos de ali conseguir trabalho e moradia. Uma reportagem de Hélio Teixeira, intitulada “Fim do Eldorado?”, publicada na Revista Veja do ano de 1976, destaca a condição do migrante que se encontrava diante da situação sobre a qual estamos discorrendo. Ei-la:

O fascínio pelo Eldorado, no entanto ainda existe para alguns mal informados migrantes. Foi pensando em tempos melhores que João Luís de Souza, 45 anos, deixou, há duas semanas, sua Palmeira dos Índios, no longínquo Pernambuco, para, depois, de quatro dias em ônibus e caminhões, chegar aos arredores de Paranapoema. Mala nas costas ele se vê obrigado a continuar sua peregrinação, já desencantado com o Eldorado de que tanto ouvia falar: “Lá no nordeste está tudo seco e não dá pra conseguir nada. Mas aqui, esse verde quem aproveita é o boi” (TEIXEIRA, 1976, p. 56).

A respeito do esvaziamento populacional que afetou duramente o desenvolvimento do Noroeste do Paraná, o senhor José Moron emite sua opinião:

O governo federal pagou para que se erradicasse os cafezais, só que eles colocavam erradicação dos cafezais improdutivos. Era uma maneira de tapar o sol com a peneira. Na verdade, havia uma superprodução do café e o governo usou esta estratégia para eliminar os cafezais. E o que aconteceu? Um êxodo rural violento. Não houve, depois disso daí, uma outra cultura que viesse substituir o café, que oferecesse mão-de-obra, distribuição de renda e a fixação das famílias no campo, então houve um êxodo rural muito grande. Esta região, especificamente Paranacity, até hoje não conseguiu recuperar a população. Hoje, por exemplo, nós temos o município quase todo tomado pela cana-de-açúcar, a monocultura. Depois do café veio a pastagem com o gado, o gado de corte. Se a gente comparar o gado com a cana, nós vamos ver que a cultura de cana ela é muito mais benéfica, porque gera algum trabalho e ajuda na distribuição de renda. O boi, ele sustenta só o fazendeiro, ele não investia aqui, levava o dinheiro pra fora, pra investí nas outras cidades. Então hoje, o município de Paranacity e toda essa região tem esse quadro (MORON, 2005).

Atualmente a região encontra-se com a maior parte de sua área destinada à pecuária, e com ela, obviamente, vem o agravamento dos seus problemas ambientais. O resultado do desmatamento, e em alguns municípios o processo erosivo, são visíveis a olho nu, numa região onde o verde cobre toda a paisagem, mas apenas de vegetação rasteira (grama) que alimenta os pontos brancos (gado) até onde a vista pode alcançar. A respeito do que ocorreu no município de Santa Mônica comenta o senhor Joaquim: “Teve o desmatamento, foi chegando gente, comprando e formando invernada. Porque antigamente tinha muito sitiante, e aí os home chegô, os maió chegô e comprô. Hoje a maior parte é fazendero. Aí tiraram os pequeno, e hoje é só fazenda, e esses fazendero, sabe como é né, é poco empregado, uma pessoa toma conta de meio mundo” (NETO, 2005).

Exemplificando com o caso do Norte Novo de Londrina, Paulino (2003, p. 75), confirma: “Na década de sessenta, somente no Norte Novo de Londrina, desapareceram 146.210 hectares de café, surgindo 167. 786 hectares de pastagens. É por essa razão que a maior parte dos municípios do norte-paranaense perdeu de 20 a 60% da população apenas no período em destaque”

Por conseguinte, a relação que o colono tinha com a natureza nas décadas anteriores foi sendo introduzida no cotidiano dos agricultores da região ao longo do tempo. Alterou-se e reconstruiu-se completamente toda a paisagem, numa dinâmica regional que envolveu uma linearidade sucessiva de fatos históricos ocorridos num curto espaço de tempo. Esses fatos são, principalmente: a colonização, a criação das cidades e seu desenvolvimento vinculado à cafeicultura, o colapso da cafeicultura e a entrada da pastagem, o esvaziamento populacional ligado a esses dois últimos fatores, e por fim, com o esvaziamento populacional ocorreu o declínio das pequenas cidades.

Outrossim, cumpre evidenciar que, com esse levantamento histórico através das narrativas que realizamos pelo Noroeste do Paraná para compreender, por meio das fontes orais, o desenvolvimento do processo de ocupação ali ocorrido, foi possível constatar que, passadas as adversidades que o processo de colonização lhes impôs, o sentimento comum a todos é o orgulho de ser pioneiro. Isso se verificou entre todos os colonos que foram entrevistados, sem exceção, estejam eles ou não, atualmente, em boas condições financeiras, ou, em suas palavras “na condição de vida melhor” ou no “futuro melhor” que outrora vieram buscar. Segundo Leo Waibel (1979, p. 280), “A expressão *pioneiro* é originária da terminologia militar e significa ‘escoteiro’, ‘batedor’. Nos Estados Unidos, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na

mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da *frontier* sertão a dentro”.

Nessa Perspectiva, frases como: “Nós chegamos aqui era puro mato” , “Abrimos tudo isso no braço” e uma série de outras, que demonstram coragem, bravura e orgulho de ter chegado a uma região de puro mato e vê-la transformada em núcleos urbanos, sítios, chácaras, atualmente os assentamentos rurais de reforma agrária, tudo isso, pelo que pudemos notar, independentemente dos problemas que permearam o processo de ocupação através da colonização, representou, para muitos, o desenvolvimento regional. Todavia, essa característica de desenvolvimento regional dada pelo colono ao Noroeste do Paraná está associada, pura e simplesmente, ao fato de a região, no ato da sua chegada, estar em mata fechada e hoje estar transformada pela ação do seu trabalho. O Noroeste, para eles, é um espaço transformado pelo seu trabalho, é portanto, a construção do seu território, daí o orgulho de ser pioneiro. Waibel (1979,) ao caracterizar esse sujeito social, assim se expressa:

O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de *frontiersman*, isto é do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...) Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. (...) então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população (WAIBEL, 1979, p. 282).

Não obstante, Martins (1975), fazendo uma análise do conceito de pioneiro apresentado por Waibel (1979), salienta que esse conceito “acentua a dimensão urbana como constitutiva da paisagem, o mercado como constitutivo da economia, a urbanização do comportamento e a implantação da ‘mentalidade racional’, pressupondo, desse modo, a ‘zona pioneira’ como aquela em que se realiza um estilo singular de vida” (MARTINS, 1975, p. 43). Tal estilo, conforme o autor, se encaminharia para uma efetivação da cultura que é própria da sociedade urbano-industrial, considerada como modelo social. Embora concordemos com a análise de Martins (1975), o que encontramos nos sentimentos dos colonos no Noroeste do Paraná está exatamente nos marcos do conceito de pioneiro utilizado por Waibel (1979).

Dessa forma, o que se tem efetivado no Noroeste do Paraná, desde o extermínio da população indígena e os primórdios da ocupação não-indígena com a Fazenda Brasileira até a colonização desenvolvida pelas empresas privadas a partir de 1950, com todas as suas peculiaridades, demonstra uma dinâmica regional em que “O processo de criação do território é pois, simultaneamente, construção/ destruição/ manutenção/ transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

3.8 PARALELAMENTE À COLONIZAÇÃO, OS CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA

Paralelamente ao processo de colonização no Noroeste do Paraná, considerado um fator preponderante de organização do território, uma vez que o acesso à propriedade da terra ocorria de forma legalizada via colonização oficial ou privada, ocorria, em contraponto, a atuação daqueles que procuravam o acesso à terra por vias ilegais. Eram grileiros, intrusos e pequenos posseiros que buscavam acesso à terra quer para especulação, no caso dos primeiros, quer para torná-la produtiva, no caso dos posseiros. Sendo assim, temos no Noroeste a atuação do que Serra (2005) chamou de organizadores do espaço - a saber, o Estado e as companhias privadas - vendo seu papel comprometido pela ação dos “agentes desorganizadores”. No entanto, “o Estado, ao mesmo tempo em que cria e alimenta uma política destinada a harmonizar o acesso à terra através da adoção de mecanismos amparados em leis específicas, se alia aos interesses dos ‘agentes desorganizadores’, o que vai viabilizar condições para o desvio de extensas áreas através de grupos políticos atrelados ao poder dominante” (SERRA, 2005).

Nesse contexto, essa atuação e ao mesmo tempo convivência dos contrários na ocupação do território é que iria gerar os conflitos da questão agrária na área em estudo. São, não obstante, processos de atuação pela propriedade da terra que caminham intercalados, e no Paraná a ação do acesso ilegal à terra foi tão intensa quanto a legal, contribuindo, evidentemente, para que a violência tivesse a sua marca registrada no campo agrícola do Estado no período da sua ocupação.

A ocupação das terras no Paraná moderno através do povoamento tornou-se forte no início do século XX, quando a procura por essas terras já estava direcionada para a cultura cafeeira. Foi nas primeiras décadas desse século que surgiram os núcleos urbanos do Estado do Paraná na região hoje definida como Norte Velho. Desse período em diante as frentes povoadoras foram avançando no sentido Norte Novo e Norte Novíssimo. Nesse processo de

ocupação e transformação territorial exerceram papel fundamental a colonização dirigida, feita pelas empresas privadas, e a colonização oficial.

Esse papel da colonização foi fundamental no sentido de incentivar o povoamento das regiões não colonizadas, como também de facilitar que o pequeno agricultor, o camponês, tivesse facilidade na aquisição e se tornasse dono de seu pedaço de terra. Tornando-se proprietário, por um lado, o agricultor sentia a dificuldade do trabalho pesado da derrubada da mata para tornar a propriedade agricultável, mas por outro, tinha a compensação de trabalhar naquilo que lhe pertencia legalmente, e não ser incomodado por questões conflituosas envolvendo a propriedade da terra.

Não obstante, se a colonização foi uma regra que contribuiu para povoar densamente as regiões do Paraná, a exceção foi que em vários momentos as questões da terra envolveram aspectos conflituosos, não faltando especulações nos negócios da terra e engano de trabalhadores rurais. De um lado pequenos agricultores lutavam para possuir seu sítio, e do outro, exploradores também atraídos pelas riquezas das glebas procuravam facilidades de acesso a grandes extensões de terra. Nesta conjuntura, além da colonização particular e da oficial, houve a ocupação de terras devolutas ou pertencentes a pessoas que raramente se encontravam presentes nas propriedades. Essa ocupação era feita por pequenos lavradores que, desprovidos de condições de trabalho e de acesso à terra, ocupavam determinado local para dele tirar sua sobrevivência e ali permaneciam por longos anos. “Configurou-se, nesse caso, a posse quando muitos colonos estabeleceram-se em terras devolutas ou abandonadas, com cultura efetiva e morada habitual. Em consequência, quando o Estado vendeu as terras, ou desejou ele próprio colonizá-las, muitos lotes, e mesmo glebas inteiras, já se encontravam ocupados pelos posseiros” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 22).

Nessa época, também procurando beneficiar-se da propriedade das glebas, aparece a figura do intruso, caracterizando o período da intrusão, que era uma modalidade ilícita de ocupar e possuir a terra, visto que os intrusos se apropriavam mediante falsificação de títulos de registro. Westphalen; Machado e Balhana (1968) afirmam que essa ocupação muitas vezes era caracterizada pela violência, quando os intrusos penetravam e se instalavam à força em terras já alienadas.

A intrusão foi um período em que agiam invasores de terras que faziam essas operações para grupos mais poderosos, os quais geralmente estavam interessados na formação de grilos. A grilagem da terra é outro aspecto de fundamental importância em relação ao domínio da terra no Paraná, sendo o grileiro responsável por tirar vantagens sobre o pequeno lavrador:

Entre estes sobressai, pela perturbação da ordem dos negócios de terras, da efetiva ocupação e reconhecimento dos direitos dos legítimos proprietários, mesmo que simples posseiros, a prática organizada da grilagem de terras, ou seja da formação de grilos, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedades. Falsificando documentos, como escrituras de

transferências de propriedades, recibos e outros, apossavam-se de vastas áreas, gerando não apenas conflitos de ordem jurídica, mas sobretudo a inquietação no meio rural paranaense (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p.25).

O quadro seguinte identifica os grandes grilos de terra no Paraná anteriores à década de 1930, e a figura subsequente indica a sua localização no território paranaense.

GRANDES GRILOS DE TERRAS NO PARANÁ		
Nº	GRILOS	ALQUEIRES*
1	Reconquista	446.280
2	Guavirova	171.000
3	São Manuel	71.000
4	Boa Ventura	5.000
5	Laranjeiras	38.000
6	Ubá	100.000
7	Corumbataí	216.300
8	Bandeirantes	403.740
9	São João do Rio Claro	30.000
10	Colônia de Baixo	5.887
11	Boa Esperança	255.980
12	Pirapó	369.570
13	Ribeirão Vermelho	45.000
14	Barra do Tibagi	148.290
15	Tigre	17.660
16	Barra Bonita	16.270
17	Pontal do Rio Cinzas	13.590
18	São João do Rio Pardo	38.000
19	Ipiranguinha	21.000
20	Flores Conceição	22.000
Total		2.434.567

Quadro 1 - Grandes Grilos de Terra no Paraná
Fonte: Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 25).

* 1 alqueire correspondendo a 2, 42 hectares.

Figura 23 – Grandes Grilos de Terra no Paraná
 Fonte: Westphalen; Machado e Balhana (1968, p. 24).

Nota-se, através dessa figura, que a maior parte da Região Norte do Paraná era constituída de terras griladas anteriormente a 1930, e que nesse ano ocorreu a desapropriação desses grilos pelo Estado, que passou então a ter uma grande quantidade de terras para (re)trabalhar o processo de ocupação do espaço agrário. Serra (1991) afirma que essa expropriação dos grilos de terras, assinada pelo interventor Manoel Tourinho e repassada ao Estado, em que as terras devolutas desse momento em diante só poderiam ser adquiridas a título de compra, representou um duro golpe aos grileiros, mas não se constituiu em um golpe fatal, visto que a categoria continuou agindo após 1930.

O Noroeste do Paraná, especificamente a área em estudo, até 1950 pertencia legalmente à Colônia Paranaíba, e após esse período foi ocorrendo o desmembramento dos municípios nela compreendidos. Afora o processo de colonização, esse período de ocupação, no Noroeste, é marcado por conflitos, envolvendo grilos de terra, posses, duplas titulações de propriedades e violência no campo. Esses conflitos estão diretamente relacionado com o mandato do governador Moisés Lupion. Em 1950 terminou o mandato do referido governador e assumiu o poder Bento Munhoz da Rocha. A violência no campo foi então mantida sob

controle, mas apenas por algum tempo. O novo governador reiniciou um trabalho de medição e demarcação dos lotes através de um levantamento aerofotogramétrico que envolveu todo o território do Paraná. Com isso, ele retirou das frentes pioneiras os pequenos posseiros, que eram as maiores vítimas das violências agrárias, transferindo-os para outras regiões como proprietários rurais. O período de calma durou apenas o tempo do seu mandato, porque em 1956 Lupion foi reeleito e começaram as doações de grandes extensões de terras para seus “amigos”, e “Sob o comando de Lupion, o governo reedita seu papel contraditório no contexto da organização do espaço agrário, ao contemplar amigos e correligionários do Governador com grandes áreas, muitas das quais produtivas e devidamente tituladas em nome de pequenos produtores rurais” (SERRA, 1991, p. 87). O autor ainda destaca que coincide com o segundo mandato de Moisés Lupion, entre 1956 e 1960, uma fase em que não se procurou dar seqüência a um planejamento na distribuição da terra agrícola no Estado, e o poder público manteve-se de costas para o que estava acontecendo no campo.

O Noroeste é uma região que retrata a conjuntura histórica do Paraná. Muitos casos polêmicos envolvem a propriedade da terra nessa região: duplas titulações; doações de grandes extensões para os “amigos do governador”, destes para as empresas colonizadoras, até a terra chegar aos proprietários colonos, vindos, em sua grande maioria, de outros estados. Houve a grilagem e a posse, sendo esta última realizada por pequenos agricultores que, não encontrando trabalho, apossavam-se de um lote para fazê-lo produzir e retirar dali sua sobrevivência.

Cumprido esclarecer a forma como ocorreram essas doações de grandes extensões de terras aos amigos do governador Moisés Lupion, Serra (2005) torna clara a questão, afirmando que “Para ser reeleito, Lupion ‘compra’ apoio político e ‘paga’ com terras do Estado, beneficiando principalmente correligionários que o apoiavam financiando sua campanha política”. Todavia, como o governador não possuía controle dessas terras que distribuía, tampouco dispunha de um conhecimento profícuo da situação das terras quanto à titulações ou condições de uso, conforme o autor, “Lupion chegou a destinar a mesma área para mais de um beneficiário e a doar áreas produtivas e já legalmente tituladas. É inaugurada assim a fase de dupla e até mais titulações envolvendo a mesma área e que passa a se constituir na causa de uma nova onda de violência no campo” (SERRA, 2005). Através dos depoimentos subseqüentes, verificaremos como esses fatos ocorreram na área em estudo.

No Noroeste do Paraná, um dos casos de dupla titulação de terras que chamam a atenção ocorreu no município de São Pedro do Paraná, antiga gleba 21 da Colônia Paranaíba, (ver fig. 15, na pg. 206) em que na atualidade muitos colonos, à época posseiros, ainda não possuem

documentação legal de suas propriedades, uma vez que parte da gleba foi duplamente titulada durante o período do mandato do governo Lupion.

Em 1951, o então desembargador João Alves da Rocha Loures requereu junto ao governo quatro mil alqueires na gleba 21 da Colônia Paranaíba, a título de compensação de terras que lhe pertenciam e que o Estado havia transferido a terceiros. Lupion decidiu-se pela titulação da área para Rocha Loures e o documento foi assinado pelo governador interino Guataçara Borba Carneiro. Entretanto, esse documento não levou em conta quesitos importantes, como posses estabelecidas naquele local desde muitos anos. Em novembro de 1955 o governador interino, Adolfo de Oliveira Franco, deferiu o pedido de Rocha Loures de compensação dos quatro mil alqueires, outorgando-lhe terras devolutas anexas ao porto São José, no atual município de São Pedro do Paraná. De posse do título, Rocha Loures procurou adentrar na área, mas foi impedido pelos moradores posseiros que lá residiam, o que gerou um conflito que obrigou o Estado a declarar a área como destinada a fins de desapropriação.

Para aumentar o problema, muitos colonos, não sabendo que as terras estavam sendo pleiteadas por Rocha Loures, compraram lotes da Colonizadora Parapanema, de propriedade de José Volpato; este, por sua vez, alegava direitos adquiridos de uma família do município de Irati, constando das glebas 13, 14, 20 e 21. Evidentemente, nessa disputa judicial, quem acabou perdendo foram os camponeses, fossem eles posseiros ou colonos que haviam adquirido seus lotes junto à empresa colonizadora.

Parte dessa história nos foi contada pelo senhor José Raime Ignácio⁷⁸; no entanto, o detalhamento desse processo de dupla titulação de terras no Noroeste do Paraná, envolvendo especificamente o município de São Pedro do Paraná, encontra-se no anexo 2, no histórico do município. Sobre esse episódio de duplas titulações e o que está acontecendo na atualidade, comenta o senhor José:

Quanto à questão dos problemas de terra, tem sim, e até hoje tem isso aí, tem terra que é do Rocha Loures, que é a gleba aqui, até hoje isso aqui é litígio, né, litigioso, quer dizer, sem documento, porque pertence ao Rocha Loures; então tá uma briga danada. O governo queria comprá do Rocha Loures pra dá o título definitivo pros posseiros, né, porque esse Volpato vendeu pra esse povo, não que o povo grilô terra,

⁷⁸ O senhor José Raime Ignácio chegou em São Pedro do Paraná no princípio da colonização. Recebeu-nos em sua residência, na cidade de São Pedro do Paraná, no dia 17 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

não, o povo comprô de boa-fé, inclusive tem gente que tem escritura dessa terra, tem escritura de Mandaguari, só que não vale nada. Compraram do Volpato essa terra. Era grilada, grilada né, e até hoje, se fô vê, não tem documento dessas terras (...). Mais aqui, foi eles, né, Volpato, vendendo terra, vendendo aquilo que não possuía, cê entende? Po povo, e o povo comprando de boa-fé, e até hoje tá sem documento isso daí (IGNÁCIO, 2005).

Para compreendermos como grandes extensões de terras públicas no Noroeste do Paraná foram repassadas a “amigos” do governador Lupion, começaremos pelo depoimento do Sr. Franchello, sócio-proprietário da empresa colonizadora BRAPA. Em sua narrativa, destaca como adquiriu as glebas 27, 27 A, 28, 29 na Colônia Paranavaí (ver fig.15, na pg. 206) para serem loteadas. Ele diz:

Nós conseguimos a compra desses lotes, nunca foi ganho um palmo de terra do Estado do Paraná. Nós compramos de Salim Sahão, Salim Sahyum, de vários...vários... (leva a mão sobre a cabeça num esforço para lembrar) como é que nós podíamos dizer, não era árabe, é turco mesmo, né, é essa família Sahão que tem aqui em Londrina. **Os velhos, eles era muito amigos do governador Moisés Lupion e conseguiram lotes** formando as glebas 27, 27 A, 28 e 29, 26 e 25 e assim por diante, e os lotes que eles conseguiram lá, nós compramos deles todas essas glebas, mais ou menos 6 mil alqueires (FRANCHELLO, 2001. Grifo nosso).

Nota-se nesse depoimento a referência do empresário à forma como os amigos do governador conseguiram as glebas, ou seja, através da “amizade”, expressão que Serra, em seus trabalhos, denomina de apadrinhamento político. No depoimento, o senhor Franchello também afirma que a grande maioria das colonizadoras privadas que lotearam o Norte Novíssimo conseguiram as terras nas mesmas condições que a sua companhia, ou seja, as glebas foram compradas de pessoas beneficiadas com grandes extensões de terras na região, doadas pelo governador. As empresas em seguida as loteavam e vendiam para os colonos, que iam desbravar e fazer o local se desenvolver economicamente.

No caso das referidas glebas, especificamente a 27 A, 28 e 29, citadas pelo Sr. Franchello, as quais atualmente correspondem ao município de Querência do Norte, Gonçalves (2004) destaca que: “adotando a política de clientelismo, Lupion interferiu na ação do DGTC e garantiu a pessoas correligionários lotes destacados da colônia Paranavaí” (GONÇALVES, 2004, p.116). A respeito da quantidade de lotes envolvidos em negociatas,

continua o autor: “Segundo análises efetuadas por nós em documentos cartorários e levantamentos cartográficos das plantas elaboradas pelo DGTC, até 1948 foram dimensionados 214 lotes rurais, em 33.676,93 hectares de terras, contabilizando cerca de 65% da área total destas glebas” (GONÇALVES, 2004, p.116).

Gonçalves (2004) salienta que as pessoas que foram beneficiadas com o recebimento de terras públicas eram empresários influentes que moravam nas cidades de Londrina e Curitiba, descendentes de sírios e libaneses, como podemos confirmar na narrativa do Sr. Franchello.

Exposta a forma como a terra foi repassada a correligionários, torna-se importante destacara grilagem e posse, pois é nessas questões que reside o cerne das divergências e a violência no campo torna-se explícita.

Ao entrar em contato com nossos depoentes, raramente encontramos um que não tenha tomado conhecimento de atos de violência cometidos no Noroeste do Paraná no período da colonização, envolvendo conflitos de terra. No que concerne à grilagem, esta sempre trouxe no seu rastro a violência. Contudo, não há como nos referirmos a esses exemplos de acesso à propriedade da terra sem resvalarmos nos exemplos que envolvem o município de Querência do Norte, uma vez que este município, desde antes da sua colonização, traz no seu bojo as marcas que envolvem a questão da terra, como nos casos das glebas que deram origem ao município. Durante o período da colonização a grilagem e a violência contra posseiros foram marcantes naquele município. Inclusive há dois personagens que fizeram história pela Região Noroeste, conhecidos como “Bronquinha,”⁷⁹ o suposto grileiro que, acompanhado de seus jagunços, procurava grilar terras, e “Dico Negreiro”, o jagunço que, juntamente com os seus comparsas, era contratado por fazendeiros para combater as ações do Bronquinha. Sobre tal episódio envolvendo os dois personagens comenta o senhor Ângelo:

Mais nóis era criado num lugar que num tinha embriuada nenhuma, era tudo sitiante, num tinha rolo, num tinha matança, num tinha briga, era tudo italiano e alemão. Quando eu cheguei aqui tinha matança, e bastante. Bom, na rua mataram muito, mais a maior matança foi na bera do rio, e faziam isso por causa do grilo. Entrou um tal de Bronquinha, que queria ser dono do Noroeste do Paraná tudinho, ele tinha uma

⁷⁹ Em torno desse personagem existem versões contraditórias. Segundo alguns depoimentos, Bronquinha dizia-se proprietário de grandes extensões de terras pelo Noroeste, mas ao mesmo tempo ajudava as famílias pobres a apossarem-se de pequenos lotes, em terras improdutivas, sendo considerado um justiceiro. Outra versão diz que essa ajuda era aliada ao grande fazendeiro; isto é, ele recebia uma quantia em dinheiro do fazendeiro para ajudar o posseiro a fixar-se em determinado local e plantar sua cultura de arroz, e quando esta estava pronta para colheita, ele avisava o fazendeiro, que despejava a família de sua casa e ficava com a colheita. No entanto, como pudemos notar pelos depoimentos, os pequenos posseiros estavam do seu lado.

escritura do bisavô dele, do Noroeste do Paraná tudinho, do tempo do Lupion. O Lupion era só embruiada, né. Aí aqueles fazendero arrumaram otro pra se defendê, um tal de Dico Negreiro. Bronquinha com uma jagunçada e o Dico Negreiro com otra jagunçada. E um povo bom que era uma beleza! Eu joguei muita bocha com eles; bom que era uma coisa séria, mais matador na barranca do rio (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Outra colona, a qual nos pediu que mantivéssemos sua identidade em segredo e cujo pai fez parte daqueles contratados pelos fazendeiros, comenta:

Querência do Norte foi muito perseguida por grileiros, houve muitos conflitos, meu pai foi um também que entrou nesse conflito de grileiro. Ele defendia as terras dos fazendeiros, então ele se tornou inimigo do chefe dos grileiros, que era o Bronquinha. Meu pai era defensor da terra, e os grileiros é que foram expulsos pelos fazendeiros. Houve muito combate, até por sinal queimaram casas. O maior grileiro era advogado, o Bronquinha, então tinha como se defender; mais ele não chegou a grilar terras, ele foi expulso. (...) O Dico Negreiro, esse personagem, ele foi defensor dos fazendeiros, ele também era perseguido pelo grileiro Bronquinha; então ele também tinha que arrumar uns capangas, uns jagunços para combater os jagunços do Bronquinha. Então era isso aí, era oposição.

Em nosso trabalho de campo pelo Noroeste, encontramos no município de Porto Rico, junto aos pescadores do rio Paraná, as evidências dos fatos de grilagem e posse de terra relacionados a Querência do Norte e ao contexto regional. Sobre os episódios envolvendo os personagens Bronquinha e Dico Negreiro, grileiro e jagunço respectivamente, comenta também o senhor Francisco Vicente Vieira⁸⁰.

Desse negócio de grilagem de terra nessa região, nós que sabe mais do que o pessoal de Querência. Nós que sabe disso aí muito mais que eles. Menina! Eu sei coisa desse lugá daqui pra Querência! Oh, nós um dia tava no Porto Rico, nós pescadô, uma turma de pescadô, tinha João Pezim, João Boiadero, tinha uns trinta, e chegô João Bronquinha. Eu conheço todos. Chegô João aí, e disse pra nós ali na barranca (barranca do rio Paraná): ‘Óia, rapais, eu dô 10 arqueire pra cada um, pra í tomá

⁸⁰ O senhor Francisco Vicente Vieira é nordestino. Foi um dos primeiros moradores da localidade de Porto Rico, no período da colonização. Como todos os outros na região que chegaram no princípio, quando “tudo ainda era mato”, ele se denomina pioneiro do município. Durante toda a sua vida foi pescador, e nos recebeu em sua peixaria na cidade de Porto Rico no dia 17 de janeiro de 2005.

conta lá. Cada um ganha 10 arqueire, Me chamô Eu digo “João” (ele era muito conhecido nosso), ‘João, si tu mi dé 100, eu num vô, que tu não tem terra lá, rapais, é grilado’; aí vem o dono e mata nós tudim.” Aí ele arrumô, da turma só não foi João Pezim e eu; foi Zé Sergipano, o finado João Boiadero, óia, foi umas vinte e tantas família pra ganhá 10 arqueire (VIEIRA, 2005).

O resultado desse episódio do convite por parte do Bronquinha para que os pescadores, os quais eram nordestinos, fossem apossar-se de terras em Querência é relatado por nosso interlocutor, que continua:

Dos que foram iscapô só o Zezim, um sergipano. Zezim passô um meis pra podê chegá, e a mulhé de Zé sergipano veio com dois menino pequeno de a pé de Querência aqui, por dento desse mato. Ela gastô 15 dia de Querência aqui, sozinha com aqueles menino; chegô ali onde é a colônia de pesca que era de João Nakamura. Chegô sem nem um trapo de ropa, toda cortada daqueles espinho de foia de arranha-gato. Aqueles menininho não tinha uma ropa, e tava tudo retaiado de entrá por baixo do arranha-gato, assustado e com medo do que eles viu lá. A dona Maria do Nakamura arrumô ropa pra muié, pros filho e tratô deles. Lá os fazendero chegô e mandaro matá tudo, matô todos (VIEIRA, 2005).

Notamos nos depoimentos dos colonos que muitos consideravam a figura do Bronquinha, apesar de ser um grileiro, uma pessoa boa, uma espécie de justiceiro, que procurava ajudar as famílias que não tinham acesso à terra. Por parte de muitos colonos houve só elogios para seus atos, principalmente dos colonos pobres e nordestinos, uma vez que o Bronquinha os convidava para apossarem-se de terras públicas e torná-las produtivas, como exemplifica o próprio convite que ele faz aos pescadores. Outrossim, conforme nossos entrevistados, quando as famílias iam ocupar determinado local, contavam com a ajuda do Bronquinha, que travava uma luta contra fazendeiros da época, os quais por sua vez não possuíam a legitimidade da propriedade de suas terras. Este personagem, por sua conta, loteava pedaços de terra e colocava as famílias para produzirem arroz naqueles lotes. Exemplificando o fato, comenta o senhor José Bruno: “Tinha um senhor de Loanda, o Bronquinha, que ele ajeitava o pessoal, ele levava e ponhava lá e cortava o lote: ‘esse 5 arqueire aqui é seu’, ‘esse é seu’, e o camarada ficava ali naquela maió luta, roçano, passano fome, mais aventurano tratá da família” (SILVA, 2001). Porém, continua Silva (2001): “quando ele tava com o arrois no jeito, aí o fazendero mandava lá pegá o coitado e tocá fogo na casa, como aconteceu com um cumpadre meu”. Sobre Bronquinha o Senhor José Bruno aclara: “O Bronquinha eu num acredito que ele era um grilero, ele era uma pessoa assim que

ajudava o pessoal, ele levava e incentivava po povo trabaiá alí, mexê com roça, mais os fazendero num queria, queria dá fim ao pessoal que ele ponhava lá nos lote, e como de fato eles perseguia até o Bronquinha” (SILVA, 2001).

A propósito, a senhora Lourdes Maria de Souza observa: “Ele era pequenininho, baixinho, magrinho, a delicadeza em pessoa; mas o apelido dele era Bronquinha porque ele dava muita bronca, e eu nem sei o nome dele. Meu marido se dava muito bem com ele. Então ele era assim, **ele grilava terra, mas ele dava, é claro**, então apelidaram ele de Bronquinha” (SOUZA, 2001, grifo nosso). Sobre as figuras de pistoleiros que atuaram no Noroeste do Paraná, o senhor. José Bruno conta:

O Dico Negrero também era um cara matadô, né, ele num era fácil, porque se atirasse nele e falasse pra ele atravessá o Paranazão, ele atravessava nadando. Também tinha um tal de Zé Cigano. Esse existiu numa ilha, esse era contrabandista de café, tudo o que era coisa ruim, naquele tempo eles era tudo essas coisa. Tinha um tal de Mané Gato, Chico Catinguera; ele existia ali em Planaltina, ele era de Planaltina, aqui pa Querência do Norte. O Mané Gato era pistolero dos Atalla com Pismel. É nessa época que Querência era conhecida como Querência da Morte (SILVA, 2001).

Retratando o episódio da prisão do jagunço Dico Negrero, que atuou no Noroeste expulsando grileiros e posseiros a mando de fazendeiros considerados “donos legítimos” dos latifúndios, comenta o senhor Francisco.

Eu conheci Dico Negrero. Até no dia que prenderam ele eu tava bem vizinho dele, naquele dia. Eu pelejei pra avisá mais não deu tempo, que ele era um cara bom, assim óia, adoecia uma pessoa naquela região, naqueles mato, ele ia lá depressa, tratava daquele povo, ele tinha remédio muito lá no acampamento. Ele então fazia uma mão-de-obra boa, lá dentro daquilo lá. Mas o dia que prenderam ele, o pessoal chegô, eu tava na Caiuá, tinha ido levá pexe, e chegô o pessoal do exército. O capitão chegô, foi lá no meu bote, entrô dentro, reparô, reparô, disse: “Você é pescadô”? - eu digo: “sô”. “E como é que tá os bandido por aí”? , eu digo: “óia, seu capitão, eu não conheço, eu não mexo com os bandido não, mais tem muito por aí”. Ele disse: “E o tal Dico Negrero, conhece?” Eu digo: “demais, conheço muito”. “É, já tamo com ele seguro”. Mais era mentira dele, eles tinham dado um tiroteio no Dico Negrero, e eles pensô que tinha matado, e disse: “Já tamo com ele seguro”, só falô assim. Aí num tinha feito era nada, tinha só baleado uma perna dele, tinha furado ele de bala, mais num matô não. O capitão era do exército de Guaíra, veio de baixo, de Foz de Iguaçu, de Guaíra, veio de lá (VIEIRA, 2005).

O Noroeste passou por todas essas diferentes formas de acesso a terra. Muito antes de haver o desmembramento dos municípios, como mostra a figura 23 na página 272, a região era terra grilada. Na década de 1950 sofreu influência da colonização privada, e contemporaneamente a esta estava atuando o intruso, o grileiro e o posseiro, que foram a base para os conflitos pela posse da terra. Esta última categoria (posseiros), por ser a mais “fraca”, foi a que sofreu as consequências das lutas pela posse da terra na região.

É fato notório, diante dos depoimentos, que paralelamente à colonização feita pelas empresas privadas, ocorria na região a posse como forma de acesso à terra, e a terra apossada também passou a ser incorporada ao processo produtivo. Estas duas formas de acesso à terra diferem entre si no tocante à legalidade da sua posse, pois parte dos colonos adquiria seus lotes das empresas colonizadoras, tornando-se proprietários, e através da posse, o pequeno produtor, no mais das vezes nordestino à procura de trabalho, não o encontrando, apossava-se de um pequeno lote de terra e ali plantava as culturas básicas para sua subsistência. Aconteceram então as primeiras formas de ocupação da terra no Noroeste, e junto com ela ocorreram os primeiros conflitos envolvendo a propriedade da terra. Essas terras onde os posseiros se instalavam eram grandes latifúndios que pertenciam ao Estado, ou eram de propriedade duvidosa, em grande parte griladas ou concedidas pelo governo do Estado para outrem.

3.8.1 Os despejos e a violência no campo no Noroeste do Paraná

No Noroeste, a violência no campo foi simultânea à colonização. Quando as famílias de posseiros eram despejadas de suas residências por grileiros que se diziam proprietários da terra, essas famílias, sem ter como questionar, simplesmente abandonavam o local juntamente com a cultura que tinham plantado para subsistência, para não perder seus pertences, que muitas vezes eram queimados. Em outros casos eram iludidos ideologicamente para serem levados a outros locais, onde teriam uma terra mais fértil, como ressalta o senhor José da Silva: “Alí hoje aonde tá a 29, alí tinha um patrão que era dono daquele meio de mundo todinho alí, era o Felício Jorge. Que é que ele fazia? O pessoal tocava roça, ele dava a roça pro pessoal prantá; quando o arroizão tava uma beleza ele exigia a renda ou expulsava o camarada e ficava com o arrois (SILVA, 2001). A expulsão de uma posse também foi vivenciada pelo senhor José, que conta sua experiência para conseguir manter-se e tirar da terra o sustento para a família. A respeito ela narra:

Aí quando eu tava lá, um dia, cortano um lotizim assim, chegou um fazenderão gordo, com a cintura chea de bala, um tal de Dr. Ciro, de Curitiba, dois jagunço junto com ele. Aí eu falei: “pronto! É agora”. Aí ele chegou assim: – “O que tá fazeno aqui?”-“Eu tô dano uma ajeitada aqui, porque parece que nesse lotizim num tem ninguém – “Esse lote aqui é meu. Ocê vai lá na frente, tem uns lote desocupado, lá ocê fica”. Alí aí agora eu já fiquei até meio desorientado; desci em casa e falei pa muié, ela começou a chorá. Eu falei, - “Eu vô dexá ocê lá em Monte Castelo, eu vô voltá e vô ficá lá em cima onde ele mandô eu ficá”. Ela falô: “Se ocê fô lá, ele le mata”. “Ele vai matá memo, mais eu preciso arrumá um pedacinho de terra mode eu morá, o que que eu vô fazê... (SILVA, 2001).

Diante desses problemas envolvendo a propriedade da terra, os pequenos agricultores procuravam manter-se trabalhando como empregados das fazendas de café, e quando não tinham emprego, ocupavam, plantavam e não colhiam, porque eram despejados. Por serem pobres, “apenas” aceitavam a sua condição nos latifúndios. Esses atos de violência relacionados à posse constituem o princípio das ocupações no Noroeste.

Nesse cenário conturbado da história do latifúndio no Noroeste, a violência contra agricultores foi uma constante. No que concerne aos despejos e à violência no campo, existem relatos de outras fazendas do município envolvendo despejo de pequenos agricultores, mas o caso mais conhecido é o da Gleba 29, fazenda Pontal do Tigre, donde muitas famílias de pequenos posseiros foram despejadas no início da década de 1970 pelo então proprietário Felício Jorge. Em depoimentos, colonos afirmaram que essa grande extensão de terras foi repassada a ele através de doação feita pelo governador Moisés Lupion. Todavia, cumpre salientar que essa fazenda foi palco de histórias de violência desde a época da colonização até o período em que foi desapropriada para fins de reforma agrária. A história da Gleba 29 é assim contada pelo senhor Santo Borsatto:

A Gleba 29 tinha bastante posseiros, que era toda a margem do rio Paraná, do Ivaí até o município de Monte Castelo, era reserva do Estado. Sendo o povo de tudo quanto é nação, paulista, mineiro, sergipano, lagoano, chegava e se apossava na Gleba 29, sabendo que era do Estado, todo mundo entrando. Terra boa, tinha muita várzea, mais tinha muita seca, e sendo que ao lado era a Gleba 27 A, era uma disputa entre a Pismel e o Bronquinha, sendo que na época o governador do Paraná se chamava Moisés Lupion, não sei por qual motivo, sabendo que as terras da barranca do rio era tudo do Estado, começou a dá título pra um, título pra outro, onde teve a guerra, muita gente morreu. A 29, o Moisés Lupion deu título para o Felício Jorge, mais o Felício Jorge só pegava se tirasse todo mundo da Gleba 29, trezentas e tantas

famílias. Não sei a lábia que tiveram. Iludiram o povo que eles iam dá uma terra melhor que a 29, levaram pra Transamazônica em 68. O Felício Jorge começou transplantar o gado, aí durando poucos anos pegô vendeu pô grupo Atalla. Depois de certo tempo pra cá que a gente ficou sabendo que o grupo Atalla tinha tirado dinheiro do Banestado do Paraná pra comprá essa terra, na época falava em 36 milhões. Como o Grupo Atalla diz que até hoje não pagou essa dívida, sendo o governador do Paraná Álvaro Dias, foi o que trouxe os sem-terra pra Querência do Norte (BORSATTO, 2001).

Sobre a violência cometida contra os moradores do local, em entrevista comenta a senhora Maria Rodrigues Siqueira⁸¹:

Bom, inclusive o primeiro despejo que eu sofri foi na 29. Foi o Dr. Jafri, o véio Felício e a Janda que fez esse despejo nosso. Então eles queimaram tudo o que nós tinha, desde um ranchinho que nós morava. Daí eles falaram que era despejo. Naquele tempo nós num intindia o que era despejo, aí nós passô a sabê o que era despejo, e daquele tempo que nós vem sofrendo. Foi aqui dentro dessa Querência. Eu sô fundadora de Querência do Norte, foi onde eu tive meus filho, foi onde eu criei eles. No chão onde é o Centrão⁸², foi o lugar da minha casa, lá na 29. E nós ainda falemo pro fazendero: “Tenha dó, dá pelo menos um rancho desse pra onde nós tê o paradero”. Aí eles falaram: “Nada disso, cêis ficaram aqui dentro da minha fazenda, ocêis num têm direito a nada”. E nós num intindia o que era despejo, fiquemo intendo quando ele queimô tudo o que nós tinha, e nós fiquemo só com os fiinho e com a ropa do corpo. (SIQUEIRA, 2001).

Uma reportagem de um jornal do início da década de 1970 confirma os depoimentos coletados e traz como manchete: “Querência do Norte: A Luta (Perdida) dos Lavradores”⁸³.

⁸¹ A senhora Maria veio do Estado de Pernambuco ainda menina para trabalhar nas fazendas. No ato da entrevista, já numa idade avançada e depois de sofrer vários despejos no município de Querência do Norte, estava no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ainda lutando para conseguir seu pedaço de chão. Concedeu-nos a entrevista na sede da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante – Coana, no dia 15-6-2001.

⁸² Escola central dos assentamentos.

⁸³ Detalhamos essa manchete de jornal em nossa dissertação de mestrado intitulada: Colonização: Reforma Agrária e Impactos Socioambientais em Querência do Norte: estudo de uma área de conflitos.

A luta estava perdida porque, mesmo com a resistência de alguns dos lavradores, o despejo iria acontecer. Segundo a reportagem, mais de 40 famílias foram despejadas da Gleba 29, sendo quase 400 pessoas, que por ordem do proprietário, Felício Jorge, deixaram as pequenas áreas de terra que cultivavam. Esta foi também uma forma de ocupação do município de Querência do Norte, fato que se tornou marcante para sua história, a qual foi tomando rumos conflituosos com o passar dos anos.

Evidentemente, todas essas questões faziam parte da conjuntura histórica do Estado do Paraná no que se refere à propriedade da terra. Esses conflitos constituíram a herança deixada pela má distribuição das terras no Paraná, e quem a recebeu foram os lavradores, que não só no Noroeste, mas em todo o território estadual e nacional, foram vítimas das violências morais e físicas das classes dominantes, símbolo do poder agrário nacional. Salientam Westphalen; Machado e Balhana (1968, p.23) que, “Do ponto de vista social, a existência no Paraná de milhares de posseiros, e a sua luta pelo domínio pleno da terra que ocupavam, com suas roças e ranchos, desde anos, e que lhes era arrebatada por terceiros, geralmente figurões das cidades, constitui o mais dramático aspecto das questões agrárias do Paraná moderno”. De forma cruel “(...) Muitos foram esbulhados em suas posses, em favor de grandes proprietários, outros despejados com violência” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 33).

Do ponto de vista de um colono pescador e da simplicidade de um homem que passou “a vida em cima do Paranazão”, como ele mesmo salienta, o que se passou no Noroeste em relação à posse estava ligado à ingenuidade de muitos colonos que, iludidos pelo convite de grileiros, como exemplificamos anteriormente no caso do Bronquinho, tendo a possibilidade de adquirir um lote de 10 alqueires, arriscavam-se a apossar-se da terra, não se dando conta de que estavam sujeitos a ser vítimas de jagunços de fazendeiros que igualmente pleiteavam a propriedade da terra, sendo que nesse fogo cruzado entre grileiros, as vítimas eram sempre os posseiros. Desta forma ele explica o que se passou com seus companheiros e o que ocorria com a propriedade da terra no Noroeste do Paraná.

Então eu nunca, nunca fui na conversa de dono de terra, nem de contrabanda, nunca fiz contrabanda, nem nunca tive que ganhá terra pra í morrê lá, e dos nosso companhero, só vortô, o Zé Sergipano, dos que foram. A senhora sabe de uma coisa? Tem muita gente no mundo, que vai na conversa dos oto, e o cara chega com a proposta boa - 10 arqueire de terra, num vai tê perigo, vocês fica tudo acampado, num tem pobrema nenhum, e vão ficá todos junto, fazê uma colônia de pessoa e ficá lá. E assim fizeram. Chegaram lá, cada um fez um barraco, mais o dia que chegô o

castigo, num teve, não tinha como agi. Mais a terra num era de ninguém, a terra era do Estado do Paraná. A terra naquele tempo inda não tava vendida, era do Estado do Paraná, era terra do governo do Paraná, do Estado. Então, como é? Eu chegava, tinha o recurso, queria mandâ naquele pedaço, mais tinha outro mais interessado, que queria me tocá dali pra ficá com aquilo ali, e assim vivia a demanda. Quando uma pessoa podia, o que tinha mais força vencia o outro, e assim foi, até que legalizaro, no final das contas legalizaro a terra pra algum fazendero desses. Só que João não ganhô nada, nem aqueles que mandô matá ganhô, porque perdeu todo o direito também do Estado. E foi outras pessoas que legalizô as fazendas, muito diferente daqueles que brigavam. Quem brigava, quem morreu e quem matô, não ganhô nada, então foi desse jeito (VIEIRA, 2005).

Esse quadro nos mostra as diferentes situações relacionadas com a terra no Noroeste do Paraná. Evidentemente, estamos cientes de que essa é uma situação regional que via de regra, está diretamente associada ao contexto nacional dos fatos que ocorreram e ocorrem no campo brasileiro; portanto é um quadro geral que ali se configurou, demonstrando, desde os tempos de outrora, a luta dos lavradores para manter-se na terra. Todavia, é importante destacar, como assevera Martins, (1982, p.19), que “As lutas dos lavradores do campo repõem continuamente como projeto e tarefa política a restauração da autonomia do camponês, a sua independência”.

Neste sentido, o acirramento destes conflitos envolvendo camponeses e a questão da propriedade da terra no Noroeste do Paraná foram embriões de uma nova territorialidade que ali se configura desde meados da década de 1980, pois era nos grandes latifúndios improdutivos de Querência do Norte que estavam as chaves que iriam abrir as portas da possibilidade da conquista de uma fração do território, portanto, da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.

CAPITULO IV

O PAPEL DAS LIDERANÇAS E A ORGANIZAÇÃO DO MST NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA

Foto 39 – Sede do Assentamento Santa Maria – COPAVI, no Município de Paranacity
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4 -2007.

Verdades já aprendidas

Não diga que é preciso organizar o povo
Nem que os Bancos exploram o cidadão
Que a água não pode ser privatizada
E o caminho é a revolução.
Que a terra está entregue ao latifúndio
A renda está muito concentrada
Que a terra está entregue ao latifúndio
A renda está muito concentrada
O governo é conivente com o império
Que as idéias socialistas não estão superadas.
Que a soberania está quase perdida
O desemprego é irreversível
O homem está irreconhecível
Por que o consumismo já o venceu.
Que há milhões de indígenas pelas ruas
A fome come a vida das crianças
O povo perdeu as referências
A mídia atenta contra a inteligência
E a esquerda se rendeu.
Não diga que A globalização não é coisa do presente
Que a “elite” é inconseqüente
Os governos de esquerda são incoerentes
E o império já domina a humanidade.
Que o problema do povo é a propriedade
Que a riqueza é fonte da violência
E que é preciso elevar a consciência.
São verdades talvez muito batidas
Que sem ação podem perder a própria vida.
Não. Não diga nada!
Pergunte se há um caminho...Uma estrada?
Se, está disposto a alinhar os passos
E convencido a descruzar os braços
Para agarrar com força a solução?
Pergunte o que é a revolução?
Porque é chegado o momento
Onde as palavras já não servem como exemplo.
Entenda de uma vez:
Que a dominação e a liberdade podem ter a mesma idade.
Há momentos em que há uma só olhada
Organiza uma longa caminhada
E incendeia o coração dos que já não se queixam.
Acredite que tudo guarda uma força interna
Que as injustiças não conseguem ser eternas
Simplesmente porque os revolucionários não deixam.

4 O PAPEL DAS LIDERANÇAS E A ORGANIZAÇÃO DO MST NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA

Passa por mim uma borboleta.
 E pela primeira vez em minha vida reparo.
 Que as borboletas não tem cor nem movimento.
 É a cor que têm cor nas asas da borboleta.
 É no movimento da borboleta .
 Que o movimento se move.

Fernando Pessoa

4.1 A GÊNESE DAS OCUPAÇÕES DO MST NO NOROESTE DO PARANÁ

Após destacarmos os conflitos pela posse da terra no Noroeste do Paraná, ocorridos paralelamente ao processo de ocupação pela colonização, o objetivo do nosso esforço analítico neste capítulo recai sobre a territorialização dos assentamentos rurais nessa região como sendo uma nova forma de ocupação, em que esta, muito além de estar “mudando os ares” regionais em termos de território ocupado, pois a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST vem transformando grandes latifúndios improdutivos em pequenas unidades produtivas camponesas, está, igualmente, contribuindo para a recriação do campesinato brasileiro.

O capítulo evidencia que, posteriormente à fase de ocupação através da colonização iniciada a partir da década de 1950, tratada no capítulo anterior, numa fase mais recente, a partir de meados da década de 1980, uma nova forma de ocupação se faz presente nessa região. Trata-se das ocupações de terra realizadas pelo MST, que vão influenciar diretamente a nova forma de ocupação territorial, com o advento da desapropriação dos latifúndios e emissão de posse aos trabalhadores camponeses que fazem parte desse movimento. Ao contrário da forma de ocupação do território realizada oficialmente e pelas companhias colonizadoras privadas, em que a terra era loteada e adquirida por pequenos proprietários mediante pagamento, efetivando a colonização, esta nova fase da ocupação territorial no Noroeste está vinculada ao contexto histórico paranaense de luta pela terra, que ao longo da história é realizada pelos camponeses excluídos do seu meio de trabalho, ou seja, a própria terra.

É fato que ao longo de nossa história o latifúndio sempre foi peça importante no moldar-se da formação social brasileira. A luta contra essa forma de propriedade,

acentuadamente reacionária, a qual é responsável pela efetivação das formas mais perversas de dominação capitalista, também se observa ao longo da história brasileira, não sendo diferente nessa região do Paraná. É vinculado a este contexto social que esta nova forma de ocupação tem no seu bojo uma criação histórica em que os acontecimentos são resultantes de um conjunto de causas, e com essas causas estão imbricadas a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses, sendo a principal causa a defesa da vida.

É nesse sentido que o embrião da nova fase de ocupações de latifúndios no Noroeste do Paraná, na conjuntura da década de 1980, está diretamente vinculado com a história dos camponeses de oito municípios⁸⁴ do Oeste do Paraná que foram desapossados de suas propriedades mediante injustas indenizações das terras que lhes pertenciam, uma vez que estas seriam atingidas pelo alagamento do reservatório da barragem da usina hidrelétrica de Itaipu.

Com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu foi alagada uma extensa área de terra fértil e totalmente cultivável, aumentando o problema dos desapropriados. Diante desse fato, as pessoas que estavam diretamente ligadas à terra ficaram desalojadas, fazendo parte desse quadro pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros. Nessa perspectiva, a partir do ano de 1977-78, quando a hidrelétrica começou a pagar as indenizações aos camponeses a um preço abaixo do preço de mercado, começou, então, o conflito.

Estudando o assunto dos camponeses desapossados por Itaipu, Serra (2001) afirma que o fato de a empresa Itaipu Binacional, que foi responsável pela construção da usina de Itaipu, ter demorado para articular as negociações com os agricultores, para eles foi útil, no sentido de terem tempo para aprimorar a organização camponesa. Durante o tempo de mobilização, que durou quase 4 anos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as lideranças sindicais tiveram condições de criar e testar suas estratégias sobre o que fazer e o que não fazer nos acampamentos; tiveram tempo de descobrir o que o autor chamou de “caminho das pedras” em termos de mobilização.

Diante dessa circunstância, em 1980 inicia-se o processo de organização das lideranças de um movimento que estava por começar. Os camponeses, injustiçados no preço das indenizações de suas terras, criaram e articularam o Movimento Justiça e Terra – MJT. Esse movimento aglutinava os camponeses dos municípios do Oeste do Paraná que teriam suas terras atingidas pelo alagamento da área com a barragem da usina.

⁸⁴ Os municípios do Oeste do Paraná que foram atingidos pelo alagamento do reservatório da Usina de Itaipu, são: Guaíra, Terra Nova, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu.

Germani (2003), em seu trabalho de pesquisa, no qual evidencia a história dos expropriados de Itaipu, relata detalhadamente a manifestação dos camponeses ocorrida no município de Santa Helena, no Oeste do Paraná. A autora mostra as reivindicações desses camponeses e a criação do Movimento Justiça e Terra. Foi, portanto, no ano de 1980 que,

Na segunda-feira – dia 14 de julho – por volta das 7 horas da manhã, os agricultores foram chegando de todas as ruas que dão acesso ao escritório da Itaipu em Santa Helena. Conforme havia sido previsto, o tempo estava bom. Os funcionários da Itaipu e o Prefeito da cidade já se encontravam no local desde as 5:30 horas da manhã – dizem que eles haviam sido avisados através de um telefonema anônimo. O pessoal foi chegando, desenrolando as faixas, instalando a aparelhagem de som em cima da carroceria de um caminhão. Trancaram a rua com tratores, caminhões e reboques. Uma faixa foi colocada no portão do escritório onde uma corrente foi amarrada com um sentido simbólico. As reivindicações que constavam no comunicado “Ao povo, ao Governo e à Itaipu” eram as seguintes:

- a) reajuste de 100% nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam o cheque;
- b) correção a cada 90 dias;
- c) recebimento do cheque no máximo em 15 dias;
- d) indenização das redes elétricas;
- e) terras no Paraná;
- f) maior rapidez por parte do INCRA.

Cantou-se o Hino Nacional e, em seguida, Marcelo Barth, agricultor de Itacorá, leu o discurso de abertura, dirigido “aos amigos e companheiros de sofrimento”.

Estava iniciado o “Movimento Justiça e Terra” (GERMANI, 2003, p. 115).

Cumpre salientar que o mais importante desse primeiro movimento é que ele foi um marco para a organização popular, porque a partir daí os trabalhadores aprenderam, através da práxis cotidiana na área de conflito, a se organizar para lutar pelos seus direitos referentes à propriedade da terra.

Outro fator que merece destaque foi que a partir do Movimento Justiça e Terra, que no início pensava apenas em arregimentar os trabalhadores da área a ser inundada, deparou-se com uma realidade praticamente desconhecida, ou seja, a existência de um grande número de produtores sem terra por toda a Região Oeste do Paraná, que se dirigiram aos sindicatos procurando se inscrever para obter um pedaço de terra.

As reivindicações dos trabalhadores desapossados, unidos no MJT, não foram atendidas na sua totalidade, mas conforme Germani (2003), a experiência do Movimento Justiça e Terra deu resultados políticos no que se refere à organização da população rural. Um desses resultados é que o grande número de pessoas arrendatárias ou desprovidas de terra de trabalho, utilizando a experiência do MJT de luta em prol dos seus direitos, fez com que a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR criassem o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná – MASTRO. Este movimento “aglutinou tanto colonos da área de Itaipu, agricultores da região e inclusive inúmeras famílias de brasileiros, atualmente residindo no Paraguai” (GERMANI, 2003, p. 177).

Complementando a idéia do surgimento do Mastro e destacando os outros movimentos de luta pela terra que atuaram nas diversas regiões do Estado paranaense, Fernandes (2000a, p. 66) evidencia que no ano de 1981 ainda havia aproximadamente 500 famílias que haviam perdido suas terras, seus empregos e suas casas, atingidos pela construção da usina de Itaipu. Diante disso, a Comissão Pastoral da Terra trabalhou no sentido de organizar estas famílias e ao mesmo tempo começou a cadastrar outras famílias que, igualmente expulsas da terra, tinham interesse em lutar por terra no Paraná. Mediante esse trabalho, em menos de um ano havia bem mais de 6 mil famílias cadastradas, as quais passaram a formar o Mastro.

A proposta de que o governo dispunha era transferir as famílias para o Estado do Mato Grosso ou para o Norte do país, para lá serem assentadas nos projetos de colonização; entretanto os camponeses iniciaram um projeto de resistência, e logo estes expropriados passaram a formar movimentos localizados. Continuando, Fernandes (2000a) assevera que nos anos de 1982 e 1983 surgiram vários movimentos sociais nas mais diversas regiões do estado, sendo eles: “o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL)” (FERNANDES, 2000a, p. 66).

Dessa forma, segundo Serra, (1992), o território paranaense estava completo no sentido de organização do movimento camponês, que a partir de então teria duas metas a serem cumpridas. A primeira seria manter a unidade do movimento no Paraná em volta de um comando central; a segunda seria interligar a mobilização camponesa no Paraná com a mobilização que, no mesmo período e pelos mesmos motivos, estava eclodindo em nível nacional. Ainda conforme o autor, tendo o movimento esses objetivos, reuniram-se as lideranças dos trabalhadores do Sul do País em Medianeira, Sudoeste do Paraná, em julho de

1982, para trocar pela primeira vez suas experiências, e em 1983 reuniram-se em Chapecó, Santa Catarina. Esses dois encontros foram a base para ser realizado um terceiro, sendo este o mais importante de todos, o qual foi realizado em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, Oeste do Paraná. Nesse encontro foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que tinha como objetivo a luta camponesa pela terra no território nacional, e a partir daí foram definidas as estratégias da luta constituída que se difundiria por todo o país.

Assim sendo, a fundação desse movimento deu novos rumos à luta camponesa, tanto no Paraná como em nível nacional. Utilizando-se da estratégia de ocupação de latifúndios improdutivos, pressionando pela sua desapropriação e implantação dos assentamentos, sem deixar de fora a violência sofrida contra essas ações, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conseguiu devolver aos camponeses excluídos a terra, e com ela o direito da dignidade humana para esses homens, mulheres e crianças que enfrentaram e enfrentam cotidianamente a dificuldade de um acampamento, aliada à violência repressiva das oligarquias reacionárias.

Entrementes, o papel do MST foi fundamental na organização da ocupação territorial, que se iniciou a partir dos primeiros anos da década de 1980 no Noroeste do Paraná. A partir dessa década, as constantes ocupações de latifúndios improdutivos por grupos de famílias de acampamentos que eram excedentes de outras regiões do Estado, os vários conflitos envolvendo fazendeiros, governo do Estado e MST, vão mudar as condições da Região Noroeste no que se refere à reforma agrária. Não obstante, os constantes conflitos, aliados à violência contra os agricultores, foram fatos que infelizmente contribuíram para o atraso do processo de reforma agrária na região.

Isso posto, convém aqui destacar que o vínculo que ligou diretamente o MJT às ocupações do Noroeste se explica porque, sendo ele o embrião das lutas camponesas no Paraná, a partir dos anos de 1980 outros movimentos foram dele desmembrados e atuaram em várias regiões do Paraná. Portanto, é do agrupamento e da atuação desses vários movimentos fragmentados que surgirá o MST, ator principal das atuações e da nova fase de ocupação no Noroeste. Serra (2005) salienta: “Estruturado o Movimento, as atenções das lideranças voltam-se para o Extremo Noroeste. Motivos para isso não estavam faltando: o processo histórico da ocupação regional havia transformado esta porção do Noroeste do Paraná em espaço ideal para a reforma agrária que se pretendia desenvolver” (SERRA, 2005).

A exclusão social dos trabalhadores rurais era um fator marcante no Noroeste; entrementes dois outros itens foram fatores preponderantes para deslocar a luta pela terra, que estava concentrada no Oeste do Paraná. Esses itens, conforme Serra (2005) eram “o domínio

quase absoluto do latifúndio, assentado em grandes áreas de pastagens, com baixo ou nenhum índice de aproveitamento econômico e a titulação duvidosa da terra, com destaque para as áreas em poder de grileiros e as áreas ‘presenteadas’ aos correligionários políticos pelo ex-governador Moisés Lupion”.

Assim, a luta pela reforma agrária como uma nova forma de ocupação aparece no cenário do Noroeste Paranaense quando os trabalhadores rurais, vivenciando a conjuntura histórica de luta pela terra no Paraná, visualizam nessa região os grandes latifúndios, os quais não cumpriam a função social da terra. A propósito do vínculo que une diretamente os atingidos pela construção da usina de Itaipu com as primeiras ocupações no Noroeste do Paraná, aclara uma das lideranças do MST no Noroeste, Giovani Braun⁸⁵, que à época da pesquisa era coordenador do assentamento Luis Carlos Prestes, no município de Querência do Norte.

Eu gostaria de resgatar um pouquinho a história da região, desde o início do movimento no Estado, quando ele nasceu assim com as primeiras desapropriações. Então foi um grupo que foi atingido pela barragem de Itaipu; aí depois, seguindo a necessidade do povo em tê um pedaço de terra, e que eles estavam desabrigado e que não tinha onde trabalhá, e a situação do povo tava em crise, né, aí nós integramo no Movimento em 84, fomo pro Sul do Estado e lá a gente teve um assentamento provisório do governo do Estado, onde as famílias apenas faziam pra sobrevivê. Então, como era uma região fria, se fazia apenas uma safra por ano, e as famílias tiravam apenas pra subsistência; mas mesmo assim muitas famílias que tinham um pedaço de terra um pouquinho menor não conseguiram sobrevivê . Com isso, em 88 sai o decreto de desapropriação da Pontal do Tigre. Foi a época que a gente veio pra cá, num acordo com o governo do Estado, pra essa ocupação; porque o grupo Atalla, que era proprietário da Pontal do Tigre, era um grande devedor do Estado, que tinham em outros governos anteriores tirado muito recurso do Estado, muito financiamento, e não tinham pago; então o Estado tava pleiteando também a área, e os títulos pra descontá em parte da dívida. Isso foi uma briga muito longa, até que saiu o assentamento (BRAUN, 2001).

Nota-se pelo depoimento de Braun (2001) a confirmação que a gênese da “fase moderna” das ocupações ocorridas no Noroeste, inicialmente no município de

⁸⁵ Giovani Braun nos recebeu no assentamento Luís Carlos Prestes, no município de Querência do Norte, no dia 14-6-2001, onde nos concedeu a entrevista.

Querência do Norte, cujo resultado foram os assentamentos, está diretamente vinculada ao contexto histórico paranaense de luta pela terra, e que neste município, se dá a partir de meados da década de 1980, com a ocupação da fazenda Pontal do Tigre, também denominada pela população local por a “29”, denominação resultante das divisões das glebas no período da colonização, em que a extensão da fazenda pertencia à Gleba 29.

Não obstante, veremos ao longo das entrevistas neste capítulo que parte da população que se destinou à primeira ocupação da Pontal do Tigre em Querência do Norte era de outros municípios, tanto do Estado do Paraná quanto de outras unidades da Federação. Entrementes, essas pessoas já possuíam no seu *curriculum* uma longa história de trajetória em acampamentos pelo Estado. Muitos grupos eram excedentes dos assentamentos que ocorreram no Sudoeste do Paraná, outros eram de pessoas atingidas pela construção da barragem da Usina de Itaipu que se deslocaram para o Sudoeste e depois retornaram a Querência (HARACENKO, 2002, p.141). Este é o perfil das famílias que, ao longo da jornada, enfrentando inúmeros despejos, dirigiram-se para o Noroeste, continuando seu devir histórico até chegar a ser assentadas. Desta forma continua Giovani:

Na época a gente foi despejado, e depois retornamo pro local de origem, né? Mais a partir que saiu esses dois assentamentos (refere-se ao assentamento Chico Mendes e Margarida Alves, em Querência do Norte), os trabalhadores foram descobrindo que tinham novas áreas, e que seriam passível de desapropriação por elas não cumprir a função social, e que era uma questão de se organizá. Então a partir disso, quando sai essa desapropriação e sai o assentamento, faz com que mais trabalhadores da região se mobilizasse e se juntasse junto ao Movimento, né, e foram se encostando nessas áreas de assentamento (BRAUN, 2001).

Todavia, essa mobilização das famílias de trabalhadores à qual se reporta Braun, para ingressar no Movimento, e mesmo daquelas que já pertenciam ao MST, não se fazia senão pela atuação de alguém que estivesse à frente do processo de mobilização. Trata-se das lideranças do MST, que, no movimento de construção dessa territorialidade, são peças-chave na reconfiguração territorial que engloba a área em estudo.

4.2 O PAPEL DAS LIDERANÇAS DO MST

Cumpre evidenciar que neste item procuramos abordar a idéia de liderança que permeia no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Doravante enfocaremos o papel das lideranças desse Movimento na organização territorial dos assentamentos que compreendem o Noroeste do Paraná. Este papel compreende a atuação exercida no interior do Movimento, que vai desde as mobilizações para ocupação dos latifúndios, passando pelos acampamentos, até chegar aos assentamentos, produto final da luta travada pelos trabalhadores no processo da reforma agrária. Nesse intuito, convém salientar que em nossa pesquisa de campo abrangendo os assentamentos do Noroeste, nossas entrevistas focalizaram tanto as lideranças regionais do MST como os coordenadores dos assentamentos, estes, por sua vez, representando lideranças internas do assentamento.

Isso posto, primordialmente torna-se importante destacar que partimos do pressuposto de que trabalhar com o conceito de liderança dentro do MST remete-nos a um duplo desafio. O primeiro é compreender a idéia de líder que permeia no MST, e a partir desta compreensão estabelecer uma conexão entre essa idéia (de líder) e o papel exercido pelas lideranças desse Movimento na construção da nova territorialidade camponesa que se instaurou no Noroeste do Paraná; o segundo é a existência de poucos trabalhos de pesquisa envolvendo o conceito de liderança dentro desse Movimento que nos possam servir de alicerce para a compreensão e construção dessa idéia, desafio nos impusemos. Isso força-nos a reconhecer que, para trilhar o caminho com segurança, teremos que identificar o que é um líder e o papel das lideranças em nossa área de estudo através dos depoimentos de nossas fontes orais, as quais são reconhecidas no Noroeste do Paraná como lideranças.

Eliane Domingues (2006)⁸⁶, em sua pesquisa de levantamento dos trabalhos científicos nas universidades nacionais envolvendo o MST, afirma:

Atualmente eu estou fazendo um outro estudo que eu estou tentando levantar tudo o que foi produzido sobre o Movimento Sem Terra. No Banco de teses da CAPES eu levantei 300 dissertações e 69 teses, e assim, pelo que eu analisei, de várias disciplinas, não tem nenhuma que fala especificamente sobre liderança, elas podem até falar alguma coisa do militante, mas não é o foco desses estudos. E as que eu identifiquei da psicologia que foram 10 dissertações e uma tese, elas também não

⁸⁶ Eliane Domingues é psicóloga e professora da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Concedeu-nos a entrevista no dia 12-9-2006 em sua residência na cidade de Maringá.

falam desta questão da liderança, elas podem até tocar, mas nenhuma dessas teses e dissertações estão preocupadas exatamente com a questão da liderança, com o papel do líder no Movimento (DOMINGUES, 2006).

Assim sendo, procuramos, inicialmente estabelecer nosso diálogo com o conceito de liderança através do estudo do psicólogo Kurt Lewin, o primeiro estudioso a investigar o tema liderança, cuja experiência relatou no texto escrito em 1939 intitulado “Experimentos com Espaço Social”. A propósito deste psicólogo salienta Domingues (2006): “Kurt Lewin é um autor que não é da psicanálise (...) ele foi a primeira pessoa junto com seus colaboradores a tentar fazer um estudo científico da liderança”. Comenta Lewin (1973), a respeito de sua experiência, que “uma tentativa de abordar experimentalmente esses problemas – por exemplo, os de *status social* ou liderança – implica, tecnicamente, a necessidade de criar diferentes tipos de grupos, e de estabelecer experimentalmente uma série de fatores sociais que poderiam alterar tal *status*” (LEWIN, 1973, p. 88). Continua o autor, reportando-se à conjuntura de final da década de 1939, que o psicólogo social teria de familiarizar-se com as pesquisas de criar experimentalmente grupos, provendo essas criações de um clima social ou um estilo de vida. No entanto, nesta mesma conjuntura procurava o autor, em meio às várias discussões que ocorriam, conceituar grupo social, e salienta: “Tem havido muita discussão sobre como definir um grupo. O grupo tem sido amiúde considerado como algo mais que a soma dos indivíduos, algo melhor e mais elevado. Atribui-se a ele uma ‘mentalidade grupal’” (LEWIN, 1973, p.88). Entretanto, ainda de acordo com Lewin, os estudiosos que se opunham a esta opinião consideravam o conceito de “mentalidade grupal” mera metafísica e achavam que, na realidade, o grupo não passava da soma dos indivíduos. A compreensão de grupo, para Lewin (1973), está diretamente ligada ao fato de que

Os grupos são todos sociológicos; pode-se definir operacionalmente a unidade desses todos sociológicos, do mesmo modo que uma unidade de qualquer outro todo dinâmico, a saber, pela interdependência de suas partes. Tal definição despoja de misticismo a concepção de grupo e reduz o problema a uma base totalmente empírica e experimental. Ao mesmo tempo, significa completo reconhecimento do fato de que as características de um grupo social, tais como sua organização, estabilidade, objetivos, são diferentes da organização, estabilidade e objetivos dos indivíduos que o compõem (LEWIN, 1973, p. 89).

É a partir dessa idéia, baseada na afirmação que as características de um grupo social são diferentes das características dos seus indivíduos, que o pesquisador começa a descrever

seus experimentos com grupos. Por isso salienta que para descrever um grupo é necessário discutir o que o autor designou como a influência das atmosferas ou clubes democráticos, autocráticos e de *laissez faire*⁸⁷ que envolvem este grupo. Partindo desse pressuposto, para realizar seus experimentos, montou grupos de crianças e treinava estudantes para desempenhar o papel de líder, e, “Por isso em vez de designar um observador para cada indivíduo, designou-se um observador para registrar de minuto a minuto a organização do grupo em subgrupos, outro para registrar as interações sociais, etc. Por outras palavras, ao invés de observar as características dos indivíduos, foram observadas as características do grupo como tal” (LEWIN, 1973, p. 89). Nessa perspectiva, Lewin segue, narrando a experiência dos fatos que ocorriam nos grupos de crianças que estavam submetidas ao experimento, bem como a atmosfera criada no grupo que tinha um líder democrático e nos que possuíam um líder autoritário e *laissez faire*.

Nas palavras de Lewin (1973, p. 93), “O líder no grupo democrático em vez de impedir as crianças de atingirem seu objetivo, franqueia as dificuldades que possam existir. Para o grupo democrático, muitos caminhos se abrem”, ao contrário, “para o autocrático, apenas um, a saber, o determinado pelo líder. Numa autocracia, o líder determina não apenas o tipo de atividade, mas também quem deve trabalhar com quem” (LEWIN, 1973, p. 93).

Nessa situação experimental de estudo de grupos e lideranças, o autor supracitado salienta que de maneira geral o desenvolvimento de um trabalho de grupo numa atmosfera autocrática propicia um domínio muito maior e mais agressivo do líder, o que implica, diretamente, numa diminuição do livre movimento dos membros, desta forma enfraquecendo seus campos de força, uma vez que estão sempre sendo induzidos. Ao longo dessa pesquisa algumas crianças foram trocadas reciprocamente de grupos, e “De modo geral, creio que existem fartas provas de que a diferença de comportamento em situações autocráticas, democráticas e de *laissez faire*, não provém de diferenças individuais. Tive poucas experiências tão impressionantes quanto a de ver mudar a expressão nos rostos das crianças durante o primeiro dia de autocracia” (LEWIN, 1973, p. 97). Mas o que realmente é importante demonstrar na troca recíproca de crianças no grupo é que “O grupo cordial, aberto, cooperativo e cheio de vida, tornou-se ao cabo de apenas meia-hora, uma reunião apática, sem iniciativa. A mudança de autocracia para democracia parecia levar um pouco mais de tempo que de democracia para autocracia. A autocracia é imposta ao indivíduo. A democracia, ele a precisa aprender” (LEWIN, 1973, p. 97).

⁸⁷ Palavras francesas que, traduzidas, significam *deixais fazer*. Entretanto o sentido empregado é de deixar fazer.

Quanto às crianças expostas à terceira atmosfera de grupo, a do *laissez faire*, o que se observou, conforme destaca Lewin (1973, p.97), foi que “Apresentam uma notável diferença entre *laissez faire* e democracia, muito favorável à democracia”. Não obstante, quando optavam por estar no grupo autocrático, continua Lewin (1973, p. 97), “Apresentam também dois tipos de reação nos grupos autocráticos, uma caracterizada pela agressão, a segunda pela apatia”.

A conclusão a que chega Lewin nessa pesquisa é que o líder é que vai determinar a atmosfera de um determinado grupo social; portanto, a operacionalidade dessa atmosfera do grupo vai ser fundamental para que ele atinja ou não seus objetivos e obtenha resultados. Nessa perspectiva, Lewin propõe um modelo de liderança que ele considerou como o ideal, que é o modelo de líder democrático, haja vista que foi no grupo cujo líder era democrático que surgiu, por partes dos membros, a iniciativa, a cooperação, elogios por parte dos companheiros e sugestões construtivas. Desta forma, o próprio grupo se sente responsável pelo resultado final do trabalho que se propõe a desempenhar. Ao contrário, no grupo que tinha um líder autoritário os resultados foram a dominação, críticas hostis, exigências e apatia por parte das crianças.

Ao analisarmos, atualmente, essa experiência, parecem-nos algo óbvio esses resultados dos trabalhos em grupos tendo um líder democrático, uma vez que no nosso cotidiano, seja na família, seja no trabalho ou nas nossas relações com os outros grupos que nos cercam, já estamos acostumados a estabelecer relações com pessoas, sejam elas líderes ou não, com as quais podemos dialogar e expor as nossas opiniões sobre determinados assuntos, e até mesmo usar as suas palavras para fazer nossas críticas construtivas e ao mesmo tempo recebê-las. Isso em nossa conjuntura de época é fato comum. Contudo, é sempre importante lembrar que desde a nossa infância participamos de uma família, depois da escola, e posteriormente, à medida que ganhamos experiências ao longo da vida, fazemos parte de outros grupos sociais, cujos líderes tiveram influência decisiva em nossa vida enquanto indivíduos.. Tais líderes eram representados, por exemplo, na família, pela figura do pai ou da mãe; na escola, pelos professores; na comunidade religiosa, pela figura do representante. Posteriormente surgiram outros líderes, entre os quais podemos até incluir aquele ou aquela que se destacou na nossa adolescência como “o” ou “a” mais notável. Os papéis de grande parte dessas lideranças que rodearam muitas gerações por muito tempo foram indiscutíveis, assim como as palavras por elas ditas eram inquestionáveis; no entanto, segundo Domingues (2006), os estudos de Lewin sobre liderança democrática e autocrática tiveram papel fundamental nas relações entre os

grupos sociais, pois contribuíram para mudar o tipo de liderança na indústria, na educação, no meio militar, influenciando desta forma o surgimento de programas de relações humanas.

Essa situação exposta, ou seja, o relato dessa experiência com os grupos, serviu para termos conhecimento de como surgiu o estudo de liderança. A partir de agora, munidos desse conhecimento, para identificarmos o papel de atuação das lideranças do MST do Noroeste do Paraná se faz necessário apreendermos o que o conceito de liderança representa e qual o seu significado.

O conceito de líder, numa leitura da vida cotidiana do senso comum, é facilmente explicado por qualquer indivíduo. Ao ser questionada a respeito da palavra ‘líder’, qualquer pessoa logo responderá que é aquele indivíduo que se destaca perante um grupo social, não impondo suas idéias, nem forçando o grupo a aceitá-las, mas expondo-as para que o grupo decida o que é melhor ao coletivo. De forma exatamente contrária, aquele indivíduo que não agisse desta forma seria reconhecido pela população trabalhadora a ele subordinada, no mundo do trabalho/capital ou empregado/patrão, pela forma pejorativa de “chefe”, estereótipo do sujeito que ordena, não ouve e não aceita opiniões, enfim, daquele que impõe seu egocentrismo nas relações sociais do trabalho de forma dominadora.

Este é um diferencial expressivo em relação ao conceito de liderança que se estabelece nos fenômenos de associações no interior dos grupos sociais. Esse debate remete-nos a Allport (1973), ao fazer a introdução da obra de Lewin, na qual salienta: “Para Lewin, a liderança é o determinante decisivo da atmosfera do grupo. Em quase todos os casos, uma boa solução dos conflitos sociais exige a atividade de líderes preparados e democráticos” (ALLPORT, 1973, p. 11); todavia, esse líder deve estar ciente de que “Essa liderança não é uma simples utilização de alguns meios engenhosos para permitir que as pessoas se sintam bem: um líder democrático não é apenas uma pessoa hábil, capaz de convencer. O processo democrático é complexo e é preciso preparar tanto os líderes quanto os membros do grupo para nele desempenhar os respectivos papéis” (ALLPORT, 1973, p.11).

É na atuação dos grupos sociais que observamos determinadas situações em que alguns indivíduos exercem o papel da liderança sobressaindo perante os demais indivíduos do grupo e exercendo sobre eles uma influência que pode modificar suas atitudes e os seus valores. Barros (1960) esclarece que essa influência que sobressai na liderança sobre os demais indivíduos possui duas naturezas: à primeira o autor chama de espontânea ou natural, e à segunda, de voluntária. Esta é aquela resultante da ação volitiva que determinados indivíduos exercem sobre os demais membros do grupo. Sendo assim, no primeiro caso teríamos a liderança e, no segundo, a dominância. Entrementes, para Barros (1960) a liderança é um

fenômeno, portanto “no fenômeno da liderança, a pessoa que exerce a influência denomina-se líder, e a que recebe, liderado ou seguidor. Assim, para que haja liderança é mister haver indivíduos capazes de influenciar e de se deixarem influenciar” (BARROS, 1960, p. 57).

Barros (1960), citando P.J.W.PIGORS⁸⁸, considerado por ele o grande psicólogo, salienta que este autor, referindo-se ao fenômeno da liderança, ensina que este fenômeno sempre ocorre tendo quatro elementos essenciais: uma causa comum; um líder; os seguidores; uma situação presente. Na mesma trilha caminha Barros (1960, p.57), aclarando que “o fenômeno da liderança ocorre toda vez que é possível verificar a presença dos seguintes fatores: (a) um grupo social; (b) um líder; (c) alguns seguidores e (d) uma situação qualquer a ser enfrentada pelo grupo, como um todo.

Desta forma, para que possamos aclarar o conceito de liderança e ter uma idéia de como esse fenômeno se manifesta, vamos analisar de acordo com Barros (1960) os quatro elementos que em conjunto preenchem o fenômeno da liderança. Ei-los:

- A causa comum é responsável pela unidade do grupo; é o objetivo comum perseguido pelo grupo social, através do qual os indivíduos procuram resolver seus problemas pessoais e coletivos. É importante destacar que a causa comum é sempre um objetivo pelo qual luta o grupo social, ela é sempre uma perspectiva no futuro. A causa comum é sempre um objetivo a ser realizado, um “fim” que não existe ainda, mas que o grupo social luta para que seja alcançado, sendo o resultado da causa comum o benefício do bem comum.
- O Líder é aquela pessoa que tem a capacidade de influenciar os seus liderados, evidentemente sem a utilização dos meios de compressão de que se servem os tipos dominadores. Ressalve-se que o líder pode influenciar o grupo de duas maneiras “(a) pelo poder ou faculdade de que é portador natural, ou (b) pela autoridade de que se reveste, em determinadas situações. Por poder ou faculdade entendemos a *força interna* de que o líder se torna portador, e por *autoridade*, a *força externa* que ele recebe dos grupos e das instituições, por delegação ou escolha” (BARROS, 1960, p. 59). Esse líder que tem a facilidade de influenciar os outros pelo poder que lhe é peculiar, do qual é naturalmente portador, denomina-se líder natural. Aquele cuja influência é um reflexo do grupo ou da instituição que ele está representando é denominado de líder representativo ou institucional. No entanto, por nossa vez, depreendemos que uma mesma pessoa pode possuir ambas as características

⁸⁸ PIGORS, P.J.W. **Leadership or domination**, 16, Mifflin Company, 1935.

de influência de uma liderança: ser um líder natural, possuindo essa força interna que o destaca perante os membros do grupo, o que não impede de ao mesmo tempo ser um líder representativo. O exemplo de um líder representativo podemos notar na fala de José Rainha, um dos líderes do MST, proferida em uma palestra, cujas primeiras palavras são:

Bem, primeiro boa noite companheiros, companheiras. Eu queria em primeiro lugar agradecer a oportunidade que o Professor Mário me fez de vim aqui, (...) na universidade conversar com pessoal, e às vezes a impressão que se dá com o problema da mídia é que a gente anda muito, tá com a agenda cheia, e vão perceber que não é nada disso; tá cheia de ocupação, um monte de rolo do pessoal lá nos mato. E eu prefiro mais dedicá grande parte do tempo que eu tenho de ficar organizando o pessoal, do que viajando muito. Não por num gostá, é porque é um pouco do meu jeito de ser, de fazer o movimento social. Se você perguntá: então como é que é a agenda? Realmente é um monte de reunião que acontece no dia-a-dia, as ocupações. Então me envolvo maior parte do tempo é fazendo esse trabalho, que dificulta às vezes os debates na universidade. Tenho conversado com o pessoal de São Paulo em algumas palestras. Queria dizê algumas coisas pros companheiros, que a impressão que se tem talvez no conversar é que não vai ter aqui nenhum filósofo, nenhum entendido pra conversar com vocês. Aqui tem um monte de sabido muito mais do que a gente. Eu costumo dizê que se fô discutir o problema da reforma agrária, o problema dos movimentos sociais do ponto de vista científico, de história, vocês já tão careca de saber isso, porque as teses da universidade, isso tudo ceis tão vendo. Eu vô tentá falá um pouco daquilo que a gente faz e daquilo que eu acredito, que é meu pensamento e daquilo que o **Movimento Sem Terra acredita o qual eu represento**, e não às vezes aquilo que aparece na imprensa no outro dia (RAINHA, 1998, grifo nosso).

Exposta a fala, cumpre evidenciar que nas bibliografias que se reportam ao líder, várias são as características constitutivas da personalidade desse representante de um grupo social. Poderíamos aqui elencar muitas dessas características, que abrangem desde a personalidade do líder até atributos pessoais, subdivididos em físicos, de inteligência, de caráter, de temperamento e de ação; todavia, a lista seria imensa, pois conforme aponta Barros (1960, p. 60) “na linguagem comum é possível apontar cerca de 17.000 vocábulos com os quais se tem procurado exprimir os ‘traços’, que caracterizam a personalidade do líder”. Algumas características são comuns aos líderes no fenômeno da liderança, tais como: coragem, capacidade de criação, responsabilidade, compreensão, firmeza, inteligência e até mesmo domínio da palavra escrita e oral.

Isso posto, reportando-nos ao depoimento de José Rainha (1998), percebemos que num primeiro momento ele relata um pouco dos seus afazeres junto ao grupo social. Quando se remete ao fato de ter a agenda cheia, dá importância a dedicar grande parte do tempo resolvendo os “rolos” que uma ocupação requer. Igualmente, quando se refere ao fato de estar envolvido com as questões “do pessoal lá nos mato”, demonstra que prefere dedicar mais o seu tempo à organização do grupo, envolvendo-se nessas questões, ao invés de viajar. Todavia, reconhece que esse trabalho dificulta os debates mais profícuos nas universidades. Num segundo momento, notamos que essa liderança, embora seja ele um líder de um movimento social reconhecido internacionalmente, sendo ele próprio conhecido em nível nacional e tendo domínio da oralidade, coloca-se numa posição de humildade perante o grupo para o qual fala, reconhecendo que na plateia que o ouve há pessoas, no seu dizer, “um monte de sabido” muito mais do que ele, e que o que pretende passar é apenas a experiência que vive no movimento dos sem-terra, no qual está inserido e que representa. Com isso percebemos, num pequeno trecho do depoimento de Rainha (1998), algumas características importantes de uma liderança, quais sejam: a preferência de estar sempre junto aos seus, a capacidade organizativa e a humildade.

Não obstante, a propósito das características de um líder podemos inferir que:

o estudo dos traços não deve ser feito insuladamente, mas sim em função do *contexto social*, dentro qual o líder atua. O conhecimento que ‘deve possuir’ há de estar portanto, em harmonia com as ‘exigências’ do contexto. De maneira ‘abstrata’, esses traços ou essas características, na realidade, nada significam, porque a personalidade do líder deve ser estudada *in concreto*, de acordo com os grupos de que participa e com as situações que o envolvem (BARROS, 1960, p. 62).

- Os seguidores: este é o terceiro elemento que integra o fenômeno da liderança. De certa forma, os seguidores são responsáveis para que haja uma liderança, portanto, peça fundamental desse fenômeno. Os seguidores dependem do seu líder, e este, por sua vez depende dos seus seguidores. É uma relação de dependência mútua. Às vezes, sozinhos os seguidores não têm nenhuma força perante o grupo ou perante o líder, pois se essa força aparece, passa este indivíduo a ser igualmente um líder, mas em grupo conseguem exercer, em forma de ação, certa pressão sobre o líder. Salienta Barros (1960) que sem esta ação que é realizada pelos seguidores em grupo, o fenômeno da liderança acabaria facilmente por se transformar em dominância. Dessa forma, ao longo do tempo histórico, toda vez que os seguidores, em grupo, cederam diante da vontade de um líder, sobretudo um líder autocrático,

o fenômeno da liderança transformou-se na dominância. “É por isso que nas épocas de crise e de confusão, os grupos acuados pelas dificuldades reinantes, submetem-se passivamente aos indivíduos, ‘criando’ os ditadores, os déspotas e os tiranos” (BARROS, 1997, p. 63). Nessa perspectiva, continua o autor evidenciando que para ser líder de um grupo, em função dos seus seguidores, é necessário o seguinte: “primeiramente, que cada um dos seguidores veja no líder um indivíduo com atributos mais ou menos semelhantes aos seus; em segundo lugar, que os seguidores, em grupo, reconheçam no líder umas tantas características ‘diferentes’, mas ‘superiores’ as suas” (BARROS, 1960, p. 64).

- A situação presente: Para que o fenômeno da liderança seja exercido, tanto o grupo quanto o líder precisam deparar-se com uma situação social presente. É necessário que o grupo se defronte com essa situação concreta que lhes imporá ação que resolva a situação. É nesse momento que o líder e seus seguidores tomam posições dentro do grupo, esclarecem e definem o papel de cada um, havendo, neste caso, portanto, uma interação. Quando ocorre a situação, o líder deve se tornar vigilante com seus seguidores e consigo mesmo, pois “a posição de relevo em que estes o colocam dentro do grupo, pode criar, para ele, situações perigosas, que o levarão a destruir sua própria influência, se não souber fazer dela uso conveniente e adequado”(BARROS, 1960, p. 66). Ainda segundo esse autor, é exatamente no impacto de situações concretas e definidas que o fenômeno da liderança se manifesta em toda a sua plenitude na vida dos grupos sociais.

Poderíamos prosseguir neste item analisando os estudos concernentes ao problema da liderança, pormenorizando a personalidade do líder e os métodos de investigação dessa personalidade o condicionamento da liderança os tipos de classificação dos líderes as funções dos líderes; os mecanismos de liderança; os papéis desempenhados pelos líderes. Poderíamos também estabelecer uma diferenciação pormenorizada entre dominação e liderança, bem como analisar os motivos, imagens, papéis e a relatividade da liderança. Não obstante, temos que lembrar que, escrevendo a propósito desses itens, incorreríamos no risco de construir caminhos sinuosos, pois este é um papel a ser desempenhado por um psicólogo em seu trabalho com dinâmica de grupos. Esclarecido este pormenor, limitamo-nos a escrever sobre o papel exercido pelas lideranças do MST na construção de uma nova territorialidade camponesa no Noroeste do Paraná.

Sendo assim, primeiramente precisamos compreender o que é um líder e como o fenômeno da liderança ocorre dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta compreensão está diretamente ligada à estrutura de organização do Movimento, mas vamos buscar resposta para tal fenômeno na fala de João Pedro Stedile, considerado um dos

líderes do MST. Em entrevista à revista Caros Amigos, ao ser questionado sobre o funcionamento da estrutura de poder dentro do Movimento, Stedile responde:

Primeiro, há a questão dos princípios organizativos, (...) dentro desses princípios nós adotamos, em todas as instâncias do movimento, a figura da comissão. Então quando num pequeno povoado rural começam a se organizar os sem-terra, cria-se uma comissão de quinze, vinte sem-terra. Com aquele caráter popular, entra mulher, jovem, velho, quem quiser. **Então, a figura central de todo o poder do movimento sempre é uma comissão.** No mínimo quinze e, conforme for, até trinta companheiros. Mas é sempre **essa figura mágica** que governa o MST (STEDILE, 1997 p. 31, grifo nosso).

Atentamos para o fato de que a comissão está presente em todas as instâncias, logo, a figura representativa do grupo nessa primeira etapa não está em uma única pessoa, ela está na comissão, esta é “a figura mágica”. Após realizada essa etapa de organização dos sem-terras, o próximo passo é “Vamos para um acampamento. Como se organiza um acampamento ou a ocupação? Reúne comissão de grupos de famílias, de quinze, vinte grupos de famílias, eles escolhem um representante de cada e formam a comissão que coordena o acampamento”(STEDILE, 1997, p. 31).

Continua Stedile, em sua explanação dos princípios organizativos do MST, que para compor o quadro regional, cada assentamento e cada acampamento que tem a sua comissão elege uma pessoa para ser da comissão regional, constituída igualmente de quinze a trinta membros. Posteriormente é eleita uma comissão estadual, composta de quinze a vinte membros, “E há um encontro nacional que elege uma direção nacional de 21 companheiros. E eu, o Rainha e o Gilmar somos partes desses 21” (STEDILE, 1997, p. 31).

Entretanto, segundo Stedile, alguns membros que compõem a direção nacional acabam enfrentando um problema. À época da reportagem (novembro de 1997), destacou que os três residiam em São Paulo, e a grande imprensa está sediada nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, “E como é mais fácil nos encontrar porque eu tenho telefone, o Zé Rainha tem telefone, o Gilmar tem telefone, a imprensa sempre entrevista um de nós três. Então acaba projetando na sociedade que eu, o Gilmar e o Zé Rainha somos os mais importantes, ou os principais líderes. Não somos” (STEDILE, 1997, p. 31).

Todas as deliberações que ocorrem no Movimento, dentro de cada instância, são tomadas pelas comissões, sendo que cada comissão tem autonomia para decidir sobre o que deve ser feito. Sendo assim, conforme Stedile (1997, p. 31), “Então, por exemplo, uma

ocupação de terra lá no Pontal⁸⁹, quem decide é a comissão que está preparando a ocupação, não é o Zé Rainha, nem eu, nem o Gilmar”. Outrossim, na visão desse líder é esta autonomia que dá o vigor do crescimento do MST enquanto movimento. É o fato de ninguém esperar por outrem para que as ações sejam concretizadas. As pessoas chamam para si o poder de decisão. Evidentemente, algumas vezes cometem erros políticos. Um exemplo desses erros, cometido por uma das comissões, é destacado por Stedile nesta mesma entrevista (1997, p.31), que é o seguinte: “Às vezes tu estás aqui lendo o jornal, acompanhando o noticiário da imprensa: ‘Bom, esta semana não é bom para ocupar porque está aí o Clinton’. Ou estás aí não sei quem. E os companheiros lá tomam a decisão e ocupam. Então eu aqui, do alto da minha ‘sabedoria’, comento com a minha mulher: ‘Pô, que cagada os companheiros deram em ocupar’”. Em outras palavras, a liderança destaca que nesse caso o seu comentário é um erro, ele está errado, uma vez que na conjuntura nacional pode até ter razão; mas quem decide a ocupação são os membros da comissão, pois eles têm poder para isso. Cumpre dar destaque a isto porque, de acordo com Stedile (1997, p. 31) “no momento em que outras instâncias começam a decidir pelos outros, foi-se o movimento, não cresce mais”.

Depreendemos disto que não há no MST um poder central, cada instância tem o seu papel. Igualmente, não existe nesse movimento a figura de um presidente, uma vez que tudo é organizado em setores de atividades. De acordo com Stedile, à medida que o Movimento foi crescendo, apareciam as diferentes atividades, e sendo um amplo movimento social, quando se ocupa uma terra este espaço se transforma num assentamento. Nas palavras desse líder (1997, p.31) “nós reproduzimos toda a sociedade num território livre (...) tu constrói uma minissociedade naquele universo de cem, duzentas famílias. E precisa organizar as atividades”.

Não obstante, é na organização dessas atividades que são distribuídos os setores, nas suas mais diversas especificidades: o setor de produção fica a cargo dos agrônomos e técnicos em agricultura, que ficam responsáveis pela organização da produção; pelo setor de educação são responsáveis as pessoas ligadas à educação, no caso, professores e interessados no processo pedagógico educacional; o setor de comunicação está a cargo dos jornalistas e radialistas que fazem os programas nas rádios comunitárias; o setor de direitos humanos cabe aos advogados; igualmente há no Movimento a comissão de frente de massa, cabendo a

⁸⁹ Refere-se ao Pontal do Paranapanema, região do Sudoeste do Estado de São Paulo, na confluência dos rios Paraná e Paranapanema, que se transformou num reduto de conflitos de terra no país, por possuir grandes extensões de terras públicas que foram griladas por fazendeiros, mas legalmente pertencem ao Estado de São Paulo.

ela fazer o trabalho de conscientização e organização de famílias sem terra que irão entrar no Movimento e destinar-se a uma ocupação.

Estando organizado desta maneira, o Movimento não tem apenas uma liderança a quem caiba uma série de encargos; ele está dividido nos mais diversos setores, nos quais atua a figura da comissão, que já salientamos anteriormente. Desta forma, salienta Stédile (1997, p. 31): “Dentro do movimento, por ser um movimento popular, tem lugar para todo mundo. O que fazemos é procurar descobrir qual é a melhor afeição de cada um e o cara vai para a comissão de que gosta mais”. A respeito do estilo e da maneira de ser de alguns líderes que compõem as 21 lideranças da direção nacional do Movimento, comenta: “O José Rainha está no setor de frente de massas. É claro que ele tem um outro estilo. Naturalmente, necessariamente, do líder de massa. Eu já estou mais na parte de organicidade do movimento. Nós temos outros que são mais quietos, mais elaboradores, então vão para a formação, e não aparecem na imprensa, mas são tão importantes como os que aparecem” (STEDILE, 1997, p. 31).

Feitas essas ponderações a respeito da estrutura organizativa do MST, envolvendo as lideranças, ao voltarmos nosso olhar para o passado e acompanharmos o desenrolar do processo histórico dos movimentos sociais que lutaram em prol da justiça social desde tempos imemoriais, notaremos que sempre houve o destaque de uma figura principal que esteve à frente do grupo, e que a história encarregou-se de torná-lo imortal e guardá-lo para si ao longo dos séculos. Entrementes, neste caso, seguindo a caminhada daqueles que se distinguiram na luta pela terra, igualmente notaremos que não só o movimento por si próprio, mas também a figura das lideranças ficaram marcados historicamente, a exemplo de alguns, entre muitos, que tiveram representatividade em território nacional: Antônio Conselheiro, em Canudos; José Maria, na Guerra do Contestado, Francisco Julião, nas Ligas Camponesas, Chico Mendes, na defesa dos povos da floresta, etc.

Ao contrário, no MST, identificamos uma característica *sui generis* do Movimento, haja vista que este não tem uma única liderança, e sim, várias lideranças em todas as suas instâncias. Em consonância, Domingues (2001) afirma que, se fizermos uma comparação de Canudos e Contestado com as Ligas Camponesas e o MST, perceberemos que os dois últimos movimentos “já possuem uma organização, estratégias e programas bastante elaborados. E não estão centralizados na figura do líder, do Um, como os movimentos que os antecederam. Nas Ligas Camponesas e no MST, embora existiram e existem líderes que se destacam, não existe esta figura do grande homem, do Um” (DOMINGUES, 2001, p. 91).

Por conseguinte, ao direcionarmos nosso olhar para a história e enxergarmos as lideranças, veremos que o final dos líderes dos movimentos sociais quase sempre foi trágico. Tendo isto em mente e aprendendo com o decurso histórico dos fatos ocorridos com essas lideranças é que o MST, em seus princípios organizativos, implementou o coletivo de lideranças, não existindo especificamente a figura central do “um”, do diretor ou presidente, ou “o líder”, pois de acordo com Stedile (1999), quando os movimentos camponeses tiveram em suas ações uma única liderança, o líder teve dois caminhos: ou ele foi assassinado ou foi um traidor de sua classe, quando visou somente ao seu interesse.

Evidentemente, não é o que se espera de um líder; no entanto, quando isto ocorre, quando esse líder procura atender à vaidade pessoal em nome da causa comum e transformar essa causa em trampolim para sua ascensão, ele facilmente se deixará ser cooptado e trairá a classe e a causa pela qual diz lutar.

Neste contexto, Domingues (2001, p. 92) evidencia que, “a figura de um líder é o que possibilita os vínculos libidinais⁹⁰ na massa, se ele morre ou é assassinado, provavelmente estes vínculos se rompem e a massa se dissolve. Se o líder tem um papel secundário, é apenas o representante de uma idéia; na sua falta ele pode ser substituído por outro, já que é a idéia que possibilita os vínculos entre os membros”. Esta idéia a que se reporta a autora, a qual em si própria traz embutido o vínculo entre os participantes de um grupo social, no caso do MST, não é senão a luta pela terra, que em seu trabalho de pesquisa é sustentada pelo fato de ser a terra o ideal comum a sustentar os vínculos que unem os indivíduos no MST. Indagada a propósito do papel da liderança no MST, Domingues (2006), em entrevista salienta: “Eu penso que eles têm uma função que é de organização, eles também representam os ideais revolucionários, mas o que eles estão fazendo ali no movimento, o grande papel deles é estar trabalhando no sentido de organizar e mobilizar essas pessoas em prol dos ideais revolucionários, pois, essas pessoas estão lutando é pelo seu pedaço de terra mesmo”.

Nessa perspectiva, Camilo da Silva,⁹¹ ao descrever a importância das lideranças no interior do MST, complementa:

⁹⁰ Domingues (2001) utiliza o termo vínculo libidinal para identificar aquilo que une os indivíduos em um grupo; no entanto, salienta a autora que nas obras de Freud que consultou, o termo que aparece é o de laço afetivo. Este termo torna mais clara a compreensão da citação da autora.

⁹¹ Camilo da Silva, que é militante e trabalha na secretaria estadual do MST na cidade de Curitiba, concedeu-nos a entrevista no dia 09 de janeiro de 2007.

No setor de formação, muito se discute sobre a formação de quadros dirigentes, que seriam as lideranças. Um quadro é uma liderança. Um quadro é um militante, vinculado ao povo, que tem a visão política ampliada dos objetivos que busca a organização, e tem a consciência organizativa, ou seja, a capacidade de direcionar as iniciativas do povo para a conquista, no nosso caso da terra, e para a qualificação da organização. Um quadro, por isso, precisa ter a visão do todo, e ter uma prática coerente com o que projeta para o povo. Por estes e outros motivos, os quadros dirigentes são a coluna vertebral de qualquer organização social, e do MST não é diferente. É bom ressaltar que não cabe a liderança decidir pelo povo, mas sim organizar as iniciativas destes, ajudar a criar as condições para o avanço da consciência, e para resolver as necessidades econômicas, culturais, etc., das famílias. Em síntese, as lideranças mais que importantes são fundamentais, e a única forma que se geram militantes assim é na luta concreta (SILVA, 2007).

Diante dessas questões abordando o papel da liderança no MST, cremos ser a melhor resposta aquela que partiu de Sandra Soares Escher⁹² (2006). Para nossa depoente, não se torna fácil falar qual é o papel da liderança dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, uma vez que não se tem uma teoria que dê conta do conceito no âmago do Movimento.

No entanto, o que é um líder dentro do MST? Escher (2006) responde aclarando: “Eu acredito que essa liderança, por ser um movimento social, ela é construída dia-a-dia, né? Ela é construída, ela precisa ter um cunho de conhecimento, ela precisa ter um histórico dessa pessoa que se torna um coordenador, uma coordenadora, ou na palavra liderança, prefiro o nome coordenação”.

O que temos nessa fala não é ainda o que seria um líder. Depreendemos que Escher nos mostra o processo de transformação de um indivíduo numa liderança, mas para se tornarem coordenadoras, essas pessoas passam por processos, os quais, na opinião da nossa interlocutora, são:

... primeiro, por assumirem uma tarefa importante, por acreditarem nas proposta da organização do Movimento Sem Terra. Então isso é fundamental, porque precisa acreditar que é possível mudar, que é possível construir a proposta da organização, e pra fazer parte disso num nível então mais amplo, os companheiros e as companheiras, eles que devem construir a liderança, enxergar o líder, e não a pessoa

⁹² Sandra Soares Escher é assentada no município de Querência do Norte, é agrônoma e trabalha no setor de produção do MST no Noroeste do Paraná. Concedeu-nos a entrevista dia 10 de setembro de 2006 na residência de seus pais, na cidade de Maringá.

se constituir enquanto líder. Essa que eu acho que é a grande diferença entre um chefe comum de uma empresa capitalista, ou qualquer outra entidade que não seja um movimento social (ESCHER, 2006).

Continua citando dois pontos primordiais para um líder. O primeiro

é acreditar naquilo, se doar, ajudar a construir, a responsabilidade. e um outro ponto é as pessoas que são coordenadas, ou são lideradas, acreditarem naquele líder, naquele coordenador. Então é uma palavra forte, mas o sentido dela, a prática dela é muito intensa. E não é eterna. Então o coordenador hoje, uma liderança hoje, se ele não entender o processo, o caminho que ele deve tá seguindo junto com o povo que o segue, ele pode a qualquer momento ser desestimulado e destituído e sair daquela proposta (ESCHER, 2006).

O segundo:

é que a coordenação, a liderança ela se constrói de um coletivo, de um pensamento coletivo. Então o coordenador tem que conseguir assimilar o pensamento coletivo, aquilo que é para a construção, pro bem, pro melhor, e aquilo que não é pra construção do melhor caminho. Então é um desafio realmente, porque tem que ter esse discernimento de considerar o pensamento coletivo quando ele é para a construção e segue os princípios do Movimento, e quando ele é pra quebrar um princípio (ESCHER, 2006).

Este papel das lideranças ao qual se reporta Escher (2006) está ligado ao fato de as famílias que se filiam ao MST estarem em uma situação considerada miserável, na qual lhes foi tirado tudo - alimentação, moradia, saúde, educação, lhes foram tiradas as condições básicas de sobrevivência do ser humano. Inferirmos que mostrar o caminho correto seria mostrar-lhes que há possibilidade de mudança, e isso o Movimento pode oferecer. Dessa forma “como existe uma guerra ideológica, né, uma disputa ideológica do capital e da construção para um mundo melhor, então essa disputa faz com que muitas vezes, as famílias se perca um pouco; então o líder, o coordenador tem esse papel de mostrar o caminho correto” (ESCHER, 2006).

4.3 O PAPEL DAS LIDERANÇAS E A ORGANIZAÇÃO DO MST NO NOROESTE DO PARANÁ

No Noroeste do Paraná, evidentemente, o MST em seu processo de formação e de territorialização tem sua estrutura organizada segundo os critérios descritos por Stedile (1997), no entanto ao envolver os assentamentos, existem algumas características na forma de trabalho desenvolvidas pelos assentados que são peculiares a cada região. Desta maneira, o papel da liderança é fundamental para o Movimento, tanto nas ocupações e acampamentos quanto nos assentamentos, enfim, em seu processo de territorialização. Em nossa área de estudo este papel ficará explícito nas páginas que se seguem.

Procurando esclarecer a participação constante das lideranças do MST no Noroeste do Paraná, começemos pela forma organizativa da estruturação do Movimento nessa região, a qual quem nos esclarece é Celso Anghinoni⁹³, uma das lideranças regionais do MST no Noroeste do Paraná. Correlacionando sua fala com a de Stedile (1997) e dando enfoque ao MST em nível nacional, ele diz:

Eu já sô assentado no assentamento Pontal do Tigre, a primeira área que nós ocupamo, inclusive aqui na região de Querência. Essa área tem 336 família. Sobre o movimento sem terra, ceis sabe que é autorizado a nível nacional, e ele tem uma executiva que dá os encaminhamento a nível nacional, tem uma coordenação a nível nacional, que senta, discute e depois essa executiva encaminha pra cada Estado, que tem uma coordenação estadual, depois tem uma coordenação regional que faz o trabalho em cada área (ANGHINONI, 1998).

A década de 1990 foi um período em que o Noroeste do Paraná recebeu um considerável aumento de famílias sem terra, procurando aderir ao MST. Expecificamente no ano de 1998, como destaca Anghinoni (1998): “aliás, quase que toda semana não, toda semana chega famílias, ou fazê cadastro, ou já vem se acampá. Nós temos mais de 1700 famílias já, em cima de uma dessas áreas, e conforme as áreas vão legalizando, nós vamo deixando a quantia que comporta a área, e o restante que sobra, os excedente já vai pra uma

⁹³ Celso Anghinoni faz parte da coordenação dos assentamentos no município de Querência do Norte, e seus relatos sobre a organização interna desses assentamentos foram efetuados em entrevistas no mês de novembro de 1998. Entretanto, em nova entrevista no dia 16-3-2002 no assentamento Pontal do Tigre, no município de Querência do Norte, falou sobre mudanças e melhorias ocorridas na estrutura organizativa dos vários setores do MST no Noroeste do Paraná.

outra área”. Prática adotada naquela conjuntura, e ainda utilizada na atualidade, é que todas as famílias acampadas numa determinada área são conscientizadas pelo Movimento de que se porventura a área for pequena e não couberem todas as famílias, elas terão que seguir caminho, acampando. Para isto a organização estabelece critérios. Este processo é explicado por Anghinoni (1998), que ressalta: “...por exemplo, já tem companheiro esperando, porque a área dele, duas áreas, deu emissão de posse, tem 37 família, só cabe 19, as famílias tem que ir pra outra área”. Quando isso ocorre, continua Anghinoni: “Então agora nós vamo definir quem fica nessa área, quem vai pra frente. E aí, quais os critérios pra fazê isso? É participação. Quantos anos de luta você tem? Ele tem dado problema no acampamento? Então tem vários critérios pra você fazê uma triagem, e deixando esse que contribuiu mais”. Com essa triagem das famílias, salienta nosso depoente que a intenção da organização não é excluir nenhuma família do Movimento, é apenas dar prioridade àquelas que nele chegaram primeiro e já estão há mais tempo em um acampamento.

Nesse caso, julgamos pertinente sinalizar para uma das primeiras características das lideranças que atuam nessa parte inicial do processo de acampamento, qual seja, a organização.

Vimos que a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem sua base forte nas mobilizações para as ocupações e os acampamentos. É nesse período que as dificuldades estão mais presentes, e é também nesse período que o espírito de união entre as famílias se fortalece.

No município de Querência do Norte, a partir de meados da década de 1980, ocorre uma grande concentração de famílias acampadas, que com o passar dos anos se expande para toda a Região Noroeste. Nossos depoimentos confirmam que a solidariedade para com estas famílias por parte daquelas que já estavam assentadas bem como das lideranças e dos coordenadores dos assentamentos, sempre foi fator preponderante. Entrementes, é importante destacar o perfil das famílias que naquela conjuntura chegaram ao Noroeste do Paraná, procurando as lideranças do MST para fazer seu cadastramento junto ao Movimento. Em entrevista no ano de 1998, Celso Anghinoni relata o período do final da década de 1990, quando o Noroeste recebeu um grande número de “brasiguaios”. No depoimento seguinte percebemos como se organizava a coordenação dos acampamentos e também a situação das pessoas que chegavam para acampar no município de Querência do Norte, e de uma forma generalizada, em todo o Noroeste. Anghinoni (1998) diz:

O que tá vindo pra nós hoje dentro da organização é os mais pobres, lascados, possíveis; são os excluídos de verdade. Hoje nós tamos recebendo os “brasiguaios”. Quem são os brasiguaios? O pessoal que tá sendo explorado lá no Paraguai, trabalhando a 2 reais por dia. Não conseguem sair de lá, porque impuseram agora, como tá tendo uma evasão muito grande de brasiguaios do Paraguai pra cá, os caras estabeleceram uma taxa, pra sair de lá tem que pagar uma taxa. Então tem muita gente que não tá vindo porque não pode nem pagar a taxa. Mais chegam aqui sem comer desde ontem, pra vocês ter uma idéia; não têm lona, não têm nada. E aí a solidariedade da organização é que tá conseguindo dar um mínimo de condição pra essa pessoa sobreviver. Nós estamos tendo problemas sérios a respeito de alimentação, de lona, essas coisas aí. E o governo não se importa com isso. Aliás, cada vez mais as poucas coisas que nós temos conseguido foi graças às marchas que a gente faz, os quebra-pau, ocupá a prefeitura, ocupá banco, é tudo aquilo que vocês vê a gente fazer, de forma organizada, ordena. Nós não fazemos porque queremos, porque nós somos baderneiros; nós fazemos por uma extrema necessidade. Então nós tamos recebendo aqui, os excluídos, o bagaço da sociedade.

Nesse depoimento, o que fica exposto num primeiro plano é a preocupação por parte da coordenação de em primeiro lugar providenciar alimentação para as famílias que chegam, “os excluídos”; depois há todo o trabalho de procurar condições para que essas famílias consigam lonas para se instalar no acampamento. Essa é uma prática constante das lideranças do MST; entretanto, o que nos fica claro não é apenas a prática pela prática: há o espírito de solidariedade que move essas pessoas na batalha cotidiana de conseguir o mínimo das condições necessárias para que as outras famílias tenham, como destaca Anghinoni, o mínimo pra sobreviver.

Tendo relatado a organização das lideranças no período de acampamento das famílias, julgamos oportuno igualmente destacar o importante papel de atuação das lideranças do MST no Noroeste no momento de estabelecer critérios, na divisão, do tamanho dos lotes para cada família, quando sai a emissão de posse para o assentamento. Anghinoni esclarece o porquê de existir uma atuação da coordenação do Movimento neste momento, uma vez que há uma diferença entre os critérios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e os critérios que os coordenadores do Movimento julgam ser os mais corretos para a região:

... vocês vão encontrar pessoas que têm 10 alqueires de terra, por que nós definimos 10 alqueires; e depois nós vamos falar como é que se divide essa questão do tamanho do lote, porque nossos critérios, com os critérios do governo são diferentes, e aqui nessa região aqui, quem manda somos nós, não é o governo que

vem implantá as coisas aqui, é nós que definimos, e eles tem que aceitá isso, porque nós fazemos as coisas com os pés no chão, umas coisas assim com segurança. Nós sabemos o que estamos fazendo, não é coisa de gabinete (ANGHINONI, 1998).

Sendo assim, a primeira organização dos assentamentos do Noroeste, que vai interferir diretamente no primeiro passo para um vida digna do assentado, é a discussão por parte da coordenação do MST sobre a divisão e o tamanho dos lotes para as famílias. Anghinoni continua, explicando como ocorre esse processo.

Outra coisa, como é que nós dividimos a questão de lote. Se nós pegarmos os assentamentos que o Incra tem feito, o governo do Estado, que eles têm feito, tomado as iniciativas por eles, nós vamos perceber que só fizeram cagada, desculpe a expressão, mais é isso mesmo. Por quê? Porque quando o Incra desapropriar uma área, tá, pegou lá uma área de mil hectares, senta 4, 5 ou 3, 4 técnicos do Incra lá num gabinete, monta todo uns quadrinhos, chega lá na área, eles fazem uma seleção. A seleção do Incra é uma discarte do povo. Eles começam a enchê o cara de pergunta, e depois eles fazem uma pontuação, e quem recebeu o maior número de pontuação pega terra, quem não recebeu, deixa fora, e aqui os coitado num tem vez. Outro detalhe: solteiro, por exemplo, pelo Incra não pega terra. Nós, solteiro, mais claro que pega terra, por quê! E eles argumentam da seguinte forma: ‘Você tem que analisá o seguinte: esse cara é solteiro, ele num pode tomá o lugar de um pai de 10 filhos’. Nós falamos: ‘Sim senhor, só que daqui 10 ano como é que fica? Às vezes quem tá solteiro pode tê 5, 6 filhos e quem tá casado, com 10 filhos, daqui 10 anos pode tá sem nenhum, todos casô. E daí, como é que você vai revertê esse quadro? Então nós não tem distinção entre solteiro e casado. Outra questão: se você fô analisá a pontuação do Incra, aqueles menos esclarecidos, que num consegue se expressá, não vão tê uma boa pontuação, daí como é que fica? E os caras lascado que não têm mais raciocínio? Que eles não são culpado, que a sociedade fez isso, esse projeto neoliberal deixô o cara desse jeito, que ele não consegue mais raciociná, quando vai tê a vida dele, não vai tê vez. Então são critérios que há uma diferença muito grande entre o Incra fazê uma avaliação de uma pessoa e nós. Outra questão que nós levamos muito a sério é a vivência da pessoa na comunidade, da participação. Esses critérios o Incra não leva em conta, que sabe se o cara é trabalhador ou não, mas a questão das pontuações ela se define por aí. Nós avaliamos diferente. Trabalhador sim, mais tem que vê essa coisa que o capitalismo foi bagunçando isso ao longo dos anos, deixando pessoas niquiladas, que às vezes não consegue tê administração. O cara não é culpado disso, então nós temos que recuperá esse tipo. Uma outra questão no tamanho do lote, se você pegá os

assentamentos como se tava falano por aí, os assentamentos do Incra, o cara dá 3, 4, 5, 6 alqueires de terra, vila rural, num tem um critério mais definido com relação a tamanho de terra. Nós aqui, e hoje tamo repassando isso, e tamo repassando isso pra todo o Brasil inteiro dentro da organização, nós estabelecemos avaliando três pontos. Primeiro, como que a gente define o módulo? Primeiro, tipo de solo na região em que você tá. Se você tá próximo dos grandes centros, facilita de você prantá atividades pra você vendê nos grandes centros; se você tá retirado dos grandes centros, como nós aqui tamo, no último município do Estado, longe dos grandes centros, as nossas atividades elas têm que ser outras, não são as mesmas atividades que se vai prantá próximo a Curitiba, ou em outra região de Londrina, o solo é totalmente diferente. Então nós estabelecemos um pouco esses critérios na questão do tamanho do lote. E aqui diferencia muito. Se o solo é bom, um solo forte, o tamanho do lote é um; se o solo é mais fraco é outro. E quem que faz isso? Nós mandamos os técnicos nossos fazê isso: ‘Ó, ceis vão na área e a cada 200, 300, 500 metros tem que fazê uma coleta de solo, um mapeamento de todos os solos da área’, porque pode havê numa mesma área diferença de solos, e em cima disso é que depois a gente vai definir o tamanho do lote. Solo mais pobre, lote maior, solos mais forte o lote é menor. Mais o menor lote que nós temos hoje é de sete alqueire e meio, esse lote menor de terra boa, boa de primeira que tá estabelecido aqui. Mais também tem lote de 18 alqueires, igual ao meu, porque eu peguei um solo mais pobre, a atividade que eu vô implantá sobre esse solo ela é diferente das que eu vô implantá em solos melhores. Então é alguma coisa nesse sentido (ANGHINONI, 1998).

A presença de um número expressivo de assentamentos rurais e de acampamentos concentrados no município de Querência do Norte e por toda a Região Noroeste do Paraná permite uma nova dinâmica na configuração territorial, gerando através dos assentamentos concretizados uma remodelagem na paisagem e na estrutura de funcionamento econômico. Essa nova forma de ocupação regional através dos assentamentos exige uma organização por parte dos assentados. Essa organização dos assentados no Noroeste do Paraná, para Fabrini (2000) constitui-se numa rede geográfica, cuja formação ocorre a partir das articulações na relação dos assentados e dos acampados, não somente para as mobilizações para a conquista da terra - como ocupações, caminhadas e atos públicos - mas também aquelas que visam à organização da produção no interior de cada assentamento. Destarte, referindo-se à estrutura organizativa do MST, Fernandes (2000) afirma:

Em seu processo de formação e territorialização, o MST constituiu uma estrutura organizativa multidimensionada em setores de atividades. A luta pela terra é uma luta de resistência e no seu desenvolvimento, desde os trabalhos de base até depois

da conquista da terra, desdobram-se outras lutas. Os sem terra, não são apenas excluídos da terra, também são excluídos de outros direitos básicos da cidadania. Dessa forma, procuram derrubar outras cercas além das cercas do latifúndio. E para conquistarem os seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna (FERNANDES, 2000a, p. 222).

Quando sai a imissão de posse de uma área ocupada e esta é transformada em projeto de assentamento, após os lotes serem definidos, estes assentamentos se baseiam numa organicidade das relações em que todas as áreas são divididas em forma de núcleos. Como primeiro passo, quando o indivíduo entra na organização do MST no Noroeste, ou seja, é assentado, ele passa a participar de um núcleo. Anghinoni (1998) explica: “... é uma prática que nós adotamos aqui e que hoje ela tá sendo referência pro Brasil inteiro. Num núcleo as pessoas se conhecem, e nos núcleos há uma diversidade de pessoas e de idéias”.

Esse núcleo absorve de 8 a 15 famílias, sendo cada núcleo constituído de um coordenador. Duas a três vezes por ano, ou quando se faz necessário, acontece uma reunião de todos os coordenadores de núcleos para fazer um planejamento da organização no interior dos núcleos; e outros assuntos, como: novas ocupações, produção dos assentamentos, saúde, educação, etc., são abordados, discutidos e analisados pelos coordenadores. Trabalhando em forma de núcleo, “...nós temos dado passos bastante importante nessas áreas, nós tamo atuando em áreas que seria de responsabilidade do governo fazê, mas como o governo não faz, nós hoje tamo fazendo” (ANGHINONI, 2002).

A escolha por se trabalhar em forma de núcleo é uma prática adotada pelos assentamentos do Noroeste, e segundo afirma o entrevistado, serve de referência para outros assentamentos em diversas regiões do Paraná e até em nível nacional. Pelo fato de haver uma diversidade de pessoas assentadas, vindas de localidades diferentes, a diferença de idéias é inevitável; todavia, trabalhar em forma de núcleo faz com que as pessoas se conheçam melhor e troquem experiências de vida e de conhecimento. Isto, evidentemente, representa um crescimento coletivo.

De acordo com o obra Método de Trabalho e Organização Popular, “A partir da organização dos núcleos, onde a norma orienta que se coloque **uma mulher e um homem como coordenadores**, está se dizendo de outra forma que a prática da participação é a melhor maneira de elevar o nível de consciência, de formar lideranças e exercitar a verdadeira democracia” (MÉTODO..., 2005, p. 84).

Em relação aos recursos, quando estes são liberados pelo governo estadual ou federal, são repassados e atrelados aos núcleos. Se por acaso alguma família no interior do núcleo não conseguir aplicar corretamente esse recurso, ele não volta mais para aquele núcleo, e todos perdem. Logo, trabalhar dessa maneira faz com que, se alguma família encontrar dificuldade no emprego do seu recurso, esta seja ajudada pelas demais famílias que compõem o núcleo. Desta maneira o núcleo cresce de modo equilibrado, pois todos são responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Diante disto, “O núcleo funciona como a raiz da organização. Onde não há raízes a árvore não se desenvolve, não floresce e não produz frutos. Por isso, a mesma preocupação que temos com a composição da direção devemos ter com a formação e funcionamento do núcleo” (MÉTODO..., 2005, p. 92).

Em outras palavras, nessa perspectiva os limites são superados e as barreiras impostas pelas dificuldades encontradas pelas famílias são transpostas, fortalecendo os vínculos de amizade e solidariedade entre elas. Igualmente, existe por parte das famílias que estão assentadas colaboração em relação àquelas que estão acampadas:

... há uma contribuição muito forte, e uma solidariedade muito forte dos membros da organização. Nós mesmo somos assentado e se chega um acampado, ou uma área de acampamento que tem problema, nós ajudamos a encaminhar essas questões. Como tá crescendo o número de famílias que entra na organização, há uma solidariedade também de todas as famílias, e isso a gente prega dentro da organização. Até que tive um sem-terra que venha pedir que qué terra, nós vamos ajudá conquistá pra essa pessoa (ANGHINONI, 1998).

No que concerne ainda à organização dos assentamentos, seguindo o que já foi exposto anteriormente por Stedile (1997) em nível nacional no interior do MST, igualmente, ocorre nos assentamentos do Noroeste a divisão em setores. Assim, nos assentamentos da área em estudo há o setor de produção, que é responsável por todo o trabalho que envolve a produção dos assentamentos; o setor técnico, que faz estudos, planejamentos, projetos e também é responsável pela viabilização e distribuição de recursos; o setor de educação, que fica responsável não só pela educação infantil, mas também por projetos envolvendo arte e cultura de jovens e adultos; e por fim, o setor de “frente de massa”. No setor de frente de massa, “que eu também faço parte, o que é que nós cuidamos? É integrá mais pessoas à organização. É só mexê com rolo. Mexê com rolo é com nós memo. Falô ‘vamo juntá o povo aí pra ocupá uma

fazenda’, é nós memo. Primeiro se apresenta o grupo, faz todo o trabalho, a discussão, né. Então é tudo dividido em setores, por isso funciona” (ANGHINONI, 1998).

Com essa questão da organicidade por setores é importante ter o entendimento de que “isso é só uma forma de melhorar o trabalho, e não de dividir ou os setores ou as decisões. É uma forma assim de passar a decisão por todas as pessoas que estão inseridas no Movimento e de distribuir as tarefas de uma forma mais organizativa, esse é o objetivo” (ESCHER, 2006).

É importante mencionar que um dos setores considerados primordiais, o qual enfrentou uma série de dificuldades no começo dos assentamentos, foi o setor de educação, principalmente porque a educação necessitava de muitos recursos que não dependiam dos assentados. A princípio foi a falta de recursos financeiros, posteriormente falta de professores capacitados e apoio pedagógico às crianças.

Em Querência do Norte, pelo fato de se tratar de um município pioneiro nas ocupações ocorridas no Noroeste e estarem os grupos acampados na fazenda Pontal do Tigre, a equipe do setor de educação ficou responsável pela construção de escolas de emergência. As primeiras escolas foram improvisadas. Conta Anghinoni, em entrevista:

Cada grupo construiu uma escola de emergência, sendo que essas escolas todas foram feitas de pau-a-pique e cobertas de sapé. Os bancos eram improvisados também de pau-a-pique. Não tínhamos material pedagógico suficiente. As professoras foram escolhidas entre os grupos, a maioria não tinha magistério ou uma qualificação, trabalhavam de forma voluntária, sem nenhum tipo de remuneração. A partir dessa deficiência e da necessidade de melhoria na estrutura física e pedagógica, nas reuniões internas de coordenação o assunto educação tornou-se prioritário. Depois de muita discussão houve um consenso de se construir uma escola centralizada que oferecesse um ensino de qualidade a todos os grupos assentados e às localidades vizinhas (ANGHINONI, 2002).

A partir da implantação do assentamento Pontal do Tigre, no ano de 1995, os assentados reivindicaram junto à prefeitura e ao governo do Estado a construção de uma escola, e “a partir de 1995, os assentamentos contam com duas escolas centralizadas, uma de educação infantil à 4ª série, denominada Escola Rural Municipal Chico Mendes, e uma de 5ª a 8ª série, denominada Centrão, ambas no mesmo espaço físico” (HARACENKO, 2002b, p. 157). Nosso interlocutor, fazendo uma comparação com os primórdios da educação que era oferecida às crianças assentadas até o período da entrevista, no ano de 1998, comenta: “Enfim, hoje como é que tá? Nós temos uma escola centralizada, de 1ª a 8ª série, tem

professores qualificados, todos com magistério, e alguns da própria área, e funciona beleza” (ANGHINONI, 1998).

Nesse período da entrevista, no ano de 1998, não obstante, a evolução que teve a educação nos assentamentos quanto à qualidade do ensino que era oferecido às crianças, as escolas enfrentavam outras inúmeras dificuldades. Anghinoni (1998) relata os problemas daquela conjuntura no que se refere ao preparo do corpo docente para adequar o ensino à realidade das crianças e também para fazer um trabalho de educação de acordo com a ideologia do MST. Portanto, ele salienta que:

Na questão pedagógica nós tamo tendo uma deficiência, no seguinte sentido: nosso pessoal não tem toda formação necessária pra colocar em prática as idéias nossas. Mas tão conversando na medida do possível, e as professoras também, como também nem todas são da área, também tem dificuldade de absorver isso. Então o trabalho é lento. Tem professoras que por exemplo, você vai na escola e vai ensiná matemática pra criança, em vez de falá lá dos balão, das peteca, dos avião na matemática, então um avião voa num sei aonde, essa criança as vez nunca vai andá de avião, pode até falá de avião também, mas pega lá 5 sacas de arroz mais 5 sacas de feijão é igual a 10. O preço do arroz é tanto, enfim usá um pouco disso. Algumas professoras já tão fazendo isso, e a gente fica muito satisfeito em casa quando a criança chega e diz: “Pai, sabe quantos sacos de arroz vai num alqueire pra plantá? Ah, vai tanto. Sabe o preço da semente do arroz esse ano? Tá tanto”. Onde é que a professora foi buscá isso? Ela se informô, foi buscá isso, e tá vivendo no dia-a-dia. Isso num é gratificante? Então, você introduz um pouco da realidade na escola. Então nessas questões nós temos dificuldades ainda, das professoras absorvê, mais alguma coisa tá sendo feita nesse sentido. Também a questão da história. Num é só falá do Pedro Alvares Cabral, do Tiradentes. Nós queremos sabê quem é o João Pedro Stédile, quem é o Lula, esses líderes que tá aparecendo a nível nacional aí, que tão querendo transformação dentro da sociedade. Tem que conhecê os dois lados, mostrá as coisas pras crianças. Se vai dá história, que isso seja introduzido. Então a gente tem um pouco de dificuldade. E volta e meia nós memo da direção tamo fazendo visita na esola, onde a gente faz palestra, enfim, em dias de manifesto a gente pede pra professora: “Professores e criança no manifesto, pode fechá a escola”, a escola fecha, é determinação da coordenação e dos pais, fechá a escola e ir todo mundo pra rua hoje. Vamo lá, vamo fazê o quê hoje? Ah! nós vamo po Banco do Brasil, todo mundo pro Banco do Brasil. E tem muitas professoras, algumas não vem, a gente não obriga também, mais uma boa parte vem. Diretora já têm feito isso (ANGHINONI, 1998).

Já em 2002, em nova entrevista, Anghinoni afirmou que as mudanças ocorridas na organização dos assentamentos a partir do novo milênio influenciaram principalmente o setor educacional. Sanaram-se inúmeras dificuldades em relação aos anos anteriores. Nas melhorias destaca-se a capacitação dos profissionais ligados à educação, qualidade do material pedagógico oferecido às crianças e desenvolvimento de inúmeros projetos que englobam arte, cultura e a questão ecológica, voltados não só para as crianças, mas para toda a comunidade assentada. Importante esclarecer que atualmente as duas escolas dos assentamentos atendem não só alunos dos assentamentos, mas também alunos que habitam nas fazendas vizinhas.

Durante nosso trabalho de campo pelos assentamentos do Noroeste, pudemos perceber que a educação faz parte da organização do Movimento. É uma preocupação constata-se por parte das lideranças e tem o mesmo nível de importância tanto na brigada de Querência como nas de Terra Rica e Paranacity. “Nenhuma criança pode estar fora da escola” - esta foi uma frase ouvida constantemente por onde passamos, quase se tornando um dos lemas dos assentados do Noroeste.

Dito isto, nosso interlocutor, Celso Anghinoni, evidencia que todos esses assuntos que abordamos fazem parte da organização do Movimento Sem Terra no Noroeste. Evidentemente, damos ênfase ao desempenho das lideranças dentro dessa organização, uma vez que a atuação desses líderes não está voltada somente às ocupações; existe todo um trabalho de planejamento, dos acampamentos e dos assentamentos. Salienta nosso depoente que foi com muita dificuldade, desde o princípio, que todos esses setores chegaram a pleno funcionamento, facilitando a organização.

Como damos primordial importância ao papel das lideranças femininas no MST, em nossa área de estudo cumpre salientar que atualmente a participação feminina nesses setores tem crescido ao longo dos anos de trabalho do Movimento. As mulheres vêm assumindo, de acordo com suas mais variadas profissões, posições de liderança no trabalho de desenvolvimento dos setores. Comenta Sandra Escher, agrônoma que trabalha no setor de produção que abrange duas brigadas, Sebastião da Maia e Sétimo Garibaldi, envolvendo os municípios de Querência do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo respectivamente, que em todos os setores, bem como em todas as brigadas, a mulher tem que assumir atividades que de certa forma a transformam em uma liderança nessas atividades. Com efeito, o setor de produção segue a estrutura da organicidade geral do Movimento, estabelecendo as linhas que são traçadas em nível nacional, estadual e das brigadas. Dentro do pensamento e da proposta do MST, “,, em todos os setores, em todas as brigadas, a mulher, ela tem que estar assumindo também algumas atividades, estar assumindo a liderança de setores, estar assumindo a

liderança de núcleos e das brigadas. No setor de produção a nível de Querência do Norte e município de Santa Cruz do Monte Castelo, ele é coordenado hoje por mulheres ” (ESCHER, 2006). Não obstante, por haver a participação tanto dos homens quanto das mulheres, esse setor de produção, que envolve as duas brigadas nos dois municípios, conseguiu uma participação feminina mais atuante.

Grempel (2000), em seu estudo específico sobre a participação da mulher nos processos de luta nos assentamentos coletivos do Noroeste do Paraná, destacou a importância do papel feminino nas decisões estabelecidas no interior do assentamento, pois “verificamos que a mulher participa, não apenas das atividades situadas no plano doméstico, mas sobretudo naquelas que envolve o processo produtivo dos assentamentos como um todo” (GREMPEL, 2000, p. 157). O resultado a que chegou a pesquisadora foi que: “A posição ocupada por estas mulheres agricultoras nos assentamentos rurais coletivos regidos pelas CPAs, revela que a forma como essas entidades encontram-se organizadas, apesar de ainda estarem dominadas por valores patriarcais, fortalece a participação feminina nos espaços de produção e de formação política” (GREMPEL, 2000, p.160). É bem verdade, corroborando Grempel (2000), que há o envolvimento cada vez maior das mulheres agricultoras, camponesas, nos movimentos sociais organizados. Ela constatou que “nos assentamentos rurais coletivos administrados pela COPAVI e pela COPACO localizados na região Noroeste do Estado do Paraná, revela que já existe uma alteração significativa nas atitudes de homens e mulheres frente a vários preconceitos sexistas, não apenas sobre a mulher, mas inclusive sobre o homem” (GREMPEL, 2000, p.160).

Destarte, quando se trabalha em um grupo social, seja em organizações familiares seja em organizações coletivas em forma de cooperativa, tem-se uma participação social ampla, e todos os membros têm sua importância nas decisões sobre propostas que visem à melhoria do todo. Solange Parcianello,⁹⁴ referindo-se ao papel de liderança da mulher no assentamento Santa Maria, também conhecido por Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda - COPAVI, relata a experiência feminina do trabalho no sistema coletivo. Ela diz: “Nóis mulheres aqui da COPAVI, a gente tem a mesma participação que os homens (...) Nóis temos mulheres na direção, nóis temos mulheres no setor de produção que têm a mesma opinião, a mesma capacidade, a mesma formação, né. Então isso, prá nóis, é muito importante” (PARCIANELLO, 2005). Isso afasta o grau de submissão das mulheres encontrado

⁹⁴ Solange Luiza Parcianello é assentada no assentamento Santa Maria e faz parte das primeiras famílias que chegaram a Paracaty para ocupar a atual área do assentamento. Concedeu-nos a entrevista no dia 27-1-2005, na secretaria da COPAVI.

nas famílias de baixa renda e coloca a participação e a capacitação feminina *pari passu* com a masculina. Além disso, a valorização dessa mulher no convívio com seu grupo social, - segundo algumas lideranças femininas entrevistadas - é proporcionado pelo Movimento. Parcianello (2005), em sua fala, reproduz o que encontramos na fala de várias outras mulheres: e isso, “Enquanto pessoa e mulher, no crescimento participativo eu acho que o Movimento em si, ele sempre dá essa abertura, né? Então, isso faz com que a mulher possa participá tanto do trabalho, nas assembléias, como nas discussões. (...) enquanto mulher, pra nós a cooperativa em si, ela dá uma abertura muito maior pra gente tá participando lado a lado com o homem”.

Exposta a participação das mulheres no MST em nossa área de estudo, depreendemos que a concentração dos assentamentos no Noroeste favorece e permite a organização do MST nesta região, haja vista que quando desapropria áreas para fins de reforma agrária, conforme depoimentos dos assentados, o governo sempre procura desapropriar áreas distantes umas das outras, para com isso dificultar o intercâmbio e a organização entre os assentamentos. É o que vêem as lideranças no Noroeste do Paraná:

A gente há muito tempo percebeu isso, e nós mudamo isso. Aqui na nossa região é diferente, quem escolhe a área somos nós, é o povo, o povo que escolhe a área. E a gente vai pegando o mais próximo possível de uma outra área de assentamento, ou acampamento. Por quê? Toda área que você ocupa, pode contá, vem pau. É a polícia que vem enchê o saco, ou é os pistoleiro. Então, quando você tem umas outras áreas por perto a boca esquenta, cê vai lá e diz: “ó, companherada, a boca tá esquentando lá, precisamos de 200 homens lá 3 dias, 4 dias, uma semana, 15 dias”. Então há uma solidariedade muito forte, e é isso que acontece aqui na nossa região (ANGHINONI, 1998).

Segundo a liderança entrevistada, o que os assentados procuram provar através das suas ações na luta pela reforma agrária no Noroeste do Paraná é que, em primeiro lugar, as famílias assentadas saíram de um estado de exclusão para voltar a fazer parte da sociedade. O mais importante, num primeiro plano, é que elas deixaram de passar necessidades com a falta de alimentação, e com isso se restabelece a dignidade de ser humano. A segunda questão é que, ao ser assentada a família, nenhuma criança fique fora da escola. Desta forma, o direito básico da educação infantil está garantido. Após esta primeira vitória, a família restabelecida começa outra batalha, que é a luta na terra. A propósito disso Anghinoni (1998) ressalta: “A outra questão é absorvê as tecnologias. Há 10 anos atrás nós não falávamos isso; nós

falávamos: ‘nós temos que deixá esse negócio da tecnologia de lado e trabalhá na tração animal’. Hoje nós falamos diferente, hoje nós temos que acompanhá isso e buscá isso. A tecnologia é coisa muito boa, então nós tamos partindo pra essa questão”.

Outro exemplo importante da organização interna dos assentamentos é a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda – Coana, localizada na cidade de Querência do Norte. Esta cooperativa tem papel importante na natureza organizativa da produção dos trabalhadores rurais assentados; primeiro porque ela visa à integração dos assentados, negando a divisão de uma sociedade de classes; segundo, porque há uma diferença dessa cooperativa em relação às tradicionais: “...quem trabalha dentro dela, os únicos que recebem pagamento é o corpo técnico contratado, nós trabalhamos de graça”, explica Celso Anghinoni (1998). O núcleo fica responsável pela manutenção daquela pessoa que doa suas horas de trabalho para a cooperativa. Como a pessoa não poderia trabalhar no seu lote, já que estava trabalhando na cooperativa, todas as famílias que compõem o núcleo ficam responsáveis pela manutenção dela. Depois da colheita, após terem pago todas as despesas e retirado o necessário para sua manutenção, destinam a sobra para aquela que estava trabalhando na cooperativa. Explica o entrevistado: “... e assim é todo o pessoal que trabalha dentro da organização. É um trabalho voluntário muito grande nessa cooperativa, que é diferenciada das tradicionais ” (ANGHINONI, 1998).

Segundo os assentados, a maior parte dos assentamentos do Paraná e especificamente os da Região Noroeste são implantados em locais de pouca viabilidade econômica e em solos que requerem muitos investimentos para a agricultura, além de os lotes serem pequenos e distantes dos centros consumidores. Dessa maneira, os assentados não têm condições de manter-se no lote. Para driblar essas dificuldades e ter uma produção suficiente para o sustento da família, os assentados investem nos estudos para a organização da produção. Isso ocorre da seguinte maneira:

Nós aqui também organizamos a questão da produção. Como é que nós organizamos a produção? Já há anos nós sentamos junto com uma equipe técnica, convidamos o pessoal do centro de pesquisa do IAPAR, nós pedimos pra eles no conjunto; nós queremos um trabalho sério, pra ser implantado aqui na nossa região. O que que nós queremos: é em função do tipo de solo, em função do clima e em função do mercado, esses três pontos: solo, clima e mercado. Nós queremos um estudo em cima disso, quais são as melhores atividades que é melhor pra nós implantá aqui na nossa região, quais as atividades agrícolas que nós podemos implantá com mais segurança. Porque a agricultura não tá fácil, mais nós se viabilizamos aqui por quê?

Porque nós fizemos todo um estudo e aí nós tiramos as linhas. Primeiro que vai por primeiro, segundo, terceiro, essas são as linhas. Então, arroz irrigado: nós temos solos bons pra isso, o clima é favorável e o mercado, um mercado em expansão, todo mundo come arroz, então aqui arroz irrigado. Gado de leite: uma região muito boa pra isso, e o solo corresponde, o clima corresponde. Enfim café: aqui o clima é muito bom, o solo é bom pra isso e o mercado muito bom. Peixe: nós tamo num clima favorável, numa região cercada de rios, muita água, então o mercado muito aberto pro peixe. E frutas tropicais (ANGHINONI, 2002).

Ainda segundo o entrevistado, a organização dos assentamentos do Noroeste não está voltada somente para a ocupação de terras, envolve todo um planejamento do que se vai fazer depois. Da luta pela terra, passam para a luta na terra. Esse planejamento envolve muito trabalho de discussão entre todos, porque o resultado do que é discutido pela organização envolve a segurança das próprias famílias assentadas. Por isso, todas as famílias que são assentadas no Noroeste são conscientizadas pela organização do MST, mesmo ainda no acampamento, sobre a maneira de trabalho desenvolvida das condições do assentado.

Nos assentamentos do Noroeste do Paraná há grupos que trabalham coletivamente, mas em menor quantidade; a maioria trabalha individualmente. A propósito de grupos de famílias que trabalham coletivamente, nosso depoente Anghinoni (1998) explica: “O espírito nosso é individual, nós temos uma dificuldade muito grande de trabalhá junto. É a mesma coisa de dizê: ‘Ó. a gente não se conhece, né? Nós vamo se acampá, ficamo 6 meis acampado, sai a área, nós juntamo aqui ó, vamo trabalhá tudo junto’. Ceis acham que é fácil? Não é fácil, um tem uma idéia, outro tem outra. Mas tem grupos que se acerta nisso”.

Nessa perspectiva, quando os núcleos familiares decidem trabalhar coletivamente, percebemos que a atuação das lideranças desse grupo é fundamental para o desenvolvimento do coletivo, sendo que muitas vezes as decisões tomadas em determinado grupo acabam por favorecer um grande número de assentados. Citamos como exemplo o fato de que, a partir do momento em que o assentado começa a produzir, a necessidade de implementos agrícolas é inevitável. Devido ao alto valor dos implementos o assentado não consegue adquiri-los, e o aluguel do maquinário às vezes é inviável; então a solução encontrada é a união dos núcleos para a aquisição de implementos agrícolas, e, dependendo do valor do maquinário, adquirem através da cooperativa. Notemos o exemplo do que expomos na fala seguinte de Anghinoni (1998), quando destaca dentro da organização dos assentamentos a compra de implementos para uso agrícola. Ele diz:

E o que também é muito interessante, na nossa organização, como a gente vai começando tê essa solidariedade, esse companheirismo, né, problemas maiores de custo mais elevado você vai resolvendo, por exemplo: saí de uma situação de miserável, de repente vai em cima do lote, você começa tê necessidade de tê o trator, e você não consegue no individual, então você compra de forma coletiva. Aí você faz a lavoura. Feito a lavoura, você tem que colhê. Pô, colhê no ferrinho não dá mais, ah! Então tem que tê o maquinário, ah! E alugá maquinário é muito difícil, s vez o cara não vem na hora certa. Então esse maquinário, tipo uma colhedeira, comprá com 10 famílias é caríssimo, é 60, 70 mil reais, você não consegue. Aí então você se junta com outros núcleos. Foi isso que nós fizemos: nós nos juntamos com outros núcleos e compramos também a colhedeira, então nós temos a colhedeira. Ah! Depois tem que comprá uma retroescavadeira, pra limpá as valeta, uma retroescavadeira custa 160 mil reais. Aí 2, 3, 4, 5 núcleos é mais difícil, mais através da cooperativa, que é o conjunto das 600 famílias, um troquinho cada um, nós conseguimos comprá retroescavadeira, e nós temos retroescavadeira; e daí nós compramos também o caminhão. Enfim, dentro da organização é que você vai comprando todo o maquinário, os implementos (ANGHINONI, 1998).

Destarte, é, através da organização dos núcleos com intervenção da Coana que os implementos agrícolas chegam até os assentamentos.

Anghinoni afirma que todos os projetos desenvolvidos na organização dos assentamentos do Noroeste são projetos ambiciosos, que têm por finalidade a melhoria da qualidade de vida dos assentados.

Compreendemos, assim, que essa qualidade de vida nos assentamentos não se consegue senão através da junção de todos os fatores já discutidos anteriormente dentro da organização do Movimento, acrescidos indubitavelmente de um item de extrema importância, que é a discussão dos problemas ambientais enfrentados pelos assentados nos assentamentos do Noroeste Paranaense.

A discussão dessa temática que perpassa o interior dos assentamentos que compreendem nossa área de estudo, sob a ótica dos assentados e de alguns líderes, foi possível em reunião com algumas lideranças do MST no assentamento Luis Carlos Prestes. A foto seguinte ilustra a reunião com os coordenadores.

Foto 40 – Reunião no assentamento Luis Carlos Prestes no Município de Querência do Norte
Fonte: HARACENKO, Adélia. 14-6-2001.

A foto mostra a autora em uma reunião com coordenadores de assentamento, realizada no dia 14 de junho de 2001 no referido assentamento. No ato, houve relatos sobre a história da reforma agrária na Região Noroeste do Paraná, como também foi feita uma avaliação dos impactos ambientais mais graves que enfrentava os assentamentos. Outrossim nos foram repassadas as propostas de possíveis soluções para esses impactos.

Na ocasião desta reunião estávamos realizando no município de Querência do Norte um levantamento junto aos assentamentos, identificando os problemas de impacto ambiental. Os problemas levantados envolviam assentamento realizado em área de reserva permanente; uso de agrotóxico; início de processo erosivo e assoreamento nos cursos d'água, atrelados ao desmatamento sofrido ao longo dos anos. Poderíamos prosseguir elencando uma série de outros problemas identificados nos assentamentos em conjunto com os seus coordenadores; No entanto, ao longo da investigação desenvolvida nos assentamentos depreendemos que grande parte dos problemas de impactos ambientais existentes nos assentamentos eram heranças recebidas das fazendas, antes da desapropriação. Nesse levantamento, também identificamos a preocupação constante, tanto por parte dos coordenadores quanto dos assentados, em recompor o ambiente com medidas que minimizassem os impactos negativos que estavam ocorrendo nos assentamentos, ocasionados pelos constantes desmatamentos. Naquela conjuntura da reunião identificada na fotografia exposta anteriormente, os coordenadores dos assentamentos discutiam conosco os graves problemas enfrentados nos

assentamentos concernentes à questão do meio ambiente; no entanto estava sendo criado um impasse entre o Instituto Ambiental do Paraná - IAP e os assentados quanto a desmatamento em assentamentos. Por um lado o IAP acusava os assentados de desmatamento, alegando que na época das primeiras ocupações havia, por parte dos acampados, certo equilíbrio em relação ao corte de árvores, uma vez que utilizavam somente o suficiente para construir suas moradias, mas com o crescente êxito do MST no Noroeste e o aumento e desenvolvimento dos projetos de assentamento, a questão ambiental, principalmente no tocante a desmatamento, tinha se agravado ao longo dos anos. Sobre este assunto comenta Ângelo David.⁹⁵

Daí, com o avanço das ocupações ou invasões, como é que se chame, nós tivemos muitos problemas, só que não tínhamos acesso. Nós pedíamos reforço policial para ir às propriedades ocupadas, e não conseguíamos entrar para verificar realmente a extensão do dano; mas a gente sabia de queimadas, a gente sabia de derrubada. Então eventualmente a gente pegava o produto que estava sendo comercializado, o carvão, lenha, com as feculares da região.

Por outro lado, os coordenadores defendiam-se. Neste sentido, Antônio Ereci da Silva⁹⁶ afirma:

O IAP, de certa forma, persegue o assentado. Agora, não que nós achamos que o IAP não tá certo, eles vim impedi nós de cortá árvore. Meu questionamento é o seguinte: por que que não impediu todos os fazenderos que dismatô, de acabá da forma que acabaram? Que tá aí pra quem quisé vê, a maioria das fazenda aí desmataram 99,9%, acabaram com tudo; então isso o poder público nunca viu (SILVA, 2001).

⁹⁵ Ângelo Francisco da Silva David, à época, coordenador regional do IAP na Região Noroeste do Paraná, concedeu-nos a entrevista dia 30-11-2001.

⁹⁶ O senhor Antônio Ereci da Silva nos concedeu a entrevista no dia 14-6-2001 no assentamento Luis Carlos Prestes, no município de Querência do Norte.

Isto, de certa forma, estava sendo um problema a ser resolvido pelos coordenadores, uma vez que nos assentamentos, projetos de reflorestamento, embora pequenos, com criação de viveiros e plantação de mudas, estavam sendo gestados, porque, nas palavras de Braun (2001) “para que a reforma agrária dê certo também, a gente trabalha com essa relação e esse compromisso que o Movimento já tem com o meio ambiente. O compromisso nosso enquanto assentado, no Movimento Sem-Terra, é tá cuidando da mãe-terra, da natureza, das plantas, das árvores, dos rios e das outras espécies”. Como pudemos constatar, essa proposta está inserida na prática dos assentamentos, uma vez que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra justifica o cuidado com o ambiente nos assentamentos. Isto fica claro na seguinte afirmação: “Feito o assentamento, mais do que a possibilidade de fazer diferente, temos a necessidade de fazer diferente, de sair da lógica meramente economicista, do mesmo modelo que causou e tem causado êxodo rural e, mais do isto, gerando o analfabetismo, a violência, o desmatamento, a erosão, as intoxicações, os sem-terra” (MOVIMENTO..., 2002).

Não obstante, embora o MST trabalhe com essas ações em favor da preservação, não se pode negar a existência de problemas em relação à falta de preservação ambiental causados por assentados. Por outro lado, mesmo sendo uma realidade que não pode ser negada, é em função desses problemas que o Movimento trabalha, procurando encontrar soluções. “Aqui vale lembrar que ações pontuais, como reduzir uso de agrotóxicos, estão longe de ser suficientes neste sentido. Ainda estamos longe disto na maioria dos assentamentos do Paraná, mas é nosso horizonte, de que não existe uso correto dos agrotóxicos, mas o correto é não usá-los” (MOVIMENTO..., 2002). Desta forma, conforme os ideais do Movimento, é preciso desenvolver nova matriz tecnológica e produtiva para os assentamentos, ações de preservação e conservação dos recursos naturais. Esta é uma tarefa que pode durar mais que uma geração, mas que necessita ser feita.

Isso posto, asseveramos que para que a organização desses assentamentos continue a dar certo nessa região é necessário o trabalho efetivo tanto das lideranças quanto das famílias acampadas, cuidado na preservação do ambiente, investimento nas escolas, nos centros de formação, e sobretudo na capacidade intelectual da juventude.

Atualmente, essa nova ocupação territorial no Noroeste do Paraná, através dos resultados obtidos com sua organização, tem feito a população regional mudar a opinião contrária de muitos em relação ao MST. Este depoimento confirma tal afirmação: “O comércio ganhou muito com os sem-terras. O comércio - não adianta querer dizer que não, porque é uma realidade - o comércio ganhou muito. Porque os sem-terras que são

organizados, eles produzem, eles construíram as casas, têm casinhas lindíssimas, com parabólica, com luz elétrica, água, a horta, o jardim e o pomar” (SOUZA, 2001).

Não obstante, como poderemos observar nas linhas que se seguem, o resultado da conquista das famílias assentadas na área em estudo não foi obtido senão com o sacrifício de todas elas, durante longos anos de espera, passando por privações e mazelas sofridas nos acampamentos. Da mesma forma, paralelamente a estas dificuldades enfrentadas no período dos acampamentos, essas famílias não foram poupadas nem ficaram imunes à violência cometida contra integrantes do MST, principalmente contra aqueles que se destacaram-se enquanto líderes do Movimento no Noroeste do Paraná.

4.4 AS LIDERANÇAS E A VIOLÊNCIA

Como salientamos anteriormente, a década de 1990 foi um período de constantes mobilizações e ocupações no Noroeste do Paraná; destarte, as pessoas que estavam à frente da organização dessas ocupações, que eram as lideranças do setor de frente de massa, estavam sendo perseguidas e processadas constantemente, não ficando imunes à violência tanto por parte das ações do poder da milícia estatal quanto de fazendeiros, contra elas e seus familiares. A respeito das perseguições e violências cometidas contra lideranças do MST no Noroeste Paranaense comenta Anghinoni (1998), em entrevista:

Nós somos muito perseguido e processado. Eu mesmo tá passando de 30 processo. Eu tô em segundo lugar, tem o Delfino que deve tá nuns 50. O ano passado nesse tempo eu tava preso, então é quase toda semana nós tamo indo lá no fórum, cada área que ocupa, mesmo que nós não esteja, sai em nome de quem? Em nome do Celso, Delfino, Pedro, Nildemar, Paulo, é uma meia dúzia aí. Por que isso? Pra tentá desgastá, os fazendeiros fazem pra tentá desgastá; mas como nós nem ligamo pra isso, graças a Deus nós temos uma equipe muito grande de advogados que nos defendem. Ocupô uma área lá nos cafundó, memo que eu num tenha ido lá, ou vô uma vez no mês, vô lá conhecê, batê um papo com o pessoal, alguma coisa, o processo sai no nome do Celso. Alguém passô perto de uma fazenda lá nos cafundó, ‘acho que era um sem-terra, deve ser Celso’, lá vai mais um processo pra cima. Tá desse jeito. Essa semana nós fomo no fórum lá tinha 8 interditos, e se você num tem um advogado em 15 dias protestá isso - como é que diz, num é protestá, é contestá isso daí - já vem uma preventiva. Então semanalmente nós tem que tá indo no fórum, semanalmente, porque senão o bicho pega. E num é bom sê preso, não.

Destacando ainda como a violência tem ocorrido no Noroeste do Paraná contra os assentados, tendo como foco principal as cometidas contra lideranças, quatro anos após a primeira entrevista de Celso Anghinoni, em 2002, ele nos referiu detalhadamente, em nova entrevista, as ações arbitrárias cometidas contra lideranças do MST, as quais mostram a face cruel da violência, os homicídios, que elevam, infelizmente as cifras estatísticas de assassinatos no campo no Brasil. Nessa entrevista, salienta que há anos as lideranças atuam no Noroeste do Paraná, fazendo um trabalho de organização para fixar o homem na terra. É fato que o MST, em nível nacional, tem caminhando muito neste sentido, e uma das formas encontradas para a viabilização mais rápida do processo da conquista da terra, ou seja, para se chegar aos assentamentos, são as ocupações de latifúndios, que não raro acabam em atos violentos contra os trabalhadores.

Sendo assim, desde a implantação do primeiro assentamento na área em estudo, nos últimos anos o Movimento Sem-Terra tem conquistado várias áreas dessa forma, ocupando, e através das ocupações das áreas, pressionando para a viabilização dos assentamentos. Se por um lado essa pressão exercida pelas ocupações teve suas conquistas, fazendo avançar o processo de reforma agrária dentro da organização do MST no Noroeste do Paraná, por outro lado, igualmente, “os fazendeiros, o governo também tem se unido pra impedi esse avanço da organização” (ANGHINONI, 2002). As formas encontradas pelas ações reacionárias ao MST são as práticas concretas para impedir o avanço do Movimento Sem-Terra, e com isto, controlar o adiantamento da conquista da terra. Conforme destaca nosso interlocutor, essas práticas

foi a perseguição nas lideranças, e foi a violência. Por um lado o governo fecha os olhos perante as milícias armadas que os fazendeiros têm criado e atuado, né? Tanto é que várias áreas nossas foram despejadas de forma violenta por homens fortemente armados, por pistoleiros. Isso tem sido denunciado, a própria imprensa teve aqui na região, noticiou isso, e o governo, a justiça, não tem tomado nenhuma iniciativa, muito pelo contrário, em contrapartida a justiça tem nesses últimos anos - a justiça, o governo, a polícia, os fazendeiros - tem perseguido sistematicamente os trabalhadores. É só analisá o número de companheiros, de lideranças que foram presas⁹⁷ nesses últimos dois anos, dois anos e meio, aqui na nossa região. Tá em

⁹⁷ Detalhes desse fato envolvendo a violência com que ocorreram essas prisões e da marcha organizada pelo MST rumo a Curitiba em 23 de setembro de 1997, como resposta à ação política do Governo do Estado empreendida contra as lideranças, consultar a dissertação de Gonçalves (2004).

torno de 200 pessoas presas de forma irregular, são presas aí sem mandato de prisão, sem justificativa; e teve companheiros que passou mais de 100 dias preso e sem nenhuma argumentação (ANGHINONI, 2002).

Celso Anghinoni, nosso depoente, foi uma das lideranças do MST perseguidas com grande intensidade no Noroeste do Paraná. Além das ameaças, na entrevista de 2002 relata o episódio de sua prisão: “Eu fiquei 35 dias preso, aí dos 35 dias que a juíza mandô chamá, e daí eu dei o depoimento lá, as próprias pessoas que o fazendeiro colocô de testemunha contra nós falô que nem sequer nos conhecia. Então, e aí a juíza falô: ‘Então você tá solto’, depois de 35 dias”. Reportando-se a este episódio, Gonçalves (2004) salienta que:

No dia 18 de setembro de 1997, a Juíza de Loanda, Elizabeth Khater, decretou a prisão preventiva de cinco lideranças regionais do MST. Cumprindo com a determinação da justiça, a Polícia Militar destacou um grupo de soldados para Querência do Norte. Nesta ação, foram presas as lideranças Delfino José Becker e Celso Anghinoni, encaminhados à Delegacia local. Os demais mediadores (Pedro Alves Cabral, Arlei Escher e Juscelino Antônio Gonçalves) conseguiram escapar de um cerco organizando pela PM, que fechou as rodovias de acesso à cidade (GONÇALVES, 2004, p. 191).

No entanto, por mais que pareça redundante falar sobre a violência contra os trabalhadores no Noroeste do Paraná, essa redundância se torna parca ao demonstrar que ela, a violência, chega ao seu extremo e à sua forma mais brutal, conforme destaca Anghinoni:

... foi os assassinatos⁹⁸ dos companheiros, né? Mataram o Sebastião Camargo Filho, lá em Marilena, mataram Sétimo Garibaldi na fazenda São Francisco, num violento despejo, por jagunços e fazendeiros, tanto em Marilena quanto aí na fazenda São Francisco; também mataram o Tiãozinho na Fazenda Água da Prata, e também mataram meu irmão, que na verdade era para ter sido eu, eu era o perseguido, e os

⁹⁸ As datas corretas desses assassinatos de integrantes do MST na Região Noroeste relatados por Anghinoni (2002), de acordo com Gonçalves (2004, p.195), são: “Sebastião Camargo Filho, morto no dia 7 de fevereiro de 1998, durante despejo efetuado por jagunços na fazenda Santo Ângelo, município de Marilena; em Querência do Norte, morreram Sétimo Garibaldi (dia 27 de novembro de 1998), durante despejo praticado por jagunços contra os acampados da fazenda São Francisco; Eduardo Anghinoni, (dia 31 de março de 1999), assassinado dentro da casa de seu irmão; além de Sebastião da Maia, durante uma tentativa de re-ocupação da fazenda Água da Prata, no dia 21 de novembro de 2000”. Desta forma, até o ano de 2000 contabilizam-se 4 assassinatos no Noroeste do Paraná; no entanto, no dia 31 de julho de 2004 faleceu o jovem Elias Gonçalves de Meura, 20 anos de idade, vítima de tiros disparados por pistoleiros durante ocupação da Fazenda Santa Filomena, cuja extensão abrange três municípios, sendo eles: Planaltina do Paraná, Guairaçá e Amaporã.

fazendeiros da UDR e os capangas da UDR já tiveram à minha procura, como tem depoimento lá na delegacia de companheiros nossos que pegaram carona com o Ivo Lopez e o Tarcísio Barbosa, que tavam procurando por Celso Anghinoni, Pedro Cabral, Delfino. E poucos dias depois esse Borracha que foi preso como o cara que assassinô meu irmão, que também participô lá em Marilena, ele é um dos contratados da UDR. Então tá muito claro pra nós que os assassinatos são ligados uns aos outros, e os assassinatos foram todos orquestrados pela UDR aqui da região, em convivência com o governo do Estado, que sabe disso, com a polícia e também a justiça. (...) Nós não temos assim medo de afirmá que a UDR tá por trás das matanças de sem-terra (ANGHINONI, 2002).

É sabido que, além das perseguições das lideranças, envolvendo prisões, assassinatos e pressões psicológicas, os processos de áreas que são ocupadas recaem quase sempre “não no nome dos ocupantes, mas sim, em nome das lideranças da organização; mesmo que não estejam nem participando em determinada ocupação de área. Eles coloca pra quê? Pra incriminá, né? Então os grandes responsáveis por toda essa questão é a UDR” (ANGHINONI, 2002). Ainda destacando a violência contra trabalhadores integrantes do MST no Noroeste do Paraná, no ato de desenvolvimento dessa pesquisa, o caso mais chocante foi o da ocupação da Fazenda Santa Filomena, localizada entre três municípios: Planaltina do Paraná, Guairaçá e Amaporã, ocorrido no dia 31 de julho de 2004. A área possui 1800 hectares, e em 1997 foi realizada a primeira vistoria, e o laudo constatou que a fazenda era improdutiva. Nos anos posteriores foram realizadas novas vistorias pelo INCRA, tendo os laudos as mesmas constatações do primeiro. Em 1998, a área havia sido ocupada pelo Movimento, mas os ocupantes foram despejados no ano de 2000. Essa nova tentativa de ocupação resultou no ferimento de vários agricultores e na morte de um jovem agricultor de 20 anos de idade.

Sobre o episódio, o agricultor Valdair Roque⁹⁹ que viveu o drama, relata:

Então, na verdade a violência ela não é de hoje que vem acontecendo aqui na Região Noroeste do Paraná e no Paraná como um todo. Ultimamente, agora dia 31 de outubro vai fazer três meses que teve uma grande ação por parte dos pistoleiros mandados pelos fazendeiros numa área aqui, aqui na nossa região Noroeste, que foi a Fazenda Santa Filomena, aonde nós estávamos acampados a média de 18 meses aqui, né, esperando por uma ação do governo do Estado e do Incra e tudo mais;

⁹⁹ Valdair Roque, conhecido como “Sopa”, é assentado no município de Terra Rica. Concedeu-nos a entrevista em 17 de outubro de 2004, na secretaria do MST em Terra Rica.

mas como não se deu, então nós temos uma bandeira de luta, que é a cupação, né? Então nós se organizemo, se mobilizemo e fomo pra ocupação no dia 30 para amanhecer no dia 31, que seria de manhã, seis, seis e meia da manhã de julho. E aí, ao chegar em frente à fazenda, na portera, fomo assim recebido fortemente com tiros, né, de armas, armas pesadas, então de vários calibres, se escutava os disparos, né? E aí, como nós fomo de caminhão, ônibus, porque ia mulher, criança, então não teve como nós tê acesso de entrá, porque nós não ia até encará porque ia havê pessoas mortas e tudo mais. Então fomo descendo dos ônibus e caminhão e fomo fazendo uma barrera em frente à portera e aí de repente já começô cumpanheiros nossos a sê atingido, né, no braço, na perna e por aí em diante; e a média aí de uns 10 minutos por aí já aconteceu que atingiram o nosso cumpanheiro Elias Gonçalves de Meura, né, que tinha aí 20 anos de idade, novo o rapaz ainda, atingido no pescoço né. E aí foi levado rápido para o hospital, pegado um carro ali no momento e levado, mas chegô lá já num tinha mais vida, já tava morto já. (...) Então teve 5 cumpanheiros nosso que foram ferido e mais um que foi o Elias que foi assassinado no dia lá. (...) Agora na verdade, logo depois da ocupação teve várias reações da UDR de Paranavaí; fez várias pressões e tudo mais pra impedi, até ameaçando que ia colocá 180 pistolero pra vim fazê um massacre e tudo mais, assim psicologicamente amedrontá as famílias e pra tirá de lá de dentro. O MST encara essa violência de uma forma assim com bastante, não digamos medo, mas corage. Vamo dizê assim, o MST tem corage de encará pistolero? Não. É pela uma necessidade. Na verdade a gente ocupa, né, a área, ocupa a fazenda, né, porque lá no artigo 184 da Constituição tá constano que toda área que não cumpri com sua função social deve ser destinada pra reforma agrária. E aí, como os órgãos que é de competência de fazê isso não, não cumpre, então cabe a nós se organizá e ocupá o latifúndio pra pressioná, pra fazê com que os órgãos cumpra aquela lei que tá lá. Então, nós tamo agindo dentro da lei. Agora de os fazendero se armá e criá toda essa violência aí, nós encaramo como uma necessidade de lutá pra sobrevivência nossa, né. Agora que na verdade não é muito bom, tanto pra nós seres humanos, a gente sabê que foi a vida de um cumpanheiro nosso, mais cumpanheiros que foram ferido, nós não agimo com essa forma, de usá arma, de usá violência e tudo mais. Esse assassinato do Elias é o segundo que acontece. O primeiro foi em 97, com o cumpanheiro Sebastião Camargo Filho, aqui na área onde hoje é o assentamento Sebastião Camargo, aqui na região de Marilena, no município de Marilena. Então foi o primeiro, né, que levou um tiro de 12 também na cabeça. E esse aqui já é o segundo aqui na nossa brigada, mas em Querência aconteceram outros. E infelizmente dessa forma a violência prossegue com trabalhadores rurais (ROQUE, 2004).

Por efeito desses fatos Margarida Moura encontrou uma frase bem ao estilo camponês para definir a luta dos pequenos trabalhadores rurais, que em meio a tantos descasos e violências permanecem em pé, contrariando teorias que acreditam no seu desaparecimento. A autora escreve que “A porteira pode estar sendo fechada pelos poderosos, mas, por outro lado, as cercas podem ser e são derrubadas, a cada dia, pelos subalternos e expropriados” (MOURA, 1986, p. 52).

Ao longo dos anos em que ocorre a atuação do MST no Noroeste do Paraná, salienta Escher (2006), em depoimento, que existem vários tipos de ataques às lideranças do Movimento, os quais nossa depoente dividiu em três categorias: o de alto impacto, médio e baixo impacto.

O ataque de alto impacto é aquele que tem a perseguição direta à pessoa do líder, tendo na agressão física sua base de sustentação. Nele são usados vários tipos de armas que ferem fisicamente, chegando ao extremo de armamentos de fogo responsáveis pelos assassinatos não só de lideranças, mas, igualmente de sem-terra acampados. Este tipo de ataque ficou evidente no depoimento de Celso Anghinoni, ao relatar as perseguições de lideranças no Noroeste do Paraná. Por seu turno o ataque de médio impacto é aquele que envolve as prisões e os processos, os quais não só acontecem com as lideranças em nível regional, mas afetam as lideranças do Movimento em nível nacional. Por fim há que se destacar aquele ataque considerado como de baixo impacto, que é o ataque contra lideranças do Movimento desempenhado pela mídia, pois, como salienta Escher (2006), “teve um período que o Movimento Sem Terra passou por isso, ele era manchete todo dia na televisão”.

Diante disto, é necessário termos clareza quanto às várias formas, sob as quais podemos enxergar a violência conforme ela se apresenta, como também das inúmeras maneiras encontradas por ela para afetar as lideranças do Movimento. Nessa perspectiva, notícias que não mostram a veracidade de fatos ocorridos e compactuam com apenas um lado - evidentemente, o lado da hegemonia - acabam por gerar uma violência contra o lado que não foi favorecido. Além de as próprias pessoas serem prejudicadas, a notícia, com o resultado de sua repercussão, dependendo da forma como ela seja exposta na mídia, vai influenciar diretamente a opinião pública, negativamente para um lado e positivamente para o outro. Com isso depreendemos que a violência contra lideranças do Movimento ou qualquer outro cidadão de um grupo social não pode ser interpretada somente como ataques físicos, processos e prisões, ela também deve ser vista como ataque externo que prejudica o trabalho do indivíduo junto a um grupo social, inclusive causando danos a sua índole pessoal de ser humano. Não raro, a pressão psicológica vivida cotidianamente por uma liderança de um

movimento social como o MST revela outro lado de uma violência que está sempre à espreita. No caso de um líder, ela é um elemento que o acompanha em qualquer lugar em que esteja, uma vez que ele nunca sabe onde o inimigo vai estar, e assim, em muitos casos, convive com a insegurança de uma prisão preventiva, ou no limite, com o assassinato. Em 2001 Antônio Ereci da Silva, que fazia parte da diretoria regional do Movimento, relata essa constante agonia em que viviam as lideranças e suas famílias, em nossa área de estudo. Em seu depoimento salienta: “Nos últimos três anos intensificou muito a perseguição a todos os pobres do MST, a certo ponto de se vivê uma incerteza tão grande que a gente sai e não sabe se volta, e se volta, não sabe como que volta. Mesmo a própria família que fica em casa não tem isso claro, porque as perseguições são muito grande e a pistolagem tem convivência com a Polícia Militar” (SILVA, 2001).

Nos dias atuais, sendo a Região Noroeste do Paraná um território de atuação constante do MST, seja nos acampamentos ou assentamentos, a violência não está tão direta contra as lideranças como já ocorreu em um passado remoto; no entanto, ao analisarmos as várias nuances em que a violência se apresenta, constatamos que “ tudo o que é feito pra privar que se construa aquela proposta (a proposta do MST), então nós ainda estamos na violência, embora ela não é direta no sentido da prisão, mas da forma como eu vejo a violência, a disputa ideológica é uma violência, então essa violência não acabou dentro do Movimento e não acabou dentro do Brasil” (ESCHER, 2006). Talvez esse tipo de violência, de acordo ainda com nossa interlocutora, seja pior do que as outras (evidentemente descartando-se a violência física, seguida de morte), uma vez que ela está presente em nosso meio circundante: “ela está presente na educação, nas periferias, nas favelas, nos movimentos sociais. Esse tipo de violência de que eu falo que ela não é direta, ou agressiva, corpo-a-corpo, de agredir o corpo, mas agredir a mente, ela tá muito presente, e eu acredito até que aumentou” (ESCHER, 2006).

Nesse sentido, ao reproduzirmos a imagem dos atos de violência cometidos contra lideranças do MST no Noroeste do Paraná, cumpre evidenciar que, indubitavelmente, retratamos um contexto que está em consonância com a totalidade dos fatos, os quais, embora sejam mostrados e denunciados, ainda ocorrem freqüentemente em nível de território nacional. O que evidenciamos é, infelizmente, o que se passa apenas em uma pequena fração do território nacional, o Noroeste parananense; no entanto temos que enxergar a questão num contexto amplo. Ao pensar em nível de Movimento, comenta Escher (2006): “A questão da regionalização ela é negativa nesse sentido, então quando se pensa em uma proposta de melhorar o movimento social ele pensa a nível de mundo né”. Isso significa que os atos de

violência dentro de um Movimento social que luta em prol de uma causa ocorrem de uma maneira geral. Escher (2006) continua:

...se tem um problema lá no Pará, dando até como exemplo o que aconteceu com a Irmã Dórote¹⁰⁰. Ela tinha todo um trabalho ligado à terra, que a gente sabe que o Pará ainda hoje é uma região que enfrenta todos os tipos de violência, desde o mais agressivo até o mais o leve - não sei se violência pode dizer que existe o mais ou o menos leve, mas todos os níveis e tipos de violência. Então, se lá está ocorrendo qualquer tipo de violência, não é bom se aqui tá bom e lá tá ruim, em termos globais não é bom isso.

Esta é a forma de pensar de um movimento social, no caso do MST: “Não é bom estar tranqüilo numa brigada sabendo que todo o restante não está bem. Isso é só para colocar a coisa em nível mais global, até porque enquanto movimento social nós temos que pensar assim, né, essa é a grande proposta, uma mudança justa para todos” (ESCHER, 2006). Até mesmo porque quando as famílias encontram a possibilidade de mudança no MST e aderem a esse movimento com suas barracas de lonas pretas, sujeita-se às privações enfrentadas na dura realidade das ocupações. Segundo a irreverência de Stedile (1997, p. 28), “a ocupação é o último recurso, é o sujeito que não tem mais para onde ir, está no inferno, e resolve dar um tapa no diabo.” Usando outras palavras, destaca Giovani Braun (2001): “é porque não tem outra saída, não tem emprego, não tem onde morá, e é analfabeto. Mesmo pros estudados a quantidade de emprego que o Brasil oferece hoje seria impossível a gente ir pra cidade grande (...) e se a gente querê pensá que nós precisamos tê um Brasil sem fome, sem miséria, sem dúvida, nos vamo pensá em fazê a reforma agrária”.

Na luta pela reforma agrária, vimos o papel atuante das lideranças na organização dos assentamentos do Noroeste do Paraná nos seus primórdios. Em tempos mais recentes, a luta das famílias, coordenadores e lideranças dos assentamentos está no interior das brigadas.

¹⁰⁰ A missionária Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dórote, foi uma freira norte-americana, naturalizada brasileira, que atuava na Amazônia desde a década de 1960, junto aos trabalhadores rurais da região do Xingu, no Pará. Por trabalhar em prol das causas sociais naquela região e ir contra os poderosos, aos 73 anos de idade foi assassinada com 7 tiros, no dia 12-02-2005, no município de Anapu, no Estado do Pará.

4.5 A ORGANIZAÇÃO EM BRIGADAS DOS ASSENTAMENTOS CONCRETIZADOS REPRESENTAM A NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA

Já citamos anteriormente a organização do MST, com sua coordenação em nível nacional e estadual. Passamos, neste íterim, a analisarr o processo histórico de organização das brigadas, que integram a organização do MST no Noroeste do Paraná.

No que concerne à organicidade e ao planejamento, de acordo com a obra Método de Trabalho e Organização Popular, isto se dá “A partir do processo de discussão realizado nos últimos anos sobre a necessidade de construir a organicidade do Movimento, tendo em vista o salto de qualidade já conquistado através das atividades orgânicas realizadas em 2003, amadureceu o entendimento que culminou com a implementação de uma nova estrutura orgânica em nossa organização” (MÉTODO...,2005, p. 80). Portanto, a partir desse processo, o MST construiu um conjunto de diretrizes metodológicas que passaram a orientar a organização e o planejamento do MST no seu próximo período histórico.

Por outro lado, cabe destacar que a criação das brigadas ocorre após um longo processo coletivo de análises e debates ocorridos nos últimos anos no interior do MST. O resultado disto foi a constatação de certa fragilidade no tocante à organização. Em vista disso, o Movimento toma a decisão política de implantar uma nova forma de organicidade no seu interior, reestruturando a organização de base conjuntamente com as instâncias, constituindo-se a partir de então as brigadas.

É importante destacar que anteriormente, num tempo não muito distante, o que hoje denominamos de brigadas, no Noroeste era denominado de “pólo”. Destarte, tínhamos três pólos: o de Querência do Norte, o de Terra Rica e o de Paranacity. No entanto, esses chamados “pólos” não eram senão subdivisões estabelecidas dentro das regionais do Paraná, e ficaram como característica marcante principalmente no Noroeste deste Estado. Camilo da Silva, em entrevista, esclarece melhor essa questão:

A coordenação estadual era retirada a partir das representações regionais, e o Paraná tinha aproximadamente 12 grandes regionais. Algumas regiões eram compostas por números muito grande de famílias, e, ou grande distância geográfica, por isso, dentro das regionais, passou-se em alguns casos a dividir a organização por pólos; mas nem todas as regiões necessitaram ou usaram dessa estrutura ou desse nome, isso é mais do Noroeste mesmo. De forma geral, se enxergavam as regionais, na coordenação estadual se participava por regional e não por pólo, mas a região, para participar, poderia distribuir, e era muito conveniente isto, por pólo. Por isso toda

vez que tu disseste “Pólo” tomei como “Regional”, por entender que a forma que se refere a pólo, trata das regionais, apenas absolveu o idioleto do Noroeste do Estado. Em resumo, desde que o MST, a partir de 85, começou a crescer em número e precisou de uma organização em instâncias de forma representativa, começaram as regionais, a representação e organização de atividades de educação, formação, finanças, entre outras, passaram a ser organizadas por espaços geográficos regionais (SILVA, 2007).

Ainda em entrevista perguntamos ao nosso interlocutor a partir de quando e por que se iniciou a discussão para que houvesse a troca das regionais pelas brigadas. Em resposta, nosso depoente afirma: “ Iniciou-se a discussão porque aos poucos foi se percebendo que a estrutura de representação por regional não atendia às exigências da nova realidade conjuntural e da estratégia do Movimento. Como ampliar a participação e o conseqüente avanço da consciência com representação por espaço geográfico?” (SILVA, 2007).

Neste sentido, o que se pretende é a vinculação dos militantes com as bases. Este é o motivo principal, a partir do qual se busca uma forma de organização em que os representantes necessariamente estejam ligados com as bases. Conforme Silva (2007), “Os debates para implementação dessa nova forma de se organizar começou a partir de 2000, junto com outros debates que já fluíam há mais tempo, como a mudança na matriz tecnológica, a questão de gênero, e outros aspectos em que o Movimento foi avançando aos poucos na compreensão”. Dentro dessa perspectiva, continuamos nossa entrevista, e perguntamos se, assim como as divisões por regionais eram feitas em nível nacional, as brigadas também o são? Nosso depoente assevera:

O Movimento, ressalvadas as diferenças culturais, tem uma unidade política, pelo menos de orientação, que em regra é seguida, já que decidida coletivamente. Portanto, o Movimento era organizado em regionais a nível nacional, bem como a nova organicidade através das brigadas é para todo o Movimento, ou seja, nacional, muito embora a implementação é um tanto lenta e nem todos os estados conseguiram avançar; mas todos estão no caminho para aos poucos concretizar essa organicidade (SILVA, 2007).

Assim sendo, ainda de acordo com Silva (2007), “O que passou-se a se chamar de brigadas não são pequenas quantidades de pessoas isoladas e independente do todo, mas sim, trata-se do método de organizar para o avanço qualitativo, sempre na busca de fortalecer o todo, ou seja, o MST”.

Uma brigada, portanto, corresponde ao conjunto de assentamentos e acampamentos, os quais, por sua vez, ficam vinculados a uma secretaria do MST. Cada brigada trabalha com um número médio de 500 famílias.

Dentro dessa brigada, correspondente ao número médio de 500 famílias, a responsabilidade da coordenação fica a cargo de um casal de coordenadores; este casal, por sua vez, é constituído de um homem e uma mulher que não precisam ser casados, importando que nele seja representada a importância do trabalho tanto masculino quanto feminino de forma igualitária.

A brigada de 500 se desmembra em grupos de 50 famílias; então cada grupo de 50 famílias tem igualmente um coordenador e uma coordenadora. Por sua vez, cada grupo de 50 famílias se distribui em grupos de 10 famílias, e cada grupo de 10 famílias, não fugindo à regra, tem que ter uma representação - um coordenador e uma coordenadora. Essa é a proposta que vem se trabalhando dentro dos assentamentos e dos acampamentos, tendo-se como objetivo a participação de todos, envolvendo todas as famílias de uma forma organizada e dessa forma construindo-se um coletivo das decisões. Toda proposta passa por esse coletivo, para depois serem tomados os melhores caminhos.

Esses conjuntos de 10 famílias, segundo Escher (2006), “são os núcleos, mas aí cada brigada, ela pode ter um ou outro método um pouquinho diferente para organizar esses grupos de 10 famílias, mas não deixa de ser um processo melhorado dos núcleos de famílias”. Citando um exemplo do que chama de processo melhorado dos núcleos, nossa depoente salienta que o que se procura fazer é trabalhar por proximidade. Por exemplo, cada núcleo de 10 famílias pode ser constituído daquelas que estejam mais próximas umas das outras, pois isso facilita os encontros e as discussões. Dito de outra maneira, em ordem crescente, da seguinte maneira se chegaria às brigadas, conforme salienta Silva (2007):

Forma-se núcleos de aproximadamente 10 a 14 famílias. Cada 5 núcleos formariam uma brigada, isto é, em torno de 50 pessoas, com um homem e uma mulher para coordenarem; cada 10 brigadas de 50 formariam a brigada de 500 famílias, sendo que a coordenação desta é formada pelos coordenadores das de 50 famílias mais um coordenador de cada setor, como educação, produção, formação, saúde, etc.,

Neste sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em todo o Estado do Paraná, está organizado em brigadas, constituindo-se em 32. Como bem salienta Silva (2007), “A região Noroeste do Estado é só mais uma dentro dessa organicidade. Aliás, para fins de

encaminhamentos e de organização, para o MST, embora se use a antiga expressão das regionais, a estrutura orgânica que agora vigora é das brigadas”.

Atualmente os assentamentos territorializados no Noroeste do Paraná compreendem quatro brigadas: a brigada Sebastião da Maia, a Sétimo Garibaldi, brigada Salvador Allende e a brigada Iraci Salete Strozak.

A representatividade dessas brigadas correspondente ao ano de 2006, com seus respectivos assentamentos e acampamentos, pode ser visualizada na figura do mapa subseqüente.

Figura 24 – Identificação das Brigadas do MST no Noroeste Parananense

Fonte da base cartográfica: IBGE (2005).

Organização: HARACENKO, Adélia.

4.5.1 As Brigadas Sebastião da Maia e Sétimo Garibaldi

A fase da nova ocupação territorial do Noroeste do Paraná através dos assentamentos rurais de reforma agrária, sem dúvida, tem no município de Querência do Norte¹⁰¹ o *locus* de sua gênese, como já salientamos anteriormente. Atualmente, as brigadas Sebastião da Maia e Sétimo Garibaldi correspondem ao antigo pólo¹⁰² de Querência do Norte e possuem 12 projetos de assentamentos divididos entre dois municípios, Querência do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo. Essa divisão ocorre da seguinte maneira: no município de Querência do Norte estão os projetos de assentamento denominados de: Pontal do Tigre; Chico Mendes; Che Guevara; Margarida Alves (ou 17 de Maio); Luiz Carlos Prestes; Zumbi dos Palmares; Santana (ou Unidos pela Terra) e Antônio Tavares Pereira. No município de Santa Cruz do Monte Castelo os assentamentos são: 17 de Abril; Oziel Alves Pereira; Paraná e Teixeira. Cabe ressaltar que esta divisão intermunicipal dos assentamentos não corresponde à divisão das brigadas, uma vez que a brigada Sétimo Garibaldi é composta por assentamentos tanto do município de Querência do Norte quanto do de Santa Cruz do Monte Castelo, ficando então a brigada Sebastião da Maia somente com assentamentos do município de Querência do Norte. Importante lembrar que esta divisão acompanha o número de 500 famílias por brigada.

Sendo assim, antes de analisarmos as ocupações de terras realizadas pelo MST no município de Querência do Norte, convém lembrar que nesse município, já no início da década de 1980, foi implantado um “assentamento de bóias-frias”¹⁰³. Embora este assentamento não tenha o MST na sua base e tenha sido implantado por iniciativa particular,

¹⁰¹ Para um conhecimento mais aprofundado sobre a colonização, conflitos envolvendo questões fundiárias e sobre as ocupações de terras pelo MST no município de Querência do Norte e no Noroeste do Paraná, aconselho o leitor a dirigir-se ao nosso trabalho anterior, publicado em 2002, - HARACENKO (2002); à dissertação de mestrado de GONÇALVES, defendida em 2004, e aos trabalhos de SERRA, especialmente o artigo publicado em 2005.

¹⁰² Como a antiga denominação dos “pólos” ainda é forte e freqüente na cabeça dos assentados, no ato desta pesquisa, por se tratar de um período de transição de *pólos* para *brigadas*, percebemos que na fala cotidiana, eles ainda utilizam a brigada de preferência ao antigo pólo, ou o nome do município a que está vinculada a secretaria do MST. Por exemplo: as brigadas Sebastião da Maia e Sétimo Garibaldi são conhecidas como as brigadas de Querência do Norte, a brigada Salvador Allende é denominada de Brigada de Terra Rica e a brigada Iraci Salete Strozak é denominada de brigada de Paranacity.

¹⁰³ O trabalho de Rosa (1999) traz um estudo específico sobre o assentamento de bóias-frias no município de Querência do Norte

ele já fazia parte da nova ocupação da qual estamos tratando, pois foram as condições de exclusão de trabalhadores rurais no município que levaram a iniciativa privada a realizar o assentamento, condições estas que não diferem das que levam os trabalhadores que fazem parte do MST a ocupar as áreas de latifúndios improdutivos.

Segundo Rosa (1990, p. 88), no ano de 1980, conforme dados do Departamento de Trabalhadores Rurais, em Querência do Norte havia aproximadamente dois mil trabalhadores que tinham como única e escassa fonte de renda o trabalho volante nos grandes arrendamentos de arroz do município. Este número de trabalhadores era a soma dos que moravam na cidade de Querência do Norte e no distrito de Icatu, patrimônio localizado próximo à cidade de Querência. Para agravar a situação, com as enchentes do Rio Paraná ocorridas nos anos de 1982 e 1983, os trabalhadores que habitavam as ilhas desse rio dirigiram-se para a cidade, aumentando dessa forma o número de camponeses sem trabalho.

Esse grande número de trabalhadores que em Querência do Norte, naquela conjuntura, encontravam-se na situação de mão-de-obra ociosa é uma consequência histórica da expulsão de posseiros das fazendas do município (principalmente da fazenda Pontal do Tigre) e da região ocorrida a partir da década de 1960, paralelamente ao processo de colonização. Esta situação de crise social, com falta de trabalho para esse contingente de camponeses, exigiu do sindicato dos trabalhadores uma atitude, e o levou a pressionar o poder público para que extensas áreas de terras, pertencentes a grandes proprietários ou empresas, que estavam sem uso ou sendo utilizadas de maneira ineficiente, fossem ocupadas com cultivo agrícola e desta maneira dessem trabalho a quem não o tinha. Remetendo-se a esse assunto, Gonçalves (2004, p.130) afirma: “No contexto da crise social, coube ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município pressionar as autoridades locais e estaduais no sentido de elaborar projetos que concretamente gerassem postos de trabalho e renda para a ocupação dos trabalhadores, priorizando o trabalho permanente, quebrando assim a sazonalidade do trabalho e o processo de expulsão populacional”. Todo o trâmite para a implantação do assentamento de bóias-frias é explicado por Serra (2005).

A partir da pressão sindical, com o aval do Estado é estudada a implantação em Querência do Norte de uma bolsa de arrendamento de terras que, ao mesmo tempo, estaria viabilizando a exploração econômica de terras que, ao mesmo tempo, estaria viabilizando a exploração econômica de terras improdutivas; estaria melhorando a economia local através da ampliação na circulação de mercadorias e estaria incorporando trabalhadores ao processo produtivo, na condição de pequenos arrendatários. Como resultado, o desemprego gerador da pressão social seria

aliviado; o latifúndio perderia espaço e o processo econômico seria alavancado com o incremento da produção agrícola. O projeto ganhou força em 1980 quando o Banco do Brasil criou e liberou uma linha de créditos especiais ao FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento Comunitário para Programas Cooperativos ou Comunitários de Infra-Estruturas Rurais. O objetivo do programa era financiar iniciativas que visassem conter o êxodo rural, priorizando municípios com núcleos urbanos que tivessem entre 500 e 5.000 habitantes. Querência do Norte se encaixava nas duas situações: sua população não superava 5 mil habitantes e o êxodo rural, consequência da expulsão de posseiros, exigia solução urgente. Depois de sucessivas reuniões, com a participação de técnicos do Banco do Brasil, da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da COOPAGRA – Cooperativa Agrária de Nova Londrina, foi constituída a ADECON – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte. **A ADECON, de imediato, estabeleceu parceria com os proprietários da fazenda 29 Pontal do Tigre, visando o assentamento de trabalhadores, dando preferência para bóias-frias.** Cada trabalhador incorporado ao projeto passou a receber um lote de 2 a 2,5 alqueires paulistas (cada alqueire correspondendo a 2,42 hectares), em uma área total de 484,71 alqueires, onde deveria cultivar milho, soja e algodão. Um segundo contrato de arrendamento, envolvendo as terras da fazenda 29 Pontal do Tigre foi firmado entre os proprietários e a cooperativa COOPAGRA. Nesta transação, foram arrendados 1.500 alqueires para o cultivo de soja, arroz, algodão, milho, feijão e trigo (SERRA, 2005, grifo nosso).

Desta maneira, sob os auspícios da ADECON, no ano de 1983, segundo Rosa (1990), foi implantado no Noroeste Paranaense o projeto de assentamento de bóias-frias. Ainda segundo a autora, tratava-se de um “projeto piloto” de assentamento, porquanto, nesse período da implantação do assentamento, embora houvesse no município grandes áreas com títulos de propriedade duvidosos, a ação prática de ocupação de áreas por sem-terras na região ainda não estava ocorrendo, pois estas só iriam se concretizar no município de Querência do Norte após a constituição do MST.

Paralelamente a essas negociações de implantação do assentamento de bóias-frias em Querência do Norte, os movimentos de luta pela terra já estavam atuando no Oeste e Sudoeste do Paraná, e em 1984 foi constituído o MST, constituindo-se assim, paulatinamente, a luta pela reforma agrária no Noroeste do Paraná, que nesse período estava em sua gênese. Segundo Serra (2005), é desse momento em diante que as atenções das lideranças do Movimento dirigem-se para o Noroeste, pois:

Motivos para isso não estavam faltando: o processo histórico da ocupação regional havia transformado esta porção do Noroeste do Paraná em espaço ideal para a reforma agrária que se pretendia desenvolver. Além da exclusão social, que havia se transformado em marca registrada no Extremo Noroeste, dois outros itens serviam como referência, tendo em vista o deslocamento da luta até então concentrada na região Oeste: o domínio quase absoluto do latifúndio, assentado em grandes áreas de pastagens, com baixo ou nenhum índice de aproveitamento econômico e a titulação duvidosa da terra, com destaque para as áreas em poder de grileiros e as áreas “presenteadas” aos correligionários políticos pelo ex-governador Moisés Lupion (SERRA, 2005).

Baseados nesses motivos - antecedentes históricos de exclusão social, latifúndios, grandes áreas de pastagens - Serra (2005) segue o raciocínio do processo embrionário da reforma agrária no Noroeste, especificamente em Querência do Norte, afirmando que o primeiro passo que iria despertar “a ‘cobiça’ pelas terras do Extremo Noroeste foi dado em 1985 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Querência do Norte, ao enviar ofício à Secretaria de Agricultura do Estado denunciando problemas fundiários, o elevado número de trabalhadores rurais desempregados, e pleiteando a realização de assentamentos rurais no município”. Em consequência disso,

Sensível aos problemas levantados, a Secretaria de Estado encaminhou o pedido ao INCRA e este enviou a Querência uma equipe técnica que, três anos depois, em 1988, após vistorias realizadas nas fazendas Porangaba II, Florão, Todos os Santos e 29 Pontal do Tigre, apontou esta última como prioritária para o desenvolvimento de projeto de reforma agrária, passível, portanto, de desapropriação. O indicativo de área prioritária para fins de reforma agrária vai ser confirmado através do Decreto presidencial número 95.784, publicado no Diário Oficial da União dia 4 de março de 1988. **Ao tomar conhecimento da publicação do Decreto, coordenadores de acampamentos rurais localizados principalmente no Oeste, todos vinculados ao MST, enviam às escondidas representantes para um melhor conhecimento da área apontada para desapropriação.** Ato contínuo, iniciam um trabalho de base para a conscientização e preparo das famílias escaladas para ocupação das terras. Os cálculos feitos pelos próprios líderes do Movimento indicam que a Fazenda 29 Pontal do Tigre, com seus 10.896 hectares, poderia comportar pelo menos 500 famílias de sem-terra (SERRA, 2005, grifo nosso).

Nessa conjuntura, para reconhecimento da área (fazenda Pontal do Tigre) que seria num futuro próximo ocupada, o senhor Benedito Gomes,¹⁰⁴ que naquele momento estava acampado em uma fazenda no município de Ponta Grossa, relata:

Aí quando chegô um certo dia ele falou assim: “olha, não tem área arrumada pra vocês, e a única oportunidade que eu tô veno é Querência do Norte”. Falava o governo, né, porque era o ITCF, o órgão do governo responsável. Daí ele disse assim: “vocês se tiverem corage... só que lá tem fazendero e jagunço”. Daí a gente falô assim: “Nóis que já tamo lascado e sofrido, qualquer coisa serve, uma vez que nós vamo pra defendê o nosso direito, desde que nós tenha um aval pra pude ir pra lá. E assim viemo oiá, eu vim oiá, eu e mais dois companheiro viemo oiá a área, pelo menos pra vê se tinha água mesmo, conforme eles dizia. A área é rica em termo de água, né, e aí voltando pra lá a gente comunicô o grupo, falô como era: “Ó, pelo menos lá a água é fácil de fazê um poço, com 2 metro ele já dá água, e uma água boa, limpa, e eu nunca vi um lugar tão plaino como é Querência do Norte. Só que tem uma dificuldade: já tem gente agrupada lá. Mais a área é bastante grande, cabe nós e mais um pouco ainda” (GOMES, 2001).

Nesse período, um agravante preocupava as lideranças do MST, segundo Serra (2005), pois uma parte da fazenda que iria ser ocupada estava sendo explorada sob a forma de arrendamento pelos pequenos arrendatários, os produtores associados da ADECON, que, embora já estivessem com seus contratos de arrendamento vencidos, permaneciam na área e demandavam o direito de ser assentados.

O antecedente histórico de ocupações por parte das famílias vinculadas ao Movimento, que estavam em acampamentos no Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná e daquele momento em diante iriam ocupar a fazenda Pontal, em Querência, é relatado pelo senhor Benedito Gomes.

Então, falano um pouco da história do acampamento, a gente veio de uma região do Oeste do Paraná. Nisso começou uma discussão na região de São Miguel do Iguaçu, entre Medianeira, que já existia o movimento naquele tempo, o nome dele era Mastes, não era MST. Daí a gente começou a participar, aí eu fui acampá. Ia tê uma

¹⁰⁴ O senhor Benedito Gomes (Seu Dito, como é conhecido) é assentado no Assentamento Pontal do Tigre. Faz parte de um grupo coletivo de 13 famílias que fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista - Copaco. Concedeu-nos a entrevista no dia 27-5-2001, em sua residência.

feita de inauguração da praia, e agente acampô numa parte dessa praia. Isso foi em final de 84, começando 85, em São Miguel do Iguaçu, com 1.100 famílias mais ou menos. Foi numa época ainda em 85, saiu uma área que era o assentamento Sávio, em São Miguel do Iguaçu, mais só cabia 56 família. Aí o restante ficou ali, né, esperando a oportunidade que saísse a terra. Num saía terra e o governo num veio negociá, e ia enrolano, virô uma certa altura você tê uma discrência. Aí a Pastoral da Terra dizia que tinha que se aglomerá mais e fazê uma nova tática de luta, que seria começá mesmo ir pra cima das áreas onde se que descobre que tá ilegal. Então foi onde se reuniu primeiro 8 acampamento, e a gente fez uma grande ocupação na Fazenda Padroeira, no município de Matelândia, com 880 família. Isso deu um grande ridibu no Estado. Aí começou saí as arinha: saiu em Ortiguera, saiu pra Cantagalo, foi se espaticano o pessoal por região. Mas sempre sobrava o pessoal, queném no nosso caso sobrou ainda 270 família. Então a gente ficou a peregriná, pulando de um lugar para outro, até que nós fumo numa terra que é da União, na Vila 19. Nós tinha esperança desse assentamento sê nosso, mais é claro que os fazendero já tava trabaiano, e aí acabô passano pos fazendero. E nós vinhemo pa Ponta Grossa, onde fica uma fazenda chamada Reserva, que o governo desapropriô pá fazê um assentamento. Aí começemo a negociá, porque num tinha água, num dava estrutura suficiente pra tê as pessoa que tava ali, que era demais. Aí chegô um certo ponto que o governo Álvaro Dias e os Atalla já tinha uma briga com essa terra aqui, daí quando chegô um certo dia já tinha 47 família aqui e mais 87, que é Adecom, e outro grupo de 30 família. Mais eles tava segurano o embalo, porque eles queria outra coisa, que era uma política que tinha no meio, que tinha os grande arrendatário aqui, que prantava arrois, né? (GOMES, 2001).

Nos acampamentos em que estavam no Oeste e Sudoeste do Paraná, as famílias já passavam pelas dificuldades cotidianas provenientes de um acampamento; mas estas dificuldades ficaram ainda maiores quando foi decidido que viriam para a fazenda Pontal do Tigre, em Querência, pois a distância a que se encontravam, a dificuldade financeiras e a falta de recursos para o deslocamento foram fatores limitantes, como relata o senhor Benedito: “Aí tinha que campia recurso pra vim, porque eles disse: ‘Vocês vão pra lá, mais eu num ajudo com recurso nada, vocês se virem’. Aí a gente foi campia nas entidade recurso, arrumá um dinheiro que dava o ônibus ou caminhão pa podê vim” (GOMES, 2001).

Essas famílias eram provenientes de acampamentos dos municípios de Castro, Reserva, Capanema e Amaporã, sendo este último próximo ao município de Querência. Sobre a chegada das famílias a Querência, o senhor Benedito diz: “Daí a gente veio e se instalemo aí, ocupemo a curva aqui na curva da estrada, nesse matinho e fiquemo ali, porque os arrendatário tava cheio de produção, tava cabano de coíê as lavora” (GOMES, 2001).

Remetendo-se também a esse assunto da chegada das famílias para ocupar a fazenda Pontal do Tigre, Gonçalves (2004) destaca em números o total de famílias: cerca de 30 famílias eram provenientes do município de Castro, 70 famílias do município de Reserva, 65 de Capanema e 45 de Amaporã. Sendo assim, especificamente no dia 26 de junho de 1988 chegaram as “primeiras dezenas de carros, ônibus e caminhões trazendo as famílias sem-terras organizadas nestes grupos, fixando os barracos de lona em terras da 29 Pontal do Tigre, no mesmo ano em que as 86 famílias do projeto Adecon seriam expulsas das terras arrendadas, pois aquele era o ano de vencimento dos contratos de arrendamento” (GONÇALVES, 2004, p.172).

Vencida essa primeira etapa, durante o período de acampamento muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas, complexidades em todos os sentidos: desentendimentos entre os grupos; perseguição, moradia e alimentação. Sobre o relacionamento das famílias que chegaram a Querência com as que lá já estavam, aquelas associadas à Adecon, Anghinoni (1998) diz o seguinte:

Eu e mais um grupo de trezentas e poucas pessoas faz 10 anos que estamos aí. Nós viemos de regiões diferentes e se encontramos aqui. E incrível que o nosso grupo, uns vieram através do Álvaro Dias, outros vieram através do Caíto Quintana, outros vieram através de prefeito aqui da região, e nós viemos através da organização; e tinha um grupo que era arrendatário na área, e que no ano que nós chegamos venceu o contrato, e pessoas daqui e o próprio fazendero tavam tirando eles de cima. Aí nós falamos: “não, pode pará”. Inclusive nós tivemos muitos conflitos, nós brigamos muito, pegamos muitas vezes a foice pra nós se cortá um com o outro. Por que? Devido idéias, influências. O prefeito dizia isso pro povo: “Não se junte com esse povo do Movimento, isso aí é bicho”; e a gente se conflitava. Aos poucos a gente foi se conhecendo e a gente viu que o inimigo não tava entre nós, o inimigo tá lá fora. Então nós se junta ou nós se espatifamos. Isso foi tempo (ANGHINONI, 1998).

Se a falta de recursos pecuniários para o deslocamento até Querência num primeiro instante foi um fator limitante e contribuiu para aumentar os obstáculos, o que viria depois se tornaria desafio até para a sobrevivência. Gonçalves (2004, p.175) e Serra (2005) listam esses desafios, afirmando que primeiramente a área ocupada estava sob a posse dos pequenos arrendatários da Adecon, aqueles do assentamento de bóias-frias, que lutavam para se manter na área, como também dos grandes e médios arrendatários que cultivavam arroz nas extensões de várzeas nas terras da Pontal. Não havendo entendimento entre os acampados e os

arrendatários médios e grandes, estes últimos, ao todo 235, foram expulsos pelos recém-chegados, abandonando suas áreas, nas quais produziam arroz.

Não havia homogeneidade entre os grupos. Alguns grupos, como era o caso do pessoal vindo dos municípios de Reserva e Castro, tinham experiência em mobilizações, pois já haviam participado de militâncias nas ocupações no Oeste do Paraná, e o pessoal de Amaporã já possuía experiência transmitida pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Outro grupo, o de Capanema, era despreparado e contava com problemas de liderança na organização interna. Essa falta de organização entre os grupos inicialmente gerou dificuldades.

A presença dos sem-terra no município de Querência causou um grande impacto no poder público municipal e regional, porque a área ocupada travava os interesses do prefeito municipal, dos vereadores e, evidentemente, dos irmãos Jorge Woney Atalla e Jorge Rudney Atalla, proprietários da área. Esse conjunto de opiniões negativas dos que mantinham o poder sobre a área a respeito dos sem-terra influenciou direta e negativamente a opinião pública. Eis um depoimento que confirma tal opinião:

A entrada do movimento sem-terra não foi muito bom não, principalmente pra lavoura de arroz, que aqui era a capital do arroz, né? Então essa 29 que eu falei era toda arrendada pelo povo de Querência do Norte, pelos moradores daqui, então eles tinham arrendamento e plantavam arroz. Aqui, na época das colheitas de arroz o asfalto aqui era tudo cheio, eles secavam o arroz na rua, no asfalto. E muito dinheiro, nossa! O comércio era uma abundância. No fim os sem-terra vieram, começaram a tomar as terras, invadiram e tirou essas pessoas da terra e muitos foram embora. Então foi um atraso para Querência, eu acho que foi um atraso. Querência do Norte já é o fim da etapa, é a última cidade antes do rio Paraná, ela teve um grande atraso econômico com a invasão dos sem-terra, eu achei que não foi bom não. Eles invade as terra, invade as casas dos fazendeiros, isso aí é uma calamidade. Eles vêm na cidade manda fechar o comércio, fecha a prefeitura, fecha banco, se acampam na praça, ficam ali. Agora faz tempo que eles não faz isso, mas no começo era assim. E o povo então no início começou a dar força pra eles, achavam que eles tinham todo o direito, mas agora eles tão abusando também, tão abusando demais (entrevista realizada em 19-4-2001, sem identificação da pessoa - *apud* HARACENKO, 2002b, p.158).

Fechando a lista das dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas, uma já esperada por elas era o pedido de reintegração de posse pelos “proprietários” da fazenda, os irmãos Atalla, visando expulsar os acampados e reverter o decreto de desapropriação. Paralelamente a essa ação também foram deslocados capatazes para tomar conta da área e

impedir o avanço dos acampados para novas áreas. Diante dessas ações conjuntas e após a retirada das lavouras dos arrendatários, quando as famílias de acampados já estavam com lavouras plantadas os “proprietários” da fazenda organizaram mais uma ação com o intuito de conter as ações das famílias, arrefecer os seus ânimos e destruir sua resistência econômica. “Os ‘proprietários’ da fazenda colocaram 4.500 cabeças de gado na fazenda para alegar que era produtiva. Esse gado entrava na plantação, provocando um grande estrago; as famílias tentaram negociar, mas não tiveram resultado” (HARACENKO, 2002b, p.144).

Para superar esse problema dos animais, os acampados, que até então estavam separados, uniram-se para tomar decisões e iniciativas, conforme aponta Serra (2005): “...uma delas foi acabar com as lideranças de cada grupo e constituir uma espécie de comando central. Com isso, a expectativa era fortalecer o movimento pela junção das partes.”

Essa iniciativa, sem dúvida, fez os acampados perceberem que o trabalho em conjunto traria resultados positivos, e então pediram intervenção do Estado para solucionar junto aos fazendeiros o problema do gado; e - utilizando uma frase de Serra (2005) - “a demora, no entanto, transformou paciência em irritação”.

Como esses animais haviam destruído suas lavouras e as famílias não conseguiram resultado na negociação para a retirada do gado, no auge da escassez de alimentação: “o pessoal já tava mesmo passando necessidade, o gado vinha pra comê a roça, a turma comia ele também, né” (GOMES, 2001). Além de abaterem os animais, Gonçalves (2004) afirma que as famílias tomaram a decisão de prender os animais em um pasto ao redor da sede da fazenda, impedindo que eles andassem livremente sobre as roças, e também como uma alternativa encontrada para pressionar o Estado a tomar as devidas providências. Mas com o decorrer do tempo o pasto onde os animais estavam encurralados degradou-se e os animais, famintos, começaram a perecer. Mesmo assim, sofrendo prejuízos, os fazendeiros decidiram não retirar os animais. O coordenador regional do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, Ângelo David, relata como atuava na Pontal naquela ocasião no referido incidente:

No início, quando o Atalla tinha gado lá na Pontal, primeiro o gado começou morrer indiscriminadamente. Eles faziam cerca, o Atalla ia lá, arrancava a cerca e soltava o gado em cima das plantações deles. Nessa época teve dias que eu fiquei até 10 horas da noite fazendo cerca lá. Eu arrumei trator de esteira, pá carregadeira pra enterrar aquelas vacas que morriam ao longo da estrada. Naquela época a gente tinha todo esse envolvimento assessorando a SEMA, porque na realidade não era nossa função.

Como nós éramos vinculados à (Secretaria do Meio Ambiente) SEMA e a SEMA dizia: “Ó, vai lá fazer isso pra gente”, e a gente ia (DAVID, 2001).

Em consequência desse episódio envolvendo essa questão do gado na fazenda Pontal do Tigre, os acampados saíram prejudicados e alguns deles acabaram na prisão, inclusive o senhor Benedito Gomes. Tal episódio causou um problema que teve na época repercussão na imprensa estadual. O desfecho dessa situação ocorreu da seguinte maneira:

Pressionado, o secretário de agricultura do Estado do Paraná à época (Osmar Dias), decretou a ida de um grupo de funcionários públicos da Secretaria de Agricultura para medicar e alimentar os animais, onerando os cofres públicos com uma medida paliativa e contraditória, pois enquanto as famílias acampadas não recebiam nenhuma cesta básica e medicamentos para seu sustento, os animais foram “agraciados” com “a assistência social-bovina”!!! Passados 30 dias, como o fazendeiro não retirou o gado, o Estado determinou o seqüestro dos animais e os comercializou em leilão. Com o dinheiro arrecadado, cobriu as despesas que o erário público teve durante a manutenção dos animais e o valor excedente depositou em juízo para posterior alienação por parte dos irmãos Atalla (GONÇALVES, 2004, p. 178).

Encerrado este capítulo, que envolve os vários episódios de dificuldades enfrentados pelas famílias acampadas na Pontal do Tigre, essas famílias passaram a esperar e a ficar na expectativa de que saísse a desapropriação da área e a imissão de posse. Serra (2005) afirma: “A desapropriação, que desencadearia a imissão, estava na dependência do Judiciário decidir a favor ou contra o pedido de reintegração de posse interposto pelos proprietários”.

A justiça foi favorável aos camponeses. O decreto de desapropriação da fazenda saiu no mês de março de 1995, o auto de imissão de posse em outubro do mesmo ano.

A fazenda Pontal do Tigre foi dividida segundo um critério de agrupamento das pessoas conforme o grupo de ocupação a que eles pertenciam. Esse grupo, normalmente, levava o nome da localização da região do Paraná de onde haviam vindo. Desta forma, dentro da fazenda existem os lotes do Grupo Reserva, Grupo Adecon, Grupo Capanema, Grupo Castro e Grupo União. A grande extensão da propriedade, agora dos camponeses, facilitou essa divisão. A forma como os grupos estão divididos no espaço da propriedade é explicada pelo senhor Benedito. “Aí começô a divisão de grupo, aí os Capanema foram na parte de baixo, que é na beira do rio lá embaixo, e nós do Grupo Reserva ficô nesse meio, Castro ficô num

outro mais adiante e Amaporã ficô aqui no começo, que entra na área” (GOMES, *apud* HARACENKO, 2002, p. 144).

A criação do projeto de assentamento Pontal do Tigre ocorreu no dia 19 de dezembro de 1995, legalizando o assentamento e regularizando a situação de famílias que ficaram praticamente 8 anos acampadas, no compasso de espera.

Por iniciarem uma ocupação que teve suas raízes no início da década de 1980, em outros municípios, e pelo aprendizado diante das dificuldades na ocupação, compartilhamos da expressão utilizada por Serra (2005), quando diz que os camponeses da Pontal são “considerados pioneiros no processo de reforma agrária no Extremo Noroeste do Paraná”.

Estabelecida a demarcação pelo Incra, a antiga fazenda Pontal do Tigre, possuindo uma área de 8.096,10 hectares, pertencentes a duas pessoas, agora transformada, a duras penas pelos camponeses no Assentamento Pontal do Tigre, dá espaço de moradia e trabalho a 336 famílias.

Um croqui desse assentamento, em material original do Incra, dá-nos uma idéia de como é a distribuição dos lotes no interior da Fazenda Pontal do Tigre. Essa figura pode ser visualizada no anexo 4.

Igualmente, a foto seguinte mostra parcialmente a paisagem do assentamento Pontal do Tigre.

Foto 41 – Vista Parcial da Paisagem do Assentamento Pontal do Tigre
Foto: HARACENKO, Adélia. 27-5-2001.

A foto mostra parcialmente a paisagem do assentamento Pontal do Tigre. Nota-se a extensão de pastagem, uma paisagem típica do Noroeste do Paraná.

A ocupação da fazenda Pontal do Tigre constitui um marco da territorialização do MST e das lutas camponesas em Querência do Norte e, conseqüentemente, no Noroeste do Paraná; porém, não menos importante nesse contexto é a ocupação da fazenda Porangaba I, localizada nesse mesmo município.

No ano de 1994, numa fase posterior à ocupação da Pontal, ocorreu a primeira tentativa de ocupação da fazenda Porangaba I. Embora alguns militantes já conhecessem toda a estrutura de organização do MST, essa primeira ocupação não teve êxito, porque era um grupo pequeno de famílias, sendo que a maioria delas não possuía experiência em ocupação. Ocuparam e no mesmo dia foram despejados do local pela polícia. Para adquirir experiência, a única solução foi agrupar-se com mais famílias que já possuíam experiência em ocupação, e então no ano de 1995 esse mesmo grupo, agora maior e organizado, com cerca de 400 famílias, ocupou pela segunda vez a área.

As famílias instalaram acampamento na sede da fazenda, e pelo fato de serem muitas,

segundo depoimento de Edilsom Peixoto¹⁰⁵, o acampamento acabou virando “uma pequena cidade dentro da outra”. Evidentemente, por causa da quantidade de pessoas acampadas e da falta de recursos para se manterem, as dificuldades não tardaram em aparecer. As famílias não tinham condições de comprar lonas e alimentação, por disso a saúde, principalmente a das crianças, foi afetada. Pelo fato de o acampamento estar localizado próximo a um rio e o rio Paraná estar também a pouca distância, “tinha aquele mosquito da leishmaniose, tinha bastante, começou dá nas crianças, foi um problema sério mesmo” (PEIXOTO, 2001).

Quando ocorreu a ocupação da Porangaba a fazenda já havia sido desapropriada para fins de reforma agrária pelo governo federal, juntamente com outras no município, desde o ano de 1985. Sobre o assunto da desapropriação, Edilsom diz:

Quando nós entramos aqui, essa fazenda já tinha sido desapropriada pelo governo federal por improdutividade. Ela ficou abandonada muitos anos, sem ninguém pagar imposto. Então nós aqui em Querência, que éramos nascidos aqui, nem sabíamos da história dessa fazenda, lá em Brasília já tinham desapropriado a fazenda, e estava aqui a fazenda usando uma coisa que não era mais dela, porque o governo já tinha desapropriado. E depois dessa então, apareceu vários outros fatos que tinham desapropriado em Brasília, mais as autoridades do Estado não chegava com esse decreto aqui pra chamar, vamos dizer assim, pra selecionar as famílias pra assentar. Enquanto não foi feita a ocupação pelo MST, não se foi mostrado a verdade (PEIXOTO, 2001).

Durante o período de acampamento na Porangaba, muitas das famílias acampadas estiveram envolvidas em outras ocupações, porque, sendo 400 famílias na fazenda, seria praticamente impossível permanecerem todas ali. Por mais bem-dividida que fosse, apenas 60 famílias caberiam na fazenda. Então os grupos começaram a procurar outras áreas que, assim como a Porangaba, estavam na mesma situação de irregularidade. Então dali saíram grupos que se destinaram para a fazenda Saudade, em Santa Isabel do Ivaí, grupos que foram para a fazenda Porangaba II, e grupos que se deslocaram para a fazenda Monte Azul, estas duas últimas em Querência do Norte.

¹⁰⁵ Edilsom Aparecido Pereira Peixoto, conhecido por Peixoto, é assentado no assentamento Chico Mendes, antiga fazenda Porangaba. Concedeu-nos a entrevista no dia 2-6-2001 em sua residência.

Essa saída de Querência, a partir de 1995, dos grupos de acampados intensificou as ocupações que ocorreram no Noroeste do Paraná, e conforme Serra (2005), “na mesma proporção vai ser intensificada a reação dos fazendeiros e a violência no campo”. Tal fato que iria marcar o primeiro grande episódio de violência contra acampados.

Depois de um conflito muito forte que a polícia fez em Santa Isabel do Ivaí, o governo do Estado Jaime Lerner e o secretário Cândido Martins mandou a polícia atirar nuns 50 trabalhadores que estavam acampado na fazenda Saudade. O próprio secretário de segurança ligou pro comandante, e falou: “Atira na perna deles”. Nós tivemos a oportunidade de acompanhá parte da negociação com o secretário de segurança. Nesse conflito na fazenda Saudade em Santa Isabel, saiu 17 pessoas feridas a tiro pela polícia militar. Depois que o governo estava com aquele monte de ferido, pessoas que ficaram paralisadas, uns perderam a perna, outros perderam o movimento do braço, porque foi atingido a coluna, o governo do Estado naquela época se obrigô a pressioná o governo federal fazê a reforma agrária em Querência, que até então não tinha nenhuma área assentada em Querência. Isso foi em novembro de 95. Essa fazenda Saudade foi desapropriada junto com a Porangaba I aqui, na época, e voltou pra mão do fazendero. Devido esse conflito, o governo se obrigô a fazê reforma agrária aqui na região. Tinha mais de mil famílias aqui e não tinha um palmo de terra de assentamento. Aí foi quando saiu a emissão de posse aqui da Porangaba I. Nem a Pontal do Tigre, que já tinha sido ocupada em 84, não tinha saído ainda (PEIXOTO, 2001).

Segundo o entrevistado, esse conflito, gerou uma polêmica em nível nacional concernente à questão da reforma agrária na região, e felizmente esse episódio contribuiu para o andamento das negociações, visto que entidades de direitos humanos, inclusive internacionais, condenaram a ação do governo do Estado do Paraná por ter travado uma batalha de policiais armados contra trabalhadores desarmados.

Remetendo-se a esse episódio, Gonçalves (2004, p. 184) afirma que, reconhecendo a gravidade da situação, o Secretário de Justiça, Cândido Martins de Carvalho, admitiu publicamente que houve excesso por parte da polícia militar, assumiu o peso da culpa pelo conflito acontecido e declarou: “Se tem um pecador nessa história, o pecador sou eu”.

Embora as ocupações da Pontal do Tigre e da Porangaba tenham ocorrido em períodos diferentes, uma em meados da década de 1980 e a outra em 1995, respectivamente, existe um elo que liga essas duas ocupações, “o conflito”. Infelizmente, foi só a partir desse conflito que saiu a imissão de posse para os acampados da fazenda Porangaba, a ser transformada no

Assentamento Chico Mendes, e também a criação do assentamento Pontal do Tigre. O assentamento Chico Mendes foi criado em 18 de dezembro de 1995 e o Pontal do Tigre em 19 de dezembro do mesmo ano.

As fotos seguintes mostram parcialmente a paisagem de parte do assentamento Chico Mendes, cuja divisão em lotes no seu interior pode ser visualizada no croqui do assentamento que está inserido no anexo 4.

Foto 42 – Vista Parcial de um Lote no Assentamento Chico Mendes
Foto: HARACENKO, Adélia. 2-6-2001.

Esta foto, à época, identificava um problema não só ambiental, mas socioambiental: famílias assentadas e já possuidoras de alguns bens, depois de longos anos de espera pelo pedaço de terra, em área de reserva florestal. Pelo fato de estarem assentadas em área de reserva florestal e por haver um desentendimento entre Incra e IAP, essas famílias estavam sofrendo conseqüências de falta de infra-estrutura como energia elétrica etc. Estavam pagando por um erro que não cometeram.

Foto 43 – Vista Parcial do Assentamento Chico Mendes
Foto: HARACENKO, Adélia. 2-6-2001.

A foto mostra parcialmente a paisagem do assentamento Chico Mendes. O destaque é para a declividade acentuada do terreno. Na fala dos assentados é um “terreno dobrado”, ou “quebrado”.

A figura seguinte mostra a territorialização dos assentamentos rurais no município de Querência do Norte.

Figura 25 – Mapa do Município de Querência do Norte com Localização dos Assentamentos
 Fonte da Base Cartográfica: Mapa Rodoviário (1981).
 Fonte da Localização dos Assentamentos: Incra [2000?].
 Organização: HARACENKO, Adélia.

A partir da ocupação da fazenda Pontal do Tigre, precursora das ocupações, e da fazenda Porangaba, que no Noroeste se expande com a ocupação dos latifúndios improdutivos pelo MST, tais ocupações vão dar a esta região uma nova forma de ocupação territorial, através dos assentamentos rurais.

4.5.2 A Brigada Salvador Allende

A brigada Salvador Allende equivale ao que era o antigo “pólo” de Terra Rica. Essa brigada é composta de 13 assentamentos, divididos em 7 municípios. Os projetos de assentamento que fazem parte dessa brigada encontram-se divididos da seguinte maneira: no município de Terra Rica estão os assentamentos denominados Santo Antônio das Águas do Corvo I, Nossa Senhora da Penha, Vida Nova, São Paulo e Sétimo Garibaldi. No município de Nova Londrina há o assentamento Brizanta. No município de Marilena os assentamentos são Santo Ângelo, Quatro Irmãos e Sebastião Camargo Filho. No município de Mirador há o assentamento Monte Azul. No município de Amaporã o projeto de assentamento é denominado Antônio Conselheiro. No município de Planaltina do Paraná há o projeto de assentamento Sumatra e o pré-assentamento Milton Santos. No município de Santa Mônica o assentamento é denominado de Ilgo Luiz Perruzo.

Esses assentamentos estão todos vinculados à secretaria do MST localizada na cidade de Terra Rica. Segundo Paulo de Marck,¹⁰⁶ a secretaria

tem o papel político de centralizar todas as informações e repassá-las para os assentamentos. Conta com um grupo de companheiros militantes que se dedicam no dia-a-dia para realizarem estas e outras tarefas. Também contamos com um grupo técnico de quatro companheiros que prestam assistência técnica aos assentados. A secretaria também serve de referência para com toda a sociedade. Também está equipada com estrutura de trabalho, telefone, fax, computador, biblioteca, veículos; dois carros e duas motos (MARCK, 2005).

A história da ocupação das terras dos assentamentos que compõem essa brigada, não difere das outras brigadas já mencionadas, em termos de luta pelo acesso à terra. Grande

¹⁰⁶ Paulo Espedito de Marck é membro da direção da brigada de Terra Rica e assentado do assentamento Sétimo Garibaldi, no município de Terra Rica. Concedeu-nos a entrevista no dia 1 de junho de 2005 na secretaria do MST em Terra Rica.

parte dos trabalhadores assentados ou são vindos dos municípios do Sudoeste do Paraná, de onde já tinham uma certa experiência em acampamentos, ou são “brasiguaios”, trabalhadores brasileiros que foram para o Paraguai à procura de trabalho, e não encontrando, retornaram mais pobres do que já estavam e aderiram ao MST, como é o caso do assentamento Brizanta, no município de Nova Londrina, em que as famílias assentadas são todas “brasiguaias”.

O processo de ocupação das terras que iria resultar nos assentamentos de reforma agrária do município de Terra Rica teve sua marca histórica na ocupação da fazenda São Joaquim, atual assentamento Sétimo Garibaldi.

As famílias que se destinaram para Terra Rica, aproximadamente 450, já estavam desde algum tempo acampadas no município de São Miguel do Iguaçu, Sudoeste do Paraná.. Essas famílias, em sua maioria brasiguaias, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo dos anos de acampamento já estavam sem expectativas de ser assentadas, muito menos sabiam qual seria a sua direção dentro do Estado do Paraná para continuarem lutando. Porém certo dia receberam a visita de lideranças da frente de massa do MST do município de Querência do Norte, as quais, segundo o senhor Olmiro de Conte (2004)¹⁰⁷, disseram: “Óia, o destino de vocês é lá pa banda de Querência”.

A partir desse momento muitas negociações foram realizadas entre as famílias acampadas, como, por exemplo: quais delas estavam interessadas em sair de São Miguel do Iguaçu e como iriam fazer para se deslocar. Segundo Gilmar Kieling (2004)¹⁰⁸, “Aí houve muita polêmica por causa da região do arenito, a gente não era dessa região desconhecida, né, a gente era da terra roxa do Sul lá. Aí, dessas 450 família, teve mais ou menos umas 350 que concordô de vir pra cá. Então a gente veio”. Sendo camponeses sem terra, continuaram “seu devir histórico: a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo” (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

¹⁰⁷ O senhor Olmiro de Conte fez parte da coordenação das primeiras famílias que vieram do município de São Miguel do Iguaçu para Terra Rica na ocupação da fazenda São Joaquim. Atualmente ele é assentado nesta antiga fazenda, atual assentamento Sétimo Garibaldi. Recebeu-nos em sua residência no dia 19-6-2004, onde nos concedeu a entrevista.

¹⁰⁸ Gilmar Luiz Kieling também veio de São Miguel do Iguaçu para Terra Rica. Ele e um grupo de pessoas não permaneceram na fazenda São Joaquim, mas ocuparam a fazenda Santa Lúcia, atual assentamento Vida Nova. Ele nos recebeu na sede do assentamento Vida Nova no dia 3-7-2004, onde nos concedeu a entrevista. Nesse período ele era coordenador do assentamento.

Resolvida essa etapa, aproximadamente 320 famílias se deslocaram de São Miguel do Iguaçu com destino a Terra Rica e acamparam na fazenda São Joaquim no dia 9 de outubro de 1998. Esse mesmo grupo de famílias que a princípio acampou na fazenda São Joaquim, vendo a quantidade de pessoas que ali estavam e percebendo que a área não seria suficiente para todas as famílias, ao saberem de outras áreas no município que já estavam desapropriadas para fins de reforma agrária, dividiram-se e ocuparam as fazendas Santo Antônio das Águas do Corvo, Nossa Senhora da Penha, São Paulo e Santa Lúcia. Nas três primeiras, a fundação do assentamento ocorreu em 31 de dezembro 1998, e na última, em em 25 de novembro dde 1999. .

A propósito desse remanejamento das famílias, comenta o coordenador do assentamento Vida Nova: “A primeira área que nós ocupamo foi a que é hoje o assentamento da Sétimo Garibaldi. Aí nós ficamo 8 dias ali, até que o restante do pessoal chegô. Dali nós viemo aqui pra antiga fazenda Santa Lúcia, hoje assentamento Vida Nova” (KIELING, 2004).

As famílias que permaneceram na Fazenda São Joaquim foram despejadas no mês de abril de 1999. Após esse despejo, essas famílias foram acolhidas no já então constituído assentamento Água do Corvo.

Uma vez que havia esse contingente de famílias, era necessário prosseguir o caminho, na batalha por um “lugar ao sol”. Então essas famílias peregrinaram para Querência do Norte e ocuparam a fazenda Rio Novo, ficando lá acampadas por três meses. Como também era muito grande a quantidade de famílias acampadas, esse mesmo grupo retornou a Terra Rica e ocupou a fazenda Cobrinco, um latifúndio situado nos municípios de Terra Rica e Guairaçá. Essas famílias entraram na fazenda Cobrinco no ano de 1999 e foram despejadas novamente no dia 6 de março de 2000. Nesse despejo da fazenda Cobrinco as famílias não foram poupadas da violência por parte de aproximadamente 1.200 policiais, e segundo um senhor que sofreu a ação, o episódio aconteceu da seguinte maneira:

Nóis tinha razão de umas 180 família. Mais eles chegaram e fizero tipo dum massacre em nós, eles não respeitaro mulheres, num respeitaro home, num respeitaro criança, soltando bomba, e machucaram muita criança. Muita criança machucaram, que eu acho que tem até uma fita de vídeo gravado que foi feito uma perícia em Curitiba e não apareceram esses resultados ainda, onde que tem criança machucada que eles machucaro. Daí umas parte dessa eles só vê o lado contra os coitado dos sem-terra, mas o lado da sujera deles eles não vê, compreende? Daí nós saímo, dispejaro nós, tipo nesse caminhão boiadero carregava nossas coisa. Como diz, os sem-terra têm poca coisa memo, era tudo jogado quenem...de cima dos

caminhão, jogado assim... E daí queriam despejá nós lá naquela vila rural que tem em Terra Rica lá, decerto pa dá um conflito assim de miserável contra miserável, entende? E daí foi dado a cara que não e não, eles sortaro nós no ginásio de esporte (CONTE, 2004).

Após esse episódio de despejo, as famílias, por não terem onde ficar, instalaram-se no ginásio de esporte da cidade de Terra Rica, contra a vontade do poder público. Como a situação estava insustentável para essas famílias, as lideranças do MST se reuniu com as pessoas da organização dessas famílias e decidiram novamente ocupar a fazenda Cobrinco. A propósito, salienta o senhor Olmiro: “Sei que em 6 dia que despejaro nós, nós reocupemo ela, e tinha 32, 33 jagunço dento, e daí deu um tiroteio muito grande, mas os tal de segurança da fazenda, que é tudo jagunço, não aguentaro, tivero que abri, e daí fiquemo ali. Daí fiquemo mais em março. Dia 4 de dezembro já do oto ano fomo despejado de novo” (CONTE, 2004).

Nesse novo despejo, embora houvesse um numeroso policiamento, foi acordado com o comandante que haveria uma saída tranqüila, sem violência. Os acampados pediram que não rasgassem suas lonas e não quebrassem seus objetos. O acordo foi cumprido somente no instante da negociação. Os policiais pegaram essas famílias e rodaram com elas pelos municípios do Noroeste e as “jogaram” no assentamento Brizanta, no município de Nova Londrina. Como as famílias que já estavam assentadas não aceitaram essas famílias despejadas, os policiais as trouxeram novamente para Terra Rica, esperaram anoitecer e as levaram para o assentamento Água do Corvo.

Quando nós cheguelmo, tinha um reforço de policiamento ali esperando nós. Chegô, dissero assim: “Aqui os despejado e os assentado vai tudo po pau, aqui tudo tem que ficá bonzinho!” - e pegava nossos objeto e jogava de cima do caminhão. Foi um companheiro e disse assim: “escuita, vamo devagar, com mais jeito.” O policial falô assim: “ocêis são costumado entrá na fazenda e quebrá tudo do fazendero, e agora tão se preocupano com isso aí? Jogue, pode jogá tudo de lá” (CONTE, 2004).

As famílias ficaram no assentamento Água do Corvo por aproximadamente dois meses. Após esse período foram para a área de reserva do assentamento São Paulo, que fazia divisa com a fazenda Cobrinco, antiga área ocupada. Ficaram ansiosos, à espera de que fosse desapropriada alguma área no Estado do Paraná. Então surgiu uma imissão de posse no município de São Jerônimo da Serra, município localizado no Norte Pioneiro paranaense, e para lá seguiram 78 famílias.

Das famílias que saíram do município de São Miguel do Iguaçu para ocupar a Fazenda São Joaquim, nesse período muitas conseguiram fixar-se em outras áreas, dentro do limite municipal ou em outros municípios do Estado; porém parte dessas famílias era sempre remanescente, como é o caso das que não se haviam deslocado para São Jerônimo da Serra e permaneciam na área de reserva do assentamento São Paulo.

Após alguns anos de trajetória pelo Noroeste do Paraná, parte das famílias remanescentes da primeira ocupação na fazenda São Joaquim, no município de Terra Rica, conseguiu fixar-se nela. A história dessa fazenda até chegar a ser o assentamento Sétimo Garibaldi é relatada pelo senhor Olmiro:

Isso aqui pra mim é um sonho, coisa que nós nunca esperava, de repente a São Joaquim saiu. Como ocêis vê aí, esse acampamento aí é do MST, é uma organização. Ali fora, perto da cidade, tem ota, que é de um tal de MAST, bandera branca, mais eles são iludido pelo prefeito, e decerto o prefeito deu uma assoprada pra eles, pegaro e se acamparo na frente da fazenda aqui, entende? Tinha uns 70 barraco aí, até esse primeiro portão tava trancado com 3 barraco. E daí o nosso povo, como eu fui coordenador véio, antigo, o povo me cobrava muito, dizia: “Escuita, o que que ocêis tão fazeno? Ocêis tão de boca aberta, nós vamo perdê, já perdemo a fazenda po MAST, os cara tão lá de frente”. Eu tinha que inguli a coisa e ficá queto, compreende? Mas tudo tem as hora certa de chegá, porque nós tava esperano o quê? Tava esperano a emissão de posse pa nós podê entrá. Nós não podia entrá sem a emissão de posse, compreende? Daí foi um dia e apareceu o Divaldo e oto cumpanhero, um tal de Lairto. Chegô tudo a militância dento do meu barraco e eu tava muito pressionado pelo povo. Nós cunversano, daí eu perguntei pra ele: “Mais Divaldo, me diga uma coisa: eu tô sintino uma pressão grande do povo aqui, e o povo me cobrano. Fica ruim, o povo tá que tá, tão ansiado. Cumé que tá a situação daquela área?” Daí ele falô pra mim: “Óia, a situação daquela área tá o seguinte: tá mesma coisa que uma mulher esperano criança: tá de hora por hora, pode se hoje, pode se amanhã”. Aí eles foro posá num oto assentamento. Quando foi a meia-noite chegô um caminhão boiadero de Paranacity. Daí chegô o caminhão e disse assim: “Questão de uma hora teje todo mundo de mochila pronta que nós vamo acupá a São Joaquim. Tá na hora, chegô a emissão de posse”. Daí passemos de madrugada em Terra Rica, mais tinha que passá por esses bandera branca ali que tava na frente. E daí veio um da militância, com um golzinho, como diz, batendo o carreador. Chegô ali, passemos pelo MAST de madrugada, nenhum viu. Mas tinha que enfrentá aqueles treis barraco que tava na frente do portão. O caminhão manobrô, e quando viu foi de frente po portão. Se um cumpanhero ia desembarcá pisava em cima do barraco deles. E daí já o machado pegô na coisa do portão e entremo, entremo e

ocupemo, e eles ficaro de bobera ali. E aonde que fiquemo ai. Só demorô um pouco pa medi, até que conseguiu medi. Agora cada um que foi feito a avaliação pa ficá aqui na área tá ai. Cheguemo em 38 familia. Sei dizê que a nossa luta foi uma luta muito cansada, muito sofrida (CONTE, 2004).

O que depreendemos desse relato é que, embora tenha havido a luta pela terra, houve também a luta pela competitividade dos diferentes grupos de sem-terra na ocupação da fazenda São Joaquim. Porém o grupo do MST, por ser remanescente da primeira ocupação e sentir-se no direito, que a própria situação impunha, pressionava a coordenação para que fosse tomada alguma atitude, ou seja, que a área não lhes escapasse novamente, e dessa vez, não por policiais através do despejo, mas pelo outro grupo de sem-terras representado pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra – MAST¹⁰⁹, que é um movimento dissidente do MST, o qual igualmente estava pleiteando a área, como pudemos notar no depoimento do senhor Olmiro de Conte.

Concretizado o assentamento Sétimo Garibaldi, podemos visualizar a divisão dos lotes no interior do assentamento através do croqui inserido no anexo 4. Igualmente, as fotos seguintes mostram partes da paisagem do assentamento Sétimo Garibaldi.

¹⁰⁹ Para um conhecimento mais profundo a propósito desse movimento, consultar o trabalho de FELICIANO, Carlos Alberto, intitulado “A geografia dos assentamentos rurais no Brasil: o MST e o MAST no Pontal do Paranapanema”. Conforme salienta FELICIANO (1999, p. 108) “O MAST- Movimento dos Agricultores Sem-Terra, foi fundado em 19 de março de 1998, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Rosana, extremo oeste do estado de São Paulo. O Surgimento desse movimento foi concretizado através da articulação da SDS - Social Democracia Sindical, com novos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema, em sua maioria dissidentes do MST: Movimento Sem-Terra de Rosana, Brasileiros Unidos Querendo Terra (Pres. Epitácio), Movimento Esperança Viva (Mirante do Paranapanema), Movimento da Paz (Regente Feijó), Movimento Terra Brasil (Pres. Venceslau), Movimento Unidos pela Paz (Tarabai), Movimento da Paz Sem-Terra (Taciba), Movimento Sem-Terra do Pontal (Teodoro Sampaio) e Movimento Terra da Esperança (Presidente Bernardes)”.

Foto 44 – Vista Parcial dos Lotes do Assentamento Sétimo Garibaldi
Foto: HARACENKO, Adélia. 19-6-2004.

A foto mostra a estrada principal que dá acesso aos lotes do assentamento. Ao fundo notamos parte da área de reserva florestal.

Foto 45 – Vista Parcial do Assentamento Sétimo Garibaldi
Foto: HARACENKO, Adélia. 19-6-2004.

Esta foto mostra parcialmente a paisagem de um lote do assentamento, tendo ao fundo o rio Paranapanema.

Convém salientar que a relação da população de Terra Rica com os sem-terra foi, num primeiro instante, de discriminação. A confiança da população nos assentados foi conquistada ao longo do tempo, através do modo de agir dos trabalhadores. Gilmar Kieling fala sobre esse processo de “conquista” dos assentados para a mudança de atitude da população de Terra Rica na maneira de encarar a relação de convivência com os assentados. Ele diz:

E uma coisa que eu num posso dexá de falá foi que quando nós chegamo aqui em Terra Rica, a rejeição nossa foi muito grande. “Nossa!”, o prefeito, o povo da cidade, a gente passava nos mercado da cidade, eles baxava a porta, eles fechava as porta do comércio da cidade, que “os ladrão de terra, os invasores estão aí”. Então foi uma luta difícil, pra nós não foi fácil não. Nós tocamos de conquistá o povo de Terra Rica, e graças a Deus, hoje nós é reconhecido, “Nossa!”, na cidade, o pessoal faz questão de negociá com a gente, isso que um tempo atrás, quando nós chegamos, baxaram as porta, hoje eles chamam pra gente comprá, pra gente negociá com eles. Então nós mudamos, tipo assim, a sociedade de Terra Rica, que naquela época discriminava o povo sem-terra, os “ladrão de terra”, como eles diziam. Hoje a renda do município, tudo melhorô, a população de Terra Rica, que lembra que até hoje que a gente tem um pouquinho de influência na política, se não fosse os sem-terra tê chegado no município de Terra Rica, já tinha perdido a comarca, por falta de população. A população tava diminuindo demais. Então, naquela época foi difícil, mais hoje, graças a Deus, tá bom, posso dizê que eu tô contente daquilo que eu consegui, de todo o nosso pessoal que tá aqui (KIELING, 2004).

4.5.3 A Brigada Iraci Salete Strozak

Dentro da área de abrangência desta pesquisa, ou seja, os 29 municípios que compõem a Região Noroeste do Paraná - microrregião de Paranavaí, estão somente três dos assentamentos que fazem parte da brigada Iraci Salete Strozak, a qual corresponde ao antigo pólo de Paracity. Esses assentamentos estão distribuídos em três municípios, da seguinte maneira: no município de Jardim Olinda há o assentamento Mãe de Deus, fundado em 11-01-1999; no município de São João do Caiuá existe o assentamento Taperivá, que teve o seu ato de criação em 10-11-1999; e no município de Paracity o assentamento é o Santa Maria, onde há a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda – COPAVI, fundada em 10-7-1993.

A história da ocupação das terras das fazendas dos dois primeiros assentamentos, Mãe de Deus e Taperivá, não foge à regra das demais ocupações ocorridas no Noroeste. Parte das

famílias é do Sudoeste do Estado e parte é formada de brasiguaias que se uniram à luta pela terra e ocuparam os latifúndios improdutivos da parte leste do Noroeste do Paraná. João Lopes da Silva¹¹⁰ relata a ocupação do atual assentamento Mãe de Deus.

Bom, viemo aqui pro Noroeste do Paraná, nós viemo do Paraguai, sabe? Uma boa parcela veio do Paraguai, se ajuntemo com uma turma do Sul, de perto de Ponta Grossa e vem inrolano, de barraco em barraco, acampano. Nós saímo do Paraguai numas 1.200 família, ajuntemo com mais um oto povo aqui numa cidade por nome de Ibema, tinha mais umas 800 família. Aí a gente se dividiu no meio das estrada, né; uns foi pra umas parte, otros foi pra otra. Aí chegemo aqui no Noroeste do Paraná, aí em Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, fiquemo ali numa ocupação. Dali nós chegemo aqui no município de Jardim Olinda em 99, foi quando nós acampamo. Ocupemo essa área aí 5 hora da madrugada, cedo né. Entremo pra dentro com umas mil e pocas família e virô acampamento. Então quando nós chegemo, essa fazenda ela vivia na mão do latifundiário; era uma fazenda abandonada, uma fazenda de boi né, mais muito matagal, o homem aí não pagava nada da fazenda, ela não era produtiva, ela era improdutiva né. Fiquemo ali. O primeiro ano, nós já fizemo 100 alqueire de terra e comecemo a plantá. Com 10 meis de ocupação saiu a posse da terra pra nós (SILVA, 2005).

A fotografia subsequente mostra parcialmente a divisão dos lotes do assentamento Mãe de Deus.

¹¹⁰ João Lopes da Silva, conhecido como Pernambuco, é assentado no assentamento Mãe de Deus, no município de Jardim Olinda. Concedeu-nos a entrevista sobre o assentamento Mãe de Deus no acampamento Quilombo dos Palmares, no dia 27-1-2005. Este acampamento (no período da entrevista) contém aproximadamente mil famílias acampadas e fica próximo ao assentamento Mãe de Deus.

Foto 46 – Vista Parcial do Assentamento Mãe de Deus
Foto: HARACENKO, Adélia. 27-1-2005.

Esta foto mostra parcialmente alguns lotes do assentamento Mãe de Deus, no município de Jardim Olinda. Ao fundo, do lado esquerdo, percebemos o rio Paranapanema. Do lado direito da foto, ao fundo, aparece a cidade de Teodoro Sampaio, no Estado de São Paulo.

A ocupação da fazenda Santa Maria no município de Paranacity, localizada a poucos quilômetros do perímetro urbano, ocorreu pelas famílias oriundas de municípios do Sudoeste do Estado. Algumas dessas famílias já faziam parte da militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. “Na verdade, eu comecei a participar do movimento em 84. A gente já fazia parte do sindicato dos trabalhadores rurais no município de Capanema, lá no Sudoeste do Estado, e a gente ajudava a organizá as famílias pra ir pro movimento” (PARCIANELLO, 2005). Os antecedentes das famílias, antes de chegarem a Paranacity são relatados por Solange Parcianello (2005), como segue.

Foi uma grande ocupação lá em Inácio Martins, no Centro do Paraná, né, e lá a gente ficou dois anos acampados lá. Depois de lá, nós partimos pra uma outra área, lá na Região Oeste, Lindoeste, a gente ocupou uma área lá, onde criamos uma cooperativa também. Ficamos mais dois anos lá. Mais também não caberia todas as famílias dentro do assentamento, quando foi se legalizando, e daí em 92 apareceu essa área.

O MST tomou conhecimento de que a referida área, uma fazenda de 98 alqueires, já tinha sido desapropriada pelo Incra, e já estava com imissão de posse, porém a prefeitura do município havia arrendado a terra para usineiros e em toda a sua extensão havia plantação de cana-de-açúcar. Então o Movimento fez uma proposta de ocupação para algumas das famílias

que tinham interesse em trabalhar coletivamente, e no dia 19 de janeiro de 1993 a fazenda Santa Maria foi ocupada. Os detalhes da ocupação é Solange quem relata:

No primeiro momento então a gente ocupô com 16 famílias mais apoio do Movimento de várias outras áreas, que o pessoal veio nos dar apoio, né? E a gente ficou aqui, basicamente, um ano e quatro meses ainda assim acampada e com todo o processo. Por mais que a área já tava desapropriada e já tinha emissão de posse, mais daí tinha um rolo aqui com as famílias do município, principalmente com o sindicato, alguns vereadores, porque anos atrás tinha-se ocupado essa área né, na beirada da estrada. Aí teve um acordo entre alguns político pra tirá as família, mandá as família pra casa, e daí quando saía a desapropriação voltariam. Só que a desapropriação saiu em 88, nós chegamos em 93, tava cheio de cana ainda. Então, num primeiro momento assim teve uma... vamo dizer, uma discordância de algumas dessas família, que se revoltaram, porque daí o movimento tinha ocupado né, e daí foi basicamente um ano e quatro meses fazendo esses acordo, né. Daí primeiro o Incra veio com uma proposta de assentá 50 família. Nós achamo inviável, porque hoje a gente tá com 20 família e não é fácil sobreviver em cima de 98 alqueires. Uma porque o solo daqui é pobre, então não aceitamos de maneira alguma, e daí em maio de 94 é que se regularizô como assentamento, com as famílias. E a gente já no período de 93 nós continuamo, mesmo com todo esse negócio mais político, vamo dizê, de fica ou não fica, a gente foi se organizando, trabalhando. Num primeiro momento nós trabalhava de bóia-fria, pra nossa sobrevivência, mais não dexando de discutir o ponto forte que era o que nós tinha vindo pra cá, que era criar uma cooperativa (PARCIANELLO, 2005).

No ano de 1993 as famílias tentaram negociar com a usina que havia arrendado a fazenda a retirada da plantação de cana-de-açúcar. Esta plantação deveria ser retirada no período da colheita, ou seja no mês de maio. A intenção das famílias não era apropriar-se da plantação de cana que pertencia à usina, elas lutavam somente pela terra. Os meses foram passando e o pedido de retirada da plantação não era atendido. Como não conseguiram fazer acordo, começaram a atear fogo e a derrubar a plantação. Para esse feito contaram com a ajuda de acampados e de assentados do município de Teodoro Sampaio, que pertence ao Estado de São Paulo mas tem certa proximidade de Paranacity. Conforme Solange, “a usina, acho que deve tê ganhado muito mais com a indenização”. Após esse trabalho de derrubada da cana, as famílias começaram a preparar a terra para plantar, concretizando aos poucos o trabalho pelo qual estavam lutando, que era a implantação da cooperativa.

No mesmo ano - 1993 - no dia 10 de julho, foi fundada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda – COPAVI, que é o “carro chefe” do assentamento, expressão esta utilizada pelos assentados.

Estudando a forma de trabalho coletivo em assentamentos rurais no Noroeste, Serra e Viana (1997, p. 43) referem-se à implantação da Copavi afirmando que uma vez implantada a cooperativa, os próprios assentados, sob a coordenação da Cooperativa Central de Reforma Agrária – CCA, elaboraram um estatuto em que se estabeleceram as normas pelas quais o assentamento e os assentados seriam regidos. Desse momento em diante foi adotado um sistema de trabalho em que os trabalhadores foram divididos em três setores: o de produção, o de comercialização e o de administração. Cada um desses setores foi subdividido em subsetores, em que cada assentado cumpriria sua jornada de trabalho em sistema de rodízio, levando-se em conta a sua afinidade com o trabalho escolhido.

Nos primeiros anos as famílias tiveram que contar com a ajuda de outras pessoas, até “criarem força”, no dizer dos assentados. As primeiras vacas conseguidas eram para a alimentação infantil, e o restante do leite foi o que proporcionou os primeiros passos da cooperativa, pois a sobra era vendida nas casas e com o dinheiro obtido as famílias começaram a se manter. Paralelamente à venda do leite começaram a plantar verduras, e organizar uma horta orgânica; mas o que realmente garantiu a consolidação da cooperativa foi o resultado de 11 alqueires de mandioca que conseguiram plantar no primeiro ano.

Trabalhando de forma coletiva e organizada, as famílias conseguiram apoio da população e do prefeito da cidade, à época o senhor José Bonifácio Moron, e em 1994 o Incra reconheceu as famílias que ali estavam e o assentamento Santa Maria foi concretizado, e com ele a Copavi.

A primeira razão que conduziu esses camponeses sem terra a não dividir a propriedade e optar por uma forma coletiva de vivência, sem dúvida, é o fato de todos terem um objetivo em comum. Antes de chegarem a Paranacity, eles dividiam o mesmo ideal, que era a luta por uma reforma agrária que mudasse a realidade, e viam que na forma coletiva as possibilidades poderiam se tornar realidade. Antes mesmo de conseguir o assentamento e concretizar a cooperativa todos dividiam a mesma condição de exclusão, eram todos sem terra ou sem emprego e somente a união mudaria a realidade de exclusão social a que estavam submetidos.

Atualmente (período da pesquisa) o assentamento possui 20 famílias trabalhando coletivamente. Dessas 20 famílias, 11 estão desde o princípio; o restante não se adaptou ao trabalho coletivo e então preencheram seus lugares famílias de outros assentamentos e até mesmo de operários.

Discorrendo sobre o trabalho coletivo na cooperativa em que “as famílias vivem sob um regime socialista de produção e sob um regime genuinamente capitalista da comercialização do produto colhido e, em parte industrializado” (SERRA e VIANA, 1997, p. 43), Solange (2005) afirma que o momento mais difícil do trabalho coletivo é aquele em que a pessoa tem que mudar a maneira de ser e conseqüentemente mudar de atitude. O indivíduo vem de uma sociedade que o educa para pensar “no meu”, e no trabalho coletivo esse indivíduo vai mudar a maneira de pensar: não mais pensando “no meu”, e sim, “no nosso”. Essa fase de mudança - na maioria dos casos, radical - de pensamento é o que, num primeiro instante, torna o trabalho coletivo mais difícil. Falando, por outro lado, das vantagens de um trabalho coletivo, Solange Parcianello (2005) afirma:

Mas por outro lado, a gente vê as vantagem que nós temo né, de trabalhar numa forma cooperada em relação à maioria dos assentamento que trabalha individual. Quando nós chegamo aqui, uma, que a área era cheia de cana, não tinha uma árvore plantada, não tinha uma cerca, não tinha uma casa, não tinha nada, né, e 12 anos a gente tá aí com um grande patrimônio, que conseguimos por nós sê organizado. Se a gente fosse tá individual, com certeza nós, muitas famílias tinha desistido daqui, porque não tinha sobrevivido em cima desse solo. E tem um outro lado que gente tem uma vantagem muito maior, que é o social. Quando se trabalha dentro de um grupo coletivo, você tem uma participação social muito maior, tanto das mulheres quanto das crianças. Nós mulheres aqui na COPAVI a gente têm a mesma participação que os homens, que os individual é os homem que decide sobre a produção, é os homens que decide sobre os projeto, é os homens que vão, que compra e vende, e nós não. Nós temos mulheres na direção, nós temos mulheres no setor de produção que tem a mesma opinião, a mesma capacidade, a mesma formação, né? Então isso pra nós é muito importante, e pras crianças também, eles crescem no meio de uma comunidade que tem uma visão muito maior, mais ampla, tanto na linha de formação política quanto no desempenho do trabalho também.

O funcionamento do trabalho coletivo dá-se da seguinte forma:

o trabalhador que cumprir todas as funções a ele atribuídas recebe no final do mês, uma remuneração calculada levando em conta o faturamento da cooperativa, já descontadas as despesas, dividido pelo volume de horas trabalhadas e novamente divididas pelo número de trabalhadores. Quem faltar sem justificativa, tem o desconto em dobro, no mês seguinte, das horas que deixou de cumprir no mês corrente (SERRA e VIANA, 1997, p. 43).

Ainda segundo os autores supracitados, os assentados recebem várias formas de assistência, entre as quais a agrônômica, assistência médico-dentária e ambulatorial.

Detalhe importante para ser destacado é a forma como as refeições são realizadas na Copavi. São três refeições diárias; duas delas, o café-da-manhã e o almoço, são realizadas no refeitório comunitário, e para o jantar, “que segundo normas internas, deve ser feito em família, cada um recebe uma cesta básica com produtos cultivados no próprio assentamento, incluindo verduras, frutas, legumes, carnes e leite” (SERRA e VIANA, 1997, p. 43).

A infra-estrutura da Copavi atualmente se constitui de um grande patrimônio, como dizem os assentados: existe uma agrovila, onde habitam os assentados, em que a maioria das casas são de alvenaria e possuem vários eletrodomésticos, o que proporciona uma boa qualidade de vida. A secretaria da Copavi é equipada com telefone, fax e computadores, permitindo uma rápida comunicação. Há também o refeitório coletivo. O estilo da agrovila e do refeitório pode ser visto nas fotos seguintes.

Foto 47 – Agrovila do Assentamento Santa Maria – COPAVI
Foto: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Esta foto mostra parcialmente uma das ruas da agrovila da COPAVI, onde habitam os assentados.

Foto 48 – Vista Parcial da Sede da COPAVI

Foto: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Nesta foto podemos identificar parcialmente o escritório, o barracão onde são guardados implementos agrícolas, e por inteiro, aparece o refeitório coletivo.

No que se refere à produção de gêneros alimentícios, há uma horta orgânica bem-estruturada e com sistema de irrigação; uma estufa para a produção de mudas de legumes e verduras, uma área destinada à criação de gado leiteiro, que inclui uma ordenhadeira mecânica; uma área destinada à criação de aves e de suínos, e também uma área destinada à plantação de cana-de-açúcar. Podemos ter uma noção dessas benfeitorias nas fotos que se seguem:

Foto 49 – Horta Orgânica
Fonte: COPAVI, 2005.

Foto 50 – Horta Orgânica – Canteiro
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Nestas fotos, aparecem parcialmente alguns canteiros de verdura, da horta orgânica, em várias etapas. O sistema de irrigação da horta, também aparece nitidamente.

Foto 51 – Estufa de Produção de Mudas
Fonte: HARACENKO, Adélia. 27-1-2005.

Foto 52 – Estufa – Outro Momento
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

As fotos, mostram a estufa e os canteiros, em que são produzidas as mudas de legumes e verduras, que no período certo são transplantadas na horta.

Foto 53 – Pastagem da COPAVI
Fonte: HARACENKO, Adélia. 27-1-2005.

Foto 54 – Pastagem – Outro Ângulo
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Estas fotos, identificam parcialmente a área de criação de gado leiteiro. Ao fundo, podemos perceber parte da área de reserva florestal do assentamento.

Foto 55 – Espaço de Criação de Suínos
Fonte: HARACENKO, Adélia. 27-1-2005.

Foto 56 – Vista Parcial do Curral
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

A fotografia 55, mostra parcialmente o curral dos porcos, com as suas subdivisões de acordo com o tamanho dos animais. A 56 mostra uma paisagem do assentamento.

Essas matérias de base vegetal e animal são transformadas em produtos alimentícios na própria cooperativa, que levam a marca da Copavi, pois esta dispõe de abatedouro de aves; usina de derivados de leite e respectivo empacotamento; um secador de frutas que as transforma em passas; uma cozinha equipada para a produção de doces, pães e bolachas, e também uma cachaçaria. Dentre os vários produtos da Copavi há: leite pasteurizado, integral, *fondant* de leite, iogurtes, queijos, açúcar mascavo, rapadura, melado de cana, cachaça, banana-passa, geléias, doces, hortaliças, frutas e panificados.

Todos esses produtos são comercializados na própria Copavi e nas feiras de produtores que ocorrem na cidade de Paranacity, e a cachaça (no período da pesquisa) já estava sendo preparada para ser exportada e ganhar o comércio internacional. As fotos seguintes mostram mais algumas benfeitorias do assentamento Santa Maria.

Foto 57 – Secador de Frutas
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Foto 58 – Secador – Outro Ângulo
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Verificamos aqui, em dois ângulos, a planta solar do secador de frutas. Este secador foi um presente concedido à COPAVI pela Associação dos Engenheiros da Catalunha.

Foto 59 – Cozinha de Panificação
Fonte: Haracenko, Adélia. 27-1-2005.

Foto 60 – Cozinha do Restaurante Coletivo
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Aqui, na foto 59, percebemos a cozinha e o trabalho de assentadas na produção de pães e bolachas. Na foto 60, percebemos a cozinha, onde é preparado o almoço coletivo.

Foto 61 – Produção da Cachaça
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Foto 62 – Estágio Final de Produção de Cachaça
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Estas fotos, mostram os tonéis de carvalho, onde é depositada a cachaça produzida. O depósito da cachaça nesses tonéis, é o último estágio da produção.

As crianças da Copavi, estudam em uma escola na cidade de Paranacity. Os motivos disso são dois. O primeiro é que, pelo fato de serem poucas famílias, os assentados não conseguem dispor de uma escola dentro do assentamento; e segundo, que o fato do assentamento ser próximo à cidade facilita a educação formal das crianças.

Embora as crianças estudem na escola da cidade, há uma preocupação por parte das famílias da Copavi com que essas crianças tenham uma maneira diferente de pensar a realidade, ou seja, a mesma ideologia de seus pais, uma ideologia de transformação social. Para isso existe uma pessoa do assentamento que acompanha essas crianças três vezes por semana no período da tarde. Essa pessoa tem como finalidade oferecer às crianças um reforço

educacional nas tarefas escolares e também passar às crianças um pouco da ideologia da Copavi, principalmente no que se refere à questão de preservação do ambiente, pois:

A gente tem desde o início uma visão diferente, nós temo que trabalhá diferente, não só na forma de organização, mais de defendê a questão ecológica, né, e a gente vem trabalhando pra isso, e agora nós estamos com o processo totalmente voltado pra área ser totalmente ecológica, e com isso a gente trabalha no dia-a-dia com as crianças. Eles tão envolvido em algumas atividade junto com nós, principalmente quando é plantá árvore. A gente leva crianças de 7, 8 anos junto pra eles tá percebendo, e a gente tenta envolvê eles na questão do lixo, de ensiná a separação do lixo. A importância de tudo isso a gente tem trabalhado com as crianças, pra eles crescê com essa visão, né? (PARCIANELLO, 2005).

A Copavi, representando na pessoa jurídica os ideais das pessoas físicas que habitam o assentamento Santa Maria, tem como preceito ser: socialmente justa, ecologicamente ética e economicamente viável. Segundo a Copavi (2005), para ser socialmente justa seus princípios são:

- Praticar a solidariedade e agir contra qualquer injustiça, agressão e exploração contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
- Cuidado com as pessoas e com o meio ambiente está sempre presente no dia-a-dia da Copavi, garantindo a equidade entre gênero, geração e etnia.
- A participação social e igualitária nas decisões da cooperativa é a garantia da unidade e dos princípios da organização.
- Homens e mulheres, mulheres e homens, construindo uma nova realidade de divisão social do trabalho, baseado na igualdade de direitos e no respeito das diferenças.

Para ser uma cooperativa ecologicamente ética, seus princípios são baseados nos seguintes itens:

- Desenvolvendo ações de preservação e recuperação da terra e dos seres vivos, demonstramos nossa subordinação à terra conquistada e às gerações futuras.
- Na produção agroecológica contribuimos com as pessoas proporcionando um alimento mais rico e mais saudável, e com a natureza através de práticas agrícolas sustentáveis.
- Com a compreensão de que a água é um bem não renovável e indispensável à vida, buscamos a sua proteção e seu uso racional.
- Preservar as matas existentes e reflorestar novas áreas, além de tratar adequadamente o lixo, deve ser uma prática inerente a quem quer contribuir para melhor qualidade de vida dos seres vivos.

E por fim, para ser economicamente viável, transforma as ações em princípios, sendo eles:

- A prática da justiça social, refletindo nas atividades econômicas da Copavi. Produzindo e comercializando com respeito à comunidade, a Copavi trabalha com sensibilidade ao praticar a venda direta aos consumidores, proporcionando laços de confiança entre a cooperativa e a sociedade.
- Na nossa concepção, economicamente viável não é somente medido através da remuneração individual do trabalho, mas, mede-se através de um conjunto de garantias econômicas, sociais e políticas que possibilitam a qualidade de vida das famílias.
- Trabalhando com dignidade, construindo o próprio caminho, sem exploradores nem explorados.

Estudando a viabilidade econômica dos assentamentos individuais e coletivos no Noroeste do Paraná, Serra e Viana (1997) emitem suas opiniões a respeito dos resultados positivos e negativos nas duas formas de assentamento. Os autores dizem:

O assentamento coletivo, gerido na forma associativista, pela divisão social do trabalho e de produção, é o que mais produz resultados positivos na região de estudo, o Noroeste do Paraná. No entanto, torna-se, contraditoriamente, a forma menos utilizada por dois fatores principais: porque os trabalhadores são forçados a renunciar à posse individual da terra em benefício da exploração coletiva, esbarrando aí no fator cultural, por sinal muito forte por envolver a questão da renúncia do “meu” em benefício do “nosso”; porque falta aos trabalhadores capacidade de gerenciamento para organizar com espírito de liderança o trabalho coletivo. Diante das barreiras, a opção, via de regra, acaba sendo pelos assentamentos individuais, que não produzem, respeitadas algumas exceções, os resultados esperados, nem pelo INCRA, nem pelos municípios onde ocorrem os assentamentos, nem por parte dos próprios parceiros assentados (SERRA, VIANA, 1997, p. 42).

Diante do que conseguimos visualizar de uma prática de vida que contraria a vivência dentro de um modo capitalista de produção, os assentados do assentamento Santa Maria dizem:

Além de produzirmos alimento para o corpo, também proporcionamos alimento para a esperança, pois possibilitamos aos nossos visitantes e à comunidade local uma experiência diferente de vivência e de participação social. Bem como de uma nova forma de organização e relação do trabalho e de um novo jeito de produzir em

equilíbrio com a natureza. Elevando a cooperação muito acima da competição, demonstramos na prática que um outro mundo é possível (COPAVI, 2005).

Por esta forma de trabalho, visando ao desenvolvimento social aliado a uma constante preocupação da sustentabilidade do ambiente em que vivem, fugindo dos modismos dos discursos de preservação ambiental e trabalhando na prática para preservação desse ambiente, a Copavi foi, no ano de 2000, contemplada com o Prêmio Internacional de Inovação Tecnológica, concedido pela Associação dos Engenheiros da Catalunha, na Espanha.

A divisão dos lotes no interior do assentamento Santa Maria, ou Copavi, pode ser visualizada no croqui do assentamento, inserido no anexo 4.

O quadro subsequente mostra o nome dos projetos de assentamento nos seus respectivos municípios, a área, o número de famílias assentadas e a data de criação dos assentamentos.

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	NÚMERO DE FAMÍLIAS	DATA DE CRIAÇÃO
Antônio Conselheiro	Amaporã	968,00	37	18-12-1997
Mãe de Deus	Jardim Olinda	1.258,00	53	11-1-1999
Sebastião Camargo Filho	Marilena	920,05	41	4 -9-1998
Santo Ângelo	Marilena	872,89	37	5-10-1998
Quatro Irmãos	Marilena	719,64	29	22-12-1999
Monte Azul	Mirador	617,79	29	23-12-1998
Brizanta	Nova Londrina	685,19	27	31-12-1998
Santa Maria – COPAVI	Paranacity	238,59	20	10-7-1993
Sumatra	Planaltina do Paraná	780,54	29	22-12-1999
Pontal do Tigre	Querência do Norte	8.096,10	336	19-12-1995
Chico Mendes	Querência do Norte	2.296,50	79	18-12-1995
Che Guevara	Querência do Norte	2.453,20	70	14-10-1997
Margarida Alves (ou 17 de Maio)	Querência do Norte	556,80	20	4 -12-1997
Zumbi dos Palmares	Querência do Norte	801,80	22	17-9-1998
Luiz Carlos Prestes	Querência do Norte	1.256,00	50	7-10-1998
Unidos pela Terra (ou Santana)	Querência do Norte	548,82	21	7-11-2000
Antônio Tavares Pereira	Querência do Norte	1.000,50	40	14-9-2001
Oziel Alves Pereira	Santa Cruz do Monte Castelo	489,78	13	18-12-1997
17 de Abril	Santa Cruz do Monte Castelo	2.033,86	74	8-6-1998
Paraná	Santa Cruz do Monte Castelo	938,88	28	24-11-1998
Teixeirinha	Santa Cruz do Monte Castelo	562,28	23	14-9-2001
Ilgo Luiz Perruzo	Santa Mônica	978,23	37	30-6-1999
Taperivá	São João do Caiuá	726,00	30	10-11-1999
Nossa Senhora da Penha	Terra Rica	916,10	38	31-12-1998
Santo Antônio das Águas do Corvo	Terra Rica	1.236,15	52	31-12-1998
São Paulo	Terra Rica	423,96	17	31-12-1998
Vida Nova	Terra Rica	611,45	25	25-11-1999
Sétimo Garibaldi	Terra Rica	851,84	38	1-8-2001
Total 28	12	33.838,94	1.315	

Quadro 2 - Assentamentos e Número de Famílias Assentadas no Noroeste do Paraná

Fonte dos dados: Incra (2004). Conferidos em Trabalho de Campo junto à Paulo de Marck da Secretaria da Brigada de Terra Rica em 2 de abril de 2006, reconfirados em 17 de abril de 2007.

Organização: HARACENKO, Adélia.

Por sua vez, a figura do mapa que se segue evidencia, através dos números de famílias assentadas, os dados da luta camponesa territorializada. As famílias, como vimos anteriormente, estão organizadas em brigadas no Noroeste do Paraná.

Figura 26 – Número de Famílias Assentadas no Noroeste do Paraná

Fonte da base Cartográfica: IBGE (2005).

Fonte dos dados: Incra (2004). Conferidos em Trabalho de Campo junto à Paulo de Marck da Secretaria da Brigada de Terra Rica em 2 de abril de 2006, reconferidos em 17 de abril de 2007.

Organização: HARACENKO, Adélia.

É importante salientar que o quadro seguinte, o qual mostra os acampamentos e o número de famílias acampadas na região em estudo, seguidos do mapa, representa um dado momento no tempo. Como procuramos mapear uma evidência da espacialidade da luta, que são os acampamentos, e estes, por sua vez constituem um processo volúvel e movente, os números dos membros ali representados constituem os dados do ano de 2006. Outrossim, evidenciamos que estes dados de famílias acampadas que procuramos mapear resultaram dos nossos trabalhos de campo junto às secretarias das brigadas, conferidos com uma liderança da brigada Salvador Allende, pessoa que possuía um profundo conhecimento da realidade dos acampamentos em todas as brigadas.

ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Água da Prata	Querência do Norte	270
Porangaba II	Querência do Norte	80
Milton Santos	Planaltina do Paraná	93
Elias Gonçalves de Meura	Planaltina do Paraná	230
Roseli Nunes	Amaporã	60
Padre Josimo Tavares	Cruzeiro do Sul	46
Quilombo dos Palmares	Paranapoema	400
Total		1179

Quadro 3 - Acampamentos e Número de Famílias Acampadas no Noroeste do Paraná no Ano de 2006

Fonte dos dados: Trabalho de Campo junto à Paulo de Marck da Secretaria da Brigada de Terra Rica em 2 de abril de 2006.

Organização: HARACENKO, Adélia.

O mapa, por sua vez, representa e evidencia o número de famílias acampadas em 2006.

Figura 27 – Número de Famílias Acampadas no Noroeste do Paraná no Ano de 2006

Fonte da base Cartográfica: IBGE (2005).

Fonte dos dados: Trabalho de Campo junto à Paulo de Marck da Secretaria da Brigada de Terra Rica em 2 de abril de 2006.

Organização: HARACENKO, Adélia.

Entrementes, além desses dados concretos da espacialização e territorialização da luta camponesa, os quais pudemos observar nos quadros e mapas anteriores, tivemos acesso aos dados do Incra sobre as famílias do Noroeste do Paraná que foram inscritas pelo correio e cadastradas pelo Incra no Programa Acesso Direto à Terra, desenvolvido no governo Fernando Henrique Cardoso, ou seja, a “reforma agrária pelo correio”. Nesse Programa, que entrou em vigor em dezembro de 2000, os agricultores interessados no Programa Nacional de Reforma Agrária poderiam fazer seu pré-cadastramento nas agências da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos em todo o país, obtendo formulários e postagem gratuitos. Para isso era necessário apresentar documentos como: carteira de identidade, de trabalho, certificado de reservista, e também CPF. Desta maneira, os formulários eram processados e serviram para a inscrição de candidatos ao recebimento de lotes da reforma agrária.

De acordo com o Programa, o candidato a um lote seria orientado por funcionários treinados no momento do preenchimento e receberia resposta do Incra, por carta, em no máximo 30 dias úteis, sobre se estava ou não apto a ingressar no Programa Nacional de Reforma Agrária. Nessa “reforma agrária desenvolvida pelo correio” o candidato poderia optar pelo Estado onde pretendia trabalhar a terra, e igualmente, indicar seus dados pessoais e experiência profissional. Também, para ser beneficiado pelo Programa, era necessário comprovar experiência mínima de 5 anos no trabalho em atividades agrícolas, não ser funcionário público, igualmente não possuir um rendimento superior a três salários-mínimos. Entretanto, no Programa havia uma série de restrições, sendo que não poderiam participar aposentados por invalidez e deficientes incapacitados para o trabalho agrícola; proprietários ou sócios de estabelecimentos comerciais ou industriais; pessoas que já houvessem recebido lotes; quem tinha antecedentes criminais e também os estrangeiros não naturalizados.

É bem verdade que esse Programa de Acesso Direto à Terra não passou de mais uma política compensatória no trato da questão agrária no país; todavia, segundo Fernandes (2002), a implantação da “reforma agrária pelo correio” foi uma tentativa de desmobilizar os movimento sociais, tentando acabar com os trabalhos de base e as ocupações. Não obstante, nota-se pelos quadros e mapas efetuados anteriormente que no Noroeste do Paraná esta tática não está funcionando, uma vez que a mobilidade da luta camponesa mostra um grande número de famílias tanto assentadas quanto acampadas; dito de outra maneira, no mundo real existe uma intensificação da luta camponesa em prol do acesso à terra. Não obstante, podemos verificar no quadro que se segue um número correspondente a 5168 famílias que foram inscritas pelo correio e cadastradas pelo Incra para o Programa Acesso Direto à Terra. Inferimos que estas famílias podem ser consideradas um público-alvo para as ocupações de terra nos municípios que compreendem o Noroeste do Paraná, dando, evidentemente, fôlego à luta e à territorialidade camponesa nessa fração do território paranaense.

MUNICÍPIO	NÚMERO DE FAMÍLIA.
Alto Paraná	40
Amaporã	245
Cruzeiro do Sul	46
Diamante do Norte	575
Guairaçá	188
Inajá	66
Itaúna do Sul	163
Jardim Olinda	14
Loanda	109
Marilena	380
Mirador	124
Nova Aliança do Ivaí	02
Nova Londrina	213
Paraíso do Norte	42
Paranacity	87
Paranapoema	24
Paranavaí	200
Planaltina do Paraná	211
Porto Rico	21
Querência do Norte	878
Santa Cruz do Monte Castelo	104
Santa Isabel do Ivaí	139
Santa Mônica	71
Santo Antônio do Caiuá	77
São Carlos do Ivaí	18
São João do Caiuá	447
São Pedro do Paraná	115
Tamboara	62
Terra Rica	507
Total	5168

Quadro 4 - Número de Famílias Inscritas pelo Correio e Cadastradas pelo Incra para o Programa Acesso Direto à Terra

Fonte dos Dados: Incra (2006).

Organização: HARACENKO, Adélia.

O mapa subsequente é uma representação regional do quadro anterior.

Figura 28 – Número de Famílias Inscritas pelo Correio e Cadastradas pelo Incra para o Programa Acesso Direto à Terra

Fonte da Base Cartográfica: IBGE (2005).

Fonte dos Dados: Incra (2006).

Organização: HARACENKO, Adélia.

Desta maneira, como pudemos visualizar nos quadros e mapas, a nova ocupação do Noroeste do Paraná através da sua organização conseguiu concretizar, afora os acampamentos, 28 assentamentos de reforma agrária, distribuídos por 12 municípios. Esses assentamentos, segundo dados apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no ano de 2004, ocupam uma área total de 33.838,94 hectares, dando condições de trabalho a 1.315 famílias camponesas, as quais puderam retornar à terra de trabalho e dela retirar o sustento pelo alimento, como também o sustento, nessa fração do território à qual dedicamos nosso estudo, da recriação do campesinato brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um pouco da Geo - grafia se faz na realidade do
barro e do pó colorido
das estradas.

Adélia Haracenko

Escrever as palavras finais de uma pesquisa, as quais denotam a sistematização das idéias por nós desenvolvidas, é sempre um momento instigante, que nos permite sentir uma alquimia de sensações. A primeira delas é normalmente uma sensação voltada a uma reflexão comparativa entre o que pretendíamos fazer e o que a realidade concreta nos permitiu realizar, pois, como já disse o poeta, Jesús Ibáñez citado em Montenegro Gómez (2002) “as coisas não são como são, são como podem ser”. A segunda que nos vem á tona é o questionamento. Após alguns anos de investigação de um determinado objeto, qual a contribuição social do resultado a que chegamos nesse processo investigativo do conhecimento?

Destarte, é procurando responder a esse questionamento que teceremos nossas considerações a propósito desta pesquisa. Primeiramente o seu objetivo foi analisar a dinâmica da transformação de uma fração do território, e a partir desse processo procuramos compreender e evidenciar a construção de uma nova territorialidade camponesa.

Evidentemente, ao discutir em um trabalho de pesquisa um tema tratando da construção de novas territorialidades, numa época em que o discurso está voltado para a desterritorialização, mesmo que para alguns geógrafos este discurso não passe de mito (HAESBAERT, 2004), depreendemos, que o tema demonstra em si, no âmbito da ciência geográfica, a importância do seu estudo. Desta forma salienta Haesbaert, (2002, p. 129): “Para muitos autores, os processos dominantes de globalização teriam feito imperar o mundo desenraizado, ‘móvel’, dos fluxos e das redes, principalmente aquele das grandes corporações transnacionais, em detrimento do mundo ‘mais controlado’ e mais enraizado dos Estados-nações e dos diferentes grupos culturais”. Continua o autor: “Geralmente se acredita que os ‘territórios’ (geográficos, sociológicos, afetivos...) estão sendo destruídos, juntamente com identidades culturais (que seriam também territoriais) e o controle (principalmente o estatal) sobre os espaços” (HAESBAERT, 2002, p. 129).

Esse discurso da desterritorialização existe, mas por um outro lado, nesta pesquisa vemos a criação de novos espaços conquistados, organizados e transformados, no seio do processo de luta coletiva daqueles que buscam seu espaço diante dos espaços hegemônicos. Sobre isto Oliveira (1999, p. 9) observa:

Trata-se pois, de uma luta de expropriados que na maioria das vezes experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela excluída da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

É isso que percebemos e que se observa em nossa área de pesquisa. Esse paradoxo, no mínimo, põe-nos diante de uma situação instigante no desenvolvimento da pesquisa, enquanto geógrafa. Talvez aí se encontre a resposta ao questionamento que o item nos propõe; entretanto é na contracapa do livro de Haesbaert (2004) que a resposta nos parece mais perfeita. O autor salienta que:

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que sociedade e espaço podem ser dissociados, **como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, a sua reconstrução em novas bases.** Território é enfocado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, sempre em processo, a territorialização como domínio (político-econômico) e apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. A globalização neoliberal acabou difundindo o mito do “fim dos territórios” (confundido muitas vezes com o “fim do Estado”), onde a “aniquilação do espaço pelo tempo” seria responsável por grande parte do “preconceito espaço territorial” que envolveu cada vez mais os territórios em uma carga negativa, vistos mais como empecilhos ao “progresso” e à mobilidade, a ponto de (teoricamente, pelo menos) submergirem no mar da “fluidez” ou das redes que tudo dissolve e desagrega. O grande dilema deste início de milênio não é o fenômeno da desterritorialização, (...), mas o da multiterritorialidade, a exacerbação da possibilidade, que sempre existiu, mas nunca nos níveis contemporâneos, de experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o nosso. Desterritorialização seria de fato a territorialização extremamente precária a que estão sujeitos, cada vez mais, os “aglomerados humanos” dos sem-teto, sem-terra, e dos tantos grupos minoritários na sua luta pelo “território mínimo” do abrigo e do aconchego cotidianos. (Grifo nosso).

Essa caracterização, na qual procuramos identificar as novas territorialidades camponesas no Noroeste do Paraná para a realização da pesquisa, enfatizando os aspectos conjunturais e estruturais das mudanças ocorridas ao longo do tempo histórico, foi necessária para observarmos que as mudanças no processo de transformação e organização do território

não podem ser compreendidas se as identificarmos como determinadas apenas pelo fluxo da história como elemento primordial. Ao contrário, nesse fluxo da história as ações humanas aparecem como se ditassem as regras que impõem o curso da história, ou melhor, como se realizassem um diálogo vivo com o percurso histórico, e assim impõem um novo ritmo no processo de organização dos territórios.

Destarte, delineamos aqui uma compreensão de território que passa por transformações organizacionais ao longo do tempo; entretanto não bastaria apontá-las, foi necessário compreender em que medida se deu a articulação dessas transformações com seus atores sociais em cada período que marcamos na pesquisa: o do território original indígena, o da colonização e o da nova territorialidade.

Isto nos força a uma reflexão, na qual as relações de uso e poder no espaço influem, de certa maneira, em como serão estabelecidas as novas formas de apropriação, portanto, em como serão as novas territorialidades ou as novas relações de uso desse território.

Transitar pela porção geográfica do Noroeste do Paraná, fazendo nossas as palavras de Paulino (2003, p. 411), “é deparar-se com uma diversidade instigante, cuja riqueza de detalhes sugere que a trama de relações não se esgota nos limites das propriedades individuais, nem tampouco no sentido econômico da atividade, mas em uma ordenação espacial derivada de lógicas opostas”.

É para procurar desvendar essa lógica predominante nos tempos atuais que procuramos olhar para o passado - diga-se de passagem, um passado recente - e mostrar como eram o território original e a população que ali habitava. Evidenciar esses fatos históricos, os da população indígena, foi para nós de grande valia, principalmente porque, enquanto geógrafa, nadamos contra a corrente do discurso hegemônico predominante no Norte do Paraná, aquele que evidencia que esta região no período da colonização era um “vazio demográfico”, expressão desmistificada nos trabalhos do historiador Lúcio Mota que tomamos emprestada neste trabalho, para aclarar e reforçar que também a fração do território do Noroeste do Paraná, por nós estudada, foi colonizada sobre o palco do extermínio de um povo. Aqui se impôs a necessidade do resgate desses fatos, que consideramos importante, mesmo porque tivemos a oportunidade de não somente entrevistar colonos que conviveram com os povos autóctones no período da colonização, mas também de mostrar a história dos remanescentes desse povo e no Noroeste. Resgate de igual importância foi entrevistar a única Xetá que ali habita e ouvir dela as tristes frases: “Nós era em 8 agora somos em 7 só, porque o Tikuein faleceu o ano passado” (TIGUÁ, 2006) ou então: “Ah! A gente se sente muito triste, né, porque na época que era todos, (...) então a gente se sentia mais apoiado, né, agora cada vês

ficando menos” (...) (TIGUÁ, 2006). Isso nos faz refletir sobre a questão levantada por Barbosa (2000, p. 383): “Resta-nos uma última questão. Por que os índios?”.

A resposta parece-nos simples: porque na terra dos índios estavam entrando “os pioneiros do capital”, expressão utilizada por Lopes (1982) para tratar do surgimento e das transformações do que a autora denomina de pequenos produtores agrícolas estabelecidos no Norte do Paraná entre os anos de 1920 e 1960.

Por outro lado, nosso trabalho, no capítulo em que abordamos a questão indígena, além de mostrar e contar a história do povo Xetá, serviu para descobrirmos que mesmo sendo somente sete indivíduos e por isso considerados uma sociedade extinta, ainda são um povo e reconhecem-se como um povo na luta pelo seu território original, como também lutam pelo não-esquecimento étnico. O mesmo demonstram as pesquisas da antropóloga Carmen Lucia, quando a autora afirma: “Como um imã, capaz de atrair vontades já predispostas a se juntar, minha pesquisa, primeiro de mestrado e depois de doutorado, conferiu visibilidade mútua aos sobreviventes e despertou-lhes o desejo de lutar contra o esquecimento étnico e por um território próprio e recomposto” (SILVA, 2003, p. 249).

Isso ficou comprovado quando Tiguá (2006) nos falou de suas expectativas de reconquistar parte do antigo território. Se por um lado o projeto de demarcação se encontra estacionado na lentidão da fila das batalhas judiciais, por outro permanece o fio da esperança. De acordo com uma frase dela que já citamos, mas o momento é novamente oportuno para lembrar, “se demorá muito tempo, daí é perigoso pegá as terras só nossos filhos, porque já tamo tudo velhos. Mas mesmo pegando nossos filhos tá bom demais” (TIGUÁ, 2006).

Por conseguinte, no movimento em que procurávamos captar a dinâmica da transformação territorial do período em que a área em estudo estava sendo colonizada, a utilização das fontes orais na compreensão do processo de desenvolvimento da colonização para nós se revelou um instrumento precioso, pois retiramos da história vivida pelo colono camponês a transformação do território nesse período. O trabalho de entrevistar, de ir às fontes haviam vivenciado e presenciado os fatos, tornou-se imperioso no sentido de captar a veracidade da história, evidentemente, carregada com suas subjetividades, o que, não obstante, não diminui sua importância no processo histórico. O que realmente teve importância foi o fato de os camponeses serem - não por meio de órgãos oficiais, mas por eles mesmos - representantes da transformação do território. Dito de outra maneira, a transformação territorial saiu dos seus atos e chegou até nós através de suas bocas, nas entrevistas a nós concedidas. Isso nesta pesquisa foi fundamental, principalmente pelo fato de

as entrevistas não somente narrarem a transformação do território contida nas delimitações dos municípios, mas também apresentarem características que abrangem um nível regional, o que ressalta sobremaneira a importância da escolha das fontes orais.

Foi através das histórias narradas e na maioria das vezes vivenciadas pelos colonos que tomamos conhecimento dos conflitos envolvendo a propriedade da terra no Noroeste do Paraná. Muitos colonos, à época da colonização, como retratam os depoimentos no corpo do trabalho, foram vítimas de despejos e violências cometidas contra eles e suas famílias. Isso faz cair por terra o véu da falsidade de a colonização no Norte do Paraná ter ocorrido de forma pacífica. A violência sempre esteve rondando os camponeses pobres, principalmente aqueles que migravam em busca de permanecer na terra de trabalho, aquela da qual, mediante o trabalho familiar, retiram sua sobrevivência.

Esses fatos de violência e de expropriação dos camponeses que vinham ocorrendo desde o período da colonização, atrelados aos que já ocorriam em nível de Estado no Paraná no decorrer do tempo histórico, permaneceram no Noroeste do Paraná como uma pequena chama de resistência camponesa contra os latifúndios. Essa pequena chama que insistia em permanecer ali, já em meados da década de 1980 juntou-se às demais chamas que estavam bem acesas em todo o Estado, e o que se tem é a junção e a luta dos movimentos sociais em busca de seus direitos e do retorno à terra da qual tinham sido expulsos, como aclaramos no corpo do trabalho.

Enfrentando resistências e adversidades, essa pressão que fazem os movimentos sociais de luta pela terra seguiu adiante na busca do objetivo maior, que é a conquista da terra, haja vista que a luta pela reforma agrária tornou-se visível no cenário político brasileiro a partir do momento em que os trabalhadores rurais colocaram em primeiro plano a luta pela terra. Conforme assevera Fernandes ([2000?], p. 1), “No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil estas lutas renasceram, nas últimas décadas, irrompendo na realidade com a construção de novas formas de organização social no campo das conflitualidades, e se desenvolveram nos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra” .

Não obstante, as transformações das últimas décadas na agricultura, as quais são consideradas recentes - como a modernização da agricultura e a implantação do capital monopolista - contribuíram para o aumento dos problemas sociais e econômicos no campo e na cidade, com isso adiando a possível solução de uma reforma na agricultura brasileira. Embora haja essa transformação de modernidade no campo, a questão agrária que se discute

atualmente ainda traz consigo os mesmos e velhos problemas históricos, os quais são destacados por Fernandes ([2001?], p. 1):

A intensificação do aumento da concentração da propriedade da terra e por conseguinte a impossibilidade de acesso à terra pelos camponeses; as diversas trajetórias de milhões de migrantes em busca de um lugar no território brasileiro, ou até mesmo fora dele; os privilégios do empresariado que, através da política de desenvolvimento agropecuário, se apropriam da quase totalidade dos financiamentos agrícolas; a expansão do assalariamento e da exploração dos trabalhadores; as relações desiguais que subordinam o trabalho familiar camponês às grandes empresas agro-industriais; as diferentes formas de violência contra os movimentos organizados que resistem, lutando pela cidadania; a não existência de uma política de reforma agrária após a fracassada experiência de realização do Projeto Nacional de Reforma Agrária etc.

Nesse processo de transformação em que se encontra o campo na atualidade, os problemas citados são parte das desigualdades e contradições do modo capitalista de produção. Não podemos compreender a questão agrária no discurso atual sem compreender como se dá essa contradição do desenvolvimento do capitalismo, assim explicada pelo professor Ariovaldo de Oliveira:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios. É por isso que vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado, os bóias-frias por exemplo, a presença das relações de trabalho não capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc. Este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão-de-obra uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando-a em capital (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Martins (1986), em sua obra “O Cativo da Terra”, também explica como ocorre essa contradição da reprodução do desenvolvimento capitalista:

A minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. (...) A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo. (...) O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais (MARTINS, 1986, p. 19-21).

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo, principalmente com a agroindústria, nas últimas décadas estimulou a grande propriedade, através dos mecanismos tecnológicos implantados na agricultura, e possibilitou que o capitalismo se desenvolvesse de uma maneira mais rápida e mais concentrada. Não obstante, uma aspiração da sociedade brasileira contemporânea considerada prioritária é a reforma agrária, e os movimentos sociais têm cumprido seu papel para acelerar esse processo, tendo em vista a necessidade, o desespero e a busca de alternativas de sobrevivência de seres humanos e a perspectiva da reprodução social de seus descendentes. Esta forma de agir dos movimentos sociais, através de acampamentos e das ocupações para pressionar o andamento da reforma, deve-se à falta de capacidade do Estado em proporcionar oportunidade à maioria da sociedade, neste caso, aqueles que tiveram vínculo com o campo e por força do modelo econômico vigente foram colocados a mercê da exclusão da sociedade. Nesse sentido, Serra, (1992, p.11) assevera: “Na prática, as ações governamentais só vão se manifestar na medida em que fatores ou forças intrínsecas ou extrínsecas à problemática agrária interna passam a inserir no contexto desta questão. Aí sim a Reforma Agrária entra em marcha, mas nos limites da pressão que tais movimentos conseguem imprimir na máquina burocrática do sistema de governo”

É exatamente nos limites dessa pressão que nossa pesquisa tem evidenciado que, mesmo diante do processo imperioso do capital, nos latifúndios do Noroeste do Paraná a territorialidade camponesa está lá, acampada, assentada, “incomodando” os que se incomodam com ela. “Incomodando” pela demonstração cotidiana de resistência, nas lonas

pretas dos acampamentos, na certeza de que o retorno à terra, numa região composta de grandes latifúndios, é sempre uma vitória dos pequenos.

O processo de territorialização camponesa, conforme evidencia Paulino (2003, p. 412), “não pressupõe contigüidade geográfica, mas um arranjo feito mosaico, em que ambas as formas de produzir no campo se sucedem consecutivamente. Por serem portadoras de lógicas distintas, o modo como ambas ordenam o espaço também são destoantes, o que não demanda muito esforço quando se pretende identificá-las”.

Compreendendo essas nuances, não podemos concordar com Lopes (1982), quando a autora afirma:

A utilização do termo *camponês* no Norte do Paraná, nos parece, somente teria sentido para o caboclo ou safrista, que vivia nas matas, principalmente antes dos anos 30. No período seguinte, 1930-60, sua presença diminui sensivelmente na área dada a formação da frente pioneira, sendo ainda notada no Sudoeste. Ao contrário, os posseiros e outros elementos que ali se instalam nesse época, já têm a produção voltada para o mercado. E muitos deles, sertanejos modificados, já aspiram também o direito à propriedade de um espaço de terra. Mesmo estes já não nos parecem camponeses (LOPES, 1982, p. 227).

No último capítulo desta pesquisa, exemplificando a nova territorialidade no Noroeste do Paraná, demonstramos com os números de famílias a nova territorialidade. Numa área que compreende 29 municípios, a qual, de acordo com o censo demográfico do ano de 2000, possui 257.881 habitantes, há 28 assentamentos de reforma agrária, contabilizando 1315 famílias camponesas assentadas que retornaram à terra de trabalho. Nela estão também os acampamentos, que no ano de 2006 somavam 1179 famílias acampadas. Até mesmo inscrevendo-se nos programas de reforma agrária montados para desmobilizar a luta dos movimentos sociais, como foi o caso do Programa de Acesso direto à Terra, em que as inscrições das famílias eram feitas pelo correio, a região contabilizou um total de 5.168 famílias inscritas. Todas essas famílias, por alguma razão que lhes é peculiar, querem à terra retornar, caso contrário não teria sentido algum inscrever-se num programa de reforma agrária. Esses números, portanto, reforçam a tese do processo de construção de uma nova territorialidade camponesa ali constituída.

A participação atuante da população camponesa, organizada no movimento social MST, demonstrou, nesta região, que sempre esteve atenta para reivindicar os seus direitos, mesmo

que para isso tivesse que enfrentar a luta travada contra a violência do poder hegemônico que ali impera. O que vimos nesta fração do território paranaense foi, como mostra a foto a seguir, a transformação de grandes áreas de pastagens em pequenas unidades produtivas camponesas, evidenciadas na foto posterior, onde a melhoria da qualidade de vida das famílias, que no passado foram expropriadas, demonstra que a nova territorialidade, surgida mediante a conquista do território, terá sempre como peso maior a contribuição ao campesinato brasileiro.

Foto 63 – Paisagem Típica do Noroeste do Paraná
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4 -2007.

Foto 64 – Trabalho nos Canteiros da Horta – Assentamento Santa Maria
Fonte: HARACENKO, Adélia. 17-4-2007.

Destarte, é na perspectiva do entendimento da lógica da construção/transformação do território e da nova territorialidade, que a pesquisa realizada insere-se num eixo temático que cada vez mais ganha espaço na Geografia, haja vista que vários são os pesquisadores que voltaram seus estudos para a discussão do território. Procurando responder à questão que fizemos no primeiro parágrafo, podemos agora dizer que este trabalho buscou dar uma contribuição ao estudo e à compreensão de como estão ocorrendo as novas territorialidades camponesas. Igualmente, através do resultado da nossa práxis, de estudo do território no Noroeste do Paraná, podemos contextualizá-lo dentro de uma dimensão “macro” da construção do pensamento geográfico e contribuir singelamente para essa construção.

Desse modo, com o desenvolvimento dessa pesquisa esperamos contemplar alguns aspectos que contribuam para o desenvolvimento do estudo da Geografia, através das informações e análises sobre as modificações ocorridas no território analisado. Nisso se justifica a importância do tema estudado para a Geografia e do resultado a que chegamos para a sociedade, principalmente a camponesa: que “A nós geógrafos cabe uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 14) neste caso, para compreendermos as novas territorialidades dos camponeses.

Finalizando, cabem novamente aqui as palavras de Martin Luther King: “Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito”.

Foi de lá que partimos...

Foi aqui que chegamos....

Entre o partir e o chegar, o que ficou foi o conhecimento...

Nesta tarde de quinta-feira muito fria e ensolarada, do outono de maio de 2007, em Maringá, no Norte do Paraná.

REFERÊNCIAS

- ABIRGAUS, Leonardo. Barão de Antonina. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 40, p. 241-244, 1983.
- ALBERTI, Verena. Da implantação de programas de história oral. In: _____. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. p. 11 – 41.
- ALCÂNTARA, José Carlos. **Política local: um estudo de caso: Paranavaí 1952-1982**. Maringá: Clichetec, 1987.
- ALCÂNTARA, José Carlos; NOSELLA, Maria Lúcia Bertachini. **O desmatamento no Norte do Paraná: um recorte comparativo de política ambiental**. 1998. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)—Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.
- ALLPORT, Gordon W. Introdução. In: LEWIN, Kurt. **Problemas de dinâmica de grupo**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Tese (Doutorado)—Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- ALVES, Walter. [Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2005]. 2005.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em 16 de março de 2002]. 2002.
- ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em novembro de 1998]. 1998.
- AVELINO JÚNIOR, Francisco José. **A questão da terra em Mato Grosso do Sul: posse/uso e conflitos**. 2004. 300 f. Tese (Doutorado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. Introdução: norma lingüística & outras normas. In: _____. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 9 – 21.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 34. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- BARBOSA, Carla Gonçalves Antunha. **Terra, território e recursos naturais: cultura, sociedade e política para os povos autóctones**. 2000. 443 f. Tese (Doutorado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARROS, Edgard de Vasconcelos. Conceito de liderança. In: _____. **O problema da liderança**. Rio de Janeiro: Serviço Social Rural, 1960. p. 57-101.

BARROSO, Vicente. **O famoso Norte do Paraná**: terra onde se anda sobre o dinheiro. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1956.

BLASI, Oldemar. Algumas notas sobre a jazida arqueológica de 3 Morrinhos: Querência do Norte – Rio Paraná. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 2/3, p. 40-78, jun. 1961.

BOITO JÚNIOR, Armando et al. (Org.). **A obra teórica de Marx**: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã, 2000.

BOLETIM DO ARQUIVO GRÁFICO DO PARANÁ. Organização das Colônias Indígenas. Curitiba: ano 3, n. 2/3, p. 66-75, 1978.

BORSATTO, Santo José. [Entrevista concedida em 19 de abril de 2001]. 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1987.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Escritório de Pesquisa e Experimentação, Equipe Pedológica e Fertilidade do solo. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Noroeste do Paraná**. Rio de Janeiro, 1970.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Terras indígenas Paraná**. [Brasília, DF], 2006. 1 mapa, color., Escala 1:1250.000.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Assessoria de Comunicação Social. **Reforma agrária e meio ambiente**. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado no seminário interno do Incra/MG – metodologia da questão ambiental no processo de reforma agrária.

BRAUN, Giovani. [Entrevista concedida em 14 de junho de 2001]. 2001.

BUSNARDO, Érica; VOITCH, Guilherme. O fim de um povo paranaense: os últimos dos Xetás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, ano 87, n. 27.521, p. 19-20, 6 mar. 2005a.

BUSNARDO, Érica; VOITCH, Guilherme. O fim de um povo paranaense: os últimos dos Xetás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 15-16, 7 mar. 2005b.

BUSNARDO, Érica; VOITCH, Guilherme. O fim de um povo paranaense: o sonho dourado dos Xetás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 16, 8 mar. 2005c.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Archivio di Studi Urbani e Regionali**, [Veneza], ano 4, n. 2, p. 1-17, 1973. Mimeografado.

CAPRA, Fritjof. **O tao da física**: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental. São Paulo: Cultrix, 1983.

- CERQUEIRA, Deusdete Ferreira de. [Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2005]. 2005.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- CONTE, Olmiro. [Entrevista concedida em 19 de junho de 2004]. 2004.
- COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA LTDA. **Copavi**: socialmente justa, ecologicamente ética, economicamente viável. Paranacity, 2005. Material de divulgação.
- CORNFORTH, Maurice. **Introdução ao materialismo dialético**: a teoria do conhecimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
- CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549 – 1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- COSTA, Manoel dos Santos. [Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2005]. 2005.
- CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2001.
- D'ASSUMPÇÃO, Clovis Edilberto. **Vocabulário agrário**. Curitiba: Open English House, 1996.
- DAVID, Ângelo Francisco da Silva. [Entrevista concedida em 30 de novembro de 2001]. 2001.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DESCARTES, René. **Discurso do método. Regras para a direção do espírito**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- DIAMANTE DO NORTE (Município Pr). **Município jóia do Paraná**. Diamante do Norte:[Prefeitura Municipal de Diamante do Norte], 1978. Apostila.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: Eduem, 1999.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. **Barão de Antonina**. Curitiba: Chain, 1991. p. 273-274.
- DOMINGUES, Eliane. [Entrevista concedida em 12 de setembro de 2006]. 2006.
- DOMINGUES, Eliane. **A luta pela terra e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**: contribuições da Psicanálise. 2001. 124 f. Dissertação (Mestrado)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

DORFMUND, Luiza P. **Geografia e história do Paraná**. São Paulo: F.T.D., 1963.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ESCHER, Sandra Soares. [Entrevista concedida em 10 de setembro de 2006]. 2006.

ESGARBOSA, Nelson Dolá. [Entrevista concedida em 11 de outubro de 2004]. 2004.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território indígena: direito imemorial e o devir**. 1997. 323 f. Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A geografia dos assentamentos rurais no Brasil: O MST e o MAST no Pontal do Paranapanema/SP**. 1999. 131 f. Trabalho de Graduação Individual II (Graduação)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNADES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso a terra**. 2002. Disponível em: < <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=OCCUPATI778&ng=p&sc=3&th=42&se=0>>.. Acesso em: 14 maio 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p. 59-85, 2000b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Ed.). **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Presidente Prudente: Unesp, [2001?]. Série Estudos, 2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos rurais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 75, p. 84-129, dez.1998.

FERNANDES, Elias Delfino. [Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2005]. 2005.

FERNANDES, José Loureiro. Le peuplement du nordouest du Paraná et les indiens de la “Serra de Dourados”. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 2/3, p.79 - 91, jun. 1961.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FIM do eldorado? **Revista Veja**, São Paulo, n. 404, p. 54-56, 9 jun. 1976.

FONTANA, Airton. **Construindo o caminho**: uma educação orgânica: experiência do assentamento Conquista na Fronteira. São Miguel do Oeste: UNOESC, 1999.

FONTANA, Antônio. [Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2005]. 2005.

FORTUNA Ângelo; FORTUNA, Terezinha. [Entrevista concedida em 19 de abril de 2001].

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRAGOSO, João Soares. [Entrevista concedida em 11 de outubro de 2004]. 2004.

FRANÇA, Ari. Entrevistas. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 81, p. 45-55, dez. 2004.

FRANCHELLO, Carlos Antônio. [Entrevista concedida em 17 de julho de 2001]. 2001.

FRANCIOLLI, Luís Flávio. [Entrevista concedida em 1 de setembro de 2004]. 2004.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx**: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

GALLI, Vitorio. [Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2005]. 2005.

GATTAZ, André Castanheira. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 135 – 140.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. 2. ed. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Benedito. [Entrevista concedida em 27 de maio de 2001]. 2001.

GOMES, Horieste. A pesquisa geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, ano 1, n. 2, p. 106 – 142, jul./dez. 1981.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.

GOMES, Horieste. Modelo teórico de pesquisa integrada. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 39-59, jan/dez. 1994.

GOMES, Horieste. Reflexões sobre a dialética. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 3, n. 1-2, p. 83-103, jan/dez. 1983.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em geografia**. Goiânia: CEGRAF: UFG, 1991.

GOMES, João Bispo. [Entrevista concedida em 17 de outubro de 2004]. 2004.

GONÇALVES, Sérgio. **O MST em Querência do Norte – Pr: da luta pela terra à luta na terra**. 2004. 338 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GREGORY, Valdir. Colonização. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 98–102.

GREMPEL, Mary Beatriz. **Os assentamentos rurais coletivos do Noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta**. 2000. 197 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

GUAIRAÇÁ (Município Pr.). **Histórico de Guairaçá**. Guairaçá: [Prefeitura Municipal de Guairaçá], [1980?]. Apostila.

GUIVANT, Julia Silvia. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 99-133.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

HAESBAERT, Rogério. “**Gaúchos**”, no **Nordeste**: modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. 387 f. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAGUETTE, André. **Dialética hoje**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Colonização, reforma agrária e impactos socioambientais em Querência do Norte**: estudo de uma área de conflitos. 2002. 181 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002a.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte**: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense. Maringá: Massoni, 2002b.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.

IBGE. Divisão territorial do Brasil. **Boletim de Serviço**, Rio de Janeiro, ano 38, jan./jun. 1990.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. v. 31.

IBGE. **Mapa Rodoviário do Estado do Paraná**. [Curitiba], 2005. 1 mapa, color., 62 cm x 44 cm. Escala 1:1300.000.

IGNÁCIO, José Raime. [Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2005]. 2005.

INCRA. **Projeto de Assentamento 17 de Abril**. Santa Cruz do Monte Castelo, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento 17 de Maio (Margarida Alves)**. Querência do Norte, 2000. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Antônio Conselheiro**. Amaporã, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Antônio Tavares Pereira**. Querência do Norte, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Brizanta**. Nova Londrina, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Che Guevara**. Querência do Norte, 2000. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Chico Mendes**. Querência do Norte, 2000. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Ilgo Luiz Perruzo**. Santa Monica, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Luiz Carlos Prestes**. Querência do Norte, 2000. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Mãe de Deus**. Jardim Olinda, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Monte Azul**. Mirador, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Penha**. Terra Rica, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Oziel Alves Pereira**. Santa Cruz do Monte Castelo, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Paraná**. Santa Cruz do Monte Castelo, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Pontal do Tigre**. Querência do Norte, 2000. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Quatro Irmãos**. Marilena, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Santa Maria - COPAVI**. Querência do Norte, 2004. Croqui.

INCRA. **Projeto de Assentamento Santana (Unidos Pela Terra)**. Querência do Norte, 2000. Croqui.

- INCRA. **Projeto de Assentamento Santo Ângelo**. Marilena, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Santo Antônio das Águas do Corvo**. Terra Rica, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento São Paulo**. Terra Rica, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Sebastião Camargo Filho**. Marilena, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Sétimo Garibalde**. Terra Rica, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Sumatra**. Planaltina do Paraná/ Amaporã, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Taperivá**. São João do Caiuá, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Teixeira**. Santa Cruz do Monte Castelo, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Vida Nova**. Terra Rica, 2004. Croqui.
- INCRA. **Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares**. Querência do Norte, 2000. Croqui.
- INCRA. **Projeto Fundiário do Paraná**. [Curitiba], 1984.
- INCRA. **Projetos de Assentamentos Rurais de Querência do Norte**. Querência do Norte, [2000?].
- INCRA. **Relação de Famílias Inscritas pelo Correio e Cadastradas pelo Incra para o Programa Acesso Direto à Terra**. Curitiba, 2006.
- INCRA. Superintendência Regional do Paraná. Cascavel, 2004. Material coletado, em disquete, em viagem ao Incra, na cidade de Cascavel no dia 11-6-2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. **Racionalização da cafeicultura brasileira**. Londrina, 1969
- IOKOI, Zilda Gricoli. **Igrejas e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru: 1964 – 1986**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JUNKER, Buford H. **A importância do trabalho de campo: uma introdução às ciências sociais**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **Teoria e método**. São Paulo: AGB, 1985. p. 23-48. Série Seleção de Textos, 11.
- KIELING, Gilmar Luiz. [Entrevista concedida em 3 de julho de 2004]. 2004.

- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- KONRATH, Paulo; KONRATH, Roni.[Entrevista concedida em 20 de abril de 2001]. 2001.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KOZÁK, Vladimir et al. Os índios Hetá: peixe em lagoa seca. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 38, p. 3 – 120, 1981.
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-MBYA**: significado, constituição e uso. 2001. 236 f. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática: 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme**: la reproduction des rapports de production. Paris: Anthropos, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. **Que es la dialectica**. Buenos Aires: La Pleyade, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LEWIN, Kurt. Experimentos com espaço social. In: _____. **Problemas de dinâmica de grupo**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. cap. 5, p. 87-109.
- LOANDA (Município Pr). **Documentário histórico**. Loanda: Prefeitura Municipal de Loanda, 2004. Apostila.
- LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital**: a colonização do Norte Novo do Paraná. 1982. 241 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LÖWY, Michel. **Método dialético e teoria política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAACK, Reinhard. A modificação da paisagem natural pela colonização e suas conseqüências no Norte do Paraná. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 2/3, p. 29-48, jun. 1961.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 1981.

MACCARI, Neiva Salete Kern. **Migração e memórias**: a colonização do oeste paranaense. 1999. 191 f. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MALAGODI, Edgard. **O que é materialismo dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAO Tse-tung. “Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **Teoria e método**. São Paulo: AGB, 1985. p. 41-42. Série Seleção de Textos, 11.

MAO-Tsé-Tung. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAPA Rodoviário. Município de Querência do Norte. [Curitiba]: Instituto de Terras e Cartografia. 1981. 1 mapa. Escala 1:150.000.

MAPA. **Estado do Paraná Microrregiões Geográficas**. [Curitiba]: ITCF/IAP. 1993. 1 mapa. Escala gráfica.

MARCK, Paulo Espedito de. [Entrevista concedida em 1 de junho de 2005]. 2005.

MAROTTI, Paulo Sérgio; SANTOS, José Eduardo dos. Narrativas orais como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma unidade de conservação. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michele. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2001. p. 197–224.

MARTINS, José de Souza Martins. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João (Org.). **Reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996b.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Ed.). **Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo: [s.n], 1994. p. 52-60. Cadernos CERU, n. 5, série 2.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996a.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MENEZES, Nilson Monteiro. Querência do Norte: a luta (perdida) dos lavradores. **Folha de Londrina**, Londrina, p.1, 28 abr. [1973?].

MÉTODO de trabalho e organização popular: movimento sem terra. São Paulo: ANCA, 2005.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte do Paraná. **Boletim Geográfico**, São Paulo, ano 3, n. 25, p. 11-17, abr. 1945.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 230 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuição para uma crítica do pensamento geográfico**: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. 1983. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. 2. ed. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Vânia. Os últimos dos Xetás. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 15, 28 jan. 2001.

MORON, José Bonifácio. [Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2005]. 2005.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. cap. 2, p. 21–50.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, Valdiki. **Abordagem de reforma agrária**. São Paulo: Pioneira, 1968.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A questão agrária, o MST e o meio ambiente**. Disponível em <<http://www3.sul.com.br/mstpr/meioambi.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A questão agrária, o MST e o meio ambiente**. Disponível em <<http://www3.sul.com.br/mstpr/meioambi.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Secretaria Estadual do Paraná. **Programa estadual do meio ambiente: desenvolvimento sustentável dos assentamentos do estado do Paraná**. [Curitiba], 1999. 32 f. Apostila.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **As sementes são patrimônio da humanidade**. Brasília, DF, 2003. 6 f. Apostila.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **O MST e o meio ambiente: a reforma agrária é uma maneira de cuidar do meio ambiente**. [S. l.], 2000. 6 f. Apostila.

MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista e Geografia**, São Paulo, n.22, p. 55-97, mar. 1956.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. cap. 1, p. 5– 19.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lucio Tadeu; NANNI, Marcos R. et al. Agricultores guarani na pré-história da região Noroeste do Paraná. **Revista Universidade e Sociedade**, Maringá, ano 14, n.19, p. 63-69, set. 2003.

NUNES, Osmar. Avança a extinção da tribo Xetá. **Umuarama Ilustrado**, Umuarama, p.11, 19 abr. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de “Na prática a teoria é outra” para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. In: _____; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **Teoria e método**. São Paulo: AGB, 1985. p. i-v. Série Seleção de Textos, 11.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, ano 1, n. 1, p. 26-38, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Itatiaia. **Anais...** Itatiaia: [s.n.], 1980. p. 5-61.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao “estado isolado” de Von Thünen**. 1978. 489 f. Tese (Doutorado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Mesas Redondas...** Rio Claro: UNESP: IGCE, 1994. p. 24-51.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Marx e Engels na história**. São Paulo: Humanitas, 1996.

OLIVEIRA, Odilon Lopes; OLIVEIRA, Aurêa Corrazza de. [Entrevista concedida em 17 de abril de 2007]. 2007.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

PARAÍSO DO NORTE (Município Pr). **Documentário histórico**. Paraíso do Norte: [Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte], [2000?]. Apostila.

PARANÁ (Estado). Lei nº 253. São criados no quadro territorial do Estado, os municípios seguintes.... **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 217, p. 42, 2 dez. 1954.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba, 1987.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Terras, Cartografia e Cadastro. Divisão de Cartografia, Geodésia e Cadastro Técnico Rural. Divisão Territorial do Estado. **Arquivo Gráfico do Estado do Paraná**. Curitiba, 2000.

PARANAÍ (Município). Lei nº 13, de 25 de agosto de 1953. Criação dos Distritos Administrativos do Paraná. **Imprensa Oficial do Estado do Paraná**, [Curitiba], 1953.

PARCIANELLO, Solange Luiza. [Entrevista concedida em 27 de junho de 2001]. 2001.

PARISE, Honório; PARISE, Maria Tonel. [Entrevista concedida em 19 de abril de 2001]. 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. 2003. 430 f. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PEIXOTO, Edilsom Aparecido Pereira. [Entrevista concedida em 2 de junho de 2001]. 2001.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERON, Mauro Luiz. **O conceito de região em geografia: um estudo preliminar**. 1997. 120 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PETERNELLA, Irineu Fais. [Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2005]. 2005.

PETRONE, Pasquale. Perspectivas da colonização no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 28., 1073, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 1973, v. 18, p. 49 – 59.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: a ilusão da terra prometida**. Sinop: Fiorelo, 2004.

PINHEIRO, Francisco de Assis. [Entrevista concedida em 18 de janeiro de 2005]. 2005.

PIVETA, Henrique; PIVETA, Ursula. [Entrevista concedida em 18 de abril de 2001]. 2001.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRIORI, Angelo. **O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954 – 1964**. Maringá: Eduem, 1996.

QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14 – 43. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da - informação viva**. São Paulo: CERU: FFLCH/USP, 1983. Coleção Textos 4.

QUEM são os Xetá. Curitiba: Museu Paranaense: Celepar, 2000. 1CD-ROM.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAINHA, José. [Palestra proferida na Universidade Estadual de Maringá em 10 março de 1998]. Maringá, 1998.

REGGIANI, Valdecir. [Entrevista concedida em 17 de outubro de 2004]. 2004.

REIS, Oscar da Silva. [Entrevista concedida em 5 de março de 2001]. 2001.

RESENDE, Benedito. [Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2005]. 2005.

REVISTA GRANDE NOROESTE: a marca de um novo tempo. Alto Paraná: Midiograf, Edição Especial, 1997-2000.

RIBAS, Ana Lúcia (Dir.). **O extermínio dos Xetá**: Depoimento de D. Carolina Alves de Freitas e Tiguá. Umuarama. 2004. 1CD-ROM.

RIBAS, Ana Lúcia. [Entrevista concedida em 10 de maio de 2006]. 2006.

RODRIGUES, Nelson Brito. [Entrevista concedida em 11 de outubro de 2004]. 2004.

RODRIGUES, Nelson Brito. **Projeto evasão populacional período 1950/80**. 1983. 166 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)–Faculdades Integradas de Marília, Marília, 1983.

ROQUE, Valdair [Entrevista concedida em 17 de outubro de 2004]. 2004.

ROSA, Maria Cristina. **Semeando os fios (re)colhendo a trama**: estudo da produção de algodão no assentamento de bóias frias de Querência do Norte – 1983 a 1988. 1990.163 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1990.

ROSADO NETO, Joaquim. [Entrevista concedida em 18 de janeiro de 2005]. 2005.

ROSSATO, Arnaldo. [Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2005]. 2005.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 103 – 117, jul./dez.1989.

SANTOS, Laymert G. dos. A desordem da nova ordem. In: DINIZ, Nilo et al. (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate sociambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 27-41.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Rubens Rodrigues (Org.). **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. [S.l.: s.n.], 1975. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

SANTOS, Weliton Militão dos. **Desapropriação, reforma agrária e meio ambiente**: aspectos substanciais e procedimentos reflexos no direito penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

SÃO CARLOS DO IVAÍ (Município Pr). **Documentário histórico**. São Carlos do Ivaí: [Prefeitura Municipal de São Carlos do Ivaí], [2000?]. Apostila.

SÃO CARLOS DO IVAÍ (PR). Prefeitura. **Registro histórico municipal**. São Carlos do Ivaí, [2000?].

SÃO PEDRO DO PARANÁ (Município Pr). **Documentário histórico**. São Pedro do Paraná: Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, [2005?]. Apostila.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos**: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste Paraná 1980-2000). 2005. 402 f. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SCHWARTZ, Widson. Um povoado escondido originou Paranavaí. In: SILVA, Paulo Marcelo Soares da. **História de Paranavaí**. Paranavaí: Fundação Cultural de Paranavaí, 1988. p. 51– 80.

SEABRA, Odette et al. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SERRA, Elpídio. A reforma agrária e o movimento camponês no Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: [s. n.], 1992. v. 2. p.108-138.

SERRA, Elpídio. Extremo Noroeste do Paraná: dos conflitos pela posse da terra aos conflitos pela reforma agrária. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 1 CD-ROM, p. 14018-14042.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 10, n.1, p. 61-93, 1992.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado)—Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SERRA, Elpídio. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 19, n.1, p. 45-58, 2001.

SERRA, Elpídio; VIANA, Gessilda. A reforma agrária no Noroeste do Paraná e o assentamento de Paranacity. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 15, n.1, p. 41-45, 1997.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda**: sociología política del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rússia 1910 – 1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SICHIROLLO, Lívio. **Dialética**. Milão: ISEDI, 1973.

SILVA, Antônio Ereci da. [Entrevista concedida em 14 de junho de 2001]. 2001.

SILVA, Armando Corrêa da. Categorias Geográficas. Separata de: **Orientação**: Instituto de Geografia da USP, São Paulo, p. 92, out. 1984.

SILVA, Camilo da. [Entrevista concedida em 9 de janeiro de 2007]. 2007.

SILVA, Carmen Lucia da. **Em busca da sociedade perdida**: o trabalho da memória Xetá. 2003. 279 f. Tese (Doutorado)—Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SILVA, Carmen Lucia da. **Sobreviventes do extermínio**: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. 1998. 290 f. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SILVA, João Lopes da. [Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2005]. 2005.

SILVA, José Bruno da. [Entrevista concedida em 14 de junho de 2001]. 2001.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma agrária no Brasil**: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, José Maria da. [Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2005]. 2005.

SILVA, Maria Rodrigues. [Entrevista concedida em 18 de janeiro de 2005]. 2005.

SILVA, Paulo Marcelo Soares da. **História de Paranavaí**. Paranavaí: Fundação Cultural de Paranavaí, 1988.

SIMSON, Olga de Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

SIQUEIRA, Maria Rodrigues. [Entrevista concedida em 15 de junho de 2001]. 2001.

SIRENA, Lauro. [Entrevista concedida em 18 de janeiro de 2005]. 2005.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Olga Maria Machado. **Bases ecológicas da atividade agrária em Loanda – PR**. 1973. 173 f. Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SOBRINHO, Sérgio Cordeiro de Macedo. [Entrevista concedida em 18 de janeiro de 2005]. 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOLETTI, Claudio Domingos. [Entrevista concedida em 4 de julho de 2004]. 2004.

SOUZA, José Lúcio Sad de. **Aspectos de Nova Aliança do Ivaí**. Nova Aliança do Ivaí: Prefeitura Municipal, 1991. Apostila.

SOUZA, Lourdes Maria de. [Entrevista concedida em 20 de abril de 2001]. 2001.

SPIRKINE, A. ; YAKHOT, O. **Princípios do materialismo dialético**. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1975a.

SPIRKINE, A. ; YAKHOT, O. **Princípios do materialismo histórico**. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1975b.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 99-112, set. 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

STALIN, J. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. 3. ed. São Paulo: Parma, 1982.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2002.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: _____. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2002.

STEDILE, João Pedro. Entrevista. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 26-33, nov. 1997.

STEDILE, João Pedro. Terra de todos. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 4, n. 39, p. 30-37, jun. 2000. Entrevista.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SUCUPIRA FILHO, Eduardo. **Introdução ao pensamento dialético**: o materialismo da Grécia Clássica à época contemporânea. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e. Perspectiva histórica da colonização dirigida no Brasil. In: _____. **Colonização dirigida no Brasil**: suas possibilidades na região Amazônica. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1972. p. 25 – 35.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TIGUÁ, Indianara Brasil. [Entrevista concedida em 27 de maio de 2006]. 2006.

TIGUÁ, Maria Rosa Brasil. [Entrevista concedida em 27 de maio de 2006]. 2006.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: história e fantasmagorias. 1997. 338 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999. cap. 3, p. 51 – 85.

UMUARAMA não possui mais remanescentes Xetá. **A Tribuna do Povo**, Umuarama, 19 abr. 2006. Caderno 2, p. 9.

VANDRESEN, Lúcia T. Sirena. **A clareira**. Maringá: Ideal, 2002.

VIEIRA, Francisco Vicente. [Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2005]. 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Ed. dos Professores, 1968.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. In: _____. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 279-285.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHAMA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p.1-51, 1968.

ZANATTO, Ondina Fantuzzi. [Entrevista concedida em 17 de abril de 2007]. 2007.

ZANINI, Edilson Sebastião. [Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2005]. 2005.

ANEXOS

SUMÁRIO

ANEXO 1 - MODELO DOS TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	416
ANEXO 2 - A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ PELOS SEUS SUJEITOS SOCIAIS	418
AFORA PARANAVAÍ OS OUTROS MUNICÍPIOS	420
Município de Loanda	420
Município de Porto Rico	427
Município de São Pedro do Paraná	435
Município de Nova Londrina	444
Município de Marilena	448
Município de Diamante do Norte	452
Município de Itaúna do Sul	458
Município de Querência do Norte	466
Município de Santa Cruz do Monte Castelo	481
Município de Santa Isabel do Ivaí	484
Município de Santa Mônica	488
Município de Tamboara	491
Município de São Carlos do Ivaí	497
Município de Terra Rica	501
Município de Paraíso do Norte	508
Município de Nova Aliança do Ivaí	513
Município de Mirador	517
Município de Amaporã	525
Município de Guairaçá	528
Município de Planaltina do Paraná	532
Município de Alto Paraná	537
Município de São João do Caiuá	542
Município de Santo Antônio do Caiuá	546
Município de Paranacity	548
Município de Inajá	552
Município de Jardim Olinda	556

Município de Paranapoema	560
Município de Cruzeiro do Sul	563
ANEXO 3 - A HISTÓRIA DO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA DO NOROESTE DO PARANÁ PELOS SEUS ATORES SOCIAIS	570
BRIGADA SEBASTIÃO DA MAIA	571
BRIGADA SÉTIMO GARIBALDI	581
BRIGADA SALVADOR ALLENDE	590
BRIGADA IRACI SALETE STROZAK	594
ANEXO 4 - CROQUIS DOS ASSENTAMENTOS DO NOROESTE DO PARANÁ	599

ANEXO 1 - MODELO DOS TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Eu Indiana Santuzzi Zanatto
portador do RG nº 1.855.6788 e minha esposa
portadora do RG nº residentes na cidade de Alto Paraná
no Noroeste do Paraná, vimos a através deste declarar a quem possa interessar, que fomos
entrevistados pela doutoranda Sra. : Adélia Aparecida de Souza Haracenko do curso de pós-
graduação em geografia da Universidade de São Paulo (USP). E, concordamos que a referida
entrevista seja utilizada como objeto de pesquisa e posterior divulgação pela doutoranda
através da USP, como tese para obtenção do título de doutora.

Início da entrevista: 19:00
Término da entrevista: 20:00

Alto Paraná : 17/04 /2007

Assinatura dos entrevistados:

Zanatto

Eu Otilon Lopes de Oliveira
 portador do RG nº 561542 PR e minha esposa Luciana Corrêa de Oliveira
 portadora do RG nº 708624 PR residentes na cidade de Jardim Olinda PR
 no Noroeste do Paraná, vimos a através deste declarar a quem possa interessar, que fomos
 entrevistados pela doutoranda Sra. : Adélia Aparecida de Souza Haracenko do curso de pós-
 graduação em geografia da Universidade de São Paulo (USP). E, concordamos que a referida
 entrevista seja utilizada como objeto de pesquisa e posterior divulgação pela doutoranda
 através da USP, como tese para obtenção do título de doutora.

Início da entrevista: 12 horas

Término da entrevista: 13:30 horas

Jardim Olinda: 17 / 04 / 2007

Assinatura dos entrevistados;

ANEXO 2 - A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ PELOS SEUS SUJEITOS SOCIAIS

As informações contidas neste anexo, com o histórico de cada município, aliadas às entrevistas que lá realizamos com os colonos, serviram como fontes valiosas de análise para a construção da pesquisa que desenvolvemos. Elas são parte do resultado de nosso trabalho de campo. Outrossim, cumpre destacar que as entrevistas na íntegra colocadas neste íterim, cada uma na sua linguagem original, oferecem-nos uma riqueza de informações a respeito do Noroeste do Paraná e representam a história dos sujeitos sociais que atuaram no passado da colonização da área em estudo e evidentemente continuam ali atuando.

Ao longo dessa pesquisa, salientamos que os municípios integrantes da Região Noroeste do Paraná, microrregião geográfica de Paranavaí, exceto Paranavaí, são pobres no que se refere à documentação da sua história, portanto, as gravações que realizamos com moradores dos 29 municípios, os quais percorremos, juntamente com fotografias recolhidas dos colonos do período da colonização, renderam-nos um importante acervo histórico sobre a região e foram decisivas para compreendermos a metaforose dessa fração do território paranaense. Embora tenhamos este acervo contendo inúmeras entrevistas com vários colonos do mesmo município, selecionamos e priorizamos apenas uma em que o colono relatou com detalhes preciosos a história da colonização do município dentro do contexto regional.

De forma análoga, procuramos organizar uma sequência iconográfica, após os depoimentos, para que através dessas fotografias o leitor possa inserir-se no contexto histórico narrado e acompanhar visualmente as mudanças paisagísticas ocorridas ao longo da história dos municípios mencionados.

Sendo assim, este anexo se justifica, pois entendemos que parte deste acervo histórico, assim como serviu para nossa pesquisa, da mesma forma poderá servir como fonte documentada sobre o processo de desenvolvimento histórico do Noroeste, quiçá contribuindo, mesmo que modestamente, para a compreensão das transformações desse território em futuras pesquisas.

Igualmente, convém destacar que a disposição do histórico subsequente dos municípios, com seus respectivos depoimentos e iconografia, segue a ordem da figura da genealogia dos municípios do Noroeste do Paranaense.

Genealogia dos Municípios do Noroeste Paranaense: Microrregião Geográfica de Paranavai

Fonte dos dados: Paraná (2000).

Organização: HARACENKO, Adélia.

AFORA PARANAVAÍ OS OUTROS MUNICÍPIOS

Município de Loanda

Até 1953, Loanda¹¹¹ pertencia a Paranavaí. Os registros históricos - como o depoimento do Sr. Francisco de Assis Pinheiro sobre Loanda - indicam que os primeiros habitantes chegaram ao local em 1950. Nesse período, as empresas privadas de colonização realizavam uma etapa de ocupação da região Noroeste do Paraná em um ritmo bastante acelerado.

Segundo documentário histórico da prefeitura municipal (2004), confirmado com o depoimento que obtivemos, a empresa que colonizou esse município foi a Colonizadora Norte do Paraná, de propriedade dos sócios Lino Spinardi, Írio Spinardi, Asio Montecuco e Sebastião Delfino Machado. Essa colonizadora adquiriu 200 alqueires de terras pertencentes a Santiago Martin Corral e David Bancow e os subdividiu em lotes urbanos e rurais assim que a mata foi derrubada. Sobre a origem das terras adquiridas pela colonizadora do município de Loanda, Soares (1973) assevera:

Em 1952, observava-se em Loanda um início de ocupação dispersa na área, ora aparecendo grandes clareiras talhadas na floresta, ora aparecendo pequenas manchas isoladas em seu interior. Nessa ocasião, o homem estaria ocupado no plantio das primeiras lavouras de café e é significativo o fato de que essas primeiras iniciativas de ocupação, estivessem quase sempre vinculadas aos setores de espigão. As primeiras áreas abertas estavam localizadas **nas terras que foram colonizadas pela Companhia que teve origem na grilagem**: a Paranapanema (ao norte, no divisor do Ribeirão do Tigre e Areia Branca), pelo próprio Estado (a leste) e por outra colonizadora particular (de Londrina) ao sul (SOARES, 1973, p. 31, grifo nosso).

A Colonizadora Norte do Paraná levou para a localidade pessoas de vários lugares do Brasil: paulistas, mineiros, nordestinos, gaúchos e catarinenses. O perfil das pessoas que adquiriram terras e vieram habitar o local onde hoje é a cidade de Loanda é descrito por Soares (1973). A autora comenta:

¹¹¹ Para um conhecimento mais detalhado sobre o município de Loanda, aconselhamos o leitor a remeter-se à dissertação de mestrado de Olga Maria Machado Soares, na qual a autora estudou, na década de 1970, as bases ecológicas das atividades agrárias nesse município.

Os pequenos proprietários que adquiriram terras dessa colonizadora, em geral eram lavradores não proprietários, empreiteiros de lavouras de café em São Paulo. Havia também os que já eram pequenos proprietários; estes encontraram melhores condições de sobrevivência nos primeiros tempos, de chegada à área. Uma vez efetuada a compra da terra, o colono partia de sua região muitas vezes trazendo apenas o essencial para abrir o sítio além das mudas de café. Quando se tratava de lavrador proprietário vindo com a única finalidade de abrir a propriedade não trazia a família mas um filho ou peão, para lhe auxiliar. A família ficava à espera que se construísse a primeira casa de moradia e se fizesse a primeira roça. Na fase de abertura da terra, o colono podia simplesmente levantar uma “barraca” coberta por um encerado, ou construir um abrigo rústico com a madeira resultante da derrubada. A família dos colonos não proprietários em sua região de origem, vinha entretanto reunida; trazia seus pertences e sua criação doméstica, as mudas de café e só não trazia gado porque não tinha como alimentá-lo. O colono iniciava o primeiro roçado de mandioca, feijão e milho para custeio da família mesmo antes de iniciar a construção da casa, permanecendo na barraca ou no abrigo. Os pequenos recursos que eram trazidos, geralmente só chegavam para as primeiras despesas e ele logo precisava tratar de produzir seus alimentos. Semi instalados, passavam pelas dificuldades normais de quem planta roça em derrubadas dentro da mata – as ervas que insistem em retomar seu lugar e os bandos de pássaros ávidos em roubar as sementes – ocorrências essas típicas da primeira fase de modificações estabelecidas pelo homem no sistema ecológico natural da área. Além disso alguns elementos da ecologia local não eram favoráveis ao cultivo dos cereais. Por outro lado o homem recém-chegado não tinha condições de adaptar um calendário agrícola adequado à área. Assim, foram de privações os primeiros tempos dos colonos em Loanda (SOARES, 1973, p. 34).

O perfil desse colono de Loanda, descrito pela autora, em nada difere do perfil dos colonos que chegaram aos outros municípios da região, e as dificuldades enfrentadas nessa época também eram as mesmas. Perceberemos essa semelhança ao longo dos depoimentos que obtivemos dos colonos dos outros municípios.

Para dar nome à nova cidade, foi promovido pela colonizadora um concurso público na Rádio Clube de Dracena (cidade paulista que também foi fundada por Írio Spinardi), cidade onde funcionava a sede da empresa colonizadora. O vencedor foi um dos proprietários da Colonizadora Norte do Paraná, Lino Spinardi, que se inspirou na capital de um país sul-africano, Angola, cuja capital é Luanda, e denominou então de Loanda a cidade do Noroeste do Paraná.

Em 15 de agosto de 1953, pela Lei Estadual nº 47, o núcleo populacional foi elevado à categoria de distrito administrativo de Paranavaí, e a demarcação da divisa foi formalizada pela Lei Municipal nº 13, de Paranavaí, a qual trata da criação dos distritos administrativos. Eis a demarcação:

Partindo de um marco a margem do Rio Patrão, entre os lotes 26 da Gleba 20, 45 da Gleba 27 e 27 da Gleba 16; sobem pelo Rio Patrão até a sua cabeceira; daí seguem em seco e por água até o Ribeirão São Pedro, na altura do lote 47 da Gleba 20; descem pelo Ribeirão São Pedro até seu afluente, Atibaia, a margem direita na altura dos lotes 463, 223 e 414 do loteamento da Gleba Paranapanema Ltda; sobem pelo afluente Atibaia, até a divisa dos lotes 401, 245 e 253 do mesmo loteamento; seguem em área reta e em seco até a divisa dos lotes 245, 246 e 253; daí seguem em reta e em seco até a foz de um afluente a margem direita do Rio Areia Branca (Ribeirão Km 10) entre os lotes 304, 305, 43 e 101 do mesmo loteamento; sobem por este afluente, até a divisa dos lotes 57 da Gleba 13 e 40 da Gleba 14, do loteamento do Estado; daí seguem em reta e em seco – pela divisa das Glebas 14 e 13 até um afluente a margem esquerda do Ribeirão do Tigre; descem por este até a sua foz; daí sobem pelo Ribeirão do Tigre, até altura do marco de divisa dos lotes 18 e 19 da Gleba 12 e 44 e 45 da Gleba 9 e 6 da Gleba 13; seguem em área reta e em seco pelas divisas dos lotes 44, 45, 46, 26, 25, 23, 52 e 13 da Gleba 9, até o marco de divisa dos lotes 12, 13 e 23 da Gleba 9 e 17 da Gleba 8; seguem em reta até o lote 1 da Gleba 7 e os lotes 18 e 19 da Gleba 9; daí seguem em reta e em seco até o marco que serve de divisa dos lotes 19 da Gleba 9, 2 e 2-A da Gleba 10; seguem em reta e em seco até a cabeceira do Ribeirão Cresciúma; descem por este até a sua foz no rio Ivaí; daí descem por este até a foz do rio Bonito a margem direita; sobem por este até um seu afluente a margem direita, que divide o lote 2-A da Gleba 18; seguem por este até o marco de divisa do lote 1 da Gleba 18; daí seguem em reta e em seco pelas divisas das Glebas 11, 15, 16, 18, 19 e 23, até o marco do lote da Gleba 20, ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

De acordo com o histórico municipal (2004), no dia 26 de novembro de 1954 Loanda desmembrou-se de Paranavaí, pela Lei Estadual nº 253, tornando-se então município, cuja instalação oficial ocorreu em 27 de novembro de 1955.

O depoimento realizado com o senhor Francisco de Assis Pinheiro¹¹² relata a história de Loanda.

¹¹² O senhor Francisco de Assis Pinheiro é advogado, foi prefeito por 4 mandatos em Loanda e nos concedeu a entrevista em 18 de janeiro de 2005, em seu escritório naquela cidade.

“Loanda como os demais municípios desta região do Paraná, ela surgiu em virtude do “brum”, quando se dá o desenvolvimento da cafeicultura do Paraná, a partir dos anos 50. Então, Loanda foi planejada e executada, por uma companhia que foi denominada Empresa Colonizadora do Norte do Paraná. O objetivo, era vender lotes, e tanto o quadro urbano, que houve um traçado prévio, como também uma região rural. Então, essa empresa adquiriu 200 alqueires de início, e começou então, no espigão mais alto da região de todo Noroeste é Loanda, o espigão mais alto, eles procuraram, traçaram a cidade, e começaram a desmatá e a vendê os lotes. Então, surgiu a cidade de Loanda. Os sócios da empresa eram: Írio Spinardi, Lino Spinardi, Sebastião Delfino Machado e Asio Montecucu. Depois surgiu o nome e entrou na sociedade, o deputado federal por São Paulo, Amaral Furlam. Então este foi o traçado e o começo, e o objetivo era colonizá o Noroeste do Paraná. Isso é uma filosofia política, criada pelo governador Lupion naquela época para o desenvolvimento do Paraná. E o Paraná, para se ter idéia, Loanda quando fundada, ela pertencia a comarca de Mandaguari, antes era de Tibagi. Então, todo esse Norte do Paraná era uma mata toda, né, uma mata completa, porque começou essa colonização com aquela companhia de Londrina, depois Paranaíba com a empresa, a empresa brasileira, e depois uma área do estado. Então aqui, foi completamente uma cidade imaginada, plantada, cujo nome Loanda é, foi de um concurso, houve um concurso, e para escolher o nome, e o nome escolhido, foi, é, Loanda, pelo seu Lino Spinardi que teve a idéia de escolher, dos nomes apontados foi escolhido por ele. E Loanda, a origem da cidade, do nome Loanda. Loanda, nós temos, Luanda, na África, e também se fala nos dicionários aí, Loanda sendo uma flor, e existiu exatamente esse concurso, e a escolha desse nome.

É interessante, que as pessoas que vieram prá cá não eram paranaense, a grande maioria, veio de fora. Constou-se de mineiros, é, paulistas, principalmente paulistas, alguns gaúchos, alguns catarinenses, e muitos nordestinos, que aqui aportaram, já vindo de São Paulo, porque Loanda, ela foi uma continuação praticamente da colonização do Noroeste também de São Paulo, dessa parte do Noroeste, dessa parte toda de São Paulo, né. Então Loanda, foi uma continuação daqueles empreendimentos. Esta empresa de Loanda, tinha antes, feito a cidade de Dracema, no Estado de São Paulo. Então foi vendido os lotes, na região, quer dizer, os vendedores, eles iam às cidades, em Minas, em São Paulo, e no Rio Grande do Sul vender os lotes, que o projeto, a planta da cidade, a perspectiva, eles faziam a perspectiva que se criava, e tal, e um dos slogan, era o seguinte: Que Loanda tava sendo plantada, no maior espigão da região, espigão para a planta do café naquela época.

Olha, o desmatamento, ele foi, como todo Norte do Paraná, ele foi feito indiscriminada-

mente, por exemplo, um grande erro da colocação de Loanda, quando eles achavam que iam vender lotes, e venderam lotes, porque era o espigão mais alto, fizeram a cidade em cima de um morro, dando erosão para 4 vertentes. E hoje, foi um problema, por exemplo, quando eu assumí a prefeitura, a cidade de Loanda, era cortada de erosão, e foi um grande trabalho que nós tivemos que fazê, meses, no ano, primeiro de 1963 para podê consertá a erosão, dado a má colocação e o desmatamento desordenado, sem qualquer orientação técnica. Eu acredito que isso é uma falha do Brasil. Hoje quando nós já desmatamos, agora vem aí com uma política para, completamente eu acho errada para podê fazê essa restauração dessas matas.

Olha, nós tivemos um grande problema aqui, não foi violência, contra posseiros, mas foi violência contra a pessoa que se apossaram, porque houve aqui, na colonização uma venda de terras, através dum loteamento chamado Areia Branca do Tucum, e aí o estado também fez um loteamento. Então, houve um grande problema, que veio desde o começo de 1952 até 1963, 64, que eu conseguí com o governador Nei Braga anulá esses título da Areia Branca, e fez-se então a pacificação da região. Aqui em Loanda mesmo, não houve problema, mas na região, Querência do Norte houve mortes” (PINHEIRO, 2005).

As fotos seguintes mostram aspectos da formação do núcleo urbano de Loanda.

Foto 65 – Prédio da Coletoria Estadual de Loanda
Fonte: IBGE, 1959.

Foto 66 – Prédio da Prefeitura de Loanda
Fonte: IBGE, 1959.

Antigo Cine Guanabara

Foto 67 – Cinema de Loanda

Visão da antiga rodoviária

Foto 68 – Vista Parcial da Cidade de Loanda

Foto 69 – Vista Parcial da Cidade de Loanda

Foto 70 – Vista Parcial da Cidade de Loanda

Foto 71 – Vista Parcial da Cidade de Loanda

Foto 72 – Vista Parcial da Cidade de Loanda

Foto 73 – Vista Parcial da Cidade de Loanda

Obs - As fotos de Loanda que se encontram sem fonte foram todas retiradas da página na internet da Prefeitura Municipal, cujo acesso é <http://www.loanda.pr.gov.br>.

Município de Porto Rico

No início da década de 1950, no local denominado Porto Rico, instalaram-se algumas famílias de colonos, com a finalidade de desbravar a área e transformá-la em terras destinadas à agricultura. Não obstante, “Em 1953 Porto Rico foi elevado à categoria de Distrito Policial, com território pertencente ao município de Paranavaí” (FERREIRA, 1996, p. 541). Conforme a Lei Municipal nº 13 de Paranavaí, a qual trata da criação dos distritos administrativos, a

demarcação da área de Porto Rico seguia o seguinte traçado: “Partindo da foz do Ribeirão do Patrão, no Rio Paraná, sobem por este até a sua cabeceira; daí seguem em seco e por água até o Ribeirão São Pedro na altura do lote 47, da Gleba 20; descem pelo ribeirão São Pedro, até a sua foz no Rio Paraná; descem por este até a foz do Ribeirão Patrão; ponto de partida desta descrição” (PARANAVAÍ, 1953).

Entretanto, com a criação do município de Loanda em 1954, a localidade de Porto Rico passou à sua jurisdição: “Pela Lei nº 13, de 05 de julho de 1956, foi criado o Distrito Administrativo de Porto Rico, no município de Loanda. Pela Lei Estadual nº 4.738, de 05 de julho de 1963, sancionada pelo governador Ney Aminthas de Barros Braga, foi criado o município de Porto Rico, com território desmembrado do município de Loanda” (FERREIRA, 1996, p. 541). A instalação oficial do município ocorreu em 21 e abril de 1964.

Falando sobre a origem do nome do município de Porto Rico, o autor supracitado diz que a denominação é de origem geográfica, por estar situado às margens do Rio Paraná e, à época do desbravamento da região, a pesca constituía-se numa das principais atividades de seus moradores. Daí a origem do nome adotado, isto é, ‘Porto’, por ser o local utilizado pelos pescadores para desembarque dos seus pescados, e ‘Rico’ devido às riquezas aquáticas do rio Paraná. Dado importante para ser destacado sobre Porto Rico é que “A área que compreende o atual território municipal foi percorrida por espanhóis e bandeirantes paulistas no século XVI, em alguns de seus pontos mais acessíveis, desde as barrancas do rio Paraná até às margens do Paranapanema, nas longas travessias do sertão realizadas pelos ousados desbravadores” (FERREIRA, 1996, p. 541).

Nessa citação, o autor destaca que a área do município foi ocupada no século XVI por espanhóis e bandeirantes paulistas, mas se esquece de dizer que a população indígena foi a primeira a habitar essa região, e que tanto os espanhóis quanto os bandeirantes viam nessa população um alvo fácil para intenções tanto de catequese quanto de escravidão¹¹³.

Com o depoimento do Sr. Francisco Vicente Vieira¹¹⁴ a história da colonização do município de Porto Rico vem à tona nas suas mais diversas facetas. Nele é relatado a quem pertenciam as terras do município, como chegaram as primeiras famílias, a origem dessas famílias, as dificuldades por elas enfrentadas durante o período da colonização, principalmen-

¹¹³ Sobre essa primeira fase de ocupação regional que envolve a população indígena nos municípios do Noroeste do Paraná, no capítulo 2 mostramos, através dos estudos e mapeamento dos sítios arqueológicos, a presença de uma população que na maioria das vezes, como é o caso da citação acima, nem sequer é mencionada nos estudos realizados na região.

¹¹⁴ O senhor Francisco Vicente Vieira é nordestino. Foi um dos primeiros moradores da localidade de Porto Rico, no período da colonização. Como todos os outros na região que chegaram no princípio da formação do município, ele se denomina pioneiro do município. Durante toda a sua vida foi pescador. Recebeu-nos em sua peixaria no dia 17 de janeiro de 2005, na cidade de Porto Rico.

te dos pescadores e as famílias que habitavam as ilhas do rio Paraná. Também fala sobre a grilagem das terras e sobre a violência contra pequenos trabalhadores em decorrência desses grilos. Na entrevista ele fala sobre a concentração da propriedade da terra e sobre as mudanças que ocorreram no município da década de 50 para a atualidade. Ele diz:

“Então aqui, eu cheguei aqui em 1959. Em 1959, eu cheguei aqui e encostei ali naquele barranco. Eu vim de vapô (quer dizer vapor, espécie de embarcação que percorria o rio Paraná propelida por máquina a vapor) naquele tempo, e cheguei ali, nós parô aonde hoje é a lanchonete. Era puro mato, só tinha o ponto de carregá lenha e tora, e subia dali pra cá. Pra saí aqui aonde hoje é o posto de gasolina do Bíla era um trilho que só passava caminhão de tora, nesse trilho. Então, a gente subia até chegá aqui em cima na cidade que era naquele tempo, era a padaria do Salvador, era o ponto de conversa, e uma casa chamada casa União. Só tinha esses dois, a padaria e a casa do comércio. Então, isso aqui por onde nós tamo hoje ó, inda tinha peroba, angico, isso aqui era tudo mato, naquele tempo. Ali em baixo nessa direção aqui ói, tinha o posto de gasolina do dotô Milto, bem na berinha do rio também. O posto de gasolina era dois tambô de 200 litro, chamava posto de gasolina “Dotô Milto”; e por aqui assim, onde nós tá vendo isso aí, era tudo mato aí, naquele tempo, e assim foi, até que, com o passá dos anos pra frente, eles começaram a roçá esses mato, derrubá. Esse aqui mesmo, de atrás da casa ó, até o ano passado, ainda tinha o tocão de peroba aqui, daquelas que foi derrubada naquela época. Então, foi um tempo que povo vivia muito bem aqui no lugá; era café, nas aberturas que tinha, era café, era ceriais. O maió era o café e o gado de algum fazendero que tinha por aqui, dos Góis, tinha gado, de Mané Cardoso, tinha gado também. Então a produção daquele tempo era essa. E nas ilha, essas ilha era cheia de gente naquele tempo (refere-se às ilhas do rio Paraná). Tinha mais gente nas ilha de que na cidade, era muito mais o povo da ilha, que a gente andava nessas ilha. Eu sei, que tava enfileirado de casa, só que era tudo mato também. Então, todo mundo tinha aquela roça, tinha até café plantado aí, nessa ilha Mutum tinha café, tinha roças de café, essas lavora, era arrois, era de tudo tinha. Banana se perdia, abacaxi, aquilo é, você entrava assim na ilha, era aquele chero de fruta madura, parecia uns pomá assim a roça daquele pessoal. Tinha casa que ali tinha aquela fartura toda, de banana, abacaxi, lima, laranja, era um troço. Era criação de porco, galinha, mais era coisa boa memo. Todo mundo vivia bem nessas ilha. Mais depois, com o passá do tempo, foi, foi indo, foi indo, deu aquela enchente grande em 1970 e num sei o que lá, deu uma enchente grande, mais acabô com tudo, mais acabô memo, óia, até as figuera morreu, e as famílias mudô tudo prá cá. Pra qui onde tem essa delegacia ali, tinha um campo de lona

assim, lona do exército, lona da polícia; fizeram acampamento aí, virô aquela cidade ali ó, dos pessoal que saíu da ilha naquele ano. E assim ela foi indo, foi indo, até que hoje a cidade tá grande, bonita, tá uma beleza.

Quem feiz as abertura pra o Porto Rico foi o dotô Milto. Esse dotô Milto, ganhô do governo do Estado uma área de terra, com todo o porto. Sabe o que ele fazia? Ele abriu uma picada, ele abriu uma picada de Porto Rico até Paranavaí, e por essa picada que foi formando o lugá de Porto Rico. Essa picada, ela saía daqui. De lá vinha de carro, desses caminhão de tora, era as primera condução que andava, caminhão de tora e jipe. Eu cheguei aqui, dois ano, três, quatro, mais ou meno, que eu tinha chegado, eu fiz duas viagem, daqui em Santa Cruz de Monte Castelo de a pé, porque não podia passá carro nenhum, que dentro daquela picada o carro, se passava, ia afundando na terra, que a terra era mole, então fazia aquele poço de água daqui lá. Você tivesse precisando de í, tinha que í de a pé. E de Santa Isabel do Ivaí eu fiz uma viagem de a pé, fui daqui lá, e voltei de lá com uma bateria de 12 volts no ombro. Inda o cara falô assim, disse: ‘Mais num pode, cê tá aqui no Porto Rico com essa bateria cê num vai’, eu disse prá ele: ‘Rapais, quem precisa vai’. Que eu precisava da bateria, sem ela eu não andava, que eu trabalhava pescando no rio, e eu tinha o meu motô, e ele era tocado com bateria, então eu tinha que fazê essa viagem, si eu não truxesse ela, como que eu ia fazê? Num tinha carro. Caminhão de tora não passava, jipe não passava, nada passava, só gente de a pé. Pois eu botei dentro de uma caxa de papelão, forrei com jornal e botei no ombro. Quando cansava de um eu trocava no outro. Não, mais naquele tempo, naquele tempo tinha um jipe aqui, do Miro, esse jipe era quem socorria todo mundo aqui, era um jipão daqueles de Toyota. Então era pra Loanda, era pra Santa Cruz, era pra Santa Isabel, pra qualquer coisa era o jipe do Miro, porque ota condução quando chovia, não ia mesmo.

Óia, aqui veio gente de todo lado. Aqui veio gente do Estado de São Paulo, aqui veio de todo lado, aqui você tinha pessoas aqui, os paranaense era poco, era poca gente aqui no Porto Rico que era paranaense memo. Eu conheci aqui treis família de paranaense. Eles era muito sussegado demais, eles num era aquele povo trabaiaadô, inteligente. Sabe quem fez a inteligência do lugá aqui? A família dos Volpato, essa família de Volpato, a família do Góis, que hoje tem Osmar Góis aqui, filho do velho. Esse povo aí foi que fizeram coisa, fizeram o município crescê. A família dos sergipano, que é o seu Miguel, que tá hoje alí. Esses Volpato é uma gente muito trabaiaadô, inteligente, é gente assim como se diz, meio italiano, esse povo é seguro nas coisa que fai, né? Então eles foi quem fizeram, podemo dizê, essa região aqui é deles memo. Aqui eles têm fazenda, sítio, tem di tudo aqui, essa família de genti. Dos antigo, é esses aí qui eu conheço. O véio tá vivo até hoje. Aquele véio é daquele tempo, véio daqui,

daquela época. E pra cá, pro lado da barranca do rio, era só pescadô memo, era a turma di pescadô. Inda hoje nós tem aí um, que era Alfredo Gaúcho. Alfredo tá morando alí, já tá vêi, mais tá ali também.

Eu também sô pescadô, toda vida, mais tô aqui ainda, pelejando com os peixe. E é tanto que eu até fiz uma pexaria pra vendê peixe, porque eu vivi muitos ano trabalhando com peixe. Óia, a produção du peixe teve muito peixe, até fazê a barrage. Quando fez a barrage, o rio mudô, o rio Paraná não é mais o rio Paraná, mudô. Então, quando fez, ela mudô muito. Quem pegava, 1000 quilo passô a pegá 100 quilo, se você pegava 100 quilo, passô a pegá, 50, 20, 10. Mais é isso aí, foi a barrage. Óia, aquele povo que era, mudô tanto que foi obrigado até aprendê pescá de oto jeito. Ficô diferente, porque nós naquele tempo pescava de rede, aquela pescada toda, e pegava muito peixe. Porque a barrage, foi assim, ela aumentou as água, quando a barrage veio no rio Paraná, aumentô 2 metro e meio de artura, subiu 2 metro e meio. Agora cê vê, hoje o povo diz assim: ‘É, o rio Paraná tá seco, secô o rio Paraná, acabô por causa que secô’. Não foi isso não, eles diz isso porque num sabe, num repara as coisa, mais eu, qui posso dizê qui viví 50 ano em cima dele, sem saí. Eu não aprendí nem andá de bicicleta, num tive tempo. Era pescando memo, familia grande, tinha treze filho. Tinha que pescá memo, era morando em cima da água, foi 50 ano em cima desse rio aí. Então, num é que o rio secô, qui nem o povo diz. Hoje a senhora pode chegá na barraca do rio e o povo dizê: ‘ah, agora o rio tá repontado, têm aí 1 metro e meio de água de artura tá enchendo esses dia’; aí otra pessoa pode diz: ‘o rio tá secô, o rio Paraná’. Não, de maneira nenhuma, o rio Paraná num tá seco, ele aterrô. Aonde ele tinha 20 metro, hoje tem 4 metro de fundura, aonde tinha uma ilha aqui, ói, que podia desce aqui, 2 quilômetro de comprimento, ela hoje tá ancorada aqui, qui a água subiu, saiu di dentro do nível do rio de baixo, de onde era aquele barro que o rio tem no barranco, e começô a onda batê nas ilha e foi só derrubando. Hoje cê anda na bera desse rio, você só vê pau. Todo dia que ocê anda tem derrubada nova, é só dá um vento do sul, do norte, cê passa barranqueano, tem derrubada nova, porque a terra da ilha é fofa, tem areia, tem barro, um poco de foia, essas coisa assim. Então, quando vem um vento que bate ali, você só vê é caí os oito de ilha prá dentro do rio. E pra onde vai? Não tem pra onde vai, vai aterrando. O que aconteceu foi isso, aterrô o rio Paraná. Num é que ele secô não. Quando a senhora vê alguma pessoa dizê, ‘Ó, o rio secô, cabô’. Não.

São duas barrage, que faiz o efeito: é a barrage de Rosana, e a de Foz do Iguaçu. Porque é assim: essa daqui, Foz do Iguaçu sigura a água né, ela levanta, vai até umas artura; si essa daqui não sortá a água, ela vai baxá, mais num é; quando essa daqui sorta, a de lá sigura, e assim eles controla essa água aqui qui ela nunca baxa, ela 2 metro e meio por vida, por vida.

Agora você vê gente dizê assim: ‘Não, ah o lugá secô, cabô o rio Paraná, só é areia, só é praia, secô’. É nada, é que eles nem pensa o que qui é o rio, não, é que aterrô, o negócio é qui aterrô. E vai aterrâ mais, porque tem ilha aí que nós passava, o canal tinha 200 metro de largura, duma ilha na outra, hoje tá com 2000 metro de largura, vai comeno. A ilha Mutum já vai aqui em cima comeno ali. Tá desceno tudo. E vai aterrâ. E num é dizê que nem tem gente qui fala, que o rio secô, di maneira nenhuma. Eu conheço o rio Paraná, desde antes da era di 50 eu tô dento dele. Esse rio tinha lugá que você não andava, de pedra, pedrera pura. Esse rio Bahia, que eu num sei si a senhora já andô no Bahía, no rio Bahía, rio Baía, prá andá nele tinha que sê acostumado entrá, porque óia, era meio metro de fundura, um metro. O rio Corutuba a gente andava empurrando o bote, hoje anda com quarquê lancha, correndo dentro, esse pessoal com motô grande aí, você vê, entra lá, eles vai onde eles qué, e vorta; tudo fundo, não tem uma pedra, prá ocê dá uma pancada, e o cara que não entende do rio, diz qui ele secô, mais não, ele aumentô, foi 2 metro e meio de artura qui ele levantô.

Desse negócio de grilagem de terra, nessa região nós que sabe mais do que o pessoal de Querência. Nós que sabi disso aí, muito mais que eles. Ó, nós um dia tava no Porto Rico, nós pescadô, uma turma de pescadô, tinha João Pézim, tinha João Boiadero, tinha uma turma, uns trinta, e chegô João Bronquinha. Eu conheço todos, chegô João aí e disse pra nós, ali na barraca: ‘Óia rapaz, eu dô dez arqueire pra cada um, dez arqueire pra cada um, pra i tomá conta lá; cada um ganha dez arqueire’. Me chamô e eu digo: ‘- João’ ele era muito conhecido nosso - ‘João, si tu mi dé 100 eu num vô, que tu não tem terra lá, rapais, é grilado, aí vem o dono, e mata nós tudim’. Aí ele arrumô, só não foi João Pézim da turma, eu e João Pézim. Foi Zé Sergipano, o finado João Boiadero, óia, foi 20 e tantas família, ganhá dez arqueire. Dos qui foram iscapô só o Zezim, um sergipano. Zezim passô um meis prá podê chegá, e a mulher de Zé Sergipano veio com dois minino pequeno assim, de a pé, de Querência aqui, por dentro desse mato. Ela gastô quinze dia de Querência aqui, sozinha, com aqueles minino, com aqueles dois mininim. Chegô aqui ali onde é a colônia de pesca, que era de João Nakamura. Inda hoje Sérgio tá vivo pa contá a história; chegô, óia, sem nem um trapo de ropa, toda cortada daqueles espinho da mata, daquela foia de arranha-gato, aqueles minininho não tinha uma ropa, tudo retaiado de entrá por debaixo do arranha-gato e assustado e com medo do que eles viu lá. Chegaram tudo retaiado, a dona Maria, que eu não sei se inda tá viva, a dona Maria do Nakamura, arrumô ropa pra muié, pros filho, e tratô deles, mais tudo machucado do cipó do mato, gastô 15 dia. Os fazendero chegô e mandaram matá tudo, matô todos. Nós vinha vino, que nós trabaiaava com pexe, nós puxava de longe, vinha vino da Caiuá, teve um dia que nós incontrô 16 pessoa morto, boiando já, e a tamanca já tinha sido pega na Caiuá já

fazia uns 4 ou 5 dia; só o bagaço de bala. Foi desse jeito: o pessoal vinha vino, tudo dento do barco; quando foi incostando, os cara tava em cima, atirô em todos assim de repente, não sobrô um, afundô todo mundo, e o barco desceu. Quando nós vem vino encontrô. Só via gente boiando atrás um do ôto e a imbarcação já tava lá na Caiuá, que o povo tinha pegado a imbarcação, mais acabô com tudo.

Eu conheci Dico Negrero. Até no dia que prenderam ele, eu tava bem vizinho dele. Naquele dia, eu pelejei pra avisá mais não deu tempo. Que ele era um cara bom, assim óia, adoecia uma pessoa naquela região, naqueles mato, ele ia lá depressa, tratava daquele povo. Ele tinha remédio muito lá no acampamento, ele então fazia uma mão-de-obra boa, lá dentro daquilo lá. Mas o dia que prenderam ele, o pessoal chegô, eu tava na Caiuá, tinha ido levá pexe, e chegô o pessoal do exército. O capitão chegô, foi lá no meu bote, entrô dentro, reparô, reparô, disse: ‘Você é pescadô?’, eu digo: ‘sô’. ‘E como é que tá os bandido por aí?’, eu digo: ‘Óia, seu capitão, eu não conheço, eu não mexo com os bandido não, mais tem muito por aí’. Ele disse: ‘E o tal Dico Negrero, conhece?’ Eu digo: ‘Demais, conheço muito’. ‘É, já tamo com ele seguro’. Mais era mentira dele, eles tinham dado um tiroteio no Dico Negrero e eles pensô que tinha matado, e disse: ‘Já tamo com ele seguro’, só falô assim. Aí num tinha feito era nada, tinha só baleado uma perna dele, tinha furado ele de bala, mais num matô não. O capitão era do exército de Guaíra, veio de baixo, de Foz de Iguaçu, de Guaíra, veio de lá. Veio igual chuva, veio de avião, veio de tudo prá cá, pra mode esse aqui que mataram aqui. Mataram o major alí ó, do outro lado do rio, aqui mataram o major, que essa rua pegô o nome do major porque mataram ele alí.

Menina, eu sei coisa desse lugá, daqui pra Querência! Então eu nunca, nunca fui na conversa de dono de terra, nem de contrabanda, nunca fiz contrabanda, nem nunca tive que ganhá terra pra i morrê lá, e dos nosso companheiro, só vortô o Zé Sergipano, dos que foram.

A senhora sabe de uma coisa? Tem muita genti no mundo que vai na conversa dos oto, e o cara chega com a proposta boa - 10 arqueire de terra, num vai tê perigo, vocês fica tudo acampado, num tem pobrema nenhum, e vão ficá todos junto, fazê uma colônia de pessoa e ficá lá. E assim fizeram. Chegaram lá, cada um fez um barraco. Mais o dia que chegô o castigo, num teve, não tinha como agi. Mais a terra num era de ninguém, a terra era Estado do Paraná. A terra naquele tmpo, inda não tava vendida, era do Estado do Paraná, era terra do governo do Paraná, do Estado. Então, como é? Eu chegava, tinha o recurso, queria mandá naquele pedaço, mais tinha outro mais interessado, que queria me tocá dali pra ficá com aquilo ali, e assim vivia a demanda. Quando uma pessoa podia, o que tinha mais força vencia o oto, e assim foi, até que legalizaro, no final das contas legalizaro a terra pra argum

fazendero desses. Só que João não ganhô nada, nem aquele que mandô matá ganhô, porque perdeu todo o direito também do Estado. E foi otas pessoa que legalizô as fazenda, muito diferente daqueles que brigavam. Quem brigava, quem morreu e quem matô não ganhô nada; então foi desse jeito.

Vê as coisa, ví muito disso aí. Então era um tempo diferente de hoje em tudo, só que com tudo o povo recrama que hoje tá ruim, mais num tá, hoje tá melhó. Eu tinha, qué vê, eu vô contá prá você vê, a situação. Eu, um cara trabaiadô, trabaiava noite e dia, pescando, era na pescaria, eu tinha um rebanho de filho morando aqui no Porto Rico, e eu trabaiava todos os dia na pescaria, e tudo que eu fazia só dava pra tratá dos minino. Adoeceu um filho meu e uma filha. Pode crê que tudo que eu fazia naquela luita toda era pro dotô Irata em Loanda e os farmacêutico do Porto Rico. Tinha dois, naquele tempo. Era muito diferente de hoje. Hoje é a maió moleza do mundo, hoje o tempo tá bom. Hoje, ó, tem posto de saúde, pros minino que vai pra escola tem o material tudo de graça, acha quem dá, mais hoje tem de tudo, e naquele tempo, óia, a professora dizia: ‘É 10 lápi, 10 caderno’, o cabra tinha que comprá. O minino adoecia, você tinha que i na farmácia gastá aquele dinheiro que tinha o que não tinha; precisava i lá no médico, você tinha que i daqui em Loanda. Pagava o jipão pra i em Loanda levá, pagava pra i buscá. Quando sarava o dotô dizia: ‘É, mais tu vai arrumâ o dinheiro primero pra pudê levá o doente’. Era, tinha que trabaiá prá tudo isso, não tinha moleza que tem hoje. Hoje não, você tá aqui no Porto Rico, nem Pensa. Se adocece, mulhé tá pra tê filho, ninguém nem tá pensando nisso. Ó tá ali o hospital, vai pra lá, tem tudo. Que qui é isso, hoje a coisa tá boa demais! Tá tão boa que o povo ficô assim meio vadio. Você vê, toda hora que você vai naquela barranca de rio tá assim de gente. Cabra trabaiadô, que tá lá sem fazê nada só porque tem moleza, né? Cabra que vive do trabaio. Mais tá cheio de gente ali noite e dia. É só gente daqui memo do Porto, e naquele tempo cê num via uma pessoa à toa, porque o compromisso era grande. E hoje não, hoje tá bom demais, tá uma beleza. Pra pescadô tá bom. Tem seguro-desemprego, nós tem essa colônia de pesca ali, o cara machuca um dedo, num pode pescá, vai no médico, o médico dá um atestado, enquanto aquele dedo num tivé bom ele num vai trabaiá e ganha um salário. Nós tem tudo isso aí. Qué dizê, que no tempo hoje tem um fracasso de peixe, que num é quenem naquele tempo, tem muito menos, mais tem mais vantage. Naquele tempo nós fazia, eu memo cansei de fazê, cinco mil quilo de charque, charqueá cinco mil quilo de peixe. Então eu tinha que fazê aquilo ali e adepois que aquele peixe tava salgado, esperava o homem vim. Só vinha de quinze em quinze dia. O pexero levava aquele charque e inda vinha pagá quando vortava. Era, você tinha que se virá com aquilo ali até ele chegava. Hoje não, você pega 20 quilo, cabô de pô ele dentro da vasia assim,

os 20 quilo de peixe, você diz: ‘Opa, já ganhei 40 real’. Chega aqui eu já compro e pago pra ele, se for normal é 40 real, já ganhô os 40 real. Hoje tá melhó, menos serviço, menos peixe e mais dinheiro, porque o bom é aquele dinheiro que chega na hora, né? E hoje tá desse jeito, você não tem mais aquela compra de sal que comprava 30 saco, 40 saco de sal, e saía nesse mundo com aquele monte de sal dentro do bote, parecia que ia tratá de boi, né: Mais num era, era pra podê charqueá o peixe. Era desse jeito as coisa naquela tempo, e hoje não, hoje é bom demais, eu acho melhó do que naquele tempo”(VIEIRA, 2005).

Na fotografia seguinte podemos visualizar um tipo de embarcação que percorria o Rio Paraná no período da colonização do Noroeste.

Foto 74 – Lancha Sobre o Rio Paraná
Fonte: IBGE, 1959.

Município de São Pedro do Paraná

O ano de 1951, conforme depoimentos por nós coletados, marca o início da chegada dos primeiros colonos à localidade de São Pedro do Paraná, vindos tanto do Estado de São Paulo quanto de várias regiões do Estado do Paraná, migrando à procura de terras para o plantio do

café. Estes depoimentos conferem com os dados do histórico municipal, o qual diz que, por iniciativa do Governo do Estado do Paraná, com o intuito de desenvolvimento do Noroeste do Estado, “em 1948 houve a demarcação de glebas, ainda município de Mandaguari-Pr. Em 1951 começaram a chegar os primeiros colonizadores, sendo a sua grande maioria imigrantes (sic) do Estado de São Paulo, Norte Velho e Sul do Estado do Paraná, iniciando as primeiras plantações de café” (SÃO PEDRO DO PARANÁ, 2005).

Desta maneira, em 1953 a localidade já contava com um aglomerado humano, surgindo, portanto, o núcleo urbano que originou o atual município de São Pedro do Paraná. Conforme destaca o histórico municipal, “A cidade de São Pedro do Paraná, foi fundada pela Empresa Colonizadora São Pedro Agrícola e Industrial Ltda, gerenciada pelo Senhor Silvio Vendramin, tendo como titular o Senhor José Volpato, que contou com a colaboração direta do então Vereador por Loanda, Senhor José Marques de Macedo” (SÃO PEDRO DO PARANÁ, 2005). Igualmente, o histórico relata que São Pedro do Paraná “Foi Distrito Judiciário de Loanda por projeto do Deputado Paulo Afonso de Camargo apresentado em 21 de novembro de 1962” (SÃO PEDRO DO PARANÁ, 2005). A elevação à categoria de município também ocorreu por projeto desse parlamentar.

Sendo assim, “A denominação São Pedro do Paraná veio através da Lei Estadual nº 4.788, de 29 de novembro de 1963, quando foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Loanda e Porto Rico” (FERREIRA, 1996, p. 656). A instalação oficial do município ocorreu em 14 de dezembro de 1964, sendo o primeiro prefeito José Marques de Macedo. A origem do nome do município está diretamente ligada a uma questão religiosa. Como os colonos eram devotos de São Pedro, homenagearam o santo, que ficou sendo o padroeiro do lugar.

Um pouco da história e do cotidiano dos moradores de São Pedro do Paraná no período da colonização e na atualidade é relatado pelo senhor José Raime Ignácio¹¹⁵. Nesta entrevista ele fala sobre a formação do local, a empresa colonizadora, a origem do nome do município e a questão da propriedade da terra, como também da perspectiva de crescimento do município. O senhor José diz:

¹¹⁵ O senhor José Raime Ignácio chegou em São Pedro do Paraná no princípio de sua colonização. Recebeu-nos em sua residência na cidade de São Pedro do Paraná no dia 17 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

“Então, nós chegamo aqui em São Pedro do Paraná - eu cheguei com meu pai, eu tinha 15 anos, foi em 1957, isso aqui era tudo era mato né, e meu pai veio aqui e arrumô aqui um armazém. Naquela época dizia assim, um buteco, né, que hoje fala supermercado, armazém, né, naquele tempo era buteco, né? E com isso daí, o meu pai então organizou um campo de futebol e começô o futebol crescê, e então o povo, chegava dia de domingo, a população se aglomerava no nosso buteco. Então foi crescendo, e aqui se denominava serraria São Pedro, porque tinha uma serraria, e essa serraria foi abandonada, ficou no mato, largada, acabô tudo em nada, então isso aqui não tinha mais nada, então aqui era denominada serraria São Pedro. E meu pai então com o butequinho, pra angariá mais dinheiro então falô o seguinte: ‘Logo que é serraria São Pedro, então aqui é São Pedro, vamo fazê a festinha de São Pedro, vamo chamá o padre e vamo rezá a primeira missa em São Pedro no dia de São Pedro’. Nesse lugar que você está agora aqui era um sítio de Sebastião Franco da Rocha. Ele se ajuntô com esse sitiante aqui e mais outro sitiante aqui vizinho e fizeram um abertinho aqui embaixo. Aqui que era tudo uma quiçaça, que aqui pra cima era mata virgem, né, fizeram um abertinho aí, e com o incerado cubriram, num mato que tiraram um cedro, e fizeram uma cruz, chamaram um padre, que era o padre Bronca, na época, Pedro Bronca, e ele veio rezá a primeira missa aqui em São Pedro. Aí ficô a tradição. Aí começaram a fazê festa, né, e frango assado. Naquele tempo era leilão, cê entende? É, não tinha o coreto né, mais tinha o leiloero, e cresceu essa tradição, né, e o futebol, e a festa de São Pedro, e São Pedro o povo vinha mesmo né? É que os dono dessas terra, que era o Volpato, o Silvio Vendramin, José Marques de Macedo, que cuidava da empresa colonizadora, resolveu cortá isso daqui em loteamento, fazê cidade, porque viu que o negócio aqui tava indo, né? Foi aonde surgiu São Pedro do Paraná. Pra diferenciá de outro São Pedro, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Turvo, São Pedro não sei do quê, né, então fez São Pedro do Paraná.

Era uma propriedade de 20 alqueire aqui. Eles deixavam 20 alqueire aqui eu não sei se era pra fazê a cidade mesmo, mais tinha 20 alqueire aqui, mais só que tava abandonado, tava no mato, era mato mesmo, mata virgem, né, mais não tinha ninguém. Quem entrô então aqui primeiro foi meu pai, com esse negócio de butequinho, né, e começô aí. Com isso, aí aglomerô pessoas e surgiu a cidade, São Pedro do Paraná, né, daí seguiu à frente.

Quanto à questão dos problemas de terra, tem sim, e até hoje tem isso aí. Tem terra que é do Rocha Loures, que é a gleba aqui, eu acho que é 11 mil alqueire ou 10 mil alqueire, até hoje isso aqui é litígio, né, litigioso, quer dizer, sem documento, porque pertence ao Rocha Loures, então tá uma briga danada. O governo queria comprá do Rocha Loures prá dá o título definitivo pros posseiros, né, porque esse Volpato vendeu pra esse povo; não que o povo grilô

terra, não, o povo comprô de boa-fé. Inclusive tem gente que tem escritura dessa terra, tem escritura de Mandaguari, só que não vale nada, a escritura não vale nada. Compraram do Volpato essa terra, essa terra era grilada, grilada né, e até hoje se fô vê não tem documento dessas terra.

Essa família Volpato, eu sei que tem qualqué coisa em Marilena, eles têm qualqué coisa em Marilena, você entende? Agora eu não sei o problema deles em Marilena, não sei se eles que fundaram em Marilena ou não, eu não tenho certeza né, mais aqui foi eles, né, Volpato, vendendo terra, vendendo aquilo que não possuía, cê entende? - Po povo, e o povo comprando de boa-fé, e até hoje tá sem documento, isso daí.

De lá pra cá melhorô, vixe! Melhorô mil por cento. O ciclo aqui foi o café. As pessoa vinha de Bela Vista do Paraíso, morava no Estado do Paraná, e tinha do Estado de São Paulo também, vinha do Estado de São Paulo também, vinha de Minas também, gente de Minas também pra cá, plantá café. Eu acho que o povo veio, como diz o outro, porque a fama do Paraná aí pra fora, no Estado de São Paulo, Minas e outros lugares do nosso país, é que no Paraná se plantava o café, então é, colhia dinheiro com rastelo, não é isso? Então, o povo veio naquela influência, e chegô aqui muitas vezes e quebrô a cara. Não era aquilo que eles esperava. E muitos também acertaram, né? Quem pegô essa região de Maringá, Londrina, Cornélio, Apucarana, de terra roxa, acertô em cheio com o café. Mais aqui também foi uma área muito produtiva de café, deu muito café. E outra: você sabe por que o povo parou de plantá café? É o preço. Então não compensa ter o café, porque eu tinha aqui agora até esses dias aqui, eu tinha 30 mil pés de café, 30 mil, eu colhia mil, mil e duzentas saca de café, mais o gasto que eu tinha de insumos, entre adubos e outras coisas, e mão-de-obra, não compensa vendê a dois reais, a dois e cinqüenta, a um e cinqüenta. Eu cheguei a vendê café a um e cinqüenta, e teve pessoas que venderam aqui a um real. O saquinho de 40 quilo em coco, que conforme a renda dá 20 quilo, né? Quer dizer, você vende hoje, essa semana passada eu vendí 15 mil quilo de café a 2 conto o quilo! Dois conto o quilo! Pra torrefação. Pra eles vendê o quê? A 8, a 7, 8 conto, o quilo. Então quem ganha dinheiro? O atravessadô. Quer dizer, eu tô trabalhando de graça, e muitas vezes pondo o meu em cima. Então sabe o que eu fiz ? Cortei o café e plantei pasto. Cortei tudo. Perdi a irrigação, gastei 15 mil conto na irrigação, perdi tudo. Não compensa mais trabalhá, pagá 20 conto, 25 conto por dia, pros adubo caro, pra cuidá de café, e ainda dá o café de graça. Só tem valor na mão do atravessadô.

Então, a gente que tá na lavoura tá sofrendo com isso aí, e o governo não vê isso, o governo não vê o atravessadô. Você sabe o que o governo vê? Ele vê os grandes produtores de soja. Quem é grande produtor? É os rico, porque o pequeno não é o grande produtor de

soja, porque quem pode comprá um maquinário de 200, 300 mil conto pra pudê colhê soja? Então não tem condições. Os pequeno só tá sofrendo com isso aí. O pequeno hoje tá sobrevivendo com o leite, infelizmente.

A perspectiva pro município é boa, viu, é boa. Turismo é bom. Muito boa porque inclusive nós tem aqui a posada, nós tem duas posada aqui, não sei se você já visito. Você deveria conhecê. É quatro quilômetro aqui, é coisa linda, é mais linda que São Pedro do Paraná deiz vez, a pousada. Tem duas. É coisa linda, linda! Gente de Maringá, gente de Londrina, gente de Paranavaí e de outros lugares que tem as propriedade aí. É tudo asfaltada, é coisa linda, linda, linda de se vê. É um paraíso. Então aqui é pra turismo, vô falá, é barbaridade. E quanto à pecuária também tudo é bom, não é ruim” (IGNÁCIO, 2005).

Sobre os problemas envolvendo a propriedade da terra no município de São Pedro do Paraná colocados pelo senhor José Ignácio, Schwartz (1988) escreve uma reportagem em 1982 sobre a origem de Paranavaí, na qual destaca que desde quando a Colônia Paranavaí foi demarcada e subdividida em glebas, passados 40 anos - ou seja, até a época da reportagem em 1982 - problemas quanto a duplas titulações das terras nas glebas ainda eram comuns. Sobre o caso específico de São Pedro do Paraná há uma parte nesta reportagem que explica o que ocorreu com as titulações de terra nesse município. Pela sua importância histórica, procuramos fazer um resumo da parte que cabe a São Pedro do Paraná, deixando-o na íntegra. Neste sentido Schwartz (1988) diz:

AGRICULTORES ESPERAM TÍTULOS DE TERRA HÁ MAIS DE 30 ANOS

Passados quarenta anos da ocupação, perduram na justiça disputas outrora sangrentas que envolvem posseiros, grileiros e proprietários cujos documentos de compra foram contestados e ainda hoje não lhes permitiram os títulos definitivos das terras. O ex-desembargador João Alves da Rocha Loures pleiteia judicialmente quatro mil alqueires no município de São Pedro do Paraná avaliados em mais de 300 milhões de cruzeiros, por estar correndo juros e correção monetária determinados em sentença. Em consequência, 600 ocupantes de áreas variando entre 2,5 a 25 alqueires, eficientes miniprodutores de cereias, que compraram as terras da Colonizadora Paranapanema, ainda não possui títulos definitivos e, para usufruírem de crédito bancário, estão condicionados a licenças de ocupação fornecidas pelo ITC (Instituto de Terras e Cartografia).

LUPION TITULOU GLEBA OCUPADA

Entre os mais antigos funcionários do DGTC (Departamento de Geografias, Terras e Colonização), e atualmente consultor do ITC (Instituto de Terras e Cartografia), David dos Santos Filho atribui o impasse da Gleba 21, pretendida por Rocha Loures, em boa parte ao segundo Governo Lupion. Baseado em documentos e no próprio acompanhamento que fez, David dos Santos Filho afirma que Lupion decidiu pela titulação a Rocha Loures, porém o documento foi assinado pelo governador interino Guaraçara Borba Carneiro, sem “a observância de importantes itens restritivos”, em suma “não foram respeitadas as posses ali existentes há muitos anos, bem como o Sr. João Alves da Rocha Loures não provou de forma cabal ser o sucessor da Companhia Industrial Brasileira”, tanto que “apresentou somente uma escritura da Braviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio), outra pessoa jurídica”. Na década de 20 a “Brazil Railway Company” (estrangeira) construía ferrovias no País e criava subsidiárias para a colonização de extensas áreas obtidas junto ao Governo. Uma dessas subsidiárias era a Braviaco, que, face ao não cumprimento de cláusulas contratuais para a colonização da Fazenda Brasileira, teve o contrato rescindido pelo Decreto nº 300, de 3 de novembro de 1930. Em 1951, o desembargador João Alves da Rocha Loures requereu 4.000 alqueires na Gleba 21 da Colônia Paranavaí, a título de compensação de terras suas que o estado havia transferido a terceiros: 3.000 alqueires em Paranavaí e 1.000 alqueires em Palmas, no Sudoeste (onde a Braviaco também era concessionária da “Brazil Railway”). Mas Rocha Loures apresentava-se na qualidade de sucessor de outra empresa, a companhia Industrial Brasileira. O governador interino Adolfo de Oliveira Franco, em 30 de novembro de 1955, deferiu o pedido de Rocha Loures, pela compensação de 4.000 alqueires “em terras devolutas disponíveis, anexas ao Porto São José, entre os ribeirões Dez ou da Areia Branca e São Pedro”. A compensação, todavia, deveria se consumir “mediante exibição, em tempo oportuno, de documento hábil que prove sua qualidade de sucessor da Companhia Industrial Brasileira, ressalvados os direitos de terceiros e condicionada a expedição do respectivo título de domínio pleno, dessa compensação; à aprovação da Assembléia Legislativa, por versar sobre área superior a 500 hectares”.

POSSEIROS RESISTEM E O ESTADO INTERVÉM

A lei nº 21/56, de 7 de setembro de 1956 concedeu “a título de compensação”, a Rocha Loures, “uma área de 9.680 hectares no lugar denominado Porto São José, em terras devolutas, entre os ribeirões Dez ou Areia Branca e São Pedro”. (Atualmente dentro do Município de São Pedro do Paraná). Baseado na lei sancionada pelo deputado estadual Guataçara Borba Carneiro, exercendo interinamente o cargo de

governador (Lupion havia se afastado para não fazer a transmissão do Governo a Ney Braga), o DGTC; expediu o título da área de 4.000 alqueires (ou 9.680 hectares) na Gleba 21. “De posse deste título, Rocha Loures tentou adentrar a área, no que foi impedido pelos posseiros, o que gerou uma convulsão social, obrigando o Estado a intervir”. E pelo Decreto nº 15.804 (28/08/64), o Governo paranaense declarou a área de utilidade pública para fins de desapropriação.

A AÇÃO PASSA A VALER MILHÕES

Na ação ajuizada pelo Estado, exclusivamente sobre 3.000 alqueires, as terras foram avaliadas em 100 cruzeiros (à época) por alqueire, valor confirmado pelo Tribunal de Justiça, porém em recurso ao Supremo Tribunal Federal, Rocha Loures conseguiu o retorno dos autos a comarca de origem (sediada no município de Loanda), para uma nova avaliação, feita em 1976. Vale lembrar que, na comarca de Loanda, o Estado obteve sentença favorável por julgamento do juiz Ciro Maurício Crema que, coincidentemente – segundo pessoas que acompanharam o processo – passou a ser preterido nas promoções ao tempo do desembargador Edmundo Mercer na presidência do Tribunal da Justiça. Guataçara Borba Carneiro, o governador interino que autorizou a titulação “sem a observância de importantes intens restritivos”, e Edmundo Mercer eram parentes de famílias que dominaram politicamente, por longo tempo, o Município de Tibagi. Retornando os autos à comarca de Loanda, o alqueire passou a valer 30 mil cruzeiros, totalizando a importância de 90 milhões de cruzeiros para o efeito de indenização em termos de 3 mil alqueires, acrescentando à sentença a incidência de juros e correção monetária sobre tal importância. Juros de 12 por cento ao ano a partir da ocupação e correção monetária a partir da nova aliança feita em 14 de julho de 1976; mais 10% de honorários advocatícios dos requeridos sobre a indenização final, além de 2 por cento da indenização fixada a ser paga ao perito Luíz Gonçalves Campelo.

AVALIAÇÃO ERA ASTRONÔMICA

Se em 1979 a avaliação global foi estabelecida em 90 milhões de cruzeiros, passados cerca de quatro anos, com juros e correção monetária, são muitos milhões a mais que estão valendo os 3.000 alqueires, “uma soma soma que Rocha Loures – se ganhar em instância final – certamente terá dificuldades de receber”, pelas dificuldades financeiras do Estado, que não pode, também, ser executado, conforme vários observadores. Mas a avaliação aceita chega a ser modesta diante daquela pretendida inicialmente por um perito da parte de Rocha Loures, firmando valores astronômicos – segundo o exposto por David dos Santos Filho – tanto é que levou os outros dois a não concordarem com o laudo. Argumentava o perito de Rocha Loures

que São José se converteria num dos mais importantes portos fluviais do Brasil, por isso a tendência era para a extrema valorização das terras. Uma projeção totalmente descabida, segundo o consenso dos outros. Não se sabe se o perito de Rocha Loures traçava tal perspectiva em função de projetos hidrelétricos no rio Paraná. De qualquer forma, as terras da Gleba 21 figuram entre as mais valorizadas do Noroeste de Paranavaí, valendo de 1,5 milhões a 2,5 milhões de cruzeiros o alqueire, especialmente no “Bairro Leoni”, onde mini-produtores estão conseguindo até 50 sacas de café em coco por mil pés – contra 27 ou menos de outras áreas – além de melhorarem substancialmente a renda intercalando arroz, milho, feijão, mandioca e amendoim. Este núcleo de propriedades familiares assemelha-se a um oásis, ao interromper a continuidade do latifúndio voltado para a pecuária extensiva. Atualmente, o processo sobre a Gleba 21 tramita no Supremo Tribunal Federal, devido a recurso do Estado no sentido de excluir os juros compensatórios (12 por cento). Enquanto aguarda a decisão e impossibilitado de titular a área, o Estado concedeu licenças de ocupação aos agricultores que se encontram há cerca de trinta anos na terra.

VENDAS FORAM DE VOLPATO

No Bairro Leoni, os ocupantes afirmam ter comprado as terras da Colonizadora Paranapanema, pertencente a José Volpato, vindo posteriormente a tomar conhecimento de que a gleba era pretendida por Rocha Loures. De acordo com David dos Santos Filho, aparentemente José Volpato, assumiu 25 mil alqueires dentro da Colônia Paranavaí, alegando direitos, adquiridos a uma família de Irati, sobre o imóvel Areia Branca do Tocum, constando das glebas 13, 14, 20 e 21, entre Nova Londrina e Querência do Norte. Em 1951, o Governo Estadual baixou ato embargando novas vendas de Volpato, pela indefinição dos documentos. E segundo conhecedores do caso, Rocha Loures chegou a defender os interesses de Volpato, dada a localização da Gleba 21 dentro do imóvel Areia Branca do Tocum. Zaqueu Casarin, imigrante italiano de 73 anos de idade e desde 1940 no Paraná, quando chegou a Bela Vista do Paraíso para formar café como porcenteiro, afirma ter comprado a terra em São Pedro de um corretor de nome Antonio Borba, credenciado por José Volpato, em 1951, por “dois contos e meio o alqueire”, por um compromisso de compra e venda registrado no Tabelioanto Rocha de Londrina. A sisa foi expedida em Mandaguari (à época toda Colônia Paranavaí pertencia ao Município de Mandaguari). Embora conste que Rocha Loures tentou adentrar a área a partir do momento em que obteve o título, no segundo Governo Lupion, Zaqueu Casarin declara-se vítima de jagunços já em maio de 1952. Segundo Casarin naquele ano, quatorze jagunços fortemente armados a serviço de Rocha Loures o despejaram dos 10 alqueires que estava abrindo. Os jagunços tinham a conivência de um certo

tenente Antunes, e Zaqueu foi trancafiado na cadeia em Paranavaí. Um oficial da Polícia Militar, até certo ponto misterioso, apareceu para salvá-lo. Posteriormente – segundo Casarin – chegou à área o tenente Aquiles Ferreira Pimpão, delegado regional de Polícia em Londrina, com a missão de impor a ordem. Mas no início da década de 70, jagunços voltaram a perturbar os ocupantes; e se misturavam com grileiros, entre os quais um que ficou conhecido por “João Barranco”.

OS PEQUENOS SOFRERAM E QUEREM PERMANECER

No município de São Pedro do Paraná, aproximadamente 600 famílias ocupando áreas de 2,5 a 25 alqueires permanecem dedicados à agricultura, formando uma ilha em meio à pecuária extensiva cujas pastagens toma conta de 831.110 hectares do total de 1.014.895 que compõem o Noroeste de Paranavaí. E antes de consolidarem o quadro, em 3 mil alqueires pretendidos na justiça pelo ex-desembargador João Alves da Rocha Loures, essas mesmas famílias elegeram a terra, o bem maior de suas vidas, tanto é que resistiram a sucessivas investidas de jagunços e grileiros ao longo de trinta anos. E até hoje, apesar de terem agido de boa fé na compra de terras, ainda não têm os títulos de propriedade. A gleba é mais conhecida por “Bairro Leoni” estão entre os remanescentes do Noroeste de Paranavaí, microrregião de 9.930 quilômetros quadrados colonizada sob o signo do café, cultura que entrou em decadência em 1962; as geadas e o empobrecimento do solo consequente da erosão determinaram a estagnação populacional e o posterior êxodo a partir de 1970.

A TERRA PROMETIDA

No início da década de 50, a iniciativa privada desenvolvera colonizações paralelas à oficial no Noroeste, em alguns casos irregularmente quanto à documentação. Alegando direitos adquiridos a uma família de Irati, José Volpato vendia 25 mil alqueires do imóvel Areia Branca do Tocum, os retardatários, que não alcançaram o empreendimento oficial, “embarcaram” nos de particulares, caso dos atuais ocupantes do “Bairro Leoni”, que compraram lotes de José Volpato e até hoje não tem títulos, além do que a área de 3 mil alqueires é disputada na justiça, pelo ex-desembargador João Alves Rocha Loures, que aciona o Estado. As famílias hoje no “Leoni” se deslocaram, boa parte, de Londrina e Bella Vista do Paraíso, onde tinham formado lavouras de café, na condição de porcenteiros e meeiras. Chegando a Paranavaí, na década de 50, algumas ainda trabalharam sob tais condições, porém a maioria chegava com a intenção de possuir a própria terra, atraídas pelas ofertas. Anciosas por um pedaço de terra própria, essas famílias resistiram a jagunços e grileiros, às geadas e às dificuldades para obterem crédito. E como há trinta anos passados, hoje mostram-se dispostos a continuar.

DIVERSIFICAÇÃO

No “Bar e Mercercearia Leoni”, uma placa anuncia que ali também funciona, às sextas-feiras, a unidade de recebimento de propostas de financiamento do Banco do Brasil; e entre panfletos do PDS, outra placa indica a “Chácara Sinal de Alerta”, uma entre as tantas propriedades familiares sustentadas pela agricultura diversificada, intercalada ao café. Waldomiro Suntach, candidato a vereador pelo PDS, administra 23 alqueires pertencentes ao sogro, Antônio Ferreira. O café tem 20 anos, porém ainda é o forte da propriedade. Waldomiro morava em Faxinal, antes de São Pedro do Paraná, e entende que, atualmente, a falta de títulos para os proprietários no “Leoni” já não constitui problema, porque a fase de jagunços e grileiros está completamente superada e as licenças de ocupação concedidas pelo ITC satisfazem ao Banco do Brasil. Segundo ele, a gleba tem o nome de uma filha de José Volpato, o colonizador, que pretendia a formação também de um núcleo urbano “a cidade Leoni”. Porém, houve deslocamento e, em direção oposta surgiu São Pedro do Paraná (SCHWARTZ, 1988, p. 74 – 78).

É conveniente destacar que no desenvolvimento desta pesquisa, de acordo com o depoimento que obtivemos, na parte em que o Sr. José Raime se refere sobre a questão das terras no município, ele relata que o problema de titulações ainda existe. Passados, portanto, 23 anos após a reportagem de Schwartz (1998), a qual relatou o problema das titulações das pequenas propriedades em São Pedro do Paraná, através da entrevista identificamos que ainda hoje há no lugar, pessoas que não possuem a documentação legalizada de suas terras.

Município de Nova Londrina

De acordo com informações contidas no IBGE (1959), são poucos e imprecisos os registros relativos às primeiras notícias do povoamento e colonização do local onde atualmente se encontra o município de Nova Londrina. O que se sabe é que a partir de 1930 existiu um “picadão” que partia do Porto São José, no rio Paraná, nos limites com o Estado do Mato Grosso, cruzava as terras circundantes do atual município, para atingir a Fazenda Brasileira, local em que na atualidade está a cidade de Paranavaí. Os registros históricos destacam que nos idos de 1947 alguns sertanejos se instalaram nas proximidades de Nova Londrina, onde mais tarde foi criado o patrimônio de Marilena, situado na Gleba Paranapanema.

Não obstante, é a partir do ano de 1950 que se iniciam os trabalhos que resultou na cidade de Nova Londrina. A partir do período de 1950, baseado no espantoso desenvolvimento de Paranavaí, pela procura das terras situadas naquela região, alguns empresários, entusiasmados pela região do Baixo Paranapanema, reunidos na cidade de Londrina, resolveram constituir uma empresa, a qual denominaram Companhia Imobiliária Nova Londrina. O objetivo desta companhia era lotear a Gleba Paranapanema e terras vizinhas localizadas no então distrito de Paranavaí. Esse grupo era formado pelos empresários: Silvestre Dresch, Armando Valentin Chiamuller, Leopoldo Lauro Bender, Ewaldir Bordin e Salin Zaidan. Em 1951 os primeiros passos para a colonização foram dados, mas somente em 1952 é que foram lançados os fundamentos da colonização da nova localidade. Neste sentido, salienta Ferreira (1996, p. 473): “Sendo então a data oficial da fundação de Nova Londrina em 20 de outubro de 1952. Após intensa campanha publicitária, centenas de famílias invadiram o local, interessadas em ali se estabelecer. A partir desta data a região passou por picuinhas agrárias. Pela Lei nº 13, de 05 de agosto de 1953, foi criado o Distrito Judiciário de Nova Londrina no município de Paranavaí”. Quando o território do atual município passou a ser distrito de Paranavaí, a demarcação da divisa do então distrito era:

Partindo da foz do Ribeirão do Tigre, sobem pelo Rio Paranapanema, até a foz do Ribeirão do Córvo; sobem por este até um seu afluente a margem esquerda, na altura do lote XIX da Gleba 1-B; sobem por este afluente até a divisa do lote 58 da Gleba 8; sobem por água em seco até o lote 24 da Gleba Nove; Daí seguem em reta até a divisa do lote 23 da mesma Gleba; seguem em reta e em seco até o lote 25 da Gleba 9; daí seguem em reta e em seco e por água até a cabeceira do Ribeirão do Selma; descem por este até a divisa dos lotes 26 e 52 da Gleba 9; seguem em reta e em seco até o Ribeirão do Tigre; descem por este até a foz do seu afluente a margem esquerda; sobem por este afluente até o marco de divisa dos lotes 1, 8 e 55 da Gleba 13 e 36 da Gleba 14; seguem em reta e em seco até o marco/de divisa dos lotes 54 e 55 da Gleba 13 e 36 e 37 da Gleba 14; daí segue em réta e em seco até o marco de divisa dos lotes 25, 26 e 27 da Gleba 14; seguem em réta e em seco até o lote 10 da mesma Gleba, na estrada Paranavaí-Porto São José; daí seguem por uma estrada que divide o loteamento de Marilena e Nova Londrina até o marco do lote 247 da Gleba Paranapanema Ltda.; deste marco seguem pela mesma estrada até o lote 1; seguem pela divisa deste lote até o marco de divisas dos lotes 1, 43, 68 e 69 do mesmo loteamento; daí seguem por esta mesma estrada até a foz do Ribeirão do Tigre, ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Como a localidade prosperou rapidamente,

no ano seguinte, em 26 de novembro de 1954 o núcleo foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Paranavaí. O primeiro vigário da Paróquia de Nova Londrina foi o padre José Bevilaqua, que com seu trabalho ajudou a fazer a história do povo nova-londrinense. A instalação oficial do município deu-se no dia 06 de janeiro de 1956, e o primeiro prefeito municipal foi o sr. Avelino Antonio Colla (FERREIRA, 1996, p. 473).

Não obstante, esse período da formação do município de Nova Londrina é contado pelo senhor João Soares Fragoso¹¹⁶. Ele diz:

“Nova Londrina, está situada numa região que outrora se chamou de Norte Novíssimo do Paraná, pra podê haver um destaque entre o Norte Velho o Norte Novo, que seria o centro Maringá, depois o Norte Novíssimo. O Norte Novíssimo então ele foi colonizado por uma empresa - Imobiliária Nova Londrina Ltda. Eram diretores dessa imobiliária Silvestre Dresch, Armano Valentin Chiamuller, Ewaldir Bordin, e depois me parece ter vendido a sua parte para Salin Zaidan e Leopoldo Lauro Bender. Como a maioria destes 5 vieram de Santa Catarina eles encontraram maior facilidade em povoar Nova Londrina com catarinenses e gaúchos. Eles dispunham então de uma condução, uma caminhonete e esta caminhonete fazia esse transe, trazendo este pessoal do Sul pra cá. Evidentemente, vieram brasileiros de outras regiões e até estrangeiros, como nordestinos, italianos e tal.

Eu vim pra cá em 1952, mas em 51 houve a derrubada das mata pra poder formar o que eles diziam, o patrimônio, formá o patrimônio de Nova Londrina. Por que Nova Londrina? Porque eles residiam em Londrina e aspiravam que o novo núcleo, a nova localidade, tivesse a mesma felicidade de progresso que teve Londrina, então passou a chamar Nova Londrina.

As terras eram devolutas, então, o que a imobiliária vendia não podia escriturar, e se escriturava não tinha aquele valor que a pessoa pudesse se utilizar de financiamento bancário e tal. Também não tinha banco, né, os bancos vieram depois. Então, a partir daí houve o desbravamento desenfreado, desmedido, para a cultura do café, um pouco sem técnica, porque muitos plantaram café a partir do Ribeirão do Tigre, que é este rio que passa aqui na orla da cidade, e as geadas foram acertando de onde deviam plantar o café.

¹¹⁶ O Senhor João Soares Fragoso nos concedeu a entrevista em sua residência no dia 11 de outubro de 2004. Nasceu em 20-10-1926. No período da entrevista, aos 78 anos de idade, estava cursando o quarto ano do curso de Direito em uma universidade na cidade de Paranavaí, cidade que se localiza a aproximadamente 70 km de Nova Londrina, trajeto que ele fazia todas as noites de ônibus para chegar até a universidade e depois retornar a Nova Londrina. Segundo ele, era considerado o acadêmico mais velho do Estado do Paraná.

A cultura do café teve um trânsito rápido, onde houve uma diversificação do tipo de cultura. Pra que se tenha idéia, hoje existe é, a pastagem, né, a agropecuária; existe a cultura da mandioca, e da cana-de-açúcar. A cana, nós temos aqui uma destilaria, ela então produz álcool; ela produz álcool e até exporta pra Inglaterra. E a Nova Londrina foi correndo, lutando. Quem tinha dinheiro podia fazer a abertura da sua fazenda da sua propriedade, quem não tinha dinheiro, não podia usufruir do benefício do financiamento bancário.

Num dos governo do Nei Braga, ele baixou um decreto atribuindo a Imobiliária Nova Londrina ao município, né; já tinha o município, já tinha prefeito, a outorga do título de propriedade para zona urbana, desde que a pessoa que comprou tivesse pago todo o preço para a Imobiliária Nova Londrina. E na parte rural, na época o DGTC – Departamento de Geografia Terras e Colonização expedia o título também nas mesmas condições, era só provar que tinha comprado e pago.

Aqui nunca houve conflito, nunca houve queima de rancho, nunca houve nada desse tipo. Aqui foi pacífico, muito embora aquela primeira pessoa que veio e abriu o primeiro lugar de toda esta região, que foi aberto, foi Marilena, na época era ‘Feijão Cru’, e a pessoa que abriu a colonização lá, ele veio com uma procuração falsa de não sei quantos mil hectares. Mas na verdade este documento não tinha valor e o que passou a valer foi o decreto do governador do Estado, mas completamente passivo, sem oposição e até hoje graças a Deus não existe nada disso. Então, a colonização foi formada por elementos na sua maior parte catarinenses e gaúchos, e ainda a gente tem por exemplo aqui, o CTG (Centro de Tradições Gaúchas), aquelas festas tradicionais do gaúcho e tal, e se vive nesses tempos pacificamente em Nova Londrina.

Não há uma preocupação de reflorestar a mata, o que há é uma preocupação da promotoria pública no sentido da preservação do que resta, mas não se ouve falar de restauração daquilo que foi abatido, que foi devastado, porque na época o que tinha aqui era serraria, muita serraria. Então, havia um beneficiamento da madeira, e madeira boa, peroba-rosa etc., e ela era exportada pra São Paulo. Então o embarque era feito aqui no Porto São Vicente e a embarcação ia pra São Paulo, desembarcava lá em Presidente Epitácio. Mas não se ouve falar no sentido da restauração do que foi devastado, de jeito nenhum.

Quem veio abrir Marilena, na época ‘Feijão Cru’, foi um cidadão chamado José Volpato, e o José Volpato depois vendeu uma parte destas terras para a Imobiliária Nova Londrina, mas até aí nem ele nem a Imobiliária Nova Londrina tinha documento. Daí as pessoas responsáveis por Nova Londrina passaram a pleitear junto ao governo do Estado a maneira de solucionar o problema do documento de terra. Esta pessoa ela teria vendido

também uma parte lá por onde a senhora já andou, mais tudo pacífico, sem matar ninguém” (FRAGOSO, 2004).

A foto seguinte ilustra o perfil do traçado urbano da cidade de Nova Londrina.

Foto 75 – Vista Aérea da Cidade de Nova Londrina
Fonte: IBGE, 1959.

Município de Marilena

O atual território do município de Marilena começou a ser colonizado nos idos do ano de 1939, intensificando-se em 1948, quando as empresas colonizadoras fizeram o loteamento da área, e segundo o histórico municipal, por ser uma região de terra fértil, atraiu muitas pessoas vindas de diversos pontos do país.

O desbravamento e colonização da região que compõe o território do município de Marilena, iniciou-se em 1948, pelas empresas Paranapanema, dirigida por Índio Brasileiro Borba e Colonizadora Marilena, dirigida por José Volpato e Abelardo Alcântara. Um dos mais antigos pioneiros da região foi o Sr. Henrique Palma, proprietário da Fazenda Boa Vista, em Areia Branca, tendo chegado ali em torno do ano de 1939, ocasião em que chefiava uma expedição de reconhecimento da área.

Nessa época, o pioneiro Palma abriu um “picadão” que ia de Porto São José até a cidade de Paranavaí, servindo de passagem para as bioadas que vinham de várias regiões do Estado do Mato Grosso (FERREIRA, 1996, p. 427).

Nesse período de começo da localidade, através de abertura de “picadões” para ligar a nova localidade a outros locais do Noroeste do Paraná, a atual Marilena era denominada na região como ‘Feijão Cru’. O início da colonização efetivou-se por volta do ano de 1948, quando as empresas colonizadoras designaram seu procurador Antônio Scandelani para executar o loteamento da cidade e a venda dos lotes.

Pela Lei Municipal nº 13 de 1953, o núcleo urbano foi elevado à categoria de distrito administrativo de Paranavaí, ficando suas divisas assim demarcadas:

Partindo da foz do Ribeirão do Tigre a margem esquerda do Paranapanema, descem por este Rio até a foz do Ribeirão Areia Branca (Ribeirão Km10); sobem por este até um seu afluente a margem direita na altura do lote 38 da Gleba 14; sobem por este afluente até a divisa do lote 57 da Gleba 13; daí seguem em réta e em sêco até o marco de divisa dos lotes 37 e 36 da Gleba 14 e 55 da Gleba 13; seguem em réta e em seco até o marco de divisa dos lotes 25, 26 e 27 da Gleba 14; daí seguem em réta e em sêco, até o lote 10 da mesma Gleba, na estrada Paranavaí-Porto São José; prosseguem pela estrada que divide o loteamento de Marilena e Nova Londrina, até o marco do lote 247 da Gleba Paranapanema Ltda.; seguem por esta mesma estrada até o lote 1; prosseguindo pela divisa deste lote, até o marco de divisa dos lotes 1, 43, 68 e 69 do mesmo loteamento; daí continuam pela mesma estrada, até a foz do Ribeirão do Tigre, ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Sobre a criação e instalação do município, Ferreira(1996) afirma:

Em 1954 foi criado o município de Nova Londrina e o distrito de Marilena passou a integrar o seu território. Passou-se então treze anos de muito trabalho e abnegação dos líderes políticos locais, e no dia 19 de outubro de 1967, pela Lei Estadual nº 5.678, sancionada pelo governador Paulo Cruz Pimentel, foi criado o município de Marilena, com território desmembrado do município de Nova Londrina (FERREIRA, 1996, p. 428).

Convém ressaltar que o nome do município é uma homenagem à esposa de um dos proprietários de uma das empresas colonizadoras, José Volpato, cujo nome era Maria Helena

Volpato. Esse mesmo empresário queria colocar o nome da cidade de São Pedro do Paraná, onde também loteou terrenos, de cidade Leoni, em homenagem a uma de suas filhas, mas apenas um território na localidade de São Pedro do Paraná acabou sendo denominado de Bairro Leoni. Igualmente salientamos que no município de Marilena acontecem os encontros dos rios Paranapanema e Paraná, o que tem levado os órgãos públicos do município a desenvolver projetos voltados para o turismo, viabilizando a integração homem/natureza, e através dessa integração buscar o que os nossos entrevistados denominaram de sustentabilidade para o município.

Neste sentido, um pouco da história do passado e do presente de Marilena é relatada, em entrevista, por Edilson Sebastião Zanini.¹¹⁷

“O município de Marilena, ele está inserido, né, na região Noroeste paranaense, e grande parte da região Noroeste ela teve a sua colonização e povoamento principalmente a partir da década de 50. É o que ocorreu com o município de Marilena. No início, como em tantas outras áreas, vieram pra cá os colonizadores, e entre eles, colonizadores paulistas, da região do Estado de São Paulo, e também pessoas do Rio Grande do Sul e catarinenses. O nosso município, ele teve a sua história basicamente por volta de 55 a 60, quando aqui chegaram esses colonizadores.

No início da nossa colonização, vieram pra cá o seu André Volpato, que era um dos sócios-proprietário da colonizadora, a família Mazotti, a família São João e tantos outros mais. A partir da década de 60, quando houve-se a necessidade e observaram na região o potencial agrícola muito grande, houve-se a necessidade de ligar a região sul-matogrossense, né, com o Paraná, passando por Marilena, e nessa oportunidade, nós não tínhamos ainda estradas, porque aqui tudo era coberto pela vegetação natural, que era a vegetação tropical. Houve então a necessidade de abrir um grande carreador, vamos assim dizer, um picadão, como era conhecido, até a cidade de Paranavaí, que na época era a cidade maior da região e a mais desenvolvida, e até porque também, tudo o que os colonizadores necessitavam, quando não achavam em Nova Londrina, teriam que se deslocar até Paranavaí. E nesse período o transporte era um tanto quanto precário e alguns colonizadores diziam - e continuam dizendo até hoje, que ainda temos pessoas vivas no nosso município que participaram daquele dado histórico - que demoravam até 3, 4 dias para chegar até Paranavaí. E com o passar do tempo, a cidade de Marilena foi crescendo, outras pessoas foram vindo, né,

¹¹⁷ Edilson Sebastião Zanini é professor e funcionário da prefeitura municipal de Marilena. Concedeu-nos a entrevista no dia 17 de janeiro de 2005, na prefeitura da cidade.

e o município foi se desenvolvendo. Nós éramos distrito de Nova Londrina até a década de 67, quando então um vereador que aqui residia e trabalhava no município de Nova Londrina entrou com o projeto de lei, o senhor Ernesto Mazotti entrou com projeto de lei, pedindo ao município de Nova Londrina e também ao governo do Estado que criasse o município de Marilena.

A lei, ela foi criada em 67, com o nome de 'Feijão Cru'. Naquela época, quando as pessoas por aqui passavam e o feijão demorava pra cozinhar, e eles apelidaram o nosso município de Feijão Cru. Mas a partir do momento em que foi criada a lei promulgada em 69, passou a ser Marilena. De lá pra cá, o município veio crescendo, como tantos outros também acontece, né, em outros municípios, e uma das primeiras culturas que foi desenvolvida no nosso município foi o café. Com a defasagem do café, com a política agrária tanto quanto defasada, o preço lá embaixo o café começou a ficar desagreditado, e outras culturas começou a aparecer, e junto com ela veio o gado dentro das grandes fazendas. Conforme foi diminuindo o número de fazendas e surgindo as pequenas propriedades - temos até três assentamentos no nosso município, né - entrou outras culturas, entrou a mandioca, entrou o milho, entrou o arroz, que foi substituindo o café. Então essas são as primeiras palavras do nosso município.

Há uns 30 ou 40 anos atrás, mais ou menos, eu não tenho a data muito certa, ocorreu no nosso município um fato idêntico a esse que você acabou de citar, que foi a questão da grilagem e posse de terra. Ocorreu próximo a nós, aqui onde nós estamos, a distância acho que uns 8 ou 10 quilômetros. Existiu um proprietário com o nome de Mineirão, e residia nessa fazenda, inclusive ele era assim uma pessoa assim, pacata, tranqüila, solteiro por sinal, um senhor aí de uns 40, 45 anos, e ele foi surpreendido por um número de cangaceiros, né, e chegou a matá-lo, assassinar o proprietário. Mas infelizmente é, esse fato ocorreu no nosso município, assim como também outros aconteceu há algum pouco tempo, recentemente, pelo fato de nós termos aqui três assentamentos, e numa desapropriação de terra, a mando não sei de quem, o proprietário chegou lá com seus capangas e assassinou o senhor, onde colocou todos de cabeça para baixo, de bruço, no chão, com as mãos na cabeça, e vamos dizer assim, é esse aqui que nós vamos ter como exemplo né, e acabou assassinando ele, e um dos meus irmãos estava também nesse dia, ele estava próximo e ouviu o barulho do tiro. Então, foi um negócio bastante triste pro nosso município, a mídia acompanhou de perto, o Diário do Noroeste, a TV Globo, saiu no Fantástico. O nosso município então, ele teve esse marco triste na história dos assentamentos rurais do nosso município.

Óh professora, nós tivemos uma miscigenação aqui de pessoas, de raça. No primeiro momento, vieram os paulistas, quando eles vinham descendo pra Região Sul brasileira. Os paulistas foram os que aqui chegaram por primeiro, mas nós tivemos no início da colonização, quando houve-se a necessidade da força bruta pra abrir as nossas terras, os gaúchos deram uma grande contribuição, tanto é que esse senhor que foi o autor da lei que deu o nosso município ele é gaúcho, assim como também o sobrinho dele, que já foi prefeito do município. Ele próprio também já foi o primeiro prefeito. Então veio uma grande leva, mas junto com os gaúchos vieram outras pessoas, os mineiros, mas isso depois, mais os primeiros que vieram foram os gaúchos e os paulistas.

Óh professora, nós temos a preocupação muito grande com a questão da preservação ambiental, e tanto é que é da natureza que nós retiramos, né, o nosso sustento, pra nossa sobrevivência, e o município, ele não está virando seus olhos, nem tampouco virando as costas para o problema. Nós estamos aí com grandes projetos pra área da preservação ambiental, e pra alegria nossa, nós temos um projeto, né, que está sendo desenvolvido, já começou há mais ou menos uns dois anos atrás, que é o projeto Costa Rica, que inclusive tá sendo pelos professores da UEM.

Nós estamos bastante esperançosos com esse projeto pra desenvolver a nossa região, porque o turismo hoje é como se fosse a água daqui a 10 anos, será o *commodity* do século XXI e XXII. Então, nós estamos com essa preocupação muito grande com relação à preservação do meio ambiente, porque nós temos que atrelar meio ambiente e turismo, pra poder promovermos um desenvolvimento sustentável, para que nós possamos então encher os olhos dos nossos turistas com as belezas naturais que nós temos aqui em nossa região” (ZANINI, 2005).

Município de Diamante do Norte

Conforme arquivo histórico do município (1978), entre os anos de 1949 a 1950 a Companhia Toledo Pizza - tendo como diretor Ruy Toledo Pizza - e seu grupo iniciaram os trabalhos de abertura da Gleba Zimaré e da Gleba Macuco. A Gleba Zimaré foi vendida a Alonso Carvalho Braga e a Gleba Macuco a Reynaldo Massy e a Valter Delfino.

Como nesse período todo o Noroeste estava sendo colonizado por um grande fluxo populacional vindo de várias partes do país à procura de terras para o plantio do café, na Gleba Zimaré e Macuco não foi diferente. Um grande número de pessoas começaram a adquirir seus lotes e plantar os cafezais.

Em 1950 foram plantados os primeiros 1.500 pés de café no atual município, pelo senhor Joaquim Domingos Filho, empreiteiro contratado de Reynaldo Massy, que era um dos proprietários da Gleba Zimaré. Neste mesmo ano a Gleba Zimaré, que teve início na localidade denominada Corvo, teve grande impulso com a abertura de estradas, pontes e serrarias, através de várias pessoas que já haviam chegado à localidade.

Em 1951 a Gleba Macuco também prosseguia no seu desenvolvimento, através dos trabalhos das pessoas que ali habitavam. Chama a atenção o fato de que, no histórico municipal, a maior parte dos nomes dos habitantes dessa Gleba, nesse período, era de japoneses. Em 1953 o povoado denominado Macuco tomava forma, com a instalação de algumas casas de comércio e residências.

Segundo histórico municipal

Com um progresso bastante acentuado o povoado Macuco foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do Município de Nova Londrina de acordo com a Lei nº3.715 no dia 20 de junho de 1958 com a nomeação do primeiro Juiz de Paz Sr. Elias Maruchi Netto. O desenvolvimento da área urbana se acentuava com a chegada de mais e mais famílias que dotadas de espírito comunitário logo organizaram suas vidas. Os moradores sentiam a necessidade da emancipação política para um desenvolvimento mais organizado e iniciaram uma campanha para a criação do município. Após insistentes pedidos e por desejo unânime da população no dia 29 de novembro de 1963 de acordo com a Lei nº 4.788 foi elevado a categoria de município com o nome de Diamante do Norte desmembrando-se de Nova Londrina (DIAMANTE DO NORTE, 1978).

Ainda segundo esse documento histórico, o nome de Diamante do Norte foi sugerido pelo engenheiro Roberto, que havia dado o nome de Diamante a um córrego próximo do povoado. A denominação de Diamante dada ao córrego foi em virtude de alguns moradores encontrarem nele alguns cristais de rocha que, pela falta de conhecimento, alegavam serem diamantes. Depois da denominação do córrego, no ato da instalação do município a sugestão foi acatada e o município passou a denominar-se Diamante do Norte.

A história do município é relatada pelo Sr. Nelson Dolá Esgarbosa¹¹⁸. Ele diz:

¹¹⁸ O Sr. Nelson Dolá Esgarbosa nos recebeu em sua residência em Diamante do Norte e nos concedeu a entrevista no dia 11 de outubro de 2004.

“Em 58 nós viemos do Estado de São Paulo pra essa região, né, para o plantio de café, porque esta região é propícia para o café; e a colonização aqui se deu numa imigração desse povo paulista, partindo do Noroeste do Estado de São Paulo principalmente; e a colonizadora era a Toledo Pizza, que veio pra cá. Então, foi assim um período da colonização que se fazia necessário, porque a estrada de ferro paulista, que ela adentrava também aqui pela Sorocabana, no Estado de São Paulo, ela vinha até aqui em Rosana, aqui era o percurso dela. Então, com a vinda deles pra cá, havia a necessidade da colonização dessa região, então eles queriam colonizar primeiramente as margens do rio Paranapanema, por ser mais fácil, e com o tempo ir adentrando ao território paranaense nessa parte do Noroeste do Estado do Paraná.

A maior parte ainda era mata quando nós viemos para cá; e não foi diferente dos outros lugares não, né, e não tinha um controle mais rígido desse desmatamento, e foi muito desmatado. Aqui hoje nós temos por volta de cinco por cento da mata virgem, né, mas hoje já se encontra num processo de reposição, hoje temos muitos viveiros de plantas silvestres, e nós estamos repovoando essas margens de rios e enfim, com a necessidade de se ter vinte por cento das propriedades reflorestada, então já está voltando o reflorestamento desta região.

Contra violência contra pequenos agricultores, Querência foi a pioneira nesse setor, mas nós de princípio, nós não tivemos problemas aqui não, porque aqui a empresa Massy, ela é a maior dona das terras desta região, e ela não teve problemas nesta parte. Nós tivemos um problema sim, de invasão de terra, há aproximadamente dois anos atrás, né, mais eram terras produtivas, e o governo do Estado providenciou a reintegração, e não tiveram maiores problemas quanto a isso não. Mas nós temos bastante sem-terra lá pelas margens das rodovias, aguardando o processo de desapropriação do Governo Federal, para que eles possam pegar no seu piãozinho para poder trabalhar, porque realmente o desestímulo que nós tivemos há anos atrás, na agricultura, que praticamente todos os produtos da agricultura não tinham preço e então não dava para manutenção do produtor rural, se manter aqui na agricultura.

Então, houve a imigração para as periferias das grandes cidades, né, e tornou um problema para as grandes cidades; e o esvaziamento da zona rural, que hoje nós temos aqui na nossa região mais ou menos em torno de doze por cento da população do município na zona rural. O nosso município é como todos os municípios pequenos: teve a perda de população. Mas nós não temos assim uma perspectiva boa, é, para o desenvolvimento do nosso município. Vamos ver, agora tá havendo mudanças na política do município, então vamos ver como vai ser o pensamento desse novo prefeito, se partirá para o lado do desenvolvimento do município. É um momento de expectativa, estamos aguardando. O prefeito atual é um prefeito

muito bom, em termos de assistência social, em termos de saúde, educação foi muito bom, mas a parte do desenvolvimento do município ele não se dedicou muito, então essa parte ficou um pouco a desejar.

Bom, a nossa prioridade seria procurar as pequenas e microempresas pra poder segurar o nosso jovem no nosso município, porque a nossa juventude foi toda embora. Quem não foi pro exterior, foi para as grandes cidades do país, né. Então a nossa perspectiva seria essa, que desenvolvesse um pouco a pequena indústria aqui no nosso município, porque a grande não vem, ela depende de muitos fatores, inclusive de mão-de-obra especializada, que nós não temos, né. Então que desenvolvesse pelo menos a parte das pequenas e microempresas, para que nós pudéssemos segurar o nosso povo aqui, para que não perdêssemos mais população, que o nosso município já teve 17 mil habitantes, e no último censo nós estávamos com 6.096. Hoje já não temos mais isso.

A base do município é a agricultura de subsistência. Era o café, hoje é o gado, é a mandioca, hoje é a cana, né” (ESGARBOSA, 2004).

As fotos subseqüentes mostram um pouco da paisagem e dos colonos do município de Diamante do Norte no período em que estava sendo colonizado.

Foto 76 – Primeira Missa e Instalação do Primeiro Cruzeiro em Diamante do Norte

Fonte: acervo particular da Sr^a Aparecida Borghi.

Fotos 77 e 78 – Alguns Moradores do Município de Diamante do Norte
Fonte: acervo particular da senhora Aparecida Borghi.

Foto 79 – Caminhões e Moradores de Diamante do Norte
Fonte: acervo particular da Srª Aparecida Borghi.

Foto 80 – Aspectos da Vegetação de Diamante do Norte
Fonte: acervo particular da Srª Aparecida Borghi.

Foto 81 – Lavoura de Café em Diamante do Norte
Fonte: acervo particular da Srª Aparecida Borghi.

Foto 82 – Aspecto dos Cafezais em Diamante do Norte
Fonte: acervo particular da Srª Aparecida Borghi.

Foto 83 – Moradores da Cidade de Diamante do Norte
Fonte: acervo particular da senhora Aparecida Borghi.

Município de Itaúna do Sul

A fundação do atual município de Itaúna do Sul remonta á década de 1950, quando a colonizadora e Imobiliária Ferreira e Toledo Pizza, da cidade de Tupã no Estado de São Paulo, passando depois para a Companhia Urano de Capitalização, lançou os fundamentos da nova localidade. Segundo Rodrigues (1983), em seu estudo desenvolvido sobre a evasão populacional ocorrida no município entre 1950 e 1980,

O desmatamento do território do município se deu a partir do território original da Comarca de Mandaguari, localizado no Norte Novíssimo do Paraná, na Bacia do Paranapanema, até a Fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul. O nascimento da cidade se deu em maio de 1951, quando foi cravado o primeiro marco, na mata virgem; porém, em 1949, vieram os proprietários, picadeiros, corretores e alguns compradores de terras. Estas atividades significaram a presença da civilização na região. Em seguida iniciou-se a chegada de caravanas pioneiras, cujos componentes dedicaram-se ao trabalho de aberturas de estradas e demarcação do local da nova cidade. Em prosseguimento começaram os trabalhos de desmatamento, demarcação de vias públicas, além da construção do primeiro hotel, abrigos de visitantes e interessados na aquisição de terras. A fertilidade do solo, o esquema de subdivisão agrária em pequenos lotes, a excelência do clima, o vigor e eficácia da iniciativa privada contribuíram para a rápida formação do núcleo urbano (RODRIGUES, 1983, p. 21).

Tratando da criação do município, Ferreira (1996) afirma:

Pela Lei Estadual nº 3.554 de 07 de fevereiro de 1958, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, pertencente ao município de Nova Londrina, e em 1961, no dia 25 de janeiro, pela Lei Estadual nº 4.338, alcançou sua autonomia político administrativa, com a denominação de Itaúna do Sul. A instalação oficial deu-se no dia 28 de maio de 1961, com a posse dos representantes municipais eleitos pelo voto popular (FERREIRA, 1996, p. 356).

O nome do município é de origem tupi: ‘I ’ta’...pedra mais ‘úna’...escura, negra; a junção significa pedra negra. Os primórdios da povoação, a origem do município, as dificuldades enfrentadas pela população são contados, em entrevista detalhada, pelo senhor Nelson Brito Rodrigues¹¹⁹:

“Bem, no final da década de quarenta, o governo do Estado do Paraná, ele implantou um sistema de colonização para aumentar a população do Estado do Paraná e automaticamente a produção, e esta área foram doadas a colonizadores para que fundassem povoações que tornassem as cidades, e esta área de Itaúna do Sul e Diamante do Norte foi doada ao grupo da cidade de Tupã, Estado de São Paulo, liderado pelo senhor Alonso Carvalho Braga. Fez-se uma sociedade com o Plínio Toledo Pizza, senhor Hegars e outros e requereram esta área. Diamante do Norte e Itaúna eram uma área só, e já no final da década de quarenta vieram pra cá, em quarenta e oito; já deixaram aqui um pioneiro, que era o ‘seu’ Xavier, José Xavier, pra tomar posse, marcar posse da região; e no final de 1949, começo de 50, então já vieram os picaderos pra fazer a demarcação da área e determinar a localização da cidade. Porém nesta época houve um acordo entre o Alonso Carvalho Braga e o Plínio Toledo Pizza, e fizeram uma permuta com o Reinaldo Massy, doando uma parte da área em troca de uma parte na cidade, onde é a cidade de Ivinhema, no Mato Grosso do Sul. Então o grupo Toledo Pizza ficou com a área em Ivinhema, na região em Ivinhema, e o Reinaldo Massy, inclusive Reinaldo Massy, colonizou ali, com esse grupo, e o Reinaldo colonizou, onde hoje é o município de Diamante do Norte, e o grupo Toledo Pizza colonizaram a área que é Itaúna do Sul, através da imobiliária Itaúna. E passaram a vender lotes, vender chácaras, sítios, fazendas, e os proprietários, aqueles que eram formadores de café, formadores de algodão, vieram pra cá, pra abrir os seus lotes. Aqueles que tinham melhor posse mandaram impreiteiro. Naquele tempo impreitava por seis ano pra pessoa derrubar, fazer todo

¹¹⁹ O senhor Nelson Brito Rodrigues é geógrafo e advogado. Recebeu-nos em sua residência, em Itaúna do Sul, no dia 11 de outubro de 2004, onde nos concedeu a entrevista.

o trabalho de discoivarar, alinhar, coviar, plantar e etc., por seis anos. E depois esses que faziam as colheitas automaticamente já compravam uma chácara, uma coisa, e foi ficando. E desta forma, foram vendendo lotes. Toda a região aqui é povoada por pessoas, famílias de Tupã, de Promissão, de Rinópolis, outra era Pompéia, descendo Osvaldo Cruz, Dracena, Prudente. Toda aquela região na mesma linha de Tupã foi a população que migraram pra essa região.

E no final da década de 50, foi quando houve a primeira colheita, porque em 53 houve uma geada pequena, 55 houve uma geada, que é chamada geada preta, foi a geada que queimou tudo. Então aquele pessoal que chegaram aqui em 50, 51, e que começaram a trabalhar a terra, passaram praticamente os dez anos sem produção.

Então a população, grande parte iam pra Mandaguaçu, pra Cambé, pra colher café, e o dinheiro de lá vinha pra ajudar na manutenção da família e a abertura da propriedade, e manter essa propriedade. Outros venderam e foram embora, porque, primeiro, não tinha água, a água vinha com o caminhão; educação e escola não tinha. Até tem uma professora aí, que é a Dona Aparecida, que é ainda hoje, e alugaram um salão lá embaixo e dava aula pra essas crianças, inclusive a gente estudou ali. Mas, lentamente foi desenvolvendo, e já no início da década de 60, em 58, criou o distrito, em 60 criou o município. Em 1961 já foi feita a primeira eleição, aonde assumiu o primeiro prefeito, que era o seu Raimundo Bianchini; e aí começa então já a administração autônoma, que nós éramos distrito de Nova Londrina, depois passando ao município, ficamos pertencendo à comarca de Nova Londrina, à qual pertencemos até hoje. Mas o fator produção de café era um potencial econômico de grande representatividade, entretanto, muitos proprietários aqui tinham as propriedades e a produção voltava tudo para o Estado de São Paulo, e a população mais pobre aqui permaneceu; e devido à falta de água e de condições, o município também não se desenvolveu, porque aqui ficou realmente aqueles que não podiam voltar. Depois dessa administração conturbada, veio a segunda administração, que já foi o 'seu' Romão Martinez, que foi o segundo prefeito. Nessa primeira administração houve dois prefeitos: o prefeito eleito administrou por dois anos e depois renunciou, e o presidente da câmara assumiu; depois veio o Martinez, o segundo prefeito, que procurou tentar trazer a energia elétrica, que até então não tinha também. A água e a educação começou a dar um norte para o nosso município. Depois do Romão Martinez foi eleito o José Salustiano de Melo, conhecido por Bilio. Terminando essa administração, que não marcou muito, o município, deixou muito a desejar, foi eleito o Edson Moreira Guimarães, que é o esposo da Dona Aparecida Ari Guimarães, que foi a primeira professora, começou a levantar o município, que tinha entrado numa fase decadente, e fez uma boa

administração, passando depois para o seu sucessor, que foi o Luiz Fernandes Réche. O Réche deu continuidade à administração do Edson; Terminando, é reeleito o Edson novamente, e dá continuidade ao trabalho educacional, saúde e à compra de hospital que tinha sido construído pela Companhia Urano. E posteriormente é eleito Francisco Leite Neto, que direciona o mesmo trabalho, construindo alguns barracões para pequenas indústria que devem estar funcionando até hoje. Terminando a gestão do Francisco, é reeleito novamente o Edson, que já também nessa administração deixou a desejar. É eleito na próxima Pedro Castanhare, que governa por oito anos. Fez a primeira administração, foi reeleito, e termina agora neste ano, onde foi eleito agora um pioneiro daqui também, doutor Tomás Bajo, que a família chegou também, junto com a gente, na década 50, e que esperamos que se faça alguma coisa.

Porém, voltando ao início, quando a Companhia Colonizadora Imobiliária Itaúna, que tinha adquirido o direito da São Manuel, mais também não se preocupou, preocupou em vender lotes, propriedades, mais não preocupou com saúde, com água, educação. Aí então, eles vendem pra Companhia Urano de Capitalização, que é uma companhia de Curitiba, e essa companhia realmente, passou a se interessar um pouco pela área. Construíram, perfuraram o poço semi-artesiano, que não tinha água, iniciaram a construção do hospital, que depois foi para o município, e até a criação do município, estiveram diante da administração municipal. E hoje ainda nós temos aqui famílias que chegaram na década de 50, ou final de 50, 51, como nós temos aqui a família Lopes, a família São Pedro, temos os Guimarães, temos uns portugueses aqui, seu Luís, que chegou já em 55, 56, temos os Carrílios, que eles são famílias que chegaram aqui em 55, outros em 54, outros em 56, então mais essa fase. Hoje nós devemos ter aqui ainda umas 15, 20 famílias ainda que são desses pioneiros, apesar de que os filhos já estão em Curitiba, São Paulo, mais o histórico geral do município é essa forma que foi iniciada as dificuldades.

Bem, fator que dificultou o desenvolvimento: primeiro, água, educação segundo; terceiro, os fenômenos meteorológicos, que foi a geada, porque a população que vieram prá cá com baixo poder aquisitivo, enquanto esperavam uma colheita já pra 54, 55, houve a primeira geada em 53, e aqueles que ficaram, lutaram; quando o café tava novamente crescendo, veio a geada de 55, que foi um dos fenômenos que marcou toda a região, todo o Estado do Paraná, que aí só fomos ter uma colheita em 1959. Então, 59 foi o ano áureo da colonização, primeira colheita. É aonde já as famílias já começou a tomar um rumo econômico diferente, e aquele sofrimento que vivemos até 1959 passou a ficar no ostracismo, e a luta continua. Apesar de que tivemos alguns reveses políticos, algumas más administrações, porém o município continua hoje com a saúde, que é um dos melhores da região; a educação é como em todo o

Estado do Paraná, e apesar de ser uma cidade pequena, mas tem um povo laborioso, um povo unido, que torna-se uma família. O município hoje tá em torno de 4 mil habitante. Chegou a ter quase 9, mas esses fatores climáticos, entre outros, fez com que a população fosse diminuindo, e hoje a força jovem também não fica, não tem aquela absorção de mão-de-obra, então é difícil. Então, de modo geral, mais ou menos é isso que é o histórico geral.

Não houve problemas com grilos, praticamente não. É registrada em toda a história um acontecimento. Porque a área foi doada pelo governo do Estado, então os grupos que entraram já eram ligado ao governo, então aqui já foi colonizado, medido, documentado. Esses lotes não teve esse problema, porque não ficou terra devoluta. Houve apenas um incidente, que a família Mariluz tinha uma propriedade vizinha aqui que chamava Fazenda Nova Floresta, mais conhecido por 64, o Quilômetro 64, e esse grupo uma certa época houve por bem invadir essa região; então houve um incidente e morreu algumas pessoas daquela parte, e não passou disso, nunca mais houve o problema” (RODRIGUES, 2005).

As fotografias seguintes ilustram aspectos de Itaúna do Sul, no período retratado por Rodrigues (2005).

Foto 84 – A Mata e a Madeira que Existiam no Município de Itaúna do Sul na Década de 1950
Fonte: acervo particular do senhor Nelson Brito Rodrigues.

Foto 85 – Transporte de Madeira para Serraria
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 86 – Vista Parcial do Centro da Cidade de Itaúna do Sul
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 87 – Chegada da Primeira Boiada ao Município de Itaúna do Sul
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 88 – Secagem do Café nos Terreirões
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 89 – A Erosão é um Fantasma para Prefeituras do Noroeste Paranaense
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 90 – Início de Erosão nas Ruas da Cidade de Itaúna do Sul
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 91 – Aspetos do Processo Erosivo na Zona Urbana
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 92 – Erosão Urbana Ameaçando Residências
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 93 – Princípio do Processo Erosivo pelo Pisoteio do Gado na Pastagem da Zona Rural de Itaúna do Sul
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Foto 94 – Erosão Leva Areia para os Rios Causando Assoreamento nos Rios e Destruição de Pontes na Zona Rural
Fonte: acervo particular do Sr. Nelson Brito Rodrigues.

Município de Querência do Norte

Até meados de 1950 a história de Querência do Norte¹²⁰ era a de Paranavaí, considerando-se que Querência fazia parte do território de Paranavaí. Quando Paranavaí passou à categoria de município, em 14 de dezembro de 1952, as terras situadas dentro de sua jurisdição passaram a ter uma grande procura e maior valor, e Querência do Norte fazia parte desse contexto. Segundo a Lei Municipal Número 13, que trata da criação dos Distritos Administrativos de Paranavaí, a divisa do então distrito de Paranavaí Querência do Norte era:

Partindo da foz de um afluente do Rio Ivaí, que serve de divisa das glebas 25 e 29; sobem por este até a sua cabeceira; daí seguem em reta e em seco até um outro afluente do mesmo rio, pela divisa do lote 18 da gleba 28; sobem por este até o marco de divisa dos lotes, 16 e 18 da gleba 28, e 17 da gleba 25; deste marco sobem pelas divisas das glebas 25, 28, 23 e 27 até o lote 27 da gleba 20; daí seguem em reta até o Ribeirão do Patrão em frente ao lote 26 da gleba 20; descem por este até a sua foz no rio Paraná; descem por este até a foz do rio Ivaí; sobem por este até o afluente que serve de divisa das glebas 25 e 29; ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

¹²⁰ Para conhecer com mais detalhes a história desse município, aconselho o leitor a verificar nossa dissertação de mestrado, publicada com o título: “Querência do Norte, uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense”. Nesse trabalho toda a história do município é levantada, relatando inclusive os graves problemas envolvendo a posse da terra e a violência contra pequenos camponeses, desde a formação do município até um período mais recente, quando então acontece a reforma agrária.

A Colonizadora Brasil-Paraná, que no início da década de 50 loteou o município de Querência do Norte, era formada pelos proprietários: Carlos Antônio Franchello, João Bertóglio, Jayme Pereira Borba e Waldemiro Elias.

A maior parte dos pequenos proprietários que adquiriram terras em Querência vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os nordestinos que para ali se dirigiam não adquiriam terras, mas trabalhavam como mão-de-obra na formação dos cafezais. Tratando da criação do município, refere Haracenko (2002b, p. 87):

pela Lei Municipal nº 13, de 5 de agosto de 1953, Querência do Norte foi elevada à categoria de distrito administrativo de Paranavaí, e nessa época, no povoado havia 3.000 habitantes. Decorrido pouco mais de um ano, pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito de Querência do Norte era elevado à categoria de município, após o desmembramento de Paranavaí. A 3 de outubro de 1955 realizaram-se as eleições municipais e a 05 de dezembro de 1955 efetuava-se a posse do primeiro prefeito municipal.

Em 1952, para se chegar a Querência do Norte, segundo os habitantes que ali aportaram no período da colonização, precisava-se fazer uma volta no sentido norte, passando por outros municípios, através de picadões abertos na mata, porque não havia estrada, como relata o senhor Ângelo Fortuna: “Naquela época fazia volta por Guaraçá, Terra Rica, Areia Branca, Nova Londrina, Marilena e vinha sair aqui. Loanda e Monte Castelo tinha só as placa: ‘Aqui se constrói Loanda’, ‘Aqui se constrói Monte Castelo’” (FORTUNA; FORTUNA, 2001). O nome do município, “Querência do Norte” ou simplesmente “Querência”, é uma gíria gaúcha que significa “lugar querido, onde se quer viver”. Como as pessoas que ali chegaram no período da formação do município eram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, fica justificada a escolha do nome.

Como neste anexo a história oral é responsável pela história dos municípios do Noroeste do Paraná, a do município de Querência do Norte é relatada detalhadamente por um dos seus primeiros moradores, o senhor Santo José Borsatto¹²¹. Nessa entrevista ele fala sobre a colonização, os problemas de grilagem, o desmatamento desenfreado - que causou graves problemas ambientais - e a decadência do município. Ele diz:

¹²¹ O senhor Santo José Borsatto nos recebeu em sua residência em Querência do Norte no dia 19 de abril de 2001. Na ocasião estávamos em trabalho de campo para escrever a dissertação de mestrado. Como dessa entrevista na dissertação foram utilizados apenas pequenos fragmentos, aqui ela está na íntegra, com toda a sua riqueza de detalhes.

“Eu Santo José Borsatto saímos do Rio Grande do Sul pra Querência do Norte, vendo aquelas foto, paisagem cafeeira que ia ser a maior riqueza do mundo e ia tornar todo mundo rico, e assim eu e o meu irmão mais velho Arcido Borsatto, saindo uns boato que nós vinha pro Paraná, eu, como tinha 9 pra 10 ano, meu irmão 11 pra 12 anos, era impossível de vim junto com os tio pra cá, mais finalmente foi acertado que nós vinha prô Paraná. Chegando dia 15, 16, 17 de maio de 52, foi confirmado que nós vinha pra Querência do Norte aqui no Paraná, plantá café. Aí ficou aquela preocupação, dois de menores junto com os tio, Hildo Borsatto, Dona Norma Poutrique Borsatto, Angélica Borsatto, Ermelindo Borsatto e Jandir Zibeti com sua esposa e mais dois peões, que ia sê a comitiva de umas 20 pessoa em cima de um caminhão. Vinha junto também dois cachorro e uma vaca holandesa, fresquinha de leite. Fiquemo na expectativa. Quando chegou na hora infelizmente o meu pai e minha mãe consentiu pra virmos junto com os tio, pra ajudá desbravá e plantá o café.

Saindo do Rio Grande do Sul contente, aquela comitiva, um caminhão Doje 51, saiu com 400km rodado, que caminhão novo diz que não tinha problema. E lá viemos, seis dia rodando, seis dia parado. Chegamos em Londrina já era em volta dumas cinco e meia, seis hora da tarde. Dia 19 saímos do Rio Grande, paramo seis dia na estrada, chegando em Londrina lá por volta de 27 a 28 de maio de 52. Se alojamo perto do edifício que era da Plenogás Fugante, sendo que tinha que fazer o poso lá porque a loteação colonizadora de Querência do Norte da Brasil-Paraná é de Londrina; então, como tinha uns papel dos tio pra averiguá, e pra depois no outro dia então, seguir viagem, e foi o que aconteceu. Chegamos em Maringá já era por volta de umas quatro e meia pra cinco horas. Até tinha chuvido, sendo Maringá umas sessenta, setenta casas. Foi lá que eu avistei o primeiro trem na minha vida, a num ser em filmes, mais de corpo a corpo eu vi o primeiro trem, com 28, 30 vagões. Vinha de São Paulo e ia pra Guaíra, de Guaíra carregava os mantimento, madeira e ia pra São Paulo. Posamos em Maringá. No outro dia regressando a Paranavaí, seguindo viagem, antiga Brasileira, contente pra chegá à famosa cidade de Querência do Norte. Aí posamos em Paranavaí, antiga Brasileira. Aí no outro dia fomo visitá o parque. Aí foi que eu conheci a roda gigante, nunca tinha visto. Aí, tudo ansioso, dei uma volta nessa roda gigante já em torno de oito e meia nove hora, e os tio apressado pra seguir viagem pra Querência do Norte, acabamos montando no caminhão e seguimo viagem. Já chegando perto de Marilena, perto de Nova Londrina, tinha uma padaria feita de pau-a-pique. Compraram lá um saco de pão, porque sabendo que pra frente, nós num sabia, mais os tios que já vieram aqui pra derrubá o mato antes, eles sabia que ali era a última casa de comércio, chegando em Querência não tinha mais nada não. Chegando em volta as margens do Rio Caveira em torno de uma hora da

madrugada, cansados, mudança alta do caminhão e quebrou bastante cama, guarda-roupa e outras coisa que vinha com a carga meia alta, com três mudança em cima do caminhão, chegando uma da madrugada, frio. E no outro dia, quando acordamos, em volta de sete horas, aqueles pássaros cantando, olhando para a baixo rumo ao corgo Caveira a estrada tinha terminado. Aí os tio chamaro as pessoas, as tias: ‘Levanta que vamo pra missa. Quando levantaram que olharam pra baixo do rio tinha terminado a estrada, elas falou ‘Cadê a cidade’?, Daí pra cima, nada tinha mais, tava recém-queimado o patrimônio, tava em lavaredas ainda, sendo que nós ficamo nesse barraco, que nós tava na beira do Queixada (córrego do município) 75 dias, até que se acomodasse o término da queimada do patrimônio, instalando mudança, motor, a circular pra serrar tabuinha pra cubrir casas, não muito acomodados, mas incomodados, que muita gente queria vim embora, principalmente as tia com criança pequena. Mais fomo enfrentando.

Aí viemo ver o patrimônio, que na época a colonizadora Brasil-Paraná nas suas fotos, jornais, revistas que a cidade já estava aberta e já tendo no mapa um porto que era o Rio Paraná coligando São Paulo, Mato Grosso e o Paraguai. Mais nada disso tinha, que a primeira casa dentro do patrimônio de Querência do Norte era o escritório de colonização da Brasil-Paraná Loteamentos, que é de Londrina, que é do Franchello, tendo na margem do corgo Caveira aproximadamente 400 pessoas que eram chamado peãos, que era tudo braçal, tanto na derrubada de árvores como no enxadão. Foi feito o aeroporto na avenida pra podê ter acesso os aviões que vinham de fora com pessoas que vinha pra comprar terra e tanto acesso como a Brasil-Paraná Loteamentos de Londrina, o Franchello, que ele também possuia aviões e trazendo os corretores e compradores, e assim fomo enfrentando.

Pequenos mais tinha que trabalhar, sendo que o meu pai e minha mãe vieram um ano e meio depois. De dia nós ia pra lavoura, pra roça plantar o café, e a noite nós regressava na cidade que era o patrimônio, jantava e depois ia pra circular pra serrar tabuinha até 11 hora da noite, e as outras pessoas trabalhava na oficina mecânica, que às vezes quebrava caminhões toreros, ônibus que fazia Querência do Norte ao Rio Grande do Sul, Santa Rosa, levava gente, trazia gente, que era um meio do povo vim vê as terras. Cansaço, comércio longe. As compra que nós ia fazê na época as vês num tinha o comércio grande aqui, tinha o comércio 18 km de Querência voltando a Santa Cruz do Monte Castelo, que era o Paulo Buzi, que era o maior comércio na região, máquina de arroz tinha tudo. E como veio uma vaca fresquinha de leite na época junto, então ela servia pra puxar um carrinho de duas roda, era o meio de locomovê pra trazê os mantimentos não trazendo nas costa; então o animal servia pra dá o leite e pra puxar um carrinho de duas roda. Inclusive foi a primeira vaca que chegou em Querência do

Norte, que era da propriedade do seu Ermelindo Borsatto, e foi a primeira vaca que puxou a outra vaca no açougue com carrinho de duas rodas trazendo uma vaca por veis, que foi matado 4 reis. E quem era o carroceiro? Era o Santo José Borsatto.

Procedendo, foi chegando gente, foi chegando gente, fomo formando o café. Nós tava com 19 mil pé de café plantado e as veis fazia até terno de mutirões. um se ajudava com o outro. Mais infelizmente a sorte num quis. Chegando a geada de 1955, teve lavoura que levou até no tronco, não resistiu ao gelo e ageada foi muito forte; muita gente já começou desanimá, principalmente nas partes mais baixa, como foi o caso nosso também, que o café era no lugar mais baixo, e o vento puxou muito, queimô tudo. Plantamo novamente, replantemo todas as cova de novo, maior dificuldade. Todo dia nós fazia 12km ida e volta, ida e volta de a pé. Chegando até em casa, patrimônio Querência do Norte, as veis não tinha um gota de água pra bebê, que na época era puxado água com o caminhão-pipa que era da Brasil-Paraná. Não tinha poço era pegado água do Caveira ou do Rio Juriti. Assim sendo aquela dificuldade, as veis a gente pegava uma lata, ou duas lata com pedaço de madeira, voltava novamente às margens do rio Caveira, pegando as veis meia lata, porque não aguentava carregá duas lata de água nas costas; ponhava meia lata cada lado e voltava novamente no patrimônio. Isso não foi uma veis, nem duas nem três não. No fim foi puxado água com a vaca com o carrinho de duas roda. Ponhava uma pipa, duas pipa, três pipa com 100 litro cada uma, e assim fomo cubrindo casas dos outro com tabuinha, depois que o pai e a mãe chegaram com mais 4 filhos, 4 irmãos.

A água constava no contrato de compra, água encanada, e quando nós chegamos aqui fomo completamente enganados. aí que surgiu o poço artesiano nas margens do Juriti, entendeu? Aí trouxeram todos os encanamentos da Brasil-Paraná de Londrina pra colocá água encanada, que hoje tá a caixa d'água na praça matriz, que só tem água lá dentro hoje que é da chuva, mais não água que foi furado poço artesiano. Não entrou água dentro da caixa d'água encanada não, sendo que levaram os canos embora de novo pra Londrina. Fizeram uma manifestação, eu era pequeno ainda; chegaram lá queriam derrubá umas árvore lá nas proximidades do Caveira pra não deixá o caminhão levá embora os encanamentos, mais infelizmente foi embora.

E assim Querência do Norte logo começou o grilo. Veio a geada e o fogo de 63/64, foi uma catástrofe, foi péssimo. Todo mundo começou ficar triste, uns abandonaram a lavoura, começaram a vendê as terra, os fazendeiro começaram a comprar um do outro, formando pecuária. Pouca gente ganhô dinheiro com café. Desanimado, o povo começou a ir embora, infelizmente.

Em 55, que foi emancipado Querência do Norte pelo prefeito Osório Ferreira Lemos, levando 4 anos. Não conseguiu levar os 4 anos, o presidente da câmara que tomou posse a cadeira de prefeito, interando os 4 anos. O segundo prefeito, Júlio de Marchi Neto, infelizmente, não sei por qual motivo, político ou não, Querência do Norte ficou 4 anos parado. Tendo nova eleição, aquele entusiasmo, saindo parece que era 5 ou 6 candidatos, mais o candidato o seu Paulo Konrath o que foi eleito, levando 4 anos abrindo estrada, escola, sendo que a primeira professora de Querência do Norte é minha tia, Norma Poutrique Borsatto e seu esposo, Hildo Borsatto, tendo lá 16 ou 18 alunos vindo de longe de a pé, e assim continuando. Depois arrumou uma secretária, que hoje eu num lembro o nome dela, e assim em diante foi abrindo escola, pra tudo quanto é lado pra facilitá, nas fazendas.

Aí começou o grilo. A gleba 29 tinha bastante posseiros, que era toda a margem do rio Paraná, do Ivaí até o município de Monte Castelo dizem que era reserva do Estado, sendo o povo de tudo quanto é nação, paulista, mineiro, sergipano, lagoano, chegava e se apossava na gleba 29, sabendo que era do Estado, todo mundo entrando. Terra boa, tinha muita várzea, mais tinha muita seca, e sendo que ao lado, que era a gleba 27-A, era uma disputa entre a Pismel e o Bronquinho, sendo que na época o governador do Paraná se chamava Moisés Lupion. Não sei por qual é o motivo, sabendo que as terras da barranca de rio era tudo do Estado, começou dá título pra um, dando título pra outro, onde teve a guerra, muita gente morreu. Chegava em Paranavaí as mudanças – ‘pra onde é que você vai?’ ‘Pra Querência do Norte’, ‘não, num vai não, Querência do Norte é Querência da Morte’. O povo chegava lá, e é isso aí mesmo que eu tô falando: ‘Não vai não, lá tem uma disputa muito grande entre Pismel, Birajara e o Bronquinho’. Infelizmente muita gente foi e num voltô mais até hoje. Lá, por lá matava, morria, sei lá, jogava pro rio. O rio era encostado, é a divisa.

Tinha um tal de Altenório Cavalcante e vários outros, era tudo pistoleiro, e munições na época vinha de caixotes e caixotes, entendeu? Então, as barrancas de rio na época nem se podia falar em andá, porque chegando 4:30, 5 horas da tarde era o maior tiroteio, sendo que a 29 o Moisés Lupion deu título para o Felício Jorge, mais o Felício Jorge só pegava se tirasse todo mundo da gleba 29, trezentas e tantas famílias. Não sei a lábia que tiveram, iludiram o povo que eles iam dá uma terra melhor que a 29, levaram pra Transamazônica em Altamira em 68 e 69, trezentas e poucas famílias. Uns morreram de febre amarela, malária, uns tão vivos até hoje lá, passando a maior dificuldade do mundo. Quando chovia lá, era um pantanal, era o maior pantanal.

Tudo bem. Felício Jorge começou transplantar o gado. Aí durando poucos anos pegô vendeu pro grupo Atala. Depois de certo tempo pra cá que a gente ficou sabendo que o grupo

Atala tinha tirado dinheiro do Banestado do Paraná pra comprá essa terra. Na época falava em 36 milhões. Como o grupo Atala diz que até hoje não pagou essa dívida, sendo o governador do Paraná Álvaro Dias, foi o que trouxe os sem-terra pra Querência do Norte, como o grupo Atala nunca pagou nada pro Banestado. Então é que veio o povo sem-terra hoje, que tá em Querência do Norte. A polêmica é desde aquela época pra cá.

A polêmica do café, que foi erradicado o café na época depois de 63, 64, 65, da geada e o fogo. Na época era o Ney Braga, num recordo quem era o presidente da República na época, pagava era queném cinqüenta centavos hoje, era 500 réis, não se lembro, era um dinheiro. Café até bom, na época era um espigão, metia o trator ou o enxadão memo, rancava o café e queimava. Aí começou o plantio de algodão, plantio de milho. Às vezes dava excesso de algodão, ninguém queria, não tinha lugar pra guardar, porque era um volume muito grande. Nessa época era feito queimada, já leirava tudo e o fogo já cumia. Já quebrava o milho, alguma coisa, já queimava tudo. Então de lá pra cá Querência do Norte não teve muito impulso.

Passando os prefeitos, o 4º, Osvaldo Bertozzi, depois foi o Paulo Konrath, que ele foi gestão duas vezes; depois foi o Setembrino Zago, depois foi o Antenor Ferreira Canabarro, depois foi o José Edegar Pereira, depois foi o professor Mário José Amadigi, por último Wanderley Alves da Costa, e o atual hoje o professor Vlaumir Rodrigues.

O pequeno agricultor ficou muito oprimido, sem saída, algum financiamento em banco. Lavoura não deu o suficiente que era pra dá, o preço, que até hoje o governo federal qué segurá o preço da cesta básica em cima do agricultor, entendeu? Sabendo que todos os insumos, veneno, adubo, óleo, peças, tratores, enfim tudo sobe, só que a lavoura... Eu falo que 6 anos atrás o preço do algodão de Querência do Norte chegou a 15 reais, hoje tá 8, 9 reais a arrouba. Quanto que subiu de lá pra cá óleo, gasolina, veneno, que tudo é coisa de multinacional. Por isso que o agricultor hoje não tem saída, cê vê, tira uma base da água, luz, telefone.

Aqui no município, quanto a questão do meio ambiente, era a mesma coisa dos outros. O que mais funcionava na época era o tal de BHC, porque na época não tinha o tal de bicudo, que acho que foi feito até em laboratório por causa do veneno, porque hoje se sabe que tudo tem a sua manobra. Então esse colega que é falecido hoje, Noé Brondani, economista, foi secretário do governador na época do Seu Brizola que era governador do Rio Grande do Sul, se formou em economia, tinha muito contato com ele, mais ele sempre me dizia: ‘Borsatto, eu tenho medo não de agora, mais daqui 10, 15, 20 anos o povo vai se lembrá das palavras do Seu Noé Brondani falou na época’. Ele sempre me falava com a ecologia, cuidado com o

veneno, cuidado com o desmatamento. Ele era contra desmatamento em beira de rio, principalmente em beira de rio. Mantém os 20% que era lei e sempre foi e que até hoje não é respeitada. Únicas reservas de mato de Querência do Norte foi uma briga terrível pra segurá até hoje. Tinha uns que jogavam até capim dentro do mato pro gado entrá, depois tacava o fogo e aí formava o pasto sem derrubá.

Temos aqui o rio Paraná, abaixo do Amazonas é o maior rio. Hoje temos o maior lago da Itaipu, cada veis o rio ficando mais assoreado, né, desmoronando ilhas. Não tem mais mato, ninguém se importa com isso. Cada município que tinha que ter a sua preocupação. Teve uma época aqui sim, no prefeito José Edgar Pereira, se eu não me engano, me falha a memória, na época o secretário da agricultura chamava Osmar Dias, foi o maior secretário da agricultura do Paraná, foi onde que implantou as microbacias no Noroeste do Paraná, e principalmente dentro de Querência do Norte foi implantado muitas microbacias, pra não ter aquelas erosões que levavam adubo, a terra pro rio, e principalmente até os veneno que era passado nas lavoura pra essa água não ir até o rio. Isso que o finado Noé Brondani sempre falava ‘eu estou preocupado’. Inclusive a fazendinha que ele deixou de herança pras irmãs e o cunhado tá a mata virgem até hoje, mil metros de Querência do Norte. É a única aqui encostado, as outras é mais longe.

Essa caída do município eu atribuo a muitos fatores e principalmente que a gente sempre esperava que Querência do Norte, por causa das margens do Rio Paraná, ia sê uma cidade pelo menos até razoável, com a saída de Querência do Norte coligando o Mato Grosso, Naviraí; que o maior governador que o Paraná teve pra asfalto se chama Jaime Canet Junior, esse foi o maior governador que fez asfalto no Paraná, viu, companheira. Uns complementaram, tudo bem, mais o asfalto, Jaime Canet o dia do último mandato dele, o próximo que entrá ele garantiu que o asfalto de Querência do Norte ia coligá com a cidade de Navirai, Mato Grosso do Sul. Infelizmente até hoje não temos, sabendo que daqui no Porto Caiuá são 33km, não tem muito varzeão, tanto pro lado de lá mesma coisa, sendo por intermédio senador, deputado federal diz que se chama Afonso Camargo, conseguiu a ponte Icaraíma a Mato Grosso do Sul, saindo pra baixo do Caiuá 5km e sabendo que tem um pantanal não sei de quantos quilômetros berando o Rio Amambai, é uma coisa absurda. 13km tem a ponte, sabendo que Querência do Norte coligando com o Mato Grosso, podia fazê uma ponte até cumprida, com 3, 4, 5 mil metro.

E ultimamente agora, fiquei sabendo que entre Mato Grosso do Sul e o Paraná todos caminhões têm que passar por Guaíra pra pagar pedágio, né, e em outros lugares. Isso nós

fiquemo sabendo, e notando que caminhões carregado do Mato Grosso pra vim pra Querência do Norte, Loanda, Maringá, não tá passando.

Olha, Querência do Norte teve muitos habitantes, teve mais do que hoje, sabendo que aqui passou tantos prefeitos, e infelizmente deve tá em torno de 12 mil habitante. Na época chegou a ter 16, 17 e 18 mil habitantes, chegou a ter feira aí de 5, 6 reis de 11,12 arroba no sábado vendia tudo. O que falta é mão-de-obra, indústria, principalmente. Muitos político vem aqui buscá o voto, depois esquece o município, não temos representante. Querência do Norte não tem representante. Vendo o sem-terra, tudo bem, na situação que tá hoje mundial, que com 5 ou 10 alqueire a pessoa não pode viver, família grande não vive não. Uma pelo preço dos cereais, e pelo preço que vai pagar a semente, os insumos, hora de trator, hora de óleo, hora de máquina pra colher, tudo, não compensa. E principalmente teve uma polêmica agora esses dias, que Querência do Norte chegou a colher na época dos arrendatários 400 mil sacas de arroz, só de arroz. Agora que você tá vendo banhados, várzeas aí que tem água, correu o ano bem, tem uns que vão colhê 30 mil, 40 mil, 2 mil, 4 mil. Tem alguns dos sem-terra que tem incentivo, tem recurso próprio, mais muita gente é as vaquinha de leite, aquela mandioquinha. E a mandioca agora foi um desastre, não vale a pena arrancá, 18 reais a tonelada livre não vale a pena arrancá, sendo que o ano passado a mandioca chegou a 110 a tonelada.

Então eu, como comerciante, Querência não progrediu, regrediu. Era pra vim mais indústrias, infelizmente a Codapar hoje tá fechada, que é do governo. A secagem que era prá secá lá, armazenando, tão secando no asfalto, um custo alto. Unico incentivo que tá dando agora que tá retivendo aí é a cooperativa de Nova Londrina, que tem o posto aqui, que tá dando incentivo com o algodão. Principalmente os pequenos agricultores que fizeram financiamento em banco. Tem um financiamento, Finame, que o juro se tornou alto, e muita gente entrou nesse tal de Finame aí. Bem, no fim foram obrigado a vender colhetadeiras, implementos e vender até a terra, e tão devendo até hoje no banco. Essa é a política do governo atual: se preocupa prá segurá a cesta básica em cima do agricultor, entendeu? Ele quer segurar o milho, o arroz, ele quer segurar principalmente a mandioca, que a farinha de mandioca agora voltou novamente na cesta básica. Ele tinha tirado, e sabendo que juro voltou a subir, óleo subiu, implemento subiu, só que os cereais continuam com o preço baixo.

É, eu bem dizer me criei. Tô com 59, dia primeiro de junho agora vai fazer 49 anos que estou em Querência do Norte. Muita cidade progrediu, progrediu, muita cidade parou. Parou porque principalmente ficou um fim de linha agora, com esse asfalto a ponte que saiu agora prá baixo do Caiuá. Principalmente Querência do Norte, se não vier indústria, algum político

que se interessá, sabendo que é o maior município da região de Paranavaí pra cá, com 45 ou 48 mil alqueires beirando o Rio Paraná e o Ivaí. As melhores terras tá em Querência do Norte.

Maringá cresceu e nós regredimos, por maus políticos que só pensam pro bolsos deles, que hoje tá uma vergonha. A gente liga um canal de televisão, que tá estorando escândalo prá tudo quanto é lado. Assim sempre digo, eu como micro empresário, tamo numa dificuldade, principalmente um político oito ano sai bilionário, e muita gente não tem nada o que comê durante o dia na mesa. Então o que falta em Querência do Norte é pôr mais indústria e pôr mais mão-de-obra pro povo. Sabendo que temo aqui o rio Paraná que pode ser levado os mantimento tudo por via rio, essa que é a razão de Querência do Norte. E poucos governo vê isso aí, muitos políticos só qué sabê dos votos por aqui, o bom que é o bom não ganha, se sabe que o bom político não ganha.

É, Querência do Norte parou, voltando atrás, que se não tivesse a fecularia Juriti hoje, que foi um esforço, bem dizer perderam cabeça, faleceu um dos administradores que era economista, o Moacir Turqueti, que hoje inda dá uma renda pos bóia-fria, bem dizê, os mandioqueiros, distribuindo toda semana 48, 50 mil reais pro comércio. E se não fosse essa empresa, Querência do Norte hoje, vivendo um desatre aí da mandioca!... A fecularia sempre foi o sonho do meu genro Paulo Alberto Konrath e o irmão dele Luis Paulo Konrath, a irmã dele Elaine Turqueti Konrath e o falecido Moacir Turqueti, tendo aquele entusiasmo pra podê pelo menos os bóia-fria de Querência do Norte tê uma condição melhor, que é o único meio de dá emprego direto hoje é a fecularia, entendeu?

Vamo vê com esse prefeito agora, professor Vlaumir, o que que a gente pode arrecadá e implantá em Querência do Norte por via Sebrae. Antigamente era coligado Pogera, agora cortaro; e vamo vê o que que nós que somo enraizado aqui né, pra vê o que que nós pode conseguir. O ano que vem vai ter política, né, vai ter eleição, vamo tê estrada também melhor, que todo mundo tá pagando imposto de IPVA pra rodá. Aí tem a polêmica: ‘Ah, mais tem pedágio, o pedádio é particular, entendeu? Qué dizer, eu tô pagando pedágio e tô pagando o imposto também do meu carro.

O primeiro vigário de Querência do Norte, que hoje é falecido, veio da França, padre José Maria Manic; faleceu em Rondônia. Vindo o segundo padre, que era o Francisco Xavier, (Padre Chico), por motivo de saúde, peso, foi embora pra Itu, São Paulo, veio a falecer lá. Hoje tá outro padre, que o padre Renê, que é da França também, que é o vigário com hoje com 11 anos em Querência do Norte, e a gente fazendo parte da comunidade junto com o padre. Em Querência, há muitas pessoas hospitaleiras, muitos fazendeiros hospitaleiros sempre ajudam a comunidade, tanto da igreja como escola e enfim outros eventos também.

Esperamos, como diz o pobre, os dias melhores, mas a gente já tem a família bem dizer criada, infelizmente temos que agüentar em Querência, em Querência do Norte” (BORSATTO, 2001).

Algumas fotos subseqüentes mostram o aspecto evolutivo da colonização município de Querência do Norte.

Foto 95 – Saída de Moradores de Passo Fundo – RS, com Destino à Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr^a. Neuza Barth.

Foto 96 – Estrada do Queixada, Porta de Entrada para a Cidade de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr^a. Ursula Brondani Pivetta.

Foto 97 – Vista Aérea da Cidade de Querência do Norte,
Destacando o Corte das Rua e Avenidas
Fonte: acervo particular do Sr. Santo Borsatto.

Foto 98 – Primeiro Hotel da Cidade de Querência do Norte
Fonte: acervo particular da Sr^a. Lourdes Maria de Souza.

Foto 99 – Primeira Rodoviária de Querência do Norte
Fonte: acervo particular da Sr^a. Neuza Barth.

Foto 100 – Primeiras Construções na Cidade de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr^a. Neuza Barth.

Foto 101 – Aspectos da Área de Saúde da Cidade de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr^a. Ursula Brondani Pivetta.

Foto 102 – Habitantes da Zona Rural do Município de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr^a. Ursula Brondani Pivetta.

Foto 103 – Trabalhadores na Colheita do Arroz em Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr^a. Ursula Brondani Pivetta.

Foto 104 – Trabalhadores na Derrubada da Mata

Fonte: acervo particular da Sr^a. Roni Konrath.

Foto 105 – Transporte de Corte de Árvore Centenária para Serraria

Fonte: acervo particular da Sr^a. Roni Konrath.

Foto 106 – Moradores Capturam Sucuri no Município de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr.^a Roni Konrath.

Foto 107 – Moradores Capturam uma Onça

Fonte: acervo particular Roni Konrath.

Foto 108 – O Então Governador do Paraná Paulo Pimentel e o Prefeito do Município de Querência do Norte Paulo Konrath
Fonte: acervo particular da Sr^a. Roni Konrath.

Município de Santa Cruz do Monte Castelo

Até o ano de 1950, as terras que pertencem ao atual município de Santa Cruz do Monte Castelo pertenciam ao Estado do Paraná. Segundo fatos históricos do município, publicados pelo IBGE (1959), a partir desse ano essas terras foram requeridas juridicamente por Orlando Leite, Ernesto Brito Cavalcanti, Manoel Boaventura e outros, que passaram a ter o controle de extensa área de terra. Este mesmo grupo de pessoas que havia requerido essas terras junto ao governo estadual, em 1951 vendeu uma área de 22 mil alquires a Júlio Mariúcci, Antônio Cantizzani e Amador Coelho Aguiar, os quais formaram uma empresa imobiliária que passou a funcionar sob a denominação de Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz. Após compradas as terras, estes empresários demarcaram o traçado urbano e rural, seguindo o mesmo modelo que estava sendo implantado nas outras áreas do Noroeste por suas antecessoras. Os empresários tiveram sucesso no seu empreendimento, haja vista que havia um grande contingente migratório para a região, e com isso, em 1951 começaram a chegar as primeiras famílias à localidade e a constituir o núcleo urbano de Santa Cruz do Monte Castelo. Desta forma:

O sucesso do empreendimento foi enorme, verificando-se inclusive mudanças na composição da diretoria da empresa colonizadora, que passou a se chamar Companhia Brasileira de Imigração e Colonização – COBRINCO, sendo seus sócios, os empresários Mario Coelho Aguiar, Amador Coelho Aguiar, Gino Cantizzani, Ramiro Silva Leite e Fermino Ferreira. Por conta dessas mudanças, grandes melhorias foram verificadas no povoado. Pela Lei Estadual nº 13, de 05 de

agosto de 1953, foi criado o Distrito Administrativo de Santa Cruz do Monte Castelo, com território pertencente ao município de Paranavaí. Em 26 de novembro de 1954, através da Lei Estadual nº 253, o distrito foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do município de Paranavaí (FERREIRA, 1996, p. 598).

O nome do município foi idealizado por Júlio Mariúcci, que era italiano e foi um dos fundadores da cidade. É dividido em duas partes: Santa Cruz é referente ao nome da primeira fazenda e também da primeira empresa colonizadora, que foi responsável pela sua fundação, e Monte Castelo é uma homenagem aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira - F.E.B., em suas operações na Segunda Guerra Mundial.

A vida cotidiana de Santa Cruz do Monte Castelo na da década de 1950 e o declínio do município são relatados pelo senhor José Maria da Silva¹²².

“Então é o seguinte: moro aqui ha 52 ano. Morei aqui 3 ano no escuro, antes de passá a município, e tinha naquele tempo muita gente, quando estava derrubando o mato pra plantá café, e aquela coisa toda; aí sábado e domingo eu acabava de atendê o povo meia-noite. Aí depois, até que tinha café é que tinha fartura, porque tinha muito serviço, e os situantes tinham café, plantavam muito café. E hoje o negócio foi modificando, foi modificando, arrancaram o café e isto foi caindo... caindo, até os situantes tá tudo pendurado, porque encheram tudo de pasto. Então agora está de um jeito que pra gente vender um boi vai quatro anos, mais ou menos quatro anos pra formá um boi pra vendê; o litro de leite não paga uma pinga. Então foi modificando e o povo de futuro foi procurando serviço, porque aqui agora não tem nada, não tem lavoura, não tem indústria, não tem nada. Parte do povo passa bem apurado aí, dá até dó. Eu fico com dó de criançadinha que chega de noite aí, mal-arrumadinhos, pedindo. Olha dá até dó. E então, está num problema hoje, tá difícil, muito difícil isso aqui. Hoje tá muito mais difícil, porque naquele tempo tinha de tudo, hoje não tem nada; naquele tempo tinha fartura de tudo, hoje não tem serviço na roça, não tem na cidade também, porque o segredo e o futuro do comércio é a lavoura e a indústria. Aqui não tem nem lavoura, não tem indústria, não tem como o povo ganhá dinheiro, aí fica difícil.

¹²² O senhor José Maria da Silva é português, foi comerciante no ramo de padaria muito tempo no município e está com uma idade bastante avançada. Recebeu-nos em sua residência, em Santa Cruz do Monte Castelo, em 17 de janeiro de 2005.

Aqui quem construiu tudo isto foi a Cobrinco. A Cobrinco, quando ela pegou isto aqui, ela loteô tudo, pôs corretor no Estado de São Paulo inteiro. Aí depois quando aquele povo começô tomá conta dos lotes eu era que ensinava pra eles o caminho, e eu naquele tempo tava lá em cima, numa casa chamada Casa Silva, e então quando vinha os clientes tomar conta dos lotes, parava tudo ali, aí procurava: ‘escuta, onde é a saída de 25’?

Naquele tempo só com o farolete em noite que não tinha lua, senão não andava, só com o farolete. Aí eu dizia: ‘Óia, pegue este picadãozinho aqui, que chega lá’. Então aquilo foi um tempo muito bom até que durou o café. Depois que arrancaram o café, isto começou caindo, o povo de mais futuro começaram a sair, procurar lugar, e essa coisa toda, e isto foi diminuindo, diminuindo, hoje está tudo na pior.

Aqui, teve vários gerentes aqui, mais já até morreram, os últimos já morreram, não mais me lembro quem era. Então, isto foi caindo, caindo, e hoje tá na piora.

O que disputou a política foi o seguinte: Gumercindo, Júlio Mariucci, e Orlando Leite. Aí o seguinte, aí depois já o seguinte: já Monte Castelo ficou sem sorte. Se tem ganho Júlio Mariucci, este Monte Castelo era uma potência hoje, que o filho dele era deputado naquele tempo; mas quem infelizmente foi eleito, Gumercindo, e naquele tempo ele só sabia namorar, não sabia fazer mais nada. Passô meses então, não fez nada. O primeiro pagamento que ele fez da prefeitura, eu que emprestei dinheiro pra ele, que nós era colega. Eu sei que foi 700, não sei se era cruzero naquele tempo, nem sei que eu emprestei 700, e ele fez pagamento pra turma tudo, e foi indo e não fez nada. Em segundo lugar, entrô um cidadão chamado Calisto. Também não fez nada, só cuidô da estrada daqui pra 25 e arrumô um dos lotes da turma que estava tudo plantando café. Tiveram sorte, que ele arrumava aquilo tudo aqueles lotes lá, arrumô tudo direitinho. Também não fez nada. Vai pra terceira, foi Gumercindo de novo. Aí ele já fez um poquinho, já fez aquela praça lá, só, mais nada. Então nós fomo sem sorte com os prefeitos. Só teve um bom, o finado Paulo Líbano. O finado Paulo Libano, quando ele entrou, acertou tudo, pôs o pagamento da prefeitura tudo em dia, você vê que maravilha. Estava uma maravilha isto aqui, ele é que fez tudo o que tem aqui, mais ninguém fez nada. Nós está sem sorte com os prefeitos. Esse que entrou é bom. O que saiu agora já deixou uma bomba lá, de 400 e tantos mil por aí, vai dá trabalho pra esse que entrô. Então o município foi sem sorte, está na pior, está tudo fraquinho.

Naquele tempo tinha movimento, porque era quando estava todo mundo derrubando mato pra plantá café. Foi justamente o tempo bom, foi esse, que aquilo ali não dava trabalho. Eu era estabelecido aqui, parei, há 2 anos que eu parei. Esse é nosso também aí (refere-se ao estabelecimento onde funcionava a padaria). O freguês chegava pagava a conta certinho,

comprava de novo, ninguém dava trabalho. Hoje está com 2 anos que fechei isso aí, tem um porre de clientes que ficaram devendo, até hoje não conseguem vim pagá” (SILVA,2005).

As fotos seguintes mostram dois prédios do período da colonização de Santa Cruz do Monte Castelo.

Foto 109 – Prédio da Prefeitura da cidade de Santa Cruz do Monte Castelo
Fonte: IBGE, 1959.

Foto 110 – Primeiro Hotel da Cidade Santa Cruz de Monte Castelo
Fonte: IBGE, 1959.

Município de Santa Isabel do Ivaí

A colonização do território do atual município de Santa Isabel do Ivaí remonta ao final da década de 1940. Conforme IBGE (1959), foi entre os anos de 1948 e 1950 que um grupo de empresários constituiu a Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel. Esta

Companhia tinha como objetivo lotear e colonizar a gleba 19, no interior da Colônia Paranavaí. Os dirigentes dessa empresa eram: Tarquínio Marques Ferreira, Gustavo Brigadão, Paschoal Pucci e Dalmiro Carneiro. Desta maneira,

O loteamento seguiu um plano técnico previamente traçado, iniciando-se imediatamente a venda de “datas”, afluindo para o patrimônio grandes levas de interessados em adquirir terras, tanto no perímetro urbano como na zona rural. Seguindo um ritmo semelhante ao constatado noutras localidades, da mesma região, em 1952, Santa Isabel já possuía nada menos de 3000 habitantes. Diante de tão surpreendente resultado, a referida companhia imobiliária resolveu considerar fundada a cidade Santa Isabel do Ivaí, no dia 2 de julho de 1952, intensificando os trabalhos para o seu maior progresso (IBGE, 1959).

Santa Isabel do Ivaí foi distrito administrativo de Paranavaí. Sua localização na região, conforme a Lei Nº 13, de criação dos distritos administrativos era:

Partindo da foz de um afluente do Rio Ivaí, que serve de divisa das Glebas 25 e 29, sobem por este até a sua cabeceira; prosseguem em sêco até outro afluente do Rio Ivaí que serve de divisa do lote 18, da gleba 28; sobem por este afluente até o marco de divisa dos lotes 16 e 18 da Gleba 28 e 17 da Gleba 25; deste marco sobem pelas divisas da Gleba 25, 28, 23 e 27 até o lote 27 da Gleba 20; daí seguem pelas divisas das Glebas 16, 23, 15, 19, 11 e 18 até um afluente a margem direita do Rio Bonito em frente ao lote 2-A da Gleba 18; descem por este até a sua fôz no Rio Ivaí; descem por este até a fôz de um seu afluente, que serve de divisas das Glebas 25 e 29; ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Sobre a criação e desenvolvimento do município Ferreira (1996) ressalta:

A Lei nº 13, de 05 de agosto de 1953, elevou o patrimônio a categoria de Distrito Administrativo no território do município de Paranavaí. Neste mesmo ano verificou-se notável surto de progresso. Foi instalada a rede de iluminação pública e domiciliar, abastecimento de água encanada por meio de poços artesianos, instalação de rede subterrânea de combate a incêndios e funcionou a primeira serraria na sede municipal. Em 1954 ocorre nova onda de benfeitorias, quando foi criada uma indústria cerâmica com capacidade para 180 mil telhas e 240 mil tijolos por mês, uma grande indústria madeireira, o prédio do cinema, luz fluorescente nas ruas, escolas escolas, o prédio da igreja e praça pública. Desta época em diante o progresso foi eminente e ininterrupto. Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro

de 1954, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto, foi criado o município de Santa Isabel do Ivaí, com território desmembrado do município de Paranavaí e devidamente instalado no dia 25 de novembro de 1955 (FERREIRA, 1996, p. 605)

O nome do município é tomado da Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí, que foi responsável pela fundação da cidade.

O período de construção do núcleo urbano de Santa Isabel do Ivaí, o desenvolvimento do município e deste na região Noroeste é relatado por Luís Flávio Francioli,¹²³ que foi funcionário da empresa colonizadora do município. Assim ele relata:

“Bem, eu cheguei em Santa Isabel do Ivaí com 12 anos de idade, em 1962. Em 1965 fui trabalhar, ainda como menor, no escritório da companhia Tarquínio Marques Ferreira e outros, que foi a empresa que colonizou Santa Isabel do Ivaí e hoje Santa Mônica. Os proprietários dessa empresa eram oriundos do Estado de São Paulo, Santos. Tinham também negócios em Bragança Paulista. Na própria capital de São Paulo eram proprietários do Banco Leme Ferreira, da companhia que fabricava na época o leite Sol, e Tarquínio Marques Ferreira, Perso Marques Ferreira, Alberico Marques da Silva e Aldo Américo Mortário. Na época que eu participei como funcionário da companhia, a empresa ainda tinha áreas rurais a serem comercializadas, inclusive uma área chamada de reserva, no hoje distrito de São José do Ivaí. Na época eram 200 alqueires, que foram loteados em áreas de 5 alqueires e 2 alqueires e meio. Nós tínhamos também ainda uma área de reserva que pegava bem próximo do perímetro urbano, que foram também vendidos na época 150 chácaras de 2 alqueires. E na época a economia do município era ainda baseado no café, na extração de madeira, que a Região Noroeste foi muito rica de madeira e pecuária. Politicamente, a Companhia ela elegeu os dois primeiros prefeitos de Santa Isabel do Ivaí, e o primeiro prefeito, acredito que começou o seu mandato em 1955, chamava-se Pascoal Pucci; segundo prefeito foi Pedro Marcelo Burqui; o terceiro, Leônidas Pires de Oliveira. E aí que vêm os detalhes políticos que a gente acha que deu uma guinada nos destinos de Santa Isabel do Ivaí; porque o terceiro prefeito ele era contra a política, politicamente contra a Companhia, e com a eleição desse prefeito, a Companhia retirou todo o apoio que prestava ao município, inclusive com o seu

¹²³ Luís Flávio Francioli nos concedeu a entrevista no dia 1 de setembro de 2004, em sua residência, na cidade de Maringá

maquinário de conservação de estradas. Santa Isabel do Ivaí nasceu com energia elétrica a motor a diesel, água encanada, rede de combate a incêndio. Tinha uma estrutura compatível com centros mais adiantados, isso tudo proporcionada pela companhia colonizadora, que inclusive instalou a maior cerâmica da América Latina da época no município de Santa Isabel do Ivaí.

A data de fundação de Santa Isabel é considerada 2 de julho de 1952, e o município, se não me falha a memória, é 19 de novembro de 1954, que é a instalação, e o primeiro prefeito, 1955. Bem, então na época, em 1963, quando assumiu o terceiro prefeito houve essa ruptura, né, da Companhia com o poder político do município. A companhia simplesmente se afastou, e foi quando Santa Isabel teve assim problemas estruturais. Em seguida também houve o problema político de 1964, e o então prefeito foi um dos poucos a se rebelar contra a política do Governo Federal, e Santa Isabel, que possuía órgãos federais - tipo coletoria federal, representação do INSS, o próprio Banco do Estado do Paraná e a nível de Estado, houve assim uma migração desses órgãos para a cidade vizinha de Loanda. Foi onde Loanda passou então a ter assim um surto de progresso considerável, em detrimento da derrocada política de Santa Isabel do Ivaí.

Bem, o primeiro administrador da companhia de terras chamava-se Gustavo Brigadão, e ele teve uma morte acidental numa estrada da região na época. O segundo administrador chamava-se Ramiro Batam, que esteve em Santa Isabel até meados da década de 70, quando também veio a falecer. E a partir daí os interesses da Companhia, que eram mínimos, passaram a ser representados lá por um advogado da cidade.

Santa Isabel, na década de 70, início de 80, chegou a contar com 26.000 mil habitantes. Era um município bastante planejado no seu loteamento rural e contava com 1500 propriedades, basicamente pequenas propriedades, né, minifúndios baseados na lavoura cafeeira, que teve um grande baque, nós diríamos, com a geada de 1975, onde os pequenos proprietários passaram a vender suas terras e a procurar regiões ainda não desbravadas, principalmente do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, né. E também já na época começou haver assim a exaustão do potencial madeireiro que sustentou a economia da região por um bom período, e a região realmente passou a ter problemas estruturais, falta de incentivo, falta de, nós diríamos, de oportunidades, porque realmente o terreno não é próprio para qualquer outro tipo de exploração que exige mais a terra né, e foi onde então o Noroeste passou a ser uma bacia leiteira também mal-explorada, mal-estruturada, porque não houve um

acompanhamento técnico, não houve uma estruturação, o rebanho de péssima qualidade. Passou a ser então a pecuária, nós diríamos, de subsistência e não economicamente favorável.

Essa companhia, ela colonizou especificamente o município de Santa Isabel. Inclusive Santa Mônica, que fazia parte do município, já era outra colonizadora. Santa Isabel era composta pela gleba 19 da colônia Paranavaí.

Essa região tem uma série de fatores que desfavorece o seu florescimento econômico. A qualidade da terra, a falta de infra-estrutura rodoviária, é uma região longe dos centros consumidores, né, e apesar do esforço dos prefeitos das cidades em trazer indústrias pra essa região, o problema é o consumo, é uma região de pouco consumo. O terreno, o arenito, ele não é próprio para cultura que exija muito do solo. Nós temos tido experiência agora com soja, tem havido sucesso como tem ocorrido insucesso, porque ela difere da região onde o solo é o latossolo roxo, tipo aqui a região de Maringá, por exemplo, onde as culturas têm um período de subsistência maior. Lá no Noroeste é bem diferente, em função da temperatura e da própria estrutura do solo, que não favorece. É uma região realmente de solo mais quente, e qualquer variação climática assim mais acentuada a planta sofre muito mais, não é?” (FRANCIOLLI, 2005).

Município de Santa Mônica

Conforme Ferreira (1996), a localidade onde está o município de Santa Mônica começou a ser colonizada no começo da década de 1950. Em 1951, no dia 30 de janeiro, Adão Mocelin, José Luíz de Azevedo Branco e Abrão Atem adquiriram junto ao governador do Estado do Paraná uma área de terras, através dos títulos aquisitivos nº 3.485 e nº 3489, em negociação realizada na cidade de Mandaguari.

Ainda segundo o autor acima citado, a primeira casa comercial na localidade foi denominada de “Boteco do Elói”. Como aconteceu no período da formação de outros núcleos urbanos, é a partir desse período que começaram a chegar as primeiras famílias para se estabelecer no local, como também os denominados “peões”, que eram solteiros e forneciam sua mão-de-obra nas fazendas de café. Um deles é o senhor Joaquim Rosado Neto, que nos contou a história da formação do município e lá é considerado um pioneiro. Um pouco mais de informação sobre o município nos é fornecida por Ferreira (1996), que diz:

No início do povoamento a região era um imenso sertão, sendo que a primeira estrada aberta foi a que liga Santa Mônica à Loanda. E a primeira propriedade rural a ser desbravada, ainda no ano de 1951 foi o local chamado Fazenda Tarumba. Nessa época eram enorme as dificuldades de acesso e locomoção, sendo que a única alternativa de transporte era o caminhão do Sr. Crescêncio, que fazia a linha do banhado, às margens do Rio Ivaí, e até Santa Isabel do Ivaí e Loanda. No entanto na maioria das vezes o percurso era feito mesmo a pé. Somente em 1957 circulou o primeiro ônibus na região, de propriedade do Sr. Toniquinho, fazendo a linha entre Santa Mônica e Santa Isabel do Ivaí. Em 1957 vislumbrava-se uma cidade, e o grande número de crianças existente na povoação exigiu que fosse construída uma escola, sendo primeira professora D^a Firmina e diretora a Sr^a Mirtes Velasques. No ano de 1963 o governo estadual inaugurou o Grupo Escolar de Santa Mônica, localizado na rua Olavo Bilac. Em 1970 foi criado o curso ginásial, que funcionou neste grupo escolar até 1976, sendo que neste período foi construído um novo prédio que abriga estes cursos até os dias de hoje (FERREIRA, 1996, p. 614.).

Sobre a formação do município, o autor diz:

Pela Lei Estadual nº 4.785, de 29 de novembro de 1963, foi criado o Distrito Administrativo de Santa Mônica, com território pertencente ao município de Santa Isabel do Ivaí. Em 26 de abril de 1990, através da Lei Estadual nº 9.233, sancionada pelo governador Álvaro Fernandes Dias, o distrito de Santa Mônica foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do município de Santa Isabel do Ivaí. A instalação oficial ocorreu no dia 01 de janeiro de 1993 (FERREIRA, 1996, p. 614).

Segundo o senhor Joaquim Rosado Neto¹²⁴, o nome do município é uma homenagem a Mônica de Azevedo, filha de José Luíz de Azevedo, que foi um dos responsáveis pela formação de Santa Mônica e também proprietário da primeira indústria instalada no município. É o senhor Joaquim que nos confirma os pequenos fragmentos históricos que encontramos sobre o município. Ele diz:

¹²⁴ O senhor Joaquim Rosado Neto nos concedeu a entrevista no dia 18 de janeiro de 2005 em sua residência, no município de Santa Mônica.

“Eu cheguei aqui, aqui memo, eu cheguei no 1953. Qué dizê que eu cheguei em Nova Esperança, que naquele tempo era a Capelinha, hoje é Nova Esperança. Adonde lá, nós viemo aqui pra Monte Castelo, que é uma cidade também aqui vizinha. Aí de lá pra cá nós era peão, né, pra nós era pião naquela época, né, porque era andejo. Eu era solteiro e era de menor. Aí eu vim, fiquei em Monte Castelo. Depois o ‘gato’ deu prejuízo pra nós, aí eu vim pra Capelinha, que é Nova Esperança hoje, que aquele tempo era Capelinha, hoje é Nova Esperança. Aí de Nova Esperança eu vim pra qui, pra Santa Mônica, nós viemo abrí isso aqui, eu e dois primo meu. Então, nós viemo pra cá, e aí nós fiquemo aí, trabaíemo pra certas pessoa, deram prejuízo pra nós. Aí no fim, o doutor José, Luíz que era o dono do patrimônio aqui, falô: ‘Óia, tem uma fazenda que vai sê Santa Mônica’. Ele era solteiro naquela época, mais casô. E ele falô: ‘Eu vô botá, coloca, se a minha filha fô mulher, eu vô botá o nome de Mônica’, e como colocô. Aí a muié dele ganhô o neném né. Aí ele trouxe nós pra cá, naquele tempo, em 1953.

O nome da pessoa que me contratô é Luís de Azevedo, e tem o sogro dele que era Adão Mocelin, os dono dessa área aqui. Aí eles loteô e venderam. Naquele tempo, nós veio no poder dele. É, intê que nós moremo aqui, até hoje eu moro aqui, desde aquele tempo. Então, nós fomo formá café. Naquele tempo era pra derrubá o mato e formá a lavora. Aí nós plantamo o cafezinho, a geada de 55 matô tudo. Aí veio a serraria, aqui memo, no poder dele, Aí como ele fez um acordo com nós. O café, que a geada tinha comido o café, fez um acordo com nós, que pôs nós na serraria; a geada tinha comido o café, então ele fez um acordo com nós na serraria. Foi um sofrimento, um sofrimento. Aí nós continuemo. Aí ele colocô eu na serraria, naquele tempo era solteiro ainda. Aí veio ela pra cá também, a família dela (refere-se à esposa) né, aí inclusive meu documento é esse aqui, ó...(o documento o qual se refere é a falta de um dedo que perdeu na serraria. Nesse momento mostra a falta do dedo e interrompe a entrevista, pois estava emocionado e chorando. Ao recompor-se continua).

Que eu trabaiei na serraria muito tempo, e aí como a serraria queimô, aí ele dexô nós pra formá o café pra ele, né. Como nós formemo, o cafezinho. Aí veio a geada e queimô o café, aí eu continuei ficando aqui. Aí eu me casei, né, e tô intê hoje aqui.

Aqui não teve grilagem, nem violência, aqui não teve, não senhora, nada disso. Aqui as pessoas loteava e já comprava. As pessoa que veio pra cá era tudo de fora, daqui não tinha ninguém, aqui era sertão. Naquele época era tudo de fora. Eu memo sô de Minas Gerais, sô de Governador Valadares, e tudo era nordestino, paulista.

O desmatamento, que aí foi chegando gente, comprando, né, e formando inverno, no que tá tendo mais hoje é isso aí. Porque antigamente tinha muito sitiante né, que eles falava,

comprava aquela chacinha, e colocava, mais não dava renda, né, naquela época. E, aí os home chegô, os maió chegô, comprô. Hoje a maió parte é fazendero. Aí tiraram os pequeno, e hoje é só fazenda, e esses fazendero que tem, sabe como é que é, né? É poco empregado, uma pessoa toma conta de meio mundo, mexeno com gado. Acabô a maderia e a serraria foi encendiada, a serraria Santa Mônica.

Eu me lembro de que quando era solteiro fazia de tudo; eu trabaia de volante, o que eu achava na reta, fazia, né. Eu fazia poço né, fazia buraco, derrubâ mato, né, naquele tempo. Aí nós partimo pra outro serviço, né, mais aí nós tivemo muito prejuízo, que eu sempre naquele tempo trabaia pra fora, os cara dava prejuízo pra gente, né, não pagava. É gato, que falava antigamente, empreitero né, mais aqui naquele tempo tinha apelido de gato.

Monte Castelo ali, né, a senhora passô ali, eu ajudei a derrubâ aquilo ali naquela época. É aonde nós tomamo prejuízo foi aquilo ali. A gente foi derrubá aquele mato ali, o gato deu prejuízo pra nós, aí nós fomo pra Capelinha, que é Nova Esperança hoje, né. Aonde o dotô Zé Luís, que é o dono daqui, troxe nós pra cá. Ele foi honesto com nós, foi, mais não tivemo sorte, coitado, que nós pegamo o café, a geada de 1955 matô tudo. Aí passei pra serraria, aqui a prova tá até hoje (mostra novamente a falta do dedo)” (ROSADO NETO, 2005).

Município de Tamboara

Segundo dados do histórico municipal, a fundação do atual município de Tamboara foi resultado do trabalho desenvolvido pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão, que tinha sua sede instalada na cidade de Mandaguari na década de 1940. Nesse período Mandaguari era um dos maiores municípios do Paraná. A referida imobiliária era proprietária de uma extensa área de terras, entre os rios Anhumas e Suruquá, ambos afluentes do rio Ivaí, território que pertencia a Mandaguari.

No dia 15 de abril de 1947 a referida empresa imobiliária, por intermédio de seu procurador Duílio Trevisan Beltrão, determinou a abertura de uma estrada até a localidade a que se deu a denominação de Tamboara. Segundo Ferreira (1996, p. 672) “A abertura dessa estrada foi facilitada pela existência de um picadão na mata que ia até as barrancas do Rio Ivaí, e era conhecido como ‘o caminho do caboclo’. Essa trilha já existia antes de 1931, a qual passava pelo território do atual município, e atingia o rio Ivaí, nas proximidades de suas ‘barrancas’ onde alí habitavam inúmeros caboclos”.

Com a abertura dessa estrada, por esta via os colonos chegaram até o local escolhido para a sede do patrimônio, dando início à derrubada das matas exatamente no dia 15 de abril

de 1947. Conforme o histórico municipal, em julho de 1947 foi construída a primeira casa de madeira, para que nela fosse instalado o escritório da empresa colonizadora. Ferreira (1996) diz:

O primeiro rancho do lugar foi construído por Ivo Pinheirin, que usou as lascas de coqueiro para fazer as paredes e a palha para a cobertura. Em seguida chegaram Marcionílio Ribeiro e Yasco Marimoto. Quando se iniciaram as vendas dos lotes, verificou-se uma grande afluência de colonos de diversos Estados da Federação. Não demorou muito e diversas clareiras podiam ser vistas na mata, onde todos os tipos de sementes foram plantadas, com predominância da lavoura de café, que foi um dos fatores de estabilidade social e econômica do lugar (FERREIRA, 1996, p. 672).

O nome ‘Tamboara’, de origem tupi, significa ‘chefe de uma tribo’, o ‘líder de uma nação’ e, segundo o histórico municipal, Tamboara representa o nome do cacique de uma antiga tribo da região, o que mais uma vez comprova, de acordo com discussões do capítulo anterior sobre a população indígena na região, que os primeiros moradores do Noroeste, e neste caso os de Tamboara, foram os índios, e não os denominados pioneiros.

Tamboara foi distrito administrativo de Paranavaí até novembro de 1954. A demarcação desse distrito administrativo de Paranavaí, na Colônia Paranavaí, foi assim descrita:

Partindo de um marco de divisa do lote 295 da Gleba 2, seguem em réta e em sêco pela linha W.E. até a divisa da C.T.N.P.; daí seguem em réta e em sêco em direção S.N. até o marco de divisa do lote 13 da Gleba 1; seguem em réta e em sêco em direção E.W. até a divisa dos lotes 133 da Gleba 1 e 117 da Gleba 2; Seguem em réta e em sêco linha N.S., até o marco de divisa do lote 295, ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Sobre a criação do município, Ferreira (1996, p. 672) diz:

Em pouco tempo o povoado de Tamboara foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente ao município de Paranavaí. Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi criado o município de Tamboara, com território desmembrado de Paranavaí. A instalação oficial deu-se a 26 de novembro de 1955, ocasião em que foi empossado como primeiro prefeito o senhor Duílio Trevisan Beltrão, fundador e benemérito do município.

A forma facilitada na aquisição da compra de terras, a influência do café e a tentativa de melhorar de condições de vida foram os fatores que atraíram os migrantes para povoar o local que seria o futuro município. Para o local foram paulistas, mineiros, baianos, cearenses, sergipanos, pernambucanos, gaúchos e paranaenses, descendentes de italianos, japoneses, indígenas, negros, poloneses e árabes, que trabalhavam tanto como donos de propriedades, como empregados denominados de “peões”. Essas pessoas se estabeleceram tanto na zona urbana como na rural.

Nesse período, as derrubadas começaram a atingir grandes áreas, sendo o extrativismo vegetal a primeira economia. Destacavam-se a peroba, cedro, marfim, ipê e outras madeiras de lei, motivo pelo qual a indústria da época eram as serrarias, que atingiam um total de seis. Grande parte da madeira era comercializada em São Paulo, e os tacos iam para o Rio de Janeiro.

Como em todo o Noroeste, o desmatamento ocorreu sem planejamento, utilizando o machado e as queimadas, e com esse desmatamento a fauna existente foi obrigada a migrar para localidades onde ainda existia refúgio. Essas informações foram obtidas do histórico municipal, mas são confirmadas no depoimento do senhor Antônio Fontana¹²⁵, que relata a história da formação do município de Tamboara. Eis o que ele refere:

“Eu vim do Estado de São Paulo, naquele tempo tinha muita influência o Paraná, e era bom. Então eu vim pra tentá melhorá a vida. Eu já tava com a mulher e 4 filhas, e vim aqui, trabalhei muito, trabalhei bastante, ganhei muito dinheiro. Mas pra mim, o que foi primordial mesmo foi dá escola pros filhos. Eu tenho 8 filhos; um já morreu, o mais velho. Todos eles se formaram. Naqueles tempo antigo, 40 anos atrás, 35 anos, os homens se formaram contadores, porque eles faziam comércio, não fazia faculdade, já formava. E as filha, a professoras. Nunca peguei um tostão dos filho que trabalhavam, o que eles ganhavam era pra eles, pra comprá os móveis, porque logo começava o namoro, começava a casá, fui deixando tudo pra eles. Meus filhos têm essas profissão que eu já citei, agora o prazer mesmo é dá continuidade dos filhos. Eu tenho uma porção de netos doutores, tenho médico, tenho engenheira, tenho uns 3, 4, engenheiro, tenho um par de advogados, tenho um na Gaúcha, tenho dois irmãos, um homem e uma mulher em Ponta Grossa, tenho em Chapecó, Santa

¹²⁵ O senhor Antônio Fontana nos recebeu em sua residência, em Tamboara, no dia 19 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

Catarina netos, e vêm vindo os bisnetos, já tenho 8 bisnetos. Então o que eu ganhei no Paraná, a minha intenção foi aplicá na educação, e hoje eu tô satisfeito. Depois nós trabalhávamos aqui, porque eu sempre falo pra gente né, nós precisamos fazê o município, nós não encontramos nada feito. Nós tivemos que fazê cemitério, multirão, tudo de graça, nós tivemos que fazê hospital, todo feito pelo povo; tivemos que fazê o clube de baile, tudo doações; fizemo a igreja nova que tem ali agora, que atende a toda as populações. O município também nós precisamos fazê ele. Não tinha nada, não tinha médico, vinha algum médico aqui parava pouco tempo, depois consultava, precisava de uma cirurgia, de um internamento, tinha que ir pra Paranaíba fazer um check-up, e fomos fazendo.

A colonizadora daqui foi a Colonizadora Engenheiro Beltrão, né. O engenheiro daqui era o doutor Duílio. Ele foi o primeiro prefeito, era um italianão, era moreno, narizudo como eu assim, mais não foi bom prefeito, ou seja, progressista. Ele era muito bom como dono da colonizadora, porque ele vendia a prazo, mais como prefeito ele foi fraco. É a natureza da pessoa. Ele era solteiro, já velho, não tinha mulher, não tinha filho, então não tinha amor; ele era problemático, gostava de homem. Depois entrou outro, e vem vindo.

Até agora eu tô achando que tão fazendo muito, pelo tamanho do município e pela arrecadação daqui, que não é grande coisa, e não pode ser mesmo, né; mais nós tamo levando.

Os donos da colonizadora eles tinha essas terras aqui, Engenheiro Beltrão era deles, Ibiaporã muito antigamente era deles, tinha mais alguma aqui pra frente, que eles receberam, era uma família grande. Só que quem morava aqui era só o doutor Duílio, os outros morava tudo em Curitiba, era engenheiro, médico, tudo gente formada, e eles receberam esta terra do governo, em pagamento de serviço prestado, em levantamento do Estado. Então o Estado andava, na década de Lupion e companhia, ele estava sendo rebentado e tinha que fazê estrada, tinha que fazê tudo. Ele dava essa terra toda, que era devoluta né, inclusive aqui uma faixa grande, aqui berando o Estado de São Paulo; não sei se já venceu, mais tá faltano pouco. Uma ocasião eu fui pedi uma certidão negativa, então me parece que era de Nova Esperança, por aí, uma faixa grande, que ia até na divisa do Paranazão, que tava em questão do Estado. Eles não podia fornecê documento, porque essa terra era requerida antigamente por uma família, o protesto tava em nome de Irmãos Zarados. Eles tinha requerido essa terra a títulos né, e depois o Estado vendeu pro Beltrão; mas acho que aquilo lá já acabou, acabou isso aí, o prazo do consórcio.

Foi uma companhia, os Beltrão, muito honesta, honestíssima mesmo. Eles tinha muita dó dos pobre, eles fazia, por exemplo, uma venda de 100, havia um quarto de entrada, e o resto em 4 pagamento, mais 4. Então, se não pudesse pagar o próximo, pagasse meio, pagasse

um pouco menos, um pouco mais, ia prorrogando, dando, num tomô um alqueire de terra de ninguém.

Aqui não houve violência, absolutamente nada, aqui foi tranqüilo, por terra tá tudo tranqüilo. Agora tem uma coisa: tem muito proprietário que não escriturô definitivamente, e agora esse doutor Duílio morreu, deixou um procurador que morreu também, então tá meio enroladinho agora pra saí o documento. Mas eles têm aquele contrato da companhia que ninguém toma. Agora, se precisá de um financiamento de um banco que exige a escritura definitiva, eles não têm. Mais vai indo que eles acertam.

O município padeceu com erosão. E olha, as autoridades, os órgãos, hoje o Ibama, e outras coisas, parece que não tinha, mais eu não vou dizer que o povo destruiu, nós destruímos. Essa mata linda que tinha por aqui foi derrubada de cima até no rio. Fazia questão de limpá bem nas cabeceiras assim, que era bem solta a areia. Derrubava tudo, não tinha uma orientação, não se previa nada. Então eu posso dizer aqui que a mata aqui nós os produtores que destruímos, nós não tivemo a idéia, ter essa preocupação nenhuma, era derrubá, derrubá e pôr fogo. Que judiação! Hoje tamos correndo atrás de plantá de novo na bera do rio, mas memo assim ainda tá difícil, pra recuperá bera de rio não é fácil. Mata, agora é só fechá que ela se recupera. Mais hoje eu penso na mata que tinha aqui, que destruição! Madera de lei, tá um pouquinho torta, tora dessa altura assim, ‘não, tá torta, não leva’. Hoje eles vão buscá os galhos daquelas tora. Tanta riqueza...

A maioria do povo veio do Estado de São Paulo, mais esse povo, a maioria já tinha vindo do Nordeste, e de outros estados também. Depois veio daqui do Paraná mesmo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, veio de todo quanto é estado. Eu trabalhei uns 30 ano com um homen aqui, os filho dele agora tem uns serviços aí, uma industriazinha, e ele ficou muito rico, ele era da Lapa no Paraná, os Pinheirin. Seu Ivo Pinheirin era um senhor alto. Hoje tá cansado, tá queto lá, mais ele ficou muito rico, ele chegou a ter, tem ainda os filho, agora que ele passou tudo no nome dos filho, 6.000 mil alqueire de terra aqui no Paraná, chegou a ter umas 15.000 mil cabeça de gado, criava gado de raças. Quando ele entrô aqui, quando ele veio da Lapa, entrô com serraria. Madera aqui era o forte e num tinha serraria daqui até Porto São José na divisa lá com o Mato Grosso, não tinha nenhuma serraria, e tava entrando gente. Então o que eles serravam, ele disse pra mim que tinha assim na esplanada assim, que era alto; encostava o caminhão, o que serrava carregava tudo, enchia o caminhão, ponhava e ia embora. Tá uma beleza. Depois, quando apareceu o café, foi quando eu entrei, junto com ele, aí não entendia nada de café, nada, nada. Ele me chamô, na primeira colheita já, pra mim administrá, como administrador. Eu entrei até começá a aparecer o negócio do café já seco.

Então eu via o negócio do café seco, eu falei pra ele: ‘Seu Ivo, o negócio do café aí tá bom, viu? Começa a plantá café dá mais do que ir atrás do colono lá, lá põe outra pessoa pra cuidá. Ele disse ‘como é que faz?’ - expliquei pra ele, fiz diversas amostras de café, de café seco, faltando um pouco, faltando mais, falando bem de tudo, mais ele era tão sabido, a pessoa explicava uma coisa pra ele uma vez só, amanhã ele vinha com melhora pra aquela coisa. Aí nós montamos máquina de café. No primeiro ano comprava café em coco. Daqui levava pra Rolândia. Eu ia junto com o motorista do caminhão dele e mais dois caminhão, ia três caminhão daqui a Rolândia.

Começamo meio tarde, acabô ligero, mais ele ganhou. Simples, né, deu pra comprá 2 caminhões 0 quilômetro e mais uns 600 mil cruzeiros. No ano seguinte, montamos máquina, daí foi expandindo. Esse foi o lado da produção do café. O café foi bem até 75, mais ou menos, depois decaiu de uma vez. O café já deu velho, com a geada muito forte, que arrasou, e começô a entrar doença, ‘anematólio’, ferrugem e praga minera. Deu café fraco, a terra aqui é fraca, foi decaindo. Daí passô prô algodão e amendoim, foi algodão e amendoim, como nunca ví, e gado, pasto, pasto. E os proprietário pequeno, a terra enfraqueceu, foram vendendo.

Então, nós tínhamos naquela época, 18.000 mil habitantes, hoje tem 5. Tinha 50 propriedades pequenas, o homem comprô tudo, ficou uma. Era cheio de café. Eu sempre digo onde entra o casco do boi, o homem vai embora. E agora, esse mesmo homem, ele tem uma feclaria, da mandioca fais a fécula, polvilho, que chama. Eu administrei toda a construção da feclaria, que vindo de Paranavaí pra cá dá pra vê ela. Ele tá fazendo polvilho. O filho dele. Ele já tá praticamente sem a mínima condição física de trabalhar. Hoje, o forte daqui é pecuária e mandioca.

O município de lá pra cá, ele só tem melhorado; agora a quantidade de gente que tinha aqui, existe dois motivo: um é essa cobiça. Em 72 também deu um vendaval aqui que arrombou tudo, grande parte foi embora. Então, nesse setor de ir embora, para quem foi, saiu daqui, que os pequenos eu não sei se está melhor ou não. Agora os grandes foram melhorando muito, e teve a tecnologia moderna, para a agricultura. Naquele tempo era machado, foice e enxadão, não tinha nada o que fazê. Hoje a máquina faz tudo: ela planta algodão, ela planta mandioca, ela planta de tudo, colhe, faz tudo, as indústria tão aí. Então, nesse lado aí melhorô barbaridade. Hoje o cara que trabalha de enxada não vive mais não, tem que partí pro moderno, e o moderno só tem quem é grande. É isso que vai acontecendo. Vai mudando.

Quando eu era novo, pequeno, tinha um ritmo de trabalhá; depois de uns 30 ano por aí, teve uma outra coisa, e agora tá completamente deferente. Então, tem que ficá no seu lugar,

cada um com o que ele sabe fazer, e se pudé, melhorar. E pro povo brasileiro, o que tá faltando muito não é terra, é exército; não é polícia, tá faltando escola” (FONTANA, 2005).

As fotos que se seguem ilustram a primeira igreja de Tamboara juntamente com o prédio da prefeitura, no período da colonização do município.

Foto 111 – Primeira Igreja da Cidade de Tamboara
Fonte: IBGE, 1959.

Foto 112 – Prédio da Prefeitura da Cidade de Tamboara
Fonte: IBGE, 1959.

Município de São Carlos do Ivaí

O desbravamento da área que atualmente é o município de São Carlos do Ivaí deu-se entre os anos de 1942 e 1944, segundo histórico municipal. Nessa época o interventor Manoel Ribas, visando expandir a colonização do Estado do Paraná, efetuou a doação de posses aos empresários: Reinaldo Garmater, Otto Holler, Duarte Gomes Pereira, Capitão Euzébio

Barbosa de Menezes, Silas Pioli, Lázaro Figueiredo Vieira, Família Albano e Francisco Nunes Nogueira.

No ano de 1944, o engenheiro civil Silas Pioli exercia sua profissão em Curitiba, fazendo edificações e projetos. Como o governo do Estado do Paraná estava nas mãos de Manoel Ribas, Pioli não teve dúvidas e requereu junto ao governo uma área de 2 mil alqueires, sendo prontamente atendido.

Em 1945 os irmãos Albano davam início às derrubadas e queimadas e preparavam o solo para as primeiras lavouras de café.

Segundo Ferreira (1996, p. 629), “Em 1946 Silas Pioli havia plantado uma área de 80 alqueires em pastagens e aberto uma rodovia, desde o final da estrada Paranhos até o Rio Capelinha, as margens do qual formou a primeira cultura de pastagem”.

Ainda segundo algumas informações recolhidas de Ferreira (1996), esse autor diz:

Não demorou muito e o dr. Pioli começou a sentir dificuldades na nova atividade, até então uma novidade para ele, sendo que um dos maiores problemas era a escassez de mão-de-obra. A partir destes impedimentos, visto a amplidão da área, o engenheiro optou por lotear uma grande parte de sua fazenda, transformando-a em pequenos lotes, com um patrimônio na área convergente. Nesse tempo, o território da fazenda São Carlos pertencia ao município de Mandaguari, detentor de grande área no Estado do Paraná. Colocados à venda, os lotes foram vendidos rapidamente. A profissão do fundador do lugar permitiu que a demarcação ocorresse dentro das mais rígidas normas de engenharia. Em 1949, depois de titulados os terrenos rurais, concretizou-se a povoação do patrimônio. Foram demarcados 2,5 milhões de metros quadrados para o perímetro urbano, e o ano de 1950 é o marco da chegada dos primeiros moradores de São Carlos do Ivaí. Antes destes fatos, porém, já moravam por ali Pedro Roque, a família Albano, Antonio Mathias, João Pojto e o “velho Porfírio”, que foram os primeiros a penetrar pelas “picadas” abertas pelos agrimensores do dr. Silas Pioli. Já em 1955 haviam 5 milhões de pés de café plantados em São Carlos do Ivaí, e nem mesmo a devastadora geada da época conseguiu diminuir os ânimos dos colonos. Nesse mesmo ano o povoado era elevado à categoria de distrito policial e administrativo (FERREIRA, 1996, p. 629).

Em 1953 é iniciado o movimento para a criação do distrito de São Carlos do Ivaí. Com o êxito das reivindicações do movimento, nesse ano São Carlos passa a distrito, pertencendo ao município de Paranavaí. Quando São Carlos do Ivaí passou a ser distrito administrativo de Paranavaí, segundo lei municipal, suas divisas eram:

Partindo da foz do Rio Anhúmas, no rio Ivaí, margem direita, subindo por aquele até encontrar uma linha réta e seca S.N.; prosseguem por esta até a divisa do lote 295 da Gleba 2; daí continuam em réta e em sêco, direção W.E., até encontrar a linha de divisa da C.T.N.P.; por esta linha prosseguem em direção N.S., até a margem do Rio Ivaí; e finalmente descem por este, até a fôz do rio Anhúmas; ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Quanto aos dados de criação do município, segundo histórico municipal:

Posteriormente com a elevação de Tamboara a município, São Carlos do Ivaí passou a pertencer-lhe. No ano de 1955 a população elegia seu primeiro representante para a Câmara municipal de Tamboara, o vereador Waldomiro Roda. Em 1956, São Carlos do Ivaí, fazia por merecer sua elevação a município. Inúmeras reivindicações foram encaminhadas ao Governo do Estado pelos senhores Silas Pioli, Waldomiro Roda, Jorge Amorin, Domingos Garcia Dias, Reinaldo Tessaro, Éttore Primon, João G. Lavor, Hélio Zacarioti, e outros. Seus objetivos foram alcançados no dia 24 de janeiro de 1956 através da Lei Estadual nº 2565. A instalação solene deu-se no dia 16 de Dezembro de 1956, com a posse de seu primeiro prefeito o Sr. Waldomiro Roda que dirigiu com brilhantismo os destinos do município até 1960 (SÃO CARLOS DO IVAÍ, [2000?]).

O nome do município é de origem religiosa, em homenagem ao santo padroeiro São Carlos Borromeu, mais a junção do rio Ivaí, que passa a 9 quilômetros de distância do município. Alguns fatos históricos do período da colonização do município são relatados pelo senhor Vítório Galli¹²⁶, que afirma:

“Pra começá, eu gastei 29 dia, vim a cavalo de São José do Rio Preto aqui, gastei 29 dia. Saí com a mudança, dia 17 de outubro de 1950, aí cheguei no meio daquele matão, ninguém sabia nada, ninguém sabia batê nem um prego, nem derrubá um pau, nada, nada. Ia com a corage e a cara, sofremo que nem cachorro. E dali por frente, doença, tifo, cobra de mordê uma fia minha, sofremo mais do que cachorro. Aí nós tivemo que guentá tudo, né. Eu vim

¹²⁶ O senhor Vítório Galli nos recebeu em sua residência, em São Carlos do Ivaí, onde nos concedeu a entrevista no dia 19 de janeiro de 2005.

direto pra cá, tudo mato. Aqui tinha um dono da cidade aqui, um tal de Silas Pioli, tava assentando uma serraria aqui no 26 ali, né. Então, ele tinha feito uma barraquinha, e a turma que veio derrubá me perguntô pra mim onde que era a sede do Pioli. Eu disse: ‘Eu num conheço nem ele, nem sede, nem nada, né’. Aí diz: ‘Aonde ele tá montando uma serraria?’ Falei então: ‘Vocês desce reto aí que é aí no 26, né’. Aí desceram. Foi uns 18, 20 home, nem contá não contei, foi os que veio derrubá o lugá, o lugá onde tá a cidade.

Aqui era um propriedade do Silas Pioli. E ele era doutor né, ele era engenheiro, mais o nome verdadeiro era Silas Pioli. Aí os possero que tinha aí, já tinha uns possero aí, eles falava que o Pioli vai fazê uma cidade, que era aqui, aí daí começô. A terra era dele, só que era muito malandro demais, né, ele era muito jogadô, muito descuidado. Aí começô a vendê data, mais no dia que ele não tinha dinheiro ele dava data dada, e o dia que ele tinha bastante dinheiro, nem por dinheiro nenhum ele vendia. Então amarrô a cidade, era sem futuro, e ele morreu pobre lá em Curitiba. E faiz poco tempo que ele morreu, morreu com 91 ano. Ele era muito desmazelado. O lugar era próprio pra formá uma cidade, era muito adiantado, mais do que Paraíso, né. Paraíso foi. Muita coisa que ofereceram pra sê aqui, aí eles vendeu pro Paraíso. A ponte lá era pra sê aqui, passaram pro Paraíso. O governador dava uma usina de hidrelétrica - ali no 26, sabe? - prontinha pra pagá com 20 ano. Injeitaram, aí mandô dá lá pro Paraíso, São Carlos e Tamboara. E aí não fizeram, não foram atrás de nada, e ficô. Daí assentaram uma usininha aí, que foi o prefeito aqui, o tal de César Tessaro, na fazenda do César Tessaro. Fizeram uma poça lá, sabe, pensando que íam ficá rico com a energia que ía tê, e que foi naquilo alí que perderam tempo, né. Aí fizeram tudo, mas o povo muito conhecido não pagava, né. Eu sei que acabô, Deus ajudô que veio um terremoto de chuva, e levô embora, aí entrô a Copel.

As pessoa veio tudo de fora - São Paulo, Birigui, Rio Preto, Catanduva, Araçatuba e Uxoá. Naquele tempo, eu memo, quarqué um me iludia né, porque tê o café que tinha aqui, o sacrifício que a gente fazia lá, por causa de café, o café que tava aqui, dava 700, 800 saco por mil pé, né. Dava memo. A turma chegava lá me perguntava, eu falava, eles falava que era mentira, né, podia acreditá que dava. Ali em Mandaguarí, Marialva.

Erosão aqui não teve e não tem, é 9.300 alqueire, não tem um alqueire que não é produtivo. Não tem um alqueire que não seja produtivo.

Aqui não teve possero, aqui não era possero, eles requereu do governo, sabe, então era requerimento, queném o Pioli foi, o capitão Euzébio foi, o Garmatte foi. Tudo eles era requerido com o governo, então o governo dava essa gleba. Só que eles tiveram que abri estrada, eles que fizeram tudo, sabe, abriram tudo. Então aqui, morte, pra dizê, foi nenhuma.

Agora essas história na região era famosa, em Miradô, Cruzeiro do Oeste, em Planaltina, aí morreu muita gente.

Nóis aqui fomo muito vítima de prefeito, sabe? Nossa Senhora! Só entrô ladrão e vagabundo. Até um cunhado meu foi prefeito também, e ele mandô verba de volta, porque não achô onde gastá 100 mil naquele tempo, óia, valia, nossa, dava pra comprá o município desse, 100 mil real. Mandô de volta porque não achô onde gastá. Só prestava pra tomá cerveja e fumá, miserável, e era prefeito. Aí até o dono da cidade perdeu a política pra ele. Você vê que os dois era bom, né, então por isso ele tá atrasado ainda aí, né. O único que trabaiô um pouco foi esse prefeito que saiu agora; é o que fez um poquinho de asfalto. Até que trabaiô mais ou meno. Agora entrô esse novo aí. Foi uma guerra pra tirá o ladrão legítimo que tem alí, que foi prefeito 10 ano, é. Na época do boi foi 6 ano, né, do Álvaro Dias, depois mais 4, 10 ano. E queria tá agora de qualquer maneira, ainda tá fazendo confusão depois do homem sê eleito e tudo, que ele perdeu né, ainda tá com confusão aí” (GALLI, 2005).

Município de Terra Rica

As terras que constituem o atual município de Terra Rica foram requeridas ao Governo do Estado por Aniz Abud, em 1950. Posteriormente Aniz Abud transferiu esta Gleba à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), que tinha como dirigente Ênio Pipino. Nesse período essas terras integravam o distrito de Paranavaí, que por sua vez, pertencia ao município de Mandaguari.

Ao tomar posse da área comprada, a diretoria da SINOP determinou a imediata medição e demarcação dos lotes rurais, urbanos e chácaras, propondo-se a criar um núcleo urbano, que recebeu a denominação de Terra Rica. Quando foi elevado à categoria de município, em 1951, Paranavaí herdou o território do patrimônio de Terra Rica (FERREIRA, 1996, p. 681).

E foi criado então, em agosto de 1952, o distrito administrativo de Terra Rica, cujas divisas no território de Paranavaí eram:

Partindo de um marco de divisa dos lotes 46 da Gleba 8 e 6 da Gleba 1-B, a margem direita do Ribeirão “64”, na estrada que vai de Paranavaí ao Porto São José; seguem por esta até o lote 23 da Gleba 8; daí seguem em réta e em sêco até a cabeceira de um afluente a margem esquerda do Ribeirão do Córvo até um seu afluente a margem

direita na divisa dos lotes XXXIV e XXIV da Gleba 1-B; sobem por este até a sua cabeceira e daí em réta e em seco pela divisa dos lotes XXXV e XXVII da Gleba 1-B, até o marco de divisa do lote XXIX da mesma Gleba; seguem em réta e em sêco até o marco de divisa dos lotes XXVII, XXVIII e XXI todos da Gleba 1-B; daí seguem em réta e em sêco até a cabeceira de um afluente a margem direita do Ribeirão Corôa do Frade; descem por este até a sua fôz no Rio Paranapanema; descem por este até a fôz do Ribeirão do Côrvo; daí sobem pelo mesmo Ribeirão até um seu afluente a margem esquerda, do Ribeirão “64”; sobem por este até o marco de divisa dos lotes 46 da Gleba 8 e IV da Gleba 1-B, na estrada que vêm do Porto São José a Paranavaí; ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Com uma situação de localização privilegiada, situado às margens do rio Paranapanema, Terra Rica teve um rápido desenvolvimento social e econômico em um curto período de tempo, a partir da sua formação, em 1950, e pouco tempo depois, em 1954, já era município. Sobre a formação do município, Ferreira (1996, p. 682) diz: “Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado de Paranavaí, cuja instalação deu-se no dia 04 de dezembro de 1955”. O nome do município de Terra Rica foi dado pela companhia que o fundou. Esse nome fazia referência à fertilidade de suas terras, destinadas à agricultura de uma maneira geral.

Fazendo um paralelo com o que acontece no Brasil, na região Noroeste do Paraná e no município de Terra Rica, o senhor Claudio Domingos Soletti ¹²⁷ emite a sua opinião sobre os vários problemas regionais que afetam diretamente a população. Inclui também a sua opinião sobre a questão agrária na região e os assentamentos rurais do município. Ele afirma:

“Eu cheguei aqui no ano de 1962, então não sou um dos primeiros pioneiros. Quando vim pra cá, aqui não tinha asfalto, até Londrina não tinha asfalto, tava começando em Rolândia o asfalto. Não tinha médico, era muito difícil, tudo era difícil. Mas, naquele auge do café... Então, eu analiso hoje que o Noroeste se desenvolveu pela cafeicultura. E depois veio um plano mirabólico do governo que acabou extinguindo o café. Eu sempre dizia que o café ia chegar a esse ponto. Eu fui presidente da Associação por três vezes, e quando naquela

¹²⁷ O Senhor Claudio Domingos Soletti foi prefeito de Terra Rica. Recebeu-nos em sua residência nesse município no dia 04 de julho de 2004, local em que nos concedeu a entrevista. Embora esta entrevista não fale muito da história de Terra Rica no passado, ela relata a opinião de um político do Noroeste sobre os mais diversos problemas que a região enfrenta na atualidade, por isso ela está na íntegra.

época o café valia em torno de 52 reais a saca, o produtor vendia. O governo taxava, sobretaxava, porque as taxas já existia, o ICM, o fundo rural, ele já pagava.

Ele sobretaxava o café com o confisco, mais 52 reais, elevando o preço, um absurdo. Então eu dizia sempre: ‘Daqui uns anos o café vai relaxar, porque vai incentivar o mundo inteiro a plantar café’. E foi o que aconteceu. Então o café chegava lá fora com um preço exorbitante e acabou o mundo inteiro plantando café, e hoje nós sofremos a consequência. E aí que foi que aconteceu? Aí começô vim o boi no lugar do café. E o boi tira o homem, né. Cem alqueires por exemplo, tinha uma colônia com 10, 12 casas. Onde andava se encontrava uma horta, encontrava um frango, encontrava fartura. Pra você ter uma idéia como era bom o café, que o sujeito pegava uma mata, derrubava e com o café plantado, no quarto ano, com a colheita do quarto ano ele comprava um sítio, uma chácara. Porcenteiro que se falava, né. Ele trabalhava sobre porcentagem. Era tão bom o preço.

Mas aconteceu isso, e aí então veio o boi, e o boi o que que resultou? Expulsou o homem. Aí uma das regiões mais ricas do Paraná acabou ficando uma das mais pobres, que se criou o bóia-fria. Dito cujo bóia-fria é famoso. Então esse povo ficô...não sabia fazer outra coisa, a não ser enxada. Aí ficaram. Então os caminhões começaram, veio a cana na década de 73, por alí começou as usinas de cana. Então começaram a plantar cana, então os caminhões carregavam gente, o bóia-fria, porque ele carrega a marmita e come a comida fria, então veio o nome de bóia-fria, nasceu o nome de bóia-fria. E começaram os caminhões de madrugada, cinco horas da manhã, levantá mulheres, cidadãos, pegá e cortá cana com facão. Até hoje existe esse método. Existe métodos mais avançados, mais eu sei que o governo não deixa pôr máquinas, porque se não ele vai fazer o quê com esse povo? Não tem outro caminho, tem que deixar trabalhar. A queima da cana, por exemplo, queimá é proibido, mais si não queimá, aí vem a máquina. Não queima, não tem quem colhe a cana, esse povo fica desempregado. Aí surgiram os bóias-frias.

Aí o que que acontece? Se nós, tipo, olhássemos pecuária na nossa região, nós teríamos Paranavaí, Terra Rica, acho que Nova Londrina talvez, Loanda e Querência. Para pecuária seriam cidades necessárias na região, o resto tá sobrando. Esse problema não foi solucionado, o governo não teve uma visão de pôr outra coisa, substituir essa mão-de-obra do café noutra coisa. E aí criou-se uma verdadeira miséria.

E agora vêm as invasões, outro crime, desorganização do governo total. Eu fui político por três vezes, mas detesto a política, porque eu acho que é o político que tá fazendo o enterro do Brasil. Um país com potenciais, com todo os recursos que nós temos, a gente no momento vê fome, miséria, isso é um absurdo. Isso não podia acontecer nunca, mas o que que

se faz. Às vezes eu chego e falo brincando; ‘O Fome Zero’, isso não existe, em primeiro lugar não existe no mundo, em segundo lugar, fome se mata com um prato de comida, mas fome você acaba com educação, saúde e trabalho, e o governo tem que aprendê que tem que botá o dinheiro no bolso do cidadão, e não dá. Dá só emergente, emergentemente, um acidente, ou um problema, tudo bem. Mas cria bolsa isso, bolsa aquilo e não cria emprego pra ele ganhá, é mesma coisa de você dá o peixe frito pra ele, e não dá vara pra ele pescá, é mesma coisa. Então a minha visão é essa. Fui prefeito três vezes, fui presidente da associação, conheço o Noroeste inteirinho, os 29 municípios.

Eu vim aqui com madeireira naquela época, e graças a Deus - nós éramos em cinco irmãos - fomos bem-sucedidos. Nós viemos do Sul e todos trabalhadores, cada um tinha uma certa visão, um no mato, na máquina, outro no escritório, e eu segui na parte administrativa, e aí com o sucesso a gente chega a ser prefeito.

Mas o Noroeste hoje já avançou muito. Naquela época as dificuldades eram tantas, né, agora veio o asfalto, nós temos recursos. Só que o que existe é um absurdo, é a falta de conservação da coisa pública, da parte do governo, dos prefeitos, não se zela. Então diz agora: ‘Ah! tá buraqueira porque choveu’, levanta a cabeça pro céu, agradeça a Deus que não houve um temporal, que não houve uma chuva exagerada, nada. O que houve, sim, foi a falta de atenção, a falta de zelo na coisa pública. E tá acontecendo isso não só nos municípios, parece que pegô, contaminô, o município, o Estado e o governo. O Requião criticava o pedágio, eu acho um absurdo; só que você anda nas estradas do Requião e veja como é que elas estão. Então é o velho ditado: casa que não tem pão, todo mundo grita, ninguém tem razão. Então você chega a essa conclusão.

Agora o Noroeste tem que ter um projeto, o Brasil tem que ter um projeto; projeto pra daqui um ano, pra daqui 5 anos, 10 ano, 20 ano, 50, 100 anos. Porque o povo hoje tá perdido, o povo não tem mais uma visão, não sabe o que vai acontecer. Essa última eleição do Lula então, foi um desastre pra população, porque um operário presidente, poxa, todo mundo naquela esperança. Eu não votei nele, votei no Serra, votei na competência. Eu quando vou votar, voto na competência do cidadão, não voto na simpatia, não voto no discurso dele não. Eu olho o passado, então eu voto. Mas concordo com quem votô, porque, veja bem, o povo tava na esperança de mudança, foi uma frustração. Negar 15 reais no salário mínimo, por esses dias essas altas de gasolina, isso tudo tem resultado na cesta básica. É um absurdo. Mais é um país viável, nossa região é viável, principalmente as margens dos rios poderia ser aproveitado em irrigações, produzir legumes, verduras. Nós temos um potencial de águas agora; com as barragens, virô uma fartura das águas. Mas uma irrigação o produtor não faz,

é um custo muito elevado, não existe uma linha de crédito específico com juros pra isso, e ali está parado uma riqueza tremenda. Nós vamos buscar verdura em Curitiba, e vai pro Norte, e passam por aqui, por dentro de Terra Rica, margeando o rio. Nós temos um potencial muito grande, aqui produz de tudo. O problema nosso são as chuvas, que vem a soja agora, mas o problema é que nós não temos chuvas regulares, que é um problema sério pra soja no arenito.

Nas outras regiões a soja se planta porque tem a chuva na época certa, no período certo. Aqui varia muito, às vezes chove em dezembro, às vezes chove em janeiro, vem a florada - pronto, deu 30 dias de sol se perde a colheita. Então eu acho que a soja ainda é pra quem tem uma estrutura que pode até arriscar; agora quem não tem nada eu não aconselharia nunca. É um investimento muito alto, e se tiver uma colheita perdida, tá perdido.

Outra coisa que o governo devia fazer, eu acho que o produtor ele tem que ser mais respeitado, o produtor tem que ter uma garantia. Se vê no Sudoeste, no Sul o plantador de soja, o produtor de soja, ele arranca até um pomar pra plantá soja. Então o brasileiro, o agricultor, tem vocação pra plantá. Quando ele ganha dinheiro, ele investe; então não tem nada melhor do que o governo incentivá esse investidor. E o plano federal também, o governo cria emprego, agora ele criou lá cargo de confiança, criou no exército, mais isso não gera riqueza. Ele tem que investir no setor produtivo, onde produz riqueza, lá é o lugar, e hoje é a agricultura. Se nós pararmos a agricultura hoje, pára as indústrias. As exportações só, não vai dar.

Então veja bem, não sei por que, qual é o problema que ele não tem essa visão. Os deputados federais. Outra, deveria diminuir deputados, deveria diminuir senadores, eu acho que senadores é um cargo quase que...é só governadores ex-governadores. Devia elegê uma câmara federal, e a câmara federal elegia 3 deputados federais e podia fazê o mesmo trabalho dentro da própria câmara. E não uma matéria assim: vamo pro senado, agora volta pra câmara, é brincadeira! E o dinheiro vai embora, e o brasileiro paga.

Então nós temos no setor produtivo hoje 25, 30% de brasileiro que produz, e nós temos 70 que come em cima dessa pequena produção. É uma pena, é um verdadeiro desastre o que fazem os políticos. Se não mudar o político, o sistema do Brasil, se não tiver mais zelo na coisa pública, no dinheiro... Porque o que nós vemos aí essas barbaridades de denúncia, de corrupção. E o que nós não vemos, que foi bem feito, causeadinho, fizeram certo, deputados, prefeitos, senadores em fim os políticos todos? Eu acredito que seja muito maior do que isso. Aí vem agora o salário, o INSS. Só fala que o INSS, o que que houve? Tá arreventado, ora vamo encontrar uma solução pro INSS, senão vamo culpá o INSS cem ano. Vamo matá o

povo de fome porque o INSS tá arreventado? O que que foi, onde é que foi, cadê os responsáveis? É uma pena. Poder Judiciário é outro poder também que é um absurdo, aquilo tá abarrotado de papel, de processo 8,10 anos. Têm que simplificá, nós somos um povo simples. Nossa cultura é pequena, pouca cultura o povo brasileiro tem, educação pouca; então nós temo que mudá, se não mudá, se não fizé um projeto pro Brasil do futuro, aí a coisa vai piorá.

Para o Noroeste não houve um plano. Nós tínhamos alí 100 alqueires de terra, um exemplo, tinha 10 famílias morando, com o café. Hoje mil alqueires têm três famílias, com o boi. E o governo não teve uma visão que essa massa ia sobrá, esse povo, um povo sem perspectiva, sem qualificação, sem emprego, sem nada. **O governo não tava nem aí, dexô corrê solto, e uma região das mais ricas ficô uma das mais miseráveis. Hoje você vê rancho, vê senhoras morando, os sem-terra, um país com tanta terra acabado. Uma mãe de família com filhos, uma menina com 12, 13 anos ficá 3 anos num acampamento. O que se espera disso? Um rapaz com 13, 14 ano na beira dum asfalto em baixo de lona preta... Nem índio faz isso.** O índio já escolhe o lugar certo, ele faz aquela choça cuberta de capim pra não esquentar muito; e se ajeita. Nem índio faz isso. E o governo faz. Isso tudo quem criou chama-se INCRA, que promete reforma agrária e não faz, não tem competência. Invasão não devia tê no Brasil, não precisa disso. Nós temos terra para três, quatro população dessa, mas se o governo fizesse uma coisa ordenada, primeiro lugar ele cadastrasse essas pessoas, que nem se faz nas vilas rurais.

Aqui foi um dos municípios que mais teve invasões. Nós temos 5 assentamento, mas são assentamentos que são pessoas que não são qualificada. Nós temos que fazer assentamento, fazê núcleos, consorciá, cada 30, 40 famílias, alí tê um técnico que orienta, tipo cooperativa. Esse povo não pode ir pra cidade, eles têm que ficá na terra mesmo. Não adianta mandá o sujeito pra cidade, com filhos sem qualificação nenhuma de emprego, sem nada, o lugar dele é na terra. Mas a maneira que tá sendo conduzida a terra é que tá o erro. Então se eles se manterem na terra, já tá bom demais. **Dizê que o pequeno produtor, que esses caras vão abastecer o mercado, que vão produzir!... Se eles produzir pra eles dá graças a Deus. Não incomodando o governo tá bom demais, porque não tá acontecendo isso, o governo tá injetando dinheiro em cima e não tá tendo retorno. Mas precisa uma orientação maior. Aí eles tão vendendo lote, trocano.**

Aqui é um município onde os assentados vendem os lotes. Tem 5 assentamento, e tem mais essas famílias assentadas que tá aí na entrada da cidade também. **Terra Rica, por exemplo, não tem terras ociosas, tem fazendas grandes. Mas na região Mato Grosso, Mato Grosso do Sul não precisava deixá invadir uma fazenda com 200 alqueires.**

Às vezes o avô do cidadão, o bisavô veio da Europa, não deu uma faculdade, um estudo pro filho, não deu nada pra investir naquele pedacinho de terra, 100, 200 alqueires. 200 alqueires de terra no Brasil é um pedacinho pequeno, e de repente ele chega de manhã e vê uma bandeirinha vermelha lá, ele não entra mais na propriedade dele. Então vem a questão da produtiva e não produtiva. Eu até acho que a terra não produtiva é aquele que mais sofreu, é aquele cidadão que quando venceu um financiamento e teve uma colheita frustrada, ele vendeu trator, vendeu boi, vendeu tudo pra ser honesto e pagar. E pagô e ficô sem nada, mas a fazenda tá lá intacta.

Então eu acho que as terras não deveria ser terra não produtiva. Terra especulativa, terra que tão aí pra especulá, abandonada, largada, essa sim; mas aquela que o cara jogô fora tudo pra honrar o nome dele, pra assumi os compromisso dele, porque ele não produziu há dois anos, é desapropriado? Então tem que ter respeito com o produtor. Se o governo baixasse um decreto pra desapropriar terras acima de mil alqueire, sobraria terra pra mais uma geração. Mas assentamento um pouco mais humano. O cara fica dois anos na beira da estrada, ele vai pro lote fica mais dois ano sem luz, sem água, é quase que uma meia vida perdida. **Então as vilas rurais é um exemplo. Eles fazem sorteio, cadastra as pessoas, sorteia, aí vai lá fazem o mutirão, constrói a casa, aí ele vai da cidade pra casa dele na vila rural. Esse sistema eu entendo que é total. Todos nas casinhas deles, tem o clubezinho deles, as reuniões nos nucleozinhos.** Então acho que o Brasil é um país viável, o Noroeste principalmente, plano, tem muitas riquezas. Esse povo sofreu muito no começo. Hoje tem asfalto todos os canto. É um pouco de zelo, mais dedicação; eu acho que dá pra melhoará muito o Noroeste. Nós temos cópias de municípios no Sul do Brasil onde a cultura avançou um pouco. Numa cidadezinha onde a cultura avançou se vê que o nível de vida é melhor. Nós temos que investir na educação e na cultura do Brasil. É o problema do brasileiro. Quando eu falo em educação, não falo do sem-terra não. Educação, eu falo do cidadão lá que tem diploma na mão é que é um gato, um rato lá em Brasília, roubando, não é só pequeno não. Falta um pouco mais de amor à pátria, de respeito com a coisa pública, civismo” (SOLETTI, 2004, grifos nosso).

As fotos subseqüentes ilustram aspectos do núcleo urbano de Terra Rica.

Foto 113 – Vista Parcial da Cidade de Terra Rica
Fonte: IBGE, 1959.

Foto 114 – Prédio da Prefeitura da Cidade de Terra Rica
Fonte: IBGE, 1959.

Município de Paraíso do Norte

Segundo histórico do município ([2000?]), no ano de 1943 Leôncio de Oliveira Cunha realizou o primeiro levantamento topográfico, a serviço do Governo do Estado do Paraná, dirigido nessa época pelo interventor Manoel Ribas. A área que corresponde hoje a Paraíso do Norte fazia parte de 2.000 ha de terras devolutas que precisavam ser demarcadas. Parte dessas terras foi adquirida por José Danguir Pacheco, Hernane Guarita Cartacho, deputado Antônio Lustosa de Oliveira e Simão Shoeder; mas essas pessoas, conforme consta neste histórico, não tinham a intenção de colonizar a área, e sim, de comercializar as terras.

Em 1949, o engenheiro civil Leôncio de Oliveira Cunha adquiriu as terras da Gleba Pacheco, às margens do rio Ivaí, juntamente com mais 6 sócios, com a intenção de investir numa firma colonizadora. Nesse mesmo ano uma clareira começou a ser aberta na mata,

dando início à ocupação do espaço. Era uma área de 1.400 alqueires pertencentes à Gleba nº 3 do município de Paranavaí, que passou a ser demarcada em pequenos lotes, tendo presente um plano de urbanização.

Com o planejamento do lugar, as primeiras pessoas foram chegando e construindo suas primeiras moradias. Logo surgiu um povoado denominado de Paraíso do Norte. O histórico municipal ressalta que a princípio os formadores do povoado tinham a intenção de fazer do local o pólo da região, ligando-o diretamente a Maringá. Foram comprados pela companhia colonizadora 10 tratores e deu-se o início à construção da estrada; porém por motivos políticos da época, o deputado Acyoli Filho providenciou que a estrada ligasse Maringá a Paranavaí apenas, ficando o povoado de Paraíso do Norte em segundo plano. Neste período Leôncio Cunha comprou a parte dos seus sócios e adquiriu 3 aviões, que eram usados como táxi aéreo.

A sede do atual município foi planejada no alto do espigão, onde se oferecia uma vista panorâmica agradável ao seus compradores, distando 5 quilômetros da margem direita do rio Ivaí. O desenvolvimento da povoação, não fugindo à regra do Noroeste, foi rápido, com a venda dos lotes urbanos e rurais atingindo números expressivos. Pessoas de vários lugares do país adquiriram terras em Paraíso do Norte, mas principalmente do Estado de São Paulo. Corretores de Londrina traziam essas pessoas para olharem os lotes.

A partir de 1950, o desmatamento dá lugar ao ciclo do café. Ainda nesse mesmo ano, o povoado já tem as características de uma pequena cidade e é fundada a primeira escola, denominada Manoel Ribas. No ano seguinte acontece a abertura das casas de comércio, incluindo farmácia, panificadora, etc. Em 1952 a igreja católica é construída pelo engenheiro Leôncio. Nesta época a cidadezinha de Paraíso do Norte já contava com 50 casas e a população rural atingia 12 mil habitantes.

Com o núcleo urbano já desenvolvido, os moradores movimentam-se para conseguir a autonomia política. Segundo Ferreira (1996, p. 496), “Tendo contribuído para o progresso regional e alcançado um grau de desenvolvimento notável, o povoado foi elevado à categoria de distrito administrativo no ano de 1953”. As divisas das terras do distrito eram:

Partindo da fôz do rio Anhúmas, na margem direita do Rio Ivaí, sobem por aquele até encontrar a linha S.N; subindo por esta até o marco que divide o lote 295 da Gleba 2; daí seguem em réta e em sêco em direção E.W., até o marco de divisa do lote 253 da mesma Gleba; sobem em réta e em sêco pela linha em direção S.N. até a cabeceira de um afluente do Rio Paranavaí no lote 210; seguem por este até a sua fôz no Rio Ivaí; sobem por este até a divisa dos lotes 135 e 134 da Gleba 5; por esta

divisa seguem em réta e em sêco até o marco de divisa dos lotes 126, 141, 143 e 140, todos da Gleba 5; seguem em réta e em sêco pelas divisas destes lotes até o Ribeirão do Paixão; descendo por este até o marco de divisa a margem direita dos lotes 169 e 167; daí seguem em réta e em sêco pelas divisas destes lotes até o Ribeirão do Lica; descem por este Ribeirão até o marco de divisa a margem direita, dos lotes 26 e 28 da Gleba 7; daí seguem em réta e em sêco pelas divisas desses lotes até o ribeirão Cresciúma no marco a margem esquerda que divide os lotes 31 e 29 da Gleba 7; descem por este até a sua fôz no Rio Ivaí; sobem pelo Rio Ivaí, até a fôz do Rio Anhúmas; ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Paraíso do Norte passou a município “Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto, com território desmembrado do município de Paranavaí” (FERREIRA, 1996, p. 496).

O nome do município foi dado pelo engenheiro Leôncio de Oliveira Cunha, fundador do município, que o justificou pela beleza do lugar, e o “Norte” foi acrescentado para justificar a posição geográfica do município no Estado.

O depoimento do senhor Benedito Resende¹²⁸, que chegou ao local na época de sua formação, relata a chegada dos moradores nesse período ao povoado de Paraíso do Norte:

“Quando nós viemos a primeira vez não existia Maringá. É estranho falá, isso, né, parece mentira né, falá que não existia Maringá, tinha uma casa de coqueiro coberta de tabuinha, era ponto de almoço. Tava eu, meu irmão e um primo, isso foi em 46. Aí depois, tinha uns parente aqui no Alto Paraíso, a gente foi lá vê os meu cunhado, isso aqui aonde eu moro. Aí ficamo ali, Quando foi, passô uns dia, nós veio de lá, aí nós já fumo embora também. Aí vortamo, passemos por Maringá outra vez, aquela corrida, difícil, difícil demais.

De Paranavaí, nós viemo numa carroça de quatro roda, dois animal, até pra lá de Nova Aliança um poquinho. Lá o rapaz falô: ‘Ó, esse homem que ocêis procura mora aí, é nesse caminho aí’. Nós desceu e achessemos o rio Suruquá, e nada. Fumo até quase nas Três Peroba. Isso tava ficando de tarde, aí nós já tava desanimado, eu falei: ‘Gente, vamo tê paciência, vamo posá aí de qualquer jeito, nós damo um jeito’. Aí nós vortô pra trás, pegô o mesmo lugar, aponto um cavaleiro. Aí meu filho, falô: ‘Agora ele vai querê levá a mala

¹²⁸ O Senhor Benedito Resende está com uma idade bem avançada. Concedeu-nos a entrevista em sua residência, em Paraíso do Norte, no dia 19 de janeiro de 2005.

nossa, ficô brabo. Falei: ‘não, vamo sê bonzinho com ele, ele vai explicá pra nós, vai dá jeito, vamo tê paciência, eu carmando eles todos’. Aí o cavaleiro chegô, falô assim: ‘Não, ocêis tão saindo aí ó, aqui é do Murgin. O que que ocêis tá procurando? Então ele conhecia o meu cunhado. Ah, quando ele falô, eu disse: ‘Ah, mais é assim?’ Tinha aquela batidinha naquele roçado, chegemo lá, aí ele insinô a casa pra nós. Nós viemo procurando água. Quando nós chegô lá no lugar onde é o meu sítio, era um fundinho, um corgo lá, um matinho. Nós descemo e subimo pro barranco do outro lado. Já escutei a conversa do meu cunhado, eles conversa muito alto, meu cunhado. Falei: ‘Agora nós tamo achando, tamo chegando’. Fiquemo alegre.

Aí posamo alí, tudo junto, fiquemo ali, e passô uns dia, aí nós vortamos. Isso aconteceu não aqui onde é a cidade, isso aconteceu num lugar ali, a uns 4 quilômetro; entra dois quilômetro, é nesse sítio.

Depois que eu vim, em 52, meu sogro veio na frente, depois eu vim. Aí entrei ali. Difícil a vida naqueles matão, aquelas roça, aquelas coisa, não tinha nada. Fui lutando ali. Peguei um serviço de um cunhado meu. Outro cunhado meu morava em Califórnia, lá perto de Amaporã, ele veio aqui pra me levá pra lá. Ele chegô lá no meu ranchinho e disse: ‘Ah! cê tá bem com seu cunhado aí’. Posô lá com a gente, depois foi embora.

A pessoa que cortô aqui era Leôncio Cunha de Oliveira. Ele era engenheiro civil. Era tudo dele. Morreu a nada. Ele era um homem muito bom, a realidade que eu falo é isso, ele era uma pessoa muito boa, ajudô muito, não sobrô pra ele, né. Muita gente falava dele. Ele ia pra Curitiba, ficava lá com a família que morava lá, e ele ficava aqui. Aí muitos falava que ele era veaco. Mais quando ele chegava aí, que procurava ele, ele assinava a escritura. Ele não deu prejuízo pra ninguém. Todo o município do Paraíso do Norte era dele. Ele foi o segundo prefeito e fundador da cidade.

Aqui vinha gente de todo lugá, do Paraná, de Pernambuco, aqui teve muita gente, e eu tinha amizade com todo mundo. Tinha matadô de faca, eles matava aí e nós tinha amizade, graças a Deus né, eu respeitava eles, eles me respeitava. Eu trabalhei no meu serviço, eu fui na vida muito feliz.

Aqui não teve muita confusão, mas na região tinha. Era uma época difícil, o povo parecia que não tinha uma compreensão, né: Podia ter uma compreensão. Pensar ‘a gente somos irmão’, ah não, tinha gente que tinha rancor mesmo, né? Tinha gente muito boa também.

Nosso lugar aqui não teve erosão, a terra é muito boa, mesmo a terra roxa aqui, também ela é mole. Se dá uma erosão daquelas lá, fica buraco pra todo lado, mais graças a Deus aqui

não tem; chove bastante, mais não tem erosão. Nós tamo de parabéns aqui no Paraíso. Deus olha por nós, tá olhando por nós tudo” (RESENDE, 2005).

Em anos seguintes foram desmembrados de Paraíso do Norte outros distritos, como o de São Carlos do Ivaí (este foi uma junção de terras de Paraíso do Norte e Tamboara), Mirador e o território do município de Nova Aliança do Ivaí.

A partir de meados da década de 1950, nos anos de 53, 55, 62 e 69, devido às grandes geadas que afetaram os cafezais na região, no município esta cultura fica restrita aos espigões, acarretando enormes prejuízos para os produtores. Na década de 1970, em virtude dos problemas ocasionados à cultura cafeeira, grandes áreas rurais ocupadas até então com café começaram a ser ocupadas pelas pastagens e lavouras de trigo, quadro que está acontecendo em todo o Noroeste. Antigos colonos, pequenos proprietários e arrendatários a partir dessa nova realidade são forçados a migrar para outros estados, cidades vizinhas e também para a sede do município. Assim surge no cenário municipal a figura do “bóia-fria”, trabalhador volante, sem vínculo empregatício, ocupando-se dos serviços temporários nos períodos de safra. A partir da década de 1980 entra no município o ciclo econômico da cana-de-açúcar, com a Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana – COOPCANA, e também com a destilaria de álcool. Esse ciclo da cana, conforme histórico já citado e os depoimentos dos colonos, é que trouxe para os trabalhadores do município uma alternativa “mais segura de trabalho certo” para a população. A foto seguinte mostra os primórdios do traçado urbano de Paraíso do Norte.

Foto 115 – Vista Aérea da Cidade de Paraíso do Norte
Fonte: IBGE, 1959.

Município de Nova Aliança do Ivaí

Segundo Souza (1991), foi em 1947 que chegaram as primeiras famílias no local onde hoje situa-se o município de Nova Aliança do Ivaí. Posteriormente outras famílias foram chegando, e em pouco tempo a localidade virou um povoado, com pessoas vindas de vários lugares do país.

A população então denominou a localidade de Suruquá, por estar próximo às margens de um rio com esse nome. Esse nome do patrimônio não durou muito tempo, e a população o alterou, passando então o patrimônio a se chamar Guaritá, por causa da grande quantidade de madeira que possui esse nome existente no local. Ainda sobre a questão dos vários nomes do atual município de Nova Aliança do Ivaí, Souza (1991, p. 3) ressalta:

Ressalvamos que antes de batizar a vila Guaritá, um dos primeiros pioneiros o Sr. Laurentino Manoel dos Santos, tentou homenagear sua esposa, dando o nome de Santa Ana do Ivaí, Santana do Ivaí, o que os demais colonizadores não aceitaram; e mais tarde, por influência do mesmo, o nome sugerido foi Suruquá, outro também que não frutificou. Através desse aglomerado de pessoas “surge ‘Guaritá’, primeiro nome do vilarejo, em homenagem a grande quantidade de árvores dessa espécie que havia na região.

Ainda segundo o autor, “Nessa ocasião, o vilarejo pertencia ao município de Mandaguari, pois Paranavaí ainda não existia, e como Guaritá, naquela época, chamava-se Fazenda Brasileira” (Souza, 1991, p. 3). O autor destaca que nesse período, todos os registros e documentos não eram enviados à sede do município em Mandaguarí, o que contribuiu para que grande parte da história desse município se perdesse ao longo do tempo. O que restou foi apenas a história de vida das pessoas que chegaram no começo da localidade de Nova aliança do Ivaí.

Com o passar do tempo a população almejava a emancipação do povoado, e em 1953 foi criado, no já município de Paranavaí, o distrito administrativo de Guaritá, com o seguinte traçado:

Partindo de um marco de divisa do lote 295 da Gleba 2, daí prosseguem em linha réta na direção S.N., até o marco de divisa dos lotes 133 da Gleba 1 e 117 da Gleba 2; daí seguem em réta e em sêco até encontrar com o Rio Paranavaí; descem por este até encontrar um seu afluente a margem esquerda na altura do lote 11 da Gleba 2; sobem por este afluente até a sua fóz na divisa dos lotes 210 e 16 da Gleba 2;

seguem em réta e em sêco em direção N.S., até o marco de divisa do lote 253 da Gleba 2; daí seguem em réta e em sêco em direção a linha W.E., até o marco de divisa do lote 295 da mesma Gleba, ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Tratando da emancipação política do município, Ferreira (1996, p. 460) diz:

Pela lei nº 33, de 16 de novembro de 1953, foi criado o Distrito Administrativo de Guaritá, com território pertencente ao município de Paranavaí. Em 1954, com a criação do município de Paraíso do Norte, desmembrado de Paranavaí, o distrito de Guaritá passou a integrar o seu território. Mais tarde, já como parte integrante do território de Paraíso do Norte, teve sua denominação alterada para Nova Aliança. Em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4.245, sancionada pelo governador Moysés Lupion, foi criado o município de Nova Aliança do Ivaí, com território desmembrado do município de Paraíso do Norte. A instalação oficial ocorreu no dia 11 de novembro de 1961, sendo primeiro prefeito municipal o sr. José Cordeiro Netto.

O nome do município tem um caráter simbólico, definindo o entusiasmo e a união dos primeiros habitantes, que pretendiam fazer uma aliança em torno do ideal de desenvolvimento da nova localidade; E o nome Ivaí foi acrescentado para diferenciá-lo de outro município com o mesmo nome no Estado de São Paulo.

Quem fala sobre o período de desenvolvimento e a atualidade do município de Nova Aliança do Ivaí é o senhor Walter Alves.¹²⁹

“Meu nome é Walter Alves. Eu sou de Nova Aliança. Na verdade eu sou nascido no Rio Grande do Sul, em São Borges, mas hoje Nova Aliança de coração, porque eu sou nascido no Sul, mas sou criado em Nova Aliança, no Norte do Paraná. Meus pais entraram aqui na década de 1944, então vindo do Sul, procurando terras férteis pra trabalhar. Chegou em Paranavaí, que antigamente chamava-se Brasileira. e lá a colonização se destinô a Nova Aliança, e aonde adquiriu área de terras para o plantio de café e criame de rebanhos. E em 1943, justamente, foi minha data de nascimento, e aonde eu fui criado aqui praticamente

¹²⁹ O senhor Walter Alves foi o sétimo prefeito de Nova Aliança do Ivaí, de 1982 a 1989. Recebeu-nos em sua residência neste município, onde nos concedeu a entrevista no dia 19 de janeiro de 2005.

vindo do Sul, bem novinho, bem criança e me transformei aqui nessa região. Meus pais hoje não existe mais, mais de 1943 até agora, 2005, estou em Nova Aliança do Ivaí. É uma vida, justamente graças a Deus, hoje sou casado, com três filhas, todas casadas. Na vida política, eu comecei como vereador, reeleito vereador, novamente vereador, vice-prefeito, prefeito da cidade, e hoje minha esposa é vereadora deste lugar, uma das mais votadas.

Nova Aliança era uma região de bastante café, de bastante lavouras agrícolas, região de bastante terra fértil para café; mas na medida que estes foram terminando, os cafezais de pouco valor foram se transformando na área bovina, de gado. As pastagens, os laticínios entrando, deu um desfalco muito grande nessa querida Nova Aliança que nós aqui estamos. Só para você ter noção de uma coisa: na fazenda Água Limpa, fazenda que continha uma colônia de casa, aproximadamente 70 casa, ou seja, 70 famílias, hoje tem um campeiro, vacada nelore e só pasto colônia. Então hoje, que é finalmente isso aqui que está em Nova Aliança, terras muito fértil, terras de peroba, uma agricultura muito boa, mais é isso que dá as modificações.

Entrô o boi, saiu o homem. Lavouras de café que fazia dó vê recortá, mais devido preços, que não existia, que não tinha, menos valor, e o gado, pelo menos a pecuária, o leite, o abate, e hoje Nova Aliança é esse município que você está vendo aí.

Olha, nessa época Nova Aliança pertencia, na época que eu falei que era Brasileira, isto, pertencia a Mandaguari, é com o nome de Mandaguari lá é capaz que você acha alguma coisa, sobre o nome dessa colonizadora, a gente era muito criança, muito miudinho, não consegue lembrá. Eu desde menino grande, tinha muito medo de mosquito, tinha muito mosquito né, tinha sinal de mordida de mosquito no braço, mais graças a Deus, deu pra se viver. Hoje meus pais não existe mais, eles faleceu, mais a gente continua em Nova Aliança, que é esse município gostoso, município que já teve 18.000 mil habitantes. Hoje, Nova Aliança, votô 1.160, vamo falá assim, de crianças, adulto, vamo botá aí, até querendo passá um pouquinho, 2.500 pessoas. Eu acredito que seja essa base, que não tem mais.

Justamente, as pessoas daqui no começo da colonização, tinha gente do Sul, Rio Grande do Sul, tinha meus pais, de Santa Catarina, também o pessoal do Estado de São Paulo, e tinha gente, a maior força mesmo, era o povo do Nordeste, até com todo respeito, chamávamos de pau-de-arara, desculpe esse nome, mas era a história, que eles vinha a fim de procurá terras férteis pra trabalhar, e essas coisa. Trabalharam muita gente na fazenda dos meus pais, pessoas do Nordeste, pessoas nós chamamos nordestinas, povo trabalhador, com vontade de trabalhar, e foram abrindo essas matas tão fortes e tão altas.

Violência e grilagem não houve, é, não houve. Houve aqui na época, não chegou a esse tanto, mas a gente criança assim via contá que existiu um povo assim muito revoltado na cidade, levando aquele nome de jagunços. Então, eles até por sinal dominavam um pouco aqui, que até várias famílias que tinha receios disto em Nova Aliança, que na época tinha outro nome que se chamava Guaritá, por causa da madeira que aqui tinha. Então essa foi uma modificação que nós pagamos muito caro por este preço, desse povo que ia só bagunçar, não bagunçar tomando terra, sim bagunçar nas cidades, e várias notícias que a gente via, brigas nos bares, batendo, judiando, até porque não dizer até matando algumas pessoas. Houve um fracasso muito grande, que com isso as famílias foram se retirando, vendendo as propriedades por preço bem banal e tomando outras cidades diferentes que tivessem condições de se viver.

Com isso nós perdemos muito, até que isto foi sanado, foi acabado, e essa luta foi tomando novos destinos. Mais aí veio a deflação do café, do preço do café. Quer dizer, o jagunço foi embora, as lavouras de café formadas e o preço do café não tinha valor. Aí foi a que a alavanca de Nova Aliança voltou a regredir, e não progredir.

Olha, Nova Aliança, graças a Deus, não tivemos erosões; mais o povo pra plantar café derrubava até a beira das águas, que não deixava aquela porcentagem de 15 a 20%, o número que era eu não tenho certeza. Eu me lembro que na fazenda de meus pais ficou uma reserva de mata que era intocável, mais os vizinhos cortaram tudo pra plantar café até na beira da água, era isto. Isso aí também pra nós atrapalhou muito. Não houve erosões, teve uns combates ali às erosões, mas não teve esse problema em Nova Aliança, graças a Deus que não tem esse problema aqui. Hoje tá se combatendo, a EMATER no Paraná; as lavouras, as agriculturas que são feitas, são muito combatidas, que é a lavoura de mandioca, que é o que hoje tá dando bastante aqui. Ela tem assim tem como fazer as curvas de nível, porque senão a EMATER não autoriza o plantio.

Olha, Nova Aliança está, graças a Deus, está bastante diversificada, que isso foi muito bom. Hoje em Nova Aliança nós temos o leite; o forte aqui é o boi, né, é o boi, é bastante grande aqui. Nós temos o leite, a engorda do boi, temos o poquito muito mínimo o café, quase minoria, temos o plantio de laranjas, e o forte mesmo que predomina é o boi, o leite e a engorda.

O município melhorou sim. Quanto às famílias, a qualidade de vida também melhorou. A qualidade de moradia nas fazendas, que tem a energia elétrica, telefone, o asfalto, então mesmo a qualidade dessa pequena Nova Aliança, nós temos quase os recursos de uma cidade grande, temos aqui. Nós estamos bem alimentados nessa parte do Noroeste” (ALVES, 2005).

Município de Mirador

Pelo fato de encontrarmos apenas alguns fragmentos do registro histórico do município de Mirador, como, por exemplo, a data de sua emancipação política, vamos procurar escrever a sua história desde os primórdios.

A história do atual território do município de Mirador não foge à regra do Noroeste do Paraná. Ela remonta ao século XVII, quando o Estado do Paraná ainda era a Província do Guairá e pertencia à Espanha. Então:

Nos primeiros anos do século XVII, verificou-se intensa movimentação na região, onde hoje se situa o município de Mirador, por conta da entrada dos missionários da Companhia de Jesus, em diversos pontos da Província del Guayrá, então domínio legal e de fato do Reino de Castela (Espanha). Foi na vasta bacia do Rio Ivaí que os jesuítas iniciaram a sua grandiosa obra, a catequese e civilização das tribos indígenas que habitavam a região desde os mais remotos tempos, após a ratificação do Tratado de Tordesilhas, e em obediência a determinações da coroa espanhola. Mas é sabido que esta obra deixou de existir, com a completa destruição das reduções jesuíticas, nos anos de 1628 e 1632, pelas ações das bandeiras preatórias de Raposo Tavares e Manuel Preto (FERREIRA, 1996, p. 449).

A finalidade dessas bandeiras era tornar os índios prisioneiros e os levar para São Paulo para serem escravos, fato que ocorreu com milhares deles. Como estavam aldeados nas reduções, já sabiam lidar com os afazeres do homem branco, e dessa forma estavam prontos para serem escravos. Infelizmente foi dessa maneira que os bandeirantes contiveram a expansão dos espanhóis a leste das terras do atual Estado do Paraná.

Após esse período de término das reduções jesuíticas, toda a região não ficou desabitada, nem ficou sendo “sertão vazio”, muito menos “matas virgens e desabitadas”, expressões que são usadas na escassa literatura que trata da colonização dessa área, pois na segunda metade do século XIX o Norte e Noroeste da província do Paraná estavam povoados com as colônias indígenas, assunto que já tratamos no capítulo inicial deste trabalho. Há algumas citações de Ferreira (1996) tratando da ocupação indígena e da colonização que convém comentar. O autor diz:

No interregno multisecular que data dos tristes episódios vividos naqueles tempos até a metade deste século, os sertões paranaenses da antiga província paraguaia de Guaira estiveram somente sendo habitados pelos gentios, e eventualmente sendo

cortado por aventureiros à procura de riqueza fácil. **O bandeirantismo moderno, objetivo e realizador, sem nomadismo ou violências**, data de meio século (FERREIRA, 1996, p. 449, grifo nosso).

O bandeirantismo moderno a que o autor se refere são os moradores que chegaram para colonizar o Noroeste do Paraná a partir do começo da década de 1950. Estudando a história de todos os 29 municípios que compõem a microrregião de Paranavaí, verificamos que raros são aqueles em que não houve violência no seu processo de colonização. Essa violência acontecia e geralmente era praticada por grileiros contra posseiros ou pequenos proprietários, e quando não vinha acompanhada de morte, acarretava a exploração da mão-de-obra destes últimos, na sua maioria tendo a terra como suporte dessa violência. Todo esse trabalho está recheado de histórias de vida, grande parte retratando a violência no Noroeste do Paraná, o que vem a contradizer o autor quando diz que o bandeirantismo moderno ocorreu sem violência. A maior violência foi o extermínio dos primeiros habitantes dessa região, a população indígena, como veremos no depoimento seguinte, a qual, vendo suas terras serem ocupadas, ficou confinada em reservas ou teve que mudar para o Mato Grosso do Sul, onde ainda havia resquícios de mata.

A outra citação diz:

Deve-se à ação de homens destemidos e empreendedores a fundação de Mirador. Os primeiros moradores da região chegaram atraídos, principalmente, pela fertilidade das terras, apropriadas para o cultivo de café. **Vieram por volta do ano de 1951** e dentre eles figuram como pioneiros os nomes de Gabriel Fai Ney e José das Dores. O povoado cresceu e no ano de 1954, já contava com duas casas comerciais, de propriedade de Eleutério Ghenon e Sney Natsuga (FERREIRA, 1996, p. 449, grifo nosso).

É preciso rever esse fato histórico, que inclusive consta em um livro que trata da parte histórica dos municípios do Paraná. Tendo contato com a história de Mirador *in loco*, começaremos desta forma:

Os primeiros moradores do atual município de Mirador foram índios guaranis, que neste local ainda habitavam no final da década de 1920 e começo de 1930, permanecendo até 1939, quando tomaram outros rumos.

Em 1929, a senhora Maria Rodrigues da Silva já havia passado pelo atual perímetro urbano de Mirador e feito contato com a população indígena que ali habitava. Nessa época ela

acompanhava um grupo de pessoas, por ela chamado de jagunços, sendo a única mulher. Esse grupo era dirigido por um agrimensor que tinha como objetivo abrir um “picadão” na floresta. Este caminho iria encontrar-se com outro que estava sendo aberto por outro agrimensor no atual Estado do Mato Grosso do Sul, e o ponto de encontro seria o rio Paraná. Essa obra de empreita da construção desse caminho durou dois anos.

Em 1932, quando retornaram de sua empreitada de abertura do caminho, cada uma das pessoas que compunham o grupo destinou-se para um lugar. Dona Maria, como já estava cansada de viajar, resolveu construir sua casa em Mirador. Toda essa história dos primeiros moradores do atual território do município de Mirador é narrada pela própria senhora Maria Rodrigues da Silva¹³⁰: Então ela diz:

“Quando nós veio de lá de Santo Inácio, então veio eu, meu marido. Como diz a história, eu vim como um muleque, porque tinha os oto tudo home, sabe, tudo jagunço, então eu não podia dizê qui eu era muié. Aí nós passemos lá na Serra do Diabo, né, e na colonha dos ingreis, e viemos cortano de lá pra cá. Quando nós chegemos na antiga Brasilera, ali nós parô, fiquemos ali um meis e poco. Dali nós desceu, né, fazemos barraco pra qui, pra li. Tinha vestígio de índio, coisa assim e tudo, mais num tinha. Agora quando nós chegemos aqui, Deus o livre guarde!. Mais é que graças a Deus eu tinha um irmão e uma irmã índios mesmo, então eles me ensinava eu. Eles falavam índio mesmo, né, e eu entendia. A língua era guarani. Aí nós chegemos aqui, abrimos picadão, viemos embora. Quando nós chegemos mesmo ali por perto da igreja, por ali, nós armamos o barraco. Aí pareceu um indinho pequenininho assim, com um bodequinho, uma flecha, aí eu falei com ele né. Falei com ele, ele vortô e foi lá. Quando vem de lá pra cá, ô meu Deus! - lá vem mais dois índio, uma índia e um índio, e chegô falô, né, e eu respondi porque eu entendia. Aí eles ficaram por ali, e tudo bem. Aí eu falamos pra eles que nós não queríamos terra não, nós num queríamos terra deles, nós queríamos só encontrar com o oto grimensor de lá, né, o oto engenheiro que vinha vindo. Aí ficaram por ali e ficaram amigos. Aí passou um dia, ou foi dois, eles por ali, aí sempre nós tinhamos pinga, fumo, porque nesse tempo todo mundo fumava, né. Então peguei meio litro de pinga, num copim, num caneco né, e falei pra eles que era pra eles repartir, - ô bicho danado. Então eles ponham e mede aquele tantinho, e se passou já viu né. Aí eu fui lá dentro, sempre tinha aqueles rolos de

¹³⁰ No dia 18 de janeiro de 2005 procuramos a senhora Maria Rodrigues da Silva em sua residência na cidade de Mirador, mas não a encontramos lá, pois ela estava na cidade recolhendo assinaturas para que não fosse retirado o padre da localidade. Logo depois ela foi encontrada e nos concedeu a entrevista na residência de Claudemir e Tânia Basílio. Na ocasião ela estava com 89 anos de idade, morava sozinha na cidade e sozinha tomava conta da sua pequena propriedade e dos seus animais de criação: galinhas, porcos e algumas vaquinhas que ela mesma fazia a ordenha.

fumo, medi dois dedo, cortei, fui ponhano e fui medino, contei eles, né e fui medino. Pois eles pegava e mediu assim, pa vê se num tinha um maió que o ôto. Aí passô e quando foi, nós armemo a barraca e tudo, e eles tava por ali. Quando foi de noite o grimensor pegô uma rede estendeu assim, e os oto tudo deitado no chão. E eu era com um imbornal de munição assim, com um facão que batia lá embaxo, e a espinguarda. Eu cuidava nas coisa, e acendi o fogo, assim, e tô ali. Daqui um pouco, eu tinha um cachorrinho, esse cachorrino evem, chegô, urinano o coitadinho perto de mim né, qui eu oiei, bati os tição assim, né, oiô aquelas duas lamparina assim, oiano no fogo, eu falei: ‘é onça’. Graças a Deus que eu sabia mexê com arma, né? Aí minha espinguarda nunca esparramô, porque tem o jeito da gente carregá ela, que ela esparrama e ela junta né, aí toquei-le fogo, esse grimensor deu um pulo.

Esse grimesor era o home que media assim pa fazê os picadão. Ele tinha um nome esquisito. Ele tava fazeno o picadão pa encontrá com oto que vinha vino do paranazão pra cá.

Aí ficô e ele foi e falô: ‘Esse muleque ainda vai matá a gente ainda, né’. Eu oiei pra ele assim e falei; ‘Eu vô metê um tiro na boca dele’, nervosa qui eu era, bruta. Agora não, agora eu sei conversá co povo, mais de primero eu num sabia não, di primero eu era estúpida.

Aí quando o dia manheceu, e eles tudo brabo ali, aí quando o dia manheceu eu andei uns dez metro a bicha tava caída lá, né. Mais o grimensor era tão safado... Nós estaquiava o coro e quando tava seco, ele enrolava e enfiava dento da mala dele, ele carregava o coro. Safado ele, né? Aí matei essa onça, depois nós encontremo lá no rio, aí esses guarani me ensinô eu fazê essa jangada, qui eu sei até dia de hoje, se fô preciso eu fazê, eu faço.

Aí eu peguei fui com eles po meio do mato ali berano o rio, cortemo os pau, tiremo as imbira, lavemo, dicasquemo ela, ajeitemo tudo, né, ponhemo lá pa mode secá um poco e fomo fazê.

Eu encontrei os índio aqui porque aqui era reserva do governo, aqui era reserva, né. Num tinha Paraíso, Maringá era pequeno, só tinha Guaretá (refere-se a Guaritá, antigo nome de Nova Aliança do Ivaí) que é Nova Aliança agora, só tinha uma vendinha. Aí eu fiz a jangada, nós travessô pro lado de lá. Po lado de lá tinha os Mussum, que era os índio brabo. Aí esses um daqui pegô tanta amizade comigo. Com os oto, eles falava com os oto não intendia nada, tinha tudo medo, né, aí eles ia junto comigo. Aí eu travessei com o gremensor pra lá, o gremensor morreno de medo de caí dento d’água. Aí eu peguei e travessei os mantimento, travessei tudo pra lá, né, aí os índio desceu assim dento d’água e desapareceu. Quando eu oiei, óia eles apontano lá na frente. Eles anda por dento d’água. Aí foro lá, chegô lá e ficaro esperano lá. Aí acabei de travessá, marrei a jangada lá, po lado de lá; desse lado

aqui assim, eles armáro barraca de novo, aí nóis foi pra lá. Foi ino, foi ino. Quando foi ali a base assim de um mês e poco, aí chegemo lá em cima aonde é a Guaporema agora, aí lá nóis fizemo barraco novamente. Esses índio daqui foi pra lá com nóis, então eles ia na frente, ispantano os oto, né, ispantano os oto. Então uma hora eles tocaro uma frecha num índio daqueles dos otos, né, e perdero uma frecha. E eles têm uma frecha que eles deita no chão e sorta ela pra cima, ela vai cantando e cai aonde a ota tá. Aí eles sortô aquela frecha e ela saiu cantando e eles pegaro aquele rumo e fo. Chegô lá, vei ca ota, né. Aí nóis fiquemo por ali. Quando eu penso que não, que o índio tem muito medo de tiro, eles têm medo, aí eu vejo vem vino uma parda lá assim, uma onça. Eu só tirei aqui e mandei fogo. No quela bateu lá, eles já correró, fomo tirá o coro. Mais eles são porco, vai cortano os pedaço assim ó, eles tira o coro assim, um pedaço assim, e corta aquela carne e vai comendo. Come tudo, aquilo o sangue escorreno, eles come tudo. Bom, aí nóis fiquemo por ali, vamo ino, vamo ino, aí passemó pra lá, alí onde é Gaúcha, Rondon, por alí afora, e vamo embora, até nóis encontrá lá no berço do Paranazão, né. Eu tinha mais raiva porque o grimensor gritava que eu ia matá eles. Eu falei; ‘um dia eu mato memo’. Eles falava que eu era muleque, aí que raiva! Eles não sabia que eu era mulher e não podia falá, meu marido não falava que eu era mulher, de jeito nenhum. Ele falava: ‘Muleque, não fais assim não’, eu oiava pra ele, fechava a cara. Quando os oto saía ele falava assim: ‘Num tá veno que eles num pode sabê qui ocê é mulher? Num tá veno que são tudo jagunço aí:’. Que era tudo eles com cada 44 na cintura, e eu num tinha medo deles não, eu num tinha não, eu sei lá, eu tinha uma natureza tão ruim que eu não tinha medo não. Eu ficava sozinha no garpão.

Foi dano, foi dano, eu sei lhe dizê que nóis varemo pra lá em dois ano, né, aí nóis veio de vorta. Os oto foro embora, aí eu falei: ‘eu num vô embora mais não, eu vô ficá por aqui memo’. Aí fiquei pro lado de lá do rio um ano, depois passei pro lado de cá. Desde 38 que eu ando por aqui.

O primeiro rancho aqui em Mirador foi o meu, depois foi que vinhero o cumpade Mané Padero, veio de lá do Lupion (refere-se ao atual município de Lupionópolis), perto de Santo Inácio, aí ele veio de lá.

Esse lugar aqui era reserva do governo, reserva do governo, que até o premero qui depois que comecô foi o cumpade Mané, depois do cumpade Manoel Espanhol veio o cumpade Benedito, que já morreu, mais aí já foi em 50 que eles chegaro aqui. Aí já tinha Paranavaí, que era a antiga Brasileira, aí veio de lá o Lotério Gueno (refere-se ao senhor Eleutério Ghenon) que fizero ali um butiquinho com palmito, né.

Muitos deles não comprô terra aqui, foro chegano e foro fazeno os rancho, né, só rancho. Depois aí foi ino, foi ino, - foi em 52, foi em 51, 52, uma coisa assim - foi que o Bortoloto, acho que é um nome assim, ele foi no governo e comprô. Aí depois ele foi, até eu tenho a escritura de uma data que eu tenho ali que eu comprei dele. Aí depois dele, aí foi um oto lá que eu esqueci o nome, e depois aí vendero po Daniel Gonçarve, que até quem tomava conta aqui era o Mirto Moraes Sirva, e já tinha população. Já tinha população, mais tudo era de rancho, tudo rancho queném aquela cerca ali, que a gente oiava de cá, tava veno tudo po oto lado. Daí foi ino, foi ino, aí ele vendeu as data, otas ele deu, né, foro cortando também. Aí cortaro os lote, e aí foi ino, né. Foi em 60, não...56....55, o Vardir Bernardino (refere-se ao primeiro prefeito de Mirador, o senhor Valdir Bernardino da Silva) que já tinha lote pra lá, né, lá pro lado nordestino, pra esse mundo pra lá, aí ele foi candidatá pra sê vereador, aí nós trabaia daqui, trabaia dali, ele ganhô né. Aí quando foi em 60... 66... é, em 66, ele ganhô. Foi em 60... foi em 56 foi que ele ficô feito vereador. Depois em 60... aí ele candidatô pra, 59 ele candidatô pra sê prefeito, aí ele ganhô, aí ficô. Aí ele trouxe médico e foi desenvovenho. Aí tinha o Barduíno que tinha serraria grande que fornecia né, fizeram o hospital, tinha uma farmácia do cumpade Paulo, o hospital do Dr. Ivo mais da Joceli.

Quando os índio foi comigo pra lá, em 32 nós viemo de vorta, em 32 nós encontremo lá e vinhemo de volta. Pra í pra lá foi dois ano e meio. Quando nós encontremo lá, nós ficamo a base de uns 15 a 20 dia, aí tornemo pa trás né. Em 32 que os oto tudo foi embora e eu fiquei aqui. Quando Mirador comecô, as pessoa que vinhero pra cá uns era daqui do Paraná mesmo, né, eu só num me lembro o lugar deles. Tinha muito deles que era catarinense, veio de Santa Catarina, otos eu num sei daonde eles vinhero, mais era descendente de espanhol, e esses otos que veio que era farmacêtico era espanhol, mas viero lá de Santo Inácio. Otos veio do Lupion (refere-se ao município de Lupionópolis), oto veio dali de Pirapozão, porque Pirapozão ele deságua no Paranapanema, e aí foi abrino.

Aqui tinha índio e onça. Eu aprendi falá o Guaraní com dois irmão índio. Eles era irmão por parte de pai, porque o meu pai legítimo mesmo ele era raça ruim, aí quando acaba tinha uns cara lá, sortava, porco ele mandava fechá, num fechava, aí ele foi com uma espingarda lá e falô po home que não mudasse o passo que ele matava, né; o home teimô e veio pa batê nele, e ele tinha na base de 18 ano, assim ele contava né, aí o cabra ponhô o pé pra cá, ele fez ele revirá por riba da caiera. Aí ele sumiu que o meu avô, pegô e tinha índio lá onde eles morava, aí ele foi pa ardeia dos índio, e pra lá ele ficô até passá a fase, né, e vinha um índio lá do mato conversá com meu avô e levava ropa, alguma coisa pra ele né, comida. Aí ele casô lá com uma índia e teve uma menina e um menino, mais puxô tudo pros índio. Aí quando ela

tinha ganhado o minino, ele pegô e veio embora pa casa do pai dele, do meu avô. Aí ela chegô na bera do rio falano com ele, ele tocô o peito na água e virô, ela pegô o pobrezinho e rasgô assim e jogô lá dento da água, só ficô os otos dois grande. Aí quando ele casô com a minha mãe, aí passado uns ano ele foi e buscô os dois né, já tavam grande. A índia rasgô um dos meus irmãos, o novim. O bicho é ruim.

Porque uma coisa eu digo: eu já passei cada coisa, deu ficá sozinha, eu e Deus, e meu marido saía pa fazê compra a cavalo no picadão, era 3 dia pa i e vortá, eu ficava sozinha, os índio que ficava comigo. Parecia caça assim, eu pregava fogo, matava; eu tirava um quarto pra mim e o resto eu falava pra eles; ‘Pode ficá com tudo’. Eles carregava e ia comê aquilo lá cru. São muito porco demais, né, eles revira assim esses pau podre que têm aqueles coró assim, sabe, eles tira só a cabecinha -crem Deus padre - e ponha na boca aquilo assim e come. Formiga, dessa saúva, ai pelo amor de Cristo!. Esse irmão meu mesmo pegava assim quando saía aqueles inxame de formiga saúva, que tem aquelas bundona, ele saía catano, trazia aquelas gamela que meu pai fazia, né, aquelas gamela grande assim, cheia de bunda de formiga. Chegava, fazia assim cá cinza do fogão, ponhava lá e cubria. Quando aquilo fazia ‘toc’ pra cima, ele catava, ia ponhano cá, ia ponhano. Depois ele inda falava pa nós: ‘Hum!.. qué? Hum.... Quero essa porcaria nada. Ele sentava lá e a minha mãe saía dano ânsia lá pra fora, e ele sentava alí e ia comeno que nem mindoim torrado. ‘Deus o livre guarde! Crem Deus Padre!’ ‘Cruz credo!’.

Os índio daqui foro embora, eles foro pra lá pro lado de Mato Grosso. Quando comecô a derrubá, eles foro indo embora. Contanto que esses índio a gente colocô nome brasileiro neles, né. Um nós ponhemo o nome de Miguel, a muié era Luíza, nós conversava assim, né. A Luíza aprendeu falá português queném a gente, né, mais assim memo era difíci. Se a gente falasse alguma coisa assim que ela não entendisse bem, ela ficava oiano na gente assim parece que queria voá na gente, né, o bicho é traiçoeiro. Aí foi dano, foi dano, foi dano, até que sumiro, foi embora. Eles foro embora em 39, em 39 que eles foro embora. E eu to aqui até hoje.

Essa fazenda aqui que era do Chico Ponte, essa aí era do Ferrera. Ali quem ajudô abri foi eu, 57, 58, nós abrimo ali. Ele comprô um pedaço que tinha lá, né, que o home lá feis um abertozinho, vendeu pra ele, e o restante ele passô o pé. Só que depois eles tiraro escritura, né.

Em 55 que nós abriu a fazenda do home alí, do finado Bastião Ferrera. Ele comprô um pedaço, o oto ele....mais depois aí que nós abriu e tudo, aí ele documentô com o Daniel.

Deus que me perdoe, se fô pecado eu devo, mais se eu pudesse só tá no meio do mato assim, caçano, pescano... É o que eu gosto de fazê na vida” (SILVA, 2005).

Muitos detalhes históricos do município são revelados nessa entrevista. A partir do início da década de 1950 começou a chegar a população e em 1954 já havia casas comerciais. Detalhe importante de destacar é que, segundo nos relata Dona Maria, muitos moradores chegavam e iam construindo suas moradias sem ter títulos de propriedade, o que nos leva a concluir que parte desses moradores nessa época eram posseiros.

Segundo histórico municipal, Mirador foi “colonizado” por Gabriel Fai Ney,¹³¹ que promoveu o loteamento do perímetro urbano municipal baseado num projeto apenas planimétrico, distribuindo a partir da sede urbana os eixos principais e do cruzamento dos eixos partindo o traçado das vias locais em forma de áreas concêntricas.

Quanto à emancipação política do município, Ferreira (1996, p. 449) diz:

Pela Lei nº 107, de 10 de janeiro de 1955 o povoado foi elevado à condição de Distrito Administrativo, com território pertencente ao município de Paranavaí. Com a criação do município de Paraíso do Norte, em 27 de novembro de 1955, pela Lei Estadual nº 253, o Distrito de Mirador passa a lhe pertencer territorialmente. Em 25 de janeiro de 1961, pela Lei nº 4.338, foi emancipado o município de Mirador, constituído de partes dos municípios de Jurema, Nova aliança do Ivaí e Paraíso do Norte. A instalação oficial se deu no dia 13 de novembro de 1961.

O nome do município, ‘Mirador’, deve-se ao fato de a sede municipal estar localizada num terreno alto, avistando-se desse lugar belas vistas panorâmicas, inclusive outras localidades. Segundo Ferreira (1996), há outra cidade com o mesmo nome no Estado do Maranhão.

Ao longo dos anos, desde o período da colonização até a atualidade a estrutura urbana foi se consolidando. No entanto, na atualidade ainda são acentuados os problemas de infraestrutura no perímetro urbano como falta de pavimentação das ruas, de rede de esgoto, de hospital, etc. Segundo histórico municipal, o principal problema é a falta de compatibilidade entre a cartografia documental existente e a posse de registros de imóveis no perímetro urbano. Estes problemas são comuns nas pequenas cidades dos municípios do Noroeste do Paraná. Ainda segundo esse histórico, a condição econômica dos moradores desse município tem-se apresentado como uma boa condição de subsistência, não havendo entre seus habitantes condições de miséria.

¹³¹ No histórico do município desenvolvido pela prefeitura o nome desse senhor consta como sendo Gabriel Fay Neves. No livro *O Paraná e seus Municípios* consta Gabriel Fai Nay. A título de referência, optamos por utilizar o nome que constava no livro.

Município de Amaporã

A colonização do atual território desse município deu-se no final da década de 1940. Segundo Ferreira (1996, p.145), “O ano de 1948 representou o início oficial da ocupação das terras do povo amaporense. Terras consideradas devolutas e consequentemente pertencentes ao Estado, foram requeridas por famílias de agricultores que objetivavam o plantio de café e lavouras de subsistência”.

Os primeiros moradores que se estabeleceram nesse local foram Justino Rodrigues de Souza, Mariano Viana e José Viana, e após algum tempo chegou Gustavo Marques de Oliveira. Devido ao grande número de pessoas que ali estavam se estabelecendo, logo transformou-se num povoado. Esse povoado a princípio foi denominado de Jurema. A emancipação política não tardou a chegar, e:

Pela Lei Estadual nº 116, de 23 de agosto de 1955, foi criado o Distrito Administrativo de Jurema, com território pertencente ao município de Paranavaí. Em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4.245, Jurema recebia foros de município emancipado, com território desmembrado do município de Paranavaí. A instalação oficial ocorreu no dia 12 de novembro de 1961, sendo primeiro prefeito municipal Nelson Busato dos Santos. Um ano após ser emancipado, o município de Jurema mudaria de nome. Pela Lei nº 37, de 13 de junho de 1961, sua antiga denominação foi alterada para Amaporã (FERREIRA, 1996, p. 146).

O atual nome do município de Amaporã é de origem tupi, ‘ama’...o que serve, ser costume, mais ‘porã’...belo, bonito. Da junção surge: uso bonito, costume bonito.

Um resgate histórico do município de Amaporã, desde os seus primórdios até a atualidade, é feito pelo senhor Sérgio Cordeiro de Macedo Sobrinho¹³². Ele relata:

“Eu com minha família, meus pais e irmãos, chegamos aqui no município de Amaporã - não era um município, e sim, um povoado - na década de 50. Quando cheguei, em abril de 1950, e deparei com o povoado de Jurema, era tudo mato. Ainda pertencia ao município de Mandaguari e distrito de Paranavaí. Havia apenas 15 a 20 casas, algumas de pau-a-pique e com cobertura de tabuinha, as ruas já eram demarcadas com picadas dentro do mato. Tempos mais tarde mudaram essa demarcação, e a casa que meus pais havia construído

¹³² O senhor Sérgio Cordeiro de Macedo Sobrinho nos recebeu em sua residência em Amaporã, onde nos concedeu a entrevista no dia 18 de janeiro de 2005.

para ser uma pensão ficou na praça, e com isso mais tarde resolveram alugar a casa para um hospital, cujo médico era o doutor Carlos Paradedda. Essa é uma das partes.

O município de Amaporã era um terreno do Estado, aqui tudo era gratuito, então era uma área que a pessoa ganhava o terreno. Quando nós chegamos aqui, tinha apenas, na avenida, 50 metros derrubado de cada lado, com a extensão de 200 metro, feito um cruzamento. As pessoas que para cá se dirigiram eram de diversos lugares, de todos os lugares. Era um povo aventureiro, todos vinham pra ganhar dinheiro; mais nem todos foram bem-sucedidos. Só existia um poço de 60 metro de profundidade. Quanto faltava água os moradores tinham que buscar água no rio Jureminha, a 1 quilômetro de distância. Todos os dias chegavam famílias que se aglomeravam, esperando pela distribuição das datas, pequenas propriedade para o plantio do café e lavoura de subsistência. Toda a distribuição era gratuita, tinha apenas o compromisso de derrubar o mato e construir sua casa, isso no perímetro urbano, os quais eram construídos nos aspectos comerciais. Nos dias em que se seguia, parecia até música, naquele frenético bater do martelo em pregos e táboas, tantos eram as construções na cidade.

Tivemos diversos problemas. Eram e são graves, porque aqui a terra é arenito, é terra de areia, e depois que chegaram as máquinas, os tratores, aí piorô ainda, porque começou a tombar as terras, as enxoradas levô essas águas tudo para os rios. Hoje, nós temos rios pequenos aqui, que há tempos tinha peixes e outras coisas mais. Hoje são uma quantia minguada, porque a gente anda 2, 3, quilômetro por dentro do rio e a água não vai até o joelho, por causa do assoreamento.

Aqui não foi uma cidade de posseiro não, aqui as pessoas que chegavam tinha uma pessoa responsável, chegou depois uma pessoa responsável na cidade, que distribuía as datas. E a região dos sítios antes, que não é do meu conhecimento quem foram, que falaram que era um senhor por nome de Antônio Colombo, ele pegou de uma outras pessoas e venderam os sítios aí pra outras pessoas, e essas pessoas vieram mais do Estado de São Paulo, sitiante; vieram do Estado de São Paulo, mais o intuito era do café, plantar o café. Que eles chegavam, em 51 a 55, foi uma devastação total. Em 51, quando eu cheguei aqui, viajava aqui, ia até Planaltina (a cidade de Planaltina ainda era mato), ia até Planaltina, era tudo mato. Lá de vez em quando tinha um lugarzinho, alí no Porto Rico e em outros lugar, outros lugar que já tinha derrubado; mais nessa região, a cidade aqui, tinha muita caça aqui na cidade, muita árvore grossa, no qual o Estado, o município de Paranavaí, que era a inspetoria de terra, doou essa madeira mais grossa da cidade e da reserva que temos ali para uma serraria serrar, em compensação davam em troca a madeira para construir o grupo escolar São Bento e a igreja

matriz. O grupo escolar São Bento depois queimou, pegou fogo; a matriz foi demolida, para construir com outro material, tudo isso aí.

Naqueles anos, na década de 50, Amaporã parecia assim um Eldorado, que todos que chegavam aqui ia ganhar dinheiro e ficar rico. Foi o que não aconteceu pra muitos; uns fizeram fortuna, e outros perderam o que trouxeram. Porque, muitas pessoas que chegaram aqui já procurava derrubar as matas, construir uma casa de comércio. Talvez pensasse que o movimento aumentasse, e não foi nada disso, porque quando o lugar já tava mais ou menos com 3, 4 ano Amaporã já tava devastado, todas as matas derrubada, e aquela animação, muita gente. Chegou a ter 17 mil pessoas no município, hoje resta 6 mil, não só na cidade, mas sim, aqui nas fazendas.

Essa decadência foi devido à erradicação do café. Não, não foi tanto assim a erradicação do café, porque foi quase necessária, porque vieram as geadas, a produção do café foi muito grande e os preços não foram tão suficiente, foram baixos os preços. E com isso depois veio a geada. A geada matava os cafezais, os proprietários dos sítios, das lavouras, tentavam recuperar, cortavam o café, tentavam recuperar, esperavam mais 2 anos ou 3, vinha nova safra, vinha nova geada, e com isso o governo resolveu erradicar o café.

Eu presenciei as três fases de Amaporã, hoje já seria quatro. O surgimento glorioso, a decadência com a erradicação dos café e o ressurgimento nos anos 80. É com certa tristeza que me lembro a decadência na década de 70 dos cafezais que foram erradicado. Surgiram as pastagens e muitas famílias foram obrigada a abandonar as suas casas e ir buscar empregos em outras regiões, porque se aqui ficassem, elas pereceriam. Em 1980, como funcionário público, através dos registros de vacinas, constatei que Amaporã, com 1. 200 alqueires de terra, possuía um rebanho bovino de 68.500 cabeças, concluí que havia pouco espaço para o ser humano.

Mas foi na década de 80 que começaram a chegar os catarinenses com o plantio da mandioca, e Amaporã reagiu, pois estas lavouras voltou a ofertar empregos aos trabalhadores rurais e com isso melhorou também o comércio. Nessa década de 80 que melhorou um pouco para o povo de Amaporã, já resurgiu também as indústrias que vieram pra cá e dão emprego pro povo. Então é disso que vive o nosso povo no momento, para os trabalhadores. Além disso, temos também o corte de cana aqui em Paraíso do Norte, São Carlos, na fábrica de álcool lá, que leva muitas pessoas para trabalhar. E com isso vive o povo de Amaporã, porque se for depender de emprego aqui na cidade, da prefeitura e outras coisas mais, não tinha como habitar. Tem pessoas que acha melhor morar em Amaporã, pra se conseguir um emprego, do que em Paranavaí. Aqui toda semana vem a Mister Frango, vem oferecer emprego, vem na

prefeitura fazer o cadastro do povo. É que tem muitas pessoas também. Além disso, o salário é pequeno, mais tem muitas pessoas também que não precisa de tar empregado, obedecer ordens, horário, e outras coisas mais. Então, por isso, às vezes tem muitas pessoas que ficam parado, ou preferem ir pra roça, porque na roça talvez até ganhe mais.

Mais o nosso município de uns anos pra cá, a cidade não aumentou, mais o nosso pensamento é que ela melhore para o povo. Ultimamente a gente tem esperança de uma melhora de vida, de educação, da saúde e segurança. Tem gente que tem esperança que ela melhore, porque a situação, principalmente a segurança, está a desejar.

As primeiras autoridades e profissionais que chegaram em Amaporã, que eu tenho conhecimento, que foi na década de 50 - 50 que eu falo mais é nos primeiros anos. 52, 53, 54, no máximo 55-: farmacêutico: Nelson Busato dos Santos; destacamento policial: Cabo Miro e Soldado Moraes; padre que sempre vinha celebrar suas missas aqui, para o povo: Frei Eurico; diretora de escola: Dona Mimi; primeiro prefeito: Nelson Busato dos Santos. Na década de 60 havia um cinema que comportava até 350 espectadores.

Muitas pessoas comentam que Jurema antes, hoje Amaporã, era um povoado violento. eu as vezes, até concordo, que havia algumas violências. Mais será que mudô hoje? Ou continua o mesmo, ou pior?. Porque, pelo menos naquela época, que a gente era mais jovem, não existia drogas, não existia essa moçada desempregada, às vezes porque talvez não quer estudar, praticando violências até com pessoas idosas, e a gente espera muito que isso seja melhorado.

Aqui tem assentamento de reforma agrária, mas sobre a reforma agrária eu não tenho conhecimento, não posso falar, porque não tendo conhecimento, é melhor não se manifestar” (SOBRINHO, 2005).

Município de Guairaçá

As primeiras notícias da região onde atualmente se encontra o território do município de Guairaçá são contemporâneas à abertura da Estrada Boiadeira, aquela aberta pelo “Tenente” Telmo Ribeiro, que ligava a Colônia Panavaí ao local onde atualmente é a cidade de Maringá, na década de 1940. Segundo Ferreira (1996, p. 309), “Os primeiros desbravadores do território do atual município de Guairaçá chegaram à região em fins de 1946”. O que atraía essa população eram as terras destinadas ao plantio dos cafezais.

Conforme dados do histórico municipal ([1980?]), Guairaçá teve início no ano de 1946. Devido à localização privilegiada e beneficiada com o traçado da estrada de ferro projetada, a

qual passaria pelo local onde hoje encontra-se o município, a Sociedade Colonizadora Guairaçá, fundada em 1946, constituída e registrada no ano de 1949, de propriedade de Miltom Vasconcelo Prado, Morães de Barros, Gumerindo Muniz Sampaio, João Baptista Ramos e Elvira de Morães Nobre, iniciou a abertura e venda de lotes a agricultores vindos de diferentes pontos do país. Essas pessoas foram atraídas pelas perspectivas de progresso no Norte e Noroeste do Paraná e adquiriram lotes urbanos e rurais, efetuaram derrubadas e queimadas na mata existente e formaram as primeiras lavouras de café.

Conforme esse histórico, um senhor denominado Cândido Berthier Fortes nessa época adquiriu no local uma área de terras do Governo do Estado e iniciou a formação de uma grande fazenda, contribuindo para a organização do espaço.

Com o desenvolvimento do povoado e esforço de alguns membros da população, tendo à frente Miltom Vasconcelos Prado, esse foi elevado a distrito judiciário de Paranavaí em 1947. Nessa época o senhor Miltom já era o proprietário absoluto das ações da Colonizadora Guairaçá.

Sobre a emancipação política do município Ferreira (1996, p. 309) diz: “Em 10 de outubro de 1947, através da Lei nº 02, o núcleo Guairaçá foi elevado à categoria de Distrito Judiciário, com território pertencente ao município de Paranavaí, e a nível de Distrito Administrativo no dia 05 de agosto de 1953”.

As divisas desse distrito no município de Paranavaí, segundo a Lei Municipal nº 13, que trata da criação dos distritos administrativos, foram assim demarcadas:

Partindo de um marco a margem do Ribeirão “64” na estrada Paranavaí-Porto São José, sobem por este até o lote 58 da Gleba 8; daí seguem por água e em sêco até o lote 24 da Gleba 9; seguem em réta e em sêco até o lote 23 da Gleba 8; daí seguem em réta e em sêco até o lote 25 da Gleba 9; seguem em réta e em sêco até a cabeceira do Ribeirão do Sélma; descem por este até a divisa dos lotes 25, 26 e 52 da Gleba 9; seguem em réta e em sêco, até o Ribeirão do Lica; sobem por este até seu afluente e a margem esquerda, na altura dos lotes 36 e 37 da Gleba 4; sobem por este, até a sua cabeceira daí seguem em réta e em sêco, até a estrada Jurema-Guairaçá; seguem por esta estrada até o marco de divisa dos lotes 34, 37 e 38 da Gleba 4; seguem em réta e em sêco pelas divisas dos lotes 34 e 38 da mesma gleba, até a cabeceira de um afluente a margem direita do Ribeirão do Paixão; descem por este até a sua fôz; sobem pelo ribeirão do Paixão até o marco que divide os lotes 32 da Gleba 4 e 11 da Gleba 3-A; prosseguem em réta e em sêco, até a divisa dos lotes 11 e 356 da Gleba 2 e 9 e 14 da Gleba 3-A, de onde continuam, ainda em réta e em sêco, pela divisa dos lotes 9 da Gleba 3-A e 11 da Gleba 2, até o lote 8 da Gleba 3-

A; deste ponto seguem em réta e em sêco, até a estrada Paranavaí-Porto São José, a margem esquerda, onde se encontra o marco de divisa dos lotes 1 e 2 da Gleba 3-A; por esta estrada seguem até encontrar o marco de divisa do lote 6 da Gleba 1-A, em frente ao lote 4 da Gleba 2; daí seguem em réta e em sêco pela divisa do referido lote 6; seguem até encontrar a cabeceira do Ribeirão Coroa do Frade; descem por este até um seu afluente a margem esquerda, na altura do lote colonial 38; sobem por este afluente, até a sua cabeceira, prosseguindo em réta e em sêco até o marco de divisa dos lotes XV e XXI da Gleba 1-B; seguem em réta e em sêco pela divisa dos lotes XXI, XVI, XXVIII, e XXI, até o marco de divisa do lote XXVII, todos da Gleba 1-B; seguem em réta e em sêco, pela divisa dos lotes XXVII, XXVIII e XXIX, até o marco de divisa dos lotes 35 com o lote 29; daí seguem em réta e em sêco até a cabeceira de um afluente a margem direita do Ribeirão do Côrvo; descem por este até a sua fôz; daí descem pelo Ribeirão do Côrvo até um seu afluente a margem esquerda, na altura dos lotes V e XL da gleba 1-B; sobem por este até a sua cabeceira, e em sêco até a estrada Paranavaí-Porto São José, em frente ao lote 23 da Gleba 8; seguem por esta estrada até o Ribeirão “64”, ponto de partida desta descrição (PARANAVAÍ, 1953).

Quanto à data de criação do município: “Pela Lei Estadual nº 4.245, de 21 de julho de 1960, o distrito ganhou foros de município emancipado, com território desmembrado de Paranavaí. A instalação oficial deu-se no dia 11 de novembro de 1961, sendo primeiro prefeito municipal nomeado o sr. Daniel Corrêa Ferraz” (FERREIRA, 1996, p. 309).

Há duas versões para o nome do município de Guairaçá. Segundo Ferreira (1996), o nome é de origem tupi. Era o nome de um cacique guarani que em 1726 se opôs a portugueses e espanhóis, sendo sua a frase “Esta terra tem dono”.

Segundo o histórico municipal, o nome de Guairaçá dado ao local foi uma homenagem prestada pelo Sr. Miltom Vasconcelos Prado ao filho da senhora Elvira de Moraes Nobre, Guairaçá Moraes Nobre, que como componente da Força Expedicionária Brasileira FEB foi morto heroicamente em Monte Castelo, na Itália.

A vida cotidiana no município de Guairaçá no período de sua formação é contada por um nordestino que veio trabalhar nas lavouras de café, o senhor João Bispo Gomes¹³³. Eis seu depoimento:

¹³³ O Senhor João Bispo Gomes nos recebeu em sua residência no município de Guairaçá no dia 17 de outubro de 2004, onde nos concedeu a entrevista.

“Eu cheguei aqui no mês de outubro, foi em 1953, eu cheguei aqui em Guaraçá. Guaraçá não tinha nada, tinha só lá aquelas duas rua quem sai pa Nova Londrina, na estrada véia, sabe? Então, só tinha aquelas duas rua lá, aqui não tinha mais nada. Então eu trabaiava na fazenda ali do Antenô Cavalcanti, que por sinal era moradô véio de Maringá, e então aí a gente entrô formá café lá.

Eu vim da Bahia, de Itaberaba, na Bahia. Aí então a gente entrô lá, era só mato. Dirrubamo aquele mato, formamo o café. Era 218 mil pé de café que a gente formava. Naquela fazenda tinha 17 família, por sinal a minha senhora também veio naquela época e morava lá também. Então a gente ficô ali. A gente vinha aqui pra Guaraçá pra beneficiá arrois, trazia a carriola por dentro do mato, com aquela carriola de pau empurrano. Chegava na frente tinha uns pauzão no chão, a gente incostava ali, tirava os saco de arrois, ponhava em cima dos pau, passava pro oto lado e aí tocava, até chegá em Guaraçá. Naquela época não tinha médico aqui, era só um farmacêtico, por sinal ele foi prefeito aqui treis veis durante um tempo, né. E aí a gente ficô aqui num sofrimento medonho. Formemo o café, né, depois veio aquela geada de 55, que acabô com tudo, aí o home deu mais 2 ano pra nós, ficamo aí, e aí eu tô até hoje. Por sinal, hoje tá completando já 50 ano e uns dia que eu moro aqui.

As pessoa que veio pra cá era tudo de fora, tudo do Nordeste, a maioria era tudo baiano. Era baiano, pernambucano, lagoano, piauiense, mais a maioria era baiano. E então morava tudo na colonha né, qui fazia parte da colonha de Paranaíba. Por sinal uns foram imborra, otos morreram. Aqui memo daquela fazenda ali só tem eu, cabô, já morreu a maioria deles. Né. Otos foram pa otos lugar, né, mais aqui só tem eu que tá aqui, daquela fazenda. A colonizadora daqui foi a Colonizadora Guaraçá, era de Mandaguari. Aqui houve violência para os trabaiadô, houve, mas nós não tinha nada cum isso, porque justamente a fazenda era legalizada, né. O João Antenô que era o proprietário, então a fazenda dele era legalizada, né. Não existia nada disso. Mais vizinho na fazenda tinha esses grilo, né. Nós até corria da roça com medo. Quando a jagunçada chegava, a polícia correndo atrais deles, e nós curria da roça; mais só do vizinho, do nosso lado não tinha não. Na fazenda do lado era fazendero expulsano possero que tava ali. Isso era no município de Guaraçá, e ainda hoje tem a fazenda ali ” (GOMES, 2004).

Município de Planaltina do Paraná

A história do município de Planaltina do Paraná foi traçada no rio Grande do Sul, com a fundação da Imobiliária Madalozzo Ltda – Colonização, Indústria e Comércio, de propriedade de Giacomio Madalozzo. Segundo Ferreira (1996, p. 532):

No mês de dezembro de 1951 foi fundada a Imobiliária Madalozzo Ltda – Colonização Indústria e Comércio. Essa empresa tinha à frente o sr. Giacomio Madalozzo, e era composta por sessenta pessoas ligadas aos setores produtivos da região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Este era o período de grandes colonizações em terras paranaenses, principalmente para empresas de capital gaúcho, que já se sentiam estimuladas desde quando surgiu a campanha nacionalista “Marcha para Oeste”, que objetivava, dentre outras coisas, acomodar famílias sulinas, notadamente, as do Rio Grande do Sul. A imobiliária Madalozzo, além de Giacomio, contava também com os préstimos dos sócios João Sartori e Angelo Pilotto. Este grupo empreendeu viagem até os sertões do Paraná dos anos cinquenta, e após vistoriar diversas glebas, adquiriu extensa área e iniciou a primeira etapa da colonização no ano de 1953, lançando, dessa forma, os fundamentos históricos da cidade de Planaltina.

Enquanto isso lá na Vila Santo Antônio, no Rio Grande do Sul, dois jovens irmãos, Valentim e Lauro Sirena, que posteriormente viriam a ser dois dos primeiros moradores de Planaltina, estavam lutando à procura de condições melhores no mundo dos negócios. Apareceu-lhes a oportunidade. Enquanto Valentim Sirena, que já era casado com Marcelina, estava percorrendo a região à procura dessa oportunidade, Lauro Sirena e seu pai José Sirena receberam em sua residência a visita de Giacomio Madalozzo para fazer-lhes uma proposta, pois sabia que os jovens estavam correndo a região à procura de melhores condições de vida.

Segundo Vandresen (2002):

Todos ali sabiam quem era o Madalozzo. Ele havia idealizado e fundado a firma “Imobiliária Madalozzo Ltda – Colonização Indústria e Comércio”, cuja sede ficava em Erechim e tinha por finalidade a colonização e loteamento de terras no Estado do Paraná. A firma era constituída, inicialmente, por aproximadamente 60 sócios, pessoas de projeção na indústria, comércio e agricultura, e também colonos da região (VANDRESEN, 2002, p.159).

Ainda segundo Lídia Vandresen, o ilustre visitante, na casa do seu avô, tinha um propósito bem-definido: viera à procura dos filhos de José Sirena, pois ficara sabendo que eles procuravam alguma atividade comercial para desenvolver. Segundo a autora:

Quando os rapazes chegaram, o homem estava explicando para José que a firma havia adquirido um terreno no norte do Paraná e estavam loteando e vendendo as datas. Era um lugar muito promissor e o projeto era muito bom e audacioso! Seria fundada uma cidade naquele local! E já tinha até o nome: Planaltina do Paraná. Haveria de ser uma cidade muito próspera! E aí entrava o motivo de sua visita “Nós precisamos de jovens dispostos e acostumados ao trabalho, e não será um trabalho fácil, eu já vou avisando...terão que enfrentar muitas dificuldades para colocarem o hotel em funcionamento, pois as condições, a princípio, serão bem precárias...mas é um lugar de muito futuro! E nós precisamos contar com gente disposta, pessoas honestas e corajosas, e, de preferência, conhecidos” (VANDRESEN, 2002, p.159 - 160).

Após a visita de reconhecimento do local feita por Valentim e depois por Lauro Sirena, que na sua visita ajudou a construir o hotel, ambos decidiram habitar ali, e prepararam a mudança. Enquanto Valentim Sirena preparava a mudança, juntamente com sua esposa Marcelina e Lauro Sirena, partia de Erechim uma caravana com sócios da imobiliária para conhecerem o local onde seria Planaltina e fundar a cidade. Nessa caravana estava o pai de Marcelina e sogro de Valentim, que também veio conhecer o local, pois estava preocupado com o futuro da filha e do genro no Norte do Paraná.

Em poucos dias, a caravana de sócios da imobiliária partiu. Eram quatro caminhonetes, três jipes e dois automóveis que levavam os entusiasmados gaúchos, todos ansiosos por conhecer o local e também com o propósito de fundar oficialmente a Cidade de Planaltina do Paraná. Após vários dias de exaustiva viagem, chegaram finalmente ao destino, ou seja, à grande clareira no meio da mata virgem ainda cheirando à queimada recente...Ali, existiam apenas quatro construções: o hotel, uma pequena capela-escola quase à sua frente, do outro lado da “avenida” e, mais acima, o escritório da Firma e a residência do Sr. Osvaldo Madalozzo. Além dos fundadores gaúchos, estavam presentes também algumas autoridades Cíveis, Militares e Eclesiásticas da região e, para oficializar o evento, foi celebrada uma missa na capelinha, pelo também sócio da empresa, Pe. Luquino Viero, que acompanhava a Caravana. Em seguida, festejaram alegremente saboreando um suculento churrasco, assado numa cova aberta no chão próxima ao hotel. Era o dia 18 de fevereiro de 1954 (VANDRESEN, 2002, p. 166-167).

O sogro de Valentin Sirena voltou ao Rio Grande preocupado e iria aconselhá-lo a desistir da viagem, pois a localidade não era muito hospitaleira e longe de todos os recursos; mas ao chegar à Vila Santo Antônio já fazia dois dias que eles haviam partido com a mudança. Partiram no dia 25 de fevereiro de 1954. É o senhor Lauro Sirena¹³⁴ que retrata a história dos primeiros anos de Planaltina do Paraná.

“Eu vim construir a nossa primeira casa em Planaltina do Paraná através da Imobiliária Agrícola Madalozzo, que é uma firma que surgiu em intenção de formá uma cidade aqui no Noroeste do Paraná. Aí, como a gente também tinha aquela vontade de não só conhecê o Norte do Paraná, mais vontade de progredir, eu vim e construí um hotel, na época, hotel-restaurante né, aí um bar, em 53 a construção. Depois nós viemos com a mudança, com a família, então o irmão casado Valentin Sirena e Dona Marcelina com uma criança, a menina Rosa e eu, solteiro. Aí começamos a vida. Nós viemos pra cá em fevereiro de 54, viemos com a mudança. Aí nós começamos. Ali a imobiliária construiu um escritório, depois uma residência do Osvaldo Madalozzo, que o fundador era o pai dele, Giácomo Madalozzo. Assim começamos a nossa luta aqui, no Noroeste do Paraná, e graças a Deus, eu acho, que nós fomos bem-sucedidos, que até hoje eu criei quatro filhos, meu irmão criou sete filhos, todos por aí. Parte agora vão aventurar a vida como nós aventuramos do Rio Grande pro Paraná, estão pra Mato Grosso. Meu irmão tá com uma filha, dois filhos, em Juara, no Mato Grosso. Eu tenho um filho, também casado, foi pra Juara. Enfim, é a vida de uma pessoa que quer vencer, essa é a verdade. E a cidade, a gente pensava que fosse um progresso assim mais rápido, com a aquela ilusão do café, mas nós tivemos uma geada muito forte em 55, quando tava no auge do plantio do café, e ali já deu uma certa parada; depois, acho que em 65, veio outra, que acabô de disenganá o povo com o café. Aí começô entrá mais a pecuária, começô entrá mais a pecuária, e aí evitô aquele desenvolvimento da cidade, porque quando nós passamos em Maringá, só tinha o Maringá Velho, em 53, aí centralizô mais, começô a desenvolver mais Maringá, Londrina, Cascavel, e a nossa região deu uma certa parada. Paranavaí naquele tempo era a fazenda velha Brasileira, foi Paranavaí, enfim, agora nós

¹³⁴ O Senhor Lauro Sirena foi o segundo prefeito do município, nos recebeu em Planaltina do Paraná no dia 18 de janeiro de 2005, na residência do seu irmão e cunhada Valentin e Marcelina Sirena, onde nos concedeu a entrevista. Quando estávamos em meados da entrevista chegou a senhora Marcelina com um feixe de lenha e me cumprimentou carinhosamente. Após o término da entrevista o Senhor Lauro Sirena nós levou à sua residência e nos presenteou com o livro ‘A Clareira’ de autoria de Lídia T. Sirena Vandresen, sua sobrinha e filha de Valentin Sirena. Nesse livro a autora conta, de forma apologética, toda a história da família Sirena e, consequentemente, da fundação de Planaltina do Paraná. Após a leitura do livro pude perceber quanto aquela senhora simpática que entrou com um feixe de lenha, através do seu trabalho, contribuiu para a formação de Planaltina do Paraná.

estamos aqui. Aí, o progresso foi mais lento do que a gente esperava, mas nós, graças a Deus, criamos nossos filhos e estamos aqui lutando.

A população era a maioria do Rio Grande do Sul. Era a maioria porque a firma que colonizou isso aqui era de lá. Então, tinha aquela facilidade, que tinha os corretores, né? Corretores faziam as vendas dos terrenos e traziam os caras pra comprarem data e tal. Mas na época, o movimento maior, vinha dinheiro de tudo quanto é lado, porque eram as derrubadas de mata e plantio de café, e então era dinheiro de minero, de paulista, enfim, corria muito dinheiro na época. O peão ganhava uma diária que era um absurdo, que eles ganhavam numa coviação de café, por exemplo, aquilo ali, uma pessoa organizada ele tinha condições de trabalhá numa coviação de café e comprá sítio, comprá fazenda, tinha condições. Pra se ter uma idéia, nós começamos dá refeições aí, nem sei que dinheiro era na época, 20 mirréis, sei lá o que era, né, e tinha peão aí ganhando até 800 contos de réis por dia, numa coviação de café. Então cê pode vê, faziam 50 refeições com um dia de serviço. Hoje, o que que acontece: uma diária você faz duas refeições no máximo, e não é nos melhores lugares não. Você faiz aí duas refeições, mais em hotéis, meio simples, não é? Agora nem todos tiveram aquela mentalidade de investir certo, comprá terra. Eu tive peão que eles fizeram uma empreita pra gente mesmo, coviação de café, chegá no término da empreita, depois de acertar com todos os pião, eles saíram com 45 contos de réis. Ele pegô ônibus daqui, foi pra Monte Castelo, se dirigiu nas farras, 10 dias depois ele voltô e nós pagamo a passage. Vê, ele jogô fora tudo em questão de 10 dias. Veja bem, se ele ganhô 45 conto de réis, a terra tava a 6, 7 conto de réis, ele podia tê comprado aí uns 8 alqueire de terra. Jogô fora em 10 dia de farra. Talvez essas pessoas hoje tá aí pedindo terra, o acampamento, o assentamento, ou acampamento, né.

Quando nós viemos pra cá, não tinha conhecimento do solo, não tinha esse conhecimento, depois é que começô a surgir as erosões. Então, haja visto que daqui a Paranavaí às vezes a gente levava um dia pra chegá lá, porque nas lombadas onde a terra era mais mista, com chuva você não passava, porque ficava liso, nas baixada formava aquele areião, não conseguia passá, atolava. Então, depois que começô vim essa parte técnica, e que aqui o segredo, aqui a terra é boa, o segredo aqui é você cortá, cortá a erosão. Você não pode fazê com que, por exemplo, a propriedade aberta, você tem que fazê curva de nível, bacia de retenção de água, nunca dexá que a água leve, se não vai tudo lá pra Itaipu.

Aqui não houve problemas por causa de terras, aqui sempre foi um lugar tranqüilo. Comentário existia, tinha problemas, chamava na 64, que seria ali na região entre Nova Londrina e Paranavaí, que hoje é município lá de Guairaçá. Nessa região aí tinha comentário,

tinha. Agora aqui nós nunca tivemos assim, problema, chama-se grilo. É, aqui graças a Deus nós não tivemos esse problema.

Condições de melhorá o Noroeste tem, mais é lento, tem que ser pés no chão. Não adianta a pessoa querê dizê; não vamo fazê isso e aquilo, porque aonde o boi entra, o homem sai. A esperança era o café; como o café teve esse problema climático, né, que muitos perderam suas lavoura, nós temos muita gente que começaram aqui com café, hoje tão na terra roxa. Voltaram pra aquela região de Toledo, Palotina, Cascavel, tão por lá, saíram daqui. Mais quem ficô e se estabilizô, enraizô, então tão agindo assim, tecnicamente defendendo o solo. Eu acho que ainda vão se sair bem.” (SIRENA, 2005).

Com o desenvolvimento da cidade veio a emancipação política e:

Em outubro de 1960, pela Lei nº 4.254, mediada pelo deputado Aníbal Cury, a Assembléia Legislativa do Paraná, elevou Planaltina do Paraná à categoria de município. E, Osvaldo Madalozzo foi nomeado o prefeito interventor até que fossem realizadas as primeiras eleições municipais que ocorreriam em outubro do ano seguinte (VANDRESEN, 2002, p. 212).

O nome do atual município de Planaltina do Paraná foi escolhido pela imobiliária que o fundou. Planaltina designa a topografia regional, e o termo ‘do Paraná’ foi acrescido para diferenciá-la de outra cidade existente no Estado de Goiás. As fotos subsequentes mostram a festa de comemoração da fundação da cidade.

Foto 116 – Caravaneiros que Vieram do Rio Grande do Sul, Nesse Dia Ocorreu a Fundação da Cidade de Planaltina do Paraná
Fonte: Vandresen, 2002.

Foto 117 – Festejo na Fundação da Cidade de Planaltina do Paraná
Fonte: Vandresen, 2002.

A partir deste momento analisaremos o processo de colonização dos municípios que fazem parte do Noroeste Paranaense, microrregião geográfica de Paranavaí, mas não tiveram seus territórios desmembrados deste município. A base do desmembramento de seus territórios é o município de Nova Esperança, que na divisão do IBGE (1990) faz parte da mesorregião Norte Central Paranaense, microrregião 06 de Astorga. Estes municípios, na sua maior parte, tiveram suas áreas demarcadas pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, famosa por lotear uma extensa parcela do Norte Paranaense.

Município de Alto Paraná

Em meados de 1955 o atual município de Alto Paraná era uma das mais novas comunidades da Região setentrional do Estado do Paraná, localizado no espigão divisor das águas dos rios Ivaí e Paraná, de acordo com o IBGE (1959).

Em 1948, ainda na floresta, foi implantado o primeiro marco de sua localização. A partir desse período ocorriam os serviços de abertura, acontecendo concomitantemente com a demarcação das quadras, datas e vias públicas; entretanto, foi em 26 de setembro desse mesmo ano que chegou ao local a primeira caravana de colonos.

Alto Paraná foi um empreendimento da Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held, cujos proprietários eram Lucilio de Held e Adelino Boralli. Os terrenos onde foram demarcados os primeiros alicerces da cidade de Alto Paraná compreendiam uma área de 150 mil alqueires,

que fora adquirida da Companhia de Terras Norte do Paraná pela Imobiliária Ypiranga de Boralli & Held.

Vários foram os fatores que contribuíram para o rápido povoamento de Alto Paraná: a iniciativa particular de colonização, dividindo as terras em pequenos lotes; terras férteis e um clima considerado excelente. Todos esses fatores asseguraram a rapidez da formação da cidade.

Em meados de 1949, nada menos que quatrocentas famílias iniciaram plantações agrícolas nos arredores do núcleo urbano. A empresa Boralli & Held promoveu verdadeiro frenesi, pois conduziu, somente no primeiro ano, pelo menos dez mil pessoas à região, para isso manteve um sistema de transporte próprio, facilitando a aquisição de terras e lotes urbanos na cidade em ascensão (FERREIRA, 1996, p. 140).

Em 1949, também foi instalada a primeira serraria, e com a fundação da cidade, iniciou-se a cultura dos produtos agrícolas nos seus arredores, contribuindo ainda mais para o seu desenvolvimento. Com o núcleo urbano já desenvolvido, a emancipação política era o próximo passo. Sendo assim:

Pela Lei Estadual nº 613, de 27 de janeiro de 1951, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo no município de Nova Esperança. Alto Paraná foi um marco de civilização, pois em pouco tempo emancipou-se politicamente de Nova Esperança, o que deu-se em 19 de agosto de 1953, através da Lei Estadual nº 1.190, cuja instalação ocorreu em 05 de maio de 1954 (FERREIRA, 1996, p. 140).

O nome do município, Alto Paraná, foi dado pela Imobiliária Ypiranga. “Alto” pela posição geográfica do município em relação ao Estado, e Paraná, que provém da língua tupi ‘*Para-nã*’, que significa “rio grande como o mar”, é o nome do Estado em que se localiza.

O depoimento da Senhora Ondina Zanatto¹³⁵ retrata um pouco da história do município de Alto Paraná.

¹³⁵ A Senhora Ondina Zanatto nos recebeu no dia 17 de abril de 2007, na biblioteca pública municipal de Alto Paraná, local em que nos concedeu a entrevista.

“Alto Paraná ele foi fundado pela Imobiliária Ypiranga, né, do Boralli e Held, e nessa época eles começaram a trazer os pioneiros pra Alto Paraná, vindo muitos de São Paulo, Minas, vieram muitos do Rio Grande do Sul também, e chegava aí de caminhões, aquelas famílias, tudo em busca do café, né, aliás do desmatamento pra o plantio do café, né. Então, Alto Paraná foi chegando, chegando, chegando os peões para a construção das casas. Eles faziam aquelas cabaninhas com sapé, com tabuinhas. Eh!, diz a minha sogra sempre, que quando ela chegou aqui não tinha nada, era só mato, né, matão, e aqueles peões, chapéu grande, botas, facão na cintura, espingarda. E isso diz que colocava muito medo neles, né. Inclusive, ela quando veio, ela foi morá bem lá pra baixo, onde hoje é o antigo buracão, que eles falam, né.

O buracão não é um bairro aqui da cidade, é tudo centro mesmo, sabe? Mas fica bem mais abaixo, ali. Inclusive o cemitério se localizando. O cemitério fica muito afastado do centro, por quê? Porque a planta de Alto Paraná, seria o centro, lá aonde eles começaram as construções. Então puxaram uma água, daí ela sempre me dizia (refere-se à sogra) que puxaram uma água encanada, fizeram um poço, e cada família, que já tinha bastante família, e foram puxá essa água pra todas as famílias e no que fizeram o buraco né. É isso que começou o buracão. Eu sempre achei uma história dela muito interessante, porque ela dizia assim: história do buracão. Eu dizia assim: mas como surgiu esse buracão? Então ela (a sogra) dizia que eles não sabiam que a terra aqui era arenosa; então, no que fizeram a valeta pra passá os canos, veio uma chuva, e essa chuva, diz ela que parecia assim açúcar molhando, e foi formando esse buracão. Inclusive muitas famílias de lá tiveram que subir no espigão mais alto pra não inundá lá. Hoje está quase tudo tampado, ruas abertas né, tubulação e tudo; mais deu muita luta pra isso, né?

Quanto a grilagem de terras aqui, olha, eu não tenho em mente de ter conflito assim de grilagem não. Mais que grilagem ainda tem, tem pessoas que ainda tem e a gente escuta falá: ‘Olha, aquele terreno é grilo’, cê entendeu? Lógico que é tudo feito um trabalho, sei lá, tem o usucapião, né, tudo isso, mais daí já está tudo legalizado, entre aspas, né; mas de conflito assim, não. Todos os que vinham compravam seus terrenos, inclusive meu sogro mesmo tinha dois sítios, um que é quase divisa com Tamboara, outro lá pro lado de Sumaré.

Então, já o meu pai e minha mãe quando vieram, eles vieram em 48 pra cá, mas só que eles não vieram pra cidade, eles foram abrir o Bairro Jacareí, tá, que é a gleba Jacareí. Então ela contava que era assim: o caminhão da mudança ia entrando e eles na frente abrindo, cortando mato pro caminhão passá. Ela disse que chorou muito, muitas e muitas noites, que ela olhava assim aqueles tocos pegando fogo, né, queimando, tudo para o plantio de café.

Eu nasci aqui em Alto Paraná, eu nasci nessa Gleba Jacareí mesmo. Eu me lembro de Alto Paraná quando a praça principal ali, a Rui Barbosa, ela tinha café, e hoje, passando por Alto Paraná você vê o fórum né ali, tem a praça mesmo ali era tudo mato, depois já começou muita gente vindo abrindo pensões e hotéis. Aqui teve época de tê o ‘boom’ do café sabe? E plantio, e plantio, e plantio de café né, que aquilo estourou, o café né. Hoje, já não se vê nem mais quase o café.

Alto Paraná, ele pertencia a Mandaguari. Então toda documentação, as vezes, até hoje, a gente escuta falar ‘ah! eu preciso lá de uma documentação, eu tenho que ir lá em Mandaguari ir atrás dessa documentação’. Outra ora vai pra Nova Esperança, por que foi desmembrando né. Então era tudo muito difícil né na época, hoje ta fácil.

O município ele decaiu muito, lógico, na época do café Alto Paraná chegou a ter 43 mil habitantes, hoje tem 12 mil e 500 habitantes. Então, eu acho que Alto Paraná pra ter uma juventude, pra que subisse, deveria ter muito mais indústrias, mais trabalho. Mas é aqui que eu vivo e é aqui que eu gosto, e não falem mal”(ZANATTO, 2007).

As fotografias subsequente do período da colonização mostram a primeira igreja, e os cafezais do município, bem como, as primeiras derrubadas da mata, dando início a formação do núcleo urbano de Alto Paraná.

Foto 118 – Igreja e Casa Paroquial, Construídas pela População no Período da Formação do Município de Alto Paraná
Fonte: IBGE, 1959.

Foto 119 – Fazenda de Café em Alto Paraná
Fonte: IBGE, 1959.

Foto 120 – Primeiras Casas no Município de Alto Paraná
Fonte: acervo da Biblioteca Municipal de Alto Paraná

Foto 121 – Início da Formação da Cidade de Alto Paraná
Fonte: acervo da Biblioteca Municipal de Alto Paraná

Foto 122 – Primórdios do Núcleo Urbano de Alto Paraná
Fonte: acervo da Biblioteca Municipal de Alto Paraná

Município de São João do Caiuá

São João do Caiuá, foi fundado e colonizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Empresa fundada por ingleses e posteriormente dirigida pelos brasileiros Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho. Esta empresa foi responsável por lotear extensas áreas de

terra do Norte do Paraná. Após haver fundado cidades no Norte do Paraná, a companhia mediu e demarcou a área onde surgiu o patrimônio de São João. Isso na década de 1951.

Quando as matas foram derrubadas a Companhia determinou que se fizesse a abertura de uma estrada até o rio Paranapanema, que ficava distante 25 quilômetros da sede do patrimônio. Logo que foi demarcado o perímetro urbano, começaram a chegar a nova localidade os novos moradores. Ainda em 1951 foi construída a primeira capela e a primeira missa foi celebrada em 24 de junho de 1952.

Não fugindo a regra das novas cidades do Norte do Paraná, o patrimônio de São João teve um desenvolvimento muito rápido e em pouco tempo estava entre as cidadezinhas mais evoluídas dessa região.

Em 1954 foi construído o primeiro campo de pouso, e nesse período a população discutia qual seria o nome do então patrimônio, chegando a ser cogitado: São João do Paraíso, São João do Caiuá e São João dos Bandeirantes. Uma comissão criada para tal decisão, optou por ser o nome do local São João do Paraíso, no entanto, por haver no país outra localidade com o mesmo nome, os membros da Assembléia Legislativa do Estado optaram pela denominação de São João do Caiuá.

Sobre a sua emancipação política Ferreira (1996) afirma que:

Através da Lei nº 16, de 10 de fevereiro de 1953, foi criado o distrito administrativo de São João, com território pertencente ao município de Nova Esperança. O Distrito Judiciário foi estabelecido pela Lei Estadual nº 1.542, de 14 de dezembro de 1953, com Têrmo na Comarca de Nova Esperança. Com a criação do município de Alto Paraná, pela Lei Estadual nº 1.190, de 19 de agosto de 1953, o distrito de São João passou a integrar seu território. Em 1954, São João foi novamente criado como distrito Administrativo em Alto Paraná, através da Lei nº13, de 13 de setembro. Pela Lei Estadual nº253, de 26 de novembro de 1954, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto, foi criado o município de São João do Caiuá, com território desmembrado do município de Alto Paraná. A instalação oficial ocorreu no dia 17 de dezembro de 1955 (FERREIRA, 1996, p. 634).

O nome do município São João do Caiuá é decomposto em duas partes: ‘São João’ é o nome de um rio que atravessa o município, e ‘Caiuá’ se refere a uma tribo indígena que habitou a região.

Quem fala sobre o cotidiano do município e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas no período de sua formação é o senhor Irineu Fais Peternella¹³⁶. Ele afirma:

¹³⁶ O senhor Irineu Fais Peternella nos concedeu a entrevista em sua residência no dia 16 de janeiro de 2005, no município de São João do Caiuá.

“Bom, minha história é a seguinte: eu sou natural de Serra Negra, Estado de São Paulo, vim pro Paraná, no município de São João, em 1953. Então, naquela época, geralmente São João tava assim uma cidadinha bem no início de abertura. Naquela época geralmente era muito difícil o acesso aqui. A cidade maior era Nova Esperança, havia um ônibus que fazia a linha duas vezes ao dia, ia e voltava né: O pessoal que tinha comércio dependia desse ônibus pra trazê as compras pra repassá pra população. E a gente começô a desbravá assim, as propriedade, formando as propriedade que era em mato, derrubando, plantando café, foi aquela dificuldade, assim bastante difícil, pra fazê isso daí. E devagar, como se diz, foi aumentando a população, pessoas de fora que foram comprando áreas de terra, que naquela época era a Companhia Melhoramento, né: Uma parte era do governo do Estado, que era o Moisés Lupion, que até uma parte era a divisa Caiuá, que era os índios Caiuá, que era reserva.

E a gente foi batalhando, batalhando, e depois o município foi se desenvolvendo, a população foi aumentando. Aí chegô aquela produção de café, que foi o êxito melhor que teve no nosso município. Aí a população foi aumentando, tendo aquele maior. Então, a gente viu que tava na época de ter uma situação melhor no município, que não era município ainda, de distrito depois passou a município. O primeiro prefeito de São João era um professor. Eu tava de 12 pra 14 anos; foi Domingos Beraldi. Era uma família fundador daqui do nosso município também, sabe? Aí ele fez quatro anos, a gente acompanhou todo o trabalho dele, aqui o processo dele sabe, e com isso foi vindo o comércio é, bancos, teve o Itaú, teve o Comercial, depois em seguida veio o Banco do Brasil, a Casa Catarinense, que era só em cidade grande que ela estabilizava, e veio pra São João também. Aí começô aquela cidadinha, começô a tê ânimo, com aquela expectativa de boas melhoras. Na época de 75 veio uma geada muito forte e detonô toda a lavoura de café. Mais o povo tava bem consciente, que perdendo a lavoura de café, ela se tornava nova de novo, né? Aí chega aquela cobertura de poda toda, mas o café resistiu e aí foi feita aquela produção imensa, foi um dos melhores anos. Foi de 75 a 84 que o São João do Caiuá era falado em quarquê região do Noroeste do Paraná, sabe? Aí veio o segundo prefeito. Ele foi muito amigo da gente também, ele foi médico quatro anos. E depois, logo o Domingos Beraldi venceu o mandato, ele se candidatô a prefeito e foi eleito, candidato único na nossa região, sabe? Aí a gente ficô tão assim, animado que aí começamo a tê aquele contado com muitas firma grande, sabe, que nem tinha a Cocamar, tinha a Cocari, a Comar, criando certas condições de trazer um entreposto da Comar aqui pra São João do Caiuá. Tivemos também uma empresa, uma mini-empresa de álcool elaborada pelos associado do município, e isso foi geralmente uns anos até muito bom. Depois veio aquela erradicação do café. Aí começô a dispencá um poco a produção, e a população também começô a se afastá,

porque uma cidade sem a indústria pra dá emprego... Aí começô aquela decadência. Aí o que aconteceu? Os fazendeiros maiores que vieram de fora eles começaram a investir no plantio de pastaria, formação de pasto, pra invernada, de criação de gado, e hoje, geralmente, quando chega na nossa região é isso aí. Você vê que o comércio depende do trabalho manual pra fora, porque aqui não tem indústria pra mantê essa população. A agricultura é que tá levando hoje as maiores vantagem do nosso município, que é a cultura de corte, é cultura de leite, né, e hoje ainda teve assim, do meu ponto de vista, contando vantagem pro nosso governo estadual, que ele incentivô muito assim a nossa agricultura no plantio da mandioca, então mantendo assim a mão-de-obra muito braçal, muito grande na história do município da região, né? E ainda mantém a auto-estima das população de baixa renda, né?

A maioria das pessoas que vieram para cá eram de São Paulo, pra procurá assim, é... investir numa área assim mais nova, né, que naquela época o descobrimento da nossa região de Maringá pra cá era tudo mata, e a terra daqui era areia e geralmente a informação que não era divulgada certa, né? Então, quando chegaram, por exemplo, em Maringá, a terra é superdiferente, é uma terra roxa, né, a terra é sempre viva, uma terra que nunca ela desgasta, né; e o arenito geralmente era uma terra muito boa, só que ela tem um desgaste muito grande, a duração bem menos de que a terra roxa. Aí o povo foi sentindo essa perda de vantagem, sabe?

Nos início, São João sofreu com erosão, mais só depois, através da Emater, os órgão do Estado começaram a tomar providência. Nós temos aqui o sindicato patronal, que começô a tê aqueles trabalhos de reuniões com os proprietário, incentivando assim um trabalho mais bem-afeiçoado pra combatê essas parte de erosão, e aonde vinha assim aquelas devastação muito grande de erosão, então começaram a fazê aquelas curva pra debatê a erosão e plantá arvoredos pra promoção de vegetação na mata. Então, com isso geralmente eu acho que deu uma grande cobertura, e o nosso município nessa área, graças a Deus, tá sendo bem privilegiado” (PETERNELLA, 2005).

A foto subsequente mostra São João do Caiuá no período de sua formação.

Foto 123 – Aspecto das Ruas de São João do Caiuá no Período de Sua Formação.
Fonte: IBGE, 1959.

Município de Santo Antônio do Caiuá

A gleba onde está o atual território do município de Santo Antônio do Caiuá fez parte de um plano de venda das terras que foram loteadas pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná. Segundo Ferreira (1996), o patrimônio foi fundado em 12 de dezembro de 1951. A empresa que traçou a planta da cidade, já denominara Santo Antônio do Caiuá. Essa área nesse período estava sob responsabilidade administrativa de Mandaguari. Como todos os municípios do Norte do Paraná, naquela época, Santo Antônio foi povoado rapidamente.

Com a criação do município de Nova Esperança, em 1953, o povoado de Santo Antônio ficou sob sua jurisdição; no entanto, poucos meses depois, com a criação do município de Alto Paraná, o patrimônio mudou novamente de jurisdição, passando a lhe pertencer, o mesmo ocorrendo quando foi criado o município de São João do Caiuá

Quanto a sua emancipação política:

A par de todas as mudanças ocorridas o povoado crescia, e suas terras foram sendo ocupadas por centenas de famílias que se valiam da fertilidade do solo para se firmarem social e economicamente. Pela Lei Estadual nº 4338, de 25 de janeiro de 1961, sancionada pelo governador Moysés Lupion, foi criado o município de Santo Antonio do Caiuá, com território desmembrado do município de São João do Caiuá. A instalação oficial ocorreu no dia 25 de novembro de 1961 (FERREIRA, 1996, p. 622).

O nome do município foi dado pelo departamento de topografia da companhia que o fundou. Entretanto é o senhor Arnaldo Rossato¹³⁷ que nos conta a história do município ao longo de sua fundação. Destaca os principais problemas enfrentados por um município pequeno no Noroeste do Paraná. Ele conta:

“Então, eu cheguei em Santo Antônio em 1952. Santo Antônio era pura mata, nós vínhamos do Estado de São Paulo, de Andradina, o meu finado pai, eu e mais sete irmãos, duas mulheres e seis homens. Daí não tinha escola, não tinha estrada, né, era a dificuldade muito grande. Foi feita a primeira escola já em 53, uma escola de madeira fina, aquelas madeira, não é táboa grossa, lâmina, madeira laminada; e a primeira professora foi dona Zaida Carniel. Ela chegou em 53, o marido dela jogava bola ali na praça, que é a praça bonita que tem agora aí, era um campo de futebol. Depois se transformou em praça, né? E daí então foi chegando gente, derrubando mata, plantando café. O município foi formado todo de cafezal. Depois foi acabando o café e entrando o algodão, mamona, amendoim, e depois foi aumentando as escolas. Eu fui vereador em 61, aí logo fui prefeito, 65. Eu construí vinte e três escolas num mandato, na zona rural.

Santo Antônio já chegou a ter 19.000 habitantes, hoje não chega a 3.000 mil, é 2851, devido o fim do cafezal, e também o problema de escola, o emprego. Não existe o emprego, então o pessoal vai embora pra cidade grande. Então levô pra Minas Gerais, São Paulo, Amazonas, Pará, Rondônia, e aí foram indo embora, e daí foi terminando então o cafezal, e tal. Hoje, Santo Antônio não tem uma escola rural mais, você acredita? Reduziu tudo aqui pra cidade, a gente busca os alunos. Primeiro levava as professoras no sítio pra dá aula lá. Agora vai buscá os aluno pra cá. A economia é baseada em mandioca, boi e cana. O pessoal trabalha mais na cana, embora não plantada aqui em Santo Antônio do Caiuá, começando plantá agora, né? Vai pra Paranacity, Junqueira e Colorado, pra Rondon, pra Paraíso do Norte. E então complicô a situação, assim de trabalho. O pessoal foram embora por procura de estudo, por procura de trabalho, não é? E Santo Antônio diminuiu o povo, ficou agora com 3.000 habitantes, nem 3000 habitantes. A tendência agora tá chegando mais gente do que indo embora, né. É devido à cana, tem muita promessa no plantio de cana, porque poderá dar serviço aqui pro povo de Santo Antônio, né?

¹³⁷ O Senhor Arnaldo Rossato é prefeito do município. Nos recebeu em sua residência na cidade de Santo Antonio do Caiuá onde nos concedeu a entrevista, no dia 16 de janeiro de 2005.

A companhia Melhoramento Norte do Paraná que colonizou aqui. A maior parte das pessoas que vieram eram de São Paulo. Veio um pouco de Santa Catarina, e do Rio Grande do Sul tinha algumas família aqui também; mas moraram aqui pouco tempo e foram embora, porque a lavoura que se plantô aqui não era deles, porque o café era mais do paulista mesmo, e o gaúcho é mais da soja, que já tá começando, do trigo. Então, ficô a gauchada mais lá pro Sul do Paraná, de Tibagi pra frente, e de Londrina pra cá foi os paulista.

Santo Antônio, Inajá, São Roque, a terra é tudo legalizada da Companhia, não houve um problema sequer de divisa de terra, de lote, falá esse lote aqui eu comprei, eu também, duas pessoas comprá o mesmo lote, não aconteceu.

Olha, foi um desmatamento desordenado. Se derrubô as mata até nas barranca do rio, e foi isso que causou a erosão quase que incontrollável que existe aqui.

Santo Antônio mesmo teve uma erosão que teve aqui até o Banco Interamericano do Desenvolvimento; veio visitá Santo Antônio devido o “buracão”, o famoso buracão. Eu construí nesses mandato de prefeito sete - conta de mentioso - sete barragens, um mundo de dinheiro, uns feito diretamente por Santo Antônio e outros o Estado que construiu pra contê, porque senão Santo Antônio tinha sido ingolido, tinha sido dragado pela erosão, justamente devido ao desmatamento desordenado que houve.

O forte da erosão foi até 1982. De 82 pra cá ela foi combatida, e tá sendo combatida até hoje, né, agora com curva de nível, inclusive com reflorestamento que tá sendo feito no município inteiro todo mundo faz a sua parte. A prefeitura tem um viveiro muito grande que fornece muda, uns é dado, outros é vendido, mais já tá sendo combatido, já. O problema está se amenizando” (ROSSATO, 2005).

Município de Paranacity

Conforme dados coletados no IBGE (1959), o município de Paranacity teve origem num plano de cidade criado pela Imobiliária Progresso Ltda, que tinha sua sede na cidade de Apucarana e era dirigida por Rajah Eid e Fayes Eid. Essa imobiliária era proprietária de uma vasta área de terras na região onde atualmente se localiza o município.

Em 1949 a Imobiliária Progresso Limitada, após medir e demarcar, colocou à venda 6.400 datas de terras e 200 chácaras. As primeiras construções foram feitas pela própria empresa imobiliária, por intermédio do construtor Guilherme Schinel e de Abílio Soares, os quais chegaram no início da formação do povoado. Com a chegada da população o povoado foi se desenvolvendo, e já em 1953 foi criado o distrito de Paranacity, que logo depois, em

1954, foi desmembrado do território de Nova Esperança, elevando-se à categoria de município. Sobre essa emancipação política Ferreira diz:

Devido ao rápido crescimento, em 10 de fevereiro de 1953, através da Lei Municipal nº 16, foi criado o Distrito Administrativo de Paranacity, com território pertencente ao município de Nova Esperança. Pela Lei nº 253, de 26 de novembro de 1954 o núcleo foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do município de Nova Esperança. A instalação oficial ocorreu no dia 04 de dezembro de 1955 (FERREIRA, 1996, p. 498).

O nome do município foi dado por um dos sócios da companhia, que tendo vivido algum tempo na Inglaterra, resolveu adotar a palavra inglesa city (cidade) para a localidade, ficando então Paranacity, “Cidade do Paraná”.

Passado o período áureo que a cultura do café proporcionou ao município, este enfrentou graves problemas de perda de população e principalmente com a erosão, devido ao desmatamento sem controle ocorrido nas décadas anteriores. Tentando sanar um pouco dos graves problemas ambientais sofridos pelo município ao longo do tempo:

Na década de noventa o prefeito José Bonifácio Moron, que já havia administrado anteriormente o município procurou aumentar e preservar a área verde do município, e principalmente preservar os mil hectares de floresta natural que ainda existia. Também incentivou o reflorestamento em orlas de rodovias e margens de rios e córregos existentes na área principal (FERREIRA, 1996, p. 498).

Uma visão da história do município de Paranacity no contexto regional é relatada pelo senhor José Bonifácio Moron¹³⁸, quando ele diz que:

“Prá iniciar, devo dizer que a família Moron chegou em Paranacity no dia 11 de setembro de 1950, portanto há 54 anos atrás. Quando aqui chegamos Paranacity nada mais era do que uma clareira aberta na mata. Meu pai havia estado aqui um ano antes pra conhecer, e decidiu fazê o que muitos pioneiros fizeram: eles vieram em busca do novo Eldorado, como era conhecido o Noroeste do Paraná, pra tentar aqui aquilo que não

¹³⁸ O Senhor José Bonifácio Moron foi prefeito do município de Paranacity. Recebeu-nos em sua residência no dia 16 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

conseguiram em outras regiões, ou seja, a prosperidade. Então nesse período de pouco mais de meio século, a gente conhece muita coisa da história de Paranacity, as dificuldades, os problemas pra se chegá até onde chegamos nos dias de hoje. A colonizadora que colonizou aqui foi a Imobiliária Progresso, com sede em Apucarana, constituída por três irmãos da família Eid. Todos eles eram libaneses. Aproveitando aquele embalo, segundo um dos seus sócios, que por sinal ainda está vivo, com 85 anos de idade, e reside em Londrina, eles viam aqueles caminhões de mudança vindo aqui pro Norte do Paraná e acharam que seria um bom negócio eles fundarem uma cidade. E foi o que aconteceu. Como um deles residiu por algum tempo na Inglaterra, e tendo se afeiçoado por aquele país, eles decidiram, ao dar nome à cidade que fundavam, associar a palavra “city” à palavra Paraná, daí “cidade do Paraná” em inglês. Mas foi a única cidade que eles fundaram, eles não tinham a experiência em colonizadora, foi mais assim uma aventura. E essa foi uma das razões para que Paranacity não tivesse um desenvolvimento que uma empresa colonizadora como a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná conseguiu fazer nas cidades que ela colonizou. Nós estamos aqui ao lado de Cruzeiro do Sul, apenas 3 quilômetros, uma cidade atrapalhando o desenvolvimento da outra, concorrendo com o desenvolvimento da outra. Se bem que hoje não há nenhuma barreira, nada que venha aí fazer com que as cidades, levadas pelo bairrismo, se agridam. Só que isso não foi bom nesse aspecto de desenvolvimento.

O Norte do Paraná, especificamente o Noroeste, naquele tempo ele era assim um tipo de atração. O Noroeste, por exemplo, era uma espécie de Eldorado, o novo Eldorado. Aqui havia muitas riquezas, muitas riquezas mesmo, principalmente madeira de lei, e essa poderia ser considerada uma região rica. O solo era fértil quando inexplorado, e com a exploração irracional, falta de conservação, o trato indevido da terra, tudo isso contribuiu para que esse solo aqui se degradasse, principalmente por ser uma região do arenito caiuí, sujeito a erosão. Nós tivemos aqui na cidade, por exemplo, um problema gravíssimo de erosão, que só pôde ser resolvido, sanado, graças ao governo federal. Na época fizeram um corpo de combate à erosão aqui pra salvar a cidade, e contou com recurso do governo federal, uma obra que durou dois anos pra sanar o problema. Coisa que jamais aconteceria se o município, um município pobre, sem recurso fizesse. Isso foi na década de 70.

Aqui não existia problema com grilagem. O que se coloca em dúvida é que algumas áreas elas têm uma área maior do que aquela que consta na escritura, só isso aí; agora problema de grilagem não teve.

Ainda a respeito do Noroeste do Paraná, eu tenho aí guardado uma reportagem da revista Veja, e quem fez a reportagem na época era um dos mais conceituados jornalistas, o

Hélio Teixeira. Quando ele veio aqui fazer essa matéria, ele ficou espantado. Essa matéria ele fez desde o rio Paranapanema até o outro lado, de um extremo ao outro, falando sobre a decadência econômica e sobre o esvaziamento populacional de toda essa região em função da erradicação dos cafezais. O governo federal pagou para que se erradicasse os cafezais, só que eles colocavam erradicação dos cafeeiros improdutivos, era uma maneira de tapar o sol com a peneira. Na verdade, havia uma superprodução do café e o governo usou desta estratégia para eliminar os cafezais. E o que aconteceu? Um êxodo rural violento. Não houve, depois disso daí, uma outra cultura que viesse substituir o café, que oferecesse mão-de-obra, distribuição de renda e a fixação das famílias no campo, então houve um êxodo rural muito grande. Esta região, especificamente Paranacity, até hoje não conseguiu recuperar a população. Até nessa reportagem eu fui citado, porque eu construí um viveiro de café pra produzir um milhão de mudas. Mesmo o governo mandou erradicar o café tentou corrigir, ele tentou reverter essa situação, mas o café nunca mais voltou a ser o que era antes.

Hoje, por exemplo, nós temos o município quase que todo tomado pela cana-de-açúcar, a monocultura. Depois do café, veio a pastagem com o gado, o gado de corte. Se a gente comparar o gado com a cana, nós vamos ver que a cultura da cana ela é muito mais benéfica, porque gera algum trabalho e ajuda na distribuição de renda. O boi, ele sustenta só o fazendero, ele não investia aqui, levava o dinheiro pra fora pra investir nas outras cidades. Então hoje o município de Paranacity e toda essa região tem esse quadro” (MORON, 2005).

A foto que se segue mostra a primeira casa paroquial daquele município.

Foto 124 – Casa Paroquial Construída na Época da Formação da Cidade de Paranacity
Fonte: IBGE, 1959.

Município de Inajá

A exemplo de outras cidades do Noroeste do Paraná, Inajá teve a formação do seu município num patrimônio planejado e formado pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná, que assim como fez em outros municípios, em junho de 1952 mediu e demarcou a área onde surgiria o patrimônio de Inajá. Segundo Ferreira (1996, p. 337) “consta que os primeiros moradores ao se estabelecerem na região, muitos dos quais vindos da região nordeste do país, encontraram no local uma palmeira conhecida como ‘inajá’ na sua zona de origem, passando a chamar o lugar que escolheram para morar com esta denominação”.

Com a chegada da população, iniciou-se uma fase de progresso e atividades, construindo-se, então os fundamentos para a melhor qualidade de vida dessa população, tais como: casas, pensão, farmácia, escola e também uma igreja.

Um dos fatores de fixação do homem rural, deu-se a partir da implantação de um loteamento de chácaras ao redor da cidade. Este empreendimento, dirigido por Oswaldo Rehder Ferreira e Walter Pereira Dias, objetivava principalmente a venda de pequenos lotes de terra. Aos compradores interessava a proximidade com a sede municipal, pois a grande maioria destas famílias fornecia ao patrimônio produtos hortifrutigranjeiros, fartamente produzidos em seus minifúndios. Em 13 de julho de 1955, pela Lei Municipal nº 106, o núcleo foi elevado à categoria de Distrito

Administrativo, com território pertencente ao município de Nova Esperança. Pela Lei Estadual nº 4338 de 25 de janeiro de 1961, sancionada pelo governador Moysés Lupion, foi criado o município de Inajá, com território desmembrado do município de Paracity. A instalação oficial ocorreu no dia 15 de novembro de 1961 (FERREIRA, 1996, p. 337).

O nome do município foi dado por seus moradores. Inajá é uma palmeira da família das palmáceas, de cerca de 5 a 6 metros de altura e de fruto verde e amarelo.

A história da formação do município de Inajá é contada pelo senhor Delfino Elias Fernandes¹³⁹. Ele diz:

“Eu aqui de Inajá, eu vô contá a minha passage. Eu casei dia 14 de julho de 51. Dia 28 de julho de 51 eu vim pra Inajá. Inajá não existia. Então tinha a fazenda Sumatra, ali bem perto do meu finado pai Norberto Elias Fernandes. Então nós era um conjunto qui tava vindo junto, eu, meu pai e a família dele. Então, pra poder disdobrá essa área que nós compramos aqui, então meu pai pegô 6 mil pé de café na fazenda Sumatra, pediu uma casa, e nós truxemo, truxemo também, quatro burro com carroça roda dura pra podê infrentá o sertão. Então, dia 28 de julho foi quando nós chegamos aqui na fazenda Sumatra. Então, tinha ali já uma casa já esperando por nós, porque em antes nós tinha vindo, e impreitamos 8 alqueire de mato pra derrubá, sendo 4 alqueire meu e 4 alqueire do meu pai. Então, aí foi quando o impreitero ainda não tinha nem terminado de fazê a derrubada. Então nós viemo lá pro barraco. Junto terminamos a derrubada, depois ponhamo fogo, entramos disincanheirano, ponhamo fogo, que aquilo era pra prantá café, e um alqueire na parte de baixo, tanto na parte do sitiozinho meu e do meu pai, então ali nós já plantamo feijão, já depois, com muita dificuldade. Depois que disincanheiramo todos aí fomos, ponhamo fogo na parte de cima que pertence à bera de estrada hoje. Mais naquele tempo não tinha estrada, tinha uma simples picada qei a Ccompanhia Melhoramento já tinha feito e tinha já loteado pras propriedade. E tinha de Inajá, só tinha só o mapa, porque não tinha nada cultivado. Então, nós entramos de lá da Sumatra, com aqueles quatro burro que a gente tinha trazido com aquela carroça roda dura, com a mudancinha. Isso depois que ponhô fogo na

¹³⁹ O Senhor Elias Delfino Fernades, (na cidade conhecido como Seu Dico) nos recebeu em sua residência na cidade de Inajá no dia 16 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

mata, no mato lá que tinha derrubado. E ali nós formamos ali um conjunto, eu e um cunhado meu, que ainda hoje ele tem lá o sítio que era dele, separado. Essa propriedade hoje já me pertence. E ele é o falecido Geraldo de Freita Barbosa. A minha irmã, Juvercina Antunes da Silva, ainda mora aqui em Inajá, ali pertinho da prefeitura. É uma pioneira, ela tá hoje com 84 ano. Mais é uma mulher que ajudou a desbravá o sertão, que ali era sertão. Muitas veis ela e a minha esposa, que hoje é falecida, faleceu dia 7 de setembro e agora nesse 7 de setembro já fez 7 anos. Então, elas duas é quem formava o conjuntuzinho delas lá, fazia bóia pros pinhão. Tinha quatorze pinhão, que ajudava disincoivará, fazê a coviação, chegá a época da pranta. E carreadô não tinha, nós usava pelo fundo, aonde fala que isso é muito conhecido, que hoje isso lá é uma fazenda, mais naquele tempo se tratava de hotel véio. Esse hotel véio, ai existia algumas gravação, pode até ainda tê alguém que morô nesse lugar muitas vezes, porque quando nós chegamo, então já tinha esse hotel véio lá, que já tinha laranja produzino. Agora, que acontece: ali tinha um moradô qui tinha vindo, depois tinha voltado. Naqueles trecho aonde eles tinha feito uma residência lá, então tinha um pasto, o pasto era onde ficava esses quatro animal. Então, ali a gente acabô de fazê um picadão até chegá no fundo da propriedade, que hoje essa propriedade é minha. Naquele tempo eu tinha lá 5 alqueire, hoje eu tenho 50 alqueire naquela área, e é meio difícil pra mim vendê aquilo ali, porque é a minha recordação.

Ali entrô o meu cunhado, a minha irmã, depois, com o tempo veio o meu pai e a minha mãe, um irmão por nome José, que esse tá aqui comigo aqui em Inajá. Tem uma, naquele tempo era uma piqueninha chamada Nilva, hoje ela está em Naviraí, ela já tem fazenda em Naviraí, ela tem fazenda em Rondônia. Ela é viúva, mais quando viemo pra cá, nós viemo junto.

Então é muita longa a minha história de Inajá, porque Inajá não existia. Inajá, depois de 3 ano, quando um senhor por nome Mussulino veio, fez um barracãozim, e já em seguida fez um poço, e depois nós mesmo da comunidade, eu mesmo, ajudei abri as rua de Inajá, ganhando uma diária, naquele tempo se falava quinze mirréis. Então, ajudei construí Inajá. Agora hoje Inajá tá uma cidade. Ainda tá precisando de muita coisa, porque tem muita coisa que falta pra Inajá. A parte, por exemplo, de bons colégio pra se formá os nossos filho aqui mesmo existe uma falta, porque a maioria vai daqui pra Paranavaí, vai daqui pra Maringá, muitos às vezes, por comodidade de família, vai trabalhá em São Paulo pra podê estudá lá. Isso é uma coisa que Inajá merece. Inajá não é uma cidade véia. Inajá pegô muitos companheiros que muitas veis a verba que vinha pra Inajá, muitas vezes eles ia construir algumas coisas pra eles. Mais Inajá é uma cidade que produz, é uma cidade que teve muito

prantio de café, e inda hoje, se quisé voltá um poco de prantio de café existe, porque eu mesmo pissuio 35 mil pé de café, esse prantado de um pé só, é dois e dez de rua, 50 centímetro de um pé pra outro. E a produção é boa, depende é tê corage e boa vontade, porque isso sempre eu tive. E hoje então eu mexo assim com a pequena pecuária, tiro leite, intrego leite, uns boizinho de corte, pra podê mantê a vida assim com mais facilidade.

A imobiliária que deu toda a assistência em Inajá foi a Companhia Melhoramento. Aquela Companhia Melhoramento ela só tinha vontade, muita vontade de vendê. Eu comprei 5 alqueire, naquele tempo por 25 mil. Eu não pude pagá, eu entrei com 12 mil, e fui pagá o outro depois que eu já tinha produção em cima desses 5 alqueire. Eu ia lá pagava o juro, e eles dizia pra mim: ‘Não dexa de você mantê o alimento da tua família por conta da Companhia Melhoramento não. ‘Só vem dá dinheiro aqui quando tivé sobrano’. Isso foi sempre assim. Depois veio o dotor Aníbal, que é um amigo, que a gente conheceu muitos anos, e acredito que essa pessoa ainda existe na Companhia Melhoramento. Então, sempre a gente comunicava com ele, e ele dava esse total apoio. É isso que eu tenho pra dizê.

Aqui em Inajá, foi uma companherada que entraram, tudo pessoas assim qua se tornava amigo um do outro. Não teve grilo, porque aonde a Companhia Melhoramento está não tem grilo não. A Companhia Melhoramento é uma companhia que ela dá assistência dela, ela vendeu ela acompanha, e não tem negócio de grilo, não tem capanga lá pa tá disviando uma propriedade, passando uma propriedade de um pra outro, pra podê existir aquele ganho dele não, porque a Companhia Melhoramento, ela tem todo o comportamento dela, que ela compra e vende e contribui com as garantia da própria Companhia.

Eu acredito que cada um que tenha a propriedade dele deve prantá aquilo que ele qué, com sempre uns bosque de eucaliptu e outras ... e outras qualidade de madeira, porque aquelas que tinha, então naturalmente a gente que compra tem que dismatá ela pa podê trazê produção, e se não dismatá, como vai tê produção? E nós, cada um de nós que samos agricultor, é nós quem tem qui cuidá das nossas propriedade, porque parpito de fora não adianta, porque não cria bem. Quem tem a sua propriedade qué mantê ela naquele ritmo qui ele gosta, e quem é que gosta de ver uma propriedade coberta de erosão? Não, erosão não. Pastage boa nas bera dos corgo procura prantá aquele que ainda não entende, procura prantá midícula na bera do rio, na bera do corgo, e depois usa um cotivador que passa 2 metro, 3 metro, de acordo com a erosão, e combate a erosão, porque a erosão se fais ela do tamanho que qué. Se você não cuida, o dia de amanhã a sua propriedade a erosão tomô conta; e você lá dentro dum buraco, cê vai prantá o quê? Combate em antes, quanto antes possível melhor” (FERNANDES, 2005).

Município de Jardim Olinda

Segundo Ferreira (1996), a região do atual município foi procurada com fins de colonização a partir de 1950. A área de terra que foi povoada e ocupada nesse período pertencia, em parte, à Companhia de Melhoramento Norte do Paraná, e o restante eram áreas devolutas. Isto contribuiu para que muitas famílias ocupassem estas terras e se dispusessem a iniciar a derrubada da mata e o plantio de lavouras. De acordo com Ferreira (1996), os fundadores de Jardim Olinda foram Abel Garcia Munhoz, Murilo Garcia Munhoz, José de Almeida Leme do Prado Netto, Luiz Gazabine e Alfredo de Mattos Escobar.

A idéia das pessoas que chegaram no período da fundação do município seria basear a economia regional na cafeicultura, mas com o passar dos anos a pecuária se impôs à cafeicultura. Com o povoado já em estado adiantado se fazia necessária a emancipação política, e:

Em 22 de novembro de 1960, pela Lei nº 99, Jardim Olinda torna-se Distrito Administrativo, com território pertencente ao município de Paranacity. Com a criação do município de Inajá, pela Lei nº 4.338 de 25 de janeiro de 1961, desmembrando-se de Paranacity, o distrito de Jardim Olinda passa à sua jurisdição. Pela Lei Estadual nº 4.844, de 06 de março de 1964, sancionada pelo governador Ney Braga, foi criado o município de Jardim Olinda, com território desmembrado do município de Inajá (FERREIRA, 1996, p. 379).

O nome de Jardim Olinda foi uma homenagem à esposa de um dos fundadores da cidade, que se chamava Olinda. Foi acrescentado o termo Jardim para diferenciá-la da cidade de Olinda, em Pernambuco.

Reportando-se ao município, o casal Odilon e Aurea de Oliveira¹⁴⁰ relatam um pouco da história do município de Jardim Olinda:

Sr^a Aurea.

“Nós chegamos aqui em Jardim Olinda no dia 17 de setembro de 1957. Fomos morar no sítio, onde viemos para cultivar o café. Ficamos vários anos lá, e depois em 66 casei e vim

¹⁴⁰ O senhor Odilon Lopes de Oliveira e sua esposa Aurea Corrazza de Oliveira nos receberam em sua residência, no município de Jardim Olinda, local em que nos concederam a entrevista no dia 17 de abril de 2007.

morar em Jardim Olinda. Em 73 comecei a dar aula em Jardim Olinda e Jardim Olinda pertencia para Paranacity. Jardim Olinda era comarca de Paranacity. A gente dava aula, trabalhava - e era distrito de Paranacity - dava aula e no final do mês a gente ia receber o pagamento lá em Paranacity. Nós viemos de Jaú, Estado de São Paulo. Aqui era mata ainda, muita pouca casa, e tinha a balsa que a gente atravessava no rio Paranapanema, e lá perto na barranca do rio tinha um hotel, onde era de umas paraguaias.

O fundador aqui de Jardim Olinda foi Abel Garcia. Ele veio junto com a sua família, era seu irmão Murilo Garcia e Sergismundo Garcia também. Eles que dividiram aqui e lotearam para vender os lotes”.

Sr. Odilon.

“Eu vim de Rui Barbosa, Estado da Bahia. Chegamos aqui no município de Jardim Olinda dia 24 de dezembro de 1958. Eu, minha mãe e meus irmãos, que nosso pai tinha falecido lá no Nordeste ainda. Aqui chegamos, ficamos num sítio, cultivamos café e plantava milho no meio do cafezal. Viemos pra trabalho, o sítio era de..., não lembro o nome ... era Adelino, que nosso tio que tomava conta desse sítio, era Manuel Macambira, que hoje é falecido. Aí comecei a namorá a minha esposa hoje, Áurea. Voltei em 1964, trabalhei em Maringá em 64, 65 depois voltei pro sítio, casamos em 1966. Mudamos para Jardim Olinda em 67 e aqui a gente reside até hoje. Naquele tempo quando a gente chegou, Jardim Olinda era piquinininho, tinha duas serraria, uma Mara Mara e Companhia e a outra dos Ticianos, que esses Ticianos vieram de Jaú”.

Sr^a Aurea.

“Quanto à questão de conflitos na terra, houve sim, eles queimavam as casas do pessoal que tava aqui”.

Sr. Odilon.

“Olha, uma vez eu sei que houve até um despejo, houve conflito, sim. E houve um despejo, mas depois o cara voltou, depois houve outro despejo e aí ele não voltou mais. Aí ele perdeu a parada mesmo, o possessor, porque ele tinha um sítio, não era uma área muito grande, mais o fazendeiro maior tirô ele. Esse conflito foi depois da divisão de glebas, depois, porque depois desse Abel Garcia, era gleba muito grande do município, fez uns sítio, umas fazenda. Então naquela época trabalhava muita gente assim plantando algodão, amendoim, milho, hortelã. No ano de 1959 pra 60 até eu toquei uma área de hortelã, uma lavoura. Naquele tempo tinha uma área muito grande de terra aqui no município, tinha dois lambique, que a gente cortava ele. É um tipo de planta que fica assim, quando tá no ponto se corta e faz o óleo. Naquele tempo era muito bem vendido, dava 4 corte por ano. Óleo de hortelã.

Depois daqui, eu tinha meu tio e uns primo, eles foram para o...ali perto do Goioerê, não lembro... Beltrão, Engenheiro Beltão. Foram pra lá cultivá hortelã lá, tem um que mora até hoje, que ele conseguiu, tem 20 alqueires de terra lá, ganho nesse tipo, nesse tipo de lavoura do hortelã.

A história da fundação da Companhia do Abel eu não conheço.

As pessoas que chegaram aqui vinha do Nordeste, muito nordestino. A maior parte aqui, vamo dizer 80%, era nordestino, e eles vinham pra trabalhá na lavoura de café. E o pessoal que comprava os lote, esse pessoal a maior parte foi de Jaú, maior parte foi esse pessoal de Jaú. Tinha até campo de avião aí, eles vinha de avião e descia aí. Juca Padro foi um dos maiores proprietários. Ele tinha uma área de terra muito grande, uma fazenda chamada Fazenda Pau d’Alho”.

Sr^a Aurea

“No desenvolvimento do município, olha, eu penso assim, que não teve assim tão grandes melhoras não, porque naquela época, como era tudo cafezal, tinha gente que a posse era bem melhor do que hoje, porque hoje nós não temos emprego aqui. A não ser as pessoas que trabalham para prefeitura. Então não tem. E naquela época não, cada um tinha seu sítio, todo mundo trabalhava. Então eu achava que naquela época, embora hoje, claro que tem mais cultura, escola, essas coisas todas, mais foi um tempo bom, que deixa saudades, né. Com certeza melhorou o município. Você vê que tá bonitinho, né? Principalmente esses dois últimos prefeitos trabalharam muito bem, né, fizeram casas pro pessoal que não tem

condições, muitas casas eles construíram, né, tá melhorando. Mais que naquela época também era bom, era, né. Então, quer dizer, a gente diz, progrediu sim, Jardim Olinda progrediu”.

Sr. Odilon

“Eu concordo, e vou aumentá um pouco a conversa aí mais assim da história do município né? Jardim Olinda passou a município em 1964. Teve o primeiro prefeito, é João Paulo Diniz. Depois o segundo prefeito é Jonas Elias Borge. Aí depois entrou novamente João Paulo Diniz, depois entrou Santiago, Santiago Martins Gomes. Inclusive naquela época eu fui o vereador mais votado daqui. Depois foi seis anos, que houve aquela troca de 77 a 82, um negócio assim. Depois me candidatei de novo e não consegui me elegê. Aí entrou Gilson Assunção, depois entrou Demervaldo Nascimento Garcia, depois entrou o Gilson de novo, depois de Gilson entrou um médico, Dr. Paulo, que só teve o prazer de dominá dois anos. Aí entrou o vice, que ficou seis, que ele se elegeu de novo. E hoje é o que tá atualmente, é um médico, é Dr. Fernando. Aí ninguém sabe pra frente como é que vai continuá. E voltando à lavoura daquela época, naquele tempo tinha lavoura de café, que a gente já citou e hoje já tá entrando a cana. Já faz dois anos que entrô o plantio de cana e os tratores tão trabalhando aí dia e noite, tá se expandindo pra todo lado o plantio de cana. Olha, eu não sei te responder assim se é uma melhoria, porque disse que já tem umas máquina que corta a cana e já tira a mão-de-obra do funcionário. Apesar que é um serviço tão pesado, mas por só existir aqui num município pequeno, só a prefeitura que tem a mão-de-obra pro povo, o povo ainda tem uma chance de trabalhá na cana. Ninguém sabe no que vai, porque tão acabando com a pastagem e enterrando a cana no chão. Isso começô vai fazê o quê ...dois anos, porque tem dois sítio aí, duas fazenda, que deram o segundo corte agora, e é uma vez por ano né?

A primeira fazenda aqui que plantô cana é uma fazenda, inclusive é um amigo nosso, João Cardoso. É um cara bem velho aqui na região, porque de primeiro era muita gente que trabalhava na fazenda, plantando algodão, amendoim né. Foram embora e eles começou a criá gado, e agora entrou a cana, e depois que ele entrou, outros já tão seguindo o mesmo caminho dele, né?” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2007)

Município de Paranapoema

A primeira ocupação do território onde se encontra atualmente o município de Paranapoema remonta à época das reduções jesuíticas no Noroeste Paranaense. Ferreira (1996, p. 501), sobre esse assunto, diz:

Pouco mais de três séculos, os missionários espanhóis da Companhia de Jesus atingiram o sertão paranaense, na antiga província paraguaia de Guayrá, iniciando a catequese de povos indígenas, que eram os únicos proprietários destas terras, antes da penetração européia. Estes missionários, convictos de que pisavam em território paraguaio, fundaram treze reduções (pequena cidade), as quais em 1610, já se encontravam em pleno funcionamento, **inclusive Santo Inácio Mini e Nossa Senhora do Loreto, ambas as margens do Paranapanema, pouco acima da sede municipal de Paranapoema**. Mas a obra dos padres jesuítas foi totalmente destruída, em 1628 por bandeirantes paulistas, desaparecendo pela violência gerada na ânsia do lucro fácil (Grifo nosso).

A colonização do município ocorreu nos anos de 1950. Segundo histórico municipal, a área onde está a cidade de Paranapoema pertencia aos irmãos Victorelly, que no ano de 1952 organizaram a Imobiliária Paranapoema e passaram a medir e demarcar lotes urbanos e rurais, dando início ao povoado de Paranapoema, que desse momento em diante começou a se desenvolver. Quanto à sua emancipação política:

Pela lei nº 16, de 10 de fevereiro de 1953, foi criado o distrito Administrativo de Paranapoema, com território pertencente ao município de Nova Esperança. A Lei Estadual nº 4.844, de 06 de março de 1964, sancionada pelo governador Ney Braga, criou o município de Paranapoema, com território desmembrado do município de Paranaity, a quem estava jurisdicionado. A instalação oficial ocorreu no dia 14 de dezembro de 1964 (FERREIRA, 1996, p. 502).

O nome do município foi dado pela imobiliária que o colonizou. O resgate histórico de Paranapoema e das suas dificuldades como um município pequeno do Noroeste do Paraná é feito pelo senhor Manoel dos Santos Costa¹⁴¹. Ele diz:

¹⁴¹ O senhor Manoel dos Santos Costa já foi prefeito de Paranapoema e atualmente é chefe de gabinete. Recebeu-nos na sede da prefeitura de Paranapoema no dia 16 de janeiro de 2005, onde nos concedeu a entrevista.

“Bem, a minha história: eu cheguei aqui com a minha família, com pais e irmãos, em 1958. Até o ano de 68, prestei serviços em uma máquina de beneficiamento de arroz, com a minha família. A partir desse ano de 68 fiz um concurso pra oficial de registro civil e tabelião, no qual passei, e ocupei o cargo até 99, prestando serviço à população no cartório de registro civil e tabelionato, quando vim a me aposentar pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Aqui eu me casei no ano de 68. Tenho três filhos, cujos filhos me deram três netos, e na seqüência profissional do cartório, coloquei o meu filho em 92, quando me elegi a prefeito da cidade pela segunda vez, e no qual continua até hoje nas mãos de meu filho o cartório.

Exerço aqui no município o cargo de chefe de gabinete desde 1º de fevereiro de 1977, e até a presente data tenho o cargo de prefeito por 2 mandato, um mandato de 6 anos, de 83 a final 88 e de 93 a final de 96, mas sempre permanecendo no cargo de chefe de gabinete, quando não, prefeito. E aqui permanecemos até hoje, procurando sempre atender a nossa população e aquilo que os prefeitos eleitos nos convida para fazer dentro da administração, e procurar ao máximo corresponder para que todos sejam, tenham a satisfação de ser bem atendido pelo nosso município.

Bem, Paranapoema foi colonizado pela empresa sediada em Londrina, na época denominada Irmãos Victorelly. Ela é composta de uma colonização que colonizou Paranapoema e Embiaçaba, aqui do município de Santa Inês, e outros aqui da Região Noroeste. Isso deu-se no ano de 1951, até então denominado Vila Paranapoema. De Vila Paranapoema, nós passamos a distrito judiciário de Nova Esperança, no ano de 51, e daí passamos a município em 1964, pela lei que nós temos de criação, denominando-se município de Paranapoema, pela lei nº 4.084 de 7 de Março de 61, vindo-se a instalar o município em 11 de dezembro de 1964. Nesse período de 61 a 64 é aquele processo em que é feito os levantamentos de capacidade de instalação do município, chegamos a essa capacidade e nos instalamos em 64.

Bom, voltando à colonização, a Imobiliária Victorelly, de Irmãos Victorelly, abriu a cidade porque aqui eles já eram proprietários rurais numa área muito grande, dentro da margem do rio Paranapanema, e abriram a cidade de Paranapoema, isso em 1951 como já disse, tornando-se município em 64. Esses foram nossos colonizadores. À época, nós éramos compostos de 7.580 alqueires paulista, a área do município, da qual plantava-se café, algodão, milho e várias lavouras que vinha beneficiar não só a população do município, como também a população regional. A partir daí, nós percebemos um certo fracasso com relação ao plantio do café, entrando então a agropecuária, isso no ano de 75. E de lá pra cá, com a luta dos

administradores municipais, o quadro vem se revertendo. Hoje, por exemplo, nós temos uma grande área de plantio de soja, uma grande área também de plantio de cana, de seringueira e as lavouras temporárias - algodão, milho, mandioca e assim por diante.

As pessoas pioneiras daqui nós temos de várias regiões do país, desde Alagoas ao Piauí. Nós tínhamos na época moradores que aqui se instalaram, um com comércio, outro na agricultura, outros nos ramos de profissionais liberais, que no fim acabaram indo todos para outras regiões, visto a pouca frequência de trabalho em nosso município.

Paranapoema não teve violência por grilagem, não teve esse problema não, a colonização foi feita pacificamente. Os nossos colonizadores implantaram a cidade, como já disse anteriormente, por várias pessoas, pertencentes a vários estados do país. Foi uma colonização pacífica, uma colonização de desenvolvimento, que eu acredito que não atingiu o objetivo do desenvolvimento, visto a situação climática, visto a situação de margem de rio, do rio Paranapanema e rio Pirapó, onde a nossa área consta muita área de várzea, área inaproveitável para o plantio. Eu acredito que eles não atingiram o objetivo com relação à instalação de indústria, fazendo um desenvolvimento diferenciado, a não ser a agricultura.

Aqui nós temos dois problemas cruciais e sério, que nós perdemos em 89 uma área de 764 hectares à margem do rio Paranapanema, quando da instalação da usina hidrelétrica de Rosana. Partindo daí, a margem de rio foram todas danificadas, com o corte de árvores, com o corte de matas ciliares. E a recuperação hoje é lenta. Mesmo o IAP, Instituto Ambiental do Estado, e o ministério público através do projeto, solicitando e exigindo dos proprietários que façam o plantio da reserva de 20 metros em cada propriedade, esse é um processo que caminha lentamente. A expectativa são as melhores possíveis. Não a curto ou a médio prazo, isso vai se realizá a longo prazo. Aí já digo o porquê a longo prazo: porque a nossa área do município pertence a latifundiários, e onde há latifúndio, geralmente deixa a desejar com relação ao atendimento que existe na lei federal, que é esse plantio, essa reserva florestal, se tornando o meio ambiente adequado para o município; e isso demora uns certos anos, né?

Esses proprietários moram fora - em Maringá, Londrina, Presidente Prudente, Curitiba, São Paulo. Nós temos os nossos proprietários que mantêm aqui a sua área e seus administradores, os seus trabalhadores, mas que não há um empenho muito para que se refloreste pelo menos o necessário. Isso acaba sendo complicado, porque a pequena propriedade gera a renda e o emprego. Não é o nosso caso hoje. Hoje nós estamos reduzidos a 2.600 habitantes, quando já tivemos 10.000 no auge do plantio da cafeicultura, hoje reduzido a 2.600 habitantes, com vários problemas a serem resolvidos e aqueles que possivelmente

serão resolvidos, e aqueles que tornam-se até impossível, devido à concentração de área na mão de poucas pessoas.

A juventude, sem perspectiva de trabalho, sem perspectiva de estudo, porque o município não oferece a não ser seu ensino fundamental e o 2º grau. A partir daí, o jovem tem que se deslocar pra Paranavaí, pra Maringá, pra Presidente Venceslau, pra Presidente Prudente pra fazer a sua universidade. Primeiro vai um filho, depois vai uma filha ou uma cunhada, e depois vão os pais, acompanhando o desenvolvimento de estudo dos filhos, né, justamente por não oferecer uma demanda de emprego, não oferecer condições da pessoa permanecer no município” (COSTA, 2005).

Município de Cruzeiro do Sul

Em 1952 a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná iniciou a divisão em datas de uma grande área de terras de sua propriedade, com a finalidade de formar um patrimônio no local onde hoje encontra-se a sede municipal de Cruzeiro do Sul. “Executado o loteamento, a companhia iniciou o processo de vendas de lotes, situação sempre respaldada por intensa campanha publicitária, que atraía para a região população de diversas partes do país” (FERREIRA, 1996, p. 259).

O café foi a produção econômica responsável por essa atração da população, resultando num núcleo urbano que logo desejava sua emancipação política.

Pela Lei nº 29, de 05 de maio de 1954, foi criado o Distrito Administrativo de Cruzeiro do Sul. Em apenas um ano de distrito, graças ao grau de desenvolvimento alcançado, no dia 26 de dezembro de 1955, pela Lei Estadual nº 2.548, o lugar foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado de Nova Esperança. A instalação oficial ocorreu no dia 14 de dezembro de 1956 (FERREIRA, 1996, p. 259).

Ainda segundo o autor supracitado, em 1956 Cruzeiro do Sul contava com 1.200 habitantes e o café era a principal atividade econômica. Nessa época a cidadezinha de Cruzeiro do Sul dispunha de um campo de pouso, construído pela prefeitura municipal, onde era utilizado quase que diariamente pelos táxis aéreos da região.

O nome do município foi dado pelo departamento topográfico da companhia que o fundou. Cruzeiro do Sul é uma constelação formada por cinco principais estrelas em forma de cruz.

Mas a história de Cruzeiro do Sul é contada minuciosamente pelo senhor Valdecir Reggiani¹⁴². Nesse depoimento ele relata os fatos históricos da formação e da atualidade desse município no contexto regional do Noroeste Paranaense. O senhor Valdecir Reggiani diz:

“Eu sou Valdecir Reggiani. Eu nasci dia 18 de dezembro de 1949, na cidade de Mandaguari, na Estrada Alegre, Km 14. Meus pais são originários do Estado de São Paulo, que vieram pro Paraná no início dos anos 40, no auge da colonização. Inclusive eles alcançaram Mandaguari em mata. Abriram, e depois esse Cruzeiro do Sul foi colonizado pela mesma colonizadora, Norte do Paraná, que colonizou Maringá e aqui também, e Cruzeiro do Sul era um distrito de Mandaguari. Então, é nos finais de 1950, quando eu tinha um ano já, os meus pais mudaram aqui pra cidade, né, derrubaram a mata, uma chácara encostada na cidade. A cidade tinha apenas três ou quatro casas, estava começando a derrubada da mata e o auge era o plantio do café. Então, as primeiras famílias que vieram aqui, por incrível, eram todas de Mandaguari. Eles vieram pra cá, alguns puseram algum bar, uma pensão, as duas primeiras vendas. Ah sim, tinha também algumas famílias que vieram de Maringá.

Nós temos notícia que a primeira família que entrou aqui em Cruzeiro do Sul, eu não recordo agora o sobrenome, mais era uma família de japoneses, em 1948, 49. Esses japoneses tinha uma venda lá no sítio. Era tudo mata. Essa estrada era chamada Estrada Inglesa. Essa que vai a Paranacity e que vem de Nova Esperança, a estrada velha, era chamada Estrada Inglesa. E o que motivou essa população vir aqui foi o café. Aqui não teve grilagem, conflito de terra, porque as pessoas compravam os sítios de 5, de 10, ou de 15 alqueires já feito o loteamento pela Companhia Melhoramento do Norte do Paraná. E foi rápido.

No começo nós tínhamos aqui, que eu me lembro bem, quatro serrarias: a Serraria Mãe do Céu, a Serraria Progresso, qui era ao lado assim da cidade, e dentro da cidade nós tínhamos duas serrarias, a Serraria Cruzeiro do Sul e a Serraria São Judas Tadeu. E como era desbravada a mata, ela já era trazida e beneficiada nessas serrarias, transformadas em tábuas. E a cidade foi se construindo aos poucos. Ela deve ter começado mesmo no finzinho de 49, no ano de 1950. Em 1955 ela se tornou distrito de Nova Esperança; em 1956, 14 de dezembro de 56, ela se tornou município. Eu recordo que eu tinha apenas 6 anos de idade e estive aqui o governador Moisés Lupion.

¹⁴² O Senhor Valdecir Reggiani nos recebeu em sua residência, na cidade de Cruzeiro do Sul, no dia 17 de outubro de 2004, onde nos concedeu a entrevista.

Nós viemos prá Cruzeiro do Sul em 50, finzinho de 50. Mas a minha mãe muito doente, meu pai mudou pra São Paulo. Aí lá em São Paulo nós ficamos dois anos, e em abril de 53, faz exatamente 51 anos, nós voltamos. Voltamos, então a cidade já estava toda aberta praticamente, né, e as fazendas, os sítios.

Nós chegamos aqui no nosso município no auge, a ter 13.000 mil pessoas. Hoje nós não temos 5 mil, né, foram a maioria embora. E era o plantio do café que dominava tudo. Vieram primeiro essas famílias de Mandaguari, depois foram chegando muitos imigrantes do Estado de São Paulo, muitos imigrantes de Minas, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo; e eu não lembro em que ano que foi que deu uma grande seca no Nordeste, deve ter sido em 57, 58, que aí veio uma leva muito grande de famílias nordestinas. Eles chegavam aqui, né, eu lembro até que eles chegaram num tempo de frio e eles pararam num barracão que tinha em frente à igreja. Nós não tínhamos padre ainda, né, mas os que cuidavam da igreja permitiu que eles colocassem as crianças pra dormir dentro da igreja. Mas num instantinho eles arrumaram emprego nas fazenda e foram todo mundo trabalhá no café.

Agora o primeiro baque que a cidade e que a cultura cafeeira teve foi em 1955, quando deu uma grande geada. Eu lembro disso, eu tinha 5 anos, mais eu lembro dessa geada, né? E aí a cidade já toda aberta. Em 57 eu entrei na escola. Nós tínhamos muitas escolas rurais; nós chegamos a ter 22 escolas rurais, hoje nós não temos nenhuma. Um outro marco muito grande foi 1960, quando chegou o primeiro padre. Então quando se transforma paróquia, né, o padre veio e ele conseguiu levantar o ginásio. Não funcionava. Não funcionava porque os pais não deixavam os filhos estudarem; mas aí com o padre, com autoridade dele, ele falava: 'Não, você tem que deixar teu filho estudar', aí eles dexavam. Então, o ginásio começou a quinta, que hoje é quinta a oitava série, né? Depois, posteriormente veio o 2º grau.

Eu lembro que era um povo muito animado. Aqui plantava-se de tudo, dava arroiz, dava feijão, dava o café né? O café nós chegamos ter três - nós chamávamos - máquinas beneficiadoras de café; nós chegamos ter três na cidade, a Mendes Alves, a do Eduardo Souza Ramos, e outra que eu não recordo o nome, na saída de Cruzeiro do Sul. Então, no tempo assim da colheita, os caminhões às vezes varavam a noite na fila esperando pra descarregar né. E corria muito dinheiro.

Mas quando foi em 1975, me parece, que deu uma outra geada muito grande, foi ali na década de 70, o governo pagou pra que fosse erradicado o café. Aí então, começou a diminuir a população. Então, naquele tempo nós ainda não tínhamos asfalto, mas a nossa estrada de terra, dita a Estrada Inglesa, passava todos os dias, 30, 40 caminhões de mudança né? E pra onde foi o povo de Cruzeiro do Sul? Pra várias partes. Muita gente saiu daqui pra ir pra

Xambrê, pra Pérola, pra São Jorge do Oeste, muitos foram pro Mato Grosso, pra Rondônia, pro Acre. Mas a grande maioria foi pras cidades grandes, São Paulo em primeiro lugar, Maringá, Londrina e Curitiba, né, ao ponto que a nossa população acabou se transformando de 13 mil ou mais, a menos de 5 mil. É claro que a cidade teve um grande progresso. Hoje é tudo asfaltado. Agora o que que resta hoje, aqui? Um grande desmatamento, que aqui nós temos na terra arenito Caiuá, que tem o grande perigo das erosões. E hoje em dia ainda bem que Cruzeiro do Sul ainda conserva bem a população rural. Eu acredito que nós temos de mil e quinhentas a duas mil pessoas que ainda moram na zona rural, porque nós temos as granjas de ovos, nós temos o bicho-da-seda, na beira do nosso município, lá do lado do Pirapó, ainda se planta soja, se planta trigo. Então nossa cidade é variada, porque lá a terra é roxa, né, e aqui agora a maioria virou pasto, e ultimamente tá virando cada vez mais a cana, né, as usinas do açúcar que veio.

A nossa população aqui da cidade mesmo, a maioria é empregada das usinas. A usina Santa Terezinha, de Paranacity, e a usina de Colorado, que eu me esqueci o nome –, ah, é Alto Alegre. Então pela manhã aqui sai inúmeros ônibus lotado de gente pra ir trabalhar nessas usinas, né. Então ficou aquela população; é uma população pacífica, uma população ordeira, onde não conhecemos a criminalidade. Faz tantos anos que mataram um aqui que nós nem lembramos quem matou e nem quem foi o morto. Também a coisa muito rara é acontecer furtos, assaltos, seqüestro. Já houve seqüestro, né, de famílias aqui, de famílias de japoneses de granja, mais foi uma coisa que ninguém ficou sabendo, se resolveu tudo em paz, né.

E hoje nós estamos então nessa vida. O auge de Cruzeiro do Sul já foi, no tempo da época cafeeira, né. Hoje em dia nós temos muitas fazendas, mais ainda se conserva muito as propriedades rurais, né, e aquele povo que veio, foi embora. Nós somos das poucas famílias que vieram que conhecemos o início de Cruzeiro do Sul. Nunca tivemos a ilusão de ir embora, e hoje nós já temos muitas pessoas que foram trabalhar, por exemplo, nas cidades grandes e agora se aposentaram, eles voltam, constroem uma casa e estão morando de novo aqui.

É a descentralização. E aqui então eles dizem que aqui tem paz, né, é uma população boa que todo mundo se conhece. Eu lembro ainda das épocas das serrarias, porque eu sou uma pessoa que começou na vida muito cedo. Aos 9 anos meu pai me pôs pra trabalhar numa farmácia e eu trabalhei até os treze. Dos treze aos quatorze ele colocou um pequeno armazém e eu tomei conta, e com apenas quatorze anos eu peguei uma bicicleta e fui ser professor lá na zona rural. Eu fiquei 7 anos da zona rural, depois voltei aqui. Aqui eu cursei da quinta a oitava, que naquele tempo chamava 1ª a 4ª série do ginásio. Em Paranacity eu fiz magistério;

em Paranavaí - depois concluí em Mandaguari - eu fiz pedagogia, depois fiz Ciência. Fui 40 anos professor. Eu fui professor, depois fui secretário, fui diretor, diretor da 1ª a 4ª, diretor da 5ª a 8ª, diretor do 2º grau, e esse ano é o primeiro ano que depois de 40 anos eu estou aposentado, né.

Olha, eu estou com saudade, mais eu tenho saudade dos primeiros alunos que eu tive, não desses uns, né, porque era um outro mundo, era uns alunos muito educado, muito estudiosos, muito queridos. Não que hoje não tenha também esse tipo de aluno, mas não é a maioria, como era antigamente. Eu tenho saudade, sim, do ambiente, porque os professores eram muito querido. Eu sempre os visito, inclusive eu pego a correspondência da escola pra ter um contato direto. Lá uma vez por semana ou duas eu vou lá, levar, né. Mais esse ano eu quis descansar, depois de 40 anos eu quis descansar. Eu comecei muito novo, mas eu vou fazê alguma coisa sim.

A realidade que eu tô vendo em Cruzeiro do Sul, eu diria que pra Cruzeiro do Sul ter um novo impulso precisaria chegar aqui uma outra cultura. Agora, por exemplo, o que tá no auge aqui também é a cultura da mandioca. Nós temos acho que mais de 1000 alqueires plantado de mandioca.

Nós temos em alguns lugares da região já muita laranja plantada, e eles vendem inclusive ali naquela empresa que tem em Paranavaí. Sabe, aqui é muito variado, nós temos colorau, nós temos bicho-da-seda, esse ano tá tendo uma grande inclementação da mandioca, e por aqui já tem as farinheiras, certo? E também temos a cana, né, temos o pasto. Nós tínhamos o laticínio, mas infelizmente ele fechou e passou ali pra Lobato. Então o leite que é tirado daqui é mandado pra lá. Mas tá também ocorrendo esse processo da agroindústria. Aqui já foi uma cidade que teve inúmeras granjas de galinhas de ovos, mais deu uma caída. Aqui ainda é o pequeno, ainda tem o pequeno produtor. Temos já o grande, mais ainda temos muito pequeno. Aqui nós temos muitas propriedades pequenas rurais, mas justamente eu tenho medo, porque se essas pequenas propriedades rurais terminarem, ela vai cair nas mãos de poucos e a riqueza vai ficar nas mãos de poucos, e pouca sobrevivência pro nosso povo. É o que já aconteceu, por exemplo, em Maringá. Aqui nós não temos, por exemplo, plantação de uva, não temos. Nós temos o colorau. O café tá se fazendo uma pequena experiência, mas não tá dando certo; inclusive não é mais aquele café das décadas anteriores, é um novo tipo de café, que eu não sei o nome. É uma nova plantação, de planta diferente, curvas de níveis, né, mas não é como o antigo, não. Aquele nosso antigo era aquele café tradicional, parece-me que o principal era o tal de café sumatra, né? Eu alcancei todo esse tipo.

É com muito sentimento eu perdi inúmeros amigos que foram embora. Por exemplo, hoje se eu for ver, dos meus colegas de 1ª a 4ª eu acho que não resta mais ninguém; de 5ª a 8ª um ou outro; de 2º grau, menos ainda, né? De faculdade também, e a maioria da população aqui foi embora. Eu consegui me encaixar, eu consegui estudar, entrar no magistério; eu trabalhei 7 anos no município, depois eu fiz concurso, aí fiquei só pelo Estado, né, eu tinha 40 horas, meu padrão era só do Estado. Mas eu vi assim um mundo das pessoas que foram embora, parentes meus. Meus parentes a maioria deles foram embora quando teve a caída do café, e foi ocasionada pelas geadas. Aí veio primeiro o algodão, mas o algodão durou apenas dois, três anos, porque no lugar do algodão então nasceu muito carrapixo, então, praguejou, é as pragas. Aí então eles partiram pro pasto, e hoje aqueles que tão fazendo alguma experiência diferente.

Assim nós estamos convivendo, né? As cidades paradas, tamo aqui ao lado de Paranacity. Eu diria que os 5 municípios da nossa comarca são mais ou menos um retrato um do outro: nós, Paranacity, Inajá, Jardim Olinda e Paranapoema, nós somos iguais, somos iguais. Uniflor, que fica aqui vizinho, também. São cidades iguais, perderam a população. Não temos indústria; aqui, praticamente, a indústria é quase nula, e tá aquele processo que você falou mesmo, tá começando a agroindústria, tá assim aos pouquinhos, né? Mas graças a Deus, nós ainda mantemos a tradição” (REGGIANI, 2005).

As fotos que se seguem mostram algumas imagens de Cruzeiro do Sul.

Foto 125 – Primeira Igreja no Povoado de Cruzeiro do Sul
Fonte: IBGE, 1959.

Foto 126 – Aspecto da Cidade de Cruzeiro do Sul
Fonte: IBGE, 1959.

Com esse trabalho de pesquisa realizado pelos municípios do Noroeste do Paraná, percebemos que a dinâmica de transformação desse território ocorreu rapidamente e num curto espaço de tempo.

Atualmente, andando pela região e vendo os pequenos núcleos populacionais nos seus respectivos municípios, comparando com as descrições feitas em 1939 e 1943, e ainda na década de 1950 até 1960, com as entrevistas, verificamos que em um curto período de tempo ocorreram muitos fatos históricos: a criação das cidades, o seu desenvolvimento impulsionado pela cafeicultura, e por fim o seu declínio populacional com a entrada da pecuária, mostrando que o processo dialético de transformação ocorre num *continuum* incessante na construção, destruição e transformação do território.

ANEXO 3 – A HISTÓRIA DO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA DO NOROESTE DO PARANÁ PELOS SEUS ATORES SOCIAIS

Da mesma maneira que julgamos pertinente colocar neste trabalho entrevistas que retratam a história de cada município do Noroeste, através da história de vida dos colonos, assim também procedemos com os assentados, que representam a mais nova configuração territorial do Noroeste do Paraná.

Muitas foram as entrevistas que realizamos com os camponeses assentados nos 28 assentamentos do Noroeste do Paraná. Estas entrevistas, de forma análoga àquelas que realizamos com os colonos, forneceram-nos um importante acervo histórico sobre a luta pela reforma agrária nessa região. Cada uma delas representa a história de uma família, uma luta em busca de permanecer na terra e continuar sendo camponês. Igualmente, possuem uma grande riqueza de informações no que concerne à luta pela reforma agrária na fração do território paranaense que escolhemos como área de estudo. Por isso tornou-se difícil a escolha de algumas para neste anexo deixarmos na sua totalidade.

Diante da difícil escolha, optamos por colocar uma representando um assentamento de cada brigada, totalizando, quatro entrevistas, as quais, de forma geral, resumem o que foi a luta para a concretização dos assentamentos no Noroeste Paranaense. Sendo assim, temos: uma entrevista do assentamento Pontal do Tigre, que faz parte da brigada Sebastião da Maia; uma do assentamento Chico Mendes, que compreende a brigada Sétimo Garibaldi (esses dois assentamentos se situam no município de Querência do Norte); a seguinte é do assentamento Sétimo Garibaldi no município de Terra Rica, que faz parte da brigada Salvador Allende, e por fim temos a entrevista do assentamento Santa Maria, ou cooperativa Copavi, no município de Paranacity, que faz parte da brigada Iraci Salete Strozak.

Este anexo tem a sua importância, haja vista que através dessas falas, deixadas na íntegra, o leitor pode acompanhar o processo de luta pela reforma agrária narrada por quem a vivenciou nas suas mais diversas facetas.

BRIGADA SEBASTIÃO DA MAIA**Assentamento Pontal do Tigre – Município de Querência do Norte.****Entrevista realizada com o Senhor Benedito Gomes.****Dia: 27 – 5 – 2001.**

Foto 127 – Senhor Benedito Gomes e sua Esposa Marinalva
Fonte: HARACENKO, Adélia. 27-5-2001.

“Então falano um pouco da história do acampamento. Então a gente veio de uma região do Oeste do Paraná, e lá que saiu o primeiro acampamento. Nas época eu também não conhecia bem o Movimento Sem-Terra, e isso se deu porque é uma possibilidade de você buscá um direito seu pra podê vivê né. Eu sou filho de pequeno produtor e da qual nós era em sete irmão. Então veio crescendo naquela propriedade os filho, e com aquela idéia de sempre, que o pai podia comprá um pedaço de terra, enfim aquela história toda, né, aquela esperança sempre que se tinha. Mais aí a gente começou a perceber sempre daquela época que se tinha as idéias, a terra valorizou no mercado, lá em cima. Sempre produzia, produzia e jamais você alcançava assim uma estabilidade pra podê comprá um pedaço de terra além daquele que ele já comprou. Dali pa frente num comprava mais, como até hoje não conseguiu mais. E aí a gente foi pa várias paradas. A gente foi empregado, num era o ramo da gente, porque quem é

da roça, não adianta, tem que sê da roça. Aí eu comecei a perceber que tinha que achar um lugar que cabesse. Daí nisso começou uma discussão na região de São Miguel do Iguaçu, entre Medianeira, que já existia o movimento naquele tempo. O movimento, nome dele era Master, não era o MST, era Master que se chamava naquele tempo. Era muito ainda vinculado, não era assim tão aconchegado, que tinha assim bastante expansão, e aí a gente começou a participar. Daí fui convidado pelo presidente do sindicato, que foi o Miguelzinho: disse: ‘Óia, esse negócio, como homem do campo gosta do campo, ele tem que sê fixo no campo, e pra isso hoje tem a reforma agrária, que tá engavetada aí, mais tem um sinal assim que pode i saindo algum pedaço de terra. E agora tem mais uma chance, que o governo tá falando aí que vai fazer a reforma agrária, então a gente tem que se prepará, i pro acampamento, que ele protege e dá condições pra você seguir para a luta da terra mesmo’.

Daí a gente fez uma discussão com a família, que foi meu pai, minha mãe, meus irmão. Falei: ‘Dá pra exprementá, vamo vê se a gente luta e consegue’. Aí eu fui acampá. O acampamento se deu numa beira da praia. Então por que que esse acampamento se deu lá? A gente não sabia, mais isso era uma idéia pra se criá uma consciência, e também mostrá uma outra visão, porque ia ter uma festa de inauguração da praia, esse negócio e tal. Então a gente acampô numa parte dessa praia pra mostrá que enquanto tinha os grandes aí da sociedade que tava fazendo festa, tinha uma grande parcela tamém que precisava de um pedaço de terra; enquanto que o governo tava priorizando uns, os outro tava lascano. Então foi mais ou menos isso. E tamém nesse momento criá consciência pra gente entendê tamém. Isso foi em final de 84, começando 85 ,em São Miguel do Iguaçu.

Então o acampamento se deu naquela época em 1.100 família mais ou menos, né, e a gente ficou acampado ali esperando, né? Então começou as negociação, o Estado, com o governo, com negócio do INCRA com o ITCF, e essa história toda veio crescendo. Aí quando foi, o que que aconteceu: foi numa época, ainda em 85, uns 4 meis saiu uma área que era o assentamento Sávio, em São Miguel do Iguaçu, né? Mais só cabia 56 família. Aí o restante ficou ali, né, esperando a oportunidade que saísse a terra. Isso num saía terra e num veio; e negociá com o governo, marcava um prazo - ‘não, tal dia nós temos uma área já disponível’, tal coisa, e ia enrolano. E dava documento, a gente chegava lá, fazia reunião com o povo, o povo ficava tudo facero: ‘Vai saí a terra, já chegaro, trouxero notícia’, e isso nada aconteceu. Qué dizer, virô numa certa altura você tê uma discrência, pra você mesmo e até o próprio pessoal que você tinha alí no acampamento tinha essa dificuldade. E aí começou-se uma mobilização por região, porque era vários acampamento. Isso começou porque se pensou a nível de região e a nível de organização, como os dos sindicato, a Igreja, que sempre apoiô,

né, que é a CPT, Pastoral da Terra. E alguma entidade meio desconfiada aí por trás dizia: ‘Tem que se aglomerá mais e daí fazê uma nova tática de luta’. Isso seria o quê: é começá mesmo pra incima das área, onde é que se descobre que as área tá ilegal fazê uma pressão mais efetiva pra podê ele de fato achá alguma área pra fazê assentamento.

Então, foi onde se reuniu primeiro 8 acampamento, integrando os pequeno tudo né, e a gente fez uma grande ocupação, que foi na Fazenda Padroeira, no município de Matelândia, porque alí a gente sabia que a área que foi muito conflito, era uma área que já tinha morador, era posseiro que falava nas época. Então isso significa que era uma terra da união, né, mais vivia gente que habitava lá, tinha propriedade, vivia lá. Aí o que fizeram: os grande latifundiário fizeram remanejo com esse pessoal, que se chama ganhá a terra, desocupá, o pessoal mandá imhora aquele pessoal. E foi na pistolage, na grilagem, né, e aonde que muita gente morreu naquela fazenda nas época. E aí existia essa grande fazenda lá, e aí nós ocupemo essa fazenda com 880 famia. Aí isso deu um grande ridibu no Estado. Aí começou saí essa arinha. Aí saiu aqui em Ortigueira, aí veio um tanto de gente pra li; aí saiu lá pra Cantagalo mais outro tanto. Daí foi indo, foi se “espaticando” o pessoal por região. Mais sempre que sobrou esse pessoal, queném nosso caso sobrou ainda da época 270 famia. Então a gente que ficou lá ficou a peregriná. Quando apertava num lugar pa fazê despejo, então a gente pulava pra outro lugar, até que nós fumo numa terra que é da União, na Vila 19, que era do governo. Veja bem como é que o governo preparô. Chamava Vila 19. Nessa Vila 19 nós tinha esperança pra nós de sê o assentamento nosso. É claro que os fazendero já tava trabaiano, mais daí o governo foi levô, fez aquela maracutáia dele. Mesmo que não ia cabê todo o pessoal, mais dava bem pra cabê uma parte desse pessoal. E aí cabô passando pros fazendero. Isso aí forçô que os fazendero tivesse documentação legal, né? E nós vinhemmo aqui pa Ponta Grossa, aqui onde é que fica uma fazenda chamada Reserva, que ele desapropriô alí pra fazê um assentamento, e hoje é um assentamento. Mais num tinha água, era um lugar que foi um sacrificio. Chegemo alí num tinha água, longe de comércio, dava 20 km pra você saí da onde que nós tava pa pegá o ônibus no asfalto. Pa í na vila dava 57 Km. Aí passemmo por esse processo ali. Aí comecemo a negociá, porque num tinha água, num tinha estrutura, a terra num dava estrutura suficiente pra tê as pessoa que tava ali, que era demais; dava, assim, mais pra pocas famia né: Hoje são em torno de umas 40 famia que são assentada lá. E a gente veio de uma região que num era acostumado com o clima, então ficamo negociando lá pa arrumá uma área e tal. E a gente foi vê várias áreas, mais tudo no mesmo sentido, ruim que num dava condições de morá.

Aí chegô um certo ponto que daí eles já tinha uma briga, o governo com o Atala já tinha uma briga com essa terra, que foi o Alvaro Dias com os Atala, né. Daí quando chegou um certo dia já tinha 47 famia aqui e mais 87 que é Adecom e outro grupo de 30 famia. Mais isso aí eles tava segurano o embalo, porque eles queriam outra coisa, que era uma outra política que tinha no meio que tinha os grande arrendatário aqui que prantava arrois, né. Então tinha tudo esse mecanismo político aí no meio.

Aí, quando chegou um certo dia ele falou assim: ‘Olha, não tem área arrumada pra vocês, e a única oportunidade que eu tô veno é Querência do Norte’, falava o governo, né, porque era o ITCF, é o órgão do governo responsável. Daí ele disse assim: ‘Vocês, se tiverem corage... Só que lá tem fazendero, jagunço e num sei o quê’. Daí a gente falou assim: ‘nóis que já tamo lascado e sofrido, qualquer coisa serve, uma veis que nois vamo pra defendê o nosso direito, desde que nóis tenha um aval pra podê í pra lá’.

E assim viemo oiá, eu vim oiá, eu mais dois companheiro viemo oiá a área, pelo menos pra vê se tinha água mesmo, conforme eles dizia. A área é rica em termo de água, né, e aí, voltando pra lá a gente comunicô o grupo, falô como é que era. ‘Ó, pelo menos lá a água é fácil de fazê um poço, com 2 metro ele já dá água. E uma água boa, limpa, e eu nunca vi um lugar tão plaino como é Querência do Norte. Só que tem uma dificuldade: já tem gente agrupada lá. Mais a área é bastante grande, cabe nóis e mais um pouco ainda cabe’. Então a gente acabô de dois meis por aí mais ou menos, aí a gente fez uma reunião no Estado, porque a gente num tinha recurso, tinha que campιά recurso, porque eles disse: ‘Vocês vão pra lá, mais eu num ajudo com recurso nada, qué dizer, vocês se virem, campιά que tem’. E aí a gente foi campιά nas entidade aquele recurso, arrumá um dinheiro, até que emendô o dinheiro que dava o ônibus, caminhão, pa podê vim. Daí a gente veio e se instalemo aí. Ocupemo a curva aqui na curva da estrada, nesse matinho, e fiquemo ali, porque os arrendatário tava cheio de produção, tava cabano de coiê as lavoura, arrois, feijão, que era um plantio tarde que tinha na época. Nóis aguardamo que eles tirasse, depois nóis tomava conta da terra, nóis ia fazê a nossa plantação. Então daí se deu vários rolo, o Atala começô a enchê de gado quando viu nóis pra cá. Já com os outros aqui ele começou, mais quando ele soube da notícia que tinha mais gente, ele começou a enchê de gado, pra dizê que era produtiva. Então isso aqui teve mais ou menos umas 4.500 cabeça de gado nessa área, aí então misturô gente e gado nesse rolo aí. E aí a gente começava a se organizá pra í pra cima e pegá as terra pa í prantano. Aí começou a divisão de grupo. Aí os Capanema foram na parte de baixo, que é na beira do rio lá embaixo, e nóis do grupo Reserva ficô nesse meio, Castro fico num outro mais adiante um poco e Amaporã ficô aqui no começo, que entra na área.

Resumino o que se deu, o pessoal que ficô na parte de baixo que era a FUNDECA, que já era oriundo daqui; mais entre o grupo de Capanema e Amaporã e Castro e Reserva, quem tava no prejuízo nesse decorrer do tempo era nós, né, porque o gado afetava era nós, no caso, que eles entrava aqui pro banhado. Aqui nós tinha essas cordilheira pa fazê lavora, que além de sê poco, aí o gado estorava e comia tudo. Então aqueles que tava mais longe num tinha isso. Aí então começou a grande batalha, né? Reclama, e tal coisa. E aí depois saiu algumas linhas. Tiremo alguma linha, discutimo com os companhero que tava prejudicado, fumo nos outro grupo se fazia mais efetivo essa grande batalha que era como nós ia fazê com a situação do gado, né? Aí foi uma questão mais assim de conhecimento. Daí, por exemplo, tipo assim: ‘Não, mais pra mim agora não estrova o gado’. Qué dizê, enquanto o meu prato tá bom ceis vão se virando lá. Aí de repente esse gado estorô, num güentô. Aí atingiu meio mundo por aí, aí sim se pegô, começou atingi todo mundo. Agora vamo agi junto e fazê alguma coisa, né, vamo negociá e tal. E o pessoal já tava mesmo passando necessidade. Daí aquele gado que vinha pra roça a turma comia ele tamém, né? Ele come a roça e nós come ele. Foi mais ou menos nessa linha que a gente conseguiu dá uma virada na conjuntura do gado. Aí o Estado entrou, depois de tempo entrou. Aí tirou o gado, colocô ali num pátio, depois devolveu pra ele, e aí a gente começou a realizá a prantação. Aí ficô mais ou menos manerado essa questão. Então aí a gente foi indo até saí o assentamento. Isso foi o assentamento em 06-05 de 95.

Até aí foi muito pesado, sofrido. Qué dizer, você num tinha recurso pra prantá, o que você tinha já tinha desgastado tudo, tava desgastado. Sei que eu quero vivê, mais agora num sei como. Vamo batalhá até que eu vô me estruturá, não sabia como, até que esperava essa emissão de posse. Daí ia pra cima o processo de emissão de posse, num saia, e corria, e tal: ‘Ó, tá em Porto Alegre, tá na vara lá em Brasília’, e assim foi. Aí deu uma mudada no Incra, entrô um novo presidente. Na época era o Jader Barbalho, depois eu num lembro o nome. Entrô lá e fez a definição da área.

Então daí saiu o assentamento, mais planejado, loteado, mais ângulo, assim, pra você ser assentado. Porque antes era aquele negócio seguinte: as pessoa chegô, daí, por exemplo, chegava um grupinho aqui numa terra boa, daí era daquele grupo, num tinha, nós num conseguia tê uma divisão, até porque era muito constante a área e a gente num conhecia tamém o clima da área. Então ocê oiava uma terra, dizia: ‘Não, aqui dá pra prantá’; mais era banhado. Aí quando era seca numa época do ano, ‘Opa, aqui tá seco’; aí virô a chovê a aí você perdia tudo, qué dizê, trabaiô inútil. Dá pranta, mais era um oto tipo de pranta, então

nessa base. Aí depois que entrô a emissão de posse, já antes de entrá a emissão de posse aí nós já tava dentro da proposta, que é a cooperativa, né?

Falano um pouco da cooperativa, ela se deu pelo um pensamento ideológico que era uma forma e uma necessidade que as família tinha de trabalhá mais unida, porque era as família que tava em situação mais precária em terreno, em prantá, em localização e para fazer um barraco. Foi aí que se deu a proposta da cooperativa. Antes era um grupo coletivo, e daí, conforme os ano foi passano, foi discutino, ganhano consciência e fundou a cooperativa COPACO. Então foi um lance muito pesado na época, foi bastante pesado e sofrido isso aqui. Nessa época ainda se deu a prisão. Eu fui um dos que foi preso. Porquê dessa prisão? Quando tinha essa questão do gado, aí o pessoal começou a comê o gado, como eu coloquei. Então o que que eles inventaram? Eles inventaram uma outra ação, qué dizer, tinha o cara que tava ainda aqui dentro que cuidava do gado e ficava aí, e de repente eles levantaram uma questão que tava vendendo o gado, isso correu essa notícia. Aí o juiz - e como você sabe, eles sempre vão pro lado de quem tem dinheiro - e aí eles queriam fazê um despejo na verdade. Aí foi um dia pra polícia trazê o ofício, disse não. 'A juíza qué conversá com vocês'. Tá, aí eu perguntei: Mais que fim, a fim do que que ela que conversa com nós? Fais 15 dia que a gente teve lá, acertano algum problema que era o negócio de cerca do gado'. 'Não, mais agora ela qué conversá de novo'. Digo: 'Não, pra i assim eu num vô i conversá, porque eu tenho que conversá com o povo'. 'Não, mais num precisa conversá'. Eu digo: 'Não, num é assim, tem que conversá com povo, vê o que que tá acontecendo, e daí a gente vai tirá uma proposta e vai lá, uma comissão vai lá conversá'. Mais nisso ele já tava com a prisão, e ele só num teve corage de dizê assim: 'Oh! tu tá preso'. Ele tava dentro do assentamento e ele tava pensano assim: 'Se eu prendê ele, vai dá um rolo aí e tal; vô procurá oto jeito pra prendê'. E aí eu tava ino pa comprá semente de feijão, que a gente tinha feito umas terrinha e tal, eu tava ino comprá semente e daí ele me ofereceu uma carona no carro dele, da polícia. Mais eu fiquei pensano: de carona não, eu vô com o ônibus que tava passano aqui, ou senão eu vô com o vizinho que tem um carro que tá ino pra cidade, e ele tem que trazê o feijão, daí eu vô com ele. Então tudo bem, eu tenho que falar com oto da liderança, que é o Alberto. Daí tá. Nisso eu fiquei na bera da estrada, ele desceu e foi falá com o Alberto, voltô, num falô nada. Daí eu fui pra cidade, nisso veio a caminhoneta mesmo. Daí eu peguei uma carona e fui pa cidade. Daí fazeno a compra, tinha que esperá um ônibus que vinha da cidade pra vim pra cá. Aí eu esperano o ônibus lá, daqui a pouco, sem que eu nem esperasse, assim, entrô três policiais tudo armado cum carabina e tudo, mi pricurano. Aí um avistô eu, que conhecia eu, os oto num conhecia. Aí ele chegô assim, ele falô: 'Quero cunversá contigo'. Sim, mais digo: 'cunversá

cumigo, ocê cum essa arma, desse tipo aí me ameaçano com arma... Pode cunversá sim'. 'Não, quero cunversá cuntigo ali fora'. Daí eu saí pra fora, ia saino, daí eu digo: 'Cê tá quereno cunversá comigo, ou tá me prendeno? Por quê?' 'Não, quero só cunversá contigo'. Daí ele falô: 'Vamo alí na delegacia'. 'Então ocê pode falá que eu já tô preso, vamo lá sabê por quê'. Aí nisso tava o pessoal que foi fazê compra, daí perguntaram: 'O que que tá aconteceno com o Benedito aí que tão levano preso?' E aí eles num queria explicá. Daí o pessoal partiu pra cima, partiu pra cima e daí eu pedi pro pessoal, eu fiquei pensano 'vai saí tiro', tal coisa. Digo: 'Não, deixa assim, vamo vê o que que tá aconteceno; vamo lá na delegacia vê realmente o que qui é tá aconteceno'.

Nisso ele me levô na delegacia, enquanto isso eles ficô correno campiano os oto, né, que era a dona Maria, que é essa do grupo aqui de cima, e o Alberto. Daí nisso a dona Maria também tava na cidade, daí ele prendeu a dona Maria tamém; então foi eu e dona Maria que les prenderam e levaram pa Loanda. Aí o delegado, que era o Batista na época, disse: 'Não, Benedito, óia, eu sô mandado, eu sei que num era por aí, mais eu sô mandado, e eu tenho que cumpri, porque se eu num vô, ela manda prendê eu'. Eu digo: 'Sim, mais qual é o motivo que você vai me levá pra lá? Prendeu por quê? Pelo menos me diz por que que é. Preso eu já tô, fala pra mim o que que é'. Daí ele disse: 'Não, ela que vai, só ela mesmo que tem as idéias'. Inclusive não é ela, hoje é ela, mais era um home na época, né, o juiz.

Aí, chegando lá, levaro direto pa cadeia, lá em Loanda. Daí os policia chegaro lá fazeno aquela fulia, 'Oh, os brabo taí. Num sei o que lá os brabo, foi facim facim pa pegá eles'. E eu num sabia de nada, e o cara foi botano pa jaulinha, e tudo bem, né: Aí nisso o pessoal aí se envalentô e reuniu. Isso por estância de uma hora que se deu isso aí, eles subiro pa Querência, foram atacano carro, porque já tinha numa pressão desgraçada, porque cê vê, pensa todo um tempo desse sacrifício. E o pessoal subiu e foi sabê se eu tava ali na delegacia aqui. 'Não, nós vamo leva ele'. 'Não matô ninguém, cumé que vai prendê ele! Nós qué sabê o porquê que ele tá aí preso'. Aí eles disse: 'Não, não, ele já tá em Loanda'. Aí eles prenderam as polícia também e trouxeram aqui pra baixo. Aí eles levô um dia e poco de negociação. Daí ficô aquela trama: 'Ocêis sorta eles lá, que nós sortemo ocêis aqui'. Aí assim fico; entrô o Estado no meio, tal coisa, e aí foi na negociação que onde foi liberado, me liberaram, liberaram as polícia, e aí ficô.

Mais o esquema deles era político, era pa fazê o despejo, né, era pa sê despejado. E o juiz falô que tinha um monte de alegação, porque diz que foi negócio de robo de gado. Num era bem isso. Tinham robado o gado, tinha vendido e comprado ilha. E aí eu fiquei sabeno que foi os outro que entraram e aproveitaram o embalo que tava aí, que daí deu muita gente

que aproveitô da ocasião aí que tava aquele rolo de gado e nós nu meio, e veio, pegô o gado, matô o gado, não cumeu. Pra nós foi bom, porque ajudô, saiu. Mais só que inverteu um pouco o quadro pra nós, porque ficô mais na nossa culpa, né. Mais teve nego que se aproveitô aí, tirô o gado, vendeu, trocô por ilha, tudo isso aí, e com isso eles queria culpá que a gente que fez esse negócio; mais não tinha nada a vê com isso, eles não tinha nada a vê com assentamento. Eu mesmo num conhecia, porque acho que eles tiveram algum conhecimento com algum oto, ele aproveitô o embalo, sabia como é que tava quele rolo, que o pessoal queria tirá o gado, aproveitô e tirô. Porque nós tinha um sentido assim: num vai tirá o gado, então nós vamo cumê, porque tá cumeno as nossas pranta. Nós tamém cumemo, e comemo muita carne. Até que foi onde que as famia começaram a saná um pouco da fome e da miséria que tinha aí, porque foi muito triste isso aí, porque quem tava passano só com as pranta da natureza, berduga, maxixe, que são nativas, era aquilo ali que eles comia cozinhado com sal e algum peixinho na bera do rio. De repente aparece a oportunidade da carne, já que tava trazendo memo pra matá com nós, então nós tava matando a fome. Então se deu nesse ritmo, nesse ritmo aí.

Daí depois que veio o assentamento, que saiu o assentamento, hoje tá aí, tá todo mundo tranqüilo, assentado e tal. Aí saiu os recurso, parte a gente ampliô, fez uma moradia, e vai levano a vida aí, né.

A cooperativa hoje é treze famia, produz tudo junto, o 100% é tudo coletivo. Então, por exemplo, eu trabalho com o gado, então a produção do gado é de toda essas famia que tem aí, né? Então quem produz o arroz, a mesma coisa, enfim, o que produz aqui é dividido por hora trabalhada; quem deposita tanto de trabalho, vai recebê tanto, se eu num posso depositá tanto, eu devo recebê aquilo que eu depositei. E o lucro se dá e se retorna a mesma coisa.

Bem, então tem a reserva, que é o 25%, né, 2% dos lote tem uma proposta de sê pra florestamento, mais isso hoje tá mais na linha do movimento, a gente já tem essa preocupação, já foi discutido isso, e vem se trabalhando essa questão. Então floresta com eucalípio, otos mato nativo, agora tamém tem proposta de umas época pra cá de plantá a mata nativa mesmo. Então que tinha e foi descapiturado que hoje, né, voltano de novo a plantá. Hoje é uma preocupação pra nós é voltá e a gente se preocupá muito em transformá parte dessa natureza de novo. E é uma preocupação muito forte, não só aqui da Copaco, mais do assentamento. Mais isso é um trabalho que tem que sê feito em conjunto. Então o que que a gente tá fazendo hoje, além do que já tem das reserva que ficô já por lei, né, aí as reserva que é mata nativa que ficô dentro dos banhado, então tá se formando algum pedaço de... nós aqui temos plantado eucalípio né, e parte nós temos reflorestano assim mais a nível de eucalípio, não

temo assim uma linha de prantá mata nativa, até porque agora que tá saindo os vivero. Tem muita gente do proprio movimento, Emater, mais o movimento tá trabaiano esses cantero de mata nativa, tipo assim peroba, angico, ipê, que é coisa que já tá quase extinta, achando semente, até mesmo mudinha nova achando e replantano, tá mais nessa linha. Hoje, se não houve uma consciência do assentado, isso vai terminano tudo. Os bichinho, caça, já não tem mais.

Então a gente tem muito esse negócio de não deixá matá os bichinho, onde é que tem, por exemplo, o quati, enfim pelo menos essas cacinhas que existe, esses bichinhos, deixá, porque faz parte da natureza. Porque essa gurizada que tão vindo, que tão crescendo hoje, eles não vão conhecê, porque muitas espécies de bichos eles já não conhece porque já num tem mesmo. Então tem que criá essa mata, teno essa consciência na criança, pra que muita coisa voltá a existir. Não aquelas espécie muito longe, mais alguma delas possa existir, porque na natureza até o mato faz bem pra saúde.

Com proposta mesmo eu num tenho visto o IAP chegá aqui não. A gente já tinha pensado já uma proposta que tá dentro do INCRA, mais que ainda não foi um trabaio assim especificamente. Agora o IAP anda sim, mais é pra multá. O negócio de cortá uma madeirinha assim, já vem em cima, enquanto grande fazendero derrotaro tudo e eles nada disso fizeram, né? Hoje então quem tá seno assentado eles vêm pra cima do assentado. Se corta uma arvinha ali, é multado. E num multaro antes, eles não pensaro na natureza, eles tão pensano só agora; agora eles pensa na natureza, mais antes eles deixaro que derrotasse, agora eles vêm pra cima.

Que nem tipo, levantano um poco, não só aqui, mais que a gente conhece algum assentamento, saiu o lote pra eles e parte pegô capoeirão, né. É um mato, mais já foi derrubado uma vez e foi abandonado. Então foram cortá umas árvore lá, já foram multado, tudo isso.

Agora eu acho assim: tem que cuidá memo disso, senão acaba. Onde é mato memo fechado, não precisa de mexê, pelo menos eu vejo isso. Porque na verdade mesmo é o seguinte: o Incra vem, desaproeia e tudo; mais antes, até chegá ali, quando dá a ocupação, você sabe que a angústia de prantá é imensa, até porque precisa comê. Até tem um meio entre nós: num deve de cortá, mais até legalizá de repente até que você vai ajeitá, aí já foi cortado, parte já foi cortado. Mais tamém num é um corte assim que vai atingi como já foi atingido, né? Então dá umas contradição, assim, bem grande. Hoje isso é uma vertente que eu acho assim, que precisa sê cuidado; mais só que deixaro de cuidá né, eles num previa isto, que agora que eles vêm atacá, que agora que tem que ser preservado e tudo mais, e antes tempo

essas fazenda aí tem pranta até na bera do rio né, maderá que vai pra dentro, que a água já carregô. Acho que hoje tem que voltá a refazê. Eu acho que é uma forma de refazê, eu acho tem que se trabaia em cima dessa questão e refazê mesmo; mais só que esses órgão tinha que tê visto há muito tempo que tinha que cuidá disso aí. Mais pra isso tá se refazeno novamente.

Primeiro, eu espero que meus filho tenha uma nova ideologia, até porque nasceram dento da luta, né, tão estudando aí; mais o que vai mandá muito é ainda nossa persistência de lutá agora, não só pela terra, por uma educação melhor, uma visão melhor que precisa tê, né, pra essas criança tanto do assentado como daquele que num é assentado tê esse conhecimento, essa ideologia, porque senão num vai efetuá muito. Se bem que hoje tem muito debate na universidade, tão levano esse conhecimento e entendeno esse conhecimento e levano em frente, achando que é um caminho, é uma saída de vê uma mudança de visão. Assim, o futuro que eu penso, que eu acho que a batalha que a gente fez é tudo pros filho, pra mais pessoas tamém que cheguem num consenso de vida e entendimento melhor, eu espero” (GOMES, 2001).

BRIGADA SÉTIMO GARIBALDI**Assentamento Chico Mendes – Município de Querência do Norte.****Entrevista realizada com o senhor Edilsom Aparecido Peixoto****Dia: 02 – 6 – 2001.**

Foto 128 – Edilsom Aparecido Peixoto
Fonte: HARACENKO, Adélia. 2-6-2001.

“Bom, nós vamo começar falano, assim, por que nós viemo pro assentamento, por que nós se interessamo pra tê um pedaço de terra. Eu sou filho de agricultor, que sempre trabalhô com as mão na terra; fui nascido no sítio, criado no sítio. Mais conforme a família vai crescendo o espaço de terra vai ficando pequeno. Um sai pra trabalhá na cidade, outro vai pa capital, outros, enfim outros viram bóia-fria. A família muito grande num tem como trabalhá na pequena propriedade que o pai tinha quando nós éramos soltero, né. Aí eu cheguei a tentá emprego no Estado, cheguei ser funcionário público no Estado, a ser funcionário municipal; mais na realidade faltava alguma coisa, faltava o princípio, que era a vinda da agricultura. Eu tava lá mais tava perdido naquele meio de gente que num tinha nada a ver com a minha realidade. Filho de agricultor que sempre trabalhô com as mãos, cê vai num emprego onde se fica sentado atrás de uma mesa, cê fica perdido ali. Então voltei pra raiz daonde eu tinha

saído. Chegando aqui em Querência novamente, foi quando eu vi a possibilidade de tê um pedaço de terra. O MST tinha ocupado uma área grande aqui, em 85 mais ou menos. Aí a gente começou a ver o trabalho daquelas família, debaixo da lona, todo o sofrimento, e conversano com eles a gente viu que eles sabia muito mais do que a gente, eles lutavam pelo que eles queriam, não fugia conforme nós tava fazeno. Saindo daqui e indo trabaia na capital nós tamo fugindo da nossa realidade, e aquelas pessoa acampada debaixo da lona, eles encaravam e lutavam pra tê aquilo que eles queriam. Aí fomo passando a ser admirador do MST, passamo a acompanhar passeata, trabalho que eles faziam em coletivo. Até então que surgiu a segunda ocupação aqui em Querência, feita também pelo MST, que foi essa fazenda que nós tamo hoje. Esse assentamento que nós tamo hoje foi a Fazenda Porangaba. Na época, aquele grupo lá da Pontal do Tigre, que foi o primeiro assentamento que teve em Querência do Norte, o primeiro acampamento, que ficaram lá treze, quatorze ano sem tê emissão da posse, fazenda de latifundiário, fazenda de grilero, e o governo foi demorano, demorano, saiu essa ocupação aqui na Porangaba. Como eu já tinha um conhecimento, que vinha acompanhano a luta do MST já há vários anos, aí foi quando eu vim acampá a primeira vez aqui. A primeira vez nós não tivemos assim êxito. Nós chegamos aqui pra ocupá a área, ocupamo e fomo despejado no mesmo dia, chegô a polícia e tirô todo mundo. Aí nós era um grupo pequeno, nós voltamo, tornamo a se organizá e voltamo num grupo bem maior, já umas 400 famílias por aí, e aí ocupamo pela segunda vez, em 95, não me lembro se é 95 ou 94. Aí fizemo acampamento na sede. A área já era uma desapropriada pelo governo federal, já tinha decreto de desapropiação, mais num saía a área. Ficamo ali, um amontoado em cima do outro, 400 família. Virô uma pequena cidade dentro de outra. Porque não tinha recurso nenhum; nós não tinha recurso pra comprá lona, não tinha recurso pra comida, não tinha nada, de saúde, remédio, doença de tudo quanto era jeito nas criança, porque era bera de rio que ficava, tinha tudo, era mosquito, tinha aquele mosquito da lechmaniose, tinha bastante, começô dá nas criança, foi um problema sério mesmo. Tivemos envolvido durante esse tempo em algumas outras ocupação, porque 400 família nós tinha uma conta assim: a área, por mais bem dividida que fosse, caberia 60 família, nós estávamos em 400, houve necessidade de i para outras áreas. Daqui saiu grupos que foram pra fazenda Saudade em Santa Izabel do Ivaí, saiu grupo que foram pra fazenda Porangaba II, grupo que foi pra fazenda Monte Azul. Então daqui teve grupo que se deslocaram pra outras área, porque nós tinha consciência que não ia cabê todo mundo.

Aí saiu. Depois de um conflito muito forte que a polícia fez em Santa Izabel do Ivaí, o governo do Estado mandô a polícia baleá. O governo Jaime Lerner e o secretário Cândido

Martins mandô a polícia atirá nuns 50 trabalhadores que tavam acampado na fazenda Saudade. O próprio secretário de segurança ligô prô comandante e falô: ‘Atira na perna deles’. Nós tivemos a oportunidade de acompanhar a parte da negociação com o secretário de segurança. Nesse conflito saiu então lá na fazenda Saudade, em Santa Izabel, saiu 17 pessoas feridas a tiro pela polícia milita. Depois que o governo tava com aquele monte de ferido, inclusive pessoas que ficaram paralisada, num teve mais como voltá. Uns perderam a perna, outros perderam o movimento dos braço, porque foi atingido a coluna. O governo do Estado naquela época se obrigô a pressioná o governo federal fazê a reforma agrária em Querência, que até então não tinha nenhuma área assentada em Querência. Isso foi em novembro de 95.

Então daquela fazenda Saudade foi que fez com que as autoridade vesse o problema aqui na região. Foi o primeiro conflito grande que teve, vamo se dizê assim, e foi dali que partiu a necessidade do governo fazê alguma coisa pa compensá a arbitrariedade que ele tinha cometido com a polícia em cima do trabalhador. Essa fazenda Saudade ela foi desapropriada junto com a Porangaba I aqui na época, e voltô prá mão do fazendero, tá na mão do fazendero. Então, devido esse conflito, como eu tava dizendo, o governo se obrigô a fazê reforma agrária aqui na região. Tinha mais de mil família aqui e não tinha um palmo de terra de assentamento. Aí foi quando saiu a emissão de posse aqui da Porangaba I, nem a Pontal do Tigre, que já teria sido ocupada em 85, 84, não tinha saído ainda. Então foi uma espécie do governo compensá a baita da arbitrariedade que ele fez, que veio os direitos humanos, veio uma série de entidade internacional que condenô o governo de tê atirado nas pessoa desarmada. Então foi um começo da reforma agrária aqui na região. Aí, logo depois de 95, quando foi emitido a posse da Porangaba I, saiu també a Pontal do Tigre, aí foi assentado aqui. Nós travamo uma briga com o Incra na época de seleccioná as família. O Incra chegô e queria colocá 120 família aqui dentro, assentá aqui dentro, um pedacinho de terra pra cada um. Mais como a terra não tem tanto aproveitamento, que é uma terra dobrada, não tem aproveitamento pra agricultura, pra agricultura, vamo se dizê assim, é uma área de bastante declive, arenosa, muita erosão, então depois de uma briga grande com o Incra, de 120 eles bacharam pra 80 famílias e em fim foi assentada 79. Mais pra nós o ideal era 60 famílias, que daí não tinha que tocá na parte que se dizia reserva na época. Teria uma reserva muito maior e as família que ficasse aqui ficava viabilizada, porque pegava um pedaço de terra maior. Então com isso ele dificultô a produção no assentamento. Quando colocô 79, aí veio os primeiro recurso, veio fomento, veio crédito-habitação, já dois ano depois, em 97, depois de tanta espera veio. Mais como a área continuava com aquele problema, tinha gente que pegô área que não tinha como fazê a casa. No meu caso mesmo aqui, eu tenho um hectare de terra

agricultável e o restante é dobrado. Eu, que tinha prática em plantá e colhê, eu tô mexendo com a pecuária de leite. Aí nós tivemo que adaptá até o sistema. A gente, que nunca tinha mexido com vaca, tá tirano leite hoje, porque teve que se adaptá, ou então não ficava na área. E isso ocasionô pra muitas pessoa, porque alguns fizeram o investimento em café, mais gente que nunca tinha visto café, porque a área pequena o que dava pra planta era o café, porque não ocupa tanto espaço. Aí eles foram plantá o café, o que inviabilizou muitos lotes, e hoje aí tem dificuldade. Alguns até abandonaram, devido essa falta de orientação técnica do Incra, que assentaram as famílias de acordo com a aptidão de trabalho, porque eles colocaram o dobro da capacidade da área de gente, daí num tem como mesmo num fazê.

Aí tem 9 família dessas 79 que eles colocaram numa área, o Incra colocô naquela área lá. O IAP veio na época fazê uma conversa prá sabê aonde poderia assentá ou não, porque uma parte da fazenda era mato e eles diziam que ia sê reserva, mais a fazenda já utilizava essa área. O Incra, naquela conversa com o IAP, falô: ‘Não, se a fazenda utilizava a área, nós vamo assentá gente lá’. Vieram e constataram que a fazenda já utilizava aquela área, aí o Incra separô 20% mais de reserva que é mata nativa, conforme nós vimo lá, e tá fotografado lá as divisa onde é a reserva, separô as parte de água, bera de rio, fez o loteamento no restante. Dessas 9 família que nós tamo dizendo, 7 delas ficaram dentro da parte que o IAP queria segurá pa reserva, aí o IAP criou um entrave com essas 7 famílias, bloqueou os recurso de toda a área. Primeiro, nós ficamo sem recurso aí um bom tempo, até conseguir desbloqueá. Depois ele vem castigando essas família o tempo todo. Eles agora não pode puxar energia elétrica lá porque o IAP entrou com uma ação na justiça, proibe que a Copel ligue energia elétrica lá nessas 7 família.

O IAP também tem perseguido aqui os trabalhadores com a polícia. Ele já prendeu pessoa aqui dentro do assentamento, dizendo que tava destruindo árvore, isso ou aquilo, ele sempre acha um motivo; mais foi puramente erro do Incra, porque nós na época fizemo várias reuniões com o Incra. Não dá pra assentá 80 família nessa área, tem que assentá 60, onde essa parte ficaria; mais o Incra batia que o IAP veio e autorizô o assentamento dessas família. Então era briga entre o IAP e o Incra. Enfim o Incra demarcô os lote e as família foram pra lá. Mais houve toda uma discussão se ia gente pra lá ou não, porque as pessoas se iludiram. Quando o Incra falô ‘aqui é o seu lote’, as pessoa foram pra lá, fizeram o barraco e foram trabaiá. Tavam esperano há muitos anos, gente que como eu tô dizeno, eu fiquei muitos anos, 10, 15 anos fora da terra, esperano esse pedaço de terra, a primeira oportunidade que teve, o pessoal foi pra cima da área.

Depois que o IAP entrô na justiça pra mobilizá o serviço dessas pessoas, não deixa construir as casa, num deixa fazê estrada. Fazê não, reformá, porque estrada já existia; existia uma estrada pra trator, depois teve que colocá cascalho, porque tem aluno que estuda lá, tem mais de 30 aluno que mora nesses lote. Então a preservação que tá seno feita hoje é o que o Incra determinô. O Incra colocô os marco dos lote e o IAP, que agora SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), veio e demarcô. falô: ‘Não, aqui é a divisa da reserva e aqui é os lote, tem os marco lá que foi feito pela SEMA’. Então nós tamo obedecendo aquilo que foi feito, nós fizemo a cerca no fundo da reserva, e os fundo dos lote tá assim.

Nessas 7 família, pra às vezes fazê um lote de 9 ou 10 alqueires, que lá é muito dobrado, entra num bico que era mata; então o IAP tá baseano a defesa dele nessas árvores que foram cortadas na entrada dos lote, que é coisa de poucos hectares alí, o restante já era pastagem da fazenda. E mesmo conforme as fotos que você tirou lá se viu, mesmo esses um que o incra autorizô a cortá as árvore, tem lotes que tão lá as árvores, não foram cortadas ainda. Tem árvore lá de lei, como peroba, ipê, árvore antiga, de muitos ano, tá lá, e o IAP tá se baseano só naquele fato que ele viu cortano ali, mais ele num sabe que tem quase 300 alqueire de mata nativa dentro dessa fazenda, e nós temos fazenda vizinha do lado que a gente vê que não tem um metro de madeira mais, eles cortaram tudo. Tamo cercado aqui por três ou quatro fazenda que num tem nada mais.

Então o INCRA teve o bom senso de assentar as família lá, com o consentimento do IAP, vamo se dizê, o IAP usando aí politicagem de fazendero, que comanda praticamente o Estado, que o governo Jaime Lerner, José Carlo, que era presidente do IAP na época, são grandes apoiadores de fazendero. Na época da campanha quem faz a campanha deles são os fazendero, e isso é uma coisa provada pra todo mundo, não é uma coisa que nós tamo denunciando aqui agora. Então eles têm fazenda, então, o IAP passou a trabalhá contra a reforma agrária. Não é contra desmatamento, é contra a reforma agrária, a distribuição de terra, porque deu na nossa região, depois do assentamento da Porangaba, deu muitas áreas que foram aparecendo denúncias de grilagem de terra, áreas com mil alqueires na escritura e dois, três mil fora, sem marcá. Então apareceu vários assentamentos. Apareceu aquele povo do Che Guevara, que era a fazenda Jabur, apareceu a Monte Azul, apareceu a São Pedro, apareceu vários assentamentos. Depois que a Porangaba I falô ‘não, aqui nós tamo em 400 famílias e vamo querê a terra’, aí foi aparecendo a denúncia e o governo desapropriou várias áreas, o governo federal; e o Estado, protegeno os fazendero, entrô contra nós usano o IAP, usano a polícia florestal, usano a polícia rodoviária. Então ele usou a polícia pra intimidá o trabalhador prá que num avance a reforma agrária.

Quando nós entramos aqui essa fazenda já tinha sido desapropriada pelo governo federal por improdutividade. Ela ficou abandonada muitos anos, sem ninguém pagar imposto. Então nós aqui em Querência, que era nascido aqui, nem sabia da história dessa fazenda. Lá em Brasília já tinham desapropriado a fazenda e tava aqui a fazenda usando uma coisa que não era mais dela, porque o governo já tinha desapropriado. E depois dessa então apareceu vários outros fatos que tinham desapropriado em Brasília, mais as autoridades do Estado não chegava com esse decreto aqui pra chamar, vamos se dizer assim, para selecionar as famílias pra assentar, enquanto não se foi feita a ocupação pelo MST, não se foi mostrado a verdade. Quando o Estado se viu perdido, que ia ter que fazer reforma agrária na Região Noroeste, vamos se dizer assim, e no Estado, ele falou: agora eu faço reforma agrária ou vai virar um escândalo. Aí ele começou a usar o IAP em cima dessas questões. Ele põe na televisão que os sem-terra não obedecem à lei, que os sem-terra estão desmatando. Na verdade está desmatando sim, mais muito menos do que a fazenda tinha desmatado. Tem área que a fazenda usava como pastagem, que é a parte das palmeiras, dos coqueiros lá. Hoje é reserva, está cercado, enquanto a fazenda estava utilizando lá 200 alqueires de área que não foi feita reforma agrária lá.

Aqui são 1100, 1.200 alqueires, o próprio Incra não tinha informação certa. Pela escritura disse que era 2200 hectares, mais nós medimos aqui com a SEMA, depois parece que passou bem mais a terra do que era na escritura. Então nós acreditamos ter ainda hoje, depois de todo mundo assentado, mais de 300 alqueires de reserva de mata nativa. Então dessas 79 famílias foi ocupado 700 alqueires, porque tem lote de 7 alqueires, de 8, então tem uns maiores, mais tem uns menores também. Então tem uma porcentagem grande de área, e foi reservado justamente a reserva nos pontos principais, que é a margem dos rios. É dois ou três rios que circulam dentro da fazenda, então foi deixado, e cada fundo de lote que não chega no rio, foi feito uma espécie de corredor de mata nativa, inclusive. Hoje nós estamos lutando assim, defendendo essas 7 famílias, pra que elas permaneçam lá. O IAP pretende tirar elas de lá e elas vão perder todo um sonho, todo um investimento que foi feito lá, casa de alvenaria... As famílias já estão sobrevivendo daquilo lá, mesmo com a limitação de recursos, que não receberam alguns recursos, tiveram que trabalhar por conta, porque não veio o recurso, porque o IAP bloqueou na justiça energia elétrica, que é um ponto principal hoje, principalmente pro leite, que tem que ter o refrigerador pra ter o leite dentro, eles não têm. Quer dizer, eles estão trabalhando precariamente, quando chegaram aqui no Brasil. O governo conseguiu voltar o tempo, colocou as famílias numa situação ridícula de estar usando lâmpada a 100 metros do fio de energia elétrica. Então é um absurdo o que se acontece aqui, é uma discriminação, perseguição pura e política do funcionário do IAP, hoje SEMA. E ele

pessoalmente se empenhó em persegui essas família que tão aí, usano isso. Eles tão também fazendo trabalho em cima disso. Eles chega nas outras área e diz que não pode assentar as família ali porque no Chico Mendes eles destruíram o mato; eles chega numa área que num tem nem um pé de árvore, que o fazendero derrubô, e diz que não pode assentar ninguém ali por causa do meio ambiente, porque aquela área é inviável, porque lá no Chico Mendes eles derrubaram. Então ele tá usando aquelas 7 família ali pa fazê política em cima até de outros assentamentos, isso tudo comandado pelo estado, pelo governo Jaime Lerner. E o secretário do meio ambiente e o superintendente do Incra, José Carlo, são homens poderosos que mandam no Estado, tão eles infiltrado em tudo quanto é ramo da UDR; o Incra passa informação pra polícia militar, a polícia militar passa informação pra UDR.

Como eu tava dizendo, a perseguição do trabalhador no Paraná tá seno pior do que nos outros estados, por que os grandes poderosos, como o Cândido Martins e o secretário de polícia do governo Jaime Lerne tá envolvido com tráfico de órgãos; a CPI do narcotráfico veio no Paraná, e ele tá envolvido com o narcotráfico. E é o homem que mandô atirá nas família daqui da fazenda Saudade, é o homem que comanda a polícia militar por anos e anos a fio. Então no Estado do Paraná existe, assim, vamo se dizer, uma quadrilha: o governo do Estado, a polícia militar e a UDR. A UDR tem gente armada por tudo que é ponto. A polícia militar fornece os armamentos pra eles, que são as informações de quem é líder, quem é coordenador, quem num é. Então quando tem um problema queném o IAP tem, de reserva de meio ambiente, eles jogam com tudo em cima daquilo, sendo que a prioridade pra nós num era ter essas 7 família lá no meio de uma área que eles falam que é reserva, é que essa 7 família fossem assentada numa fazenda em frente, em frente ou do lado, onde tem milhares de hectares de terra sobrano. Ninguém infiôu essas 7 família lá por acaso, quem colocô lá foi o Incra. Então eles tão alegano aí que pra que nós seja responsável por isso, como se nós tivesse cortado as árvore, como se nós tivesse demarcado os lote.

Adélia, a verdade é o seguinte: o que que nós vemo pro futuro? Nós sabemos que essas família que foram assentadas numa área que já era improdutiva pela fazendera e já tem as limitações, que a terra é dobrada, é a pior fazenda que tem aqui na Região Noroeste eu acho que é este assentamento aqui. Porque ele tem área que num produz, tem área que é improdutivo, porque tem que trabalhá manualmente porque não anda máquina. Nós fomo assentado numa área inviável. E agora com a política de recurso, que o governo não tem interesse em fornecê recurso prá nós, o que nós tamo pensano é assim: tem que haver uma consciência do governo do Estado, do Incra, por parte do governo federal através do Incra, prá que seja investimento e reeducação num modelo de produção que a família se enquadra,

porque senão a tendência é desistência de lote, é não podê pagar principalmente as dívidas que foram contraídas. Então a nossa previsão pro futuro não é as mais animadoras. As pessoas que foram assentadas num lote melhor, que teve condições de investir, essas 7 família, por exemplo, do mato, elas não têm nem sequer energia elétrica, tão com lamparina. Que chance de produção que tem uma família dessa? Ela tem bem menos do que as outras. Então como é que eu vejo, eu vejo assim, tem que ser feito investimento aqui dentro, investimento pesado, em poço artesiano, que nós temo falta de água. Nós temo feito investimento na área assim... social, que é transporte escolar, que ainda é precário. Nós temo que ter ainda investimento na saúde, que nós num temos nem um posto de saúde aqui dentro. Então é na parte de agricultura tem que ser fornecido um financiamento pra custeio, pra que a pessoa possa plantá e pagá com a colheita, que sem esse financiamento é impossível. Nós vemo os fazendero vizinhos na nossa região consegui custeio do tamanho que ele pede no Banco do Brasil, nós vamo lá e num tem o dinheiro, e quando tem é de uma forma que nós não conseguimos pagá. As veis até tem, mais você tem que levar um avalista que te garanta, você tem que levá uma série de documento que o sem-terra num tem, ele já tá aqui porque veio excluído da sociedade, nós estamos aqui porque não tivemos outro meio de vida. Então a política de produção do governo em relação aos assentamentos, de um modo geral, é pra quebrá os assentamentos.

Nóis viemos porque nós estávamos excluído, mais nós passamos a ter algum conhecimento, talvez até virá cidadão. Porque tem muitos que num tem nem CPF, nem identidade, depois de se agregá ao movimento, depois de ocupá um pedaço de terra e depois de conquistá. Então qué dizer, nós fomos excluídos. Agora se nós voltá lá atrás e tentá um avalista, aonde que nós vamo conseguir? O único grupo que conseguiu nos acolhê e nos organizpá foi o MST, porque a Igreja não tem condições pra isso, os sindicatos são politizados. Então num tem assim um meio hoje, eu num vejo, do fundo da consciência eu num vejo nenhum grupo capaz de organizá as pessoas para o bem do desenvolvimento como o MST. Porque nós tivemos às vezes alguns grupos que lutam, por exemplo, por um salário, associação dos professores, associações disso, daqueles funcionários se lutam por um salário, por aumento de salário, quando é dali 4 meis o salário volta ao normal, eles tem que voltá a reivindicá a mesma coisa; e o MST não, ele luta por uma solução definitiva, que é o assentamento viável, aonde a pessoa possa viver ali dentro. Não ficá rico, mais vivê com dignidade; ter o filho na escola, mandá pra faculdade, tê um carro pra andá, comprá uma bicicleta pro filho se ele querê, nós sonhamo isso no assentamento, não é fazê um

assentamento onde as pessoas vivam ali precariamente. Um assentamento onde ele se iguale ao cidadão, onde nós possamos chegá no mercado, entrá lá dentro, fazê a compra e pagá.

O MST não organiza um grupo pra aterrorizá ninguém, ele organiza pra podê ter vida. Então eu, de toda consciência, eu não acredito que outro movimento, seja capaz de organizá com tanta eficiência como o MST faz, e humildade além de tudo, porque num é aquela arrogância nós temo que fazê isso. O governo Jaime Lerne prendeu liderança do movimento sem-terra no Paraná intero, no entanto nós tamo aqui. Eu já fui preso três vezes, tenho um monte de processo na justiça, mais tudo assim, processo que eu diria assim político; processo porque tava andando vino trazê alimento pra um assentamento; processo porque tava numa passeata junto quando morreu o Seu Antônio Tavares, foi assassinado pela polícia. Então é processo que a gente vê que é político, a gente sabe que num cometeu nenhum crime, o crime que nós cometemo é esse, é lutá contra o poder econômico.

Então acho que agora é isso. Nós só temo assim, finalmente, dizê que nós não tamo acabado, que o MST vai se organizá novamente. A era, vamo se dizê, do governo Jaime Lerner tá terminado, e os assentamentos têm as dificuldades, mais nós vamo tá organizado, cobrando do Incra, se precisá, i pra rua. Nós vamo pra rua pedi que venha os recurso, que venha prorrogação dos recursos já adquirido. Então nós num tamo aqui ainda assim acomodado, apesar de assentado, mais nós vamo continuar lutando, e se precisá mobilizá, i pra praça pedi reforma agrária pra outros companheiros, assentamentos pra outros companheiros, nós vamos, apesar das ameaças que a polícia vem em cima, vem em cima da gente, mais se nós não lutá, meu filho vai ter terra aonde? Minha família tá crescendo, daqui a pouco o meu lote vai sê pequeno pra nós tudo, vô tê que procurá um pedaço de terra pro meu filho. Então enquanto o país não desenvolvê pra acabá com a miséria o MST vai tá lutano contra isso. Os bóia-fria, 10, 12 caminhão de bóia-fria passa aqui de manhã prá i trabalhá a sete reais por dia, trabaiano aí 20 dia por meis; então são família que tão submissa, tão abaixo da sociedade, tão viveno de forma subumana, sendo que ali tem cidadão capaz de pegar um pedaço de terra e produzi pra família dele e gerá emprego pra família inteira. E a terra tá sobrano, nós sabemo que tem terra sobrano, tem recurso pra reforma agrária. Então é isso que nós deixamo pra finalizá, é isso: nós vamo continuá lutano” (PEIXOTO, 2001).

BRIGADA SALVADOR ALLENDE

Assentamento Sétimo Garibaldi – Município de Terra Rica.

Entrevista realizada com o Senhor Olmiro de Conte.

Dia: 19-6-2004.

Foto 129 – Senhor Olmiro de Conte

Fonte: HARACENKO, Adélia. 19-6-2004.

“Nóis viemo pra Terra Rica nós tava acampado em São Miguel do Iguaçu, num patrimôim do Incra, e nós ficamos três meis mais ou menos lá. E dispois nós nem sabia cumo que nós vinha, daí num sabia se ia ficá no Sul, ou Noroeste. Daí um dia apareceu o cumpanheiro Delfino. Daí o Delfino e ota senhora, uma lora - num conhecia, num sei qualé essa senhora - daí ele falô assim: ‘Óia, o destino de vocês é lá pa banda de Querência’. Daí fizemo uma negociação lá, porque os fazendero lá não queria sabê de nós lá de tipo nenhum, queria vê nós saí de lá. Então de lá foi empreitado uma negociação, daí ganhemo embarcação, que fizero prá nós da empresa Medianeira, daí viemo.

Nóis viemo aqui cum os cumpanheiro, 320 família que nós viemo de lá. Maioria tudo brasiguaiio, viemo do Paraguai. Então viemo pra essa antiga São Joaquim, era essa fazenda Sétimo Garibaldi. Daí se acampemo aí. Nóis entremo em outubro, 9, 10 de outubro, e ganhemo dispejo daqui foi fim de abril. Foi em outubro de 98. E daí de lá nós fumo pra

reserva aqui da Água do Corvo. Bom, e daí como essa Água do Corvo, tô falano, e a Penha a Santa Lúcia, a São Paulo, essas 4, 5 fazenda, ela saiu, e foi os memo cumpanhero nosso que já tava acampado junto, e daí que nós fiquemo aqui, que fumo pa reserva da Água do Corvo, nós fiquemo alí. Naquela época, daí, onde que tinha o estacamento de polícia na fazenda Rio Novo em Querência do Norte, nós fumo pra lá, recupemo essa fazenda lá. O memo dispejo que eles fizeram em nós, a polícia custumada fazê, nós fizemo nela, né. E de lá tinha muitos cumpanhero de Querência do Norte, tava acampado, então lá fiquemo três meis. Daí saímo essa nossa turma de lá, acupemo a Cobrinco, a Cobrinco; nós acupamo ela e fiquemo ali.

A Cobrinco é aqui em Terra Rica, pertence pa Guaraçá e Terra Rica. Daí fiquemo ali. Nós entremo em outubro de novo e fumo dispejado dia 6 de março já do otro ano, e alí veio parece que 1.200 policiais pa dispejá nós.

Nós tinha razão de umas 180 família. Mais eles chegaram e fizeram tipo dum massacre em nós. Eles não respeitaro mulheres, num respeitaro home, num respeitaro criança, soltando bomba e machucaram muita criança. Muita criança machucaram, que eu acho que tem até fita de vídeo gravado, que foi feito um tipo de uma perícia em Curitiba e não apareceram esses resultados ainda, onde que tem criança machucada que eles machucaro. Daí umas parte dessa eles só vê o lado contra os coitado dos sem-terra, mas o lado das sujera deles eles não vê, compreende? Daí nós saímo, dispejaro nós tipo nesse caminhão boiadero, carregava nossas coisa, como diz, os sem-terra tem poca coisa memo, jogado queném...de cima dos caminhão, jogado assim... e daí queriam dispejá nós lá naquela vila rural que tem de Terra Rica lá, de certo pa dá um conflito de miserável contra os miserável, entende? E daí foi dado a cara que não e não, eles sortaram nós no ginásio de esporte.

Chegô alí o encarregado do prefeito que cuidava do ginásio não queria abrir o ginásio pra dá o lugar pra nós, entrô o comandante lá, tomô a chave do cara, abriu e mandô nós entrá. Tá. E ali nós fiquemo dento daquele ginásio, tudo essas família; umas parte lá fora, otas lá dento. E o prefeito, esse tal de Soletti, qué vê o diabo mas num que vê os sem-terra. Sentemo negociá com ele umas lona pra nós se acampá, saí fora do ginásio, não quis dá. E daí, e nos se reunimo, a coordenação, se reuniu ca turma da organização qui nós ia vim acupá a Cobrinco de novo. Sei que em seis dia que dispejaro nós, nós reocupemo ela. E tinha 32, 33 jagunço dento, e daí deu um tiroteio muito grande; mas os tal de segurança da fazenda, que é tudo jagunço, não aguentaro, tivero que abri, e daí fiquemo ali. Daí fiquemo mais em março. Dia 4 de dezembro já do oto ano fumo dispejado de novo.

Tu vê uma coisa: pa dispejá uns miserave queném nós veio uma fantaria de polícia por frente, veio cavalaria por trás com cachorro, e pa dispejá os coitado dos sem-terra. Sei que

fizemo uma negociação tranqüila com o comandante, o major, que nós tinha disposto de saí, mais não que num rasgasse nem nossas barraca. Daí foi feito esse acordo. Saímo de lá, o que qui eles apronta contra nós? Pegaro e sortaro lá num assentamento que tem num tal de Brizanta, perto de Itaúna, onde sortaro meio disparado a turma, sortô uma turma pra lá, e quando nós... - nós fiquemo por último com otas turma, quando nós chegemo lá a turma dos assentamento isbarraro: ‘Não, aqui num entra mais, num entra mais, já tem gente que chega’ e tal e tal, e sei que deu quase um quebra-pau ca polícia. Lá saímo de volta. O que qui dá mais ou menos Itaúna, dá uns 30km, rodaro com nós mais ou menos uns 200 km, pa esperá anoitecê pa largá nós na Água do Corvo, compreende? E daí largaro nós ali. Quando nós chegemo tinha um reforço de policiamento ali esperando nós. Chegô, dissero assim: ‘Aqui os dispejado qualquer coisa e os assentado vai tudo po pau, aqui tudo tem que ficá bonzinho’; E pegava nossos objeto que nós tinha e jogava de cima dos caminhão. Um fogão queném esse aí, um fogão novo que eu tinha, eles jogaro de cima e quebraro tudo, televisão, eles pegava e sartava lá. Foi um companheiro e disse assim: ‘Escuita, vamo devagar, com mais jeito’; o policial falô assim: ‘Ocêis são costumado entrá na fazenda e quebrá tudo do fazendero, e agora tão se preocupado com isso aí? Jogue, pode jogá de lá tudo’.

Tá, fiquemo ali. Daí fiquemo um meis e pouco, daí viemo na São Paulo, divisor ca Cobrinco, tem um assentamento puma reserva fiquemo ali. Daí fiquemo ali, sabe, o acampado sempre aquela anseidade de sai hoje, sai amanhã, não é, aquela esperança. Mais a esperança pa nós nunca morreu, nunca! Cada veis ficava mais dignado de lutá. E de repente surgiu um assentamento em São Jerônimo da Serra, de um lado de São Jerônimo. Daí foi 78 família pra lá, como eu fiquei, ôtos companheiro ficaro. Isso aqui, pra mim essa fazenda é um sonho, coisa que nós nunca esperava, de repente a São Joaquim saiu. Mais hoje em dia o Movimento Sem-Terra, como nós temo acampado, então como vocês vê aí nesse acampamento aí do MST, é uma organização, e aí fora, perto da cidade, tem ota, que é um tal de Maste, bandera branca. Mais eles são iludido pelo prefeito, fica iludindo os miserave aí. Certo o prefeito deu uma assoprada pra eles, pegaro e se acamparo na frente da fazenda aqui, entende? Se acamparo, tinha 70 barraco aí. Até esse primeiro portão tava trancado com três barraco. E daí o nosso povo, como eu fui coordenador véio, antigo, sempre co povo, o povo me cobrava muito. Dizia: ‘Mais escuita, o que que ocêis tão fazeno? Ocêis tão de boca aberta, nós vamo perdê, perdemo a fazenda pô Maste, os cara tão lá de frente’. Mas tudo tem as hora certa de chegá, e daí tinha que inguli a coisa e ficá queto, compreende? Porque nós tava esperando o quê? Tava esperando a emissão de posse pa nós pode entrá, nós não podia entrá sem a emissão de posse, compreende? Se nós pegasse a emissão na mão aí nós entrava, e num

tinha pegado. Daí foi um dia apareceu o Divaldo e o companheiro aqui, a primeira vez que eu vi, um tal de Lairto. Chegô, tudo a militância chegava dentro do meu barraco. E eu tava muito pressionado com o povo, o povo é que cobra. Daí chegô Divaldo, e tal, nós conversamos, daí eu perguntei pra ele: ‘Mas Divaldo, me diga uma coisa: eu tô sentindo uma pressão grande com esse povo aqui, e o povo me cobrando e fica ruim. Essa turma tudo acampada na frente aí, ó... O povo tá que tá, não deixa eles acupá e tão ansiado. Cume que tá a situação daquela área?’ Daí ele falou assim pra mim: ‘Óia, a situação daquela área tá o seguinte: tá mesma coisa que uma mulher esperano criança, tá de hora por hora, pode se hoje, pode se amanhã’. E daí tá, daí eles foram posá num assentado, um tal de Santo. Quando foi a meia-noite chegô um caminhão boiadero de Paranacity. Daí chegô o caminhão, disse assim: ‘Questão de uma hora teje todo mundo de mochila pronta que nós vamos acupá a São Joaquim. Tá na hora, chegô a emissão de posse’. Daí chegemo, daí tardemo um pouco, dá um tempo sabe. Daí passemos de madrugada em Terra Rica, mais tinha que passá por essas bandeira branca ali que tava de frente. E daí veio um da militância, com um golzinho, como diz, batendo o carreador, chegô ali. Passemos por o Maste ali de madrugada, nenhum viro, mais tinha que enfrentá aqueles três barraco na frente do portão. O caminhão manobrou, e quando viu foi de frente pro portão, se o companheiro ia desembarcá, pisava em cima do barraco deles. E daí já o machado pegô na coisa do portão e entremo, entremo e ocupemo, e eles ficaram de bobera ali. E aonde que fiquemos aí. Só demorô um pouco pra medir, até que conseguiu medir. Agora cada um que foi feito a avaliação pra ficar aqui na área tá aí.

Foi é... 38 família. Sei dizê que a nossa luta, foi uma luta muito cansada, sofrida e que esses governos hoje em dia, vocês sabem bem que tem que trabalhar só na base de pressão, sem pressão eles não trabalham. E assim, agora que nós estamos aqui, estamos tudo contente. Vocês podem notar o jeito que tá o assentamento novo.

Valeu a pena a luta pela reforma agrária, valeu muito a pena, única coisa que eu tenho pra dizer, que eu sou um cara meio de idade, já tenho muita experiência da vida. E quantas pessoas que não tem terra, sofrido aí feito cativo de fazendeiro. Se o povo se organizasse, dentro desse Brasil aqui, nós tomava tudo a terra desses fazendeiros, compreende? Falta organização desse povo. Um pouco é que esse povo da cidade não tem conhecimento, compreende? Ele não tem aquele conhecimento, não tem conhecimento da realidade. Ele é enganado pelo costume, aquele costume, passa ano e mais ano trabalhamos de bóia-fria, ele não sabe fazer outra coisa a não ser trabalhar de bóia-fria. Ele pensa assim que o Brasil, o mundo é feito só assim, e é muito diferente. O que a burguesia dominou, eles fazem dos pequenos tipo escravo. É isso aí que eu tenho pra falar” (CONTE, 2004).

BRIGADA IRACI SALETE STROZAK

Assentamento Santa Maria - COPAVI – Paranacity

Entrevista realizada com a Sr^a Solange Luiza Parcianello.

Dia: 27 – 1 – 2005.

Foto 130 – Assentados da Copavi
Fonte: Copavi (2005).

“É um prazer que a gente dá essa entrevista, né, podendo divulgar um pouco a nossa luta de reforma agrária do MST. Então, eu na verdade, entrei no movimento em..., comecei a participar do movimento em 84. A gente já fazia parte do sindicato dos trabalhadores rurais no município de Capanema, lá no Sudoeste do Estado, e a gente ajudava a organizá as família pra ir pro movimento. Aí depois eu acabei saindo um ano, indo pra cidade, que me casei, meu marido morava na cidade, na época, né, e depois de um ano a gente voltou, né: Aí trabalhou mais um ano numa terra arrendada, e daí entramos, né, em 87 a gente entrou, não, 88, no movimento, né, aonde foi uma grande ocupação lá em Inácio Martins, no centro do Paraná

¹⁴³ Na foto acima, olhando da esquerda para direita, a segunda pessoa sentada é Solange Parcianello.

né, e lá a gente ficou 2 anos, acampado lá. Depois de lá, nós partimos pra uma outra área, lá na Região Oeste, Lindoeste, né. A gente ocupou uma outra área lá, onde criamos uma cooperativa também, né, e ficamos mais 2 anos lá. Mais também, não caberia todas as família dentro do assentamento, quando foi se legalizando, e daí 92, apareceu essa área, né.

A proposta que o movimento descobriu a área aqui, que tava já desapropriada, com emissão de posse, e tava cheio de cana ainda, arrendada pros usineiro, né. Aí o movimento fez uma proposta, né, pra algumas família que já sabia que queriam trabalhar num trabalho coletivo, de forma cooperada, e em janeiro de 93, dia 19 a gente ocupô a área Santa Maria.

No primeiro momento então a gente ocupô com 16 família e mais apoio do movimento de várias outras áreas que o pessoal veio nos dar apoio, né, e a gente ficou aqui, basicamente 1 ano e 4 meses ainda assim acampada e com todo o processo, por mais que a área já tava desapropriada e já tinha emissão de posse. Mais daí tinha um rolo aqui com as famílias do município, principalmente com o sindicato, alguns vereadores, porque anos atrás tinha-se ocupado essa área, né, na beirada da estrada, aí teve um acordo entre alguns político né, pra tirá as família, mandá as família pra casa, né, e daí quando saia a desapropriação voltariam. Só que já fazia ... a desapropriação saiu em 88, nós chegamos em 93, tava cheio de cana ainda. Então, num primeiro momento assim teve uma, vamo dizer, uma discordância de algumas dessas família que se revoltaram, porque daí o movimento tinha ocupado, né, e daí foi em basicamente 1 ano e 3 meses, 1 ano e 4 meses fazendo esses acordo né. Daí primeiro o Incra veio com uma proposta de assentá 50 família, né. Daí nós achamo inviável, porque hoje a gente tá com 20 família e não é fácil sobreviver em cima de 98 alqueires, né. Uma porque o solo daqui é muito pobre, né, então não aceitamos de maneira alguma. E daí em maio de 94 é que se regularizô como assentamento, com as famílias, né? E a gente já no período de 93 nós continuamo, mesmo com todo esse negócio mais político, vamo dizê de fica ou não fica né, a gente foi se organizando, trabalhando. Num primeiro momento nós trabalhava de bóia-fria, né, pra nossa sobrevivência, mas não dexando de discutir o ponto forte, que era o que nós tinha vindo pra cá, que era criá uma cooperativa, né.

Em 93 mesmo a gente fundô, dia 10 de julho, a COPAVI, né, que é o nosso carro-chefe do assentamento, né, e com isso nós fomo criando força, né? Aí a gente foi conseguindo, umas pessoas foram nos ajudando, umas vaquinha de leite, a gente começô com a horta, né? Aí nós tirava o leite que era pras criança, o restante nós já começamo a vendê na rua pra podê tê alguma coisinha. Nós tinha certeza que nós se fixando aqui era através do nosso trabalho, né, e foi isso que aconteceu. A gente conseguiu que 94 o Incra reconhecesse as família que tavam aqui, né?

Daí, com todo o decorrer do tempo, como nós trabalhava sempre organizado, a população em si começou a nos apoiar muito, e mesmo na época o prefeito, que era o Zeca Moron, né, que ele percebeu que nós vínhamos a fim de trabalho mesmo. Daí em 93 ainda a gente..., e daí nós fomos entrando em questão da cana, né. A gente pediu pra usina, porque a safra dela era pra começá em maio, a gente falou que tirasse a cana, né, nós não queria a cana, nós só apenas queria a terra, né. Aí foi passando, ela não tirô, não tirô, deu agosto, não tirô, nós peguemos e derrubamos um pedaço, começamos a pôr um fogo e começamos a derrubá. Daí veio um povo de São Paulo, das ocupações e assentamentos ali do município de Teodoro Sampaio pra nos ajudá, né, e nós fomos tentá negociá, que a usina viesse e tirasse a cana. Mais não teve acordo, a usina acho que deve ter ganhado muito mais com a indenização, né. Com isso a gente trabalhou muito, né, porque daí nós tivemos que tirar essa cana no braço, né, inlerá ela toda pra nós plantá.

No primeiro ano a gente conseguiu plantá 11 alqueires de mandioca, né, isso que firmamos nós aqui né. Então e daí em 94 se concretizou o assentamento.

Então, Adélia, nós temos aqui 20 famílias hoje. Dessas 20 tem 11 que é do início, né, o restante foi famílias que desistiram, que não se adaptaram ao trabalho coletivo, né, e aí veio outras famílias de assentamento e até mesmo operários, né, que trabalhavam de empregado, e vieram pra cá. E temos hoje aí com 20 famílias, né, agora tá pra chegar mais uma família. Então, o trabalho em si ele, vamos dizê, tem momentos que ele é mais difícil. O mais difícil de tudo é a gente tá mudando a si próprio, que é a nossa cabeça, né? Nós tivemos toda uma educação, e se tem ainda, que a gente sempre tem que só pensa num indivíduo, né, e nós tem que mudá isso, pensá do meu pro nosso. Então, o mais difícil é isso, você conseguindo superar isso, do meu pro nosso, aí a coisa se torna bem mais fácil. Então, o trabalho um pouco maior, é nessa linha, né. Mas, por outro lado, a gente vê as vantagens que nós temos, né, de trabalhar numa forma cooperada em relação à maioria dos assentados, que trabalha individual, né? É claro que a gente tem assentados que tá individual e que tá muito bem também, né? E mais daí, é toda uma história de administração, de uns que têm um pouquinho mais de poder aquisitivo que vão pro assentamento e outros que não têm nada, né? Mais nós, como chegamos aqui, uma que a área era cheia de cana, não tinha uma árvore plantada, não tinha uma cerca, não tinha uma casa, não tinha nada, né, e 12 anos a gente tá aí, com um grande patrimônio, né, que conseguimos por nós ser organizado, né? Se a gente fosse tá individual, com certeza nós, muitas famílias tinham desistido daqui, porque não tinham sobrevivido em cima desse solo. E tem um outro lado que a gente tem uma vantagem muito maior, que é o social, né? Quando se trabalha dentro de um grupo coletivo, você tem uma participação social muito

maior, tanto das mulheres quanto das crianças, né, que nós mulheres aqui da Copavi a gente tem a mesma, vamo dizê, a mesma participação que os homens, que os individual é os homem que decide sobre a produção, é os homem que decide sobre os projeto, é os homem que vão, que compra e vende; e nós não. Aqui né, nós temo mulheres na direção, nós temos mulheres no setor de produção que têm a mesma opinião, a mesma capacidade, a mesma formação, né. Então isso pra nós é muito importante, né, e pras crianças também, né? Eles crescem no meio de uma comunidade muito mais... têm uma visão muito maior, mais ampla, tanto na linha de formação política quanto no desempenho do trabalho também, né:

Então, nós temos nossas crianças que estudam na cidade. Por ser próxima a cidade, por ser poucas famílias, a gente não consegue ter uma escola dentro do assentamento, né. Então a educação é a mesma aí de todo mundo, né, a tradicional, vamo dizê. O que que a gente tem feito, né? Nós temo pessoas daqui do assentamento que acompanha essas crianças na parte da tarde, 3 vezes por semana, dando, vamo dizê, um reforço escolar, nós chamamos, mas não é só das tarefa da escola. tenta passá um pouco a nossa ideologia, né, do movimento, a questão do meio ambiente principalmente, né? A gente tem, desde o início sempre pensamos: não, nós temo que trabalhá diferente, não só na forma de organização, mais de defendê a questão ecológica, né? E a gente vem trabalhando pra isso, e agora nós temo como processo totalmente voltado pra área ser totalmente ecológica, e com isso a gente trabalha no dia-a-dia, né, com as crianças. Eles tão envolvido em algumas atividade junto com nós, principalmente quando é plantá árvore, né? A gente leva as crianças de 7, 8 ano junto, pra eles tá percebendo, vendo. E a gente tenta envolver eles na questão de ver a questão do lixo, de ensiná a separação do lixo, tudo isso, né? A importância, tudo isso a gente tem trabalhado com as crianças, pra eles crescê com essa visão.

Enquanto pessoa e mulher no crescimento participativo, eu acho que o movimento em si ele sempre dá essa abertura, né, o MST tem essa abertura. No primeiro passo é conduzindo pra ocupação. Eles sempre pedem que as família vão completa, não só o homem, né. Mais muitas vezes, tem várias questões que acaba indo só os homem, né. Então o movimento em si, ele tem essa abertura pra questão da participação da mulher. Mais na cooperativa a gente tem uma, vamo dizê, é uma ferramenta a mais que dá uma ... porque nós temo refeitório, né, isso faz com que a gente participa mais. Nós temo um acerto com a creche na cidade, que as crianças de 6 meses a 5 ano vão pra creche, né? Então isso faz com que a mulher possa participá tanto do trabalho tanto nas assembléias como nas discussões, né. Então a cooperativa tem esse ganho, e às vezes, muitas vezes, o individual não tem, né? ‘Ah, tá na hora de fazê almoço, não tem como participá de uma reunião’ né? A gente aqui, quando faz as formação,

basicamente nós sempre fazemo formação em 2, 3 dias. Daí as pessoas que participam num dia, outro dia vão pras atividades, as outras vêm participá. Então a gente faz em forma de rodízio, pra ninguém ficá sem participá. E mesmo nas luta do movimento, nas mobilizações, sempre a gente tenta fazê com que todo mundo, uma vez vai uns, outra veiz vai outros. Então nós temo essa abertura, quanto mulher. Pra nós a cooperativa em si, ela dá uma abertura muito maior pra gente tá participando lado a lado com o homem” (PARCIANELLO, 2005).

ANEXO 4 – CROQUIS DOS ASSENTAMENTOS DO NOROESTE DO PARANÁ

As figuras seguintes, em materiais originais do Incra, nos dão uma idéia de como é a distribuição dos lotes no interior de cada assentamento das brigadas que compõem o Noroeste do Paraná.

Figura 29 – Croqui do Assentamento Antônio Conselheiro Localizado no Município de Amaporã
Fonte: Incra (2004).

Figura 30 – Croqui do Assentamento Mãe de Deus Localizado no Município de Jardim Olinda
Fonte: Incra (2004).

Figura 31 – Croqui do Assentamento Sebastião Camargo Filho Localizado no Município de Marilena
 Fonte: Incra (2004).

Figura 32 – Croqui do Assentamento Santo Ângelo Localizado no Município de Marilena
Fonte: Incra (2004).

Figura 33 – Croqui do Assentamento Quatro Irmãos Localizado no Município de Marilena
Fonte: Incra (2004).

Figura 34 – Croqui do Assentamento Monte Azul Localizado no Município de Mirador
 Fonte: Incra (2004).

Figura 35 – Croqui do Assentamento Brizanta, Localizado no Município de Nova Londrina
 Fonte: Incra (2004).

Figura 36 – Croqui do Assentamento Santa Maria, (COPAVI) Localizado no Município de Paranacity
Fonte: Incra (2004).

Figura 37 – Croqui do Assentamento Sumatra Localizado no Município Planaltina do Paraná/Amaporã
Fonte: Incra (2004).

Figura 38 – Croqui do Assentamento Pontal do Tigre Localizado no Município de Querência do Norte
 Fonte: Incra (2000).

Figura 39 – Croqui do Assentamento Chico Mendes, Localizado no Município de Querência do Norte
Fonte: Incra (2000).

Figura 40 – Croqui do Assentamento Che Guevara Localizado no Município de Querência do Norte
Fonte: Incra (2000).

Figura 41 – Croqui do Assentamento 17 de Maio (Margarida Alves) Localizado no Município de Querência do Norte
 Fonte: Incra (2000).

Figura 42 – Croqui do Assentamento Zumbi dos Palmares Localizado no Município de Querência do Norte
 Fonte: Incra (2000).

Figura 43 – Croqui do Assentamento Luiz Carlos Prestes, Localizado no Município de Querência do Norte
Fonte: Incra (2000).

Figura 44 – Croqui do Assentamento Santana (Unidos pela Terra) Localizado no Município de Querência do Norte
 Fonte: Incra (2000).

Figura 46 – Croqui do Assentamento Oziel Alves Pereira Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo
 Fonte: Incra (2004).

Figura 47 – Croqui do Assentamento 17 de Abril Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo
 Fonte: Incra (2004).

Figura 48 – Croqui do Assentamento Paraná Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo
Fonte: Incra (2004).

Figura 49 – Croqui do Assentamento Teixeira Localizado no Município de Santa Cruz do Monte Castelo
 Fonte: Incra (2004).

Figura 50 – Croqui do Assentamento Ilgo Luiz Perruzo Localizado no Município de Santa Mônica
Fonte: Inkra (2004).

Figura 51 – Croqui do Assentamento Taperivá Localizado no Município de São João do Caiuá
 Fonte: Incra (2004).

Figura 52 – Croqui do Assentamento Nossa Senhora da Penha, Localizado no Município de Terra Rica
 Fonte: Incra (2004).

Figura 53 – Croqui do Assentamento Santo Antônio das Águas do Corvo Localizado no Município de Terra Rica
Fonte: Incra (2004).

Figura 54 – Croqui do Assentamento São Paulo, Localizado no Município de Terra Rica
 Fonte: Incra (2004).

Figura 55 – Croqui do Assentamento Vida Nova Localizado no Município de Terra Rica
Fonte: Incra (2004).

Figura 56 – Croqui do Assentamento Sétimo Garibaldi Localizado no Município de Terra Rica
Fonte: Incra (2004).